

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO**

**THIAGO VIEIRA PIRES**

***FAZENDO REVOLUÇÃO A VIDA INTEIRA:***

**Memória e Resistência entre os militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul**

**SÃO LEOPOLDO**

**2015**

Thiago Vieira Pires

*FAZENDO REVOLUÇÃO A VIDA INTEIRA:*

Memória e Resistência entre os militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em Ciências  
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola

São Leopoldo

2015

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

P667f Pires, Thiago Vieira, 1986-  
Fazendo revolução a vida inteira: memória e resistência entre os  
militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul / Thiago Vieira Pires.–  
2015.  
339 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale  
do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,  
São Leopoldo, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola.

1. Ditadura Militar. 2. Ação Popular. 3. Memória. I. Viola, Solon  
Eduardo Annes. II. Título.

CDU 321.64

---

Bibliotecária Responsável: Karen Machado Rodrigues, CRB 10/2321

Thiago Vieira Pires

*FAZENDO REVOLUÇÃO A VIDA INTEIRA:*

Memória e Resistência entre os militantes da Ação Popular (AP) do Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em: 21/08/2015

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola (Orientador) – Unisinos

---

Prof. Dr. Castor Mari Martín Bartolomé Ruiz – Unisinos

---

Prof. Dr. Nadir Lara Júnior – Unisinos

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Caroline Silveira Bauer – UFPel

À todas e todos que lutaram e resistiram, com coragem e determinação, frente ao arbítrio e a opressão. À Nilce, Bitenca, Lico, Mara, Solon, Carmem, Mariazinha e Grassi.

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram, direta ou indiretamente, para que fosse possível chegar a esse momento tão importante que é o de agradecimento. Outras foram preponderantes, não apenas para este trabalho, mas para a vida que transcende estas linhas. É a elas que agradeço, de coração.

Aos meus pais, Cilon Tiago e Maria de Fátima, por todo amor, dedicação, compreensão, cuidado e apoio incondicionais durante toda a vida. Por acreditarem, apoiarem e compartilharem dos meus sonhos, utopias e loucuras. Por me mostrarem “empiricamente” que o que tem valor na vida, de fato, é o que somos em essência, e de que nada vale o “ter” sem o “ser”. Pelas importantes lições de ternura e compromisso com o próximo. À minha irmã, Thaís, pelas lições de força, coragem e superação. Por ter me ajudado a lembrar da importância de ter fé e de acreditar, sempre. Por ter me dado a felicidade e a alegria de seguir vivendo ao seu lado.

À Cíntia, companheira no sentido absoluto da palavra, por todo amor, carinho, alento, cuidado, paciência e apoio em todos os momentos. Por ter me dado a honra de somar a sua vida, os seus sonhos e as suas utopias às minhas. Por ter feito desse caminho um caminho que não se anda só.

Aos que mesmo longe estão sempre perto e contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu tenha me tornado o que sou: Diego Salvi, Fabiano Flores, Marcelo Valadas, tia Glê, tio Arcedino, tia Lúcia e o tio Vito.

Aos compas da Federação Anarquista Gaúcha e da Resistência Popular pelo apoio e compreensão nos momentos em que estive ausente das peleias. Um salve à todas e todos que “carregam um mundo novo em seus corações” e que seguem fazendo Luta desde baixo e por esquerda.

Aos colegas do mestrado, em especial, Aline Araújo, Jean Fürh, Joseane Schuck, Adimilson Renato, José Silon e Sabrina da Rosa.

Aos professores, professoras, funcionários e funcionárias do PPG em Ciências Sociais. Em especial, ao meu orientador, Solon Viola, por todo apoio que tem me dado nesses cinco anos de (con)vivência e de partilhas. Por ser um exemplo de professor e de militante na luta em prol dos Direitos Humanos desde as épocas de AP. Pelas diversas orientações, inclusive em finais de semana, que demonstram muito mais do que profissionalismo, mas cuidado, preocupação, afeto e confiança. Pelas fundamentais e sempre honestas considerações feitas durante a elaboração do trabalho, sem as quais, com certeza, este não seria o que é. Os

eventuais equívocos ou limitações que o trabalho apresente são de minha inteira responsabilidade porque, com certeza, foram apontadas por ele e não dei a devida atenção ou importância.

Aos ex-militantes da AP, que me deram a honra de conhecer a história da Ação Popular através das suas histórias de vida e das suas memórias. Agradeço tanto pelas entrevistas concedidas, como pelos diálogos profícuos e atenciosos que foram fundamentais para a realização desse trabalho que é dedicado à vocês: Nilce Azevedo Cardoso, Sérgio Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Santana, Antonia Mara Vieira Loguércio, Carmem Maria Craidy, Maria Josefina Becker e Luiz Antonio Timm Grassi. A luta de vocês não foi em vão, nunca será!

Por fim, e não menos importante, agradeço à CAPES pela concessão da bolsa que financiou os meus estudos e possibilitou a realização deste trabalho.

Onde queres revólver, sou coqueiro  
Onde queres dinheiro, sou paixão  
[...]  
E onde não queres nada, nada falta  
E onde voas bem alta, eu sou o chão  
E onde pisas o chão, minha alma salta  
E ganha liberdade na amplidão  
[...]  
Onde queres família, sou maluco  
E onde queres romântico, burguês  
Onde queres Leblon, sou Pernambuco  
[...]  
Onde queres o sim e o não, talvez  
E onde vês, eu não vislumbro razão  
Onde o queres o lobo, eu sou o irmão  
E onde queres cowboy, eu sou chinês  
Ah! bruta flor do querer  
Ah! bruta flor, bruta flor  
[...]  
E onde queres tortura, mansidão  
Onde queres um lar, revolução  
E onde queres bandido, sou herói  
Eu queria querer-te amar o amor  
Construir-nos dulcíssima prisão  
Encontrar a mais justa adequação  
Tudo métrica e rima e nunca dor  
Mas a vida é real e de viés  
[...]  
Ah! bruta flor do querer  
Ah! bruta flor, bruta flor  
Onde queres comício, flipper-vídeo  
E onde queres romance, rock' n' roll  
Onde queres a lua, eu sou o sol  
[...]  
Onde queres mistério, eu sou a luz  
E onde queres um canto, o mundo inteiro  
Onde queres quaresma, fevereiro  
E onde queres coqueiro, eu sou obus

O queres e o estares sempre a fim  
Do que em mim é de mim tão desigual  
Faz-me querer-te bem, querer-te mal  
Bem a ti, mal ao queres assim  
Infinitivamente pessoal  
E eu querendo querer-te sem ter fim  
E, querendo-te, aprender o total  
Do querer que há e do que não há em mim.

*O Queres, Caetano Veloso*



## RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo trabalhar a memória como uma das formas de resistência ao autoritarismo e as opressões a partir da história da Organização política Ação Popular (AP) e dos relatos e narrativas dos ex-militantes dessa Organização que atuaram no estado do Rio Grande do Sul. Partimos da hipótese que a história da AP e as memórias dos ex-militantes podem contribuir para a formação de uma cultura política que reconheça e considere os exemplos históricos de luta e resistência que ocorreram durante o período da ditadura. A proposta de trabalhar a memória como resistência parte de uma lógica que busca superar – mas sem renegar – a condição de vítimas atribuída aos que lutaram contra o projeto imposto ao longo do período autoritário, embalados por ideais de justiça social e liberdade. Mais do que se deter as memórias das vítimas, este trabalho busca recuperar, pensar e desenvolver as memórias das resistências a partir das narrativas dos que foram atores sociais e políticos desses processos. Os resultados dessa dissertação apontam para as potencialidades que as memórias carregam no sentido de contribuir para a superação das lógicas de esquecimento e desconhecimento da história recente, bem como, para a construção de uma cultura política baseada na memória social e coletiva que reconhece, valoriza, respeita e entende os direitos humanos como fundamentais e inalienáveis para a efetivação da democracia.

**Palavras-chave:** Ação Popular. Ditadura. Memória. Resistência. Democracia.

## ABSTRACT

This dissertation has as objective to work the memory as one of the ways to resist to authoritarianism and to oppressions, looking through the *Ação Popular* (AP) political organization history and from the speeches of ex-militants of this organization that has acted in Rio Grande do Sul state. We started from the hypothesis that the history of AP and the ex-militants memories can contribute to a political culture formation that recognizes and considers the historical examples of fight and resistance that has occurred during the dictatorship period. The proposal of work the memory as a resistance starts from a logic that seeks to overcome without deny – the victim conditions attributed to those who has fought against the imposed project trough authority period, motivated by social justice and freedom ideals. More than dwell on the victims memories, this research wants to recover, to think and to develop memories of resistences from the narratives of the social and political actors. The dissertation results point to the potencial that carries the memories in sense of contribute to overcome the oblivion of recent history, as well as to construct a political culture based on the social memory that recognizes, valorizes, respects and understands the human rights like fundamentals and inalienables to democracy efectivation.

**Key-words:** Popular Action. Dictatorship. Memory. Resistance. Democracy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACB	Ação Católica Brasileira
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AI-2	Ato Institucional número 2
AI-5	Ato Institucional número 5
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
APM	Arquivo Público Mineiro
APML	Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil
ARE	Aparelhos Repressivos de Estado
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AUC	Associação dos Universitários Católicos
BNH	Banco Nacional da Habitação
BNM	Brasil: Nunca Mais
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CEC	Centro de Estudos Cinematográficos
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEP	Comissão Executiva Provisória
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)
CIE	Central de Informação do Exército
CIMA	Companhia Industrial de Materiais Automobilísticos do Brasil
CISA	Centro de Informação da Aeronáutica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade

CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
CPC	Centro Popular de Cultura
CPOS	Comissão Permanente das Organizações Sindicais
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DI-GB	Dissidência Comunista da Guanabara
DI-SP	Dissidência Comunista de São Paulo
DOI	Destacamento de Operações de Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAC	Frente Anticomunista
FFCL-USP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias de São Paulo
FMP	Frente de Mobilização Popular
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
GAP	Grupo de Ação Popular
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensões
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRAP	Instituto Brasileiro de Ação Popular
IML	Instituto Médico Legal
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial-Militar
JAC	Juventude Agrária Católica

JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MAC	Movimento Anticomunista
MCD	Movimento Contra a Ditadura
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MIA	Movimento Intersindical Antiarrocho
MJDH	Movimento de Justiça e Direitos Humanos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
OLAS	Organização Latino Americana de Solidariedade
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCC	Partido Comunista Chinês
PCCH	Partido Comunista Chinês
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PNDH 3	Programa Nacional de Direitos Humanos 3
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
POR-T	Partido Operário Revolucionário – Trotskista
PRT	Partido Revolucionário dos trabalhadores
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUA	Pacto de Unidade e Ação
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RDNA	Reunião da Direção Nacional Ampliada
RU	Reforma Universitária
SNI	Serviço Nacional de Informações

SOPS	Supervisão de Ordem Política e Social
STF	Supremo Tribunal Federal
SUPRA	Superintendência para a Reforma Agrária
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UIE	União Internacional dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
USIS	Serviço de Informação dos Estados Unidos
USP	Universidade de São Paulo
VARIG	Viação Aérea Rio-Grandense
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 AÇÃO POPULAR (AP): DA ORIGEM CRISTÃ AO GOLPE DE 1964 – PRIMEIRA FASE .....</b>	<b>27</b>
2.1 DA AÇÃO CATÓLICA À ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA.....	30
2.1.1 A passagem dos anos 1950 para os 1960.....	37
2.1.2 A afirmação política com a conquista da UNE.....	44
2.2 DA FUNDAÇÃO AO GOLPE.....	50
2.2.1 A organização da Organização.....	57
2.2.2 A atuação social para além dos muros das Universidades .....	64
<b>3 O PÓS-GOLPE, A REORGANIZAÇÃO E A DESARTICULAÇÃO – SEGUNDA FASE.....</b>	<b>71</b>
3.1 1964-1968: O PÓS-GOLPE E A REORGANIZAÇÃO.....	72
3.1.1 Do <i>foquismo</i> ao <i>maoísmo</i> .....	80
3.1.2 A primeira grande disputa interna e o primeiro “racha” .....	88
3.1.3 A efetivação do <i>maoísmo</i> através da integração na produção .....	94
3.2 1968-1973: REORGANIZAÇÃO E QUEDA.....	101
3.2.1 O movimento operário .....	108
3.2.2 O movimento camponês .....	116
3.2.3 O processo de desarticulação e a queda: o segundo grande “racha” .....	121
<b>4 MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS A PARTIR DO CAMPO EMPÍRICO .....</b>	<b>134</b>
4.1 MEMÓRIAS DA TRANSIÇÃO OU TRANSIÇÃO DAS MEMÓRIAS?.....	140
4.2 MEMÓRIAS DEMOCRATIZADAS.....	154
4.3 AS MEMÓRIAS COMO RESISTÊNCIA .....	168
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>187</b>
<b>APÊNDICE A – ARQUIVOS CONSULTADOS .....</b>	<b>196</b>
<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA COM LUIZ CARLOS SANTANA.....</b>	<b>197</b>
<b>APÊNDICE C – ENTREVISTA COM NILCE AZEVEDO CARDOSO .....</b>	<b>219</b>
<b>APÊNDICE D – ENTREVISTA COM SÉRGIO LUIZ BITTENCOURT.....</b>	<b>233</b>
<b>APÊNDICE E – ENTREVISTA COM MARIA JOSEFINA BECKER .....</b>	<b>265</b>
<b>APÊNDICE F – ENTREVISTA COM ANTONIA MARA VIEIRA LOGUÉRCIO ....</b>	<b>278</b>

<b>APÊNDICE G – ENTREVISTA COM CARMEM MARIA CRAIDY .....</b>	<b>305</b>
<b>APÊNDICE H – ENTREVISTA COM LUIZ ANTONIO TIMM GRASSI.....</b>	<b>323</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O número de pesquisas e estudos que se dedicam a temática da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) tem aumentado gradativamente com o passar dos anos e vêm ganhando espaço em diferentes áreas do conhecimento. Para além da História, a Filosofia, a Psicologia e o Direito têm apresentado trabalhos de importância substancial. No que se refere às Ciências Sociais, as pesquisas relacionados à ditadura civil-militar ainda não ganharam projeção compatível com a colaboração que a área pode oferecer.

Em relação ao campo da memória que se dedica a pensar a relação dos fatos ocorridos no passado e que influenciam no presente, as contribuições se dão sob diferentes abordagens, desde a filosófica, histórica e sociológica, até a psicológica e neurológica. Devido a abrangência do tema, a memória é considerada por muitos pesquisadores como um tema delicado e intrincado. No âmbito desse trabalho estamos utilizando a noção transdisciplinar para dialogar com essas diferentes vertentes teóricas que trabalham com o tema da memória, com foco na perspectiva que é dada pelas Ciências Humanas.

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) teve início através de um golpe de Estado orquestrado e conduzido pelos altos comandos militares do Brasil em parceria estratégica e logística com o governo dos Estados Unidos da América (EUA). Contou ainda com o apoio das elites civis-empresariais brasileiras, que temiam a perda dos seus privilégios históricos e o avanço do comunismo. Essas elites civis a que nos referimos contemplam setores variados da sociedade e denotam certo recorte de classe. Entre esses setores encontramos segmentos do empresariado, dos banqueiros, dos latifundiários, da política conservadora, dos meios de comunicação e grupos vinculados as religiões cristãs.

A participação da elite civil na conspiração que antecedeu o golpe de Estado e na ditadura que se seguiu a ele tem fomentado pesquisas e debates. O Volume II do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que foi publicado no final de 2014 apresenta uma parte dedicada exclusivamente para analisar o apoio civil-empresarial à ditadura. Para historiadores como Dreifuss (1987), “apesar de a administração pós-1964 ser rotulada de ‘militar’ por muitos estudiosos de política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares, é bastante notável.” (DREIFUSS, 1987, p. 417). Para Dreifuss, não resta dúvidas que o golpe e a ditadura foram civis-militares, ao invés de somente militares.

Outros historiadores, como é o caso de Carlos Fico (2004, p. 38), contrapõem essa visão alegando que: “[...] se a preparação do golpe foi de fato ‘civil-militar’, no golpe,

propriamente, sobressaiu o papel dos militares”. Ainda segundo o autor, “[...] Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis [...]” (FICO, 2004, p. 38).

Entendemos que, tanto o golpe, como a ditadura que se seguiu a ele, são oriundos do apoio e da participação da classe dominante composta pela burguesia nacional. Portanto, quando nos referimos à ditadura como “civil-militar”, estamos nos referindo a um segmento específico da sociedade civil que remete aos setores que conformam a elite econômica/empresarial do país.

Para compreender o contexto que envolve o golpe militar no Brasil é necessário pensar a conjuntura social, política, econômica e cultural que o país e o mundo viviam no pós Segunda Guerra Mundial. A Guerra Fria dividia o mundo em dois blocos de poder, de um lado, o capitalismo capitaneado pelos EUA, de outro, o socialismo desenvolvido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A Revolução Chinesa em 1949 e a Revolução Cubana em 1959 pesavam favoravelmente para o lado socialista. Os estadunidenses, por sua vez, estavam convictos em não permitir outra Cuba no ocidente. O seu apoio às ditaduras do Cone Sul comprovaria essa resolução.

O Brasil, recém saído da ditadura do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, se alinhava com o bloco capitalista. Primeiro com o governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), depois com o próprio Getúlio Vargas (1951-1954) que voltou ao poder através do voto, mas se suicidaria antes do fim do seu mandato (cabe ressaltar, já sofrendo pressões de setores militares e da burguesia nacional). Em 1956 é eleito Juscelino Kubitschek (1956-1961) sob a bandeira do desenvolvimentismo, aproximando o Brasil ainda mais do bloco capitalista.

O ideário que estava no horizonte dos militares brasileiros passava por dois elementos básicos: a lógica da segurança nacional e o apoio das elites civis. Para compreender a relação desses dois elementos é necessário se ater aos movimentos que lhe dão suporte político e ideológico, um deles é o papel desempenhado pela Escola Superior de Guerra (ESG). A ESG foi criada em outubro de 1948 durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra, o primeiro Presidente eleito sob os auspícios da Constituição Federal de 1946.

A missão “extra-oficial” da ESG era ser uma “filial” da *National War College* (Escola Nacional de Guerra) estadunidense, e garantir os vínculos entre os militares brasileiros e o governo estadunidense. A missão “oficial” era criar uma elite civil-militar dirigente e atenta aos interesses do bloco capitalista dirigido pelos EUA. Diferente da matriz que vinha do

norte, a ESG buscou uma forma de organização que contemplava não apenas os setores militares, mas também setores da elite civil brasileira.

A incorporação de civis aos “quadros” da ESG ajuda a compreender a influência que esse segmento teve no golpe de 1964, bem como, na difusão ideológica dos princípios estadunidenses da segurança nacional. A classe empresarial brasileira constituía boa parte do apoio civil que a ESG recebia. O corpo civil que compunha a ESG não era somente de alunos, mas também de orientadores / professores que auxiliavam na formação e formatação do alunado frente às lógicas do capitalismo.

Outro ponto fundamental para a compreensão da importância que a ESG exerce no golpe de 1964 é a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) aos moldes estabelecidos pelos EUA. No contexto estadunidense a DSN servia como aparato defensivo frente ao comunismo e à Guerra Fria. Os militares da ESG adotam a DSN como instrumento de governança, que tinha como pilares centrais os ideários da Guerra Fria e o alinhamento com o bloco de poder capitaneado pelos EUA. Esses dois fatores foram determinantes para que a ESG assumisse a DSN de forma voluntária e entusiasta.

Em 1961, é fundado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), apoiado por segmentos do empresariado nacional e pelos EUA. Assim como ainda acontece hoje – como no caso do Instituto Millenium –, o IPES se desenvolvia sob uma dupla face. Publicamente se anunciava como uma organização de respeitáveis “homens de negócios” atentos aos interesses políticos, sociais e econômicos do país. Sob a face que ficava encoberta, organizava, desenvolvia e coordenava uma série de ações políticas e ideológicas que tinham por objetivo manipular a opinião pública, desestabilizar o governo e propagar sentimentos de medo e receio ligados ao “perigo comunista”, em uma clara guerra psicológica.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi lançado dois anos antes do IPES, em 1959. Sua atuação era muito semelhante a que o IPES iria desenvolver, porém, com um caráter de intervenção político-ideológico mais declarado. Segundo Dreifuss (1987), IPES e IBAD formavam um complexo, um “partido político da burguesia”. O autor afirma ainda, que “[...] o próprio IBAD foi denunciado como sendo uma das principais operações políticas da CIA [Agência Central de Inteligência] no Rio de Janeiro, sendo basicamente uma organização de ação anticomunista.” (DREIFUSS, 1987, p. 102).

Em 1961 Jânio Quadros chegava à Presidência tendo como vice João Goulart. Goulart possuía grande apoio dos setores populares devido às ações que realizou – como, por exemplo, o aumento de 100% no salário mínimo – quando foi Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, em 1953. O mandato de Jânio duraria pouco mais de seis meses,

chegando ao fim através de uma renúncia um tanto controversa. Com a renúncia, João Goulart seria automaticamente alçado à Presidente, mas como estava fora do país, em missão oficial na China comunista, os Ministros militares – com o apoio de outros políticos da oposição que formavam a corrente conservadora direitista – ensaiaram o golpe que seria concretizado menos de três anos depois, em abril de 1964.

Um dos fatores decisivos que impediu o golpe naquele momento foi a “Campanha da Legalidade”. Esse movimento foi liderado pelo então Governador do Rio Grande do Sul – e cunhado de João Goulart –, Leonel Brizola. O apoio da população e as negociações de gabinete garantiram a posse de Goulart. Porém, o seu governo seria marcado por muitas turbulências e pressões, vindas tanto dos setores conservadores, como dos movimentos e Organizações sociais e populares. O final dos anos 1950 e início dos anos 1960 constitui um período de ascensão das lutas sociais e desses diferentes movimentos e Organizações que dão apoio ao governo Goulart, mas que também tencionam para o avanço das pautas sociais e para a conquista de direitos.

Devido ao apoio que recebe dos movimentos populares, Goulart – que já era visto pelas elites nacionais, pelos EUA e pelos setores militares como “simpático” ao comunismo – torna-se uma ameaça a ser combatida. Entre os movimentos que começam a surgir e ganhar força na sociedade estão as Juventudes Católicas. É dessas Juventudes Católicas, especialmente da Juventude Universitária Católica (JUC), que se origina uma Organização que tem atuação destacada no período anterior e posterior ao golpe de 1964, a Ação Popular (AP). Entre 1962 e 1964 a AP amplia a sua inserção em meio social, inclusive com militantes compondo setores do governo Goulart.

Com o acirramento das convulsões sociais – tanto dos setores conservadores, direitistas e da elite que viam seus interesses e privilégios ameaçados, como dos setores populares que tencionavam à esquerda – as condições para o golpe vão se desenhando. A contrapropaganda anticomunista joga papel determinante na ideologização da população, sobretudo, entre as classes médias.

Entre a madrugada de 31 de março e o amanhecer de 1º de abril de 1964, o golpe é levado a efeito sem nenhum grande expoente de resistência tanto por parte do governo Goulart, como dos movimentos e organizações populares que se colocavam à esquerda do governo. Passados poucos dias da efetivação do golpe, a ditadura civil-militar se impõe à sociedade brasileira indicando um militar, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, para ocupar a Presidência do país. Com a ditadura estabelecida, a DSN se apresenta como núcleo central do projeto civil-militar que será desenvolvido com base no combate ao inimigo

interno e no capitalismo entreguista e dependente vinculado ao ideário estadunidense. A supressão das liberdades, as perseguições, cassações, intervenções e as prisões passam a fazer parte do cotidiano da sociedade.

As Organizações dos setores camponeses, sindicais e estudantis são as primeiras a sentir os efeitos da ditadura. Os projetos que desenvolviam vão sofrendo transformações e passam a incorporar a necessária luta e resistência à ditadura. De forma sistemática e progressiva os movimentos e Organizações vão se reorganizando e realizando ações em todo o Brasil. A resposta da ditadura vem através do recrudescimento do autoritarismo e da violência institucionalizada. O fechamento total alcança seu ápice com o Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, o “golpe dentro do golpe”.

Após o golpe de 1964 a AP enfrenta desarticulações e reformulações devido à repressão que passa a enfrentar. Essas mudanças lhe conferem, definitivamente, um caráter revolucionário. Inicialmente, através da influência do *foquismo* cubano, o que afasta parte da sua militância que não era simpática a esse ideário. Em 1966, mas, sobretudo, a partir de 1967, parte da Organização toma contato com o *maoísmo* chinês e passa a receber forte influência dessa ideologia. Esse movimento faz com que, novamente, o projeto político seja reformulado e outra leva de militantes se afasta da Organização. Nesse período de sua história a AP passa a ter importante atuação e inserção em outros movimentos para além do estudantil que era a sua base de origem, destacando-se, especialmente, entre o Movimento operário e camponês. A partir de 1971 se assume como Partido Marxista-Leninista e muda o nome da Organização para Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Em 1973, devido à violenta repressão e as disputas internas, se dissolve, com a maior parte da sua militância aderindo ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Um pequeno grupo segue reivindicando a existência da Organização, mas com extrema debilidade e praticamente sem projeção social.

Do AI-5 até a “abertura lenta, gradual e segura” que foi anunciada pela ditadura em 1974, as perseguições, sequestros, prisões, torturas, desaparecimentos, assassinatos, banimentos, e toda ordem de barbáries e violações aos direitos humanos dignas de um terrorismo de Estado se tornam lugar comum na sociedade brasileira. Mesmo enfrentando a brutalidade, o controle e o cerceamento impostos pela ditadura, as Organizações e movimentos da sociedade retomam as lutas e as resistências. De forma ainda limitada e debilitada, atuam como e onde é possível. Passam a ocupar espaços que se abrem e crescem com o descenso da ditadura puxado pelo fracasso do seu projeto econômico.

A aprovação da “Lei de Anistia” no ano de 1979 – baseada na imposição de uma “lógica da reciprocidade” que equiparou e “perdoou” crimes de lesa humanidade praticados

por agentes do Estado com ações desenvolvidas por militantes ligados às Organizações de esquerda – instituiu a “ideologia da reconciliação”. Essa ideologia solidificou em amplo segmento da sociedade brasileira o silêncio, o esquecimento e, principalmente, uma “cultura do medo” (BAUER, 2012).

A ditadura civil-militar brasileira encerrou seu ciclo de 21 anos de terrorismo de Estado com o fim do mandato do último general Presidente, João Baptista Figueiredo, no ano de 1985. A eleição indireta de um civil para a Presidência do país naquele ano demarcava mais um capítulo da transição “sem rupturas” que estava em acordo com a “distensão lenta, gradual e segura” que foi proposta 11 anos antes pelo penúltimo general Presidente, Ernesto Geisel.

O fim do ciclo ditatorial não deve ser entendido como o início imediato da democracia. O aparelho ditatorial de Estado, construído durante 21 anos, manteve o chamado “entulho autoritário” presente em diversas instâncias do poder público. Mesmo com a aprovação da Constituição de 1988, resultante de um debate público que lhe rendeu a alcunha de “Constituição Cidadã”, conformando o Brasil – ao menos nos marcos legais – como um “Estado Democrático de Direito”, não garantiu a reforma total das Instituições sob a luz da democracia. O ideário da ditadura permaneceu incrustado em alguns órgãos públicos durante anos. Em alguns casos as heranças autoritárias permanecem ativas e atuantes, como no caso das polícias militares.

Esses elementos contribuíram para que noções como “verdade” e “justiça” tivessem seu sentido desfigurado e, também, para que não houvesse a construção de uma memória social e coletiva sustentada no conhecimento e reconhecimento dos crimes e graves violações aos direitos humanos cometidos durante o período ditatorial. Em um primeiro momento foi a censura que impediu o acesso à informação e o conhecimento da face sinistra da ditadura, bem como das barbáries por ela perpetradas. Posteriormente, a “ideologia da reconciliação” particularizou e “privatizou” as memórias individuais dos que lutaram e resistiram e, por isso, acabaram sendo vítimas da sanha repressiva do terror de Estado.

Com a consolidação dos primeiros governos eleitos democraticamente, os movimentos sociais ligados aos direitos humanos e os grupos de familiares de mortos e desaparecidos políticos se fortaleceram e levaram à público suas pautas. Depois de anos de silenciamento e esquecimento, as pautas não encontraram suporte e apoio entre o conjunto da sociedade ficando restritas, de um lado, ao âmbito privado e particular dos que reivindicavam e, de outro, ao Estado, que em acordo com a “ideologia da reconciliação”, buscava “protelar” o acerto de contas com o passado.

Lentamente algumas medidas pontuais começaram a ser tomadas no âmbito do Estado, mas sempre envoltas pela “ideologia da reconciliação” e pela “lógica da proteção”, além de distantes do conjunto da sociedade. Paulatinamente as demandas dos movimentos foram absorvidas pelo campo jurídico que lhe garantia certa guarida. As lutas foram se judicializando e ficando restritas ao âmbito institucional, distantes da sociedade. Dentro do aparato jurídico os “sujeitos vítimas” ganharam projeção, como se fossem apenas alguns indivíduos e grupos que foram atingidos pela ditadura, e não a sociedade como um todo. A figura jurídica do “sujeito vítima” se consolida enquanto os atores sociais que empreenderam luta e resistência se invisibilizam.

Boa parte das tímidas ações desenvolvidas pelo Estado ficou restrita ao âmbito da reparação financeira, assumida como primeira medida da “justiça de transição” (MAZAROBBA, 2009). A noção de justiça associada apenas à reparação financeira mantinha intocada a “ideologia da reconciliação”, ao passo que garantia a vigência da “Lei de Anistia” e a impunidade dos agentes dos órgãos de repressão que cometeram crimes em nome do Estado. Além disso, mantinha o foco sobre as “vítimas diretas e indiretas” da ditadura, deixando o conjunto da sociedade alheia ao processo.

Esses desdobramentos foram inviabilizando a construção de uma memória social e coletiva sobre o período ditatorial que estivesse baseada na verdade histórica dos fatos ocorridos. Esse cenário conforma um campo de disputas pela memória que ignora as memórias dos que lutaram, foram perseguidos, resistiram, foram supliciados e sobreviveram. A invisibilização dessas memórias garante a continuidade da dicotomização da “história oficial” entre “algozes e vítimas”, “bandidos e moçinhos”, ou ainda, favorece a continuidade de lógicas que apontam que “os dois lados” cometeram “excessos”. Esses elementos acabam encobrendo outros fatores de importância substancial para o entendimento dos motivos que levaram ao golpe de Estado e a ditadura que se seguiu a ele, bem como, a luta e a resistência que foram estabelecidas em oposição.

A partir dos anos 2000, outras iniciativas foram tomadas em nível de Estado no que se refere a reparação. Destacamos a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e Comissão de Anistia. Apesar de ambas estarem inseridas em uma lógica “de cima para baixo”, alheias ao desconhecimento que conforma a sociedade e distantes de um amplo debate público, essas iniciativas desempenharam papel importante ao trazer para o cenário nacional temas que até então não tinham a visibilidade que passam a ter. Contudo, vale destacar que essas iniciativas foram pontuais e não se inseriam em uma “agenda política”

aderente e compromissada com o tema da memória, verdade e justiça, ficando muito aquém do necessário.

Passados 51 anos do golpe de Estado de 1964, a lógica da protelação, a “ideologia da conciliação”, o silêncio e o desconhecimento seguem presentes na sociedade e os seus efeitos são cada vez mais evidentes no campo de disputas suscitado por essa temática. O Estado brasileiro só foi capaz de instaurar uma Comissão Nacional da Verdade, com legitimidade e respaldo legal, no ano de 2011, ou seja, 26 anos depois do fim da ditadura civil-militar. Os trabalhos realizados pela CNV iniciaram no ano de 2012 e tiveram dois anos para investigar o período entre às duas últimas Constituições Nacionais, ou seja, 1946-1988, 42 anos, portanto. Os trabalhos foram encerrados no ano de 2014 com a publicação de um extenso Relatório Final contendo os resultados alcançados e recomendações de ações a serem desenvolvidas pelo Estado.

Apesar de sob uma primeira análise os dados contidos no Relatório da CNV não apresentarem avanços significativos em relação ao que os movimentos sociais e pesquisadores que investigam o tema já conhecem e apontam a anos, o Relatório demarca posição importante no que se refere a questão política e às disputas que envolvem a temática da ditadura na sociedade. O nível de disputa político pode ser medido em diversas situações: Por exemplo, quando a CNV, mesmo tendo força de Lei, encontra resistências e negativas das Forças Armadas às suas solicitações; ou, ainda, nas recentes manifestações conservadoras e reacionárias que tomaram as ruas do Brasil nos meses de março e abril de 2015, com diversos recursos apelativos que pediam “a volta dos militares”, utilizando “bordões” que remetem ao período pré-1964 como, por exemplo: “sem foice e sem martelo, o Brasil é verde e amarelo” ou, “a nossa, bandeira, jamais será vermelha”.

Entendemos que a memória sobre o período ditatorial se constitui – sobretudo no atual momento histórico – como um campo em constante disputa por forças antagônicas dentro da sociedade. Os efeitos do esquecimento e da ausência de uma memória social e coletiva, que esteja assentada sobre as bases da verdade e da justiça, favorecem não só o esquecimento, mas a possibilidade de que a barbárie volte a ocorrer como repetição. Pois como afirma Ruiz (2011): “Os atos de memória atualizam as barbáries históricas como meio eficiente para evitar sua repetição. A violência esquecida tende repetir-se como ato de normalidade.” (RUIZ, 2011, p. 125). Além disso, cabe destacar, uma sociedade que não reconheça a importância dos direitos humanos e a necessidade da democracia, tende a manter a continuidade de toda ordem de violações aos direitos humanos.



Nesse trabalho buscamos demonstrar que, para além de medidas em nível de Estado, é fundamental a construção de significados sociais e políticos que possibilitem o surgimento de uma cultura democrática atenta aos pressupostos dos direitos e que contemple o conjunto da sociedade desde a sua base. Para que isso ocorra é necessário uma memória social e coletiva conhecedora das experiências de luta e resistência à ditadura. Isso nos leva ao objeto de estudo do trabalho, que é a memória como forma de resistência a partir da história da Ação Popular e das narrativas dos seus ex-militantes.

A AP é uma Organização que carrega na sua história várias peculiaridades. Sua origem remete a Ação Católica Brasileira (ACB), especialmente aos grupos do laicato jovem que começam a ter atuação social e política. A JUC é o grupo que mais rapidamente desponta na atuação política devido à própria dinâmica do movimento estudantil no período final dos anos 1950 e início dos 1960. As limitações impostas pela hierarquia da Igreja favorecem as discussões entre o grupo que se organiza em torno da JUC, especialmente no que se refere à necessidade de criar uma Organização essencialmente política, simpática as ideias socialistas e de atuação independente da Igreja. É em meio a esse percurso que a AP surge oficialmente em 1962 como Organização política autônoma à Igreja e de viés revolucionário, ampliando sua atuação em nível social e construindo hegemonia no movimento estudantil. Cabe destacar que, entre os anos de 1962 e 1973, todos os Presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE) são membros da AP.

A AP é uma Organização que se destaca entre outras que atuaram durante a ditadura porque tinha em curso, mesmo antes do golpe de Estado, um projeto político e de sociedade muito conseqüente. Com a efetivação da ditadura, a Organização seguiu construindo esse projeto apesar de ter que adequá-lo e remodelá-lo frente à conjuntura repressiva que se impunha sobre a sociedade. Frente ao quadro geral que constitui a memória social e coletiva sobre o período ditatorial, a AP é uma Organização que teve destacada atuação e segue praticamente desconhecida pelo conjunto da sociedade. A escolha da AP como caso de estudo se deve justamente a esses fatores: a sua grande importância para história das lutas que foram desenvolvidas no país (principalmente antes e durante a ditadura), e, proporcionalmente, a grande invisibilidade de seus projetos e de sua atuação, sendo a AP uma Organização praticamente desconhecida pelo conjunto da sociedade.

Essa dissertação tem por objetivo trabalhar a memória como uma das formas de resistência ao autoritarismo e as opressões a partir da história da AP e dos relatos e narrativas dos ex-militantes que atuaram no estado do Rio Grande do Sul. Por se tratar de uma Organização de abrangência nacional, delimitamos o objeto empírico da pesquisa ao contexto

dos militantes que atuaram nesse estado. Partimos da hipótese que a história da AP e as memórias dos ex-militantes podem contribuir para a formação de uma cultura política que reconheça e considere os exemplos históricos de luta e resistência que foram desenvolvidos durante o período da ditadura civil-militar, de modo a não permitir que a barbárie volte a ocorrer. A proposta de trabalhar a memória como resistência parte de uma lógica positiva e ativa, que busca superar – mas sem renegar – a condição de vítimas atribuída aos que lutaram e resistiram – embalados por ideais de justiça social e liberdade – contra o arbítrio, a opressão e o terrorismo de Estado que foi imposto pela ditadura.

Mais do que se deter as memórias das vítimas, este trabalho se dedica a pensar e desenvolver as memórias das lutas e das resistências a partir das narrativas dos que foram atores sociais e políticos desses processos. Nesse sentido, fazemos destaque à ex-militante da AP, Nilce Azevedo Cardoso. Nilce foi uma grande apoiadora e entusiasta desse trabalho, além de servir como exemplo de mulher e militante que atuou diretamente na luta e na resistência à ditadura e, mesmo tendo sido barbaramente torturada, venceu e seguiu “fazendo revolução a vida inteira”.<sup>1</sup> Porque “a luta política é também uma luta pela memória e pelo sentido dos acontecimentos, uma vez que os vencedores da história pretendem sepultar sua barbárie sob o manto do esquecimento.” (RUIZ, 2012, p. 73).

Além de Nilce, o trabalho conta ainda com os testemunhos<sup>2</sup> das ex-militantes, Antonia Mara Vieira Loguércio, Carmem Maria Craidy e Maria Josefina Becker; e dos ex-militantes, Luiz Antonio Timm Grassi, Luiz Carlos Santana e Sérgio Luiz Bittencourt. Todas e todos seguem, de uma maneira ou outra, tendo engajamento político e fazendo luta e resistência. Alguns ex-militantes criaram, inclusive, um grupo intitulado “Instituto Brasileiro de Ação Popular (IBRAP)”, onde se encontram para debater a conjuntura e organizar atividades.

Metodologicamente, o trabalho busca estabelecer relação qualitativa de interlocução e interconexão entre o campo teórico – através da abordagem transdisciplinar das contribuições advindas de diferentes áreas do saber – e o campo empírico – através das entrevistas semiestruturadas e de profundidade que foram realizadas com os ex-militantes da AP que atuaram no Rio Grande do Sul.<sup>3</sup> Apesar da delimitação empírica em relação aos entrevistados, o trabalho não fica restrito apenas aos fatos e acontecimentos ocorridos nesse estado. De

---

<sup>1</sup> O título dessa dissertação foi extraído de umas das falas de Nilce Azevedo Cardoso em entrevista que concedeu ao autor. Fica aqui registrada a referência e a singela homenagem.

<sup>2</sup> A palavra “testemunho” é utilizada no sentido de “transmissão” das experiências e fatos vividos que se dá a partir da narrativa das memórias.

<sup>3</sup> Todas as entrevistas que foram realizadas com os ex-militantes da AP se encontram nos apêndices desse trabalho.

forma geral, a parte empírica do trabalho conta com pesquisas bibliográficas e documentais, além das entrevistas.

O primeiro movimento em direção ao estudo das memórias foi realizado através de pesquisas exploratórias presenciais no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Posteriormente, foram realizadas pesquisas complementares de forma não presencial – através da *internet* – em acervos digitalizados do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), do Arquivo Público Mineiro (APM), do Arquivo Nacional – através do Portal “Memórias Reveladas” – e no acervo digital do Projeto “Brasil: Nunca Mais”.

No APERS, consultamos o acervo proveniente do “Fundo da Comissão Especial de Indenização”. Esse acervo foi “[...] construído a partir das informações encontradas nos documentos produzidos pela Comissão Especial de Indenização – que foi criada pela Lei 11.042, de 18 de novembro de 1997 [...]” através da qual “[...] o Estado assumiu a responsabilidade pelos danos físicos e psicológicos causados aos ex-presos políticos durante os anos de 1961 a 1979 e pela qual normatizou a concessão de indenizações às vítimas da Ditadura.” (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 13).

No AHRs, consultamos documentos provenientes do “Fundo da Secretaria de Segurança Pública” que compunha o “Acervo de Luta Contra a Ditadura”. Nesse fundo acessamos documentos e fichas provenientes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio Grande do Sul e das suas “filiais” no interior do estado, conhecidas como Supervisões de Ordem Política e Social (SOPS).

No APESP, através de pesquisa nominal, acessamos as fichas do DOPS/SP que continham informações sobre os militantes da Ação Popular que entrevistamos. No APM e no Arquivo Nacional – Portal Memórias Reveladas –, realizamos pesquisa nominal utilizando as expressões “Ação Popular”, “Ação Popular Marxista Leninista” e “Ação Popular Marxista Leninista do Brasil”. No acervo digital do Projeto “Brasil: Nunca Mais” realizamos pesquisas utilizando os nomes dos militantes que entrevistamos.

A redação do trabalho divide a história da AP em duas partes que constituem os dois primeiros capítulos. A primeira parte inicia com as origens cristãs da Organização e vai até o momento do golpe de 1964. A segunda parte vai do imediato pós-golpe até a desarticulação em 1973. No terceiro capítulo tratamos especificamente sobre o tema da memória como resistência.

O primeiro capítulo percorre os principais caminhos que constituem a história da AP até o golpe de 1964, obedecendo a uma divisão cronológica e esquemática dividida em duas

etapas fundamentais: das origens cristãs (no seio da Igreja Católica e da ACB) até a fundação; e da fundação (e consolidação enquanto Organização política de viés revolucionário) até o golpe de 1964.

O segundo capítulo também separa a “segunda fase” em dois momentos: a primeira parte trabalha com o período que vai da reorganização após o golpe de 1964 até o ano de 1968 onde, além do primeiro grande “racha” interno, a AP amplia uma das suas principais experiências, a “integração na produção”. O segundo momento inicia com as lutas sociais de 1968 e se estende até a desarticulação da Organização em 1973, quando a maioria dos militantes adere ao PCdoB e a AP se descaracteriza completamente em relação a sua concepção inicial.

No terceiro capítulo propomos algumas leituras sobre o conceito de memória partindo da aproximação transdisciplinar entre os campos teóricos da Sociologia, Filosofia, História e Direito, estabelecendo relação com o campo empírico da resistência a partir da história da Ação Popular. O objetivo deste capítulo é trabalhar a memória como forma de resistência utilizando as narrativas de ex-militantes da AP que atuaram no Rio Grande do Sul, bem como o percurso das memórias em âmbito social e teórico.

## **2 AÇÃO POPULAR (AP): DA ORIGEM CRISTÃ AO GOLPE DE 1964 – PRIMEIRA FASE**

O objetivo deste primeiro capítulo é apresentar alguns dos principais elementos que constituem o que denominamos de “primeira fase” da história da Ação popular (AP). Esse período compreende as origens cristãs no seio da Igreja Católica a partir da experiência da Ação Católica Brasileira (ACB) e se estende até o golpe de 1964. Entre esses dois pontos há o desenvolvimento político dos militantes que esbarra nas limitações impostas pela hierarquia conservadora da Igreja. Isso leva ao esgotamento da relação com a Instituição e, paulatinamente, ao caminho de fundação da AP como Organização política autônoma, de caráter revolucionário e independente da interferência da Igreja. O desenvolvimento da AP enquanto Organização Revolucionária autônoma e independente se defronta, logo no início das suas atividades, com o golpe de 1964, fator determinante para o país e para a Organização, delimitando, assim, a “primeira fase” da sua história.

A redação desse e dos demais capítulos, para além do referencial teórico-histórico, busca relacionar e dar ênfase a experiência empírica dos ex-militantes da AP que atuaram no Rio Grande do Sul. Não temos a pretensão de apenas reproduzir com outras palavras o que já foi escrito pelos pesquisadores e pesquisadoras que nos antecederam. Nesse sentido, nos propomos a realizar um exercício de síntese dos acúmulos historiográficos desde uma criteriosa revisão bibliográfica em diálogo com os elementos empíricos provenientes dos resultados alcançados com a pesquisa de campo. Dessa forma, buscamos contribuir com novos elementos de análise para o tema de estudo desta pesquisa, ou seja, a memória como forma de resistência à ditadura civil-militar.

Mesmo considerando os alertas de Amado e Ferreira (2005) sobre “os usos e abusos da história oral”, entendemos que o uso da memória individual que é expressa através da narrativa dos sujeitos que foram partícipes do processo sócio-histórico em questão não desmerece ou desqualifica o trabalho, pelo contrário, nos oferece possibilidades ímpares de análise do fato histórico a partir do elemento empírico. A metodologia adotada para a elaboração deste primeiro capítulo conta com pesquisa bibliográfica, documental e o uso de depoimentos de ex-militantes da Ação Popular que atuaram, sobretudo, no Rio Grande do Sul. Esses depoimentos são resultantes de entrevistas semi-estruturadas realizadas pelo autor e outros pesquisadores que são citados e referendados à medida que os materiais que produziram forem utilizados.

O recorte da pesquisa delimita o campo de estudo empírico ao caso dos ex-militantes da AP que atuaram no Rio Grande do Sul, mas a elaboração do texto não fica restrita apenas aos fatos e acontecimentos ocorridos nesse estado. Contudo, devido ao recorte da pesquisa, o uso dos depoimentos e dos documentos de arquivo<sup>4</sup> durante o texto se restringe, na maior parte das vezes, a experiência e a memória narrada pelos ex-militantes que atuaram no Rio Grande do Sul. Esse fato não implica, necessariamente, em parcialidade diante do conjunto histórico, pois muitos dos entrevistados atuaram tanto em âmbito local como nacional. Essa questão nos remete a um dos desafios que permeiam o desenvolvimento do trabalho, que é justamente a interlocução e interconexão entre os elementos empíricos – ligados as narrativas advindas das entrevistas – com os referenciais teóricos presentes nas bibliografias e nos documentos que tratam do tema.

Na primeira parte do capítulo apresentamos alguns elementos históricos do catolicismo que contribuem diretamente para a criação da ACB e das juventudes católicas que, por sua vez, constituem o alicerce de formação da AP. A conjuntura política do pós Segunda Guerra Mundial, especialmente simbolizada pelos rearranjos sociais, culturais e econômicos suscitados pela Guerra Fria, também irão se refletir dentro da Igreja Católica no que Löwy (2000) chama de “cristianismo da libertação”. Em outras palavras, trata-se da ascensão de correntes teológicas progressistas e de corte social em oposição ao conservadorismo clerical, defensor da propriedade privada e anticomunista. É através da influência dos “padres operários” franceses e da inspiração do “humanismo integral” (MARITAIN, 1942) de algumas vertentes filosóficas que serão lançadas, especialmente entre as juventudes católicas, as bases do que mais tarde virá a ser o projeto político revolucionário da AP.

As experiências das juventudes católicas iniciadas, sobretudo, dentro do movimento estudantil, mas também entre camponeses e operários, superam o campo estritamente religioso e lançam as bases para uma construção política mais ampla e à esquerda. Essa construção se depara com os limites infligidos pela hierarquia da Igreja Católica, trazendo a necessidade de uma Organização autônoma e que supere a atuação restrita às prerrogativas da ACB e dos seus princípios religiosos. Esse movimento converge para fundação da Ação

---

<sup>4</sup> Aqui fazemos referência especialmente aos acervos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, do “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil”, denominado “Memórias Reveladas”, que está sob administração do Arquivo Nacional, onde se encontram disponíveis de forma digitalizada boa parte dos documentos que compõem os Arquivos Públicos de 13 estados brasileiros e, por fim, ao portal “Brasil: Nunca Mais Digital”, onde se encontra digitalizado todo o acervo do Projeto “Brasil: Nunca Mais”.

Popular, que terá o seu percurso organizativo, da fundação até o golpe, apresentada e analisada na segunda parte do capítulo.

Para analisar o percurso histórico que dará origem a AP, na segunda parte do capítulo passamos obrigatoriamente por elementos da conjuntura social e política vivida no país e no mundo a partir dos anos 1960. Conjuntura essa que influencia de forma determinante os jovens militantes da ACB. Essa influência pode ser exemplificada através do contato progressivo com o marxismo ou, também, através do papel desempenhado pela Revolução Cubana no imaginário daquela juventude. Essas influências ampliam o horizonte de percepção, reflexão e entendimento da realidade e apontam para novos desafios. O engajamento nas lutas sociais – especialmente as que têm origem no movimento estudantil – conduz, cada vez mais, os militantes para o campo político revolucionário, onde desenvolvem uma identidade que, gradativamente, supera a lógica estritamente cristã, o que acaba atraindo novos militantes que não tem origem nas bases da Igreja.

O crescimento exponencial, o discurso e as ações mais radicalizadas e independentes que são levadas a efeito pelos militantes colidem frontalmente com os padrões estabelecidos pela ACB. Os choques ideológicos demonstram a incompatibilidade, as limitações e as inconsistências de uma atuação política atrelada aos desígnios da Igreja. Os militantes com atuação política mais destacada na Juventude Universitária Católica (JUC) acabam construindo um “grupo político” que, em verdade, é o embrião da AP. A Igreja acirra a perseguição aos “desviantes” e expulsa militantes dos quadros do laicato jovem da ACB, gerando o efeito contrário ao esperado, acelerando a fundação da AP como Organização política revolucionária e laica. Esses são alguns pontos que constituem a segunda parte do capítulo.

Portanto, a redação deste primeiro capítulo percorre os principais caminhos que constituem a história da AP até o golpe de 1964, obedecendo a uma divisão cronológica e esquemática dividida em duas etapas fundamentais: das origens cristãs (no seio da Igreja Católica e da ACB) até a fundação; e da fundação (e consolidação enquanto Organização política de viés revolucionário) até o golpe de 1964. Os depoimentos e documentos que tivemos acesso através da pesquisa de campo são utilizados como elementos de amarração e sustentação do texto, hora como adendo, hora como contraponto às assertivas da bibliografia especializada, de modo a oferecer certa singularidade ao percurso histórico da Organização que ora apresentamos.

## 2.1 DA AÇÃO CATÓLICA À ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

A Igreja Católica adentra ao século XX em crise com o paradigma da modernidade. Durante o pontificado de Leão XIII (1878-1903) publicam a encíclica *Rerum Novarum* (em tradução aproximada, “coisas novas”) que deu origem ao que ficou conhecido como a “doutrina social da Igreja” (DUARTE, 2010). A preocupação com o “social” estava relacionada com o aumento das desigualdades recorrentes do capitalismo em franca expansão no final do século XIX e início do XX e, também, com a resistência a esse processo levada a efeito pelas classes trabalhadoras que em boa medida tinham influência direta do socialismo e dos socialistas. Defendendo a propriedade privada como um direito natural e atacando a saída pelo socialismo – e, por consequência, o inevitável choque de classe – a “doutrina social” pregava a caridade como “salvação” frente às mazelas sociais que se ampliavam (DUARTE, 2010).

Ainda sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa que alçou ao poder o Partido Bolchevique, o pontificado de Pio XI (1922-1939) trouxe dois novos elementos para a doutrina social da Igreja: o anticomunismo radical e a necessária recristianização da sociedade como antídoto ao “perigo” simbolizado pelo comunismo ateu (DUARTE, 2010). Frente a esse cenário, o papa Pio XI estabeleceu uma nova relação entre os fiéis e a Igreja: o laicato. O papel do laicato – ou apostolado leigo – se constituía basicamente em dar apoio e difusão – especialmente nos espaços de trabalho – às diretrizes da Igreja pregadas por meio do sacerdócio. O foco de atuação do laicato era a classe trabalhadora entendida como a mais exposta ao “perigo comunista” e das demais expressões do pensamento de esquerda vindos do século XIX e com influência crescente entre os movimentos sociais do período. Essa atuação deu origem à Ação Católica (DUARTE, 2010).

A ação católica se constituía em um movimento leigo que atuaria sob a Direção e orientação do sacerdócio e submissa a hierarquia da Igreja. No Brasil a organização do apostolado leigo toma corpo a partir do ano de 1935. Por iniciativa do Cardeal do Rio de Janeiro à época, Dom Sebastião Leme da Silva Cintra (1882-1942), contando com o auxílio de outros bispos e padres, é fundada a Ação Católica Brasileira (ACB) (GAVIÃO, 2007; DUARTE, 2010; MATTOS, 2013). A ACB era inspirada pelo modelo italiano e dividia a atuação do apostolado leigo em quatro frentes: Homens da Ação Católica; Liga Feminina de Ação Católica; Juventude Católica Brasileira (que era destinada a participação do sexo masculino); Juventude Feminina Católica (destinada a participantes do sexo feminino) (SIGRIST, 1982). Talvez neste momento a hierarquia da Igreja ainda não fosse capaz de



perceber que esta inserção iria influenciar não só membros do clero, mas as próprias questões propostas por ela.

Como se pode perceber, a Igreja Católica por meio da ACB já destinava uma atenção especial para os jovens brasileiros. Segundo as contribuições de Sigrist (1982, p. 15) revisitadas por Gavião (2007, p. 29), esse movimento se inicia antes mesmo da criação da ACB. No final do ano de 1899, na cidade do Rio de Janeiro, o padre Júlio Maria esboçou uma tentativa de organização dos estudantes católicos através de um movimento denominado “União Católica”. Alguns anos depois, em 1929 e também no Rio de Janeiro, houve outra tentativa de organização dos estudantes católicos. Dessa vez por iniciativa do Centro Dom Vital, na pessoa do seu Presidente, Alceu Amoroso Lima, foi criada a Associação dos Universitários Católicos (AUC). A AUC foi integrada a ACB em 1937 e estendeu a sua atuação para algumas outras poucas capitais estaduais, simbolizando um embrião do que viria a ser a Juventude Universitária Católica (JUC).

É importante que se tenha presente que o Centro Dom Vital estava muito distante de qualquer lampejo progressista. Ele aglutinava uma parte substancial dos intelectuais católicos conservadores que, inclusive, defendiam o nacionalismo de direita (RIDENTI, 2002). Segundo Ridenti (2002, p. 214), Jackson de Figueiredo – diretor do Centro nos anos 1920 e antecessor de Alceu Amoroso Lima – era apoiador do integralismo. Somado a essa questão, Ridenti (2002) também chama atenção para o fato de que a ACB surge e se difunde em plena era Vargas. Destaque-se a dinâmica contraditória das ideias e ideologias dentro desse processo histórico, pois alguns anos depois, mas ainda dentro desse fluxo, surge a dimensão do Humanismo Integral do filósofo Jacques Maritain (1882-1973). Esse, apesar de não romper com o anticomunismo ou com a defesa da propriedade privada, não guarda nenhuma relação com o integralismo.<sup>5</sup>

A primeira década de atuação da ACB (1935-1945) não resultou em avanço significativo. Segundo Mattos (2013, p. 250), em 1946 foi realizado o primeiro congresso nacional da ACB na qual foi apontada a necessidade de mudança dos estatutos e, por consequência, da forma de atuação no âmbito brasileiro, entendido como complexo. Tal complexidade exigiria atuação mais flexível e atenta as peculiaridades do meio de vida dos

---

<sup>5</sup> Segundo Gavião (2007, p. 36), Alceu Amoroso Lima foi o principal divulgador das obras de Jacques Maritain no Brasil tendo, inclusive, traduzido e elaborado a introdução da obra “Cristianismo e Democracia” daquele autor. “[...] O ‘maritainismo’ ou as ‘novidades’ que se espalhavam nos movimentos de Ação Católica e nos Centros Dom Vital, levantaram as trincheiras de uma luta ideológica que marcou época nos anos de 1940. Os tradicionais redutos anticomunistas católicos arrepiavam-se com a possibilidade de que se difundisse no Brasil, assim como ocorreu na França, a prática da ‘politique de la main tendue’ (política da mão estendida), práticas de colaboração entre católicos e comunistas que eram legitimadas por Maritain, e no Brasil por Alceu Amoroso Lima [...]” (GAVIÃO, 2007, p. 38).

brasileiros. Na esteira desse primeiro congresso da ACB foram apontadas novas frentes de atuação que focavam especialmente nos jovens brasileiros. Efetivamente, apenas a Juventude Operária Católica (JOC) é oficializada nesse momento, ainda na década de 1940, iniciando suas atividades em 1948 (MATTOS, 2013).

Segundo nos aponta Duarte (2010, p. 20), foi apenas durante a 4ª Semana Nacional da ACB, realizada em julho de 1950, que foram estabelecidos os critérios que deveriam ser seguidos para a formação das demais frentes de atuação, ou de “especialização”. Essas seriam formadas levando em conta a idade e o meio social do qual provinha o aspirante. Nesse momento são criadas a Juventude Agrária Católica (JAC), para os jovens camponeses; a Juventude Estudantil Católica (JEC), para os estudantes secundaristas; a Juventude Universitária Católica (JUC), para os estudantes universitários; e, por fim, a Juventude Independente Católica (JIC), para os jovens que não se enquadravam em nenhuma das outras frentes. Como referido, a Juventude Operária Católica (JOC) já havia iniciado as suas atividades (SIGRIST, 1982).

A divisão nessas “frentes de especialização” comprova o interesse especial da ACB e, conseqüentemente, da hierarquia da Igreja, sobre a juventude brasileira. Esse foi um movimento estratégico da Igreja para cooptar a juventude e mantê-la sobre a sua égide de controle e doutrinação, especialmente a juventude universitária que em poucos anos formaria parte da elite acadêmica – quiçá dirigente – do país. Ter a juventude universitária sob seu controle e a seu serviço contribuía, também, para a manutenção das pautas caras a Igreja dentro das universidades, além de ser uma excelente forma de combater o comunismo e a laicização em curso, sobretudo, nos meios acadêmicos.

Os jucistas eram oriundos principalmente dos setores médios urbanos, extrato social com forte inserção da Igreja Católica. Este fato lhes assegurava uma grande possibilidade de acesso à universidade, permitindo assim seu engajamento no jogo político nacional via movimento estudantil e outros movimentos sociais. A origem social, o acesso à universidade e o envolvimento junto aos movimentos de apostolado da Igreja (JEC e depois JUC e AP) lhes garantiam a permanência relativamente duradoura em espaços sociais que, por sua vez, lhes forneciam o tempo livre e a possibilidade de acumular um capital cultural – instrumentos de expressão e de crítica (doutrinas e teorias) –, sem os quais não seria possível aos jucistas manipular linguagens, formular e explicitar uma representação do mundo social de caráter eminentemente político, representações estas postas em concorrência na luta política na qual se engajavam. (GAVIÃO, 2007, p. 31)

Mesmo detentora de um indicativo favorável para a intervenção no meio estudantil, a JUC passa pelo menos até a metade dos anos 1950 atrelada irremediavelmente aos desígnios

da hierarquia da Igreja, com praticamente nenhuma margem de ação autônoma. A tarefa da JUC era contribuir com a evangelização e com a missão da ACB de forma totalmente apolítica. A Igreja organizou todo o seu funcionamento e o campo de atuação, designou assistentes do clero e do apostolado para acompanhar e fiscalizar a Equipe Nacional de Coordenação (MATOS, 2013). Porém, as vivências no movimento estudantil, o contato com a realidade brasileira dentro de uma conjuntura de ampliação do capitalismo nacional – e também de suas contradições – no imediato pós Segunda Guerra Mundial e, principalmente, a influência da cultura e dos teóricos católicos franceses, alterou completamente o rumo pensado pela Igreja para a JUC.

No que se refere à influência da corrente francesa do catolicismo de corte social que será a grande impulsionadora da JUC, a bibliografia que estamos utilizando como referência (LÖWY, 2000; GAVIÃO, 2007; DUARTE, 2010) aponta o humanismo cristão de Maritain como uma das principais influências da própria corrente francesa. Seguindo de Maritain, há referência ao “personalismo cristão” do filósofo Emmanuel Mounier (1905-1950) e ao movimento de “economia e humanismo” do padre Louis-Joseph Lebret (1897-1966) (GAVIÃO, 2007). Löwy (2000, p. 233) aponta alguns outros nomes que tiveram grande influência no que o próprio autor denomina de “novas formas de cristianismo social”, que mais à frente terá influência sob a teologia da libertação na América Latina, seriam eles: Henri de Lubac; Yves Congar; Christian Duboc; Thomas Cardonnel; Marie-Dominique Chenu; Charles Péguy; Teilhard de Chardin; Jean-Yves Calvez; Jean Baptiste Perrin; Pierre Voillaume.

As entrevistas que realizamos com ex-militantes da JUC – que depois tiveram níveis diferentes de participação na AP – trazem referências a alguns desses teóricos, mas com percepções diferentes sobre o grau de influência de cada um, tanto na Organização como na sua militância enquanto indivíduo. Outro elemento muito relevante nesse caso é o fato de que os entrevistados que tiveram militância na JUC participaram a partir do momento de maior efervescência da Organização, ou seja, a partir do final dos anos 1950. Para o ex-militante Luiz Antonio Timm Grassi, “[...] *Maritain era bem católico, do início do século XX. Era um católico filósofo francês, ele serviu como um primeiro degrau. Nos anos 1960 Maritain já não tinha mais influência.*” (GRASSI, 2015).

Continuando o seu raciocínio e questionado sobre outras influências, Grassi atribui grande importância a Mounier e a Lebret. Essa referência nos permite trabalhar com a hipótese de que a efervescência política que tomara corpo com muito fôlego a partir dos anos 1960 tem influência direta no que Löwy (2000) chama de “cristianismo da libertação”.

*“O Mounier [...] é bem posterior, do meio do século XX. Acho que ele viveu pouco, mas pegou [o período da] Segunda Guerra. Esse era um pensador mais aberto, inclusive [...] [permitia] um compartilhamento. Outro pensador que teve grande importância foi o [Louis–Joseph] Lebreton. Ele foi praticamente o fundador da Ação Católica Estudantil. Ele era conhecido como Padre Lebreton. [...] Outro grande pensador, principalmente nos últimos tempos antes do golpe, foi o Teilhard de Chardin. Hoje eu vejo o Teilhard de Chardin com certa crítica, porque ele tentou elaborar uma cosmo visão ampla. Eu não sei se ele queria, mas para nós ele seria o Marx, só que a visão dele era extremamente mística.”* (GRASSI, 2015)

A entrevista realizada com Carmem Maria Craidy, outra ex-militante da JUC que posteriormente terá rápida passagem pelo Partido Revolucionário dos trabalhadores (PRT) – que foi uma das dissidências da AP nos anos 1960 – também revela a importância dos teóricos franceses para a formação de um ideal militante na JUC.

*“[...] Nessa época era muito forte a influência do [Emmanuel] Mounier – o personalismo de Mounier –, do Teilhard de Chardin, do [Marie-Dominique] Chenu, todos grandes teólogos e teóricos da época que entraram em cheio [na nossa militância]. Inclusive o germe da Teologia da Libertação teve a influência desses teóricos. [...] [Essas influências] abrem muito o pensamento de JUC e o engajamento passa a ser prioritariamente no social e no político, com uma perspectiva revolucionária. O tipo de cristianismo que nós propugnávamos, a partir desses teólogos, era uma visão antropológica do cristianismo. Quer dizer, o Cristo para nós era o Cristo encarnado, portanto, o que nos interessava era o homem concreto e o ser humano concreto dominado. Disso para uma perspectiva revolucionária era um passo [...]”.* (CRAIDY, 2015)

Dentre as correntes de inspiração social da Igreja que influenciaram a JUC destacamos também a importância do padre belga Joseph Cardijn (1882-1967). Para Mattos (2013, p. 252), Cardijn foi um dos responsáveis por elaborar uma teoria em que o elemento espiritual estava intrinsecamente ligado ao material, de modo que não haveria como realizar uma “reforma espiritual” sem que houvesse uma profunda transformação no meio material onde os indivíduos vivem. Cardijn também teria sido um dos criadores do método “ver, julgar e agir” que foi amplamente adotado pela JUC e demais juventudes católicas como meio de conhecer, julgar e atuar sobre a realidade. Craidy afirma em seu depoimento que: *“Na JEC e na JUC da época nós utilizávamos um método de reflexão chamado ‘ver, julgar e agir’. Este método nos dava muito dinamismo à reflexão e ao engajamento social, pois impulsionava a agir sobre a realidade.”* (CRAIDY, 2015).

Em entrevista concedida para Viola e Pires (2011, p. 151), a militante de JUC e depois de importante atuação na AP – especialmente no Rio Grande do Sul –, Nilce Azevedo Cardoso, também faz referência ao método “ver, julgar e agir” citado por Craidy. No trecho que destacamos também é possível perceber o caráter de engajamento e preocupação social que permeava o método.

Foi neste universo que encontrei e conheci um pessoal que era da JUC – Juventude Universitária Católica. Nós tínhamos um grupo ecumênico que se perguntava qual o lugar dos católicos na sociedade. Usávamos um método: o ver, julgar e agir para fazer escolhas e assumir compromissos. Fomos conhecer algumas das favelas de São Paulo para aprender a forma de viver do povo. E aí fazíamos um trabalho muito bonito, muito consequente, de conscientização. (CARDOSO, 2011, p. 151)

Os elementos que vamos elencando, pouco a pouco, começam a construir um plano de fundo sob o qual se torna mais evidente o papel desempenhado pelo cristianismo progressista – ou de “libertação” – na conjuntura social e política vivida pelo Brasil e por boa parte da América Latina. Como nos lembra Löwy (2000, p. 53), embora houvessem socialistas cristãos ligados a igreja em várias partes do mundo, é na cultura católica francesa (e por influência direta desta, também na América Latina) que reside a mais ampla e extensa tradição anticapitalista e de esquerda. Esse elemento apontado por Löwy nos conduz a uma questão intrigante, que é justamente buscar perceber onde se dá a influência direta ou indireta do marxismo e do elemento de transformação social encarnado pelo socialismo/comunismo nesse ideário desencadeado pela tradição francesa na América Latina e, sobretudo, no Brasil (ainda mais especificamente no contexto que leva ao surgimento e atuação da AP).

A análise de extratos da obra de Maritain – “Humanismo Integral” – nos oferece condições para perceber que as suas preocupações estavam muito distantes do que poderia se chamar de uma defesa do comunismo ou de um ataque ao capitalismo. Basicamente, suas preocupações eram de cunho filosófico-humanístico-cristão, se detendo a pensar a realidade à época (entre o início e o meio do século XX) e as possibilidades da cristandade para o futuro (GAVIÃO, 2007). De toda forma, as reflexões que propunha lhe renderam – especialmente pelos conservadores da Igreja – a alcunha de *marxiste-chrétien* (marxista-cristão). Essa acusação está muito associada à concepção de “ideal histórico” desenvolvida por Maritain. Essa concepção, direta ou indiretamente, se torna muito mais próxima de alguns elementos do pensamento marxista, apesar dessa relação ser negada pelo próprio autor e, também, pelos ex-militantes que entrevistamos. Nas palavras de Maritain, o ideal histórico:

[...] não tem a noção de ideal nenhum sabor idealista, tanto quanto a noção de razão não possui sabor racionalista, nem a de matéria sabor materialista. A noção de ideal histórico concreto corresponde a uma filosofia realista, que compreende que o espírito humano pressupõe as coisas e trabalha sobre elas, mas só as conhece quando as apreende para transferi-las em sua própria vida e atividade imaterial, e as transcende para tirar delas, sejam naturezas inteligíveis, objetos de conhecimento especulativo, sejam temas inteligíveis práticos e diretivos da ação à categoria dos quais pertence o que chamamos um ideal histórico concreto. (MARITAIN, 1942, p. 127 *apud* GAVIÃO, 2007, p. 51)

A noção de “ideal histórico” será assumida amplamente pela JUC entre o final dos anos 1950 e durante os anos 1960, especialmente para fundamentar sua inserção política que, paulatinamente, vai superar o viés essencialmente cristão e adentrará em uma perspectiva revolucionária. Na percepção de Craidy: *“O ideal histórico era uma formulação em que o compromisso fundamental do militante era com a história. A história dentro de uma perspectiva revolucionária.”* (CRAIDY, 2015). Ao questionarmos Grassi sobre a possível relação entre o “ideal histórico” de Maritain com o marxismo, ele afirma que: *“Existe convergência dessa linha que chamamos de “cristã”, “humanista”, que caminha em direção a um método e concepção marxista da história”* (GRASSI, 2015). Para corroborar com a ampliação do vetor social da JUC suscitado pelo ideal histórico, surge também a noção de “engajamento” advinda do pensamento de Emmanuel Mounier.

O depoimento de Maria Josefina Becker, ex-militante da JUC e uma das co-responsáveis pela fundação da AP no Rio Grande do Sul (foi em uma reunião na casa em que a ex-militante residia com seus pais que se deu a fundação da AP no estado), aporta mais alguns elementos para a compreensão da simbiose entre os elementos cristãos e o engajamento em causas sociais impulsionado pela influência de Mounier e também pelo ideal histórico de Maritain.

*“Houve uma mudança no final da década de 1950 – 1959/1960 –, uma mudança profunda na militância, sobretudo, da JEC, da JUC e da JOC. Essa mudança foi resultante de um movimento que houve em parte da Igreja, na parte da igreja que era mais progressista, que trazia ideias de renovação do cristianismo através do engajamento nas necessidades populares. [...] Esses grupos jovens de ação católica começaram a militar a partir da ideia do engajamento. O nosso objetivo não era converter pessoas ao catolicismo, mas ser uma presença que simbolizasse transformação e compromisso com os mais pobres. É aí que começam a surgir as ideias [que darão início a] teologia da libertação. Há o movimento dos padres operários na França que se constituía em eles irem morar nas favelas e periferias, para trabalhar nas fábricas e se aproximar mais dos pobres. Isso não deixa de ser uma forma de militância progressista que se afirmava como não-comunista, não-marxista, digamos assim. [...] A nossa identificação era com uma*

*coisa religiosa não alienante, uma religião que se identificava com as questões populares e que era contrária àquela ideia do Marx de que a religião era o ópio do povo, nós queríamos mostrar o contrário disso, que a religião poderia ser o fermento da massa. Aquela ideia de fermento que faz a massa crescer e lutar pelos seus direitos para viver melhor.”* (BECKER, 2015)

Um elemento fundamental para compreender o caminho à esquerda trilhado pela JUC remete as suas vivências no movimento estudantil, especialmente àquelas que dividiam espaço com os quadros comunistas vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A JUC buscava um tipo de engajamento e militância que não se reivindicava comunista e tampouco reformista. Era uma formulação própria que, utilizando especialmente as referências dos intelectuais franceses, criava uma linha social e política própria para a “revolução brasileira” (ARANTES; LIMA, 1984).<sup>6</sup> Para exemplificar a questão basta dizer que no Congresso Nacional da JUC de 1954 o tema central foi: “O universitário jucista e a questão social”; e, sete anos depois, em 1961, o tema do Congresso Nacional era: “A Revolução Cubana e a luta armada” (MATTOS, 2013).

### **2.1.1 A passagem dos anos 1950 para os 1960**

O final dos anos 1950 no Brasil é marcado por extrema agitação social e política que serve como prévia do que viria pela frente nos anos 1960. Para citar apenas um exemplo, o desenvolvimentismo do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) simbolizado pelo seu Plano de Metas que anunciava 50 anos de progresso em cinco de mandato, deixou uma divisão externa compatível com a sua ambição, além de ampliar a dependência do Brasil frente ao capital estrangeiro. Segundo aponta Dreifuss (1987), entre 1950 e 1960 a concentração de terras no Brasil era simbolizada pela estatística de 0,98% dos proprietários detendo 47,29% da terra. A discrepância evidente na questão agrária impulsionou um movimento radical pela reforma agrária através das Ligas Camponesas, onde se destaca a figura de Francisco Julião como liderança. Esses elementos da conjuntura nacional

---

<sup>6</sup> Becker descreve, desde a sua perspectiva, as referências políticas que influenciavam a JUC entre o final dos anos 1950 e início dos 1960: “Era algo como um socialismo utópico. A nossa referência era fazer a revolução. Nós queríamos uma mudança estrutural da sociedade. Nós adorávamos a revolução cubana, era uma maravilha. Fidel Castro era uma referência. [...] Acho que simpatizávamos mais com a China do que com a Rússia. Nós não gostávamos de Stalin, ‘stalinismo não!’ [...] Não havia nenhum país que fosse ‘a referência’, a não ser Cuba porque era algo romântico. Nós tínhamos uma referência, nós nos considerávamos revolucionários e não reformistas; nós queríamos mudanças estruturais na sociedade. Nós queríamos uma sociedade socialista, digamos assim, mas não aceitávamos aquela coisa stalinista de que todo mundo tinha que pensar igual. Nós acreditávamos que tinha espaço para um “humanismo cristão”. Era uma coisa meio confusa, para te dizer a verdade.” (BECKER, 2015).

impulsionados pelos ventos revolucionários caribenhos que vinham direto de Cuba, somados ao ideal histórico e ao engajamento de Maritain e Mounier, respectivamente, começaram a transformar decisivamente os paradigmas da militância jucistas.

Durante o 9º Conselho Nacional da JUC realizado em Belo Horizonte em 1959, Herbert José de Souza – o “Betinho”, como ficaria conhecido –, um dos quadros militantes mais qualificados e influentes da JUC e depois da AP, já demonstrava em um texto intitulado “A JUC de amanhã” uma preocupação política que estava inserida dentro da perspectiva de engajamento de Mounier e do ideal histórico de Maritain. É notória a preocupação em manter presentes os elementos cristãos que garantiam, entre outros, o vínculo com os ideais da Igreja para o apostolado leigo. É importante frisar que as posições sustentadas pelo Grupo de Minas Gerais, que era ligado a Regional Centro Oeste da JUC, não era hegemônica na Organização nacional. A posição do grupo de Minas Gerais foi, inclusive, criticada pela Equipe Regional Nordeste da JUC através de um documento que denunciava os “interesses políticos que distanciavam a Organização da ação apostólica de evangelização” (DUARTE, 2010). O texto assinado por Betinho sustentava que:

O ideal histórico faz um apelo à encarnação concreta e exige fidelidade à realidade; por isso a JUC do Brasil se vê hoje chamada a falar de um modo mais localizado, histórico. [...] O jucista hoje sente a necessidade de ser radical, de estar na vanguarda da História, de provar o seu Absoluto pelo testemunho histórico e conseqüente [...] Percebemos rapidamente crescer a classe operária, ser espoliado o que trabalha. Já lemos as condenações formais do capitalismo histórico pelas Encíclicas. Mas já lutamos pela queda da estrutura capitalista? Acredito que não; temos medo de abalar nossa própria base, desculpamos alegando o perigo do comunismo, preferimos lutar contra uns poucos comunistas a ver a realidade da injustiça social. [...] a JUC de amanhã será um instrumento consciente da resposta de Cristo ao problema das ascensão da classe operária, será a Caridade concreta no homem concreto, será a negação da burguesia, porque a JUC é o único setor do meio estudantil que está vinculada a valores essencialmente anti-burgueses; os valores cristãos. (SOUZA, 1960, p. 17-20 *apud* DUARTE, 2010, p. 24)

A conjuntura vivida pela JUC no final dos anos 1950 também foi muito influenciada pelo pontificado do papa João XXIII (1958-1963), reconhecido pelas suas posições progressistas e por sua vinculação a causas sociais. A percepção que temos é de que a Organização entrava nos anos 1960 embalada por uma conjuntura nacional e internacional favorável ao seu estilo. À ampliação dos estudos teóricos influenciados pelas correntes progressistas francesas se somava as vivências práticas no movimento estudantil, atento as questões sociais e econômicas vividas pelo país. Os elementos espirituais colocadas pelo



catolicismo eram, cada vez mais, percebidos desde o campo material e concreto, apontando a necessidade de intervir na realidade e transformá-la. A íntegra do documento assinado por Betinho demonstra a preocupação de associar reflexão e ação no que toca a temas como o subdesenvolvimento, as desigualdades inerentes ao capitalismo e a defesa da reforma agrária.

O ano de 1960 foi marcado pelo Congresso de 10 anos da JUC que, sobretudo, demonstra o nível de organização e de acúmulo que se reflete na influência que passa a exercer no movimento estudantil e entre a juventude do país. A JUC era a ponta mais avançada do movimento do apostolado leigo jovem, tornando-se referência entre as juventudes universitária, secundarista, operária, agrária ou independente. O Congresso de 10 anos, realizado em julho de 1960 no Rio de Janeiro, ficaria marcado pela disputa de posições evidenciadas, essencialmente: por uma que desafiava os limites impostos pela hierarquia da Igreja ao apostolado leigo, defendendo a inserção e a disputa política dentro do movimento estudantil; e outra, de viés mais conservador, que defendia que as preocupações da JUC deveriam ficar restritas ao universo religioso e espiritual. No depoimento de Grassi podemos perceber um pouco do que representava o Congresso de 10 anos da JUC:

*“Eu entrei em 1960, justamente quando foram os 10 anos da JUC enquanto movimento organizado por categorias. [...] Então, no marco desses 10 anos houve um grande Congresso nacional da JUC que eu não fui, mas acompanhei especialmente quando o pessoal que foi retornou. Nós fizemos muitas reuniões onde eles contavam sobre o Congresso. É nesse momento que a JUC começa a se voltar para a questão social e para a questão política. Ainda muito atrelada a uma visão de ‘vamos construir um mundo diferente! Vamos dar um modelo!’ A isso se deu o nome de ‘ideal histórico’.” (GRASSI, 2015)*

Se nos anos 1950 ainda não era nítido o interesse pelo engajamento político, no Congresso de 10 anos isso fica evidente. Mais que um modesto debate político entre jovens católicos, ao final do Congresso há uma condenação severa ao capitalismo e suas influências nefastas, especialmente sobre os setores oprimidos da sociedade. Uma das importantes disputas do Congresso foi justamente a aprovação de um documento intitulado “Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro” que, apesar do título, continha posições bem radicalizadas para o contexto. O documento foi apresentado por Antônio Otávio Cintra que também pertencia a Regional Centro Oeste, juntamente com Betinho, Henrique Novaes, Paulo Haddad e Vinícius Caldeira Brant. Todos frequentavam a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – alguns a Faculdade de Ciências Econômicas, outros a de

Ciências Sociais – e nos anos 1960 liderariam a JUC e também a fundação da AP.<sup>7</sup> Abaixo, destacamos um pequeno trecho do documento.

O que devemos dizer, sem tergiversações, é que o capitalismo, realizado historicamente, só pode merecer a tranqüila condenação da consciência cristã. São necessárias justificativas? Mais que suficiente seria lembrar aqui algumas alienações da pessoa humana confiadas no repertório da situação capitalista concreta: redução do trabalho humano à categoria de mercadoria; ditadura da propriedade privada, não submetida às exigências do bem comum; abuso do poder econômico; concorrência desenfreada, de um lado, e práticas monopolísticas de toda a sorte, de outro; motivação central no espírito de lucro; criação e sustentação da condição proletária; etc. (LIMA, 1979, p. 89 *apud* DUARTE, 2010, p. 26)

Outro ponto polêmico do Congresso de 10 anos – cabe ressaltar, contou com a presença de mais de 500 delegados de praticamente todas as regiões do país (ARANTES; LIMA, 1984; RIDENTI, 2002; DUARTE, 2010) – foi o lançamento da pré-candidatura de Betinho para a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE) na gestão 1960/1961. Essa candidatura seria oficializada no mês seguinte ao Congresso da JUC – em julho, portanto – nos marcos do XXIII Congresso Nacional da UNE. A oficialização do nome de Betinho não ocorreu porque nesse momento surgia outro fator muito importante para a JUC dentro do movimento estudantil, a consolidação de uma aliança político/estudantil entre a JUC e outros setores do movimento, principalmente com o PCB, que detinha mais influência que a JUC naquele momento. Essa aliança é denominada por alguns pesquisadores e por alguns militantes como “grupão” e, por outros, como “frente”.<sup>8</sup> A resolução desta “frente” para o XXIII Congresso da UNE foi a indicação do Presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) da Bahia, Oliveiros Guanais, para concorrer no lugar de Betinho (DUARTE, 2010).

Com a formação da “frente” fica evidente o interesse da JUC em disputar espaço dentro do movimento estudantil em vistas de colocar em prática a sua linha política ligada ao ideal histórico e ao engajamento. Linha política que ainda não se definia como marxista, mas começava a lançar ataques diretos contra o capitalismo. Segundo Arantes e Lima (1984, p. 28), o Congresso de 10 anos marca a opção da JUC por um “socialismo democrático” que seguiria rumo a uma “revolução brasileira”. Os passos que começaram a ser dados pela JUC

---

<sup>7</sup> Foi por iniciativa desse grupo de Minas Gerais que surgiu o jornal “Ação Popular”, paralelamente ao Congresso dos 10 anos. Possivelmente não se trata de uma coincidência que dois anos depois surja a Ação Popular como Organização política de esquerda e independente da Igreja. A criação do jornal “Ação Popular” indica que já se apresentava no horizonte desse grupo a ideia de uma Organização nos moldes que seria a AP (GAVIÃO, 2007).

<sup>8</sup> Optamos por utilizar a denominação de “frente” ao invés de “grupão”, pois, em outro momento, “grupão” será a designação utilizada para se referir ao grupo de militantes que desde o interior da JUC se organiza para criar a AP.

dentro do movimento estudantil – que anteviam uma sólida caminhada – se chocam frontalmente com a hierarquia da Igreja e com os estatutos da ACB, que proibia a participação do seu apostolado leigo em disputas por cargos eletivos. É também nesse momento que começa a se organizar um grupo de esquerda que formará o “setor político”<sup>9</sup> da JUC (ARANTES; LIMA, 1984). Ainda no ano de 1960, o texto publicado por Betinho – “A JUC de amanhã” – oferece condições de perceber as disputas internas e um claro movimento à esquerda do qual ele era um dos principais articuladores.

Não mentiríamos, se disséssemos que a JUC passa por uma fase decisiva de definição [...] Na JUC esta opção pelo futuro colocou-se principalmente no Conselho Nacional de Belo Horizonte, com o tema do Ideal Histórico. [...] Para isso é exigido da JUC uma revolução interna, uma conversão profunda à realidade; a opção pelo Amor tornada eficaz em cada homem, pela destruição das estruturas injustas. [...] Temos sido os fariseus burgueses, preocupados com a manutenção da ordem vigente, e por isso somos qualificados com justiça de reacionários pelos radicais [...]. (SOUZA, 1960, p. 17-19 *apud* GAVIÃO, 2007, p. 66-67)

A postura assumida por Betinho parecia prever o que viria pela frente no ano de 1961. O país vivia um momento político extremamente conturbado que pode ser exemplificado com a eleição e prematura renúncia do Presidente Jânio Quadros. A renúncia com pouco mais de seis meses de mandato desencadeou – somado a outros fatores da conjuntura nacional – uma tentativa de golpe de Estado sustentada por segmentos militares – praticamente os mesmo que efetivariam o golpe em 1964 – com o apoio de Partidos e políticos conservadores do cenário nacional. Essa primeira tentativa de golpe não se efetivou e teve por fim uma saída negociada<sup>10</sup> pelo Movimento da Legalidade, construído pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. A vitória da Legalidade naquele momento garantiu a posse do então Vice-presidente João Goulart – mesmo que com poderes diminuídos devido a imposição de um parlamentarismo *a la brasileira* –, o que não diminuiu a efervescência social que tomava conta do país, especialmente no movimento estudantil. O depoimento de Grassi nos ajuda a compreender como era a percepção de um militante jucista frente àquela situação.

---

<sup>9</sup> Becker relata em seu depoimento como se deu – a partir da sua experiência – a formação do que, nas palavras dela, eram as “equipes de política”: “[...] Partindo dessas ideias fomos para a luta e na luta formaram-se grupos. Dentro da JUC apareceu a ideia de que éramos um órgão de Igreja, inclusive vinculada à Ação Católica e, por isso, não poderíamos ser um partido político. Devido a essa condição começamos a formar equipes de política, equipes para discutir o engajamento político, que seguia vinculado a JUC. Mesmo vinculados a JUC as equipes de trabalho político que começam a surgir não se identificavam, necessariamente, com a JUC. Era um braço avançado, vamos dizer assim.” (BECKER, 2015).

<sup>10</sup> Segundo aponta Reis Filho (2014), mais do que a força das armas, o Movimento da Legalidade se utilizou de “[...] intensas negociações – a guerra da saliva – que levaram a um acordo, mediante o qual ambos os lados recuaram [...]” (REIS FILHO, 2014, p. 31).

*“Quando eu vim para Porto Alegre, em 1960, peguei a campanha para a presidência que culmina com a eleição do Jânio [Quadros]. Logo no ano seguinte, em 1961, ele renuncia e a crise política se instala. A crise política e todo o exacerbamento social entram em alta velocidade, vamos dizer assim, na realidade do país. Isso já vinha desde o final do governo do Getúlio [Vargas], mas ali se amplia. Houve a tentativa de golpe em 1961 que acaba amortecida. [...] Nesse período há um exacerbamento muito grande, uma radicalização muito grande. E nós estamos dentro desse processo, a universidade está. [...] Ai então, principalmente a partir de 1961, começa a ser um dos focos de ação da JUC a atuação na política estudantil tendo como bandeira a reforma universitária. Se constrói uma concepção de universidade, uma crítica à universidade, não só internamente, não só a sua organização, mas sobre o papel da universidade. A questão do ensino, do conteúdo, de a universidade ensinar a pensar, de estimular o senso crítico. [...] Fazer a crítica da sociedade para começar a conhecer a sociedade. As classes sociais, a estruturação das classes, o poder, os sistemas de poder. Isso tudo está vinculado com o poder e o poder é a questão política, a participação política. A gente individualmente, a JUC enquanto movimento, o movimento estudantil como um todo e a própria sociedade estavam indo nessa direção. Essas questões estavam se conectando, se exacerbando e se radicalizando. A reforma universitária não se tratava mais simplesmente de mudar um modelo de universidade, de mudar currículos, etc. Se tratava de abrir a universidade, de fazer dela um espaço crítico, engajada nas questões da sociedade.” (GRASSI, 2015)*

Os elementos apontados por Grassi em seu depoimento nos remetem para o papel preponderante que os estudantes universitários passam a exercer na conjuntura nacional ao questionar a estrutura social desde uma crítica à universidade. Em 1960, se iniciam de forma mais contundente os debates sobre a reforma universitária com greves em diversas instituições de ensino superior nas quais a JUC desempenha papel importante de agitação e mobilização, o que demonstra a ação prática da política de engajamento.<sup>11</sup> Em maio de 1961 esse movimento em torno da reforma universitária se consolida através de um Seminário Nacional da Reforma Universitária que foi realizado na Universidade da Bahia, devido às mobilizações que haviam ocorrido no ano anterior naquela instituição. Segundo Arantes e Lima (1984, p. 29), o documento gerado ao final do Seminário realizado na Bahia –

---

<sup>11</sup> Destacamos duas dessas greves. A primeira realizada em agosto de 1960 em Belo Horizonte, na Faculdade de Ciências políticas e Econômicas, onde havia forte atuação da JUC por meio do grupo de Minas Gerais (onde Betinho tinha grande influência) que era ligado a Regional centro oeste. Na ocupação da universidade durante a greve os estudantes realizaram a “operação por andar”, que constituía em ocupar o último andar do prédio e ir descendo a cada dia um andar até chegar no andar onde estava localizado o gabinete do Diretor (MATTOS, 2013). A segunda foi realizada também em 1960 na Universidade da Bahia. Essa greve teve projeção nacional e durou mais de três meses. Ficou conhecida como “a primeira denúncia viva da crise da universidade brasileira” (FÁVERO, 1995 *apud* MATTOS, 2013).

conhecido como “Declaração da Bahia” – reflete claramente a influência da JUC e, por consequência, do “humanismo” de Mounier.<sup>12</sup>

Ainda em 1961, por meio de um manifesto intitulado “Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro”, é lançada a candidatura do jucista Aldo Silva Arantes para a presidência da UNE. Esse documento foi escrito por Arantes tendo a contribuição de uma das personalidades eclesiais e intelectuais que mais apoiou a JUC – e, posteriormente, a AP – nos anos 1960, o padre Henrique Cláudio de Lima Vaz.<sup>13</sup> Esse manifesto reafirmava a condenação do capitalismo e alguns preceitos do humanismo cristão que, a partir desse momento, passa a superar – em parte – as contribuições de Maritain e se aproxima de Mounier e Teilhard de Chardin. Segundo Ridenti (2002, p. 219), a preferência por Mounier se dá devido à “dimensão cristã do seu existencialismo”; e a preferência por Chardin por este apresentar uma “alternativa cristã” para a visão “científica” da História, que poderia fazer frente ao aspecto “científico” do materialismo histórico-dialético marxista.<sup>14</sup>

O depoimento de Grassi, que destacamos anteriormente, acaba traduzindo, mesmo que de um ponto de vista particular, o momento político vivido pelo país e o que isso representava dentro da militância jucista. Merece destaque a inserção e a iniciativa dos militantes da JUC em temas que transcendiam o universo proposto pela Igreja e pela ACB para o laicato. Os estudantes – especialmente os do campo universitário –, sobretudo a partir desse momento, se configuram como atores fundamentais na arena política do país. A aliança com o PCB no marco da “frente” e o papel assumido pela JUC nas greves de 1960 contribuíram para o crescimento substancial da Organização dentro do movimento estudantil. Neste período, as estimativas apontavam um total que variava entre 5000 e 6000 militantes ligados a JUC. Eles

---

<sup>12</sup> Destacamos dois trechos do referido documento que apontam para a influência da JUC e, também, de elementos marxistas, os quais a JUC também começa a incorporar. No primeiro afirma-se que: “Em nossos dias trata-se menos de optar entre o socialismo e o capitalismo, do que escolher uma forma de socialismo que possibilite a realização do homem e da humanidade” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 29). No segundo trecho os estudantes afirmam que: “Cumpra que os estudantes, principalmente os universitários, colocados numa perspectiva proletária, aliem-se às classes trabalhadoras, e, ao mesmo tempo que forneçam a estas subsídios para o aceleramento de seu processo emancipatório, sofram, por parte delas, a influência revolucionária que só essas classes, atualmente, podem exercer.” (SANFELICE, 1986, p. 34 *apud* RIDENTI, 2002, p. 223).

<sup>13</sup> O depoimento de Craidy aponta alguns elementos para entender o avanço do “ideal histórico” para “consciência histórica” e a participação do Padre Lima Vaz nesse movimento: “*Depois do ‘ideal histórico’ se passa para a ‘consciência histórica’ que era uma formulação do Padre Vaz – Jesuíta – que já dinamiza mais, ou seja, não era mais a visão de um ideal único, mas de uma inserção histórica dentro de uma perspectiva mais complexa. Sempre tendo presente a perspectiva revolucionária*” (CRAIDY, 2015).

<sup>14</sup> Ainda segundo Ridenti (2002): “Vários “pensadores católicos mais avançados” – caso de Jean-Yves Calvez (autor de um livro sobre *O pensamento de Karl Marx*, que foi a primeira aproximação de muitos militantes católicos com o marxismo, a partir da tradução portuguesa de 1959), Leon Bloy, Bernanos, Charles Péguy, Henri de Lubac, Yves Congar, Christian Duquoc e outros – também davam subsídios à JUC, em particular, e aos católicos de esquerda, em geral. (RIDENTI, 2002, p. 221).

estavam distribuídos em 51 cidades de 17 estados brasileiros, o que representava, aproximadamente, a presença em 70% das cidades universitárias da época (BAPTISTA DE SOUZA, 1960 *apud* GAVIÃO, 2007).

### 2.1.2 A afirmação política com a conquista da UNE

A afirmação política e o crescimento da JUC se notabilizam no XXIV Congresso da UNE<sup>15</sup>, realizado no Rio de Janeiro em 1961, com a eleição do jucista Aldo Arantes para a presidência da entidade durante o mandato 1961/1962. A eleição de Aldo Arantes – naquele momento com o apoio de quadros do PCB – marca o início de um período hegemônico da JUC – e depois de 1962, também da AP – dentro da UNE e do movimento estudantil como um todo. Praticamente de forma concomitante ao Congresso da UNE que elegeu Aldo Arantes, acontecia no Rio Grande do Norte o 11º Conselho Nacional da JUC. Nesse encontro, entre outros elementos, foram discutidas “medidas políticas revolucionárias para o Brasil”, um texto cujo título era: “Evangelho, fonte da revolução brasileira”; Cabe salientar que nesse momento não era um segredo falar em “revolução armada” (SEMERARO, 1994, p. 54 *apud* GAVIÃO, 2007, p. 88). Grassi participou desse Conselho, e em seu depoimento temos acesso a uma memória desse evento:

*“Em 1961 é feito um encontro no nordeste, no interior do Rio Grande do Norte – em uma escola técnica bem no interior, no sertão mesmo – com pessoas de todo o Brasil que se deslocaram para lá. O pessoal da equipe nacional – quem organizou – dizia que nos colocaram lá para nós vermos como era. E realmente era uma dureza. [...] Ficamos lá mais de uma semana, uns 10 dias, talvez. O que surge como tema central é o ‘cristianismo e a revolução brasileira’. O Betinho, o José Herbert de Souza, foi quem fez a apresentação. Enquanto nós estávamos reunidos lá, no Rio de Janeiro acontecia o Congresso da UNE. [...] O nosso pessoal que estava no Congresso da UNE vai para lá. ‘E aí? Ganhamos! O Aldo ganhou!’ [...] A partir disso se constituiu um grupo e a JUC fazia parte desse grupo.”* (GRASSI, 2015)

A proximidade da JUC ao PCB devido à aliança simbolizada pela “frente”, as posições assumidas tanto no Seminário Nacional da Reforma Universitária realizado na Bahia, como no “Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro”, não agradavam a ACB e muito menos a hierarquia da Igreja. A eleição de Aldo

---

<sup>15</sup> Segundo Mattos (2013), entre as principais resoluções desse Congresso se destacava: “aliança entre estudantes e operários; defesa da Revolução Cubana; reafirmação da diretriz nacionalista da UNE; defesa da reforma agrária; defesa do comércio com os países do Leste; crítica ao colonialismo português sobre Angola; combate ao analfabetismo; e defesa das Ligas Camponesas.” (MATTOS, 2013, p. 256).

Arantes serviu para acirrar ainda mais as relações do campo à esquerda da JUC – ou “setor político” – com a hierarquia da Igreja. Durante o Congresso da UNE que elegeu Aldo Arantes também houve aceitação por parte da JUC a re-filiação da UNE a União Internacional dos Estudantes (UIE), entidade reconhecidamente de viés comunista. Somado a esses fatores, contava também a posição da JUC – assumida no “Manifesto da Bahia” – de se colocar contrária ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação que era apoiado oficialmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas que atendia aos interesses das instituições de ensino privadas, fato que despertava o rechaço de boa parte dos militantes jucistas. (SOUZA, 1984, p. 178 *apud* GAVIÃO, 2007, p. 88).

Mesmo a publicação da encíclica papal de João XXIII, “Mater et magistra” – *Mãe e Mestre* –, que abordava a questão social – ou da socialização –, não foi capaz de diminuir o impacto das posições assumidas, sobretudo, pelo setor político da JUC. Logo após ter tomado posse da presidência da UNE, Aldo Arantes se vê defrontado com a renúncia de Jânio Quadros e uma tentativa de golpe de Estado. A conjuntura de crise nacional que se instaura no país não lhe deixa escolhas a não ser adotar uma postura firme e combativa perante a situação, o que desagradaria ainda mais a hierarquia da Igreja. Aldo Arantes decide transferir parte da diretoria da UNE para o Rio Grande do Sul e se soma ao Governador Leonel Brizola no Movimento pela Legalidade que buscava garantir a posse do então Vice-presidente João Goulart. O Presidente da UNE tem atuação destacada especialmente nos pronunciamentos na “Rede da Legalidade” – cadeia de rádio que divulgava informações e instruções sobre a Resistência –, de onde tentava coordenar as greves estudantis que surgiam em diversas faculdades do país (MATTOS, 2013).

A JUC contava com apoiadores progressistas entre o episcopado da Igreja, entre eles se destacam o nome do frei Romeu Dale (à época Assistente Nacional da JUC) e de Dom Hélder Câmara (à época Arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, Assistente geral da ACB e Secretário geral da CNBB).<sup>16</sup> Ao mesmo tempo havia setores extremamente contrários ao rumo à esquerda que a JUC ia tomando, um deles era representado pelo padre Pedro Calderon

---

<sup>16</sup> Ao questionarmos Craidy sobre como passou a ser a relação com a Igreja a partir da inserção política cada vez maior da JUC ela argumenta que: “*Foi se tornando cada vez mais difícil! Na medida em que a JUC e os militantes entraram para essa linha o apoio da Igreja – particularmente do episcopado – foi diminuindo. O Dom Cândido Padin foi colocado na JUC – como assessor da Ação Católica em geral e da JUC em particular – para controlar a JUC e a Ação Católica. Ele era um bispo beneditino de São Paulo, uma pessoa extremamente honesta e extremamente comprometida. Ele ficou um ano assistindo todos os Congressos da JUC sem falar e quando ele falou, falou para defender a JUC. Ele foi posto lá para controlar e se converteu totalmente e aderiu ao movimento. Assim como aconteceu com Dom Hélder Câmara. Ambos foram afastados pelo episcopado. Esse afastamento foi progressivo, chegou um momento em que o episcopado proibiu os padres de trabalharem com a JUC.*” (CRAIDY, 2015).

Beltrão pertencente a regional nordeste. Ao final do 11º Conselho Nacional da JUC que aconteceu no Rio Grande do Norte, este padre solicitou o desligamento da JUC de Natal da JUC nacional, denunciando que estava em curso no interior da JUC uma “ideologização dos universitários católicos” (MATTOS, 2013). Em outubro daquele mesmo ano – 1961 – a CNBB emitiu um documento intitulado “Diretrizes da Comissão Episcopal da ACB e do Apostolado dos Leigos para a JUC Nacional”, no qual declarava como ilícito apontar o socialismo como solução para os problemas sociais, condenando, também, as posições que afirmavam como válida e aceitável o uso da violência em casos de revolução (DUARTE, 2010).

Essa declaração de ilicitude dava início a uma forte campanha desencadeada pela hierarquia conservadora da Igreja que visava, por um lado, isolar e limitar a atuação das correntes mais à esquerda da JUC e, por outro, restabelecer o controle e a disciplina sobre as frentes de atuação do laicato, que deveriam estar subordinadas as deliberações da ACB e as concepções da hierarquia eclesiástica da Igreja. No mesmo documento determinam que “[...] a partir de 1962 nenhum dirigente jucista poderá concorrer a cargos eletivos no âmbito da política estudantil, nacional ou internacional sem deixar os seus postos de Direção na JUC (GAVIÃO, 2007, p. 89).<sup>17</sup> A mesma determinação era válida para participação ativa em Partidos políticos. O documento chegava ao fim afirmando que: “[...] É preciso que [...] entendam o papel da Hierarquia, que é orientar, disciplinar, corrigir, advertir, traçar diretrizes, com o direito de ser ouvida, acatada, não discutida” (SEMERARO, 1994, p. 55 *apud* DUARTE, 2010, p. 28).

Para efetivar a sua posição e demonstrar autoridade frente à indisciplina de setores da JUC que rumavam à esquerda, a alta hierarquia por meio do então Presidente da CNBB, o cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, expulsa Aldo Arantes da JUC. A alegação formal para a expulsão foi a de que o Vaticano havia questionado a participação da JUC – através de Aldo Arantes – no processo de re-filiação da JUC a UIE (DUARTE 2010; MATTOS, 2013). Na prática tratava-se de uma medida para tentar frear a inserção política em curso dentro da JUC e manter a atuação do laicato restrita aos desígnios da ACB e aos objetivos, puramente cristãos, proposto pela Igreja. O fato da expulsão de Aldo Arantes acaba sendo determinante

---

<sup>17</sup> No depoimento de Grassi, encontramos alguns elementos sobre o início da crise de parte da JUC com a hierarquia da Igreja, segundo ele: “Paralelamente a isso se dá a primeira grande crise com a Igreja. O bispo lá de Natal, quando sentiu o que estava acontecendo quis interferir e ‘acabar com a brincadeira’. Isso eu não acompanhei pessoalmente, mas o pessoal da cúpula nos informou depois. Inclusive o Aldo foi expulso da JUC, aquela coisa toda. Eu também não sei até que ponto o Aldo foi bem de JUC ou se estava entrando. O que se conta é que ele chegou a pertencer a JUC e foi expulso pela Igreja. Há essa crise, essa tentativa de ‘cortar direto’, e alguém – o Dom Helder Câmara certamente, com a ajuda de algum outro bispo progressista – interferiu em nosso favor.” (GRASSI, 2015).



para a ruptura definitiva do setor à esquerda da JUC com a hierarquia da Igreja, processo que também aceleraria a criação da Ação Popular (AP) como Organização política autônoma, laica e de viés revolucionário.<sup>18</sup> Nas palavras do próprio Aldo Arantes:

O aguçamento das contradições terminou levando ao antagonismo com a alta hierarquia. [...] A medida, longe de deter o avanço político da JUC, particularmente de suas camadas mais avançadas, acelerou-o. Aos poucos foram sendo rompidos laços com a alta hierarquia da Igreja. A ação política do setor de esquerda da JUC foi ganhando mais autonomia e agilidade. As necessidades crescentes de uma direção pronta e eficaz para o movimento estudantil criaram as condições para o surgimento do chamado “grupão”, agrupamento político que superava os limites da JUC. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 31)

A formação do “grupão” também se deu em consequência do entendimento de parte da militância da JUC sobre os limites de uma Organização vinculada a Igreja. A ruptura com a alta hierarquia não significou – ao menos nos primeiros momentos – o abandono total e absoluto da influência dos teóricos e padres franceses. Ao contrário, o “grupão” contou com o apoio político e ideológico de setores progressistas da Igreja.<sup>19</sup> Entre eles, destacamos a atuação do padre Henrique Cláudio de Lima Vaz e do conceito de “consciência histórica” que era desenvolvido por ele. A participação do padre Lima Vaz foi mencionada em todas as entrevistas que realizamos com ex-militantes, tanto entre os que eram da JUC e depois migraram para a AP, quanto entre os que entraram diretamente na AP. Grassi afirma que:

*“A partir dessa inserção vai se rumando para outro elemento que é, aí sim, muito próximo da visão marxista, que é a “consciência histórica”. Mas claro, sempre fazendo a distinção que o marxismo era o materialismo histórico. A concepção de “consciência histórica”, ela pressupõe, ela admite, dois planos diferentes: O*

<sup>18</sup> O depoimento da ex-militante da JEC e AP, Antonia Mara Vieira Loguércio, aporta elementos interessantes para a análise da ruptura com a hierarquia da Igreja, como passa a ser a relação com a religião dentro da AP e o surgimento e influência do marxismo nesse processo: *“Mesmo como cristãos, nós já tínhamos uma visão completamente diferente, quer dizer, como cristão tu não podes tolerar certas coisas. Embora nós tivéssemos padres excelentes e alguns bispos também excelentes, a nossa bronca com a hierarquia [da Igreja] era desde já. Nós éramos um movimento que vinha de baixo tencionando a hierarquia. [...] Então na AP, nós ainda éramos um grupo com raízes religiosas, mas já sem nenhuma ligação com a hierarquia. A partir do surgimento da AP como um grupo propriamente político sem nenhuma influência da hierarquia é que começamos a estudar de forma mais profunda a teoria marxista. Em seguida, quando entramos fundo no materialismo dialético não há espaço para o idealismo lá dentro. Na AP, em dado momento, para alguns se tinha muito claro certa superação do cristianismo, como se já tivéssemos passado por essa ‘fase’ [...] Nós acabamos levando a ‘ponta de faca’ aquela história de que a religião é o ópio do povo.”* (LOGUÉRCIO, 2015).

<sup>19</sup> No depoimento de Craidy encontramos mais alguns elementos sobre a formação do “grupão” e de seus objetivos e apoiadores: *“Até porque antes da fundação da Ação Popular teve o que chamavam de ‘grupão’, que era um grupo que se reunia e que justamente gerou a Ação Popular. Desse grupo participavam o Vinicius [Caldeira Brandt], o Betinho [Herbert José de Sousa], o Henrique Novais, o Padre Vaz, o Padre Alípio, esse pessoal que foi gestando esse movimento para ser um movimento político e não um movimento eclesial, mas que começou com militantes de Igreja.”* (CRAIDY, 2015).

*plano da consciência e o plano da matéria, ambas em evolução dialética. Nesse momento há a contribuição do padre Lima Vaz.” (GRASSI, 2015)*

A abordagem teórica do padre Lima Vaz contribui para consolidação de ideais marxistas entre os jucistas, especialmente no que toca a dimensão histórica e dialética de compreensão dos problemas sociais. O diferencial se assentava justamente no fato de propor uma leitura de sociedade que contemplasse o elemento da transcendência, impensável desde o ponto de vista estrito do materialismo histórico dialético proposto por Karl Marx. A hipótese com a qual trabalhamos é a de que havia vários níveis de entendimento dentro da militância jucista sobre a contribuição marxista. Entendemos que o papel assumido pelo padre Lima Vaz era o de criar uma ponte entre o segmento politicamente mais avançado da militância e as bases que, em parte, ainda estavam muito atreladas à dimensão messiânica de transformação da sociedade. O depoimento de Becker nos oferece alguns elementos de reflexão nesse sentido:

*“Tinham algumas questões de reflexão com base nas ideias do padre Henrique de Lima Vaz [...] Ele era um dos nossos ‘gurus’ em termos de filosofia e ideologia. Ele tinha todo um conceito de consciência histórica que se resumia em transformar a sociedade levando em consideração a história e um ideal utópico que seria uma sociedade de igualdade e de identificação com o espírito cristão. Mas não era uma ideia de cristandade, não era a ideia de uma sociedade cristã em que todos fossem católicos. Era a ideia de uma sociedade justa e solidária onde houvesse liberdade de opção, não seria obrigado a ser católico ou ser de AP. Tanto que tinham pessoas de AP que não eram cristãs.” (BECKER, 2015)*

Entendemos que o “grupão” representa um “braço político avançado” perante o restante dos militantes da JUC e a “consciência histórica” seria o elemento de ligação entre o “braço avançado” e o restante da militância. O surgimento do “grupão” não inviabiliza, imediatamente, a militância jucista, inclusive se torna comum a dupla militância.<sup>20</sup> Cabe destacar que boa parte das experiências que a JUC ajudou a desenvolver entre o fim dos anos 1950 e início dos 1960 darão sustentação e evidência ao “grupão” e posteriormente a AP. Aqui estamos nos referindo a iniciativas desenvolvidas pela UNE com a participação decisiva

---

<sup>20</sup> Os três militantes que entrevistamos e que participaram da JUC – Craidy, Grassi e Becker – afirmaram que tiveram participação na AP sem abandonar a sua condição de jucistas a não ser depois de concluírem seus cursos universitários, condição que impedia a continuidade da militância estudantil. Como já destacado, a reunião de fundação da AP no Rio Grande do Sul se deu na residência onde Becker residia com seus pais. Nessa reunião Craidy estava presente. Grassi participou da AP na condição de apoiador.

da militância jucista, tais como: o Centro Popular de Cultura (CPC)<sup>21</sup> e do Centro de Estudos Cinematográficos (CEC), que tinham por objetivo fomentar o debate sobre a questão social brasileira entre a população; O Movimento de Educação de Base (MEB), que através do “Método Paulo Freire” buscava contribuir com o processo de alfabetização da população pobre brasileira, sobretudo no nordeste. Ao mesmo tempo, esse processo contribuía para o entendimento da realidade brasileira por parte dos jovens universitários despertando a necessidade de engajamento.

Podemos destacar, também, o Movimento de Cultura Popular (MCP)<sup>22</sup> que teve origem na cidade de Recife e contava com o apoio do prefeito da capital à época, Miguel Arraes, além de artistas, intelectuais e estudantes universitários. Tinha por objetivo conscientizar as massas através da alfabetização, teatro, artes plásticas, artesanato, canto, dança, e música popular (GAVIÃO, 2007). No âmbito do MCP, “[...] organizaram-se núcleos de cultura popular, construção de praças, centros e parques de cultura. Foram promovidos o cinema, teleclubes e educação alternativa, além da ampliação e reorganização das escolas para crianças e dos cursos de alfabetização para adultos” (SMERARO, 1994, p. 84-85 *apud* GAVIÃO, 2007, p. 100). Todas essas iniciativas foram ampliadas durante a gestão de Aldo Arantes à frente da UNE – e dos apistas que se seguiram a ele. Serviram de “cartão de visitas” para a AP que ia, concomitantemente, aprofundando suas raízes no movimento operário, estudantil e camponês.

[...] A aproximação entre as direções do movimento universitário e as organizações operárias e camponesas foi concebida como imperativo prático das lutas sociais no início dos anos de 1960. A aliança operário-estudantil-camponesa, como foi denominada, passou a constar em grande parte dos documentos do movimento universitário e, para além da utilização teórica do termo, significou práticas diferenciadas de interação junto a esses setores. (MATTOS, 2013, p. 293)

A ampliação da inserção em outros espaços de reivindicação para além da universidade e a vivência da luta de classes *in loco* vai criando entre os jucistas a necessidade

<sup>21</sup> Sobre esse tema Grassi afirma que: “A UNE cria no Rio de Janeiro o Centro Popular de Cultura (CPC) que era para ser um centro de criatividade artística, mas muito voltada para o que nós chamávamos de um movimento para se aproximar da cultura popular. Na verdade era um meio de fazer a politização, um meio de fazer agitação.” (GRASSI, 2015).

<sup>22</sup> Em seu depoimento Grassi também destaca como se deu a tentativa de formar o MCP no Rio Grande do Sul: “Uma [possibilidade] era tentar refazer aqui a experiência de Recife, que era a do Movimento de Cultura Popular (MCP). Ou seja, trabalhar com o pessoal de vilas, operários, etc., fazer algo mais amplo. Nós fizemos reuniões de JUC aqui – a AP ainda estava engatinhando –, da equipe política da JUC, como chamávamos, junto com o pessoal do Partidão [PCB] para tratar sobre a questão. Aí era a ‘frente única’, mas não deu muitos resultados.” (GRASSI, 2015).

de um espaço de organização mais amplo que àquele tutelado pela Igreja. Além disso, muitos estudantes que tinham importante inserção na JUC começam a concluir seus cursos universitários e quase automaticamente começam a se organizar para a criação de um espaço onde possam seguir com a sua militância.

O que apresentamos até esse momento são alguns elementos que convergem para o surgimento da AP que, invariavelmente, passa pela atuação das juventudes católicas no âmbito da ACB, especialmente da JUC. A opção por dedicar maior atenção a JUC em relação aos demais movimentos de juventude católica (JAC, JEC, JIC, JOC) se deve a amplitude e importância da sua atuação no movimento estudantil e a posterior conexão para a AP.

Da mesma forma que a JUC atravessa a história da AP, o movimento estudantil, especialmente através da UNE, atravessa a história de ambas. Dessa forma se faz necessário utilizar parte da história da UNE e do movimento estudantil para construir a história da Ação Popular. Na segunda parte desse capítulo que iniciamos a seguir, adentramos de forma mais detida no surgimento da AP e nos desdobramentos da sua atuação dentro do movimento estudantil e de outros movimentos sociais que ganham força no país após a posse de João Goulart. A conjuntura de radicalização das demandas sociais que se estende até o golpe de 1964 é um dos elementos que contribui para a afirmação da AP que, progressivamente, vai se consolidando e amadurecendo suas posições, inclusive, esboçando participação dentro de espaços institucionais do governo Goulart.

## 2.2 DA FUNDAÇÃO AO GOLPE

Entre os pesquisadores e pesquisadoras<sup>23</sup> que tem se dedicado a estudar a história da Ação Popular (AP) é consenso apontar o ano de 1962 como de surgimento da Organização que começa a tomar corpo nas reuniões do “grupão”, espaço que convergia diversos setores sociais e das religiões cristãs,<sup>24</sup> sobretudo de jovens estudantes oriundos das juventudes católicas. Essas reuniões do “grupão” estabeleceram a denominação de “Organização”, o nome “Ação Popular” e um “estatuto ideológico”. Inicialmente o “grupão” passa a se

---

<sup>23</sup> Destacamos especificamente os que mais contribuem para essa pesquisa: GORENDER, 1987; RIDENTI, 1993 e 2002; DIAS, 2003; GAVIÃO, 2007; DE SANTANA, 2008; DUARTE, 2010; ÁVILA DIAS, 2011; MATTOS, 2013.

<sup>24</sup> Segundo Gorender (1987, p. 37) e Ridenti (2002, p. 227-228), é importante ter claro que apesar das bases católicas jucistas, houve outras forças que confluíram rumo a AP quando da sua origem, entre elas, setores evangélicos e protestantes com destaque para a pessoa de Paulo Stuart Wright, eminente militante da AP, desaparecido em setembro de 1973. Podemos citar também setores de esquerda independente (geralmente marxistas contrários a forma de atuação do PCB), profissionais liberais, professores, artistas, jornalistas, entre outras categorias, sobretudo de atividade intelectual.

denominar “Grupo de Ação Popular” (GAP), mas devido à semelhança da sigla com a de outro grupo, esse de extrema direita – “Grupo de Ação Patriótica” –, acabaram adotando apenas “Ação Popular”.<sup>25</sup> Segundo aponta Arantes e Lima (1984, p. 31) e Dias (2003, p. 84), o “grupão” também se caracterizava como um “estágio ou fase de transição” entre a JUC e a AP.

O “grupão”, através dos seus quadros que seguiam militando no espaço da JUC e do próprio Aldo Arantes a frente da UNE, desenvolve uma série de estratégias para divulgar as suas ideias no meio estudantil visando ampliar a participação em espaços de decisão e, também, fortalecer as articulações em torno da AP. Uma dessas estratégias foi a UNE-Volante, que além de fomentar o engajamento dos estudantes nos temas que tocavam a reforma universitária, servia para as articulações políticas da Ação Popular com outros setores da sociedade<sup>26</sup> (RIDENTI, 2002). A UNE-volante<sup>27</sup> foi uma caravana que tinha por tema “A UNE veio para unir”. Era composta por parte da diretoria da entidade e pelos membros do Centro Popular de Cultura (CPC). Durante três meses – março a maio de 1962 – percorreu praticamente todas as capitais estaduais do país realizando assembleias e reuniões estudantis, além de apresentações artísticas, sobretudo peças de teatro (MATTOS, 2013). Nas palavras de Herbert de Souza (Betinho), à época assessor da UNE:

Paralelamente (ao trabalho da UNE-volante), eu articulava a AP ao nível nacional. Enquanto o presidente da UNE entrava em contato com lideranças estudantis, eu entrava em contato com intelectuais, profissionais liberais, padres, líderes operários, camponeses, mostrando a necessidade de um movimento nacional alternativo ao PC. (SOUZA, 1976, p. 74 *apud* DIAS, 2003, p. 84)

A criação da UNE-volante atendia a uma das demandas apontadas durante o 2º Seminário Nacional da Reforma Universitária realizado em Curitiba, no estado do Paraná, no mês de março de 1962. Neste segundo Seminário – assim como havia acontecido no primeiro

<sup>25</sup> Como já afirmado (nota 7), em 1960, no marco do Congresso dos 10 anos da JUC, foi lançado pelo grupo de Minas Gerais um jornal cujo o título era “Ação Popular”. Nesse sentido, Grassi afirma em seu depoimento que: “[A denominação] Ação Popular surge com um jornal lá de Minas [Gerais] chamado ‘Ação Popular’, com o Betinho e mais uns dois. Depois o nome ganha todo o Brasil por meio do movimento estudantil” (GRASSI, 2015).

<sup>26</sup> “No curso da UNE-Volante foi feita a articulação nacional da AP. Durante a grande maratona estudantil, membros da esquerda da JUC, participantes ativos da memorável caravana, reuniram-se com líderes da esquerda da JUC dos diversos estados, com padres, profissionais liberais, parlamentares e intelectuais, católicos ou não.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 35).

<sup>27</sup> Segundo nos aponta Gavião (2007): “Materialmente, a ‘UNE-volante’ foi possível devido à participação destacada da UNE na ‘rede da legalidade’, que assegurou a posse de Goulart em agosto de 1961, data dos primeiros contatos dos fundadores da AP com Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul. Brizola articulou com a Viação Aérea Rio-Grandense S/A (VARIG) as passagens da ‘UNE-volante’.” (RUY, 2007 *apud* GAVIÃO, 2007, p. 96).

realizado na Bahia – foi aprovado uma carta de diretrizes e reivindicações que ficou conhecida como a “Carta do Paraná”. Entre outros elementos, a “Carta do Paraná” colocava como uma das principais pautas de reivindicação a participação de 1/3 dos estudantes nas eleições e atividades de Conselhos, Congregações, Departamentos e demais instâncias consultivas e deliberativas das Universidades. A Reforma Universitária passa a ser entendida como a frente avançada de lutas pela “Revolução Brasileira”, oficializando a aliança entre estudantes, operários e camponeses (DUARTE, 2010).

A RU [Reforma Universitária] tem por fim transformar a estrutura universitária, de maneira que a Universidade se torne um baluarte na luta pela revolução brasileira [...] Para que a visão de conjunto da RU não se perca, [...] a configuração da aliança operário-estudantil-camponesa se apresenta como instrumento utilíssimo em nossa ação. (CARTA DO PARANÁ, 1962 *apud* DUARTE, 2010, p. 32)

O método para conformar tal aliança entre distintos segmentos sociais e, ao mesmo tempo, informar e mobilizar o conjunto dos estudantes universitários foi a UNE-volante. Analisando o sentido dos discursos e a conjuntura que estava posta é possível perceber que, além do elemento estudantil, a UNE-volante representava um movimento extremamente estratégico para a propagação e estruturação da AP pelo país. Nesse sentido, chama à atenção a capacidade de articulação política do “grupão”, especialmente no que tange a incorporação de pautas que lhe eram caras em espaços que tocavam ao conjunto dos estudantes. À capacidade de articulação se soma a hegemonia que conseguem estabelecer no movimento estudantil através da JUC e da “frente” de alianças com segmentos do PCB e de estudantes independentes. Contudo, o saldo da hegemonia alcançada no movimento estudantil – especialmente na UNE – será da AP. Podemos dizer que, de certa forma, o movimento estudantil se torna um “aparelho político”, e quem passa a dirigir tal “aparelho” é a AP.<sup>28</sup>

O acúmulo imediato resultante da UNE-volante foi a “greve por um terço” ou, “greve por 1/3”. Essa greve foi decretada pela UNE em 1º de junho de 1962 e tinha por objetivo pressionar as reitorias para que fosse garantida nos estatutos das universidades a participação de 1/3 dos estudantes em espaços consultivos e deliberativos. Outras demandas locais eram acrescidas a essa pauta principal de acordo com a realidade enfrentada em cada universidade.

---

<sup>28</sup> A partir da eleição de Aldo Arantes para a direção da UNE em 1961, a AP estará presente em todas as direções da entidade até 1973 quando o apista Honestino Guimarães – então presidente – é preso e “desaparecido” pela ditadura. Entre a gestão de Aldo e Honestino passam pela direção da UNE: Vinicius Caldeira Brant (1962-1963); José Serra (1963-1964); Altino Dantas (1965-1966); Jorge Luís Guedes (1966-1967); Luís Travassos (1967-1969); Jean Marc Von der Weid (1969-1971); Honestino Guimarães (1971-1973). Devido à repressão a UNE só voltaria a ter uma diretoria oficial eleita em 1979.

O saldo da greve, que durou aproximadamente três meses, não foi necessariamente o atendimento da demanda que serviu de elemento de desenlace, mas sim o acúmulo de força política entre os militantes e o conjunto dos estudantes, organizados ou não. Em seu depoimento, Grassi traz elementos que corroboram com a leitura da “greve por 1/3” que apresentamos.

*“A greve [...] foi um – digamos assim – banho de experiência porque todos nós participamos de cabeça. Foi um marco nesse processo juntamente com a situação política do país. Nós temos que imaginar que em 1962 a situação estava fervendo no país. A UNE era ouvida, o Aldo tinha audiência com o Jango, com os ministros. Nós tínhamos inserção em todas as partes. Os jornais noticiavam tudo que fazíamos, em relação à greve, etc. Nós passamos a morar nas faculdades! [...] A greve do 1/3 foi fundamental porque aí pessoas fora do movimento estudantil também começaram a participar. Nós começamos a ver pessoas – especialmente professores universitários intelectuais – que começaram a dar apoio para aquela nova visão de universidade, mais participativa. Algo que para época era incrível de se pensar. A greve foi um banho de ação muito importante.”* (GRASSI, 2015)

A narrativa de Grassi demonstra que a militância estudantil que constituía a base da AP dava um passo importante com a “greve por 1/3”, inclusive, transcendendo o âmbito estrito do campo estudantil (discente) e conquistando o apoio de importantes professores<sup>29</sup> (docentes) e a atenção do governo de João Goulart. Não foram raros os casos de pessoas que tinham algum tipo de vínculo com a AP – militância, apoio ou simpatia – estarem inseridas, também, nas fileiras governistas ou em cargos públicos importantes.<sup>30</sup> No âmbito do Rio Grande do Sul, dois dos ex-militantes que entrevistamos tiveram a experiência de atuar em órgãos de governo. O que torna a experiência ainda mais interessante é o fato de que as suas atuações se deram durante a administração conservadora de Ildo Meneghetti. O então governador era filiado ao Partido Social Democrático (PSD), ambos – governador e Partido –

<sup>29</sup> Becker traz em seu relato alguns elementos que complementam o que Grassi afirmava. Segundo ela: “Na greve de 1/3 – que foi a grande luta que nos engajamos –, em 1962, eu vivia mais tempo dentro do Centro Acadêmico do que dentro das aulas da faculdade. Foi uma loucura o que nós trabalhamos por essa greve. Nós contamos com o apoio de alguns professores, como o professor [Ernani Maria] Fiori e o professor [Leônidas Rangel] Xausa, por exemplo.” (BECKER, 2015). Para aprofundar o tema da participação de professores nas fileiras da AP e o apoio a luta estudantil, especialmente no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), recomendamos a leitura da dissertação de mestrado de Mansan (2009), “Os expurgos na UFRGS: Afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969)”.

<sup>30</sup> Em depoimento a Ridenti (2002), Duarte Pereira, figura destacada dos quadros da AP, afirma que havia: “[...] parlamentares, que participaram das primeiras articulações, embora alguns não se tenham tornado militantes, mas apenas amigos e aliados, quando AP se organizou efetivamente, com estrutura e disciplina (por exemplo, Paulo de Tarso, Almino Affonso, Max da Costa Santos e outros; daí a participação da AP no Ministério da Educação, no Ministério do Trabalho, na Supra [Superintendência para a Reforma Agrária] etc., durante o governo Jango [...]” (RIDENTI, 2002, p. 228)

apoiaram o golpe de 1964. Grassi atuou dentro da Secretaria do Trabalho e descreve da seguinte forma a sua atuação:

*“Eu fui para a Secretaria do Trabalho. Eu e o Walter Aumond, que era de JUC e um dos fundadores da AP no Brasil. [...] O Aumond ficou responsável pela divisão do trabalho, como chamavam na época. [...] era um órgão de dentro da Secretaria do Trabalho que ficava responsável pelo contato com sindicatos, entre outras coisas. Ele formou uma equipe e nós ficamos lá, vindo pela primeira vez o que era uma burocracia de governo, o que era trabalhar dentro da máquina pública e quebrando a cabeça para pensar o que faríamos ali. [...] Em seguida o Aumond saiu e entrou o Héliqio Trindade. Nós tínhamos ampla liberdade, eu inclusive tinha uma carteira de assessor sindical. Como assessor sindical nós fazíamos contato com os sindicatos e íamos, pela secretaria, fazer reuniões. Eu fiz reuniões em Caxias do Sul, por exemplo. Aí era o pessoal da Juventude Operária Católica [JOC] de Caxias [...] Eu ia para lá com viagem paga pela secretaria e nós aproveitávamos.”* (GRASSI, 2015)

Já a militante Maria Josefina Becker teve atuação dentro da Secretaria de Educação do estado, onde, assim como Grassi, desenvolvia o seu trabalho vinculando-o as estratégias e acordos advindos da militância jucista/apista. Becker foi uma das responsáveis por desenvolver o trabalho de alfabetização de adultos utilizando o “método Paulo Freire” e tendo como inspiração a experiência do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Estamos dando destaque a essas experiências por entender que exemplificam o grau de inserção dos quadros militantes que gravitavam em torno da criação da AP, em diferentes esferas. Esses fatos que, à medida que formos detalhando, ajudam a compreender a complexa relação de acúmulo de forças que convergem para o surgimento oficial da AP como Organização política específica e de viés revolucionário.

*“A minha turma fazia um trabalho dentro da Secretaria de Educação – esse trabalho de alfabetização de adultos e cultura popular. Eu iria ser nomeada como delegada do MEC para o Plano Nacional de Alfabetização que estava sendo montado. Eu iria ser a Coordenadora do Plano Nacional de Alfabetização no Rio Grande do Sul. Eu e a minha turma trabalhávamos dentro da Secretaria de Educação, o que era algo muito estranho, porque era o governo do Ildo Meneghetti do PSD que estava sucedendo o Brizola, a diferença entre os dois eu nem preciso dizer. [...] Como o governo federal era ‘o governo’ eles mandavam recurso para nós fazermos esse trabalho de cultura popular e isso de fato acontecia lá dentro da Secretaria, mesmo ela sendo uma Secretaria de Educação de um governo que depois apoiou o golpe.”* (BECKER, 2015)

Esses episódios estão direta ou indiretamente atrelados as consequências da “greve por 1/3” e da UNE-volante. Segundo Duarte (2010) e Ridenti (2002) houve uma série de três



reuniões que deram origem a AP, sendo que a primeira delas foi realizada em São Paulo no início de 1962, no curso da UNE-volante. Nesta reunião foi elaborado e aprovado o “Estatuto ideológico do grupo” que, em linhas gerais, mantinha proximidade ao humanismo cristão, defendendo um socialismo democrático e a revolução brasileira (RIDENTI, 2002). Afirmava que na “construção de um mundo mais humanizado há que se respeitar o direito dos grupos sociais a pensarem livremente, criarem e desenvolverem seus valores culturais e morais dentro da perspectiva do respeito ao outro e não da imposição de ideologia ou credos.” (AÇÃO POPULAR, 1962, p. 1 *apud* DUARTE, 2010, p. 33).

Segundo Dias (2003, p. 84) em junho de 1962 foi realizada a segunda reunião, no bojo da “greve do 1/3”, em Belo Horizonte. Na segunda reunião é adotado definitivamente o nome de “Ação Popular” e a sigla “AP”. Esta reunião já contou com ampla representatividade nacional, participaram delegados de 14 estados, principalmente líderes estudantis e padres (DIAS, 2003). Quase de forma concomitante com a segunda reunião de fundação da AP aconteceu o XXV Congresso da UNE que iria eleger o Presidente da entidade para o mandato 1962/1963. Nesse congresso a hegemonia da AP se torna evidente, pois os três candidatos que concorriam eram ligados a AP (DIAS, 2003; ARANTES; LIMA, 1984). O eleito pelo XXV Congresso da UNE para substituir Aldo Arantes foi Vinicius Caldeira Brant, que pertencia à regional centro oeste da JUC. O documento discutido durante a segunda reunião apontava diretrizes organizativas e alguns elementos que passariam a guiar a atuação do grupo:

“[...] um grupo ideológico não-confessional [...], um movimento amplo, com ideologia definida, englobando todos os setores de atividade, visando a se constituir numa expressão de um pensamento organizado, definido e orientador da luta revolucionária pela emancipação nacional.” (GARCIA, 1979 *apud* DIAS, 2003, p. 84).

A terceira reunião foi realizada em Salvador no mês de fevereiro de 1963, e marca a fundação oficial da AP enquanto Organização política autônoma (GORENDER, 1987; RIDENTI, 2002; DIAS, 2003). Essa terceira reunião foi convocada como “I Congresso Nacional da AP” e aconteceu logo após um Seminário da JUC realizado em Aracajú. Esse Seminário da JUC tinha por tema a “consciência histórica” e foi conduzido pelo padre Lima Vaz.<sup>31</sup> Ao final do Congresso é aprovado o “Documento-Base”, material que continha

---

<sup>31</sup> Becker aponta seu depoimento alguns elementos sobre o Seminário da JUC que antecedeu o I Congresso Nacional da AP. “*Eu me lembro de um encontro nacional que aconteceu em Aracajú em 1963 que estiveram muitas pessoas presentes. Inclusive, nesse encontro nacional teve um curso que foi dado pelo padre Vaz sobre ‘consciência histórica’.* Saindo desse encontro nacional de JUC em Aracajú nós fomos para um encontro de AP em Salvador. Então havia uma relação muito orgânica entre a JUC e a AP, apesar de nem todo jucistas ter ido

elementos programáticos e ideológicos que aprofundavam o caminho teórico que vinha sendo trilhado pela Organização (DIAS, 2003). Segundo Dias (2003, p. 85), o “documento base”<sup>32</sup> será a principal referência da AP até o momento posterior ao golpe de 1964, quando a Organização passa a ter maior influência do pensamento marxista. “Acrescente-se que, se o percurso trilhado a partir da JUC é o caminho principal de constituição da AP, outros setores também se inseriram na formação da Organização.” (DIAS, 2003, p. 85). Nesse sentido, Grassi afirma que esse movimento aconteceu:

*“[...] no início de 1963, o que resultou em um grande Seminário sobre a ‘consciência histórica’ que foi com o padre Lima Vaz. Esse Seminário aconteceu em Aracajú [...] Foi um momento muito intenso! [...] Era um Seminário com metodologia universitária, mesmo. Tinha preleções, grupos de estudo, etc. [...] Nesse período a AP se organiza, mas como eu te disse, eu acompanhei muito de fora esse processo. Dentro da JUC nós fazíamos reuniões para ver qual a orientação que queríamos dar na AP. Nessa altura a AP já tinha pessoas que não eram de JUC, gente que não era nem católico e fazia questão de abrir [a Organização] desde que dentro de uma visão ideológica. Eu participei de praticamente tudo, mas de uma forma mais distante, eu ia como militante da AP. [...] Eu acho que a essa altura todo mundo de JUC era de AP.” (GRASSI, 2015)*

A partir de uma síntese entre os trabalhos de Arantes e Lima (1984, p. 40), Ridenti (2002, p. 231), Gavião (2007, p. 98) e Duarte (2010, p. 34), é possível apontar alguns nomes de participantes do Congresso de fundação que despontariam como lideranças, entre eles: Herbert de Souza (Betinho) (MG), Aldo Arantes (DF), Haroldo Lima (BA), Luís Alberto Gómez de Souza (RS), Cosme Alves Neto (AM), Duarte Pereira (BA), Antônio Lins (MG), Severo de Albuquerque Salles (BA), Maria Angélica Duro (RS), Péricles Santos de Souza (BA) e Manuel Joaquim Barros. Segundo Ridenti (2002, p. 232) a composição do primeiro Secretariado Nacional, ficou da seguinte forma: Herbert José de Souza (Coordenador nacional), Severo de Albuquerque Salles, Cosme Alves Neto e Maria Angélica Duro. Essa

---

*para a AP, a maioria dos militantes de AP tinham origem na JUC. A AP foi criada dentro da JUC!” (BECKER, 2015).*

<sup>32</sup> Ridenti (2002, p. 229) traz elementos sobre a redação do “Documento-Base” e da influência do padre Lima Vaz no seu conteúdo. Segundo entrevista concedida a Ridenti por Duarte Pereira: “Padre Vaz não *escreveu* o *Documento Base*; reescreveu, copidescou, editou. O Congresso de 1963 se dividiu em grupos, que debateram e aprovaram as grandes partes do documento; dos grupos, saíram relatores, que deram forma às posições aprovadas nos grupos; esses relatórios foram debatidos, modificados e aprovados em plenário; a própria estrutura e ordem do documento foi votada e aprovada em plenário. Padre Vaz, por delegação da direção nacional eleita, deu forma final aos relatórios aprovados e consolidou-os na versão final do Documento. No que diz respeito à parte da ‘Perspectiva Filosófica’, as idéias básicas e estruturadoras são de sua autoria e responsabilidade, sem dúvida; e ele reescreveu essa parte, como as outras; mas não é correto afirmar que ele *escreveu* essa parte, ou qualquer outra, como se o *Documento* não tivesse sido debatido, elaborado, emendado e aprovado pelo Congresso.” (RIDENTI, 2002, p. 229, grifos do autor). Ridenti (2002, p. 230) ainda aponta a influência decisiva do pensamento do padre Lima Vaz na fase inicial da AP, sem que tivesse sido dirigente ou militante orgânico.

última logo não faria mais parte do Secretariado, sendo substituída por Luís Alberto Gómez de Souza.

### 2.2.1 A organização da Organização

Antes de abordar alguns elementos do “Documento-Base” é importante fazer referência à forma de organização assumida pela AP logo da sua fundação. Entendemos que esse é um elemento fundamental para demonstrar o nível de articulação nacional que estava sendo colocada em prática. Ao que tudo indica, a AP toma para si a experiência de organização nacional das juventudes católicas, sobretudo da JUC. Segundo Ridenti (2002, p. 231), a AP se organizava em âmbito municipal, regional – 21 estados subdivididos em oito regiões – e nacional, cada instância contava com uma Coordenação local. Segundo o autor, “o sistema de *coordenações*, corresponde à fase de maior herança cristã da AP [...]” (RIDENTI, 2002, p. 231). O depoimento de Craidy nos ajuda a perceber a influência da experiência de organização da JUC na AP. Segundo a ex-militante:

*“Havia as equipes de base que militavam em cada faculdade, em cada escola; tinha uma Coordenação de cidade caso houvesse muitos Núcleos; uma Coordenação na diocese; uma Coordenação na região – a nossa região era Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; e tinha uma Coordenação nacional. As Coordenações, em geral, eram escolhidas pelas próprias Coordenações quando saía alguém – que se formava, que ia para outro Movimento, ou porque simplesmente se desligava. A Coordenação discutia quem iria convidar, daí surgiam alguns convites diversificados e a pessoas aceitavam ou não. [...] Eu fui sempre dirigente local, depois diocesana, regional, tanto de JEC como de JUC. De JUC fui também nacional. Era assim que funcionava. O que o dirigente fazia? O dirigente visitava todos os núcleos, veiculava os últimos documentos, fazia o trabalho de formação, organizava os Encontros diocesanos, regionais e nacionais – havia Encontros e Seminários regulares. [...] O dirigente era quem articulava isso tudo. Organizava Seminários, visitava os Núcleos, observava quais eram os problemas que os Núcleos estavam enfrentando.” (CRAIDY, 2015)*

Na AP esse movimento de organização nacional se dá principalmente através dos contatos que os Coordenadores possuíam em cada local do país. Esses contatos eram, na maior parte das vezes, oriundos das juventudes católicas, que no primeiro momento se mantinham como eixo de sustentação da AP, tanto em número de militantes, quanto em referência de organização. No Rio Grande do Sul foi o próprio Herbert de Souza (Betinho) que se encarregou da articulação que daria início as atividades da AP no estado. O depoimento de Becker aporta mais alguns elementos para compreender como a organização

da JUC influenciou a organização da AP e, também, como os contatos estabelecidos através da Juventude Universitária Católica resultaram no surgimento da Ação Popular no Rio Grande do Sul. Chamamos a atenção para o papel de articulação desenvolvido por Betinho, talvez um exemplo em nível local do que se deu no restante do país.

*“A JUC era muito articulada, tinha Equipe nacional, Equipe regional, Núcleos de base, Equipes de base por faculdade. Então, depois, essas Equipes, essa forma de organização, influenciam a organização do movimento por fábricas, por vilas, etc. Esse era um tipo de organização por estrutura que a JUC tinha. Essas formas de organização, essas estruturas de organização, já eram vivenciadas pelo pessoal antes de 1964, ou seja, recebemos o golpe já com vivências de organização, tanto os que foram para a AP, como os que não foram. [...] O Congresso de 1963 é o de Salvador, o mesmo que aprova o documento base. Inclusive, um dos redatores do documento base foi o Betinho. O Betinho era um dos grandes líderes, era uma referência intelectual e carismática, um grande militante. [...] Aqui ao lado desse edifício onde eu moro hoje tem uma casa que era a casa onde eu morava na infância junto com meus pais e meus irmãos. [...] Nós fazíamos reuniões de JUC, reuniões da turma, reuniões festivas, nas nossas casas, não só na minha, como na de outros também. A AP no Rio Grande do Sul foi fundada na minha casa, esta que estou te falando que fica aqui ao lado, em uma reunião com o Betinho.” (BECKER, 2015)*

A fundação da AP como Organização política autônoma – entre outros elementos que vimos apontando no decorrer do texto – vem, sobretudo, da necessidade de um espaço de articulação e intervenção política que não estivesse atrelado diretamente à Igreja e aos desígnios da hierarquia eclesial. Os fundadores – em sua maioria pertencente ao “setor político” da JUC – apontavam a necessidade de um projeto de intervenção na realidade brasileira. Esse projeto político foi organizado no “Documento-Base” que formula algumas diretrizes político/ideológicas para a “revolução brasileira”, elemento que, como vimos, estava presente na pauta da reforma universitária. Isso demonstra a costura de pautas e a necessidade de atuação em diferentes espaços que vão dando corpo ao projeto da AP. Contudo, vale destacar, a autonomia política reivindicada não negava e nem deixava de se utilizar dos acúmulos advindos da experiência jucista e nem da contribuição do campo progressistas da Igreja, representada, fundamentalmente, por religiosos como Lima Vaz.

Como destacado anteriormente, a elaboração do “Documento-Base” durante o I Congresso da AP, realizado logo após um Seminário Nacional da JUC que tratou do tema da “consciência histórica” através da colaboração direta de Lima Vaz, não deixa dúvidas sobre a importância determinante dos setores católicos e do clero progressista para o surgimento da AP. O “Documento-Base” é a concretização dessa influência, apesar de não citar em nenhum

momento qualquer menção ao cristianismo. Há claro avanço em relação às limitações impostas pela hierarquia conservadora da Igreja e, ao mesmo tempo, a presença do humanismo em meio ao debate da revolução.

Dentre as bibliografias que servem de referencial para a elaboração deste trabalho, destacamos a obra elaborada por Arantes e Lima (1984). Por se tratar de uma obra escrita por dois ex-militantes que percorreram um caminho na Organização que não foi unânime entre o conjunto da militância, as críticas feitas por outros militantes as limitações e particularismos da obra são inevitáveis. Apesar da justa crítica, a obra é fundamental para análise das concepções que estavam em disputa e, também, das relações de poder inerentes a questão política. O “Documento-Base” foi apresentado em sua integralidade em algumas obras (LIMA, 1979; REIS FILHO; SÁ, 1985) e citado, comentado e avaliado em praticamente todas as obras que se dedicam a estudar a história da AP. Também consta nos arquivos de alguns organismos de repressão do período ditatorial que começam a se tornar públicos.<sup>33</sup>

Em um total de 28 páginas, o “Documento-Base” se divide em quatro capítulos: “Perspectiva histórica”, “Perspectiva filosófica”, “O Socialismo” e “A evolução da realidade brasileira”.<sup>34</sup> Na primeira linha da introdução do documento é possível ler a palavra “revolucionária”, assim como na primeira frase do segundo parágrafo é feita menção à “Visão, opção e ação”, que não está tão distante do método “ver, julgar e agir” utilizado pela JUC. Esse pequeno exemplo serve apenas para ilustrar a dialética (que está presente em todo o documento) entre a herança cristã representada pelo humanismo e as influências marxistas que trazem em si o elemento revolucionário.

O “Documento-Base” evidencia uma tensão entre a necessidade de superação do capitalismo pela via revolucionária e o modelo de socialismo que conduziria a essa via. É nítida a negação ao modelo autoritário stalinista, à época em voga na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O documento sugere uma síntese entre o humanismo e elementos do marxismo que resultam em um “socialismo humanista” que nega a “ditadura do

---

<sup>33</sup> Aqui nos referimos ao “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil”, denominado “Memórias Reveladas”. Neste Centro, que está sob administração do Arquivo Nacional, estão disponíveis de forma digitalizada boa parte dos arquivos do Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI). Ainda é possível encontrar digitalizada boa parte dos documentos que compõem os Arquivos Públicos de 13 estados brasileiros. Esse Centro foi uma das importantes referências documentais utilizadas durante esta pesquisa. Mais informações podem ser encontradas no portal: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>>.

<sup>34</sup> Estamos utilizando a versão do “Documento-Base” disponível em: Arquivo Nacional. Portal Memórias Reveladas. Acervo do Departamento de Ordem Política e Social (Minas Gerais). Código de referência: BR MGAPM, XX DMG.0.0.24. Pasta 4152\_1. Disponível em: <[http://www.an.gov.br/mr/Multinivel/Imagem\\_Mapa.asp?visualiza=1&v\\_CodReferencia\\_id=60368&v\\_FlagBac k=5](http://www.an.gov.br/mr/Multinivel/Imagem_Mapa.asp?visualiza=1&v_CodReferencia_id=60368&v_FlagBac k=5)>. Acesso em: 01 fev. 2015.

proletariado”. Segundo a crítica de Arantes e Lima (1984, p. 37), o documento expressava um “idealismo” inerente ao “berço católico” da Organização, que se efetiva na pretensa “terceira posição”, ou seja, critica o “idealismo” e o “materialismo” propondo em seu lugar a “perspectiva realista”, subsidiada pela dimensão de “consciência histórica”. Entendemos que é evidente a influência jucista e do padre Lima Vaz nos fundamentos e diretrizes do documento.

Afirmando o objetivo – o socialismo – e criticando ou ressaltando o meio prático de realizá-lo – a ditadura do proletariado –, o Documento-Base resvala para a defesa de um socialismo utópico – que chama de “socialismo com humanismo” – e que provavelmente seria um socialismo sem ditadura do proletariado, desconhecido do ponto de vista da experiência histórica concreta da humanidade e inviável no quadro da luta de classes. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 37)

A crítica de Arantes e Lima (1984, p. 38) de que a lógica do “socialismo como humanismo” refletia preocupações pequeno burguesas encontra certo sentido em determinados trechos “salvacionistas” presentes no “Documento-Base”. A ideia de estar junto com as massas exploradas sofrendo com ela a mesma luta não deixa de carregar em si pressupostos cristãos. Apesar da redação do texto não objetivar tão claramente essa posição tentando remeter, talvez, a uma dimensão de “consciência de classe”, é possível percebê-la: “Não nos inclinamos para o nosso irmão miserável do alto de uma posição privilegiada para estender-lhe [*sic*] as mãos condescendentes dos ‘bons sentimentos’. Situamo-nos no eixo mesmo da miséria: é a partir dele que se prolonga, para nós, a autêntica dimensão da liberdade.” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 2).

Dentro do primeiro capítulo – que aborda a perspectiva histórica – temos uma leitura do capitalismo pelo viés marxista de compreensão desse fenômeno. Vincula-se o processo de socialização a apropriação privada dos meios de produção desencadeada pelo capitalismo. Contudo não há uma negação explícita da propriedade privada, mas sim da lógica privada dos meios de produção. Nesse ponto entra a defesa da socialização dos meios de produção e do socialismo, “[...] primeiro como crítica imanente do capitalismo, logo como exigência histórica da sua superação real.” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 7). A defesa do marxismo como “expressão profunda e rigorosa da crítica ao capitalismo” é colocada ao lado da forma prática assumida pelo leninismo no papel de vanguarda revolucionária exercido na Revolução Soviética de 1917 (AÇÃO POPULAR, 1963).

Contudo, se em um parágrafo a importância do marxismo para a efetivação do socialismo é apresentada como “sem discussão, extrema, decisiva mesmo”, em outro são

destacadas as diferentes possibilidades para a sua efetivação, condicionadas a conjunturas próprias que variam de país para país. A “inspiração humanista” é apresentada como indispensável para medir o “nível de autenticidade” de toda experiência socialista (AÇÃO POPULAR, 1963). Dessa forma, o humanismo figura, mesmo que indiretamente, como uma salvaguarda crítica frente à “ditadura do proletariado” que deixou de lado “o ideal de libertação do homem pelo respeito total do humano que constituía a motivação histórica fundamental do socialismo.” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 9). A crítica e o alerta sobre os riscos da “ditadura do proletariado” antecedem a posição que se coloca contrária ao modelo soviético da “era estaliniana”, com o cuidado de garantir que essa não era uma posição negacionista, mas sim crítica, nos moldes da exigência do socialismo.

No segundo capítulo – que trata da “perspectiva filosófica” – há uma rejeição a concepção materialista e idealista da consciência. Ambas acabariam por anular a condição do sujeito, submetendo-o “a mais profunda das alienações” (AÇÃO POPULAR, 1963). E nesse ponto entra a defesa de uma perspectiva “realista” de consciência e de mundo, que não seria estática, mas sim dinâmica, dialética (AÇÃO POPULAR, 1963). Essa construção resulta na dimensão de consciência como construtora da história, uma “consciência histórica”. No terceiro capítulo – que pensa o “socialismo” – o documento aponta como ponto de partida a experiência socialista da Revolução Russa de 1917, “o primeiro passo do socialismo na história” inspirado pela ideologia do marxismo-leninismo (AÇÃO POPULAR, 1963). Partindo da experiência pioneira da Revolução Russa, viriam a Revolução Chinesa e Cubana, culminando “com a presença do socialismo em 1/3 da humanidade”, sintoma claro de um “mundo socialista em gestação” (AÇÃO POPULAR, 1963).

Para contrapor-se a experiência soviética e fortalecer a crítica ao *modus operandi* dos Partidos Comunistas que, não raras vezes, perdiam a “perspectiva dialética de superação das alienações criando um novo pólo de dominação (estatal) com o surgimento de uma burocracia dominante” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 19), recorriam à experiência chinesa (que teria na vanguarda do processo histórico a força camponesa) e a experiência cubana (que teria tido um princípio empírico e não ideológico). Segundo o “Documento-Base”: “o problema do poder é alterado, mas não radicalmente transformado. Este poder é atribuído a um organismo fechado e surgem outras dominações, a política, a cultural, etc. Falta uma participação real, plural.” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 19). Dessa forma, o documento propõe uma leitura sobre o papel do Estado a partir da negação da dominação, tanto do Estado capitalista como do Estado socialista.

O documento aponta que o modelo de Estado ideal seria o que garante a socialização da propriedade, a democratização dos bens decorrentes do trabalho e o que impede a função de dominação, assim criando as bases para a “democratização do poder” (AÇÃO POPULAR, 1963). Contudo, não são apontadas as formas para a concretização deste “processo revolucionário”, restringindo-se a afirmação de que “a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência [*sic*].” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 21). Apesar dessa afirmativa, o documento não oferece maiores detalhes de como seria e qual a intensidade desta “violência”. Aponta sim, a necessidade de uma “preparação revolucionária” através da “coalizão de diferentes forças políticas”, abrindo espaço para a possível necessidade de um “Partido único”, o que nos remete a negação da existência de um “Partido de vanguarda no Brasil” (ARANTES; LIMA, 1984).

No quarto capítulo – que analisa a evolução da realidade brasileira – o documento se utiliza fartamente da influência marxista para pensar o desenvolvimento nacional a partir do âmbito econômico. Distingue a evolução do capitalismo subsidiado pelo desenvolvimento industrial propondo a existência concomitante de um sistema de produção agrícola semi-feudal. A influência dos investimentos estrangeiros para a consolidação do capitalismo nacional marcaria uma nova fase de exploração imperialista que, de um lado favoreceria a formação do proletariado urbano advindo da ascensão da mão de obra feudal aos grandes centros e, de outro, conduziria os setores médios – condicionados ao mercado de trabalho capitalista – a proletarização, o que explicaria a “conscientização e o aparecimento de setores progressistas e revolucionários” em meio à classe média (AÇÃO POPULAR, 1963).

Como é possível perceber, havia uma preocupação em aproximar os setores da classe média posicionando-os como partícipes do processo revolucionário, possivelmente devido ao próprio corpo militante da AP, em sua maioria advindo da pequena burguesia intelectual e universitária. Na dura formulação crítica de Arantes e Lima: “Coroou, assim, a fundação da AP como Organização democrático-reformista, representativa da pequena burguesia radicalizada, composta fundamentalmente de estudantes e outros intelectuais, mas já contando em suas fileiras com operários e camponeses.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 40). Entendemos que a crítica dos autores está muito influenciada pelo campo ideológico, apesar de que, em certa medida, aponta elementos que realmente se faziam presentes no panorama estratégico da AP no “Documento-Base”.

Ao negar a existência de uma “vanguarda revolucionária”, de um “trabalho eficaz de uma Organização de massas”, passando pela crítica a “dependência que condiciona o



movimento sindical às instituições do poder” o documento termina por fazer crítica a toda à esquerda brasileira que “[...] tem sido incapaz de libertar-se do comando da burguesia e afirmar-se como vanguarda.” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 25). Entendemos que a postura destacada acima não permite esgotar a discussão posicionando a AP como “democrático-reformista” (ARANTES; LIMA, 1984), até porque, o “Documento-Base” expressa uma crítica direta ao revisionismo simbolizado pela ideia da “necessidade de uma fase de consolidação do capitalismo como etapa necessária para a revolução.” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 25).

A posição de Arantes e Lima (1963, p. 40) perde sustentação quando o texto do “Documento-Base” afirma que: “A falência da chamada luta nacionalista e a impossibilidade de levar às massas uma luta que não esteja diretamente vinculada à sua situação de classe indicam claramente a necessidade de uma estratégia revolucionária baseada nas condições concretas da estrutura brasileira.” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 26). É a partir desse pressuposto que a AP opta por uma “política de preparação revolucionária”, a partir da “mobilização e organização do povo” na luta contra a dominação do capitalismo (AÇÃO POPULAR, 1963). Para isso, pregava o fortalecimento dos seus quadros militantes para que pudessem “promover e orientar cada mobilização”, inclusive dentro das estruturas de poder (AÇÃO POPULAR, 1963). “*Ela se propõe a tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade.*” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 26, grifo do autor).

Nas páginas finais do “Documento-Base” são sinalizados algumas formas e métodos de intervenção e linhas de trabalho. O foco prioritário seriam as organizações operárias e camponesas, visto a hegemônica atuação que a AP tinha consolidado no movimento estudantil. Para o movimento operário o caminho que deveria ser seguido passava pela continuidade das ações do MCP, de alfabetização, entre outros, de modo que pudessem manter a crítica ao capitalismo e a “apresentação da perspectiva socialista” (AÇÃO POPULAR, 1963). Para o movimento camponês se anteviam maiores dificuldades devido “não só pela dispersão das populações, como pelo alto grau de conformismo que apresentam os camponeses, dada a permanência secular das condições de exploração.” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 28).

De qualquer forma, as linhas gerais do “Documento-Base” se situavam no campo do engajamento, da agitação e da denúncia, elementos que constituíam a “preparação revolucionária”. Conforme aponta Semeraro (1994, p. 63 *apud* DIAS, 2003, p. 89) uma das grandes preocupações da AP era deixar de ser um Partido universitário e de intelectuais e construir bases no movimento operário e camponês, sobretudo. A ligação com outros

movimentos sociais não era nova, visto a presença marcante no MEB, CPC, MCP e UNE-volante (DIAS, 2003). Porém, com o surgimento da AP essas relações ganham maior impulso, inclusive no meio estudantil secundarista que, devido à proximidade com a JEC, possibilitou a hegemonia também nesse campo estudantil com participação destacada na União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) (ARANTES; LIMA, 1984).

### **2.2.2 A atuação social para além dos muros das Universidades**

Apesar das dificuldades apontadas no “Documento-Base” para a atuação em meio ao movimento camponês, a AP teve importante participação no processo de sindicalização rural através do Movimento de Educação de Base (MEB), que entendia a educação como um meio de realizar a transformação social (DIAS, 2003). Segundo Arantes e Lima (1984, p. 43), a AP participou desde o início das atividades do MEB, utilizando-o como forma de organização e mobilização dos camponeses, assim como teve participação na SUPRA (Superintendência para a Reforma Agrária), órgão que elaborou o decreto que desapropriaria terras às margens de rodovias e ferrovias em vista de iniciar o processo de reforma agrária.<sup>35</sup>

A partir da experiência do MEB e da SUPRA a AP também teve participação na fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), onde se aliou ao PCB para isolar setores conservadores contrários a criação da Confederação e na defesa das “reformas de base”, sobretudo no que tocava à reforma agrária. À época a AP tinha influência direta em oito federações estaduais de trabalhadores agrícolas (ARANTES; LIMA, 1984). A criação da CONTAG ajudou a acirrar ainda mais os conflitos no campo. Esses conflitos que já se avolumavam devido à atuação dos sindicatos rurais que, segundo Arantes e Lima (1984, p. 44), saltaram de 3 no período de 1955-1957, para 1500 no iminente pré-golpe. As Ligas Camponesas que também contavam com apoio e alguma participação da AP somavam mais de 200 em todo o país. A pressão vinda do campo pode ser sintetizada na máxima: “Reforma agrária, na lei ou na marra” (ARANTES; LIMA, 1984).

A atuação em meio ao movimento operário, que também foi apontado pelo “Documento-Base” como espaço estratégico de intervenção, não logrou os mesmos êxitos que foram alcançados no movimento camponês. Entre os operários a permeabilidade dos segmentos católicos como a JOC não era tão grande como o da JEC e da JUC entre os camponeses através do MEB (ARANTES; LIMA, 1984). Ainda havia agravantes, como de ter

---

<sup>35</sup> A reforma agrária era um dos pontos que fazia parte das “reformas de base” que seriam aprovadas pelo Presidente João Goulart no famoso comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, apenas alguns dias antes do golpe.

que disputar espaço com sindicatos corporativos ligados às patronais – sindicatos “amarelos” e sindicalistas “pelegos” – (DIAS, 2003), com a inserção do PCB que estava consolidada há mais tempo e se tornava referência de organização à esquerda para os operários e com a influência dos “Círculos Operários”, que eram redutos conservadores da Igreja e haviam sido criados ainda na década de 1930 para arrefecer a influência anarquista e, posteriormente, comunista, entre os trabalhadores (ARANTES; LIMA; 1984).

A inserção da AP no movimento de massas era um traço que a caracterizava no bojo da nascente “nova esquerda” (GORENDER, 1987). A AP “se distinguiu [...] pela capacidade de atuação no movimento de massas em favor das reformas de base e por sua presença nas mais variadas entidades setoriais e de frente única do imediato pré-64.” (GORENDER, 1987, p. 38). A defesa das “reformas de base” estava em acordo com a diretriz do “Documento-Base” que apontava “[...] a atuação coordenada de seus militantes dentro das estruturas atuais de poder.” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 26) e representava um meio de garantir o acúmulo de forças necessário para a “preparação revolucionária” (DUARTE, 2010). A inserção da AP na defesa das “reformas de base” se deu, em especial, por meio da Frente de Mobilização Popular (FMP), espaço de articulação que ampliava a atuação iniciada com a aliança “operário-estudantil-camponesa”. A aliança foi muito pautada no movimento estudantil por influência da JUC/AP, e que também era entendida como estratégica pelo “Documento-Base”.

Para o movimento universitário, essa aliança foi um instrumento de mobilização e uma forma de tentar potencializar as reivindicações coletivas que visavam à libertação nacional, envolvendo os setores sociais que foram considerados fundamentais e os “estudantes esclarecidos”. Nesse sentido, conforme a aliança foi sendo delineada, e de certa maneira, formalmente organizada, como na FMP, os laços entre as organizações estudantis e os demais atores sociais foram se constituindo para os estudantes em forma de ação política concreta, na participação conjunta em manifestações públicas, comunicados e posicionamentos políticos partilhados, apoio e participação em greves, na organização de seminários e na solidariedade mútua que existiu entre as diversas organizações que se aproximaram. (MATTOS, 2013, p. 293-294)

A FMP foi um importante espaço de articulação política em que, além da AP, convergiam diversas forças políticas, como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN),<sup>36</sup> o

---

<sup>36</sup> O trabalho de Gavião (2007, p. 166) apresenta de forma inédita os 54 pontos que constituíam o “Termo de Compromisso” da Frente Parlamentar Nacionalista, que foi lançado em 3 de fevereiro de 1963 e tinha influência da AP por meio de Plínio de Arruda Sampaio e Paulo de Tarso (então Ministro da Educação). O documento, formulado aos moldes do que era as “reformas de base”, trazia a defesa de diversos elementos progressistas, entre os quais destacamos: “Democratização do poder”; “Democratização do ensino e da cultura”; “Reforma agrária”; “Abastecimento e custo de vida”; “Desenvolvimento econômico independente”; “Nacionalismo e estatismo”; “Política externa independente”.

Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a UNE, o Pacto de Unidade e Ação (PUA), a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), o Partido Operário Revolucionário – Trotskista (POR-T), alguns segmentos das Ligas Camponesas, segmentos mais radicalizados do PCB, entre outros (MATTOS, 2013). A FMP também contava com a participação de alguns políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com destaque para a influência decisiva de Leonel Brizola, que posteriormente ajudaria a transformar a FMP em “Frente Única de Esquerda” (GAVIÃO, 2007). As “reformas de base” eram entendidas por boa parte das organizações que compunham a FMP como o passo derradeiro rumo ao desenlace revolucionário.<sup>37</sup>

Em tempo, vale destacar que as “reformas de base”<sup>38</sup> não tinham, necessariamente, um viés revolucionário, mas sim, reformista. Apesar disso, eram interpretadas de maneira distinta dependendo desde onde eram analisadas. Para os setores governistas tinham o papel de “adequar o processo de desenvolvimento nacional”; Para os setores de esquerda que faziam parte da FMP simbolizavam mais um passo rumo a “revolução brasileira” (MATTOS, 2013). Na prática, dentre todas as propostas que formavam as “reformas de base”, as que mais causavam alvoroço entre as elites e setores conservadores eram as desapropriações de terra às margens de rodovias, ferrovias e açudes – o que não caracterizava, de fato, uma reforma agrária – e a Lei de Remessas de Lucros (ARANTES; LIMA, 1984). Ambas remetiam a necessária alteração na Constituição Nacional, o que era entendido pelos conservadores como um golpe de João Goulart que estaria supostamente em curso.

Em junho de 1963 foi realizado o XXVI Congresso da UNE que elegeu o apista José Serra para a presidência da entidade. Sob influência direta das diretrizes da AP, a UNE passa por uma – ainda maior – radicalização política e ideológica nesse período. Incorpora as “reformas de base” ao seu programa político e aprofunda as relações com os setores operários e camponeses por meio da aliança operário-estudantil-camponesa e da integração efetiva na FMP (MATTOS, 2013). A AP passa a mobilizar suas bases para organizar o setor universitário de acordo com os seus objetivos e linhas de atuação política. Havia uma

---

<sup>37</sup> A animosidade das organizações de esquerda tinha sustentação na conjuntura acirrada que era vivida no ano de 1963 e no imediato pré-golpe de 1964. Segundo Arantes e Lima: “Nos primeiros meses de 1964 o movimento popular estava em pleno desenvolvimento. Dos campos às cidades multiplicavam-se as ações de massas. Já em 1963 haviam ocorrido 105 greves de trabalhadores urbanos, a maioria por motivos econômicos e algumas por motivos diretamente políticos. As greves continuaram, entrando por 1964. Em fevereiro os operários reivindicavam 100% de aumento para o salário-mínimo de todo o país. No mesmo mês, 300 mil trabalhadores isolaram engenhos e usinas e pararam o trabalho em Pernambuco.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 47).

<sup>38</sup> Segundo Duarte (2010), podemos dividir as “reformas de base” em alguns eixos estruturais que, segundo o autor, seriam: “[...] reforma constitucional; fiscal ou tributária; política ou eleitoral; bancária; educacional ou universitária; administrativa; além da polêmica reforma agrária.” (DUARTE, 2010, p. 39).

preocupação com a formação e o engajamento dos novos militantes – que aumentaram consideravelmente – em relação ao tema da “revolução brasileira”. Foram enviados para os Núcleos e Coordenações espalhados por todo o país amplos questionários para que fosse possível conhecer a conjuntura de cada local e traçar um plano de ação (MATTOS, 2013).

Esses questionários serviram para que a Coordenação do Setor Universitário tivesse um mapeamento bastante amplo sobre situação da jovem organização no setor estudantil, assim como debatesse os principais problemas e planejasse a sua ação política, organizacional e de crescimento em cada região do país. [...] Desse modo, se definiu que a AP deveria ser organizada no interior das faculdades por núcleos, que deveriam ter duas funções. Em primeiro, quando os militantes da organização estivessem fora das entidades estudantis, deveriam impulsionar tarefas cotidianas como cursos e debates abertos, jornais murais e outras atividades que pudessem envolver o conjunto estudantil da faculdade. Em segundo, quando o núcleo chegasse a direção das entidades estudantis, deveriam compreender [que] esse papel dirigente não caberia apenas aos eleitos, mas a todo o núcleo, que deveria se esforçar para estabelecer as principais bandeiras da entidade, indicar assessores e assistentes para auxiliar os dirigentes e formar a sua fração da AP, responsável por organizar a intervenção organizada da AP na entidade. Além disso, independente da situação em que o núcleo se encontrasse em cada faculdade, seria necessário enfatizar a atuação nos CPCs e movimentos similares existentes, sempre aprofundar a formação ideológica e política dos militantes e manter contatos cotidianos com outros segmentos sociais, notadamente os movimentos de alfabetização e os sindicatos urbanos e rurais. Com isso, considerou-se que os estudantes conseguiriam se manter conectados com uma realidade para além do mundo restrito da faculdade, de modo que isso possibilitaria “a formação integral do revolucionário da AP no sentido de poder, a qualquer momento, transcender a perspectiva meramente estudantil de engajamento revolucionário”. (MATTOS, 2013, p. 284-285, grifo do autor)

Como se pode perceber, mesmo a AP ampliando sua atuação para outros setores sociais como o operário e camponês, não perdeu de vista a importância do seu reduto inicial e maior base militante, o setor universitário. Durante o ano de 1963 a conjuntura social do país vai se acirrando sobremaneira com a pressão dos setores sociais, tanto à esquerda, quanto à direita. Os movimentos populares, visualizando um potencial maior do que de fato representavam as “reformas de base”, tencionam o governo Goulart pela aprovação imediata através de inúmeras iniciativas, tais como greves, ocupações de terra, atos de rua, etc (ARANTES; LIMA, 1984). Por sua vez, os setores conservadores tencionam à contra-revolução através dos meios que lhe cabem, especialmente através da contrapropaganda ideológica anticomunista e de desgaste do governo. Nesse sentido, se destacam a atuação do

Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).<sup>39</sup>

Banqueiros, empresários e latifundiários uniram-se aos setores mais reacionários dos parlamentares, imprensa, clero, governadores e orquestraram uma ruidosa, cara e agressiva campanha contra os objetivos reivindicados pelas massas e as pretensões reformistas do governo. A indústria do anticomunismo, que tantos dividendos já dera [*sic*] às classes dominantes no Brasil, de novo foi acionada até ao nível da histeria. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 49).

Sob forte pressão vinda dos setores populares, no dia 13 de março de 1964, o Presidente João Goulart conduz um Comício na Central do Brasil no Rio de Janeiro que reúne cerca de 200 mil pessoas.<sup>40</sup> Nesse Comício o Presidente acena à esquerda ao anunciar as “reformas de base”, tendo assinado horas antes o decreto da SUPRA sobre a reforma agrária, talvez um dos maiores incômodos da burguesia ruralista e latifundiária. Nesse comício estavam presentes as organizações que formavam a FMP, inclusive com algumas lideranças discursando ao lado de João Goulart, como foi o caso de Leonel Brizola, Miguel Arraes e do apista José Serra, então Presidente da UNE. Em seu discurso, Leonel Brizola defende o fechamento do Congresso Nacional que estaria impedindo a realização das “reformas de base e propõe a realização de um plebiscito onde o povo legitimaria essa atitude (GAVIÃO, 2007).

A resposta das elites e dos segmentos conservadores e reacionários da sociedade viria menos de uma semana depois do Comício da Central do Brasil. No dia 19 de março de 1964 a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” reuniu um número bem superior aos 200 mil que estiveram presentes no Comício da Central do Brasil. Portando rosários, crucifixos e faixas com mensagens que faziam alusão ao anticomunismo, as elites paulistanas – contando, também, com a participação de setores populares aturdidos pela propaganda histórica anticomunista – clamavam à ajuda das Forças Armadas frente ao risco eminente de um golpe “comunista e ateu” (REIS FILHO, 2014). Frente a este cenário nos parece desnecessário

---

<sup>39</sup> Segundo Dreifuss (1987), IPES e IBAD formavam um complexo, um “partido político da burguesia”, e que “[...] além disso, o próprio IBAD foi denunciado como sendo uma das principais operações políticas da CIA no Rio, sendo basicamente uma organização de ação anticomunista.” (DREIFUSS, 1987, p. 102). Assumindo a leitura gramsciana de Dreifuss, Duarte (2010) afirma que: “Dreifuss avalia que o complexo IPES/IBAD, aliado ao aparato militar representado pelos membros da Escola Superior de Guerra (ESG), formava o verdadeiro partido do novo bloco de poder. Tratava-se de um poderoso complexo político-militar que foi responsável por preparar estratégica e taticamente a ação de classe dos intelectuais orgânicos desta nova burguesia em direção à conquista do Estado.” (DUARTE, 2010, p. 41).

<sup>40</sup> Assim como ainda acontece hoje quando da realização de manifestações de rua, não há consenso – nem mesmo entre os historiadores – sobre o número exato de participantes do Comício da Central do Brasil. Arantes e Lima (1984, p. 48) falam em um número entre 200 e 250 mil pessoas presentes. Daniel Aarão Reis Filho (2014, p. 40) fala em 350 mil pessoas, segundo ele, “todas as esquerdas”.

relatar em detalhes os acontecimentos que se seguiram, tais como a revolta dos marinheiros e o episódio no Automóvel Clube do Rio de Janeiro.<sup>41</sup>

Foi então que, na madrugada do dia 31 de março de 1964, o general Olympio Mourão Filho parte de Juiz de Fora (MG) com suas tropas rumo ao Rio de Janeiro (REIS FILHO, 2014). Contando com o apoio civil e político da elite conservadora e reacionária e, também, com parte da esquadra naval estadunidense que se posicionava próxima a costa brasileira pronta para dar apoio ao levante militar (a chamada “Operação Brother Sam”), se desencadeou o golpe de 1964.<sup>42</sup> A conspiração que articulava o golpe por meio do IPES e do IBAD com a interferência marcante da Agência Central de Inteligência (CIA) estadunidense e com atuação ininterrupta do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, chegava ao ponto derradeiro (FICO, 2008). Em 1º de abril de 1964, o Presidente João Goulart fora deposto e a Presidência da República considerada vaga, como bradou Auro de Moura Andrade, mesmo sabendo que o Presidente ainda se encontrava em solo nacional.

Como é sabido, não houve resistência ao golpe por parte de João Goulart e nem exitosos movimentos por parte das esquerdas que tanto o pressionavam. Segundo Arantes e Lima (1984): “início de greve geral nacional, inúmeros comícios relâmpagos, rearticulação da ‘cadeia da legalidade’ e movimentações improvisadas com vistas a alguma resistência popular foram respostas imediatas que o movimento de massas deu ao golpe dos generais.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 53). Contudo e ao que parece, nenhum dos setores da esquerda contava, de fato, com o golpe, pelo menos não no momento e da forma como se deu. Em seu livro, Filgueiras (2008, p. 213-218) descreve uma série de iniciativas que os militantes da AP tentaram levar a efeito, mas sem sucesso. Não havia preparação política, ideológica e material para a resistência (ARANTES; LIMA, 1984). Com o golpe, inicia uma etapa de análise da “derrota do reformismo” e a verificação de pontos da trajetória, das práticas e das perspectivas dentro da AP (DIAS, 2003).

---

<sup>41</sup> A “revolta dos marinheiros” foi uma sublevação desencadeada após a tentativa de repressão por parte do Ministério da Marinha a uma assembléia dos marinheiros que discutia melhorias nas condições de vida e de trabalho. Considerando a reunião um ato de indisciplina, o Ministro Sérgio Mota enviou uma tropa de fuzileiros navais à reunião que ocorria no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para que prendessem os “indisciplinados”. Ao chegar ao Sindicato os fuzileiros depuseram as armas e se somaram aos então amotinados. O Presidente João Goulart tomou a decisão de anistiar os marinheiros sublevados, em uma clara afronta à hierarquia militar, o que resultou na ampliação da crise já instalada junto às Forças Armadas (REIS FILHO, 2014). No dia 30 de março de 1964 o Presidente vai à reunião de posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais e faz um discurso, considerados por muitos pesquisadores, provocativo às Forças Armadas, ao mesmo tempo em que tenta uma re-aproximação com setores descontentes (GAVIÃO, 2007). O discurso do Presidente serviu apenas para acelerar o processo golpista, que então, se mostrava inevitável.

<sup>42</sup> Sobre o debate em torno da denominação do golpe ter sido militar ou civil-militar, nos restringimos a assumir a posição de que foi um golpe militar (conduzido por militares) com o apoio, sobretudo, da elite econômica, política e civil-empresarial nacional.

Neste capítulo buscamos percorrer a história da AP desde os fatores de origem vinculados ao cristianismo e a hierarquia da Igreja Católica, passando pela construção política dos militantes e da própria organização e chegando até os desdobramentos do golpe de 1964, que simboliza um marco divisor para a AP e para o país. Buscamos elaborar a construção textual e argumentativa de modo relacional entre os elementos da conjuntura e os que são próprios da Organização. No próximo capítulo nos dedicamos ao estudo dos fatores que compõem o que chamamos de “segunda fase” da história da AP. Esse período vai do imediato pós-golpe até a desarticulação da Organização tal como foi constituída inicialmente.



### **3 O PÓS-GOLPE, A REORGANIZAÇÃO E A DESARTICULAÇÃO – SEGUNDA FASE**

O objetivo deste segundo capítulo é apresentar os principais elementos que constituem a história da Ação Popular (AP) no que convencionamos denominar de “segunda fase” do período de existência da Organização. Caracterizamos essa fase como um período de ascensão da participação da AP nas lutas sociais contra a ditadura, de avanço e desenvolvimento teórico, ideológico, programático e, sobretudo, político da Organização. Contraditoriamente, é justamente esse desenvolvimento que conduz à sua desarticulação. Seja pela brutal perseguição e repressão levada a efeito pelos organismos de “segurança” da ditadura em resposta as suas ações, ou pelas disputas político/ideológicas que se passam internamente na busca pela “concepção mais acertada” (FILGUEIRAS, 2014) de Organização, atuação, análise conjuntural e “programa” para a “Revolução brasileira”.

Cronologicamente, esse período se estende do imediato pós-golpe de 1964, passando pela reorganização interna e pelo aprofundamento do engajamento nas lutas sociais, e chegando ao período de desarticulação no ano de 1973. Assim como foi proposto no primeiro capítulo, dividimos esta “segunda fase” em dois momentos: a primeira parte trabalha com o período que vai da reorganização após o golpe de 1964 até o ano de 1968, onde além do primeiro grande “racha” interno, a AP amplia uma das suas principais experiências, a “integração na produção”. O segundo momento inicia com as lutas sociais de 1968 e se estende até a desarticulação da Organização em 1973, quando a maioria dos militantes adere ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a AP se descaracteriza completamente em relação a sua concepção inicial.

Essa descaracterização se deve em parte ao desgaste interno resultante das disputas, mas, principalmente, devido às perseguições, prisões, exílios e mortes que tocaram parte expressiva dos militantes da AP. Neste capítulo buscamos percorrer e analisar os principais fatores que constituem a “segunda fase” de existência da Organização, dialogando com a conjuntura de lutas vivida no país e com o elemento empírico contido nas narrativas dos ex-militantes que entrevistamos. As memórias contidas nas narrativas são apresentadas e trabalhadas como elos de convergência em relação ao dado histórico situado no universo das bibliografias que tomamos como referência. Mais do que um complemento meramente ilustrativo, as memórias individuais dos ex-militantes se inserem no texto como um fator determinante para a construção de sentido dos fatos históricos que são apresentados.

### 3.1 1964-1968: O PÓS-GOLPE E A REORGANIZAÇÃO

O rápido desdobramento das movimentações golpistas e a ausência de uma resistência organizada e massificada frente ao golpe impuseram o “ônus da derrota” ao conjunto da sociedade brasileira que sonhava e acreditava nos avanços reformistas que talvez se efetivassem através das “reformas de base” (DIAS, 2003). Nesse amplo conjunto da sociedade se destacavam os movimentos e organizações de esquerda que estavam à frente do processo de radicalização das reivindicações. Nitidamente esses foram os primeiros a experimentar a sanha repressiva da ditadura que se implantava velozmente no país. Segundo Arantes e Lima:

O primeiro grande feito governamental dos generais no governo foi desencadear feroz e geral repressão com o fim de desorganizar o povo, golpeando-lhe as entidades de massa. O Comando geral dos trabalhadores (CGT), a Frente de Mobilização Popular (FMP), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), as Comissões Permanentes das Organizações Sindicais (CPOSS) foram, de imediato e sem contemplação, desbaratados. A Sede da UNE foi incendiada. Universidades foram invadidas, bibliotecas queimadas, professores e artistas perseguidos, a inteligência nacional posta em suspeição. Os mais ativos sindicatos do país foram fechados, diversos tiveram suas sedes depredadas, centenas sofreram intervenções, 425 permaneceram oficialmente nessa situação. As ligas camponesas e os sindicatos rurais, as escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base da Igreja, tudo foi alvo da sanha punitiva desfechada pelos generais. Nos dois primeiros dias do Golpe, o IV Exército realizou reconhecidamente cerca de mil prisões pelo interior do Nordeste. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 54)

Nos primeiros momentos que sucederam ao golpe – assim como aconteceu com outras organizações – militantes e dirigentes da AP foram perseguidos e presos, muitos tiveram de se exilar no exterior. Após ficarem escondidos em território nacional, Betinho, Aldo Arantes e Jair Ferreira de Sá se exilam no Uruguai onde, ao lado de Brizola, participam da rearticulação da Frente de Mobilização Popular (FMP) e de uma tentativa frustrada de resistência armada que seria comandada desde o exílio (RIDENTI, 2002). As principais lideranças da AP se espalham, Duarte Pereira e Haroldo Lima se escondem na Bahia (DUARTE, 2010). José Serra se abriga na embaixada da Bolívia e, depois de rápida passagem por esse país, segue para o exílio no Chile. Paulo Stuart Wright e padre Alípio de Freitas vão para a embaixada mexicana e, logo em seguida, viajam para o México e de lá para Cuba (GAVIÃO, 2007).

As perseguições, a repressão e a desilusão com a derrota frente aos golpistas fizeram com que muitos militantes da AP abandonassem a Organização ou simplesmente parassem de

militar. Às baixas nos quadros militantes se somou a desarticulação dos movimentos de base, especialmente do movimento estudantil, camponês e operário, onde a AP estava em pleno desenvolvimento no momento anterior ao golpe. Para o meio operário os militares criaram a Lei 4.330, de 1º de junho de 1964,<sup>43</sup> que proibia movimentos grevistas. Essa lei ficou conhecida como “Lei Anti-greve”.

Para o meio universitário foi criada a Lei 4.464, de 09 de novembro de 1964.<sup>44</sup> Essa lei proibia atividade política no meio estudantil, impunha a organização por “diretórios”, colocando a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e das Uniões Estaduais de Estudantes (UEE’s) na ilegalidade. É válido destacar que a Sede da UNE foi incendiada no primeiro dia do golpe. A Lei 4.464 ficou conhecida como “Lei Suplicy”, porque foi proposta pelo então Ministro da Educação da ditadura, Flávio Suplicy de Lacerda, o mesmo que é responsável pelo acordo MEC-USAID.<sup>45</sup>

Os primeiros movimentos da ditadura dismantelaram boa parte do trabalho que vinha sendo desenvolvido pela AP também nos espaços institucionais junto ao aparelho do Estado. As consequências do golpe foram sentidas e vividas de forma muito intensa pelos militantes que estavam inseridos em trabalhos de base, seja em meio à população pobre ou nos espaço formais de poder. Maria Josefina Becker narra como viveu esse momento enquanto atuava na Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul:

*“Quando veio o golpe muitas pessoas foram presas [...] pessoas muito ligadas, que faziam um trabalho muito bonito, esse trabalho de alfabetização Paulo Freire [...] e também o trabalho de cultura popular que nós fazíamos nas vilas. [...] O nosso chefe [na Secretaria de Educação] era um juscelinista. Ele era do PSD e adorava o Juscelino [Kubitschek], na época ele estava fazendo campanha pelo “JK 1965”. [...] Ele pegou todo o nosso material e levou para a casa dele, quando o pessoal do exército chegou lá para nos prender não tinha nada. Ele só deixou coisas sem importância e disse para eles: “O pessoal trabalha aqui, eles fazem música e outros trabalhos nas vilas, etc.”. Foi graças [a atitude dele] que nós não fomos presos. Até porque no início havia certo pudor em prender as pessoas sem um flagrante delito, ainda não se prendia só por ‘ouvir dizer’. [...] O nosso trabalho era subversivo, mas como não tinha provas eles não nos prenderam. Depois disso cada um foi para um lado. Eu fui fazer outras coisas, me formei, fui trabalhar na minha área. Eu não quis mais trabalhar em comunidades,*

<sup>43</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4330.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4330.htm)>. Acesso em: 02 maio 2015.

<sup>44</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm)>. Acesso em: 05 maio 2015.

<sup>45</sup> O acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), versava, basicamente, sobre o processo de tecnificação e privatização da educação brasileira. Para aprofundar o tema recomendamos a obra de ALVEZ, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Gernasa, 1968.

*porque era impossível, não podia. Se eu fosse trabalhar do jeito que eu sabia certamente seria presa [...]. Dentro da minha cabeça eu achava que deveria trabalhar em alguma função neutra onde pudesse ajudar as pessoas sem ter que me meter diretamente em política. Do ponto de vista político eu fazia mais esse trabalho de apoio, não fui para o trabalho clandestino.” (BECKER, 2015)*

A necessidade de asfixiar os movimentos sociais, de arrefecer as experiências de organização e de luta e garantir a “segurança nacional”<sup>46</sup> fez com que os militares criassem o Serviço Nacional de Informações (SNI). Apesar da existência de “serviços e órgãos de inteligência” anteriores aos SNI, esse foi oficializado nos primeiros meses de atuação da ditadura por meio da Lei 4.341, de 13 de junho de 1964.<sup>47</sup> O órgão é chefiado inicialmente pelo General Golbery do Couto e Silva, um dos principais articuladores do IPES e, também, o primeiro diretor desse Instituto. Com o passar dos anos e com o acirramento do Estado ditatorial, o SNI passa a figurar como o principal órgão da “comunidade de informação”.<sup>48</sup> Instância que foi montada pelos militares para garantir a exequibilidade do seu “projeto de nação” e o aniquilamento de qualquer forma de ameaça, resistência ou contraponto a esse processo.

Passado o primeiro momento do golpe, os dirigentes e o conjunto da militância da AP começam a analisar o nível e a abrangência da desarticulação causada nas suas bases de atuação. Esse movimento inicia uma nova fase na Organização, mais radicalizada e, de certa forma, desorganizada. A dificuldade de comunicação e reunião resultante da permanente vigilância e perseguição dos sistemas de informação da ditadura contribui enormemente para

---

<sup>46</sup> A lógica da “segurança nacional” estava de acordo com a lógica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que foi desenvolvida inicialmente pelos EUA no âmbito da Guerra Fria, como forma de lidar com o “inimigo interno e externo”. Os oficiais militares brasileiros tomaram contato com a DSN a partir da sua experiência na Escola Superior de Guerra (ESG) que, por sua vez, também era influenciada pela National War College estadunidense. Segundo Viola e Pires (2012), “foi a partir dos EUA que a DSN transformou-se em uma referência, um princípio teórico-prático que orientou a política internacional das áreas de influência estadunidenses, entre elas, logicamente, a América Latina, alterando toda a prática política interna da região. A primeira mudança política trazida pela DSN foi colocar a força militar para defender os interesses do capital dos EUA internacionalmente. As mudanças daí decorrentes pressupõem que o conceito de Segurança Nacional passa a ser o princípio orientador da política interna e externa estadunidense.” (VIOLA; PIRES, 2012, p. 95).

<sup>47</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm)>. Acesso em: 15 maio 2015.

<sup>48</sup> Segundo Duarte (2010): “As Forças Armadas formaram os seus próprios Centros de Informação que assumiram não apenas tarefas específicas de investigação, verificação e produção de informações, mas que também exerciam ações repressivas: o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), criado em 1955 e reformulado nas décadas de 1960 e 1970; o Centro de Informação do Exército (CIE), surgido em 1967; e, por fim, o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA), constituído em 1968. Outro importante órgão repressivo foi a Operação Bandeirantes (OBAN), criada pelos militares em 1969, mas que contava com o financiamento do empresariado. Já em 1970, destacou-se o Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações (CODI-DOI), responsável por interrogatórios e capturas visando o combate às organizações de esquerda e à contenção da oposição à ditadura.” (DUARTE, 2010, p. 45). Para maior aprofundamento no tema da “comunidade de informação” ver: FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.

esse cenário. Com a Direção nacional desarticulada no país, se forma uma Coordenação provisória em São Paulo, Betinho antes de ir para o exílio no Uruguai deixa a Coordenação nacional a cargo de Sérgio Vassimon (DUARTE, 2010). Walter Barelli<sup>49</sup> e Egydio Bianchi<sup>50</sup> se somam a Vassimon e formam um Comando provisório nacional, regional e municipal restrito a São Paulo, enfrentando muitas dificuldades para rearticular a Organização (GAVIÃO, 2007).

O contato dos militantes que estão no Uruguai com outras organizações e, em especial com Leonel Brizola, cria desacordos nas leituras de conjuntura e nas propostas de reorganização para a AP. Segundo Ridenti (2002) “a maioria dos remanescentes reorganizou-se e aprovou a *Resolução Política de 1965*, na linha do *Documento Base* de 1963, mas com ênfase na necessidade da luta armada revolucionária, o que aproximou a AP da visão de mundo dos revolucionários de Cuba.” (RIDENTI, 2002, p. 234-235 grifos do autor). Segundo os depoimentos de Barelli e Bianchi tomados por Gavião (2007) os militantes que estavam no Uruguai desconheciam a real situação que o Brasil estava vivendo e, por influência das outras Organizações que estavam reunidas em torno da FMP, acabam formulando uma “Resolução Política” que apontava para a luta armada.

Em síntese, o que a “Resolução Política de 1965” trazia de novo era a dimensão de conquista do poder pela via insurrecional, mudando a compreensão sobre a etapa em que se encontrava a conjuntura brasileira em relação ao “Documento-Base”, que apontava o momento à época de seu lançamento como de “preparação revolucionária”. O processo

---

<sup>49</sup> Em entrevista concedida a Gavião (2007), Walter Barelli – hoje pertencente aos quadros do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – apresenta alguns elementos que nos ajudam a entender o momento que a AP vivia e os dobramentos político/ideológicos pelos quais a Organização passava. “Quando o pessoal de Minas vem e deixa a participação da Coordenação Nacional para a direção de São Paulo, que éramos nós, apesar do golpe, nós continuamos o movimento, com muitos cuidados, sabendo onde estávamos pisando, sem aventuras, mas nós não estávamos preparados para outras coisas. E tentamos inclusive organizar o que a gente tinha nas faculdades, o que fazer. Agora, não era o ritmo que o pessoal que imigrou queria, porque eles já estavam com a idéia de uma militância que levaria à guerrilha, ou coisa que o valha. E quando eles voltaram, muitos deles vão para as fábricas trabalhar pensando que é o operário que faz a revolução, então precisamos ser operários.” (BARELLI, 2006 em entrevista à GAVIÃO, 2007, p. 177).

<sup>50</sup> Egydio Bianchi, também em entrevista a Gavião (2007, p. 177), relata em seu depoimento as primeiras divergências que começam a ocorrer dentro da Organização, especialmente devido à dificuldade de comunicação e, ao que nos parece, excesso de “centralismo democrático”. “Nós ficamos segurando a peteca enquanto o Betinho estava fora, o Aldo Arantes estava fora, o Severo (Severo Salles) e o irmão dele. Esse grupo se exilou no Uruguai, e ficou alimentando durante todo esse tempo aquela coisa do levante do Brizola: ‘a palha está secando’. Quer dizer que logo, logo, uma fâsca ia incendiar o Brasil. Aquela visão brizolista, sempre muito otimista em relação às coisas. Aí, a convivência dos dirigentes da AP com essas correntes, especialmente brizolistas, mas com outros partidos também, era muito forte. E ficamos recebendo emissários ou mandando gente para lá, emissários que nos traziam mensagens de que nossa ação era uma ação que deixava a desejar, que nós tínhamos que ter mais energia, ser mais agressivos, contestar mais o Regime. E há uma diferença fundamental entre quem está lá em Montevidéu, num ambiente onde está o Brizola, e nós, que estávamos fazendo um esforço de sobrevivência. Primeiro, nós nunca tínhamos sido coordenadores nacionais; segundo, o que existia de Coordenação Nacional foi totalmente esfacelado: comunicação, telefones...” (BIANCHI, 2006 em entrevista à GAVIÃO, 2007, p. 177).

revolucionário deveria combinar a libertação nacional com o socialismo, o desenlace se daria a partir do campo, através do método cubano da “guerra de guerrilhas”, obedecendo a estágios progressivos de luta (DIAS, 2003). É possível que essa influência cubana também reflita as experiências que Alípio de Freitas e Paulo Stuart Wright vivenciaram no seu exílio em Cuba.

Devido à conjuntura repressiva imposta pela ditadura a “Resolução Política” apontava como necessário:

[...] desenvolver um trabalho contínuo e sistemático de desgaste do inimigo e progressivo fortalecimento das forças revolucionárias, até que, pelo trabalho crescente de conscientização, propaganda política, organização, radicalização da luta institucional e formação gradativa do dispositivo armado militar, se torne possível, numa etapa final da luta, o confronto direto com os inimigos. (AÇÃO POPULAR, 1965, p. 4 *apud* DIAS, 2003, p. 96)

Em planos concretos o desafio que estava dado era articular a preparação da luta armada com o desenvolvimento da luta de massas, fundamental para atingir o desenlace revolucionário. Possivelmente, o encantamento com o modelo cubano impedia a percepção da realidade de profunda desarticulação que a AP enfrentava. Essa realidade chocava-se com os objetivos propostos pela “Resolução Política”, o que faz com que parte da Direção da AP que estava no exílio retorne ao país. Em 1965, tendo retornado ao Brasil, os membros mais destacados da Organização realizam uma “Reunião Nacional Extraordinária, na qual também foi eleita a nova Direção Nacional da AP, composta por Aldo Arantes, Herbert Sousa, Duarte Pereira, Paulo Wright e Sérgio Motta.” (DUARTE, 2010, p. 48).

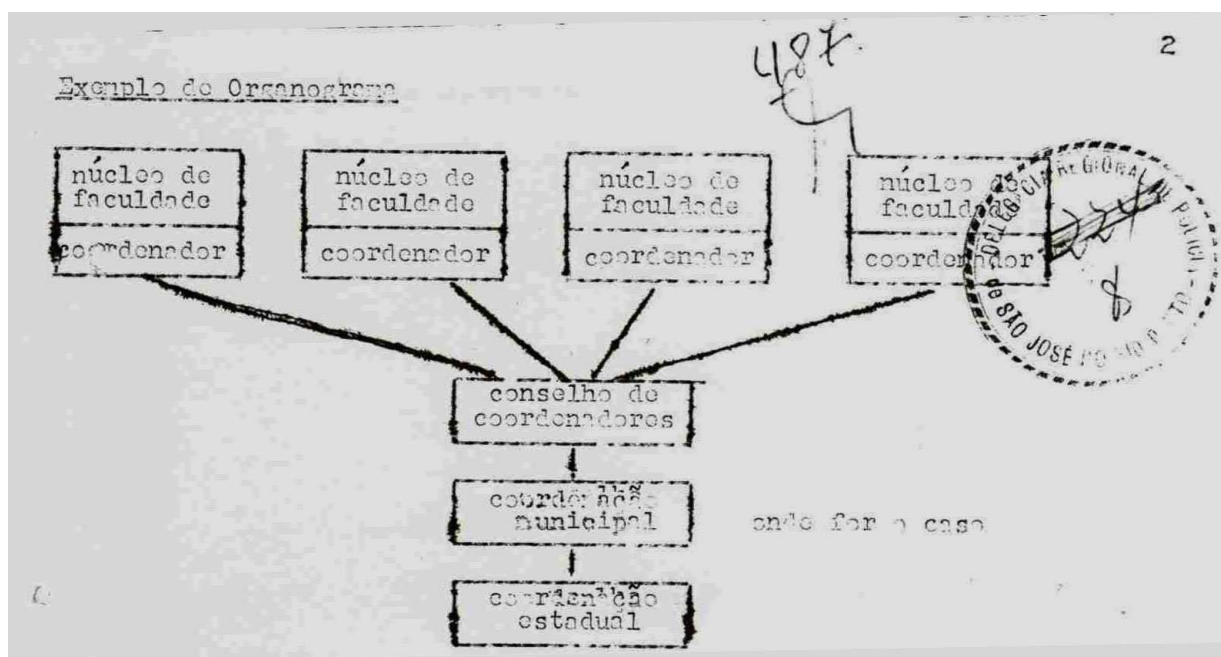
A partir dessa reunião a AP substitui a forma de organização que até então se dava por “Coordenações” e assume a forma de “Comandos” (DE SANTANA, 2008; ÁVILA DIAS, 2011). Segundo Ridenti (2002), a partir da Reunião Nacional de 1965, Aldo Arantes assume o “Comando Nacional” da Organização no lugar de Betinho, que era Coordenador. A adoção dos “comandos” é mais um elemento que evidencia a influência do *foquismo*<sup>51</sup> cubano dentro da AP. Segundo a pesquisadora Cristiane Soares de Santana (2008): “Nesse contexto de

---

<sup>51</sup> O *foquismo* pode ser sintetizado como uma estratégia de ação (ou de guerrilha) revolucionária que atua de forma localizada e, de certa forma, descentraliza em diferentes regiões e com diferentes grupos. Não movimentava grandes contingentes de combatentes como em destacamentos militares convencionais. O seu objetivo está ligado à guerra de guerrilhas, onde vários “focos guerrilheiros” – daí o nome *foquismo* – se espalham por um território e se encarregam das ações de combate. Essa estratégia confunde as forças militares tradicionais que são treinadas para outro tipo de enfrentamento. O *foquismo* ou, o “foco guerrilheiro”, foi posto em prática com muito êxito no contexto da Revolução Cubana e acabou influenciando diversas Organizações de esquerda durante as ditaduras do cone sul. Para mais detalhes sobre o *Foquismo* e a sua influência na AP ver: SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. 262 f. Tese (Doutorado em História) -- Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

adesão ao foquismo, a AP realizou mudanças [...] foram criados Grupos de Ação Armada, os Grupos de Defesa Popular, que deveriam atuar na cidade, e uma Comissão responsável pelo desencadeamento da guerrilha no campo.” (DE SANTANA, 2008, p. 37). A mudança na estrutura organizacional da AP (“Coordenações” para “Comandos”) pode ser percebida ao comparar os organogramas de tal e qual.

Figura 1 – Organograma que apresenta divisão por Coordenações no setor universitário



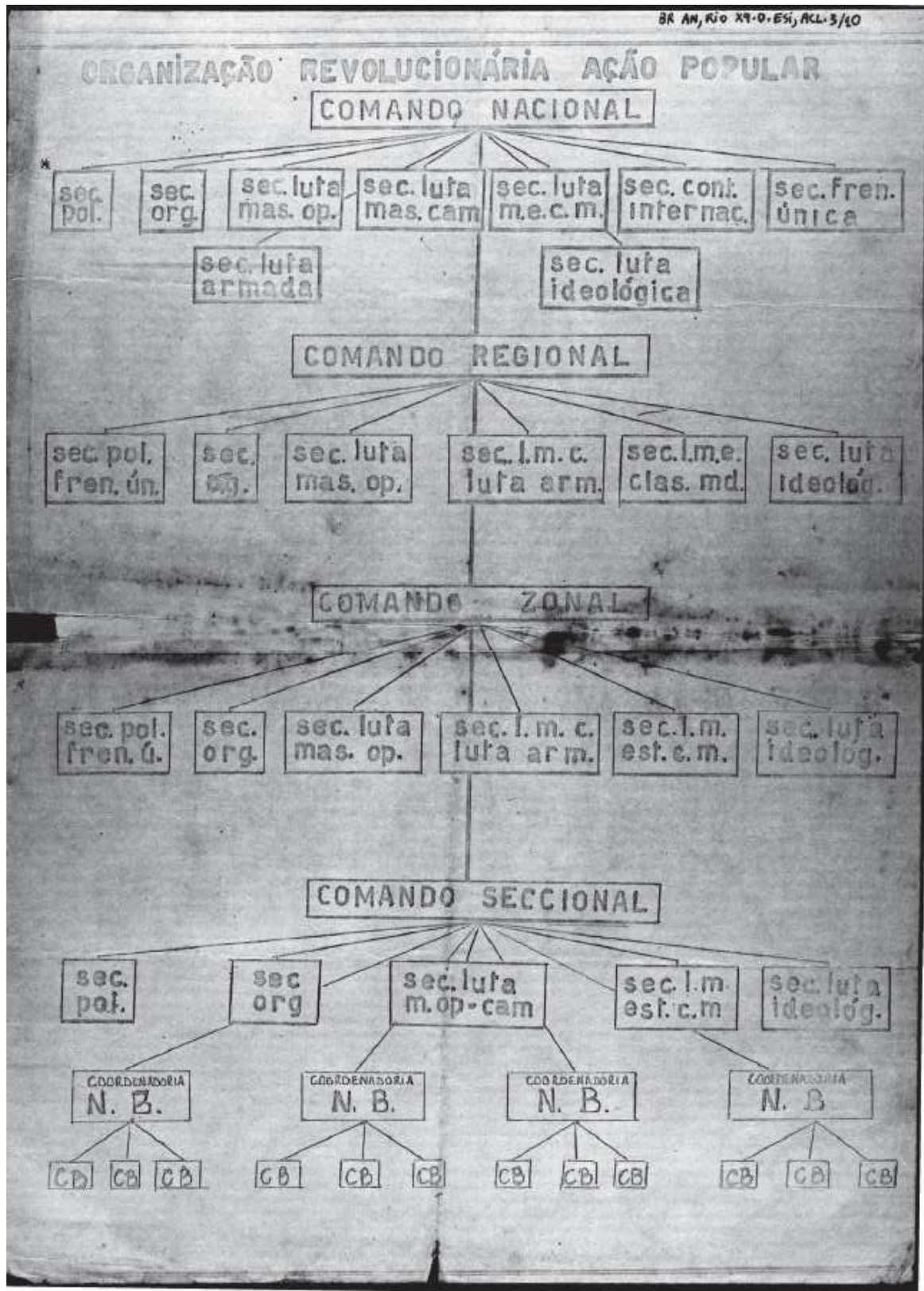
Fonte: SETOR UNIVERSITÁRIO, 1963, p. 2 *apud* MATTOS, 2013, p. 285

Em uma análise geral, o organograma que apresenta a divisão da Organização por “Comandos” demonstra um salto organizativo e estrutural em relação ao regime de “Coordenações”, onde têm destaque os quatro eixos principais: “Comando Nacional”, “Comando Regional”, “Comando zonal” e “Comando Seccional”.

Torna-se possível perceber que a divisão por “Comandos” hierarquiza as funções e subdivide os espaços de atuação em “Secretarias”. No nível de base, representado pelo “Comando Seccional”, mantém além das “Secretarias”, “Núcleos de base” e “Células de base”. Enquanto a divisão por “Coordenações” parecia estar muito associada à forma de organização adotada pela JUC, a divisão por “Comandos” indica relação direta com o *foquismo*. Há, também, semelhança com formas de organização que foram adotadas por algumas Organizações Revolucionárias que também combateram as ditaduras que se impunham sobre vários países do Cone Sul.



Figura 2 – Organograma que apresenta divisão por Comandos



Fonte: Arquivo Nacional. Portal Memórias Reveladas. Código de referência: BR RJANRIO,XX X9.0.ESI, ACL.3/10.<sup>52</sup>

<sup>52</sup> Disponível em: <[http://imagem.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/naorestrito/129\\_45.pdf](http://imagem.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/naorestrito/129_45.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2015.



Essa forma de organização estava de acordo com o passo que a AP queria dar em direção à Revolução, inclusive assumindo a luta armada como um meio para chegar a esse fim. Nesse sentido, destacamos que todos os Comandos – exceto o Seccional – contam com “Secretarias de Luta Armada”. Apesar de todas as justas críticas que possam ser feitas – e que, de fato, foram feitas – à opção pela luta armada em uma conjuntura desfavorável, tanto a nível político/ideológico, quanto material/logístico, nos parece inegável que a AP buscava uma formulação organizativa para tal, mesmo que muito incipiente e inexperiente. Com essa afirmação não perdemos de vista outros elementos que perpassavam a adoção do *foquismo* em uma conjuntura extremamente distinta da que fora enfrentada na realidade cubana.<sup>53</sup> Contudo, destacamos um trecho da “Resolução Política de 1965” que exemplifica textualmente os elementos que embasavam o planejamento da AP.

[...] esta resolução visa definir uma linha política revolucionária para a nossa organização, linha política que nos cabe levar à prática, não em um amanhã sempre remoto, mas a partir de hoje, sem adiamentos. O que nos obrigará a arrancar nossa organização do seu atual estágio e dimensionando-a segundo as exigências de nossa opção original, fazê-la ingressar numa nova etapa de sua existência, etapa rigorosamente popular e revolucionária. [...] O roteiro desta resolução será, depois de breve revisão autocrítica do movimento, o de retomar o Documento Base para reafirmar suas posições filosóficas, enriquecer suas análises históricas e, a partir daí, prolongando-o e completando-o, explicitar e definir linha política e programática por ele apenas esboçada. (AÇÃO POPULAR, 1965, p. 1-2 *apud* DUARTE, 2010, p. 48)

Um dos primeiros movimentos concretos da AP no sentido de retomar a organização das suas bases foi a rearticulação do movimento estudantil através da realização semi-clandestina<sup>54</sup> do XXVII Congresso da UNE em julho de 1965, na cidade de São Paulo. Esse congresso reuniu mais de 400 delegados de todo o país e aprovou por ampla maioria o

<sup>53</sup> Segundo Sales (2005): “O interesse e a permeabilidade da AP ao foquismo vai aparecer de forma ainda mais clara nos “Textos para debates”, organizados pelo Comando Nacional, entre 1965 e 1966, em seu esforço de buscar uma definição ideológica e um caminho de luta contra a ditadura militar. Entre outros textos publicados, estavam o *Guerra de guerrilhas um método*, de Ernesto Che Guevara; *Fidelismo: a longa marcha da América Latina* e *América Latina: alguns problemas da estratégia revolucionária*, de Régis Debray. Inegável que a escolha dos textos não se dava ao acaso, foram escolhidos exatamente os autores responsáveis pela elaboração da teoria do foco para se discutir uma perspectiva revolucionária para AP, em um momento em que setores importantes da organização pensavam em uma forma eficaz de recriação, de acordo com as condições brasileiras, do foco guerrilheiro.” (SALES, 2005, p. 168, grifos do autor).

<sup>54</sup> Utilizamos a denominação “semi-clandestina”, pois as atividades da UNE estavam suspensas, mas o XXVII Congresso ocorreu com chamada pública e em local público, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Segundo Filgueiras (2014): “Não houve repressão, pois o governador Ademar de Barros e o comandante do 2º Exército, general Amaury Kruehl, divergiam dos rumos do governo do marechal Castello Branco. Ainda assim carros de polícia fizeram provocações, passando com as sirenes ligadas em frente à Escola Politécnica.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 297).

rechaço a Lei Suplicy que havia sido enviada ao Congresso Nacional em junho daquele ano, cerca de um mês antes do Congresso da UNE (SANTANA, 2007; FILGUEIRAS, 2014). A deliberação tirada durante o Congresso foi o boicote – através do voto nulo – às eleições que a Lei Suplicy estabelecia para as novas entidades que criava para o movimento estudantil (ARANTES; LIMA, 1984).

O Congresso elegeu Altino Dantas para a Presidência da entidade, que acabou revezando o cargo com Antônio Xavier e José Fidélis Augusto Sarno, todos eram membros da AP (ARANTES; LIMA, 1984; RIDENTI, 2002). A retomada da organização do movimento estudantil não se refletia nas outras bases da AP, como o movimento operário e camponês. Segundo Arantes e Lima (1984), “[...] no operariado e no campesinato a investida da repressão tinha sido mais profunda e violenta.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 61).

### 3.1.1 Do *foquismo* ao *maoísmo*

Apesar da retomada lenta e gradativa da organização das bases, especialmente no meio estudantil, no ano de 1966, o ímpeto *foquista* começaria a se efetivar em ações armadas.<sup>55</sup> Essas ações armadas passaram a ser assumidas com ênfase por alguns militantes da AP que, ignorando os debates internos que apontavam para a necessidade de um processo revolucionário que havia sido sustentado na “Resolução Política de 1965”,<sup>56</sup> realizam a maior e mais desastrosa ação da curta experiência de luta armada da AP. Segundo Gorender (1987, p. 112) e Filgueiras (2014, p. 307) um Comando Armado autônomo chefiado por Alípio de Freitas, que não contava com a anuência do Comando Nacional da AP, realizou um atentado a bomba no aeroporto de Guararapes em Recife. O atentado tinha por objetivo assassinar o general Arthur da Costa e Silva, então candidato a ocupar a vaga de ditador Presidente no lugar do marechal Castello Branco.

O atentado ocorreu no dia 25 de julho de 1966 e foi totalmente frustrado, não alcançou o objetivo de assassinar Costa e Silva – que desembarcaria na capital pernambucana, mas devido a um problema no avião que o transportaria, fez o deslocamento por terra – e acabou vitimando fatalmente duas pessoas, ferindo gravemente mais de uma dezena. Em entrevista à

---

<sup>55</sup> Destacamos, em nível de exemplo, duas ações armadas: “A expropriação de um banco no interior de Alagoas e a tentativa de sabotagem do processo eleitoral na Bahia, com a explosão de uma bomba no Fórum Ruy Barbosa.” (OLIVEIRA Jr., 2000, p. 268 *apud* SALES, 2005, p. 167).

<sup>56</sup> Em linhas gerais, a “Resolução Política de 1965” apontava duas grandes etapas para o caminho revolucionário: “A primeira, a luta fundamental ainda é a luta institucional, embora a luta insurrecional já seja a luta subsidiária; na segunda, a luta fundamental passa a ser a luta insurrecional, embora se conserve a luta institucional como luta subsidiária.” (RESOLUÇÃO DE 1965 *apud* FILGUEIRAS, 2014, p. 276).

Filgueiras (2014), Alípio de Freitas não assume abertamente a autoria e/ou o comando da ação, apenas afirma que “foi um ato de guerra e fazia parte de uma guerra revolucionária” (FILGUEIRAS, 2014, p. 308). Ainda segundo Filgueiras:

[...] ele disse que outras duas bombas explodiram naquele mesmo dia em Recife: uma na sede da União de Estudantes de Pernambuco, entidade de direita presidida por Marco Maciel, e outra no escritório do USIS, Serviço de Informação dos Estados Unidos – e não foram colocadas por gente de extrema direita, como se imaginava. (FILGUEIRAS, 2014, p. 308)

Apesar das interpretações distintas sobre o “atentado de Guararapes” que estão presentes na bibliografia sobre a história da AP, o que podemos apontar como um eixo comum é o início de uma fissura/disputa programática no que se refere à estratégia e à tática político/ideológica da Organização. Aqui nos referimos a contestação do *foquismo* como concepção revolucionária de intervenção na realidade brasileira que, a partir do atentado frustrado, passa a ser questionado por parte expressiva dos principais dirigentes da AP. Cabe destacar que essas disputas e divisões têm início, ao que nos parece, nas experiências distintas que a ala dirigente teve no exílio após o golpe.

Vale lembrar, ainda, que logo após o golpe, Alípio de Freitas e Paulo Stuart Wright foram para Cuba e, possivelmente, receberam treinamento político, ideológico e militar em relação ao *foquismo*. Por outro lado, alguns militantes que estavam na Europa – como era o caso de Vinícius Caldeira Brant – tomaram contato com o pensamento de Louis Althusser e tiveram passagem pela China, conhecendo o *maoísmo* mesmo antes do início da Revolução Cultural Chinesa,<sup>57</sup> que tomaria corpo a partir de 1966. A linha *foquista* vinda de Cuba e a *guerra popular prolongada* vinda da China serão as duas principais concepções em debate e disputa dentro da AP.

Até o atentado, o *foquismo* esteve amplamente presente em diversos materiais de “consumo interno” da organização, como nos “Textos para debate” e “Textos para militantes” (SALES, 2005). Em um dos “Textos para debate” era apontada a “necessidade da reinterpretação crítica da teoria do foco” de modo que “[...] é preciso ter claro que, sem o foco, nunca se atingirá um nível de luta e organização que ameace de fato o poder dominante

<sup>57</sup> Segundo Ávila Dias (2011): “A Revolução Cultural Chinesa (1966-1976) foi implantada pelo Partido Comunista Chinês (PCC) com a finalidade de diminuir a distância existente, naquele país, entre os trabalhadores que exerciam atividades intelectuais e aqueles que exerciam atividades manuais. Em virtude dessa orientação, vários intelectuais chineses foram enviados para trabalharem [*sic*] entre os camponeses e operários do país, para que sofressem uma ‘reeducação ideológica’. Os objetivos dessa ‘educação política’ eram desenvolver, nas pessoas, determinadas características de comportamento, entre as quais estavam a honestidade, o igualitarismo, a aproximação entre os intelectuais e as massas, além da não separação das atividades realizadas por eles.” (ÁVILA DIAS, 2011, p. 70-71).

e garanta a continuidade e o crescimento da luta pela tomada revolucionária do poder.” (TEXTO PARA DEBATE Nº. 9 *apud* SALES, 2005, p. 169). Segundo Filgueiras (2014) a Direção da AP tinha conhecimento sobre a responsabilidade de Alípio de Freitas no “atentado de Guararapes” e, por isso, “[...] criticou o militante, condenou o militarismo, extinguiu a Comissão Militar da qual ele participava, mas não o expulsou da organização e não o puniu.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 308).

Nesse sentido, apesar de considerar o “atentado de Guararapes” um elemento importante, mas não determinante, sustentamos – baseados no confronto das fontes bibliográficas – que o processo de crítica ao *foquismo*, assim como o desgaste da estratégia até a sua superação frente às concepções maoístas, não se deu de forma linear e imediata dentro da Organização. Ao que nos parece, Ridenti (2002) sugere essa linearidade e certo imediatismo ao afirmar que:

O resultado dessa ação no interior da AP foi a dissolução imediata dos comandos armados paralelos. A Direção Nacional havia optado pela luta armada, mas não tomara conhecimento prévio do atentado, que condenou. O episódio colaborou para o questionamento do *foquismo* (idéia de que a revolução poderia começar a partir da ação armada de pequenos grupos de vanguarda, a partir de um foco rural, como na revolução cubana, segundo argumentação de Régis Debray, s.d.) e da prática de ações armadas urbanas, bem como para o reexame da aproximação com Cuba, fortalecendo na AP os propositores da estratégia da guerra popular prolongada. (RIDENTI, 2002, p. 236, grifo do autor)

Buscamos antes, propor uma análise focada sobre outros fatores que se faziam presentes e que tem peso determinante no planejamento e concepção política da Organização. No decorrer do ano de 1966, a AP retoma a sua inserção nas bases sociais, especialmente no meio estudantil, tanto no movimento estudantil universitário através da UNE, quanto no movimento estudantil secundarista, ampliando e aprofundando a sua influência na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e nas Uniões Estaduais de Estudantes (UEE's). “Foi um período em que havia diretorias da UNE com 70% ou mais de seus membros pertencentes à AP. A UBES foi reorganizada, e a AP, não só nessa entidade nacional, como no meio secundarista de diversos estados, detinha também influência decisiva.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 66).

Os trabalhos entre as frentes operárias e camponesas também ganhavam força. No campo operário se intensificavam os trabalhos na região do ABC paulista, em Contagem, Salvador e Fortaleza, já entre os camponeses havia trabalhos no norte do Paraná, sul da Bahia, Zona da Mata de Pernambuco, Alagoas e Maranhão (ARANTES; LIMA, 1984).

Talvez uma das principais frentes de atuação da AP iniciadas em 1966, tendo êxito considerável, tenha sido o Movimento Contra a Ditadura (MCD). O MCD se dedicava essencialmente a luta institucional de propaganda contra a ditadura em meio aos operários, camponeses e estudantes. Apesar de ter alcançado maior difusão entre os estudantes em relação aos operários e camponeses, o MCD promoveu durante o ano de 1966 a campanha nacional pelo voto nulo, que obteve resultados consideráveis<sup>58</sup> durante as eleições daquele ano. Segundo Dias (2003, p. 98), o MCD foi definido “como o principal instrumento de luta política não armada contra a ditadura” e:

[...] tinha um programa democrático radical: defesa de eleições livres e diretas, da anistia e da constituinte popular; combate ao arrocho salarial, à Lei de Greve e à repressão aos trabalhadores e estudantes. De imediato, isso se traduzia na proposição de voto nulo para as eleições de 1966. Mas o programa, considerado como exigência mínima, não tinha um caráter reivindicatório, a fim de não confundir o povo com a possibilidade de a ditadura fazer concessões. (DIAS, 2003, p. 98)

Apesar das diretrizes internas da AP apontarem para a necessidade de criar núcleos do MCD no interior de fábricas e sindicatos e, também, irradiá-lo para o meio camponês a fim de massificá-lo, isso não aconteceu como esperado (DIAS, 2003). Nesse momento se torna presente nas discussões internas da AP o papel que desempenharia um Partido de vanguarda na organização de operários e camponeses. O entendimento era de que a Organização não tinha conseguido se estabelecer nessas frentes com o mesmo êxito que havia alcançado no movimento estudantil. Dessa forma, começam a se esboçar as estratégias de deslocamento dos militantes do movimento estudantil para o trabalho de organização nos bairros, nas fábricas e no campo. Esse deslocamento deveria ser feito “sem que houvesse prejuízo ao movimento estudantil, fundamental para desgastar a ditadura” (DIAS, 2003, p. 100).

Esses são alguns elementos que apontam para a aproximação do período de transição rumo ao marxismo-leninismo que a AP vai atravessar (DIAS, 2003). Contudo, entendemos que esses elementos se somam a outros que irão confluir para a primeira grande disputa e divisão político/ideológica da Organização. Como já havíamos sinalizado anteriormente, “chegavam da Europa opiniões de membros da organização ali refugiados alertando para

---

<sup>58</sup> Segundo Filgueiras (2014, p. 328): “24,4% da população votaram em branco ou nulo” naquelas eleições. Segundo informações contidas no artigo do Professor Adriano Codato que foi publicado na Revista Paraná Eleitoral, de número 62, no ano de 2006, no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, o número de votos brancos e nulos girava em torno de 20%. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-revista-parana-eleitoral-n062-2006-adriano-codato>>. Acesso em: 10 maio 2015.

contribuições teóricas [...] fundamentalmente ligadas ao nome de Louis Althusser.”<sup>59</sup> (ARANTES; LIMA, 1984, p. 66). Em outubro de 1966, Aldo Arantes – então Coordenador da Direção Nacional – retorna de visita à China – que havia sido organizada quando Vinícius Caldeira Brant esteve naquele país em 1964 – trazendo novos elementos teórico-ideológicos que se confrontavam com a perspectiva *foquista* (FILGUEIRAS, 2014). Ao questionarmos a ex-militante Nilce Azevedo Cardoso sobre os passos da AP rumo ao marxismo a partir do contato com a experiência chinesa, ela afirma que:

*“Havia o pessoal que veio da China que estava estabelecendo essa ligação como modelo chinês, pois já tinha rompido com a linha da União Soviética e foram conhecer a experiência da China e já tinham conhecido a experiência de Cuba. Só que a experiência de Cuba era algo menor em relação ao tamanho do Brasil, por isso tinha que conhecer uma experiência grande como a da China. Essas pessoas que vieram da China trouxeram a necessidade do marxismo que não estava dentro da JUC. Aí veio o marxismo com força [...]”* (CARDOSO, 2015)

As impressões de Aldo Arantes foram organizadas em um pequeno livro de capa amarela, o que fez com que a publicação passasse a ser conhecida entre os militantes como o “texto amarelo”. O livro era dividido em capítulos que abordavam o movimento operário, o movimento camponês, a guerra popular, o Partido de vanguarda e a frente única (ARANTES; LIMA, 1984). Segundo Filgueiras (2014, p. 331), o livro ainda incluía os textos “Sobre a Contradição e Sobre Prática”, de Mao Tse-Tung e “Viva a Guerra Popular Prolongada”, de Lin Piao. No mês de outubro de 1966, após realizar dois Encontros Nacionais – um com operários e outro com camponeses – o Comando Nacional da AP percebeu uma série de fragilidades e realizou uma pesquisa com 2 mil militantes de diferentes partes do país e frentes de atuação. “A partir do resultado da pesquisa, o Comando Nacional da AP pretendia elaborar um plano de trabalho levando em conta a situação política e ideológica da organização para dar um salto à frente.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 333).

O próprio relatório da pesquisa reconhece que os resultados não foram os esperados, basicamente por equívocos metodológicos na elaboração e execução do instrumento de coleta

---

<sup>59</sup> Segundo Duarte (2010): “Notadamente, a divulgação do pensamento althusseriano na Ação Popular contou com a contribuição de um grupo de militantes da organização que estabeleceu contatos com filósofo em Paris, principalmente após o golpe de Estado de 1964. Sérgio Quixadá, Maria do Carmo Menezes, Vinícius Caldeira Brant e Walter Aumond, dentre outros, formavam espécie de base da AP no exterior. [...] especificamente entre 1965 e 1967, os militantes participaram de um grupo de estudos orientado por Althusser [...] É importante observarmos que o período de divulgação das teses formuladas por Louis Althusser na Ação Popular coincide com as datas das primeiras publicações das obras do filósofo na França. De forma quase simultânea, os militantes da AP entravam em contato com o ‘rigor científico’ e ‘anti-humanista’ da leitura althusseriana sobre o marxismo.” (DUARTE, 2010, p. 58-60).

dos dados. Duarte (2010), afirma que um dos elementos que sustentou a reorganização da AP foi a “Pesquisa sobre a situação da organização”. Na pesquisa são constatados alguns “obstáculos graves” dentro da Organização, entre eles “[...] insuficiência de funcionamento interno, deficiências no trabalho operário e camponês e problemas no nível teórico-ideológico, etc.” (AÇÃO POPULAR, S/D, p. 1 *apud* DUARTE, 2010, p. 54). Os dados da pesquisa revelam uma Organização ainda majoritariamente estudantil, além de demonstrar as fragilidades latentes em nível político, ideológico e organizativo. O resultado apontava para a necessidade de um trabalho de formação teórica e política com o conjunto da militância para que, dessa forma, fosse possível intensificar o trabalho nas bases camponesas e operárias e, por consequência, desenvolver a luta de massas (DUARTE, 2010).

Formar teoricamente nossos militantes para capacitá-los e elaborar a Teoria da Revolução Brasileira; desenvolver um processo de transformação ideológica de nossos militantes, substituindo na concepção do estilo de militância as influências da ideologia burguesa pela ideologia revolucionária; formar politicamente nossos quadros para que eles possam por em prática uma linha [...] revolucionária junto à classe operária e camponesa. (AÇÃO POPULAR, S/D, p. 34 *apud* DUARTE, 2010, p. 55, grifo do autor)

A citação acima, que se refere a uma parte do relatório da “Pesquisa sobre a situação da organização”, por si mesma já denota uma preocupação com a linha político-ideológica, sinalizando para alguns elementos que podem ser atribuídos a lógica do Partido de Vanguarda e do centralismo democrático.<sup>60</sup> No início de 1967 ocorre uma reunião do Comando Nacional que analisou a “questão do Partido”, fazendo referência à contribuição de Lênin e da necessidade de um Partido de Vanguarda para “dirigir o processo revolucionário” (ARANTES; LIMA, 1984). A reunião também criticou as concepções *foquistas* que apontavam a necessidade de ações violentas para o “despertar das massas”, ao mesmo tempo em que informava o conjunto da organização sobre o processo da Revolução Cultural Chinesa, que era enaltecido (ARANTES; LIMA, 1984).

O principal encaminhamento da reunião foi a aprovação da “Resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico”, que convocava a militância, apoiadores e simpatizantes da Organização para o estudo e debate do marxismo. O documento, datado de abril de 1967, dizia que “[...] a organização necessitava de um instrumental de análise que a capacitasse ao

---

<sup>60</sup> O centralismo democrático é uma “linha” de atuação que geralmente está presente em partidos de corte leninista. Pode se evidenciar na formação de “correntes” internas que debatem e disputam “linhas” políticas e ideológicas de atuação. Como veremos mais à frente, a prática da disputa através de “correntes” também ocorrerá na Ação Popular, marcando a primeira grande disputa e cisão dentro da Organização.

exame científico dos problemas políticos que vivia. O estudo do marxismo fornecia este instrumental teórico.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 69). Ainda segundo o documento:

A maioria de nossos militantes, tanto os de origem operária e camponesa, quanto os de origem pequeno-burguesa (intelectuais e estudantes), apresentam baixo nível teórico. Não conhecem ou pelo menos não dominam alguns conceitos indispensáveis à assimilação ativa de uma teoria científica da história e de uma teoria dialética do conhecimento. (AÇÃO POPULAR, 1967, p. 1, grifo nosso)<sup>61</sup>

Não temos a pretensão de analisar pormenorizadamente o documento, mas sinalizamos para a sua importância especialmente no momento em que foi lançado. A AP estava com fôlego renovado e aumentava a sua incidência nos espaços sociais de luta, incorporando nova leva de militantes. A leitura que propomos é a de que a preocupação com a formação teórica e ideológica dos militantes carregava em si mesma a necessidade de afirmação de uma linha programática de atuação entre a própria Direção, que estava imersa no debate do marxismo e na disputa ideológica entre *foquismo* e *maoísmo*. Entre os textos que pautaram o debate inicialmente, encontra-se excertos de obras clássicas de Karl Marx e Friedrich Engels, fragmentos de textos de Mao Tse-Tung e ensaios de Louis Althusser. Posteriormente foram incorporadas obras completas dos mesmos autores e incluídas obras de Lênin e Stalin (ARANTES; LIMA, 2014).

Na Resolução, foram definidos os dois objetivos últimos e essenciais do debate teórico e ideológico: a “transformação ideológica de todos os militantes da organização [e a] elaboração progressiva da teoria da revolução brasileira”. Por “transformação ideológica”, compreendia-se o aprofundamento da opção revolucionária e da participação dos apistas no trabalho junto à classe trabalhadora. Desta forma, pretendia-se transformar, principalmente, os militantes de origem pequeno-burguesa. Já no que diz respeito à elaboração da teoria revolucionária, reivindicava-se o estudo crítico dos princípios gerais da “ciência da história fundada por Marx” para a análise da sociedade brasileira e para a definição das estratégias e táticas políticas da organização. (DUARTE, 2010, p. 56)

Somam-se a esse momento de debate teórico e ideológico as viagens de duas delegações da AP para países distintos que representavam as duas vertentes, *foquismo* e *maoísmo*. Essas viagens ocorreram no ano de 1967 e foram preponderantes para demarcar a divisão de matriz ideológica que já se fazia presente dentro da Organização. A primeira

---

<sup>61</sup> Disponível no Acervo Digital do Projeto Brasil Nunca Mais. Pasta: “BNM\_264”. Página: 279. Código: TRB00213.0177. Label: MPF\_BNM\_03. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_03&PagFis=69312](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=69312)>. Acesso em: 02 fev. 2015.



delegação foi enviada para visita oficial à China e era liderada por Jair Ferreira de Sá. Essa seria a terceira viagem de militantes da AP àquele país, sendo que a primeira foi a de Vinícius Caldeira Brant em 1964 e a segunda a de Aldo Arantes em 1966. A segunda delegação era liderada por Herbert José de Souza, o Betinho, e contava também com a presença de Paulo Stuart Wright (RIDENTI, 2002). A delegação foi enviada à Cuba para participar da Conferência da OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade).

O informe sobre a Conferência da OLAS enviado por Betinho para os militantes da AP no Brasil já sinalizava desconfortos em relação ao *foquismo* e, especialmente, em relação a influência dos Partidos Comunistas da União Soviética no debate travado durante a Conferência. Segundo Filgueiras (2014, p. 437), “Ernesto Che Guevara era o pivô da articulação da OLAS” e com a sua morte na Bolívia em outubro de 1967, a OLAS perdeu força. Betinho morou em Cuba durante doze meses, tendo retornado ao Brasil em 1968 depois de perceber que com a morte de Che a OLAS havia morrido também (FILGUEIRAS, 2014). Dentro da AP esse fato corroborou para o afastamento de Cuba, mas o *foquismo* seguia presente no horizonte teórico e prático de muitos militantes.

Em contrapartida, a delegação que havia sido enviada para China tomava cada vez mais conhecimento das obras de Mao e, por consequência, do *maoísmo*. A partir dos cursos que frequentavam – envolvendo teoria e ideologia política e teoria e prática militar – e do contato com a população chinesa, os militantes foram percebendo o lastro da Revolução Cultural, algo que os encantava. Segundo Filgueiras: “O curso na Escola Militar de Nanquim, escola de ciências políticas, passava nova visão de mundo, da teoria revolucionária, da sua evolução e [das] contradições que havia no bloco mundial socialista.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 384). Havia fortes elementos ideológicos presentes nos cursos que os militantes realizaram especialmente no que tocava a interpretação da história da China, do socialismo, do marxismo, do leninismo e das lutas por libertação nacional nos países do Terceiro Mundo (FILGUEIRAS, 2014).

Partindo da leitura e dos dados levantados por Filgueiras (2014), percebemos que apesar do “encantamento”, os militantes da AP que compunham a comitiva conseguiam manter certo olhar crítico sobre as “maravilhas” que viam e viviam. Tinham clareza que o modelo Chinês não poderia ser simplesmente transplantado para o Brasil e um dos objetivos da viagem era entender “a revolução chinesa, a teoria da guerra popular prolongada e aprofundar o relacionamento do PCCH [Partido Comunista Chinês] com a organização.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 387). Carlos Walter Aumond – um dos militantes da AP presente na comitiva – visitou uma das “prisões políticas de reeducação ideológica” e teria ficado chocado

com a intolerância presente na Revolução Cultural e o esvaziamento do pensamento crítico e da possibilidade da dúvida (FILGUEIRAS, 2014).

Um dos pontos altos da experiência foram as formações sobre estratégia militar, conduzidas pelos próprios generais que participaram da “Grande Marcha” que resultou no processo revolucionário vitorioso em 1949. Segundo Aumond, em entrevista a Filgueiras (2014, p. 389), Jair Ferreira de Sá era o militante mais empolgado e que mais teria se “convencido” do modelo Chinês, fazendo uma “aplicação mecânica da realidade da China para o Brasil”. Os chineses teriam solicitado para Jair Ferreira de Sá uma exposição crítica sobre o *foquismo* que, para eles, seria “uma teoria completamente falsa”, executada por “rebeldes errantes” (FILGUEIRAS, 2014, p. 390). No final de 1967, a delegação chinesa retornaria ao Brasil, todos de “olhos puxados”, como diria Betinho alguns anos depois ao rememorar o momento (SOUZA, 1976, p. 82 *apud* DIAS, 2003, p. 102).

### 3.1.2 A primeira grande disputa interna e o primeiro “racha”

Ao retornar ao Brasil, sob forte inspiração das experiências que tivera na China, Jair Ferreira de Sá desenvolve um esquema de execução político/ideológico que – na sua leitura e na de boa parte da Organização – seria o mais acertado para concretizar a “revolução brasileira” aos moldes da experiência chinesa da “guerra popular prolongada”. Esse esquema ficou conhecido como “Esquema dos seis pontos”<sup>62</sup> e foi lançado em julho de 1968. Segundo Filgueiras (2014, p. 540), “o Livro Vermelho era lido e seguido pela militância como se fosse uma bíblia e Jair tornou-se a autoridade maior da revolução chinesa [...]”. Para Arantes e Lima (1984, p. 71), o Esquema dos seis pontos foi “fundamentalmente transplantado da experiência chinesa”, tendo grande receptividade entre a militância apista que o apoiou “de forma dogmática”. Nesse sentido, Nilce Azevedo Cardoso afirma que:

*“Os teóricos, Jair [Ferreira de Sá] Duarte [Pacheco Pereira], não eram de JUC,<sup>63</sup> nunca tinham sido, e por isso eles já estavam avançados nas leituras. Por*

<sup>62</sup> Ridenti (2002) apresenta o “Esquema dos seis pontos” da seguinte forma: “1. Definia o pensamento de Mao Tse-Tung como a etapa atual de desenvolvimento do marxismo; 2. Caracterizava a sociedade brasileira como semifeudal e semicolonial; 3. Estabelecia o caráter nacional e democrático da revolução brasileira; 4. Optava pela guerra popular como caminho revolucionário (em oposição ao foquismo); 5. Colocava a tarefa de reconstruir o partido revolucionário marxista-leninista no Brasil; 6. Apontava para a integração na produção como meio de transformação ideológica dos militantes da AP.” (RIDENTI, 2002, p. 238).

<sup>63</sup> Segundo Filgueiras (2014, p. 93), Jair Ferreira de Sá não chegou a fazer parte da JUC mesmo depois de se tornar estudante universitário do curso de Sociologia e Política na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Porém, o militante fez parte da JOC e da JAC, atuando junto com o Padre Laje em Belo Horizonte.

*isso eles percebiam que o marxismo oferecia uma proposta melhor. Nós ainda estávamos patinando, porque tinha essa história de estar sempre ligado a Igreja que era muito ruim para nós, vinha uma ordem do Bispo e parava tudo. Em 1968 rompeu tudo, aí o mundo ascendeu, não foi só o Brasil, foi um ‘boom’ no mundo todo. Foi aí que nós tivemos que correr para entender o que estava acontecendo, como é que nós iríamos analisar essa realidade. Acho que isso coincide com a Revolução Cultural que o Mao [Tse-Tung] propõe, e a gente tinha que estudar isso. Vinham vários documentos [da AP] para nós lermos e a gente lia. Eu acabei não ficando com nada desses documentos porque na minha casa não podia ficar com nada, então eu lia e devolvia.” (CARDOSO, 2015)*

A forma de posicionamento e os destaques apontados pelas duas principais referências que utilizamos nesse momento do texto – ambas elaboradas por ex-militantes, porém separadas por um intervalo de 30 anos – demonstram a permanência da divergência que se estabeleceu à época. Para Arantes e Lima (1984, p. 70) O primeiro dos seis pontos tocava na questão do marxismo, apontando que o momento histórico do marxismo-leninismo seria inteiramente novo. A novidade repousava exatamente no pensamento de Mao Tse-Tung, que representava “a terceira etapa do marxismo-leninismo”. Filgueiras (2014, p. 528), aponta que o primeiro ponto defendia a “reconstrução do Partido Proletário no Brasil”. Segundo Arantes e Lima (1984, p. 70), o segundo ponto afirmava o caráter “semicolonial” e “semifeudal” da sociedade brasileira, remetendo para o terceiro ponto que defendia uma “revolução de tipo nacional e democrático” e ao quarto ponto que, a partir de uma contundente crítica ao *foquismo*, apontava a “guerra popular como caminho da revolução”.

Segundo Filgueiras (2014), o segundo ponto levantava duas hipóteses para a reconstrução do Partido revolucionário proletário no Brasil: “a primeira, de predominar um núcleo sobre os demais que se incorporariam ao primeiro e a segunda hipótese de *‘formação de vários grupos e posterior fusão entre si’*.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 528, grifo do autor). Para o autor, o terceiro ponto se referia a base teórica que apontava três etapas de desenvolvimento do marxismo-leninismo: “*Marx e Engels, Lênin e Mao*” e o quarto ponto se referia a “*Linha geral da Revolução Brasileira*”, trabalhando com a hipótese da sociedade brasileira estar no estágio “semifeudal” e “semicolonial” do capitalismo (FILGUEIRAS, 2014, p. 528-529, grifos do autor).

Para Arantes e Lima (1984), o quinto ponto tratava sobre a “questão do Partido” e a necessidade de se reconstruir o Partido proletário no Brasil, apesar de reconhecer o papel desempenhado pelo “novo” PC do Brasil (PCdoB). O sexto e último ponto se referia à necessidade da “integração na produção” para que fosse possível realizar a “transformação ideológica dos militantes da AP, em sua maioria de origem pequeno-burguesa.” (ARANTES;

LIMA, 1984, p. 70). Para Filgueiras (2014, p. 529), o quinto ponto se referia a “Linha militar” que apontava a “guerra popular prolongada”, cercando as cidades a partir do campo, como “forma suprema para resolver as contradições da sociedade”. Não há menção direta ao sexto ponto no texto de Filgueiras, mas o autor desenvolve a sua argumentação no sentido de apontar a questão da “Política internacional” como o sendo.

Opondo-se as ideias contidas no “Esquema dos seis pontos”, um grupo constituído por Vinícius Caldeira Brant, Sérgio Bezerra de Menezes, Maria do Carmo Biapina, Alípio de Freitas, Altino Dantas, entre outros, apresentou a sua crítica através de um documento intitulado “Duas posições”. O documento de 55 páginas era dividido em três partes: “A raiz das divergências”; “A alternativa revolucionária”; “O oportunismo dos seis pontos” (FILGUEIRAS, 2014, p. 530). A redação do documento tinha forte influência da experiência acadêmica vivida por Vinícius, Sérgio e Maria do Carmo no exílio na França, onde tiveram contato com as ideias de Louis Althusser e aprofundaram a leitura marxista sobre a realidade. A defesa do *foquismo* e da experiência cubana se assentava na perspectiva de que a luta armada seria o único caminho para enfrentar o imperialismo hegemônico, e que as “novas” leituras propostas pelos “seis pontos” seriam revisionistas “no terreno teórico” e reformistas “no terreno prático” (FILGUEIRAS, 2014, p. 531).

O documento se opõe a integração na produção da forma como era proposta pelos “seis pontos”, pois estaria em oposição à teoria revolucionária e ao marxismo-leninismo. Dessa forma, lançaria as bases “para um sistema dogmático e oportunista” que estava assentado sobre uma falsa análise da realidade brasileira ao apontá-la como “semifeudal ou semicolonial”. O documento “Duas posições” sustentava que o modo de produção predominante no Brasil é o “capitalismo atrasado e dependente do imperialismo”, e que “a principal força da revolução brasileira é o proletariado urbano e rural” apoiado pelo “campesinato, trabalhadores explorados e a pequena burguesia em processo de proletarianização” (FILGUEIRAS, 2014, p. 533-534).

Segundo Filgueiras (2014, p. 535), o documento “Duas posições” tem forte influência militarista e prevê ações armadas urbanas e rurais através de grupos paramilitares, se opondo a “guerra popular prolongada” e apontando o meio rural (o campo) brasileiro como a área preferencial para a luta revolucionária. Ao mesmo tempo, criticava a estratégia apresentada nos “seis pontos” de cerco da cidade pelo campo, pois, segundo o documento “Duas posições”: “Esperar no Brasil, que a ‘avalanche’ camponesa desborde [*sic*] sobre as cidades, as cerque e as domine, significa o desconhecimento total da nossa realidade política, econômica, militar e demográfica.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 535). Essas ideias não seriam

advindas apenas dos membros intelectuais que redigiram o documento, mas também dos “ativistas de esquerda” – Alípio de Freitas e Altino Dantas, por exemplo – que estariam mais preocupados em “deflagrar ações revolucionárias para fustigar a ditadura.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 535).

A disputa aberta entre os dois grupos criou uma divisão por “correntes” que é própria de organizações marxistas leninistas – como nesse momento já era o caso da AP, apesar de ainda não se denominar dessa forma – que adotam o centralismo democrático como forma de disputa de ideias, rumos, concepções, etc. A “corrente 1” era a capitaneada por Jair Ferreira de Sá e representava a defesa do “Esquema dos seis pontos”. A “corrente 2” era liderada por Vinícius Caldeira Brant e fazia a crítica aos “seis pontos” através do documento “Duas Posições”. Dessa forma estava dado o cenário para a primeira grande disputa e para o primeiro grande “racha” político ideológico da AP.

Em oposição aos “seis pontos” da “corrente 1”, alguns setores passaram a defender um sistema de ideias que ficou conhecido como “corrente 2”. Sustentavam posição anti-revisionistas, mas não defendiam a existência de uma terceira etapa do marxismo-leninismo. Consideravam capitalista a sociedade brasileira, não viam nela nenhum traço feudal significativo, razão por que defendiam uma revolução imediatamente socialista para o país. Não tinham proposta clara a respeito do caminho da revolução, embora alguns de seus mais destacados representantes tivessem nítida posição “foquista”. Sustentavam que no país nunca existira um Partido proletário, sendo necessário não a “reconstrução do Partido”, como formulava a “corrente 1”, mas a sua “construção”. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 71)

É dentro dessa conjuntura interna que, em setembro de 1968, se dá a I Reunião da Direção Nacional Ampliada (I RDNA) onde os militantes da “corrente 2” são expulsos da Organização. Segundo Arantes e Lima (1984, p. 72), a expulsão se deu não apenas pela defesa dos pontos de vista contidos no documento “Duas posições”, mas por “resvalarem para insinuações politicamente despropositadas contra a ‘corrente 1’”. Para Filgueiras (2014, p. 527), “a ruptura consolidou a hegemonia da Corrente 1 integrada por Duarte Pereira, Aldo Arantes, Paulo Wright, Haroldo Lima e liderada por Jair, contra as concepções foquistas de revolução, na defesa da tese da guerra popular prolongada para a realidade brasileira”. A prematura expulsão impediu o aprofundamento do debate e da disputa de ideias que seria saudável para o amadurecimento da Organização (ARANTES; LIMA, 1984).

A expulsão da turma que assina o documento *Duas Posições*, chamada pelo núcleo dirigente da AP de “*Grupo oportunista e provocador de Rolando*”, nome interno de Vinícius, é resultado das divergências, mas também da forma deletéria de como os debates e a luta interna eram conduzidos na

organização, a exemplo do que acontecia na grande maioria das outras agremiações da esquerda brasileira e internacional. A cisão foi importante, contou com o apoio de militantes e lideranças operárias no ABC paulista, como José Nanci, que ajudou a fundar, seis meses depois, o Partido Revolucionário dos trabalhadores, PRT. Houve a adesão, no Rio de Janeiro, de militantes da pequena burguesia que já divergiam do núcleo dirigente, além do apoio de camponeses em Goiás, onde o padre Alípio de Freitas desenvolvia trabalho com remanescentes da luta de Trombas e Formoso. O grupo dissidente contou com diversos militantes em São Paulo, dentre os quais Antônio Othon Pires Rolim e Rita Maria de Miranda Sipahi. (FILGUEIRAS, 2014, p. 537, grifos do autor)

Além da expulsão dos membros da “corrente 2”, a I RDNA aprovou um documento intitulado “Desmascarar e liquidar política e ideologicamente o Grupo Oportunista de Rolando” onde atacava contundente e diretamente as ideias defendidas por aquela corrente. O documento acusa os militantes da “corrente 2” de serem “caluniosos”, “oportunistas” e “revisionistas”, de defenderem uma “concepção de vida burguesa” e que a luta “contra seus propósitos fracionistas [sic] e liquidacionistas [sic] será certamente um dos últimos e decisivos combates pela transformação da velha AP numa nova AP.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 543).

Para Duarte (2010, p. 102), a superação da “velha AP, pequeno-burguesa e idealista” passava pela negação de qualquer “análise filosófica ou concepção humanista”. O confronto teórico entre as duas “correntes” se caracteriza como elemento determinante da disputa, visto que entre os membros da “corrente 2” era evidente “[...] a marca do ‘anti-humanismo teórico’ althusseriano [...]” (DUARTE, 2010, p. 102). Os pressupostos althusserianos eram criticados pela “corrente 1” que os definia como um “marxismo deformado” mas, ao mesmo tempo, também negavam qualquer proximidade com a perspectiva filosófico-humanista, que era um dos principais eixos teóricos de Althusser utilizados pela “corrente 2”. Para Duarte (2010):

[...] a questão do humanismo simplesmente deixa de ser objeto de análise da *Corrente 1*, cujas teses foram marcadas principalmente pela reprodução da perspectiva analítica aplicada na China para a caracterização do Brasil como um país supostamente “semifeudal”, no qual a chamada burguesia nacional estaria em contradição com o imperialismo. De todo modo, cabe registrar ainda que a questão do humanismo foi descartada dos debates e das formulações teóricas desenvolvidas pela organização inclusive no período que se estende entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1970. (DUARTE, 2010, p. 103, grifo do autor)

Acreditamos que para a “corrente 1” o elemento de “transformação da velha AP em uma nova AP” está intimamente ligado a perspectiva *maoísta* da “Revolução Cultural” que inspirava a “integração na produção” como método de planificação e proletarização da

militância.<sup>64</sup> Esta seria a condição *sine qua non* para a mobilização das “massas populares” e concretização da “guerra popular prolongada”, o que resultaria na tão almejada revolução brasileira. Em relação à integração na produção, a AP sustentava que a militância:

Há que passar por um longo e penoso processo de transformação ideológica, um processo de rompimento com a pesadíssima estrutura na qual formaram sua ideologia, sua consciência de classe, seus valores, sua personalidade, seus ideais. Este é um longo e penoso processo, que será tanto mais rápido e profundo quanto mais rápida e profundamente eles se integram na ideologia, na consciência de classe, nos valores, na personalidade e nos ideais do proletariado. [...] não se trata de “mudar totalmente tudo que se foi desde que nasceu”, mas eliminar de todos os valores adquiridos, sua carga negativa de ideologia burguesa, e acrescentar a todos os valores positivos adquiridos, aqueles que caracterizam a ideologia do proletariado. É evidente que isto significaria uma revolução no plano pessoal; mas não se trata de “negar-se”, mas sim de se revolucionar, de se completar, de avançar, de tornar-se alguém inteiramente disponível para o serviço do povo. (AÇÃO POPULAR, 1969, p. 1-2 apud DUARTE, 2010, p. 91, grifo do autor)

A integração na produção nos parece ser o ponto de corte da situação. A prática já vinha sendo incentivada desde a publicação da “Resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico”, em abril de 1967.<sup>65</sup> Mas é a partir da I RDNA que a integração na produção se torna um método prático a ser amplamente incentivada e desenvolvida dentro da AP. A crítica da “corrente 2” parece estar ligada mais a forma do que ao conteúdo da proposta, pois dentro do “incentivo à integração” havia fortes indícios de “imposição à integração”. Filgueiras (2014) aponta alguns casos de militantes que não estavam preparados ou não tinham condição para aderir à integração na produção e, por isso, eram rotulados de “pequeno burgueses”, “contra-revolucionários” ou “traidores da revolução”.

<sup>64</sup> Além da influência do *maoísmo* havia, também, de forma muito acentuada, a influência da experiência que estava em curso no Vietnã. Essa experiência era sintetizada pelo líder vietnamita, Ho Chi Minh, na “política dos três preceitos” que era enunciada da seguinte forma: “*Viver junto, comer junto e trabalhar junto*”. (RIDENTI, 2002, p. 242-243, grifo do autor).

<sup>65</sup> Um documento da AP intitulado “Profissionalização dos quadros: uma necessidade urgente” e datado de 1966 já demonstra o que viria ser o processo de integração na produção e os seus objetivos mais amplos. Diz o documento que: “*Estudantes e intelectuais são deslocados de suas áreas habituais de atividade para áreas operárias e camponesas. Neste caso, os quadros de estudantes e intelectuais não tem conhecimento suficiente do meio, contatos, a ambientação necessária. Por isso defendemos como primeiro passo do trabalho, a sua integração, pelo menos num período inicial, no trabalho produtivo na fábrica ou no campo. Isto é também muito proveitoso e importante também do ponto de vista da formação pessoal dos militantes. Mas o objetivo principal da profissionalização e da integração na produção é a criação de condições para o desenvolvimento de um trabalho revolucionário, deve-se tomar cuidado para que a integração na produção não impeça o trabalho político do militante, trabalho que exige disponibilidade de tempo e mobilidade. Deve-se encontrar, em cada caso concreto, um equilíbrio entre as necessidades da integração na produção e as exigências do trabalho político. Todos esses princípios se aplicam também ao caso de operários e camponeses que sejam transferidos de sua região para outra e tenham, por isso, necessidade de integração inicial no trabalho produtivo para o estabelecimento de contatos e identificação com as massas*”. (AÇÃO POPULAR, 1966, p. 10 apud DUARTE, 2010, p. 92, grifos do autor).

### 3.1.3 A efetivação do *maoísmo* através da integração na produção

A incorporação do *maoísmo* como estratégia político/ideológica traz consigo alguns desdobramentos equivocados e imediatistas no que se refere a sua efetivação prática, especialmente no que toca ao processo de integração na produção.<sup>66</sup> O “excesso de certeza” não deixa espaço para dúvidas e não permite hesitação. Analisando a entrevista que nos concedeu Loguércio, encontramos alguns indícios do misto de sentimentos e percepções que cercavam o movimento de integração na produção. Além disso, é possível perceber como o elemento de classe e o viés religioso atravessa a construção discursiva na busca por se diferenciar daqueles que “vacilavam” ou se deparavam com “dúvidas existenciais” no momento da integração.

*“Tinham alguns que sustentavam que nós tínhamos que ir nos integrar na produção para nos ‘corrigir ideologicamente’. Isso era praticamente um trabalho forçado, se a integração fosse levada dessa forma e nesse sentido de ‘correção ideológica’. Para mim estava muito claro que essa questão viria pela própria necessidade de ser igual. [...] Eu tinha muita clareza de quais eram as minhas condições. As reuniões que nós fazíamos pareciam terapia de grupo. Depois, quando eu já estava empregada na fábrica e precisava de orientação para fazer aquilo, se tornou difícil [participar dessas reuniões]. Eu tinha claro que a principal questão da integração na produção era para que nós ganhássemos quadros operários e camponeses para trazer para dentro da Organização. Isso daria vida nova para uma Organização que era basicamente estudantil. [...] Até em relação à base Cristã, eu não tinha nenhuma dificuldade e nunca me senti ‘culpada’ por nada para ter que ir ‘pagar penitência’. Nós brincávamos com as pessoas que eram de famílias importantes, nós dizíamos que eles teriam que ir ‘pagar penitência’ por ter tal sobrenome, eu não tenho nada com isso. Eu sou Vieira Loguércio, Vieira tu sabe como é, e Loguércio dizem que no sul da Itália é como o Silva aqui no Brasil. Então eu não tenho nenhum compromisso com família ‘quatrocentona’. Eu não tenho que ‘purgar’ nada! [...] Eu estava absolutamente convencida de que era importante e de que eu queria. Agora a separação dos pais foi um drama, para mim foi a parte mais chocante.”* (LOGUÉRCIO, 2015)

<sup>66</sup> Em sua obra, Arantes e Lima (1984) afirmam ter arrolado parte significativa da experiência: “[...] 23 frentes de trabalho entre pequenas e grandes, importantes e secundárias, distribuídas por oito áreas geográficas que a AP definia como ‘regiões’: Pará, Maranhão, Nordeste, Bahia e Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás. Dentre o pessoal que se ‘integrou’ nessas frentes identificamos um grupo de 120 companheiros [...]. Das 120 pessoas referidas, 90 se dirigiram ao campo, ‘integrando-se’ na produção agrícola como assalariados rurais ou camponeses, 30 dirigiram-se à produção fabril. Das 23 frentes de trabalho que receberam esse contingente, 16 situavam-se no campo e sete em áreas de operariado urbano. Nesse cômputo, trabalhos como o do ABC, o de São Paulo, o de Contagem, o do Vale do Pindaré, no Maranhão, o de Água Branca, em Alagoas, o da Zona da Mata de Pernambuco, o da Zona do Cacau da Bahia, ou trabalhos bem menores, para onde eram mandadas duas, três duplas de pioneiros [...]” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 111). Acreditamos que esse número possa ser maior, especialmente por não contar experiências importantes, como as que foram realizadas no Rio Grande do Sul.



O processo de integração na produção requeria do militante uma dedicação quase exclusiva à “missão”, como, por exemplo: Entrar na clandestinidade assumindo identidade falsa, mudar de endereço (a partir de 1969 se tornou comum enviar militantes que residiam no norte do país para se integrarem à produção no sul, e os que residiam no sul para se integrarem à produção no norte), abandonar os estudos (lembrando que a maioria dos militantes tinha origem estudantil), trocar de emprego, abandonar o contato com familiares e amigos, etc.<sup>67</sup> Cardoso nos apresenta um exemplo de como se dava a integração na produção e de como alguns militantes não estavam preparados para tal processo.

*“A primeira vez em que eu fui ao ABC tinha um casal bem jovem que tinha vindo do Paraná, me parece, e eu disse que eles não iam ficar, que não deveriam mostrar nada para eles que eles não iam ficar. A menina chorava o dia inteiro, como é que alguém vai militar desse jeito? Chorando de saudade da mãe e do pai, da vida de antigamente, não tem mais aquela coisa de ir ao cinema, passear, sair para dançar, nada daquilo. No meu caso, por exemplo, durante cinco anos eu não tive tempo de fazer nada disso. Ninguém tinha tempo, todo mundo tinha tarefa da hora que acordava até a hora que ia dormir. E de fato esse casal voltou em seguida, acho que eles não ficaram uma semana lá no ABC. Inclusive eles não podiam encontrar com mais ninguém, senão eles ficariam sabendo.”* (CARDOSO, 2015)

Filgueiras (2014, p. 539) apresenta o caso da militante Rita Sipahi, que recebeu a orientação de se integrar a produção em um prazo de quinze dias mesmo tendo filhos pequenos. Rita foi uma das militantes que se recusou a participar da integração na produção, abandonando a AP e ajudando a construir o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) junto com os demais militantes que haviam sido expulsos. Ela argumentava que: “[...] a sua origem de classe não a impedia de fazer trabalho político e dizia não ter condições de deixar sua casa e seus filhos, ficar sem nenhuma perspectiva profissional e ir trabalhar na produção” (FILGUEIRAS, 2014, p. 539-540). Houve, também, o caso de militantes destacados que deixaram a organização ou se afastaram das funções que exerciam no Comando Nacional em meio às disputas advindas do I RDNA, mesmo tendo afinidade com o *maoísmo*. Esse foi o caso de Carlos Walter Aumond e Duarte Pacheco Pereira, respectivamente.

---

<sup>67</sup> Destacamos o exemplo de Loguércio, que foi enviada para realizar a integração na produção na Bahia, e para isso teve de abdicar do contato familiar e abandonar os estudos, interrompendo a formação em Direito que cursava na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): “A Nilce [Azevedo Cardoso] foi uma das que veio para cá quando da integração na produção e eu fui uma das que fui. [...] eu já havia decidido que não iria fazer os exames e que iria largar a faculdade. O período até eu viajar foi de fevereiro a outubro [de 1969], devido ao apego aos pais e também porque eles não entendiam. O pai do Travassos que dizia: ‘Eu concordo com tudo, absolutamente tudo, só não quero o meu filho metido nisso!’” (LOGUÉRCIO, 2015).

Segundo Filgueiras (2014, p. 544), Duarte Pereira apontava duas razões para a sua saída do Comando Nacional: “Falta de confiança na situação política do Comando e falta de confiança nos compromissos do Comando Nacional”. Duarte se referia especialmente a questão das lutas internas que demonstravam “incapacidade de construir unidade política” e que buscavam “o chamado controle do poder político interno”. Além disso, Duarte também criticava a “desorganização” e a “falta de compromisso” com a “segurança e sobrevivência de seus militantes” em clara alusão as dificuldades enfrentadas no processo de integração à produção. Duarte Pereira era professor universitário na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e trabalhava na revista “Realidade” da Editora Abril. Pediu demissão dos dois empregos, fez curso de eletricitista e foi com a esposa grávida e dois filhos “morar em um bairro operário de Osasco, onde a AP desenvolvia trabalho em áreas populares [...]” (FILGUEIRAS, 2014, p. 544-545).<sup>68</sup>

O militante Carlos Walter Aumond havia alegado problemas pessoais para não se integrar à produção e foi impetuosamente criticado pelo Comando Nacional através de um documento intitulado: “Sobre as razões alegadas pelo Companheiro J. para justificar seu afastamento”. Nesse documento o Comando Nacional acusa o militante de “procurar transformar seu problema ideológico num problema político”, e o acusa de ter apresentado um “comportamento oportunista” (FILGUEIRAS, 2014, p. 545). Na entrevista que realizamos com Loguércio, a ex-militante aponta alguns “equivocos graves” do processo de integração na produção e, ao mesmo tempo, apresenta ressalvas às críticas devido à própria conjuntura que se impunha.

*“Mas aí se estabeleceu um dos equívocos graves do processo de integração. De toda forma, eu reputo exatamente aquela história: É errado! Mas tinha como fazer diferente? Essa é a pergunta! As pessoas que não se decidiam a ir se integrar na produção eram automaticamente desligadas do Partido, ficavam como área próxima, ‘amigo’, ‘apoiador’, ‘simpatizante’, etc. Não havia necessidade de fazer isso, ou havia? Porque tu estavas fazendo um processo de integração na produção em que as pessoas entravam em uma clandestinidade completa. Comigo até não foi assim, acabei trabalhando na fábrica com o meu nome. Já o meu irmão esteve sempre com nome falso, 11 anos com documentação falsa. Então esse pessoal que não estava disposto a ir tu não poderia deixar em*

---

<sup>68</sup> Outro exemplo em relação direta com o que Duarte Pereira apontava é o que Loguércio nos apresentou, segundo ela: “[...] era outro problema seriíssimo que nós tínhamos, eu sempre uso o exemplo do Haroldo Lima. Quando eu cheguei à Bahia o Haroldo recém tinha saído da ‘vida aberta’, digamos assim. O Haroldo trabalhava como Engenheiro e era dirigente da AP na Bahia. Antes de entrar para a clandestinidade ele fazia uma colaboração mensal de seis salários mínimos. De uma hora para outra ele foi para a Direção central e tinha que viver com um salário mínimo. Aí eu fico pensando o que era pior: Ele viver com um salário mínimo ou os seis que nos faltavam!?” (LOGUÉRCIO, 2015).

*contato com os outros que foram, a não ser o pessoal de ‘serviços’, por exemplo. [...] Mas tudo isso porque não tinha como manter uma estrutura orgânica somente com pessoas integradas e outra com os não-integrados. Era tudo absolutamente mais difícil, é isso que às vezes as pessoas não entendem.”* (LOGUÉRCIO, 2015)

Apesar das divergências e críticas em relação à integração na produção, há militantes que atribuem grande importância para esse processo. Um exemplo nesse sentido pode ser o da ex-militante Cardoso, que além da avaliação positiva, demonstra acordo com a metodologia proposta pela Direção da AP.

*“Me parece que isso vem ao mesmo tempo em que surge a necessidade de pegar aqueles estudantes – que tinham visão de estudantes – e colocar junto aos operários. Como é que estudantes iriam dirigir a revolução? Impossível, então tinha que ser com os operários! Também tinha uma necessidade básica que era colocada pela própria realidade, ou seja, pegar todas essas cabeças pensantes que ficaram estudando e colocar em uma prática diferente. Essa foi a proposta que eles [Direção] apresentaram. Por exemplo, quando eu estava nos “Serviços” e em outras atividades, me propuseram de ir para a ‘integração na produção’ e eu aceitei. É muito interessante que muitas pessoas me perguntam como é que eu tive coragem de ‘largar toda a vida’, dizer ‘tchau’ para o que fica e ir em frente... Eu acho que essa é uma questão que não se coloca, até porque nós estávamos ali no meio da Revolução – para nós era uma Revolução – então não tinha essa de se perguntar... É como nas leituras da resistência francesa, espanhola, os caras não ficam se perguntando, não entram em crise ideológica ou existencial, simplesmente vão. Alguns criticam isso, mas eu acho que é bem assim, simplesmente vai. Se você está na chuva é para se molhar, não tem jeito! Se os dirigentes achavam que esse era o caminho... Eu sou uma pessoa que acabou ficando muito disciplinada, eu ‘esperneava’ dentro: “Não gosto de fazer isso, aquilo, etc. Não concordo com isso, aquilo, etc.” Mas dentro do que eles decidiram e a partir do que eu via na minha realidade, também, eu acatava. Claro, há os que vão e não aguentam. Quem são esses? São as pessoas que foram para o movimento operário sem estar preparadas pessoalmente.”* (CARDOSO, 2015)

Um dos elementos apontados por diversos pesquisadores que se dedicaram a estudar a história da AP, especialmente no que se refere ao período em que se dá a adesão ao marxismo-leninismo de vertente *maoísta*, é a perspectiva cristã que tangencia esse processo. O elemento cristão é inerente ao surgimento da Organização e seria um equívoco pensar que seria “expurgado” por decreto. Segundo Gorender (1987), nem mesmo o “positivismo althusseriano” presente na “nova fase” da Organização foi capaz de dissolver o fundo religioso que, “ficou recalcado e mascarado ao nível do consciente” (GORENDER, 1987, p. 114). Gorender afirma ainda que: “o maoísmo se enraizou na AP apoiado, com um dos pés,

no ideário cristão e, com o outro pé, no dogmatismo de procedência althusseriana.” (GORENDER, 1987, p. 114).

Percebemos que, em certa medida, as posições que acabam se tornando “oficiais” – como as sustentadas por Gorender (1987) e Ridenti (1993, 2002) – em relação a determinados processos, como nesse caso da integração na produção que foi levada a efeito pela AP, carregam em si uma visão de conjunto que pode ser parcial ou até mesmo equivocada. O risco de contemplar determinadas percepções e singularidades – como a demasiada atenção ao que os “Dirigentes” pensavam, avaliavam e determinavam –, assumindo-as como síntese de uma experiência, pode acabar obscurecendo a importância de outras percepções e concepções sobre o mesmo processo. Podemos perceber nas narrativas de Loguércio e Cardoso outras formas de avaliação sobre a integração na produção. O depoimento de Loguércio, por exemplo, apresenta outras percepções sobre a questão cristã e dogmática apontada por Gorender (1987).

*“Por mais que você ouvisse falar sobre isso em poemas, canções, casos contados, etc. tu viver isso é outra coisa. Tu vivendo isso não tem como ficar pensando naquele aspecto de “correção”, tu te corrige na marra. Tu acabas percebendo que a maioria desses sentimentos são ‘frescura’. Quem não conseguia emprego tinha muito mais dificuldade, ficava pensando que estava de castigo, pagando penitência. Como o pessoal não estava mais nessa de pagar penitência, isso agravou o problema e acabou tocando a muitos militantes. Eu nunca tive esse problema, só voltei para casa porque fui presa.” (LOGUÉRCIO, 2015)*

Por outro lado, Gorender (1987) aponta que a “simbiose cristã-maoísta” se efetiva na AP através da integração na produção, o que remeteria a experiência dos padres-operários franceses (GORENDER, 1987). Se tomarmos os depoimentos de ex-militantes que ocupavam cargos de Direção na AP – como era o caso de Betinho que, posteriormente, apontou a incorporação do *maoísmo* como sendo uma perspectiva quase “mística” devido à forma como foi posto em prática – a relação apresentada por Gorender faz sentido. Para Betinho, a efetivação da integração na produção tinha ares de “missão salvadora” (DUARTE, 2010). Betinho narra a sua percepção da experiência de forma muito atrelada ao compromisso cristão que esteve presente nas bases de origem da AP. Talvez pela sua condição de ex-Dirigente, a avaliação acaba sendo analisada como uma percepção da AP, e não como mais uma perspectiva individual e particular de um ex-militante. Destacamos abaixo um exemplo:

Começa uma fase terrível e eu, dada a minha vocação cristã de sofrer no martírio, vou assumir tudo isso, agora em nome da proletarização. [...] tenho

que passar por um processo de proletarização, o que significa purgar todas as vestes de pequeno burguês e tornar-me um operário. [...] O sentimento de culpa da pequena burguesia, o sentido de missão, o envolvimento cultural, ideológico, e um secreto desejo que eu tinha de viver até as últimas consequências uma experiência de me identificar com o operário e o camponês me levaram a aceitar o desafio. (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 82 *apud* DUARTE, 2010, p. 94)

Entendemos que a experiência narrada por Betinho está muito inserida na perspectiva individual do ex-militante no que se refere ao elemento religioso. Contudo, pode estar demonstrando que o elemento cristão era base de muitos apistas e possivelmente seguia permeando o “fazer revolucionário” de parte expressiva da militância. A partir da experiência narrada por Betinho e por Loguércio podemos estabelecer algumas similitudes com o depoimento de Cardoso que, em nosso entendimento, está muito mais próximo de uma perspectiva humanista do que cristã. Em uma das partes do depoimento que nos concedeu, Cardoso afirma que:

*“Para mim essa foi à época que mais aprendi, foram os cinco anos que eu digo que fiz Mestrado, Doutorado e mais um pouco. Foi onde aprendi a viver, aprendi sobre valores, sobre vida, sobre morte, etc. Isso eram coisas do dia a dia desse povo. [...] Cada dia que eu chegava ao final da tarde tinha morrido um bebê, todo dia. Eu pensava: ‘Como morre tanto bebê? Eu nunca tinha ouvido falar que morria tantos bebês!’ Mas era evidente, naquelas condições que elas tinham, não podia ser diferente. [...] Mas no dia seguinte estavam elas lá trabalhando. Eu achava aquilo horrível, mas era o cotidiano, a vida e a morte faziam parte do dia a dia, do contexto. Para mim, no começo, isso foi uma das coisas mais duras, perceber a presença da morte. Eu era muito jovem e achava que não iria morrer nunca e que ia ficar **fazendo Revolução a vida inteira.**” (CARDOSO, 2015, grifo nosso)*

Para além das vivências individuais que a integração na produção propiciou para os militantes da AP, Arantes e Lima (1984, p. 115), desde uma visão “Dirigente”, afirmam que a experiência “serviu para consolidar e ampliar importantes trabalhos populares da AP e inaugurar novas frentes em áreas trabalhadoras. Contribuiu para que inúmeros quadros e militantes tivessem um contato mais direto com as massas.”. Na entrevista que nos concedeu, Loguércio aponta outros fatores que atravessaram o processo de integração na produção e que acabaram trazendo prejuízos para a experiência. São considerações que muitas vezes “escapam” do horizonte de avaliação dos ex-Dirigentes, como o fato da integração ter servido também como “camuflagem” para militantes que estavam sendo perseguidos e precisavam “desaparecer”.

*“A integração na produção foi pensada bem antes e eram muitas coisas a serem feitas para você conseguir concretizar o trabalho de trazer pessoas, etc. Isso pensando em uma integração “científica”, como era a pretensão. Só que de uma hora para outra a repressão aumentou tanto, em todos os lugares, que obrigou o processo a ser conduzido de forma mais rápida. Porque o pessoal tinha que sair de onde estava, não porque iria se integrar na produção, mas porque tinha que fugir mesmo. Isso fez com que o processo tivesse que ser apressado, e apressou para o lado ruim.” (LOGUERCIO, 2015)*

Como podemos inferir até o momento, após o golpe de 1964 a AP passou por uma reorganização político/ideológica interna que alterou, em parte, o perfil da Organização e dos militantes, trazendo elementos de base científica para as disputas em torno de métodos e concepções de intervenção na realidade. O ano de 1968 foi singular para a história da AP e para a história das lutas sociais no Brasil e no mundo, marcando um paradigma de mudança em diferentes níveis. Durante o ano de 1968 a AP amplia sua inserção social, sendo protagonista de diversas ações de oposição a ditadura, tanto através do movimento estudantil – onde mantém hegemonia –, como por meio da inserção no movimento camponês e operário, através da integração na produção. Nesse sentido, destacamos a avaliação feita pelo ex-militante Sérgio Luiz Bittencourt que, mesmo não tendo participado do processo de integração na produção, afirma que:

*“Nenhuma outra organização fez tão acentuadamente esse processo como a AP fez. Era uma novidade e uma contribuição da AP, até para se pensar, também, o que deu errado. Isso é um processo que se tem de olhar como um todo e não se pode desprezar nada do que foi feito. Acho que tem que procurar evitar essa visão julgadora, até porque hoje a gente dizer se fez certo ou se fez errado é uma barbada. Naquela época se trabalhava com as circunstâncias do momento. Se a circunstância do momento diz ‘vamos para a luta armada!’, ‘vamos!’. Aí dizem: ‘Fizeram errado!’ Fizeram errado por quê? Eu tinha compromisso de lutar, não de acertar, errar ou ganhar.” (BITTENCOURT, 2015).*

Por sua vez, a ditadura responde com a radicalização da repressão através do Ato Institucional de número 5 (AI-5), conhecido como “o golpe dentro do golpe”. É a partir dos desdobramentos do ano de 1968 que seguiremos percorrendo no próximo sub-capítulo alguns dos principais elementos da história da AP até o ano de 1973, quando a repressão e as disputas internas marcam a desarticulação da organização tal como foi criada em 1962, com a maioria dos seus militantes se incorporando ao PCdoB e os remanescentes tentando manter, mesmo que de forma muito debilitada, alguma organicidade e resistência.

### 3.2 1968-1973: REORGANIZAÇÃO E QUEDA

Após a desarticulação causada pelo golpe de 1964, a AP – assim como as demais forças que se opunham a ditadura civil-militar que ia sendo imposta velozmente – foi gradativamente retomando a sua organicidade e se adequando a nova realidade política do país. O movimento estudantil, espaço de articulação político-social onde a AP tinha maior força e influência, pode ser compreendido como o “carro chefe” dessa rearticulação. Posteriormente, o Movimento Estudantil – especialmente a UNE – será um dos principais ícones das ações de massa contra a ditadura, onde a AP foi uma das organizações que teve maior protagonismo. Nesse sentido, é válido ressaltar que as gestões da UNE foram todas da AP até o ano de 1973, quando a entidade estudantil foi completamente desarticulada e só retomaria as suas ações no ano de 1979.

O XXVIII Congresso da UNE, realizado em 1966 na cidade de Belo Horizonte,<sup>69</sup> elegeu como Presidente da entidade o apista José Luis Moreira Guedes. Ele foi um dos responsáveis por rearticular o movimento estudantil em todo o país durante o ano de 1967, especialmente. Foi na sua gestão que se consolidou a luta contra a ditadura desde as universidades, levando os estudantes a participar da organização de grandes manifestações que tomavam ruas e praças (FILGUEIRAS, 2014), abrindo caminho para as lutas de 1968. Quando o apista Luís Travassos foi eleito Presidente da UNE em 1967 – durante o XXIX Congresso da entidade, realizado em Vinhedo no interior do estado de São Paulo<sup>70</sup> – o movimento de oposição à ditadura, capitaneado pelos estudantes, já abrangia praticamente todo o país, “qualquer episódio se transformava num acontecimento nacional.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 377). Tanto José Luis Moreira Guedes, como Luis Travassos:

[...] formavam a fração da AP na UNE, que orientava o movimento estudantil a ir para o confronto com as forças militares da ditadura, a não recuar diante das tropas policiais e, se necessário, usar até coquetéis Molotov nas manifestações. A repressão do regime militar tornou-se ainda mais violenta a partir de 1967 e o movimento estudantil precisava estar organizado em grupos armados, o que resultou, em 1968, na Sexta-feira Sangrenta no Rio de Janeiro, da qual Guedes e outras lideranças da AP participaram. (FILGUEIRAS, 2014, p. 378)

<sup>69</sup> Segundo Filgueiras (2014), o Congresso foi realizado de forma clandestina nos porões da igreja dos Franciscanos. Para driblar a repressão que ocupava as ruas de Belo Horizonte com tropas militares, os estudantes simularam que o Congresso seria realizado na igreja dos Dominicanos, o que custou a prisão de alguns delegados que foram enviados para garantir a farsa.

<sup>70</sup> Segundo Filgueiras (2014), Luís Travassos foi eleito pela pequena margem de seis votos em relação ao seu oponente, Daniel Aarão Reis, que à época era vinculado a Dissidência do PCB. “De qualquer forma, o congresso era representativo, participaram seiscentos delegados eleitos na maioria dos estados, contou com a proteção da igreja e a repressão não estava tão próxima.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 378).

A crescente mobilização dos estudantes a partir de 1967, que se materializava em passeatas, “comícios relâmpago”, panfletagens, pichações, ocupações em universidades e órgãos do poder público, entre outras iniciativas, carregava em si um sentimento de empoderamento coletivo frente ao arbítrio e autoritarismo da ditadura. Esse empoderamento também estava relacionado à correta percepção de que as campanhas de denúncia e oposição ganhavam espaço no debate público para além das universidades, e que o desgaste da ditadura começava a se evidenciar e ser sentido pelo conjunto da sociedade.

A legítima revolta com a conjuntura ditatorial encontrava como única resposta o progressivo endurecimento da repressão que, ao velho estilo “diálogo do cassetete” – costumeiro na história brasileira, onde questões sociais são tratadas como caso de polícia –, buscava dissuadir os estudantes da luta. Somados esses fatores, a radicalização das manifestações era uma consequência mais que natural.

Foi dentro dessa conjuntura de aumento da violência repressiva e de resistência radicalizada que, em 28 de março de 1968, o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto foi assassinado com um tiro a queima roupa por um agente policial – a serviço da ditadura – dentro do Restaurante Calabouço, na cidade do Rio de Janeiro. Naquele dia havia sido agendada uma manifestação para o final da tarde em frente ao restaurante, tendo como objetivo protestar contra o aumento do valor das refeições (FILGUEIRAS, 2014). Segundo Filgueiras (2014, p. 521) o Restaurante Calabouço era conhecido pelo valor acessível e muito frequentado por estudantes secundaristas de baixa renda “que estudavam à noite em cursos de madureza”. Além de Édson Luís, outros estudantes também foram gravemente feridos naquela ocasião, inclusive um deles, Benedito Frazão Dutra, acabou também falecendo logo em seguida.

Temendo que a polícia ocultasse o cadáver do estudante e criasse qualquer factóide caricaturado para justificar sua morte – prática comum à época que se tornaria corriqueira e, de certa forma, “oficializada”, com a decretação do AI-5 em dezembro daquele ano<sup>71</sup> – os demais estudantes presentes à manifestação, em atitude corajosa, impediram que o corpo fosse levado para o Instituto Médico Legal (IML). Organizaram uma passeata – que rapidamente se tornou um grande ato político em repúdio ao assassinato – e conduziram o

---

<sup>71</sup> É importante destacar que essa prática que se torna oficial com o AI-5 não desaparece com o fim da ditadura. Pelo contrário, segue atual, mesmo que extra-oficialmente, nas práticas dos órgãos de segurança do Estado, especialmente entre as polícias militares. É justamente entre as polícias que o “entulho autoritário” da ditadura se mantém mais vivo e inalterado. O caso do pedreiro Amarildo Dias de Souza, detido, torturado e “desaparecido” no ano de 2013 após ter sido levado a uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na Favela da Rocinha no Rio de Janeiro, é apenas um entre tantos exemplos da continuidade dos crimes praticados pela polícia em nome do Estado.



corpo do estudante até a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, onde foi necropsiado “no próprio local pelos médicos Nilo Ramos de Assis e Ivan Nogueira Bastos.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 452-453).

No dia do enterro, o Rio parou e os cinemas da Cinelândia amanheceram anunciando os filmes *A noite dos generais*, *À queima-roupa* [sic] e *Coração de luto*. Centenas de cartazes foram colados na Cinelândia com as frases: *Bala Mata Fome?*, *Os Velhos no Poder*, *Os Jovens no Caixão* e *Mataram um Estudante. E se fosse seu filho?* Édson Luis [sic] foi enterrado ao som do hino nacional cantado por uma multidão de estudantes. Depois, em 4 de abril, foi realizada em sua memória missa na Igreja da Candelária: após a cerimônia as pessoas foram atacadas pela cavalaria da PM com golpes de sabre e dezenas ficaram feridas. A morte de Édson Luiz [sic], e a repressão policial que se seguiu, acirrou os ânimos e provocou outros protestos pelo país. Em São Paulo, aconteceram manifestações no Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito, na Escola Politécnica da USP e na Pontifícia universidade Católica. Mais de 4 mil estudantes protestaram na Faculdade de Medicina. (FILGUEIRAS, 2014, p. 453, grifos do autor)

A morte de Edson Luís passou a ser reconhecida como a do “primeiro estudante brasileiro morto pela ditadura”. Possivelmente ele não tenha sido o primeiro, mas foi essa a primeira morte de um estudante que foi reconhecida e comprovada publicamente como sendo resultante das práticas repressivas levadas a efeito pelo Estado ditatorial. Esse fato fez do estudante um mártir, simbolizando um marco e, ao mesmo tempo, um divisor de águas, nas lutas estudantis de 1968 contra a ditadura civil-militar.<sup>72</sup> Ao contrário do que os mais otimistas poderiam pensar, a morte não acalmou a sanha repressiva, incitou-a, e o uso de armas de fogo para coibir e dispersar manifestações se tornou regra.

Ainda sob o fluxo das manifestações que ocorriam devido à morte de Edson Luís, no dia 1º de abril de 1968, aniversário de quatro anos do golpe, uma grande manifestação foi realizada no Rio de Janeiro. A brutal repressão desencadeada pelas forças policiais a serviço da ditadura vitimou mais duas pessoas, o estudante Jorge Aprígio e o escriturário Davi de Souza Neiva. “Cerca de 60 pessoas ficaram feridas e 321 foram presas.” (DUARTE, 2010, p. 87).

Em junho, após disputas e articulações com outras forças do movimento estudantil – tais como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e PCB que se opunham a

---

<sup>72</sup> Na entrevista que nos concedeu Bittencourt, encontramos alguns elementos de como a morte do estudante Edson Luís se refletiu na sociedade e no movimento estudantil do Rio Grande do Sul. Segundo ele: “*A partir da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto a ditadura radicalizou e a sociedade também. O movimento estudantil era a maior expressão social que existia, era quem mais mobilizava. Com a morte do Edson Luís acontece esse fenômeno – parecido com o que está acontecendo agora – só que ao contrário, a classe média se assusta e começa a apoiar o movimento estudantil de uma maneira geral.*” (BITTENCOURT, 2015).

estratégia defendida pela AP e Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), que a apoiava – militantes da AP convocaram os estudantes para uma manifestação no pátio do Ministério da Educação com o objetivo de serem recebidos pelo ministro (FILGUEIRAS, 2014).

Em pesquisa<sup>73</sup> realizada no acervo digital “Memórias Reveladas” do Arquivo Nacional, há informações que corroboram com as apresentadas por Filgueiras (2014) em relação ao episódio no Ministério da Educação. O episódio teria ocorrido no dia 19 de junho de 1968, em uma quarta feira, na mesma semana em que ocorreria a “sexta feira sangrenta”, segundo consta no material organizado pela equipe do Arquivo Nacional.

Quando os estudantes chegaram ao pátio do Ministério, próximo do meio dia, a tropa da polícia já estava posicionada e reprimiu fortemente os estudantes que, por sua vez, reagiram com força suficiente para expulsar a polícia do local. Com a chegada de reforço os estudantes saíram em caminhada pelo centro da cidade e o conflito se seguiu pelas ruas, a polícia com cassetetes e os estudantes destruindo e incendiando carros oficiais (FILGUEIRAS, 2014). Os desdobramentos desse dia foram apenas uma prévia do que ainda viria pela frente. Jean Marc Von Der Weid, militante da AP que despontava nas disputas internas do movimento estudantil carioca e futuro Presidente da UNE, teve importante atuação naquela ocasião.

Jean Marc ficou um pouco para trás da passeata, porque parou para fazer discurso na escadaria do Teatro Municipal, explicando os motivos do protesto e foi aplaudido pela multidão. [...] Mas quando chegou ao local onde estavam os jovens mais rebeldes, Jean Marc deu de cara com uma viatura do Exército sendo virada pelos manifestantes, a gasolina escorrendo do tanque e alguns estudantes tentando botar fogo. Jean Marc agarrou o braço de Fernando Sandália, estudante de psicologia, militante do PCBR e disse: – Você é maluco, está cheio de gente em volta e a viatura vai explodir... Mas alguém ateou fogo e o carro flambou no momento de uma carga da cavalaria sobre os manifestantes. Jean Marc comandou a resistência, fez os estudantes abrirem espaço para a cavalaria passar e depois jogaram pedras nos soldados, alguns caíram e outros foram arrastados por seus cavalos. Lá adiante, bem na frente da sede da UNE, na praia do Flamengo, Jean Marc foi preso, pois o tenente que dirigia a viatura incendiada o seguiu e chamou os soldados da polícia militar. [...] ficou encarcerado até o fim da primeira semana de julho. (FILGUEIRAS, 2014, p. 522-523)

---

<sup>73</sup> Informações contidas em um infográfico que apresenta cronologicamente as rotas e desdobramentos das principais passeatas ocorridas no Rio de Janeiro no período que corresponde a morte do estudante Edson Luís e a “Passeata dos 50 mil”, ocorrida na primeira semana de julho, considerada a última grande manifestação de rua do ano de 1968. Disponível em: <[http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/rotas/arquivo\\_rotas\\_100121.swf](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/rotas/arquivo_rotas_100121.swf)>. Acesso em: 01 jun. 2015.

Além de militante da AP, Jean Marc era tenente da reserva dos Fuzileiros Navais e foi necessário um major da polícia para realizar sua prisão. Quando chegou ao Distrito Naval foi interrogado e questionado se era agente do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o porquê de estar em uma manifestação com a carteira de oficial da marinha. Ficou preso no Batalhão de Infantaria Blindada do Exército, em São Cristóvão e, logo depois, foi transferido para o 1º Batalhão de Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita<sup>74</sup> (FILGUEIRAS, 2014). Foi durante o período em que Jean Marc esteve preso que ocorreu a mais violenta repressão durante as manifestações do ano de 1968, episódio que ficou conhecido como “sexta feira sangrenta”.

Sob o influxo e inspiração do maio de 1968 francês,<sup>75</sup> motivados pelo clima de revolta contra a ditadura que crescia e tomava conta das ruas entre parcelas significativas da sociedade – devido em muito a própria ação dos estudantes –, a mobilização ganhava corpo. Na semana que iniciou no dia 17 de junho de 1968 novas manifestações – sobretudo estudantis – sacudiram a cidade do Rio de Janeiro. Na quinta-feira, 20 de junho de 1968, a polícia invadiu o prédio da antiga Universidade do Brasil – atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, localizada na Praia Vermelha, e reprimiu os estudantes que lá estavam (ARANTES; LIMA, 1984). Na manhã da sexta-feira, 21 de junho de 1968, uma manifestação em frente à Embaixada dos Estados Unidos foi novamente reprimida violentamente pelas forças policiais, o que teria resultado na morte de duas pessoas (FILGUEIRAS, 2014).

A revolta cresceu e tomou proporções que transcendiam o controle e comando dos estudantes. Uma parte das lideranças, incluindo o então Presidente da UNE e militante da AP, Luís Travassos, retornou para o campus da Universidade do Brasil para discutir o que fazer. Porém, muitos estudantes rumaram para o centro da cidade denunciando que a polícia havia assassinado pessoas. O que era inicialmente mais uma manifestação de estudantes ganhou ares de guerra campal nas ruas do centro do Rio de Janeiro.<sup>76</sup> O livro de Filgueiras (2014), nos

---

<sup>74</sup> É nesse endereço e nas próprias instalações do 1º Batalhão de Polícia do Exército que, a partir de 1970, passa a funcionar a sede do Destacamento de Operações e de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) do Rio de Janeiro. Apesar de se tratar de instâncias com objetivos supostamente distintos, os dois órgãos atuavam de forma conjunta e complementar na repressão, por isso as siglas são geralmente associadas, DOI-CODI (FICO, 2001).

<sup>75</sup> Segundo Zuenir Ventura: “Ao contrário do movimento francês, não se lutava no Brasil contra abstrações como a ‘sociedade de opulência’ ou a ‘unidimensionalidade da sociedade burguesa’, mas contra uma ditadura de carne, osso e muita disposição para reagir.” (VENTURA, 1988, p. 124).

<sup>76</sup> Ainda no livro de Ventura (1988), encontramos uma descrição do que foi a “sexta-feira sangrenta”: “As barricadas de maio de Paris talvez não tenham causado tantos feridos quanto a ‘sexta-feira sangrenta’ do Rio [...] Nesse dia, quando o povo — não só os estudantes — resolveu atacar a polícia, o Centro da cidade assistiu a uma seqüência de batalhas campais como nunca tinha visto antes e como não veria nos 20 anos seguintes. [...]”

oferece um relato militante dos acontecimentos daquela “sexta feira sangrenta” que merece destaque.

A polícia militar e soldados do Exército chegaram desatinados e aconteceu uma rebelião popular. Os policiais apanharam a tarde inteira e foram expulsos pela população em fúria. As pessoas jogavam objetos do alto dos prédios: cadeiras, máquinas de escrever, cinzeiros, e os soldados atiravam com os seus fuzis, proporcionando um cenário de guerra, filmado pela TV Continental. Os policiais atiravam para valer, as pessoas caíam atingidas por tiros na testa e assim uns trinta populares teriam sido mortos. No batalhão, onde era mantido preso no isolamento, Jean Marc via os veículos chegarem arrebatados, com vidros quebrados, amassados, os soldados que estavam de prontidão o chamavam de “guerrilheiro”, e diziam que “os seus amigos estão fazendo um inferno no centro da cidade e tudo por sua causa”. Os estudantes armaram barricadas e a luta durou do meio-dia [sic] até as 7 da noite. (FILGUEIRAS, 2014, p. 518)

Figura 3 – Confronto entre manifestantes e policiais no centro do Rio.



Fonte: Arquivo Nacional. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1968. PH FOT 229.719.<sup>77</sup>

Durante quase dez horas, o povo lutou contra a polícia nas ruas, com paus e pedras, e do alto dos edifícios, jogando garrafas, cinzeiros, cadeiras, vasos de flores e até uma máquina de escrever. O balanço de alguns hospitais — nem todos divulgaram os totais — registrou: 23 pessoas baleadas, quatro mortas, inclusive o soldado da PM Nelson de Barros, atingido por um tijolo jogado de um edifício, 35 soldados feridos a pau e pedra, seis intoxicados e 15 espancados pela polícia. No DOPS [Departamento de Ordem Política e Social], à noite, amontoavam-se cerca de mil presos.” (VENTURA, 1988, p. 124-125).

<sup>77</sup>

Disponível

em:

<[http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/rotas/arquivo\\_rotas\\_100121.swf](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/rotas/arquivo_rotas_100121.swf)>. Acesso em: 01 jun. 2015.

Os desdobramentos da “sexta feira sangrenta” foram sentidos, tanto pelos que protestavam, como pelos que reprimiam. Se de um lado é possível pensar os acontecimentos como uma pequena vitória sobre a tirania da ditadura, mesmo tendo de contabilizar o alto custo das mortes, feridos e detidos; do outro, havia motivos para preocupação, pois uma parcela considerável da sociedade sentia-se chamada para protestar, engrossando as fileiras estudantis. Mesmo entre a classe média, que quatro anos antes havia apoiado o golpe, havia margem significativa de representação. Basta pensar que em 1º de abril de 1964 era jogado papel picado das janelas dos prédios e, naquele momento, o papel fora substituído por objetos de maior contundência.

A abrangência do descontentamento e da preocupação se efetivou na semana seguinte, quando na quarta feira, 26 de junho de 1968, aproximadamente 100 mil pessoas tomaram as ruas do Rio de Janeiro e, mesmo com centenas de faixas exclamando “Abaixo a ditadura”, discursos políticos inflamados e contundentes, a repressão não compareceu como era de costume até então. O movimento estudantil mostrou sua força e vivenciou o clímax da luta. O ditador de turno, Arthur da Costa e Silva, optou por receber uma representação das lideranças estudantis em evidente recuo estratégico que antecede o ataque, fazendo jus a sua formação militar. A AP se postou contrária ao encontro, que de fato não resultou em nenhum avanço, pelo contrário, ajudou a dividir ainda mais o movimento estudantil, desde sempre marcado por disputas político/ideológicas (GORENDER, 1987; VENTURA, 1988).<sup>78</sup>

É na corrente desses acontecimentos que tem início um gradativo descenso do movimento de massas que atingira seu ápice em junho. A repressão, pelo contrário, rearticula seus métodos estratégicos buscando fragilizar o “inimigo” a partir das próprias debilidades que este evidencia.<sup>79</sup> Isso não significa, em absoluto, menos violência e tirania no plano tático. A ditadura se utiliza de elementos paramilitares, como os agentes provocadores do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo de extrema direita apoiado extra-oficialmente pela ditadura para, entre outras funções, desgastar o movimento estudantil.

---

<sup>78</sup> As disputas a que nos referimos centravam-se, sobretudo, nos métodos de ação e intervenção propostos, de um lado, pelas lideranças da AP e, de outro, por grupos que disputavam naquele momento a hegemonia do movimento estudantil. A principal oposição vinha dos grupos dissidentes do PCB, como a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), no Rio de Janeiro, da qual se destacava o militante Vladimir Palmeira; e a Dissidência Comunista de São Paulo (DI-SP), da qual se destacava o militante José Dirceu. Essas disputas marcariam a organização e a realização – por algumas horas – do XXX Congresso da UNE.

<sup>79</sup> Segundo Bittencourt: “[...] esse processo de repressão foi crescendo para terminar com tudo mesmo, vai terminar lá no AI-5, em dezembro de 1968. Isso começa a ser percebido desde essas coisas da nossa vida cotidiana. Tu começa a perceber que essa repressão faz parte de um processo que é geral.” (BITTENCOURT, 2015).

Alcançam o objetivo em 02 de outubro, quando os estudantes que construíam o movimento estudantil combativo aceitam as provocações do CCC. O conflito acaba resultando na morte do estudante José Guimarães, assassinado pela extrema direita (GORENDER, 1987).<sup>80</sup>

Os estudantes tentaram reeditar a mobilização ocorrida no episódio da morte de Edson Luís, mas “[...] o auge havia passado e as lutas de massas entraram em declínio. Diminuíram os participantes das passeatas e a repressão policial as dissolvia com facilidade.” (GORENDER, 1987, p. 149). É nessa conjuntura que dez dias depois, em 12 de outubro de 1968, aconteceria o XXX Congresso da UNE em um sítio na cidade de Ibiúna. Os órgãos de repressão chegaram antes que o Congresso tivesse início e prenderam aproximadamente 1000 estudantes (ARANTES; LIMA, 1984). O número de participantes e de presos varia de acordo com a fonte consultada, porém, o fato mais relevante é que ali se inicia a desarticulação do movimento estudantil. Essa desarticulação alcançaria seu ápice em 1973, após a morte do militante da AP, Honestino Guimarães.

O apista Jean Marc Von Der Weid, eleito em 1969 por um Conselho da entidade que ocorreu seis meses após o XXX Congresso, presidiria a UNE até 1970, quando foi preso. Honestino Monteiro Guimarães foi o último militante da AP a ser eleito para a presidência da UNE. Ele passou a comandar interinamente a entidade em 1970, devido à prisão de Jean Marc, do qual era Vice-presidente. Honestino foi eleito Presidente em 1971, ficando no cargo até 1973, ano em que foi “desaparecido” e assassinado pela ditadura. A UNE só voltaria a ter um Presidente eleito novamente no final da década, em 1979.

### **3.2.1 O movimento operário**

Para além do movimento estudantil, mesmo que em menor escala e proporção, a Ação Popular teve importante e expressiva participação nas principais lutas travadas a partir do movimento operário. As articulações da Organização em torno do movimento operário iniciam um novo fluxo a partir da reorganização da AP em 1965, quando os principais dirigentes que estavam exilados no Uruguai retornam ao Brasil. A necessidade de inserção no

---

<sup>80</sup> O conflito ficaria conhecido como “Batalha da Maria Antônia”, em referência ao nome da rua que servia de endereço tanto para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), quanto para a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Na FFCL-USP se concentrava boa parte da militância estudantil de esquerda, enquanto que na Universidade Mackenzie organizavam-se os grupos de extrema-direita, como o CCC, o Movimento Anticomunista (MAC) e a Frente Anticomunista (FAC). O confronto começou com os estudantes da Universidade Mackenzie atirando ovos podres nos estudantes da FFCL-USP que responderam com pedradas. Não demorou para que os grupos anticomunistas começassem a atirar bombas e disparar tiros de diversos calibres, inclusive de metralhadora, contra os estudantes da FFCL-USP. Esses, por sua vez, respondiam como podiam, com coquetéis molotov, rojões, pedras e alguns tiros, quando um comando armado da Ação Libertadora Nacional (ALN) chegou para auxiliá-los (VENTURA, 1985).

movimento operário já se fazia presente nos debates que consolidaram a *Resolução Política de 1965* (FILGUEIRAS, 2014). Segundo Filgueiras (2014, p. 293), em 1966 os militantes Jair Ferreira de Sá e Maria José Jaime (Bizeh) já estavam incumbidos pela Direção da AP de construir junto ao movimento operário do ABC paulista “ideias socialistas e bandeiras sindicais e democráticas de resistência ao regime militar”.

Duas a três vezes por semana eles iam, à noite, para a região do ABC: embarcavam num trem na Estação da Luz, desciam na estação de Santo André e iam de ônibus até o local da reunião, uma paróquia, onde os operários católicos debatiam sobre o que fazer para enfrentar a exploração de classe e a perda de direitos impostos pela ditadura militar. As discussões eram sobre a importância de atuação nos sindicatos dos metalúrgicos, de ganhar as entidades e criar uma organização com a qual pudessem levar a luta contra o arrocho salarial porque, com o golpe militar, o sindicalismo estava desorganizado e vigiado pelo aparato repressivo. (FILGUEIRAS, 2014, p. 293)

Em novembro de 1966 a AP realizou o 1º Encontro Nacional Operário onde apontava uma política de organização para o movimento, plano de lutas e assessoria nacional para o setor operário (FILGUEIRAS, 2014). Segundo o relatório do encontro, “atuavam na organização 62 militantes e 70 simpatizantes operários, sendo que, em São Paulo, havia 25 deles e outros 27 simpatizantes, enquanto em Minas Gerais eram 26” (FILGUEIRAS, 2014, p. 332). A análise de conjuntura do Encontro apontava que no movimento operário o eixo da luta era econômico e a greve uma ferramenta para “elevar o nível da luta de classes, porém só deveria acontecer a partir da discussão política com as massas” (AÇÃO POPULAR, 1966 *apud* FILGUEIRAS, 2014, p. 333).

A luta pelo poder sindical estava no horizonte, mas deveria ter como mote a denúncia das estruturas de dominação, as composições de chapa só deveriam ocorrer se houvesse maioria revolucionária entre os membros que fariam parte (FILGUEIRAS, 2014). A estratégia inicial era a criação de grupos de pressão sobre as diretorias “pelegas” e o tencionamento da luta de classes a partir das bandeiras contra o arrocho e a lei de greve, o voto de protesto e a liberdade sindical, considerando, sobretudo, “os problemas concretos da realidade de cada região” (FILGUEIRAS, 2014, p. 333). “O relatório recomendava o deslocamento de dirigentes dos comandos regionais para áreas operárias e a formação dos melhores militantes operários para, a partir destes, ampliar o trabalho no setor” (FILGUEIRAS, 2014, p. 333).

Assim como ocorreu com o movimento estudantil, foi em 1968 que o movimento operário alcançou seu ápice de organização e ação na luta de classes e no combate contra a ditadura. É importante ter presente que tanto o movimento estudantil como o operário

chegaram ao ano de 1968 fortalecidos pela reorganização que se inicia no pós-golpe de 1964 e pelo acirramento da ditadura que, como bem destaca Dreiffus (1987), além de militar é civil (empresarial), advinda de um golpe de classe (burguês-capitalista) de contornos bem definidos. Um dos elementos que evidenciam esse caráter de classe se dá exatamente em relação ao mundo do trabalho, no que ficou conhecido entre os trabalhadores como “leis do arrocho” (DUARTE, 2010).

Dentre as medidas que constituíam essas leis podemos destacar: a proibição do direito de greve; o controle por parte do Estado ditatorial dos índices de reajuste salarial baseado na média da inflação – que por sua vez eram divulgados pelo próprio governo ditatorial, portando passível de manipulação; o fim da estabilidade após dez anos de serviço, sendo substituída pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);<sup>81</sup> e a substituição “do sistema previdenciário baseado nos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).” (DUARTE, 2010, p. 85). Esse cenário de ataques e precarizações dos parques e flexíveis direitos trabalhistas contribuíram para elevar os níveis de descontentamento e organização dos trabalhadores.

A inflação, o desemprego e a política de “arrocho salarial” criaram uma profunda insatisfação no meio trabalhador. O “arrocho salarial” era o alvo fundamental da luta operária. Era o fator de mobilização e organização da classe, em função do qual se criou, por exemplo, o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Guanabara. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 77)

A AP teve participação ativa na organização e atuação junto ao Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA). No final do ano de 1967 o MIA organizou uma série de manifestações em oposição as medidas econômicas adotadas pelo governo ditatorial que

---

<sup>81</sup> Segundo Duarte (2010): “A suspensão do regime de estabilidade no emprego provocou a maior subordinação do trabalhador à disciplina do capital. Além de liberar as empresas de ônus legais com programas assistenciais que mantinham para seus trabalhadores, passando a depositar o equivalente a 8% do salário de cada empregado no Banco Nacional da Habitação (BNH), o fim da estabilidade diminuiu o poder de pressão e a capacidade de resistência dos trabalhadores, mediante o fantasma da demissão.” (DUARTE, 2010, p. 84). A pesquisadora Cristiane Ávila Dias, em sua dissertação de mestrado que se dedicou ao estudo da história da AP no Rio Grande do Sul, apresenta informações fornecidas por um ex-militante da Organização que nos ajuda a perceber a conjuntura vivida pelos trabalhadores: “Antonio Norival Soave, operário que ingressou na AP, em 1966 e trabalhava na Companhia Industrial de Materiais Automobilísticos do Brasil (CIMA), no ABC paulista, declarou que, nessa fase, já existia um contexto de trabalho sindical interno nas fábricas da região. Segundo ele, o processo de luta, que culminou nas greves de 1968, iniciou quando o governo decretou, em 1966, o fim da estabilidade no trabalho, que foi substituída pela criação do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Por isso, ele e outros militantes que integravam a chamada ‘oposição sindical’, foram contrários à criação do FGTS, pois com essa medida, os trabalhadores perderam a estabilidade adquirida após 10 anos de serviço dentro de uma mesma fábrica, da qual só poderiam ser afastados por justa causa. Sendo que essa mudança provocou uma queda geral nos valores dos salários, bem como as substituições de funcionários tornaram-se constantes nas fábricas.” (ÁVILA DIAS, 2011, p. 118).



atingiam frontalmente os trabalhadores. Essas manifestações contaram com o apoio do movimento estudantil, em alusão a uma pretensa aliança operário-estudantil. A estratégia do MIA era a elaboração e distribuição de panfletos que denunciavam a situação e chamavam os trabalhadores para participarem de assembléias em vistas de consolidar a organização (ÁVILA DIAS, 2011) e a criação de “comissões de fábrica” (DUARTE, 2010).

Além dos municípios do ABC paulista, a AP também tinha permeabilidade e força no trabalho sindical em Minas Gerais, especialmente no Sindicato dos trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.<sup>82</sup> Segundo Filgueiras (2014, p. 358), “no momento do golpe militar, havia 60 mil pessoas trabalhando em Contagem, principalmente nas fábricas Mannesmann, Mafersa, Belgo-Mineira e outras indústrias de médio porte”. São nessas fábricas que estavam atuando os militantes operários da AP. Segundo Gorender (1987, p. 143), “a agitação operária se acentuava desde 1967, com despedidas maciças, falências de pequenas empresas, atrasos de pagamentos e protestos contra o rebaixamento salarial”.

No início de 1968 foram realizadas eleições sindicais para o Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem, onde a chapa de oposição encabeçada pelo militante da AP, Ênio Seabra, foi eleita com votação maciça (ARANTES; LIMA, 1984). “Sua bandeira fundamental foi a luta contra o arrocho. Ênio também criticava os pelegos e conciliadores. Sua eleição é logo impugnada pela Delegacia Regional do Trabalho, em medida arbitrária que causa indignação entre os metalúrgicos.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 77). A impugnação da eleição foi o estopim para a radicalização do movimento, desencadeando em 16 de abril de 1968, em Contagem, a primeira grande greve operária de expressão nacional após o golpe de 1964 (ARANTES; LIMA, 1984).<sup>83</sup>

AP, Corrente Revolucionária e COLINA [Comando de Libertação Nacional] uniram esforços e multiplicaram a agitação dentro das fábricas, editaram pequenos jornais e panfletos e criaram ‘grupos de cinco’, que mesmo precariamente conseguem certa penetração. Com habilidade, as organizações de esquerda utilizaram os recursos organizativos do Sindicato dos Metalúrgicos, sempre evitando expô-lo em atos ostensivos que pudessem dar pretexto à intervenção do Ministério do Trabalho. A 16 de abril de 1968, cerca de 1200 empregados da siderúrgica Belgo Mineira paralisaram sua

---

<sup>82</sup> Segundo Arantes e Lima (1984): “Marco importante na etapa de reestruturação desses trabalhos foi a implantação, em bases sólidas, das frentes de São Paulo, do ABC, de Osasco e de Contagem, em Minas Gerias. Esses passaram a ser os trabalhos operários mais importantes desenvolvidos pela AP. Neles, a atenção principal voltou-se para a categoria metalúrgica.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 102-103).

<sup>83</sup> Segundo Filgueiras (2014): “Nos primeiros meses de 1968, os militantes [da AP] começaram a distribuir panfletos nas fábricas tentando motivar os trabalhadores para acompanhar o comportamento dos estudantes, de luta contra a ditadura, e incentivando os operários a entrarem em greve. Além da AP, núcleos de militantes da POLOP e da Corrente Revolucionária atuavam na Cidade Industrial, e a partir do trabalho das três organizações ocorreu a primeira greve em Contagem, depois de 1964.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 480).

atividade e se reuniram na sede do Sindicato, supostamente à revelia da diretoria. Em poucos dias, os grevistas de Contagem já são 16 mil, unidos em torno da reivindicação de reajuste salarial acima do teto oficial de 17%. A envergadura do movimento impôs o deslocamento do Ministro do trabalho Jarbas Passarinho para Belo Horizonte, onde se declarou disposto a negociações – algo insólito no comportamento governamental. Por fim, o Governo Costa e Silva concedeu 10% de abono, o que abria ligeira fissura na rigidez do arrocho. Com esta vitória parcial, a greve se encerrou a 2 de maio. (GORENDER, 1987, p. 143).

A greve de Contagem trouxe novos elementos estratégicos para a luta dos trabalhadores e demonstrou força perante o aparelho ditatorial. Logo da deflagração do movimento grevista, a siderúrgica Belgo Mineira foi ocupada e alguns diretores da empresa foram impedidos de sair, o que demonstrava a radicalização do movimento e que a greve corria fora do controle sindical das direções “pelegas” (ARANTES; LIMA, 1984). Além de tudo, a reivindicação de 25% de aumento nos salários se distanciava e muito de qualquer razoabilidade que poderia ser proposta pelo governo ditatorial. Os 10% de aumento que foram impostos<sup>84</sup> pelo Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, durante a “negociação” com os grevistas, não representa em si uma vitória, mesmo com o percentual estendido aos trabalhadores de todo o país. A vitória se dá no fato de que “a ditadura teve de reconhecer o achatamento salarial existente e concordar com um aumento ‘fora do prazo’.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 78).

Influenciados diretamente pela motivação dos trabalhadores após as greves de Minas Gerais e pelos ares rebeldes que sopravam pelo mundo já demonstrando a sua força em terras brasileiras, o MIA articula uma ação para as comemorações do 1º de maio de 1968 em São Paulo. A AP participa decisivamente da organização e da manifestação que ocorreria na Praça da Sé, mobilizando sua base operária e estudantil, do interior e da capital. O objetivo central da AP era realizar um ato “combativo e que desafiasse a ditadura” (FILGUEIRAS, 2014). Aquela manifestação se tornaria histórica, assim como foram às lutas estudantis daquele ano.

Jair [Ferreira de Sá] era o principal dirigente do Comando Regional da organização em São Paulo [...] tinha contato pessoal com os militantes operários e envolveu-se diretamente não só na preparação, mas, também, na manifestação da Praça da Sé. Ele comandou a investida da oposição sindical contra o ato oficial do 1º de maio de 1968, programado originalmente pelas diretorias do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Federação dos

---

<sup>84</sup> Segundo Arantes e Lima (1984), quando chegou a Belo Horizonte, o Ministro Jarbas Passarinho afirmou que: “se quiserem fazer desse núcleo grevista um movimento contra-revolucionário, o governo tomará suas providências. Não vim fazer cadáver, mas não lhes entregarei meu próprio cadáver.” Quando propôs os 10% de aumento como “proposta de conciliação”, fez uma advertência nada conciliadora: “A recusa da proposta significa declaração de guerra.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 78).

Metalúrgicos do Estado de São Paulo, para ser uma comemoração festiva e de confraternização com o governador de plantão, Abreu Sodré, da Arena, o partido da ditadura, e outros representantes do regime. [...] Pressionadas, as diretorias dos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e de Santo André concordaram em alugar ônibus para levar os operários até São Paulo e imprimiram panfletos de convocação. Os operários da AP tinham influência nas oposições sindicais de Santo André e de São Bernardo do Campo, conseguiram reunir sessenta ativistas nas reuniões preparatórias. (FILGUEIRAS, 2014, p. 482-483)

A organização dos trabalhadores, das forças de oposição sindical e a atuação das diversas Organizações políticas de oposição à ditadura garantiram naquele 1º de maio uma vitória, sobretudo moral, dos trabalhadores sobre a ditadura. Quando a multidão já estava reunida na Praça da Sé e as autoridades ocupavam solenemente o palanque – entre elas o governador de São Paulo, Abreu Sodré e o Secretário da Fazenda, Delfim Netto –, a ação teve início. Os manifestantes não permitiram nem sequer que o ato oficial fosse iniciado, um grupo de militantes havia sido preparado para atacar as forças de segurança que faziam a guarnição do palanque,<sup>85</sup> enquanto outros grupos lançaram objetos obrigando que as autoridades fugissem às pressas para se refugiar do ataque. Em instantes o palanque havia sido tomado e o verdadeiro ato de 1º maio, o dos trabalhadores, começado. Filgueiras (2014) nos oferece uma descrição da atuação dos militantes da AP na manifestação.

[...] militantes da ALN [Ação Libertadora Nacional] se precipitaram e atiraram pedras onde estavam governador e autoridades da ditadura. Mas isso até facilitou a investida, porque os tiras que faziam a segurança diante do palanque se atrapalharam, houve correria, confusão e [...] debaixo de pedradas e paus atirados pela multidão, governador e autoridades correram para a escadaria da Sé e se esconderam dentro da igreja. Correndo e amedrontado, Delfim Netto fez o percurso do palanque até a igreja levando pauladas nas costas [...]. O palanque foi incendiado pela multidão [...] em seguida, os operários saíram em passeata, umas 5 mil pessoas, até a Praça da República [...] no trajeto até a Praça da República, as vidraças do Banco de Boston foram quebradas [...]. (FILGUEIRAS, 2014, p. 488-489)

O entusiasmo que crescia devido ao êxito considerável que as ações do movimento operário estavam alcançando acaba acelerando em demasia, de forma prejudicial e descompassada, o processo organizativo dos trabalhadores. A necessidade de acúmulo de

---

<sup>85</sup> Segundo Filgueiras (2014), “um grupo de vinte operários da Mercedes-Benz foi preparado para ir à manifestação com sarrafos de madeira, com os quais se faria uma cunha para furar o bloqueio policial e tomar o palanque.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 484). Além disso, havia um esquema de segurança em torno das principais lideranças, Jair Ferreira de Sá esteve durante todo o tempo cercado por militantes da AP que faziam a sua segurança. A militante da AP, Nilce Azevedo Cardoso, que depois se deslocaria para atuar no Rio Grande do Sul, era uma das diversas mulheres que estavam responsáveis por garantir a segurança de Jair (FILGUEIRAS, 2014).

forças e de planejamento estratégico adequado para a conjuntura acaba sendo negligenciado e vários pequenos movimentos espontâneos começam a surgir e ser desarticulados pela repressão, tão rápido quanto iniciavam. A perspectiva estratégica se perde na radicalização e na ânsia das Organizações – inclusive à AP – em combater a ditadura. É nesse íterim que, em julho de 1968, um grupo ligado a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) decide antecipar a greve geral que estava sendo pensada e construída para ocorrer nos meses de outubro e novembro, próximo do período de dissídio de várias categorias importantes (GORENDER, 1987).

Os trabalhadores da fábrica de materiais ferroviários, COBRASMA, iniciaram a paralisação ocupando a fábrica e prendendo 15 engenheiros e 30 chefes de serviço (ARANTES; LIMA, 1984). Rapidamente o movimento desperta a adesão de outras fábricas da região, somando seis mil metalúrgicos parados. A reivindicação de 35% de reajuste salarial ganha força, somada a trimestralidade dos reajustes e o contrato coletivo de dois anos (GORENDER, 1987). Além das demandas imediatas, havia a denúncia e o repúdio ao “arrocho governamental”, ao FGTS, à lei anti-greve e a palavra de ordem: “Pelo fim da ditadura dos patrões!” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 79). O Sindicato dos Metalúrgicos – único em que a oposição sindical havia conseguido eleger a diretoria e ter a homologação do Ministério do Trabalho – se dispôs a negociar as pautas, em nome dos trabalhadores, com o delegado regional do trabalho (GORENDER, 1987).

A Comissão de Greve foi formada e a AP nela deu sua contribuição. Já alertada pela Greve de Contagem, a repressão não demorou em lançar-se com furor sobre o movimento de Osasco. Carros blindados cercaram a cidade, fábricas foram ocupadas e mais de mil operários foram presos. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 79)

O desdobramento da greve de Osasco foi avassalador para o movimento operário que começava a ganhar força e organicidade. A ditadura não poupou esforços para desarticular o que havia sido construído até então. O Sindicato dos Metalúrgicos sofreu intervenção e as principais lideranças foram presas, a greve não resistiu ao quinto dia (GORENDER, 1987). As organizações subestimaram a ditadura e superestimaram a sua força, a precipitação cobrou seu preço e o plano de desencadear uma greve geral não se efetivou. Arantes e Lima (1984) fazem uma análise dura desse processo, avaliando que a radicalização proposta por Organizações revolucionárias “pequeno-burguesas” como a AP, tencionavam para um combate que estava distante do que a luta operária, em estágio inicial, poderia oferecer naquele momento.

[...] pelo seu radicalismo, terminavam afastando as camadas mais numerosas. Adotavam, com frequência, palavras de ordem e formas de organização incompatíveis com o estágio de desenvolvimento da luta e faziam transparecer um nível de disposição e de organização da classe operária que não correspondia à realidade. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 80)

Ao que nos parece, a crítica construída pelos autores apresenta elementos coerentes, mas muito influenciada por uma leitura política *a posteriori* dos fatos passados. Não podemos desconsiderar que essa avaliação tem relação com a matriz ideológica que os autores passam a assumir quando se vinculam ao PCdoB a partir de 1973. O argumento de que a radicalização precipitada do movimento era influenciada por Organizações revolucionárias pequeno-burguesas, em crítica evidente ao papel desempenhado pela AP, nos parece um tanto superficial e direcionada, visto que parece não considerar com devida atenção a própria conjuntura de radicalização vivida no país e no mundo, tanto da resistência quanto da reação. Gorender (1987), também oferece uma breve avaliação crítica do movimento que merece destaque pelos elementos que aporta à discussão.

Mas a verdade é que as greves de 1968 foram espontâneas na medida em que não podem deixar de sê-lo os movimentos de massa. Ao mesmo tempo, as greves de Contagem e Osasco tiveram organização e orientação de agrupamentos de esquerda, os quais se ramificaram nas empresas e dominavam os sindicatos de metalúrgicos. A atuação da esquerda se centralizou no aparelho sindical, através do qual preparou e dirigiu as greves. Esta atuação mobilizadora ficou oculta, porque houve o propósito *deliberado* de evitar pretextos para a intervenção ministerialista nos sindicatos. (GORENDER, 1987, p. 145, grifo do autor)

Os argumentos de Gorender (1987) apontam para o que entendemos ser um dos elementos centrais daquele processo, justamente a repressão a qualquer tipo de organização que pudesse oferecer risco ao *status quo* sustentado pela ditadura. O potencial das lutas e da organização do movimento operário, bem como do movimento estudantil, ofereciam sério risco ao projeto de desenvolvimento capitalista (dependente) da ditadura, que ficaria conhecido como “milagre econômico”. Esse projeto que garante o desenvolvimento ascendente da burguesia passa, invariavelmente, pela exploração extrema do trabalho e do trabalhador.<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> Segundo Florestan Fernandes (1972): “Nesse caso, a propensão a fazer a ‘revolução dentro da ordem’, pelo desenvolvimento, seria facilmente substituída por outros tipos de comportamento inconformista e por soluções verdadeiramente revolucionárias. Deste ângulo, fica bem claro, em termos estruturais, que o *desenvolvimento econômico*, como ‘revolução social’, constituiu uma fórmula conservadora e que, se ela falhar, não existirá alternativa para o capitalismo.” (FERNANDES, 1972, p. 64-65, grifo do autor).

As lutas de massa do movimento operário entram em descenso em 1968, especialmente depois da edição do AI-5 em dezembro daquele ano. As perseguições sistemáticas e a violência contundente da ditadura, ampliadas com o AI-5, não impediram que Organizações como AP seguissem com a militância no movimento operário, mesmo enfrentando toda ordem de dificuldades. É justamente a partir desse momento que a AP assume definitivamente a estratégia de integração de seus militantes na produção, tanto na cidade (movimento operário), como no campo (movimento camponês).

### 3.2.2 O movimento camponês

O movimento de integração na produção<sup>87</sup> junto aos camponeses alcançou tanta – ou mais – expressão quanto à integração junto aos operários. Segundo a amostra estatística elaborada e analisada por Arantes e Lima (1984, p. 111) sobre a integração na produção, do universo de 120 militantes apontados na pesquisa, 90 foram encaminhados para o campo. Das 23 frentes de trabalho analisadas, 16 eram camponesas. Foi na região nordeste do Brasil que a AP estabeleceu as frentes de trabalho junto aos camponeses que ficaram mais conhecidas e lograram maior êxito nas lutas que travaram. Destacamos: “a do Vale do Pindaré, no Maranhão, a da Zona da Mata de Pernambuco e a de Água Branca, no sertão de Alagoas.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 90). Ridenti (2002) apresenta uma síntese dos Inquéritos Policiais-Militares (IPM) que constam no acervo do Projeto “Brasil: Nunca Mais” (BNM) com informações sobre a atuação da AP nas regiões supracitadas.

O Projeto Brasil Nunca Mais (BNM) catalogou alguns processos na Justiça Militar contra a AP, nos quais estavam envolvidos lavradores: o de número BNM 15, de 1967, que apurava atividades do Regional goiano da AP e seu trabalho com os camponeses; o BNM 507, referente à atuação clandestina da AP na região de Recife, em 1969; e o número 215, que junta dois processos, de 1969 e 1972, concernentes à ação “subversiva” da AP junto a camponeses em Pindaré Mirim, comandadas por Manoel Conceição dos Santos. Esses dados revelam que havia trabalho de organização da AP junto aos homens do campo, ainda que tímido em proporções absolutas, especialmente para essa organização, cuja linha dava relevância ímpar às lutas rurais. (RIDENTI, 2002, p. 241)

<sup>87</sup> Ressaltamos que a leitura feita pela AP sobre a necessidade da integração na produção, especialmente depois de ter assumido o maoísmo como base político/ideológica em 1968, dizia que: “Era preciso transformar a organização pequeno-burguesa em organização proletária. Para tanto o problema posto em primeiro lugar não foi o de modificar e desenvolver a base ideológica e a política da organização, mas alterar o que se chamava de ‘base objetiva’ da mesma. Tratava-se de mudar o eixo dos seus trabalhos, de deslocá-los da faixa pequeno-burguesa e situá-lo nos meios operário e camponês. Foi assim que a ‘integração na produção’ apareceu como forma por excelência e a mais elevada para promover a ‘transformação ideológica’ dos militantes da AP, oriundos da pequena-burguesia.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 110-111).

Entre os motivos que contribuíram para o resultado positivo dos trabalhos desenvolvidos na região nordeste, podemos apontar: a desigualdade social histórica; a luta de classes resultante da exploração e do *coronelismo*; o histórico de trabalho desenvolvido junto às comunidades através do MEB e dos Sindicatos rurais – que se consolidaram através do trabalho feito pela AP no âmbito da CONTAG; e a estratégia de “guerra popular prolongada” e do “cerco das cidades pelo campo”, ambas resultantes da incorporação do pensamento *maoísta* pela AP. Esse último ponto se destaca porque era o que conduzia os dirigentes da organização a buscarem “áreas estratégicas” para iniciar o processo de preparação e acúmulo de forças que a “guerra popular prolongada” requeria. Segundo Filgueiras (2014):

Embora a realidade econômica, política e social brasileira fosse diferente da China, até mesmo geograficamente, o entusiasmo dos militantes com o que acontecia no grande país asiático foi decisivo nas escolhas da organização. [...] foi preciso fazer pesquisas pelo Brasil e definir as áreas prioritárias para preparar a guerra popular prolongada. Os integrantes da delegação que foram à China viajaram pelo Brasil [...] foram para Goiás, com a missão de identificar em que tipo de área era possível o trabalho político e descobrir um caminho que unisse Piauí, Goiás e Maranhão, para a concretização da *teoria do Y*, fundamental na estratégia da guerra popular prolongada. (FILGUEIRAS, 2014, p. 427)

É importante frisar que o trabalho de viés notadamente revolucionário junto ao movimento camponês inicia antes da fase maoísta, mais especificamente no período de rearticulação após o golpe de 1964. Em outubro de 1966 a AP realiza o 1º Encontro Nacional Camponês, aos moldes do que seria o 1º Encontro Nacional Operário realizado no mês de novembro (FILGUEIRAS, 2014). O encontro demonstrou as diferenças de linguagem, percepção e formação identitária dos camponeses, elementos que deveriam ser levados em conta para o trabalho militante. A AP apontava naquele momento a necessidade de “esclarecimento do povo” para a luta, conjuntamente à preparação técnica e definição de uma estratégia adequada (FILGUEIRAS, 2014).

Também foi aprovada a realização de cursos de preparação da militância, bandeiras de luta, formas de organização, áreas de apoio e a formação do dispositivo aramado para defesa das manifestações de massa e a criação de núcleos de base com a participação de três a cinco militantes e um coordenador, profissionalização de quadros intelectuais junto aos camponeses, expansão do movimento, fortalecimento e criação de ligas camponesas, cooperativas e sindicatos. (FILGUEIRAS, 2014, p. 331-332)

Para Arantes e Lima (1984) a AP passou por três fases no movimento camponês. A primeira seria a fase de “conscientização”, que corresponde ao período do MEB e do “método

de alfabetização Paulo Freire”, anterior ao golpe. A segunda fase foi a de “organização”, que corresponde ao trabalho de sindicalização rural realizada especialmente por meio da CONTAG, também anterior ao golpe. A terceira fase foi a de “mobilização”, onde a AP se utiliza da experiência das duas fases anteriores para fomentar e participar das lutas no campo. É nesse momento que a Organização define a necessidade de criar bases sólidas em meio ao movimento camponês.<sup>88</sup>

Para alcançar tal objetivo seria necessário o empenho das direções regionais e locais, fazendo o papel de formação dos quadros camponeses através do deslocamento de militantes “já formados”, assim como pesquisas que permitissem identificar a estrutura de classes e da luta de classes no campo (FILGUEIRAS, 2014). Um dos principais quadros camponeses da AP foi o líder camponês, Manoel Conceição dos Santos. Ele é um dos principais responsáveis pela organização das lutas que se desenvolveram no Maranhão, especialmente na região do Pindaré-Mirim. As ações na região ganharam força com o trabalho do Sindicato Rural, do qual Manoel era Presidente. Sua atuação se dava em favor da reforma agrária e contra os latifundiários e grileiros de terra, organizando a luta dos trabalhadores rurais da região.

O desenvolvimento da luta e o fato de se ter conseguido, ao cabo de alguns anos, refrear, em certa medida, investidas do latifúndio e do “grilo” infundiram confiança nas massas camponesas e ajudaram-nas a despertar para a ideia da união na luta e da luta como meio para melhorar de vida. Um número razoável de bons quadros camponeses foi aparecendo, destacando-se pela iniciativa, inteligência, sagacidade, integração com seus companheiros, capacidade de direção. A AP procurava organizar-se enquanto organizava a massa. Fundava suas células. Dirigentes nacionais frequentemente visitavam a região, levando discussões sobre a situação nacional, participando do trabalho local, ajudando-o. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 91)

O trabalho desenvolvido pela AP enfrentava não só o “coronelismo” da região, como as forças policiais que estavam a serviço do latifúndio. Manoel Conceição foi preso diversas vezes, sendo que em uma delas, após ser baleado em um dos pés e só receber atendimento médico depois de uma semana, teve parte da perna amputada devido à necrose decorrente do ferimento não tratado. Com o crescimento da organização e da proporção de força que as lutas foram assumindo – inclusive com resistência armada –, não tardou para que o aparato repressivo da ditadura chegasse à região.

---

<sup>88</sup> Segundo Arantes e Lima (1984): “Entre trabalhos de real expressão e trabalhos de pouca importância, duradouros ou de vida mais curta, foram pelo menos trinta frentes camponesas que a AP trabalhou nos seus 11 anos de vida. Em apenas cinco estados, nunca realizou algum trabalho camponês. [...] As frentes abertas por iniciativas inteiramente autônomas disseminaram-se a partir de 1967 e estão basicamente ligadas ao movimento de ‘integração na produção’.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 88).



Em Goiás, inspirada pelo histórico da “Revolta de Trombas e Formoso”,<sup>89</sup> a AP também desenvolveu trabalho importante. Contava com um grupo de 150 trabalhadores rurais espalhados por diversos pequenos municípios. A maioria tinha estabelecido contato com a Organização a partir dos trabalhos do MEB e dos Sindicatos rurais. Assim como na região do Pindaré-Mirim, as principais disputas se davam em torno das questões fundiárias na luta contra grileiros e fazendeiros, esses últimos que “cotizavam” a produção dos pequenos agricultores, apropriando-se de metade ou um terço da produção. A AP fomentava a criação de Sindicatos e Associações de camponeses para fazer frente à exploração dos fazendeiros (FILGUEIRAS, 2014). Percebendo a radicalização do movimento e a aproximação do conflito com o latifúndio e com as forças da repressão, a AP também desenvolvia preparativos de ações táticas de resistência armada<sup>90</sup> com os camponeses.

Avaliando que os patrões e a polícia reprimiam a luta, a direção da AP pretendia organizar grupos armados de camponeses para se defenderem das agressões e criar as condições para, mais adiante, iniciar a luta guerrilheira no campo. Nesse sentido, o comando da organização na região ministrou cursos para os trabalhadores sobre sindicalismo, enfatizando a necessidade de uma revolução para acabar com a exploração e a opressão, mas também com ensinamentos teóricos de estratégia militar e aulas práticas de guerrilha. (FILGUEIRAS, 2014, p. 421)

O trabalho camponês em Goiás acabou sendo desarticulado pela repressão, com a prisão de mais de uma centena de camponeses e militantes da AP. Os militantes envolvidos com o trabalho de preparação não deram a devida atenção para a necessidade de discrição. As atitudes e ações, “abertas” em demasia, chamaram a atenção dos órgãos repressivos da ditadura para o que estava em “gestação” na região, antecipando a desarticulação.

Anos depois, já sob influência do *maoísmo*, outros militantes da AP foram enviados para a região norte de Goiás – um povoado chamado Rio da Conceição, próximo de onde havia ocorrido a “Revolta de Trombas e Formoso”. O objetivo da comitiva era verificar a potencialidade da área para o desenvolvimento da “guerra popular prolongada”

---

<sup>89</sup> A Revolta de Trombas e Formoso ocorreu na região norte do estado de Goiás, entre os anos de 1950 e 1957. Tinha como eixo questões fundiárias que levaram ao conflito armado entre camponeses, grileiros latifundiários e forças policiais. O diferencial desta revolta está no fato de ter sido vitoriosa e de praticamente ter criado na região um regime de autogoverno dos camponeses. Para conhecer mais sobre a Revolta de Trombas e Formoso ver: CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. 2. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2014; e a parte IV do volume I do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV): BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1.

<sup>90</sup> Segundo Filgueiras (2014) os militantes da AP: “[...] davam cursos teóricos e práticos sobre como usar espingarda de caça, para o camponês se defender da repressão policial; ensinavam a fazer pólvora a partir do carvão, necessária à confecção de bombas caseiras; e a preparar *coquetel Molotov* com gasolina.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 419, grifo do autor).

(FILGUEIRAS, 2014). “Depois de seis meses morando no mato, e procurando aglomeração de gente com tradição de luta, os militantes da AP constataram que não havia povo e voltaram para São Paulo.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 431).

Segundo Arantes e Lima (1984), os trabalhos da AP na região da Zona da Mata pernambucana também remetem ao período anterior ao golpe de 1964. Foi nessa região de extrema pobreza que uma das frentes da AP junto ao movimento camponês conseguiu articular uma greve dos trabalhadores no ano de 1968. O fermento das lutas na região se dava em torno do cultivo da cana de açúcar, trabalho que era realizado por camponeses e muito mal remunerado pelos latifundiários. A greve de 1968 foi articulada com muita dificuldade pelos militantes da AP em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além das jornadas estafantes de trabalho durante o dia, os militantes tinham que realizar o trabalho de “convencimento” indo à noite nas casas dos trabalhadores (ARANTES; LIMA, 1984).

A greve eclodiu e ganhou repercussão nacional. O Ministro do Trabalho da ditadura, coronel Jarbas Passarinho, se deslocou para a região para coordenar as “negociações” e suspender o movimento. Houve algumas concessões e promessas para que a greve tivesse fim. Após o fim da greve, as principais lideranças do movimento foram perseguidas, presas e torturadas. Semelhante foi o desfecho das lutas realizadas no sertão de Alagoas, na região de Água Branca, onde militantes da AP tiveram importante atuação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que tinha sua sede no distrito de Pariconhas.

Foi nessa mesma região e nesse mesmo distrito que, no ano de 1966, o Comando militar da AP – o mesmo do atentado a bomba no aeroporto de Guararapes – realizou uma expropriação bancária (FILGUEIRAS, 2014). “Posteriormente, Água Branca tornou-se importante base da luta camponesa e de experiência de preparação militar revolucionária, trabalho coordenado pelo dirigente nacional da AP, Aldo Arantes, que morou na localidade com a mulher, Dodora, e os filhos pequenos.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 365). A experiência de militância a partir do Sindicato trouxe importantes conquistas para os trabalhadores da região, como Cooperativas de pequenos produtores e escolas de alfabetização.

Na medida em que as ações do Sindicato ganhavam força e adeptos, a especulação sobre as suas “reais intenções” crescia proporcionalmente entre os fazendeiros e latifundiários da região. No dia seguinte a decretação do AI-5 a polícia de Alagoas invadiu a sede do Sindicato, prendeu diversos líderes camponeses e o casal de militantes da AP, Aldo Arantes e Maria Auxiliadora. Os filhos do casal, de 4 e 6 anos, também foram levando presos. (ARANTES, LIMA, 1984). A “queda” dos militantes que faziam trabalho entre os

camponeses da Zona da Mata pernambucana conduziu a AP a uma profunda autocrítica das suas frentes de trabalho camponesas.

Verificou-se, porém, que o desenvolvimento dos trabalhos estava conduzindo sempre a confrontos com as forças da ditadura, desastrosos para o lado dos camponeses, particularmente após o Ato-5. Bem examinadas as coisas, viu-se que a questão da autodefesa, da preparação para a resistência armada prolongada, não estava fazendo parte efetivamente da linha do trabalho camponês da AP que, assim, nessa decisiva questão, deixava livre curso à espontaneidade das massas, ao tempo em que tinha comportamento radicalizante, impróprio para a situação de fascismo em que se vivia. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 97)

Como se pode inferir, assim como ocorreu com o movimento estudantil e operário, o AI-5<sup>91</sup> também foi um dos determinantes para a desarticulação parcial do movimento camponês. Se concordarmos com Gorender (1987), no sentido de que não são apenas os desdobramentos das lutas de 1968 que foram determinantes para que os militares da “linha dura” decretassem o AI-5, nos parece perfeitamente viável apontar o AI-5 como o principal fator de desarticulação e extermínio das Organizações que se opunham e resistiam à ditadura. Apesar de ser muitas vezes minimizada por alguns pesquisadores, nos parece inegável o acúmulo de forças sociais alcançadas em 1968 e o seu papel no desgaste da ditadura. A AP foi uma das Organizações que teve papel destacado no ciclo de lutas que se fecha com o AI-5 e, assim como outras, será brutalmente reprimida por suas ações.

### 3.2.3 O processo de desarticulação e a queda: o segundo grande “racha”

O AI-5 acelerou o movimento de integração na produção desenvolvido pela AP como estratégia programática a partir da I Reunião da Direção Nacional Ampliada (I RDNA) realizada em setembro de 1968. Foi também durante a I RDNA que a AP assume oficialmente o *maoísmo* como concepção político/ideológica da Organização, o que explica a ampliação da estratégia de integração na produção mesmo antes do AI-5. Tanto a integração na produção

---

<sup>91</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 13 maio 2015. Segundo Arantes e Lima (1984): “Por este ato o General na Presidência ficava autorizado a decretar o recesso parlamentar, a intervir nos estados e municípios, a cassar mandatos e a suspender direitos políticos. Suspendeu as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos juizes, bem como o instituto do *habeas corpus* para delitos considerados políticos. De uma só penada o governo esvaziou as funções do Legislativo e do Judiciário e, praticamente, extinguiu a Federação. Foram suprimidas as liberdades políticas, e métodos terroristas de governo passaram a ser usados sistematicamente. Prisões, intervenções em sindicatos, cassações de parlamentares e a sistemática da tortura foram as ‘novas’ trazidas pelo AI-5. Implantava-se no país um regime fascista.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 82).

como a adesão ao *maoísmo* resultam no primeiro “racha” interno na organização, o que causa a saída de um grupo de militantes.<sup>92</sup>

Entendemos que as disputas internas na AP, que se efetivam no primeiro “racha” e expulsão de militantes, já demonstram que as dificuldades de atuação no plano “social” se refletem no ambiente da “política” interna da organização. O acirramento da perseguição e repressão às lutas no plano social em decorrência do AI-5 causa desequilíbrio interno, especialmente no que se refere às disputas em torno das concepções estratégicas e táticas para o momento. A análise da obra de Gorender (1987) nos oferece condições para pensar esse cenário não só na AP, mas nas principais Organizações de esquerda que se opunham e estabeleciam níveis variados de resistência à ditadura.

O elemento teórico que, em tese, deveria auxiliar as Organizações na análise e intervenção frente à realidade social imposta, acaba se tornando subsídio para sustentar disputas metodológicas internas no plano tático/estratégico de ação/intervenção. Partimos da hipótese que o período de descenso que a AP entra a partir do primeiro “racha” em 1968 e se estende até a sua desarticulação em 1973 – quando a maioria dos militantes adere ao PCdoB – se deve, sobretudo, a conjuntura político/social extrema instalada no país a partir do AI-5. Dessa forma, a leitura proposta sobre esse período se diferencia, em parte, da que percebe as disputas internas como algo alheio ao âmbito social.

No curso do ano de 1969 o debate em torno de duas polêmicas crescia no interior da AP, especialmente entre membros mais destacados da Direção nacional. Não seria exagero posicionar o início dessa disputa entre os membros de “cúpula” da Organização. A primeira polêmica versava sobre o autêntico “Partido Proletário” brasileiro; se AP seria a Organização a desempenhar esse papel ou se já existia esse Partido, que no caso seria o PCdoB. A polêmica crescia favorecida pela influência do Partido Comunista Chinês (PCCH), que reconhecia no PCdoB o partido de massas proletário do Brasil, do qual a AP deveria se aproximar (RIDENTI, 2002).

A segunda polêmica era sobre o momento do desenvolvimento brasileiro, basicamente se o país era “semi-feudal” com traços “semi-coloniais” ou “capitalista atrasado”. Esse debate já havia ocorrido na I RDNA e culminou com a expulsão dos membros da “corrente 2”, que

---

<sup>92</sup> Segundo Arantes e Lima (1984), que são dois militantes que irão defender a adesão da AP ao PCdoB: “A I Reunião Ampliada, realizada em setembro de 1968, estabeleceu como um dos objetivos fundamentais da organização a luta pela ‘reconstrução do partido proletário no Brasil’. O clima revolucionário que todo o mundo vivia e o ascenso do movimento de massas no Brasil naquele ano de 1968 refletiam-se na AP, que punha em tensão todas as suas forças. A organização colocou-se ante a tarefa de vir a ser o núcleo ou um dos núcleos do partido proletário que se propunha a ‘reconstruir’.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 110). O debate em torno do Partido Proletário será um dos elementos chave na discussão e disputa interna que levam parte da AP a aderir ao PCdoB reconhecendo nesse Partido o autêntico Partido representante do proletariado brasileiro.

afirmavam, em linhas gerais, ser o Brasil uma país “capitalista” e não “semi-feudal” ou “semi-colonial”. O PCdoB defendia, nessa época, a tese do Brasil como um país de características “semi-feudais”, mas não da mesma forma que a “corrente 1” da AP, que “transplantava” a compreensão chinesa pré-maoísta para a realidade brasileira.

Em torno das polêmicas e imposições da conjuntura que se faziam presentes no horizonte da Organização, a Direção da AP chamou a II Reunião da Direção Nacional Ampliada em junho de 1969. Nessa reunião foi apresentada uma tese que buscava trazer respostas e apontar caminhos a serem seguidos, mas o resultado alcançado trouxe ainda mais dúvidas sobre as polêmicas iniciais. A tese tinha como eixo o debate em torno da “redefinição” do marxismo-leninismo frente ao revisionismo soviético e, de fundo, já carregava elementos sobre o *maoísmo* ser, ou não, a terceira etapa do marxismo-leninismo.

Apontava-se que AP e PCdoB surgiram em 1962 e a possível união entre as duas Organizações conformaria a base de reconstrução do Partido Operário Unificado. Porém, o desenrolar do debate trouxe a dúvida se o PCdoB havia sido fundado em 1962 ou reorganizado naquele ano. O PCdoB inicia suas atividades em 1962 a partir de um racha no PCB, que por sua vez foi fundado em 1922. Após o “racha” no início dos anos 1960, o PCdoB passa a se reivindicar o autêntico Partido Comunista do Brasil e acusa o PCB de “revisionista”.

Se reconhecesse que o PC do Brasil, com que afirmava ter unidade ideológica e política fundamental, era o mesmo partido da classe operária do Brasil, fundado em 1922, conseqüentemente com perto de meio século de existência à época, então não poderia, à luz do princípio leninista do partido único da classe operária, deixar de reconhecer naquele partido o centro de aglutinação dos marxistas-leninistas do país. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 123)

A II RDNA termina sem que se consiga chegar a um denominador comum sobre a questão. Foi eleita uma Comissão Executiva Provisória (CEP) que ficaria responsável por fazer a transição ao Comitê Central da Organização que deveria ser eleito em breve e aprofundar o estudo sobre a questão do Partido. A composição da CEP demonstra uma divisão que ficaria mais evidente posteriormente.

Ela foi composta de um lado por Duarte Pereira, Haroldo Lima, Aldo Arantes e José Renato Rabelo, que serão favoráveis e os principais propagadores da ideia de unificação da AP ao PCdoB em 1973. E, de outro, por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, que serão os principais opositores à ideia de unificação, sendo expulsos, algum tempo depois, pelo grupo majoritário e favorável a unificação. Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, junto a

outros militantes que não eram favoráveis a unificação, seguiram, mesmo que com um grupo muito reduzido, reivindicando a AP após os desdobramentos do ano de 1973.

Para Arantes e Lima (1984), que defenderam a unificação da AP com o PCdoB, é fato dado – e assim sustentam – que o autêntico Partido Comunista do Brasil fora fundado em 1922 e reorganizado em 1962. Para os autores, a tese da “reconstrução do Partido Operário Unificado do Brasil” não tinha sustentação se analisada pelo prisma histórico que lhes parece mais favorável. Para ambos, a adesão ao PCdoB seria o caminho natural e a “opção coerente”, “elucidada” a questão que deu início à polêmica (ARANTES; LIMA, 1984, p. 127). O caminho real percorrido pela AP não foi tão simples e o debate se arrastou por mais alguns anos. Para Arantes e Lima (1984, p. 128), as dúvidas e a demora em “reconhecer” a adesão ao PCdoB como o “caminho a ser seguido” era resultante do caráter “pequeno-burguês” da AP, que precisava passar por uma fase de “aprendizado e amadurecimento”.

Os grupos que se opunham a concepção de que o PCdoB seria o mesmo Partido Comunista de 1922 e que fora “reorganizado” em 1962, portanto, contrários a adesão, trouxeram para o debate a necessidade da fundação de um “Partido de tipo inteiramente novo”, em consonância com a lógica de terceira etapa do marxismo-leninismo, ou seja, um partido “marxista-leninista-maoísta”. Esse partido deveria ser construído a partir da união das Organizações marxista-leninistas existentes, que incluíam AP, PCdoB e outras, todas assumindo a terceira etapa – *maoísmo* – e construindo um “Partido inteiramente novo”. As polêmicas e disputas que, por um tempo, ficaram restritas a Direção da AP, chegam às bases durante os preparativos para a III RDNA, que seria realizada em março de 1971.

Identificamos essa disputa presente nas bases da AP em algumas entrevistas realizadas com ex-militantes da Organização que atuaram no Rio Grande do Sul. Assumimos como hipótese que o deslocamento de Cardoso – de São Paulo para o Rio Grande do Sul em 1969 – tem como motivação, além da reorganização do trabalho operário no estado e a própria segurança da militante, o fato de Cardoso ser próxima e “da confiança” de Jair Ferreira de Sá, um dos principais ícones de resistência à adesão ao PCdoB.<sup>93</sup> O depoimento que nos concedeu o Bittencourt nos oferece certa base para sustentar essa hipótese.

---

<sup>93</sup> Baseado em uma entrevista que Nilce Azevedo Cardoso lhe concedeu, Filgueiras (2014) nos ajuda a compreender a relação militante entre Cardoso e Jair: “Num determinado momento, Dorival [codinome de Jair Ferreira de Sá] olhou nos olhos de Nilce e disse que precisava de alguém de extrema confiança para fazer a articulação dos integrantes da direção nacional da organização. Carismático e simpático, Jair era diferente dos outros dirigentes que Nilce conhecera e a impressionou quando disse para a moça ler *Subterrâneos da Liberdade*, livro de Jorge Amado, pois assim entenderia mais sobre o que precisava fazer e numa próxima reunião voltariam a conversar.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 448, grifos do autor).

*“[...] em 1971 a coisa vai se complicando e já começa aparecer uma discussão dentro da AP, que no caso toca diretamente a mim e a outros que tinham entrado. Que é a discussão da luta interna da AP que está existindo. Um grupo da AP prega que já existem as condições para fazer a revolução e já existe um Partido revolucionário para fazer, que era o PCdoB. Eles não falavam muito abertamente, eles falavam entre eles, na cúpula do Comitê Central. [...] Aqui o pessoal fechava com outra coisa que para nós soava como uma posição extremamente heterodoxa, lutar por liberdades democráticas. Isso significava se aproximar do MDB. Aquilo para nós era complicado: ‘Poxa, agora!? Os caras estão na ditadura!’ Mas o que se dizia era: ‘Não, mas tem que lutar por liberdades democráticas, não está funcionando da forma como estamos fazendo. O povo não está ouvindo o que nós estamos dizendo, não está ouvindo sobre a luta contra o imperialismo.’ Eram os eixos: o entreguismo, a repressão e a censura. A gente argumentava que tinha uma censura brutal que não deixava chegar o que nós estávamos dizendo. Então temos que abrir o país. Era defendido isso dentro do Comitê Central pelo Paulo Wright e pelo Jair Ferreira de Sá. O João e o Dorival, que eram os codinomes deles, embora eu não goste de usar codinome porque era só a polícia que usava. Esses são os nomes que eu me lembro bem. Aqui, a seccional toda fechava com eles. Na regional, alguns. Esse racha que te falo se dá no Comitê Central e aí começa a descer para as bases. Do outro lado do racha tem o Aldo Arantes, o Haroldo Lima, esses dois com certeza. Esses dois foram os que levaram a maioria da AP para dentro do PCdoB. Nós ficamos com uma minoria resistente aqui, mas ficamos. Aliás, isso aconteceu depois que eu fui preso.” (BITTENCOURT, 2015)*

Ao mesmo tempo, só que no oposto da situação de Cardoso, temos o exemplo da ex-militante Loguércio. Ela foi enviada para integração na produção no estado da Bahia, local de origem dos militantes Haroldo Lima e Duarte Brasil Pacheco Pereira, ambos convictos defensores da necessidade de adesão ao PCdoB, apesar de Duarte Pacheco ter mudado de posição antes da adesão se efetivar em 1973. Na entrevista que nos concedeu Loguércio não temos elementos que vinculem a sua ida à Bahia com o fato da militante ter sido uma das que aderiu ao PCdoB em 1973, o que não afasta a nossa hipótese de que exista alguma relação.

A análise das entrevistas que realizamos demonstra que, ao menos no Rio Grande do Sul – recorte de estudo dessa pesquisa – havia uma divisão em curso nas bases de atuação da AP. A entrevista que nos concedeu o ex-militante Luiz Carlos Santana traz mais alguns elementos que subsidiam a hipótese que sustentamos. Luiz Carlos Santana era um dos Coordenadores do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul (UFRGS) em 1969, quando ele e seus colegas<sup>94</sup> de Coordenação foram caçados pelo Decreto 477<sup>95</sup> da ditadura e expulsos da UFRGS. Segundo Santana:

*“Aí podemos fazer um gancho com o AI-5, quando eu te disse que a luta armada estava no script, embora a gente tivesse a visão de que o movimento era no sentido de criar um grande movimento social e não um foco aqui e outro ali. Nesse momento fica acertado a minha ida – e a de uma companheira da AP, a Auria – para o Araguaia. Nós já estávamos designados para ir para o Araguaia. Me parece que haveriam mais pessoas daqui que iriam, mas nós, dentro da AP, discutimos com o pessoal do PCdoB que estavam montando um novo acampamento onde nós estaríamos.”* (SANTANA, 2015)

A análise da entrevista realizada com Santana demonstra que o ex-militante tinha em sua órbita de atuação no movimento estudantil proximidade com vários militantes vinculados ou próximos ao PCdoB. Segundo ele: “[O Matzembacher] era do PCdoB. Inclusive um dos caras do grupo era, ou é até hoje, deputado. O Raul Carrion.” (SANTANA, 2015). Raul Carrion também foi militante da AP, tendo abandonado a Organização no segundo semestre de 1969 e ingressado no PCdoB.<sup>96</sup> Bittencourt apresenta em sua narrativa mais alguns elementos que nos ajudam a compreender a relação e possível divisão entre militantes da AP e do PCdoB no Rio Grande do Sul:

<sup>94</sup> Além de Luiz Carlos Santana, também foram caçados e expulsos, Luiz Oscar Matzembacher, Renato Miranda e Renato Dagnino Peixoto.

<sup>95</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2015. Em sua narrativa, Santana descreve os acontecimentos que levaram a sua expulsão devido ao Decreto 477: “Logo que eu ingressei na AP, veio a sucessão do Diretório da Filosofia e o pessoal me indicou para concorrer a presidência. Montaram uma chapa e eu ganhei a eleição. Eu era Presidente do Diretório Acadêmico Franklin Delano Roosevelt da filosofia. [...] Aí aconteceu esse fato do Ari [Ari Abreu Lima e Rosa, estudante que foi morto pela ditadura na base aérea de Canoas enquanto cumpria pena de 6 meses de prisão], aconteceu a vinda do Médici aqui – ele recebeu o título da reitoria de Doutor Honóris Causa. Nós fizemos uma pressão em cima deles. Em seguida veio a eleição para o Diretório Central dos Estudantes onde se reuniu a esquerda toda e se chegou a uma chapa de consenso, onde eu e o [Luiz Oscar] Matzembacher – pelo Diretório da Filosofia – fomos, respectivamente, Secretário e Presidente. [...] Teve um Ato na reitoria e eu e o Matzembacher enrolamos um megafone – acho que foi – e entramos no palco, no púlpito, durante a cerimônia e fizemos a denúncia da morte do colega [Ari Abreu Lima e Rosa]. E acho que foi por aí que nós distribuimos uma carta aberta [...] denunciando a morte do Ari e outras coisas. É aí que instalam sobre nós o [Decreto] 477 – que veio com o AI-5, né!? – e nós fomos julgados assim, meio na marra. Houve diversas manifestações, e caminhadas... [...] [O Decreto 477 funcionava como] uma punição acadêmica. Claro que isso tinha reflexos da nossa atuação política. A base que a universidade usou para nos sancionar tinha amparo no AI-5. O AI-5 permitia isso. Era tipo extra-estatuto das Universidades. Eles aplicavam o AI-5 dentro da Universidade, entende? [...] Tanto é que a segunda sanção depois da expulsão era a perda dos direitos políticos por 10 anos.” (SANTANA, 2015). Para mais detalhes sobre os “efeitos” do Decreto 477 na UFRGS ver: HOLZMANN, Lorena. et al. (Org.). **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**. Porto Alegre, RS: L&PM, 1979.

<sup>96</sup> Segundo informações do próprio Raul Carrion em seu site pessoal. As informações contidas na biografia disponibilizada pelo autor no site demonstram uma dura crítica a AP e uma supervalorização da sua atuação no meio operário que não conseguimos comprovar e nem encontramos sustentação em outras fontes que consultamos no desenvolvimento desta pesquisa. Disponível em: <<http://www.raulcarrion.com.br/biografia.asp>>. Acesso em: 01 jul 2015.



*“O Luiz Carlos Santana era Presidente do Diretório Acadêmico da Filosofia; o Luiz Oscar [Matzembacher] era Presidente do DCE e tinha sido da AP, mas naquela altura já era do PCdoB; [...] Para mim é uma novidade que o Lico [apelido de Luiz Carlos Santana entre os amigos] estivesse próximo do PCdoB. Mas é bem possível. É interessante a trajetória dele porque ele desaparece daqui em 1973 quando a repressão dizima o Comitê Central da AP e o pessoal que está dentro do PCdoB se salva, mas são mortos o José Carlos Mata Machado, o Gildo, o Fernando... Ele [Luiz Carlos Santana] tem que fugir daqui por causa da repressão, que inclusive pegou o Paulo [Stuart] Wright em 1973, que é desaparecido. Eu realmente não vi muito esse movimento em relação ao PCdoB, pode ser que no movimento universitário isso fosse mais claro. A Auria, por exemplo, uma guria que era militante da AP, e outros, não queriam saber do PCdoB até onde eu enxergava. Não sei se esse movimento do Lico estar muito próximo ao PCdoB não é algo pontual. Até porque nós tivemos uma divergência pesada com o PCdoB na condução da luta por mais vagas em 1970. Nós fazíamos as discussões lá dentro da Filosofia e o Luiz Oscar tinha uma posição do PCdoB que era simplesmente uma ideia vaga pela luta por mais vagas e a gente tinha um eixo de palavras de ordem que era muito mais específico para poder ter mais efeito no meio da agitação. Ali eu me lembro de uma discussão muito acirrada entre o Luiz Oscar e o Lico. O Lico defendia claramente as posições da AP, isso eu tenho muito claro, dezembro de 1970. E eles os dois foram pegos pelo Decreto 477. As coisas pioraram muito em 1971. As coisas ficam muito difíceis de serem feitas.” (BITTENCOURT, 2015)*

A III Reunião da Direção Nacional Ampliada, realizada em março de 1971, demonstra de forma evidente o aprofundamento das disputas internas, agora com campos bem delineados em relação à incorporação, ou não, ao PCdoB. Para Arantes e Lima (1984, p. 132), tratava-se de uma disputa entre a “maioria” – da qual ambos faziam parte e que era favorável a aproximação com o PCdoB – e uma “minorias” – formada a partir de Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, contrários à aproximação e incorporação. As discussões ganharam aprofundamento científico nas análises, movimento que era resultante da necessidade de argumentações mais contundentes para a defesa das posições antagônicas.

A comprovação do aprofundamento das discussões se expressa no “Programa Básico”<sup>97</sup> que foi aprovado ao final da III RDNA. Segundo Ridenti (2002), a Reunião e a aprovação do “Programa Básico” foram marcadas por “concessões de ambas as partes”, que garantiram, mesmo que precariamente, alguma unidade. O “Programa Básico” acabou sendo “[...] um documento eclético, de muitas afinidades com o PCdoB – por exemplo, a defesa da etapa nacional-democrática da revolução brasileira –, mas que insistia na luta pela construção de um ‘partido inteiramente novo’.” (RIDENTI, 2002, p. 251). Além disso, o documento

<sup>97</sup> Estamos utilizando a versão do documento que está disponível no livro: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.). **Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971.** Rio de Janeiro, RJ: Marco zero, 1985.

marca uma nova etapa na história da AP, possivelmente resultante do momento político que vivia. É na III RDNA que a AP assume e oficializa, inclusive no nome da Organização, o seu caráter marxista-leninista. A Organização passa a se chamar, “Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil” (APML).<sup>98</sup>

A nova Ação Popular é uma organização política proletária, inteiramente dedicada a servir ao proletariado e por isso a todo o povo, e tem como missão dirigir a classe operária e as amplas massas populares na luta contra seus inimigos de classe. Surgiu de um partido pequeno-burguês, fundado em 1962, que se transformou de um partido pequeno-burguês reformista (1962-1964) num partido pequeno-burguês revolucionário (1965-1967) e depois, através de uma árdua luta teórica e prática (1967-1969), numa organização marxista-leninista (a partir do segundo semestre de 1969). [...] A nova Ação Popular guia-se pelos princípios científicos universais do marxismo-leninismo-maoísmo. O maoísmo ou pensamento de Mao Tsé-tung é ao mesmo tempo uma continuação e uma nova etapa do marxismo-leninismo: é a terceira etapa do marxismo, o marxismo-leninismo de nossa época, da nova época revolucionária em que o imperialismo caminha para sua ruína completa e o socialismo avança para a vitória em escala mundial. (AÇÃO POPULAR, 1971, p. 1-2 *apud* REIS FILHO; SÁ, 1985, p. 293-294)

No trecho inicial do “Programa Básico” que destacamos acima é evidente a influência da “perspectiva evolutiva” sobre a história da AP. Essa perspectiva, que é a mesma assumida por Arantes e Lima (1984), entende o percurso histórico da AP como linear e progressivo. Essa trajetória, segundo os autores, acabaria, invariavelmente, indo ao encontro do “verdadeiro” Partido representante do proletariado brasileiro, o PCdoB. Ao mesmo tempo, percebe-se a influência do grupo contrário a incorporação quando é assumida a terceira etapa do marxismo-leninismo, incluindo o *maoísmo*, posição que contrariava a linha político-ideológica do PCdoB.

Outros pontos de polêmica também ganharam consequência, como a questão da caracterização da sociedade brasileira que, a partir do “Programa Básico” de 1971, passa a ser entendida como: “semicolonial [*sic*], com base técnica agrário-industrial atrasada e uma formação social complexa, que combina relações capitalistas com relações semifeudais [*sic*] e feudais, com a predominância das relações capitalistas [...]” (AÇÃO POPULAR, 1971, p. 9 *apud* REIS FILHO; SÁ, 1985, p. 301). A “revolução brasileira” seria feita por “etapas ininterruptas”, mas ainda não haveria condições para uma revolução eminentemente socialista, pois o momento histórico que o país vivia era de “revolução nacional, democrática

---

<sup>98</sup> Não é raro encontrar nos arquivos da repressão e entre militantes – especialmente entre os que se incorporaram ao PCdoB – o uso da sigla “APML do B”.

e popular, antiimperialista e agrária, que deveria ser levada até o fim, abrindo passagem à revolução socialista.” (DIAS, 2003, p. 112).

O caráter militarista também é assumido de forma contundente como estratégia e tática da “nova” APML. A “tomada do poder pelas armas” e a “guerra popular prolongada” são apresentados como os caminhos para a concretização da revolução brasileira. No plano tático, a leitura é de que ainda se estava na etapa de “preparação” para o desencadeamento da “guerra popular”. Por fim, em relação à questão do Partido, o “Programa Básico” sustenta a posição de unificação entre todas as Organizações que se reivindicam marxistas-leninista no Brasil. Desta unificação resultaria a construção “de um partido do proletariado do Brasil de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta”. (AÇÃO POPULAR, 1971, p. 13 *apud* REIS FILHO; SÁ, 1985, p. 305).

A partir de 1971, a então APML passa a adotar como forma de organização interna o sistema de “Comitês”, substituindo o sistema de “Comandos”, que vinha sendo utilizado desde 1965 quando substituiu o sistema de “Coordenações”. A organização por “Comitês” estava em acordo com a prática do “centralismo democrático” – já adotado pela AP, mesmo que não oficialmente – das Organizações marxista-leninistas. O *Bureau* político do primeiro Comitê Central da APML foi composto pelos mesmos membros que faziam parte da Comissão Executiva Provisória (CEP) eleita em 1969. Dessa forma, mantinha-se em desequilíbrio a co-relação de forças militantes dos que eram favoráveis e contrários a aproximação com o PCdoB. Contudo, é importante destacar que o texto do “Programa Básico” apresenta mais elementos contrários do que favoráveis à aproximação com o PCdoB.

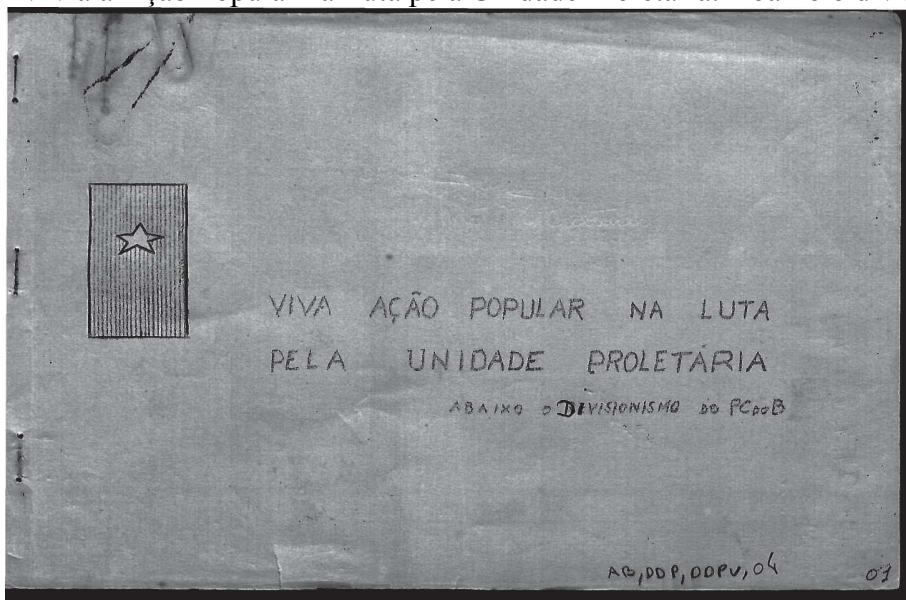
Aproveitando-se da condição de maioria no *Bureau* político do Comitê Central, poucas semanas após a III RDNA o grupo favorável a unificação com o PCdoB tencionou a já intrincada disputa interna convocando uma “Reunião extraordinária” para aprovar a unificação. A “maioria” alegava que “[...] consideravam essencial a conclusão a que se tinha chegado de ser o PC do Brasil o partido verdadeiro da classe operária do Brasil. E achavam que a consequência normal dessa compreensão era a proposta de unificação ‘em torno’ desse partido.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 144).

Ainda no primeiro semestre de 1971, o *Bureau* Político reuniu-se e a luta interna não pôde mais ser contornada. A minoria era representada na direção por Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright, e a maioria por Arantes, Lima e Rabelo – que redigiram o chamado “documento dos três”, apresentado em novembro ao Comitê Central, reconhecendo no PCdoB o verdadeiro partido revolucionário – além de Duarte Pereira, que estava com a maioria, mas com a qual tinha divergências. A maioria decidiu pela incorporação ao PCdoB, posição a ser ratificada no II Congresso da AP, que deveria ter sido

convocado, mas não foi, devido às dificuldades impostas pela rígida clandestinidade e aos desdobramentos da luta interna, que polarizava a maioria defensora da revolução nacional e democrática contra a minoria proponente da revolução socialista no Brasil [...]. (RIDENTI, 2002, p. 251)

O PCdoB acompanhava de muito perto os desdobramentos das disputas internas da AP. Inclusive, logo após o lançamento do “Programa Básico”, o PCdoB divulgou um artigo intitulado “A proposta da AP” – por meio do seu jornal “A classe operária” – onde expõe à crítica o “Programa” da AP, desdenhando da sua proposta de construção de um “partido de tipo inteiramente novo” (DIAS, 2003).<sup>99</sup> Além disso, criticava o que chamou de “uma série de incompreensões” sobre “a época em que vivemos, sobre a teoria da revolução ininterrupta por etapas, as etapas da revolução, seu caráter atual no Brasil e sobre a concepção e papel do partido do proletariado.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 146). O grupo de “maioria” aceitou e assumiu as críticas vindas do PCdoB como corretas. O grupo de “minoridade” se lançou em uma campanha de denúncia contra o “divisionismo” do PCdoB, inclusive lançando alguns documentos.

Figura 4 – Capa de um dos documentos de denúncia que foi lançado em março de 1972: “Viva a Ação Popular na Luta pela Unidade Proletária: Abaixo o divisionismo do PCdoB”



Fonte: Arquivo Nacional. Portal Memórias Reveladas. Código de referência: BR RJAPERJ,XX AB.0.DDP.5/4.<sup>100</sup>

<sup>99</sup> Segundo Dias (2003): “O PC do B inflamou os debates quando comentou, de forma desdenhosa, o *Programa básico* e a proposta da APML, que, qualifica como absurda e idealista, alimentaria confusões favoráveis aos inimigos da revolução. O PC do B não apenas se negava a reconhecer a AP como marxista-leninista, mas também criticava sua caracterização da terceira etapa do marxismo e sua concepção de construção do ‘partido inteiramente novo’, que teria matizes ‘trotskizantes’.” (DIAS, 2003, p. 115).

<sup>100</sup> Disponível em: <[http://imagem.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/naorestrito/3831\\_35872.pdf](http://imagem.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/naorestrito/3831_35872.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Em 26 de setembro de 1972, passado pouco mais de um ano da realização da “Reunião extraordinária”, Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright foram destituídos dos cargos que ocupavam no *Bureau* político e expulsos da Organização. As principais alegações para justificar a expulsão dos militantes era a de “indisciplina” – por não aceitarem a decisão majoritária do Comitê Central – e de usarem “métodos fracionistas” de luta – por tentarem construir oposição à decisão.

O documento, “Defender a organização, liquidar o fracionismo neotrotsquista e avançar na preparação do congresso”, datado de 1972, afirma que os militantes expulsos “[...] passam a uma posição claramente antipartido e se lançam furiosamente contra o partido da classe operária, o PCdoB. Defendem o ponto de vista da necessidade de um novo partido, criado com base em Organizações e grupos que eles intitulam marxistas” (AÇÃO POPULAR, 1972, p. 3 *apud* DUARTE, 2010, p. 112).

Tendo resolvido o “problema” que representava a “minoridade” através da expulsão, “a organização depurara-se no processo de luta ideológica, unindo-se toda em torno das posições marxistas-leninistas. Ideológica e politicamente a incorporação estava preparada. As relações entre as direções do PC do Brasil e da AP tornaram-se diretas e frequentes.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 157). Alegando que a “luta ideológica” estava resolvida, pois a “eliminação das impurezas” (depuração) fora concluída (DIAS, 2003), a “maioria” desistiu de promover a realização do II Congresso da APML que respaldaria a decisão de incorporação da APML ao PCdoB.<sup>101</sup> O depoimento de Loguércio traz elementos que corroboram para o entendimento desse processo.

*“O que se questionava na APML? Qual era a grande discussão? ‘Nós precisamos de um Partido! Nós precisamos de um Partido Revolucionário, não tem como uma organização como a nossa fazer a revolução.’ Então a ideia era juntar todos os partidos de esquerda para fazer um Partido Revolucionário. Foi aí que se percebeu que o Partido Comunista no Brasil já existia, então porque fazer outro se já existe um? E nesse momento já havia tratativas e conversações da Direção – especialmente da linha 1, que era composta pelo Aldo Arantes, Haroldo Lima,*

---

<sup>101</sup> Segundo Arantes e Lima (1984): “Os novos crimes dos fascistas contra o partido do proletariado provocaram grande indignação na AP e fizeram com que o desejo do pronto ingresso no Partido se estendesse a todas as bases. A realização do Congresso mostrava-se arriscada e sobretudo prescindível, embora tenha havido na “maioria” quem insistisse em fazê-lo para dar um balanço mais completo da atividade da AP. Se as condições políticas do país não fossem de fascismo, é possível que ainda se justificasse o Congresso com o objetivo diferente do que tinha sido anteriormente traçado, mas para se fechar o balanço da AP e de sua atividade. Porém, tendo em vista o grave risco de segurança que a realização de tal reunião implicaria, e levando em conta a opinião generalizada nas bases da AP, deliberou-se pela inconveniência da realização do Congresso.” (ARANTES; LIMA, 1984, p. 157-158).

*Aldo Rabelo e até um certo momento, por Duarte Pacheco Pereira. A linha 1 dizia exatamente isso, o Partido já existe. O Duarte acabou ficando no meio do caminho. Na linha 2 estavam todos os outros, principalmente o “Dorival” – que era o Jair Ferreira de Sá – e o Paulo Stuart Wright, que eram os principais dirigentes ali. Tinham os outros que ficaram na direção também. Muitas pessoas sustentavam que o Partido Comunista era apenas um dos grupos, mas logo em seguida foi decidido pela integração [ao PCdoB] em um momento onde o Partido estava extremamente enfraquecido devido às ‘quedas’ do Araguaia. Para se ter uma ideia, 11 membros do Comitê Central do PCdoB haviam sido mortos. Em termos de Direção Central acho que deve ter sido o Partido mais atingido. Estava extremamente fragilizado e nós em tratativas, decidimos ir assumir de uma vez, pois os militantes estavam sendo trucidados e o partido desbaratado em termos nacionais. Esse foi um dos motivos que apressou a vinda do pessoal da AP para o PCdoB. Quando chegou a hora da transição esse pessoal não tinha se decidido ainda, não que estivessem completamente contra, mas eles achavam que não era isso, e sustentaram essa posição. Esses, que foram minoria, não quiseram vir e a maioria decidiu que viria. A minoria manteve a APML, isso foi em 1973.” (LOGUÉRCIO, 2015)*

Sem oposição interna e descartada a necessidade de um Congresso para respaldar as decisões, em 17 de maio de 1973, a “maioria” que então hegemonizava o *Bureau* político do Comitê Central da APML “[...] divulgou a sua última circular, indicando o procedimento acertado entre as duas direções para o ingresso no PC do Brasil. A circular intitulava-se ‘Incorporemo-nos ao PC do Brasil’.” (ARANTE; LIMA, 1984, p. 158). O grupo contrário a incorporação ao PCdoB se aproximou de Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright e seguiram reivindicando a APML. Porém, em 1973, vários militantes desse grupo foram assassinados pela ditadura, entre eles, o próprio Paulo Wright e outros militantes, como Honestino Guimarães, Gildo Macedo Lacerda e José Carlos da Mata Machado. Segundo Ridenti (2002):

[...] a reconstrução da APML estaria concluída em 1976-77, com a realização de publicações, a retomada da atuação no movimento estudantil – a organização tinha hegemonia na tendência Refazendo, representativa especialmente em São Paulo, Bahia e Minas Gerais, estados em que chegou a ser a tendência estudantil majoritária – e, em menor escala, nos movimentos populares, feministas, etc. Por exemplo, em São Paulo, militantes da APML nesse período foram importantes na luta pela anistia, em movimentos de saúde e feministas, como o jornal *Brasil Mulher* e nos Congressos da Mulher Paulista. (RIDENTI, 2002, p. 253)

Neste trabalho optamos por abordar a história da AP assumindo como período “oficial” de existência da Organização a década que inicia em 1963 e vai até a descaracterização e desarticulação em 1973. Acreditamos que nesse período há elementos suficientes que caracterizam a Organização, mas que a partir de 1973, não se fazem mais

presentes. Com essa decisão metodológica não negamos que a história da Organização segue com os militantes que dela participaram, tanto entre os que foram expulsos no primeiro “racha” em 1968 e formaram o PRT, como entre os que aderiram ao PCdoB ou seguiram reivindicando a APML até meados dos anos 1980.<sup>102</sup> Entendemos que a singularidade e heterogeneidade que representa a história da AP está presente inclusive no seu fim, que não é fim. Talvez a posição mais acertada seja a que apareceu em todas as entrevistas que realizamos: “Existiram várias AP’s”.

O nosso objetivo nesse capítulo foi o de percorrer um caminho histórico dialogando, em relação de simbiose, com a memória de ex-militantes e com a leitura que a historiografia faz dos fatos e dados históricos. Não temos a pretensão de re-escrever a história, mas de pensar a sua potencialidade em relação aos dilemas do presente. Nesse sentido, no próximo capítulo nos dedicamos ao estudo da memória a partir da narrativa de ex-militantes da AP que atuaram no estado do Rio Grande do Sul. Não se trata de pensar apenas a memória histórica, coletiva ou individual, mas, também, a memória em suas vestes políticas e sociais. Pensamos a memória como forma de resistência ao arbítrio, a opressão e a barbárie vividas durante a ditadura e, principalmente, como antídoto à possível repetição desse período.

---

<sup>102</sup> Compartilhamos de uma crítica elaborada por Dias (2003), onde o autor afirma que: “Todas essas tendências, nuances e disputas [se] chocam de frente com a imagem fornecida pelo livro de Arantes e Lima sobre a história da AP, construído como se esta organização, desde a sua origem, tivesse dado passos sucessivos na direção de sua incorporação ao verdadeiro marxismo-leninismo representado pelo PC do B. A avaliação retrospectiva, construída quando a incorporação era fato consumado e sob a leitura que o PC do B fazia do processo, apaga as tensões e a diversidade de posições presentes. (DIAS, 2003, p. 122).

#### 4 MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS A PARTIR DO CAMPO EMPÍRICO

Neste capítulo propomos algumas leituras sobre o conceito de memória partindo da aproximação transdisciplinar<sup>103</sup> entre os campos teóricos da Sociologia, Filosofia, História e Direito, estabelecendo relação com o campo empírico da resistência a partir da história da Ação Popular. O objetivo deste capítulo é trabalhar a memória como forma de resistência utilizando as narrativas de ex-militantes da AP que atuaram no Rio Grande do Sul, bem como o percurso das memórias em âmbito social e teórico. Nesse sentido, entendemos que a memória é uma das formas de resistência que atravessa o período ditatorial e segue atuante nas disputas e conflitos sociais que a “transição democrática inacabada” suscita no presente.

A história da AP, apresentada no primeiro e segundo capítulos e subsidiada pelas memórias que a constituem, carrega em si um leque de significados, sobretudo políticos e sociais, que nos permitem pensar que, o golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu a ele, tiveram evidente caráter de classe (DREIFFUS, 1987). Em primeira instância, o projeto ditatorial tinha por objetivo sufocar as lutas populares e socializantes então em curso no país, de modo a garantir o modelo capitalista dependente e favorável à manutenção dos privilégios de classe da elite econômica do país (FERNANDES, 1972).

Os mecanismos de coerção e controle social adotados pela ditadura e sustentados pelo domínio que esta exercia sobre os “Aparelhos Ideológicos e Repressivos de Estado” (ALTHUSSER, 1992),<sup>104</sup> garantem a execução das demais instâncias do projeto ditatorial. Esse projeto assume caráter civil-militar pelo apoio que recebe dos setores da burguesia nacional que dele são diretamente beneficiados. Esse apoio se caracteriza tanto no âmbito da

---

<sup>103</sup> Por “transdisciplinaridade” assumimos as definições de José Ivo Follmann (2005), nas quais o autor afirma que: “[...] mais do que transitar entre diferentes perspectivas teóricas de diferentes disciplinas, importa construir pontes e canais de contato dentro da complexa multiplicidade de percepções e vivências que caracteriza o mundo de hoje.” (FOLLMANN, 2005, p. 54-55). Além disso, compreendemos que a transdisciplinaridade é uma abordagem mais ampla do conhecimento científico, que busca romper com as compartimentações estabelecidas entre os diferentes campos do saber, favorecendo o estudo e a reflexão sobre a realidade desde uma abordagem holística e atenta às complexidades inerentes à ciência.

<sup>104</sup> Segundo Louis Althusser: “O Estado é uma ‘máquina’ de repressão que permite as classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à ‘classe’ dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista)”. (ALTHUSSER, 1992, p. 62). Althusser (1992, p. 67), afirma que os aparelhos repressivos de Estado (ARE) (o governo, a administração, as Forças Armadas, a polícia, os tribunais, as prisões, etc.) funcionam através da violência, essencialmente. Pois a repressão administrativa geralmente conta com formas não físicas de violência. Os ARE’s têm atuação direta e dispensam “aprovação” da sociedade. São autolegitimados. Já os aparelhos ideológicos do Estado (AIE) (religião, escola, família, jurídico, político, sindical, cultural) seriam instituições que não se apresentam imediatamente “visíveis” à sociedade, atuando de forma mais velada (ALTHUSSER, 1992). Althusser (1992, p. 68) afirma, também, que enquanto os ARE pertencem ao domínio público, a maior parte dos AIE’s remetem ao domínio privado. Contudo, a principal diferença entre os dois, segundo Althusser, está ligado ao ARE se utilizar da violência e o AIE da ideologia.



administração da burocracia do Estado, como na repressão aos grupos e Organização que se opõem e oferecem resistência.<sup>105</sup>

Essas questões nos apontam à necessidade de pensar o campo da memória em busca dos signos de luta e resistência que foram levadas a efeito por Organizações como a AP. Observando o programa proposto pela Organização e relacionando com as ações e movimentos por ela promovidos e apoiados, percebemos que havia um projeto revolucionário de sociedade que estava em disputa no campo sócio-político nacional antes mesmo do golpe e da consolidação da ditadura. Isso demonstra que havia um componente propositivo anterior a resistência que, sob esse ponto de vista, pode ser entendida como uma ação em resposta ao movimento contra-revolucionário que a ditadura representava. Sobretudo a partir do AI-5, a ditadura sufoca a possibilidade de concretização de outro modelo de sociedade que até então era proposto pelas Organizações revolucionárias, não deixando alternativa senão a resistência direta e objetiva ao modelo capitaneado pelo arcabouço ditatorial.

Trabalhar o conceito de memória como uma forma de resistência desde uma perspectiva sócio-histórica, investigando as relações que podem ser estabelecidas entre os fatos do passado e as demandas do presente, pode contribuir com o processo de construção da memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Para alcançar esse objetivo é necessário observar, também, os deslocamentos da memória e as ações que foram promovidas no período posterior ao final da ditadura no que se refere à memória. Nesse sentido, a construção de uma memória coletiva embasada pelas ações de memória e pela narrativa dos que vivenciaram o período ditatorial, propicia o aprofundamento do sentido atribuído à cidadania e, especialmente, à democracia (PNDH-3, 2009). Segundo o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3):

A investigação do passado é fundamental para a construção da cidadania. Estudar o passado, resgatar sua verdade e trazer à tona seus acontecimentos, caracterizam uma forma de transmissão de experiência histórica que é essencial para a constituição da memória individual e coletiva. [...] A história que não é transmitida de geração a geração, torna-se esquecida e silenciada. O silêncio e o esquecimento das barbáries geram graves lacunas na experiência coletiva de construção da identidade nacional. Resgatando a memória e a verdade, o país adquire uma consciência superior sobre sua

---

<sup>105</sup> Um exemplo evidente da participação da elite civil-empresarial na repressão à resistência é a famigerada Operação Bandeirantes (OBAN). A OBAN era financiada por vários empresários, que não raras vezes, também participavam das seções de tortura. Segundo afirma Elio Gaspari em seu livro “A ditadura escancarada”: “Na Federação das Indústrias de São Paulo [FIESP], convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe.” (GASPARI, 2002, p. 62). Para maiores informações sobre a OBAN, ver: JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. São Paulo, SP: Edusp, 2013.

própria identidade, a democracia se fortalece. As tentações totalitárias são neutralizadas e crescem as possibilidades de erradicação definitiva de alguns resquícios daquele período sombrio, como a tortura, por exemplo, ainda persistente no cotidiano brasileiro. (PNDH-3, 2009, p. 170).

Tomando por base essa diretriz do PNDH 3, entendemos como fundamental o esforço de construção de iniciativas no plano social que tragam à reflexão sobre o passado recente do país, assim como algumas medidas promovidas de forma lenta pelo Estado tem buscado fazer. Assim como afirma Ansara (2009) “[...] não podemos nos manter passivos aceitando os acontecimentos como uma fatalidade. Resgatar a memória histórica é dizer não ao fatalismo e mudar os rumos da história.” (ANSARA, 2009, p. 32-33). No entanto, para além do que a autora afirma, entendemos esse processo não apenas como um resgate de memórias, mas sim como uma disputa pela memória coletiva referente aos acontecimentos passados durante a ditadura. Analisando o pensamento de Walter Benjamin, Reyes Mate (2011) nos oferece importante contribuição:

Não lhe interessa conhecer ou transmitir o passado, – nem sequer o passado dos oprimidos. O que lhe interessa mais do que a transmissão de uma tradição é criar outra nova. Por isso, o seu problema não é topar com elementos de continuidade, mas com os que ficaram interrompidos, os que nunca chegaram até nós. Esse passado sem continuidade entra em conflito com o horizonte interpretativo do historiador habitual. Entre esse passado e esse presente não há continuidade, não ocorre progresso, mas, muito antes, um encontro secreto ou, [...] uma responsabilidade das gerações atuais com respeito às passadas; um direito das gerações passadas sobre a presente para que se encarregue de suas demandas. (MATE, 2011, p. 98)

Nesse sentido, mais do que relatar os efeitos continuados da barbárie, percebemos como fundamental para o fortalecimento da democracia e da cidadania o trabalho com as memórias da luta. Conhecer os projetos de sociedade que estavam em disputa ajuda a romper o falso entendimento de que as Organizações de esquerda, sobretudo dos anos 1960 e 1970, atuavam “apenas” como “antítese” da ditadura, e que não tinham um projeto social e político que estruturava e dava sentido para as lutas que foram realizadas. Além disso, a reflexão suscitada por esse tipo de memória favorece o resgate e a construção de uma cultura de lutas no país, que transcende a abordagem focada exclusivamente na condição da vítima, sem, contudo, negá-la. As memórias de luta e resistência também são antídotos contra a barbárie, a violência e a intolerância.<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> Analisando um excerto de Horkheimer, Reyes Mate apresenta uma reflexão que contribui para o raciocínio que estamos propondo: “A resistência pode, na medida em que escuta os gritos dos oprimidos, apropriar-se de

Dessa forma, assim como Ansara (2009, p. 43), procuramos “[...] elaborar uma noção de memória, tendo o cuidado de contemplar a dimensão social e política, sem reduzir o indivíduo a um mero agente passivo da vontade coletiva”, buscando, também, posicionar a memória enquanto forma de resistência. Partimos do pressuposto que a memória sobre o período ditatorial é um campo em constante disputa na sociedade brasileira e marcado por forças antagônicas.

A conjuntura política vivida no país tem trazido à tona fortes elementos conservadores e reacionários de tom fascista. Elementos esses que encontram ambiente fértil na política do esquecimento realizada (ou instigada) ao longo da história pelo Estado. O esquecimento, quando estimulado ou não combatido com medidas eficazes que apontem para a verdade dos fatos passados, pode gerar desconhecimento ou conhecimento equivocado que se enraíza na memória coletiva da população gerando, não raras vezes, a negação da sua própria cultura política.

Os trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV),<sup>107</sup> somados as medidas que a antecederam e que vem sendo desenvolvidas lentamente durante os governos democráticos que se seguiram ao fim da ditadura<sup>108</sup>, bem como a atuação de diversos segmentos da sociedade organizada – como movimentos sociais vinculados à temática dos direitos humanos, grupos de familiares de mortos e desaparecidos políticos, segmentos intelectuais e acadêmicos – têm contribuído para a desconstrução do esquecimento, do “mito do revanchismo” e dos discursos que negam as lutas e resistências levadas a efeito durante a ditadura. Essas medidas vêm marcando importante contraponto, apesar de estarem muito aquém do necessário e, na maior parte das vezes, restritas a grupos específicos que pautam essa temática.

O intrincado campo de disputas que envolve a construção das memórias sociais e coletivas sobre o período ditatorial e a negação do acerto de contas com o passado favorece não só a proliferação do pensamento e das práticas reacionárias, preconceituosas e intolerantes, como o esquecimento e a negação das graves violações aos direitos humanos cometidos durante a ditadura. O esquecimento e a negação perpetuados pela “cultura do

---

um núcleo de verdade da realidade. A atenção ao sofrimento dos outros nos permite entender a verdade do que sucede.” (MATE, 2011, p. 97).

<sup>107</sup> A CNV foi criada através da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

<sup>108</sup> Quando nos referimos ao “fim da ditadura” estamos assumindo como marco histórico a saída do último general Presidente e a ascensão de um civil ao cargo, o que ocorre em 1985.

medo” (BAUER, 2012) favorecem a impunidade que, por sua vez, garante a continuidade de toda ordem de violações sobre a sociedade.<sup>109</sup>

Isso ocorre, por exemplo, no caso dos crimes que continuam sendo cometidos pelas polícias militares. Essas polícias carregam em sua gênese perversa não só o nome “militar”, mas toda uma estrutura de organização interna baseada na hierarquia e em formas de atuação violenta que remetem diretamente ao período sinistro da ditadura e a impunidade daqueles que cometeram crimes e violações de direitos humanos naquele período. Castor Bartolomé Ruiz (2011) nos auxilia na reflexão sobre a importância do trato com a memória daqueles que sofreram a violência também como forma de impedir que a barbárie volte a ocorrer. O autor afirma que:

A memória dos violentos tende a ocultar os efeitos da violência sobre a vida humana. A memória dos vitimários produz atos de legitimidade da violência. [...] O desvelamento da perversão oculta na história desconstrói a pretensa naturalidade da violência mostrando a sua intrínseca inumanidade. [...] O lado sombrio da violência, revelado pela memória das vítimas, traz consigo um novo imperativo histórico: a urgência ética de neutralizar os dispositivos naturalistas da violência. [...] O dispositivo naturalizador da violência, que a reproduz como algo normal, fica desconstruído quando se rememoram as consequências da barbárie. [...] Os atos de memória atualizam as barbáries históricas como meio eficiente para evitar sua repetição. A violência esquecida tende a repetir-se como ato de normalidade. (RUIZ, 2011, p. 125)

A proposição de Ruiz (2001) está em acordo com a leitura da Tese II de Benjamin apresentada por Mate (2011), no sentido de que “há uma continuidade entre os que lutaram no passado pela democracia e a democracia atual. Muitos tiveram que morrer e ver seus ideais serem derrotados para que um dia nós pudéssemos viver na democracia.” (MATE, 2011, p. 102). Confrontar a “memória dos violentos” a partir da memória dos que enfrentaram a violência carrega em si o potencial de desnaturalizar o discurso e a prática violenta, atuando como anamnese, ou seja, como “[...] potência humana que consegue trazer para a luz aquilo que o recalque tinha ocultado sob a aparência de esquecimento.” (RUIZ, 2011, p. 124). Seguindo no mesmo raciocínio, Mate (2011) afirma que “[...] o que Benjamin quer nos dizer é que, sem a memória e o reconhecimento dessas mortes, nunca entenderemos o que agora

---

<sup>109</sup> Silva Filho (2011) nos traz mais elementos sobre a dimensão do esquecimento vinculado a impunidade. Segundo o autor: “Os agentes policiais e os militares que tomaram parte na prática de crimes contra a humanidade também se mantiveram incólumes em suas funções públicas e os que não faleceram continuam até hoje recebendo pensão ou aposentadoria fornecida pelo Estado. O negacionismo quanto aos crimes de tortura e a outras graves e sistemáticas violações de direitos humanos, ou então o discurso de que era justificável o injustificável em nome do combate ao comunismo internacional, ganhou razoável espaço, até o presente, na sociedade brasileira, no âmbito midiático e na cultura institucional dos órgãos de segurança pública brasileiros, em especial as forças armadas.” (SILVA FILHO, 2001, p. 46-47).

desfrutamos. A responsabilidade não nasce de uma reflexão metafísica [...], mas da consciência histórica.” (MATE, 2011, p. 102).

Essa consciência histórica referida por Mate tem relação com o papel ativo que a memória deve desempenhar no embate com as lógicas de esquecimento que ainda permeiam a sociedade brasileira no que se refere ao período ditatorial. Nesse sentido, buscamos pensar a memória como uma forma de resistência, que está presente tanto nas narrativas dos ex-militantes da AP, como nos deslocamentos e desdobramentos advindos das lutas dos movimentos sociais e das ações que foram desenvolvidas em nível de Estado nos últimos anos. Estrutturamos esse capítulo em três partes que refazem os caminhos percorridos pela memória no processo de redemocratização brasileiro, percurso que, invariavelmente, só estará completo quando os direitos à memória, verdade e justiça forem de fato efetivados.

Na primeira parte do capítulo propomos uma leitura sobre o processo que levou à “transição democrática” dialogando com elementos que permeiam esse período, como a desarticulação quase total das Organizações de esquerda e o consequente deslocamento das formas e estratégias de resistência devido à repressão. Destacamos, ainda, alguns fatores que caracterizaram esse processo, como a aprovação da questionável “Lei de Anistia” no final dos anos 1970 e às estratégias adotadas pelos militares para efetivar a “transição pactuada”, baseada na “ideologia da reconciliação” e na “lógica da protelação” (BAUER, 2012, p. 24).

Na segunda parte do capítulo retomamos e analisamos algumas ações que foram desenvolvidas pelo Estado a partir da consolidação de governos democraticamente eleitos em relação à temática da memória. Procuramos demonstrar como a maioria dessas ações foi realizada de forma lenta e parcial, sem conseguir romper com a “lógica da protelação” e distante das demandas dos movimentos sociais. Além disso, essas ações não foram capazes de avançar no que se refere à justiça para além das reparações financeiras às vítimas diretas ou indiretas do terrorismo de Estado, garantindo a impunidade de agentes dos órgãos de repressão que cometeram crimes durante a ditadura.

Na terceira e última parte do capítulo nos dedicamos a pensar a memória como resistência desde uma perspectiva teórica transdisciplinar, buscando estabelecer diálogo com diferentes campos do conhecimento que se dedicam ao estudo da memória (histórica, social, coletiva e política). Buscamos apontar as potencialidades que a construção da memória social e coletiva sustentada por elementos de resistência adquire frente às memórias que tentam se afirmar baseadas no esquecimento e na impunidade. Sustentamos que não há motivos para a “reconciliação” com um passado de terror, autoritarismo e supressão de direitos, mas a necessidade de construir uma cultura política democrática e combativa, que respeite e valorize

os direitos humanos, avançando em direção à justiça social e não permitindo o retorno da barbárie.

#### 4.1 MEMÓRIAS DA TRANSIÇÃO OU TRANSIÇÃO DAS MEMÓRIAS?

O segundo general Presidente, Arthur da Costa e Silva (1967-1969), foi o articulador político/militar do AI-5, mas não viveu para colocá-lo em prática. Tendo sofrido um derrame cerebral que o impossibilitou de seguir no comando do país, uma junta militar foi nomeada para realizar a transição de governo e, também, para ampliar e institucionalizar o aparato repressivo dando execução ao fascismo que o AI-5 possibilitava. O AI-5 trouxe para o primeiro plano da vida social do país a lógica de combate ao “inimigo interno” como diretriz básica da Doutrina de Segurança Nacional que, por sua vez, garantiria a execução do projeto proposto pelos militares com o apoio de parte expressiva da burguesia nacional. Além disso, a atuação de Costa e Silva e, posteriormente, da junta militar nomeada em seu lugar, abriu espaço para que a “linha dura” – leia-se, o segmento militar com contornos totalitários e gênese fascista – assumisse o controle do país e radicalizasse a opressão em todos os níveis da sociedade.

O estabelecimento da “linha dura” no poder se deu a partir do “mandato” do terceiro general Presidente, Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). A repressão brutal e o “silenciamento” da sociedade e da imprensa – com a ampliação da censura<sup>110</sup> – abrem caminho para um “elemento novo” até então, as propagandas ideológicas da ditadura.<sup>111</sup> Esse “novo” método atuava no plano ideológico – partindo do subjetivo em vista de atingir o objetivo – buscando atribuir sentido à “necessária” radicalização repressiva.

Além da “criação de sentido” no imaginário da população, esse método ajudava a invisibilizar e criminalizar as Organizações que estabeleciam resistência combativa à ditadura.

<sup>110</sup> Segundo aponta Caroline Silveira Bauer: “No Brasil, a censura, existente em outros momentos da história da imprensa, adquiriu novos contornos com a ditadura civil-militar. Para legitimar a prática da censura foram decretadas medidas como o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, que determinava a proibição de veicular ‘propaganda de guerra, de subversão da ordem [...]’, sem definir o que era ‘subversão’. A Lei nº. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, conhecida como ‘Lei da Imprensa’, também funcionava como um mecanismo de coibição e repressão da transmissão de informações, regulando a liberdade de manifestação do pensamento e da informação, instituindo penas de um a quatro anos de prisão, além do pagamento de multa para os infratores. O Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, contra publicações obscenas e atentatórias à moral, e a Portaria 11-b, que instituiu a censura prévia em 1970, completaram o mecanismo repressivo destinado à imprensa.” (BAUER, 2012, p. 95).

<sup>111</sup> Em nível de exemplo apontamos dois *slogans* que foram amplamente utilizados pela ditadura: “Brasil: Ame-o ou deixe-o”; e “Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil”. Para mais detalhes sobre as campanhas publicitárias da ditadura ver: GARCIA, Néson Jahr. **Propaganda: Ideologia e manipulação**. [S.I.]: RocketEdition – eBooksBrasil, 2005. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manipulacao.pdf>>. Acesso em: 12 jul 2015.

Ao utilizar a expressão “resistência combativa” não estamos nos referindo, somente e necessariamente, às ações armadas ou aos combates “militaristas” contra a ditadura. “Resistência combativa” é aqui entendida como todas as ações realizadas por alguma Organização política de matriz revolucionária que ultrapassava a “margem de tolerância” do aparato repressivo, e que continham em si elementos de ruptura com o sistema que estava sendo imposto.

O perfil ideológico das propagandas tinha, entre outros, dois objetivos básicos: desinformar e conquistar a opinião pública, “[...] gerando movimentos de adesão e colaboração, com a visão das ditaduras civil-militares de segurança nacional sobre os fatos.” (BAUER, 2012, p. 96). Esse modelo se aproxima muito do conceito de “poder simbólico” desenvolvido por Pierre Bourdieu (1989), no qual o autor define que: “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 9, grifo do autor).

A repressão sobre a sociedade e, especialmente, sobre os setores e Organizações que se opunham às imposições ditatoriais, somada as técnicas de ideologização, desinformação e controle social, criaram o que Bauer (2012) denomina de “cultura do medo”. Essa “cultura do medo”<sup>112</sup> é “entendida como um dos principais efeitos das estratégias de implantação do terror das ditaduras civil-militares de segurança nacional.” (BAUER, 2012, p. 109).

Nessas ditaduras civil-militares de segurança nacional do Cone Sul o medo foi o meio utilizado como forma de destruir o indivíduo, cidadão e pessoa, em nível individual e como forma de dominação política, em nível coletivo, para a implantação das estratégias de terror. Nesse sentido, pode-se afirmar que o medo foi uma repercussão cultural e psicológica da ação repressiva. (BAUER, 2012, p. 108)

O medo trouxe confusão e dúvida para a sociedade e também para as Organizações que levavam a efeito a “resistência combativa e revolucionária”. O risco eminente da prisão, a

---

<sup>112</sup> Segundo Bauer (2012): “A ‘cultura do medo’ é uma consequência direta da ação repressiva das ditaduras de segurança nacional, alcançada através da execução de suas estratégias de implantação do terror. Sua característica principal, que torna essa cultura evidente em determinada sociedade, é a apatia combinada com o efeito dissuasivo e persuasivo do medo, que faz com que a maior parte da população passe a aceitar condições previamente inaceitáveis.” (BAUER, 2012, p. 109). A autora afirma ainda que: “A ‘cultura do medo’, no entanto, não é fomentada exclusivamente pela repressão física, mas pelo efeito combinado desta com a exploração econômica, com o controle político e com a rígida censura, aspectos constituintes das estratégias de implantação do terror. A evidência da sua existência [...] representa a apatia e a dissuasão e persuasão causadas pelo medo, que coibiram a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política. A composição dessa cultura, em nível individual, abarca três importantes componentes psicológicos: o silêncio, o isolamento e a descrença.” (BAUER, 2012, p. 111).

certeza da tortura e a “vida nua” (AGAMBEN, 2010),<sup>113</sup> conformavam a conjuntura que se impunha. O descenso da luta de massas que começa a se configurar em 1969 e se amplia a partir de 1970, traz consigo uma série de conflitos e disputas internas como se deu no caso da AP. Na entrevista que nos concedeu Bittencourt encontramos alguns indícios desse processo.

*“Essas lutas internas em função do processo de repressão que está havendo, atingem as organizações de tal maneira que elas ficam paralisadas. Começam a se voltar muito para a discussão de luta interna que se torna uma discussão muito estéril. Como não tem a prática para você avaliar se uma posição está certa ou está errada, a discussão fica restrita a um terreno teórico das coisas: “É liberdade democrática ou não é?” “A luta armada tem que recuar ou tem que ir para cima?” Tinha o PCdoB com essa visão também: “Estamos com a revolução na rua”. E ali pegava a militância toda, não era só a direção. O PCdoB não parecia estar passando por alguma luta interna. Eles estavam muito conscientes de que estavam com a Guerrilha do Araguaia e com o Partido na mão. Todas as outras organizações estão sendo esfaceladas e a nossa, com essa história de luta interna, embora não tenha sido pega... Esse processo de luta interna, como também não tinha a questão prática da política, ela virava uma discussão estéril e dogmática. Saía cada um para um lado e não tinha muito o que fazer. O ano de 1971 dificulta muito a atividade política.” (BITTENCOURT, 2015).*

Um exemplo, que também nos serve como hipótese, se assenta no fato de que muitas Organizações passam a não perceber formas alternativas de luta que não seja armada e acabam se lançando em um combate direto contra o aparato repressivo da ditadura, que é inquestionavelmente maior, mais organizado e melhor aparelhado. As disputas internas e os efeitos “dissuasivos” e “persuasivos” do medo parecem ter contribuído para alguns “desvios de memória” no que se refere à resistência e a luta armada. Muitos militantes parecem ter internalizado a noção de que havia uma diferença substancial entre a luta e a resistência armada e não-armada. É como se a resistência não-armada passasse a ter um *status* de “mais democrática” e, por isso, maior legitimidade frente ao conjunto da sociedade. Enquanto que a resistência armada, através da “violência revolucionária”, estaria se “igualando” aos métodos utilizados pela ditadura e contaria com certo rechaço da sociedade.

O expoente do medo pode alterar as percepções e os entendimentos sobre a realidade, inclusive, no que se refere aos mecanismos de construção identitária em um contexto de disputas por legitimidade decorrente da própria repressão, física e ideológica, efetivada pela

---

<sup>113</sup> O papel desempenhado pelo medo frente ao conjunto da sociedade, como é trabalhado por Bauer (2012), se aproxima do que Agamben (2010) propõe quando afirma que: “Na medida em que um estado de exceção é, de fato, ‘desejado’, ele inaugura um novo paradigma jurídico-político, no qual a norma torna-se indiscernível da exceção.” (AGAMBEN, 2010, p. 166). A construção de significados – ou re-significação de significados – que a ditadura implantou como forma de naturalizar o terror “faz com que a maior parte da população passe a aceitar condições previamente inaceitáveis”, como afirma Bauer (2012, p. 109).



ditadura. Isso parece ocorrer quando se trata do tema da resistência armada, entendido por muitos militantes como um equívoco, senão moral, político. Percebemos em algumas das entrevistas realizadas que há certa negação à luta armada como forma de resistência. São poucas as referências a essa prática que esteve presente em toda a história da AP, apesar de não ter se efetivado como em outras Organizações que assumiram essa estratégia como forma principal de resistência à ditadura. Analisando as narrativas e as memórias dos militantes da AP sobre o processo de resistência, percebemos que a formulação dos discursos está influenciada pela conjuntura repressiva, pelo medo decorrente desta e pelas práticas políticas que constavam no projeto político da Organização.

Nesse sentido, destacamos um trecho da entrevista que nos concedeu Craidy, onde a ex-militante aborda a questão da luta armada da seguinte forma: *“A gente não acreditava na viabilidade de uma ação armada naquele contexto. Eu acho que nós estávamos certos, porque a ação armada só serviu para aguçar a repressão e nunca conseguiu se implantar efetivamente.”* (CRAIDY, 2015). Em relação à forma como se daria a luta armada, Cardoso destaca a experiência desenvolvida pela AP no trabalho de base dentro das fábricas a partir da integração na produção, que para a ex-militante:

*“Era outra visão em relação a algumas [experiências] que tinham aqui, que muitas vezes nem havia discussão política e se partia para o assalto direto. Em minha opinião ao fazer isso se virava ladrão, em todo caso eu respeito porque tinham pessoas que não pensavam desse jeito e que estavam em outro rumo, que depois salvou muita gente da cadeia, saíram pessoas de todas as Organizações. Também houve muitas consequências positivas que davam um sentido para essas ações. Mas era muito diferente da nossa ideia, que seria organizar o povo, que passa a ser “pensante”, e depois aí você faz uma proposta e esse povo todo vai se organizar para tomar o poder. Claro que a gente queria tomar o poder, esse era o objetivo. Seria algo mais aos moldes chineses, a longo prazo, ‘alargado’. Era assim que a gente pensava, aquela coisa do dia a dia, não tinha um dia para acabar. As pessoas que foram e ficaram sabiam que seria aquilo para sempre. Mas com o início da repressão mudou tudo.”* (CARDOSO, 2015).

Como é possível perceber no depoimento de Cardoso, havia a dimensão do projeto político da AP muito presente no entendimento de como deveria ocorrer a luta armada e, mesmo fazendo crítica às Organizações que assumiam diretamente esse método, há o reconhecimento da importância que certas ações representavam frente ao acirramento da repressão. Encontramos entendimento diferente ao apresentado por Cardoso em relação à luta armada na entrevista que nos concedeu Loguércio. Ressalvadas as diferenças, há semelhanças

em relação ao que representava a integração na produção como “primeiro passo” rumo a essa estratégia armada. Segundo Loguércio:

*“Nós tínhamos no horizonte a luta armada, porque depois do AI-5 ninguém mais teve a ilusão, não dava para ter ilusão. Ou era armado ou não era. Só que nós pensávamos: ‘Nós não temos nada, não temos armas, não temos dinheiro, nós não temos coisa nenhuma!’ E não adiantava nada, nós com o nosso grupelho, querer salvar o Brasil. Nós tínhamos que crescer, e muito, mas crescer aonde? Crescer no movimento operário e no movimento camponês. A integração na produção era o primeiro passo, mas ‘eles’ não deram tempo para vir o próximo passo. É a mesma coisa que eu vejo em relação ao que foi a Guerrilha urbana. O pessoal começou a fazer assaltos, para juntar dinheiro, para se preparar para se defender. E ‘eles’ começaram a matar todo mundo.” (LOGUÉRCIO, 2015).*

Percebemos que o acirramento da repressão com o AI-5 é determinante no primeiro deslocamento da resistência rumo à luta armada. Posteriormente, o desmantelamento das resistências – armadas e não-armadas – em decorrência da implacável repressão vai influenciar, também, o deslocamento de entendimento e de significado dessas ações. A resistência passaria a assumir, paulatinamente, uma perspectiva que se convencionou chamar de “mais democrática” ou, “dentro das regras do jogo”. No depoimento que nos concedeu Santana encontramos argumentos e entendimentos mais próximos dos que foram apresentados por Cardoso. A narrativa assumida pelo ex-militante tem relação com as experiências que o levaram até a AP e com o início da sua inserção política. Ao contrário do que se tornou comum na AP – a maioria dos militantes iniciava sua atuação política no movimento estudantil e, posteriormente, se integravam à produção nas fábricas ou no campo – Santana percorreu o caminho da militância de forma inversa. Ele inicia sua vida política no local de trabalho – um frigorífico – e depois vai para a Universidade participar do movimento estudantil.

*“Por que a AP? Porque eu encontrei exatamente na AP a composição tendo como origem o social, entendeu? [...] Quem tem razão para modificar isso aí? São os que mais sofrem! Ali tu vias pessoas que eram as vítimas objetivas e reais disso aí. E o nível de discussão avançava dentro de uma coisa que eu entendia como fundamental. Não se muda a realidade sem que tenhamos um partido revolucionário com extremo apoio popular. Quiçá, não seja pela via armada. No momento não era! Aquele momento era de acumular força política e ideológica para que inúmeros, um sem número de trabalhadores, do campo e da cidade, pudessem enxergar a realidade tal como ela é, e aí tomar a decisão do que fazer. Entendeu? Essa era a visão que justamente casava dentro do projeto da AP. Nós sabíamos, também, que as alianças com outros grupos – porque propugnavam na mesma direção, pelo mesmo objetivo fundamental – era indispensável. Nós temos*

*que desenvolver a solidariedade revolucionária, sem, com isso, ter de participar de ações que nós não achávamos corretas. [...] Porque – digamos assim – era um fio de navalha... Um milímetro para a esquerda e era a luta armada. Tanto é que a própria AP – que era Ação Popular Marxista Leninista do Brasil –, por exemplo, que tinha na sua gênese, na sua origem, movimentos das comunidades de base da igreja, com estudantes, operários... Ela – talvez pelo recrudescimento da dominação, da violência – tira uma resolução de inserção na luta armada. Eu lembro que foi justamente nesse exato momento – da execução dessa linha política [luta armada] – que sucederam os fatos que eu acabei tendo que ir embora [do país].” (SANTANA, 2015).*

O depoimento de Santana demonstra as condições para o trabalho político em nível social, bem como o cerco da repressão que, de certa forma, não deixava alternativas para as Organizações de esquerda. O trabalho em nível de massas tangenciava a luta armada devido à própria conjuntura imposta pela ditadura. No entanto, a narrativa mantém certos cuidados em relação a “como” e “quando” se daria a luta armada. Destacamos que, assim como foi mencionado por Cardoso, em determinado momento as ações armadas – nesse caso, os sequestros de importantes figuras do corpo diplomático, como embaixadores e cônsul – ganham certa legitimidade ao serem utilizadas como uma forma de livrar da prisão e, conseqüentemente, da tortura, os militantes que se encontravam nessa situação. Essas ações armadas também serviam para a denúncia dos crimes que estavam sendo cometidos pela ditadura e que a censura total à imprensa impedia que chegassem ao conhecimento da sociedade.

Diferente da posição assumida por Craidy, o depoimento de Bittencourt nos possibilita o entendimento de que não foram as ações armadas que acirraram a repressão, mas sim, a contundência repressiva da ditadura que forçava ações que nos parecem assumir um caráter mais de autodefesa do que de ataque, como no caso dos sequestros. Assim como Cardoso, Bittencourt parece reconhecer a importância das ações armadas que livravam militantes da prisão e da tortura, ao mesmo tempo em que critica a metodologia geral adotada para realização da resistência armada, que estava distante do conjunto da sociedade.

*“A AP já tinha a ideia bem clara da questão da luta armada [...] Mas aí vem a diferença de como fazer a luta armada. O pessoal da VAR-Palmares [Vanguarda Armada Revolucionária Palmares], que a gente chamava de foquista, trabalhava justamente com a ideia da propaganda armada, ou seja, assalto a banco, ações armadas para mobilizar a sociedade utilizando, como forma de propaganda, a própria luta armada. E tinha essa visão da AP, particularmente do PCdoB – que acho que era hegemônica nesse sentido. E também a UNE, que depois de Ibiúna, que foi um inferno, já tinha essa ideia da luta armada, sim. Mas primeiro era preciso preparar o povo, através de mobilização, organização de classe,*

*organizar entidades da sociedade e a luta prolongada. A visão Maoísta de luta prolongada. Essa era a visão da AP e do PCdoB. As coisas não param, vêm 1969 e parece que ela é empurrada para a luta armada. Começa todo o processo de luta armada e a gente olhando aquilo tudo. Começa o assalto a banco, etc. e termina com o sequestro do embaixador americano em 1970. Aquilo para nós foi um gás! A gente acompanha aquilo com muita atenção. [...] Ao mesmo tempo àquela barra pesada dos sequestros acontecendo. Primeiro a ameaça de sequestro ao alemão, depois o sequestro do suíço, gente sendo presa, gente sendo morta... O negócio do cheiro do sangue e do cheiro da morte já nos pegava, mas pegava mais para o lado do pessoal da luta armada. A gente acompanhava com muita tristeza e ao mesmo tempo tendo o entendimento que aquele pessoal estava assumindo uma posição errada.” (BITTENCOURT, 2015).*

O período em que o ditador Presidente Médici esteve no comando do país foi marcado pelo “cheiro do sangue” e pelo “cheiro da morte”, como bem refere Bittencourt. Ao final do seu mandato, a “resistência combativa”, armada e não armada, estava praticamente aniquilada. Essa conjuntura traz a necessidade de novas formas de resistência, que começam lentamente a surgir no seio da sociedade. É nesse período que Ernesto Geisel (1974-1979) se torna o quarto general Presidente do ciclo ditatorial. Geisel assume o cargo com a convicção de iniciar um processo de abertura política do regime (que fechava uma década no ano em que ele foi alçado à presidência). A “cultura do medo” não impediu de todo que os movimentos sociais e as Organizações que ainda conseguiam manter alguma organicidade assumissem novas formas de resistência, mas influenciou o deslocamento de sentido e de entendimento sobre a pertinência das ações armadas.

É nesse período que começam a surgir os primeiros debates tendo como eixo os Direitos Humanos<sup>114</sup>. As resistências passam a ter como principal bandeira a defesa dos presos políticos e o retorno da democracia (VIOLA, 2008). Assumimos como hipótese que esse deslocamento da “resistência combativa e revolucionária” em direção a “resistência democrática” (abrigada sob as diretrizes dos direitos humanos) que passa a dialogar com os limites da institucionalidade do Estado ditatorial (através do Partido de oposição aceito pela ditadura, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)) é impulsionada, também, pelo esgotamento do projeto ditatorial e pela necessidade de dialogar com o conjunto da sociedade em vista de fomentar um movimento amplo e unificado. Esse movimento ganhará projeção denunciando os crimes cometidos pelo terrorismo de Estado e apresentando como bandeira de unificação da sociedade o retorno da democracia e a negação das ações armadas. Na

---

<sup>114</sup> Assim como Viola (2008, p. 106), destacamos como sendo os primeiros movimentos organizados em defesa dos direitos humanos: a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz de São Paulo e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre.

entrevista que realizamos com Santana encontramos alguns suportes para essa hipótese, segundo ele:

*“Com a eminência da reforma política começaram as articulações e eu participando dentro desse eixo, Santana do Livramento e Porto Alegre, às vezes São Paulo... Começamos a pensar qual seria o rumo. Nós de esquerda, ou se acoitava nos sucedâneos do MDB ou... Porque o espaço do confronto direto com os militares estava arrefecido. Existia outro eixo no horizonte, que era a redemocratização. Era uma coisa que se constituiu que se tornou uma bola de neve. [...] O foco não é mais responder diretamente as ações da ditadura, mas buscar via grande população, através de um projeto de redemocratização, como foi a campanha que pediu pelas eleições ‘Diretas já!’, por exemplo, que culmina com aquele movimento todo. [...] Não digo que houve um abandono total do viés revolucionário. A ideia era ver um espaço dentro desse novo cenário que se pudesse incidir. ‘Nós vamos ficar aonde para manter a nossa atuação?’ É o que se pensava. [...] O Geisel, por exemplo, já assume com uma postura de transição, de: ‘nós não temos nada haver com isso, vamos acertar as contas!’. Não é bem assim, mas na prática acabou sendo isso.” (SANTANA, 2015).*

O início do processo de abertura política será marcado pelo discurso ditatorial que sustenta a necessidade de uma “distensão lenta, gradual e segura”.<sup>115</sup> O que, em verdade, era um movimento que visava garantir aos setores militares e seus apoiadores uma “saída de cena” relativamente tranquila e pactuada.<sup>116</sup> “Lenta”, ao ponto de se arrastar durante onze anos (1974-1985); “Gradual”, para evitar que a organização social latente oferecesse “riscos” ao processo; “Segura”, no sentido de evitar possíveis punições pelos “excessos” cometidos. Nas palavras de Reis Filho (2014), a “distensão” seria, “[...] em termos militares, uma retirada, ou seja, uma das operações mais complicadas e delicadas. Qualquer descuido, como se sabe, e a retirada viraria debandada.” (REIS, 2014, p. 98-99). Contudo, o anúncio de Geisel não representava, em absoluto, o fim da repressão.

Tal estratégia, ao contrário do anunciado, mas não exigido, não foi suficiente para impedir a continuação da tortura, a ocultação dos presos políticos e mesmo os assassinatos cometidos nas dependências dos organismos de informação. Em vez disso, o próprio Governo da distensão reconheceu a necessidade de manter o organismo repressivo e, mesmo, da tortura como

<sup>115</sup> Conforme foi anunciado pelo General Ernesto Geisel em 1974. (REIS FILHO, 2014, p. 99). Para mais detalhes sobre o contexto em que essas palavras foram criadas e mencionadas, ver: GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada: o sacerdote e o feiticeiro**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003, especialmente a última parte do livro, “Parte IV: A derrota”.

<sup>116</sup> Nas palavras de Bauer (2012): “Assim, pode-se considerar a transição brasileira como um processo *pactuado*, onde as diretrizes foram impostas pelas Forças Armadas, principal protagonista do processo. Uma das questões centrais das transições políticas para os militares era a pacificação e a reconciliação, visando ao mínimo de conflito entre civis e militares. [...] O estabelecimento das novas relações entre civis e militares dependeria do esquecimento dos crimes cometidos. (BAUER, 2012, p. 121, grifo da autora).

meio de conseguir informações e vencer a guerra contra a subversão, desde que estivesse garantido o controle dos atos repressivos, e que o monopólio do uso da violência estivesse sob o controle das ações da comunidade de informação, e esta, sob a direção do Estado. [...] Em relação ao controle do poder do Estado, a abertura lenta e gradual construiu um equilíbrio político feito de avanços e recuos. Se de um lado a comunidade de informação continuou agindo, mesmo depois da derrota dos grupos de resistência armada, de uma forma mais seletiva, mas com a mesma intensidade de violência, de outro lado havia uma possibilidade maior de denúncia por parte da sociedade civil e de manifestação de desagrado por parte da sociedade política. (VIOLA, 2008, p. 96).

As novas formas de organização e resistência, abrigadas sob o expoente dos direitos humanos, foram ganhando visibilidade e projeção durante este período. As divergências e disputas internas do Estado ditatorial, somadas ao fracasso gradativo do projeto civil-militar – especialmente no âmbito econômico – aproximam setores da classe média nacional da oposição ao regime. Essa conjuntura de ascenso lento, mas constante, da organização do conjunto da sociedade, propicia, em um primeiro momento, a criação de Comitês de luta contra a carestia. Esses comitês, em um segundo momento, funcionam como os embriões de lutas mais amplas, como pelo fim da Lei de Segurança Nacional,<sup>117</sup> da censura prévia aos meios de comunicação e, principalmente, pelo que se pode chamar de “a principal luta do período”, a Anistia (VIOLA, 2008).

O final do Governo Geisel legava uma conjuntura política na qual a liberalização conduzira à restauração do *habeas corpus*, à revogação do AI-5 na Emenda Constitucional de outubro de 1978, à suspensão da censura prévia aos meios de comunicação e ao retorno de uma grande parte dos exilados políticos. No entanto, permanecem em vigor heranças da ditadura sem disfarces (o chamado “entulho autoritário”), entre elas a Lei de Segurança Nacional, mesmo abrandada pela reforma inserida mediante a promulgação da Lei 6620/1978, e os organismos de repressão, mesmo que aparentemente postos sob a vigilância do SNI – portanto, do Poder Executivo. (VIOLA, 2008, p. 132-133).

O “entulho autoritário” presente nas estruturas políticas da sociedade (como nos Sindicatos, Órgãos de Classe, etc.) e, sobretudo, no aparato burocrático/institucional do Estado ditatorial, garantiu que o processo que levou às campanhas pela Anistia fosse baseado

<sup>117</sup> As “Leis de Segurança Nacional” constituíam o braço jurídico que a ditadura civil-militar utilizava de forma sistemática para tentar legitimar institucionalmente os seus mecanismos repressivos e autoritários. Nesse sentido, destacamos em ordem cronológica: o Decreto-Lei 314, de 13 de março de 1967, que garantia o caráter de Lei a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0314.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0314.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2015; o Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969, que estabelecia as diretrizes da Lei de Segurança Nacional e que vigorou por mais tempo no país (1969-1978). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0898.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0898.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2015; e a Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que “abrandava” o Decreto-Lei 898. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6620.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6620.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2015.

na “ideologia da reconciliação” (BAUER, 2012) e tutelado pelos generais. Mesmo com todo o esforço de luta e a ampla articulação dos movimentos sociais através dos Comitês pela Anistia, a sociedade que crescia em organização e coesão não foi capaz de garantir uma Anistia “ampla, geral e irrestrita”, como um dos *slogans* da Campanha anunciava. Os movimentos sociais estavam sujeitos a ingerência dos setores militares que atuavam no Poder Executivo e, também, no Congresso Nacional. Segundo Reis (2004), haveriam dois movimentos em relação a sociedade que se organizava em favor da Anistia:

Duas vertentes cedo se destacaram: de um lado, os que desejavam uma anistia *ampla, geral e irrestrita* e, além disso, uma apuração consequente dos crimes da ditadura, com o desmantelamento dos órgãos da polícia política, a famigerada *comunidade de informações*, responsável pela execução da tortura como política de Estado. De outro, uma tendência desejosa de alcançar uma anistia que reconciliasse a *família brasileira*, uma esponja suficientemente espessa para conseguir que todos esquecessem tudo e nada mais restasse senão a construção da democracia nos horizontes que então se abriam. Prevaleceu na sociedade a segunda formulação, concretizada na *anistia recíproca* (beneficiando torturados e torturadores), afinal efetivada em fins de 1979. (REIS, 2004, p. 46-47, grifos do autor)

Durante os tramites institucionais que resultariam na criação da “Lei de Anistia”,<sup>118</sup> a ditadura atuava no Congresso através dos seus correligionários pertencentes ao “Partido do regime”, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e dos “Senadores Biônicos”, que eram nomeados por um “Colégio Eleitoral”, ou seja, indiretamente, pelos generais.<sup>119</sup> Essas “manobras palacianas” serviam como suporte para a retórica falaciosa da “legalidade” que, em verdade, impunha sobre a sociedade uma oficialidade ditatorial mal disfarçada e comprometida com os seus próprios interesses. Transformava a “Anistia” em uma ferramenta

<sup>118</sup> A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, “Lei de Anistia”, foi aprovada no início do mandato do quinto e último general Presidente do período ditatorial, João Baptista Figueiredo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2015. A “Lei de Anistia” é resultante de uma sessão parlamentar onde foram votadas duas propostas, uma da oposição (MDB) e outra da ditadura (ARENA). A proposta de Anistia defendida pela oposição foi derrotada por 209 votos contra 194. A proposta de “Anistia” oferecida pela ditadura foi aprovada pela escassa maioria de 206 votos favoráveis, frente a 201 contrários (REIS FILHO, 2014). Utilizamos as “aspas” para simbolizar a diferença entre a proposta de Anistia defendida pelos movimentos sociais e a “Lei de Anistia” aprovada pelo Congresso Nacional comprometido com o projeto de “reconciliação” e “esquecimento” da ditadura.

<sup>119</sup> Mesmo sob a imposição do bipartidarismo (ARENA – regime – e MDB – oposição consentida) criado após a edição do Ato Institucional número 2 (AI-2), de 1965, o MDB vinha gradativamente aumentando a sua participação parlamentar, especialmente depois das eleições realizadas em 1974. Tendo em vista as eleições que seriam realizadas em 1978, Geisel promulgou a Emenda Constitucional número 8, de 14 de abril de 1977, que, entre outros elementos, garantia a renovação de 2/3 do Senado Federal por votação indireta de um Colégio Eleitoral. Votação indireta significava a garantia de ingerência dos generais sobre o Colégio Eleitoral. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc08-77.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc08-77.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2015.

jurídica garantidora da impunidade para todos os membros – civis e militares – dos órgãos de repressão que atuaram em nome do Estado durante a ditadura.

É importante destacar que a edição dessas leis [de Anistia] inseriu-se em uma determinada situação entre os civis e os militares na conjuntura das transições políticas, sendo um reflexo das tentativas das Forças Armadas de controlar o processo e encaminhar o futuro. Essa anistia, como controle do passado, é um desdobramento do controle do processo de transição política. Devido às diferenças nas relações entre civis e militares [...] somado ao fato que no Brasil a lei era uma demanda da sociedade civil organizada, as leis de anistia tiveram maior ou menor legitimidade. Apesar das diferenças quanto à legitimidade, elas podem ser consideradas parte de uma reconciliação extorquida, forçada. [...] Mesmo que essas leis tenham beneficiado parcialmente os militantes de organizações de esquerda e demais perseguidos políticos, elas não podem ser consideradas como um benefício, visto que a sua promulgação tinha a função explícita de garantir a impunidade e contribuir para a instauração da “ideologia da reconciliação”. [...] A reconciliação seria um dos seus objetivos, o consenso, seus programas e o esquecimento, o instrumento para a obtenção dessa finalidade. (BAUER, 2012, p. 138)

Amparados pelo que acabou sendo uma Lei de “auto-anistia”<sup>120</sup> – que serviu aos interesses da “ideologia de reconciliação”, baseada na impunidade e esquecimento dos crimes cometidos – e pela “teoria” dos “dois demônios” – que visava equiparar as ações de “violência revolucionária” das Organizações que se opunham, combatiam e resistiam à ditadura, com os crimes cometidos por essa e seus agentes em nome do Estado – as Forças Armadas forjaram as bases, tanto na política, como na sociedade, para a sua “saída de cena”. Para Reis (2014, p. 134), a tese dos “dois lados” ou dos “dois demônios” tinha um único objetivo. Garantir de forma dissimulada a introdução de dispositivos na “Lei de Anistia” que garantissem, em um único movimento, a anistia de torturados e de torturadores. Em sua obra, Bauer (2012) trabalha a noção dos “dois demônios” da seguinte forma:

Teriam existido três deslocamentos de sentido: o primeiro, que poderia ser chamado a subtração da militância ou, em uma versão menos radical, a apresentação dos projetos revolucionários das organizações armadas do período como uma resistência democrática à ditadura; o segundo foi a representação de que se vivia uma guerra, o que pressupunha um fator de equidade entre os adversários, o que é uma falácia. O terceiro foi a ideia de que a sociedade sempre foi resistente à ditadura civil-militar, e que o regime ditatorial foi um “corpo estranho”, nunca apoiado ou legitimado. (BAUER, 2012, p. 129)

---

<sup>120</sup> Aqui estamos recuperando e fazendo referência à expressão que foi utilizada por Jair Krischke, Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), em entrevista que nos concedeu, quando se referia ao processo de Anistia no Brasil. (KRISCHKE, 2012, p. 179).



A aprovação da “Lei de Anistia” nos moldes favoráveis à ditadura – especialmente no âmbito sociopolítico – fez com que durante os anos 1980 as bases para a “transição democrática”<sup>121</sup> seguissem firmemente ancoradas no controle da sociedade através da “cultura do medo”. As ações repressivas – abertas e encobertas<sup>122</sup> – do aparato ditatorial institucionalizado se encarregavam de manter os movimentos sociais e as lutas da sociedade organizada em prol da democracia sob os auspícios da formulação de Geisel (“lenta, gradual e segura”). No âmbito social, a “Anistia” que “perdoou os dois lados” resultou em um processo de (re)conciliação baseado no esquecimento e nos deslocamentos de sentido e, por consequência, na negação das memórias de luta e resistência.

Ernest Renan, pensador francês de fins do século XIX, dizia, com senso prático e nenhum cinismo, que, para a boa coesão e harmonia sociais, mais vale construir o esquecimento como memória. A rigor, na sociedade brasileira de então, e como ocorre frequentemente, preferiu-se, como memória, o silêncio. Em outras palavras, o silêncio como forma de memória. (REIS FILHO, 2014, p. 136)

A forma como o processo de “transição” para a democracia foi sendo conduzido pelas Forças Armadas, com “avanços e recuos” (VIOLA, 2008), contribuiu para que as memórias de luta e resistência sobre os fatos ocorridos durante a ditadura acabassem invisibilizadas frente ao conjunto da sociedade. Assumimos como hipótese a possibilidade de haver um sentimento social refratário a essas memórias, especialmente as que remetem à luta e resistência combativa, à dos que sofreram, desapareceram, foram mortos ou torturados, à memória da dor. Esse sentimento refratário teria origem na “cultura do medo”, no temor do retrocesso. Fomentar discussões com base nessas memórias confrontaria a lógica da “(re)conciliação” e poderia fazer eclodir “revanchismos” que possivelmente resultariam no recuo dos poucos avanços conquistados através das “regras do jogo” impostas pela ditadura.

---

<sup>121</sup> Utilizamos a expressão entre aspas para destacar o teor contraditório do processo que delimita o fim da ditadura. Assumimos a definição apresentada por Reis Filho (2014), onde o autor afirma: “Chamamos de transição democrática o período que se inicia com a revogação das leis de exceção, os Atos Institucionais, em 1979, e termina com a aprovação de uma nova Constituição, em 1988. De transição, porque nele se fez um complicado e acidentado percurso que levou de um estado de direito autoritário, ainda marcado pelas legislações editadas pela ditadura, conhecidas como ‘entulho autoritário’, a um estado de direito democrático, definido por uma Constituição aprovada por representantes eleitos pela sociedade.” (REIS FILHO, 2014, p. 125)

<sup>122</sup> Em nível de exemplo, citamos as ações que os militares da “linha dura”, em parceria com organizações de extrema direita, levaram a efeito em todo o país com o objetivo de desestabilizar a abertura política e o processo de redemocratização. A maioria dessas ações eram ataques a bomba e o mais conhecido é o “atentado do Riocentro”. Esse atentado foi planejado para ser executado nas apresentações de 1º de maio de 1981, que aconteceriam no Centro de Eventos, Riocentro, no Rio de Janeiro. A intenção era acusar Organizações de esquerda como responsáveis pela ação. Ao que tudo indica, devido a um erro de manipulação de um artefato explosivo, o mesmo veio a explodir acidentalmente dentro do veículo onde estavam dois agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro, ferindo gravemente um deles e levando a óbito o outro.

A hipótese que propomos acima pode ter relação com certos símbolos que foram assumindo nova identidade – própria desse período –, como o deslocamento de sentido que passa a legitimar as “resistências democráticas” em detrimento do reconhecimento da luta e da resistência armada. Ou, ainda, a supervalorização e re-significação da condição de vítima, aparentemente assumida como uma necessidade – devido à própria conjuntura – para que se pudesse garantir e justificar a luta por verdade e justiça. É como se os valores de cidadania e de direitos humanos – ainda não consolidados – não pudessem se sustentar por si mesmos, necessitando de algo mais que os justificasse, para além das experiências de luta, resistência, dor e sofrimento que foram vividas.

Esses fatores parecem ter incidido sobre a construção da memória dos que lutaram e que, por isso, foram perseguidos, presos, torturados, assassinados e desaparecidos. Os deslocamentos de sentido e as re-significações dos fatos vividos não podem deixar de ser compreendidos como sendo consequência do terror e das imposições e perseguições colocadas pela conjuntura ditatorial. Entendemos que são nestas questões – e em outras mais – que residem às heranças simbólicas e subjetivas da “cultura do medo” e da “ideologia da reconciliação” que também conduzem ao esquecimento (BAUER, 2012).

A ausência de debate sobre o que aconteceu durante a ditadura civil-militar, assim como a inexistência de espaços para tratar da experiência do terrorismo de Estado e da cultura do medo, tornou impossível a elaboração de uma memória coletiva sobre essa experiência. Assim, a memória oficial consolidou-se hegemonicamente como a “verdade” sobre os fatos da história recente brasileira. Não houve proibições para essas memórias emergentes, subterrâneas. No entanto, elas foram revestidas de descrédito. O sentido comum estabelecido pela memória oficial situou-as na inconveniência do “revanchismo” e no isolamento de grupos diretamente atingidos pela repressão política [...]. (BAUER, 2012, p. 120)

Nesse sentido, assumimos a proposição trabalhada por Bauer (2012) no que se refere a “privatização das memórias”.<sup>123</sup> Esse conceito contribui para o entendimento de outro tipo de deslocamento, aquele que afasta a dimensão social e coletiva da memória para o âmbito privado das vítimas diretas do terrorismo de Estado praticado pela ditadura. O processo de silenciamento e de privatização das memórias foi postergando o pior legado da “Anistia” e solidificando a ideia de esquecimento do passado. Em nome da “transição democrática”, as

---

<sup>123</sup> Segundo Bauer (2012): “O processo de ‘privatização das memórias’ e a decorrente atomização da luta em organizações de direitos humanos, empreendida pelas vítimas e familiares de mortos e desaparecidos, contribuíram para que os destinatários das políticas de memória e reparação – a cidadania, a coletividade, a sociedade como um todo – se mantivessem longe de qualquer benefício. Na medida em que foram considerados vítimas ‘apenas’ aqueles diretamente atingidos pela repressão da ditadura civil-militar brasileira.” (BAUER, 2012, p. 133).

lutas pela memória baseada na verdade histórica dos fatos e o acerto de contas com o passado foram adiados para um “momento oportuno” que ainda hoje se mantém distante e os avanços se dão lentamente. Além de “privatizadas”, as memórias que conseguiam espaço de difusão na sociedade foram particularizadas em narrativas individuais ou de grupos, centradas, sobretudo, na denúncia dos crimes cometidos pela ditadura.

Várias pesquisas, trabalhos, publicações, etc. conseguiram fazer uso das memórias no período de “transição”, se contrapondo as políticas de silenciamento e esquecimento que buscavam hegemonia. Projetos e publicações como o “Brasil: Nunca Mais”<sup>124</sup> tiveram importância inestimável na denúncia contra os crimes cometidos pela ditadura e contra aqueles que os praticaram. O “Brasil: Nunca Mais” ganhou projeção nacional e internacional, sendo traduzido para diversos idiomas. Contudo, essas publicações continham em seu eixo estruturante uma memória que condiciona a narrativa dos sujeitos à dimensão de vítimas.

Essa postura, inquestionável devido à conjuntura histórica na qual estava colocada, não se atem, e pouco abarca, ao trabalho de memória a partir das lutas e resistências que foram levadas a efeito em oposição ao modelo e ao projeto ditatorial. Entendemos que a construção da democracia e da verdade histórica, assim como a efetivação da justiça, passa, invariavelmente, pelo o que chamamos de “memórias positivas”, que remetem à valorização e ao reconhecimento dos expoentes de luta e resistência que estão presentes nas memórias daqueles que viveram essas experiências.

Em relação ao caso brasileiro, as medidas de memória e reparação, distintas de uma política de memória, estão centradas na figura do “sujeito vítima”, desconsiderando que a sociedade toda foi afetada pela ditadura. Mais importante, instituiu-se um esquecimento sobre quem foram os perpetradores desses atos, o que fica evidente no reconhecimento da morte e do desaparecimento de opositores políticos e membros das organizações guerrilheiras. Porém não se responsabilizam pela investigação dos agentes responsáveis pelas ações repressivas. Com isso, cada vez mais se recordam e se homenageiam as vítimas e se esquecem os ditadores e torturadores. (BAUER, 2012, p. 125)

---

<sup>124</sup> O Projeto “Brasil: Nunca Mais” que deu origem a vasta publicação de mesmo nome, foi desenvolvido através de uma parceria entre o Projeto CLAMOR (que foi uma das mais importantes entidades de solidariedade com refugiados, presos e perseguidos políticos das ditaduras do Cone Sul, e de informação e denúncia sobre os crimes contra os direitos humanos cometidos por essas ditaduras, tendo atuado de 1978 até 1991), a Arquidiocese de São Paulo e a Igreja Presbiteriana. Durante o período que vai do ano de 1979 até 1985, foram microfilmados 707 processos que tramitaram na Justiça Militar durante a vigência da ditadura, somando um total de mais de 1 milhão de páginas que, depois de analisadas, resultaram na publicação de 12 volumes que compõem o Projeto “Brasil: Nunca Mais”. O acervo completo do Projeto encontra-se hoje disponível no formato digital e foi uma importante fonte de pesquisa durante a realização deste trabalho. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

Nos anos 1980 a mobilização dos movimentos sociais em torno das campanhas pelas “Diretas-Já”<sup>125</sup> ganhou força entre o conjunto da sociedade, mas sem avançar igualmente na temática das memórias. Isso garantiu, em parte, o sucesso das práticas de esquecimento e silenciamento ligadas as “memórias oficiais”. No ano de 1985, Tancredo de Almeida Neves foi eleito o primeiro Presidente civil após 21 anos de ditadura através de uma eleição indireta que se deu por meio de um Colégio Eleitoral. Devido a uma grave enfermidade que o levaria a óbito algum tempo após ter sido eleito, Tancredo Neves não chegou a assumir a presidência, sendo empossado em seu lugar o Vice-presidente, José Sarney. Sarney fazia parte do Partido Democrático Social (PDS), uma dissidência da ARENA.

Em meio às lutas e mobilizações que se seguiram durante a segunda metade da década de 1980, o tema da memória permaneceu relegado ao âmbito privativo e particularizado. A eleição presidencial pelas vias do voto direto para a Presidência do país só foi possível em 1989, já sob os auspícios da jovem “Constituição de 1988”.<sup>126</sup> Contudo, nem a nova Constituição e nem a eleição direta e democrática para a Presidência da República foram capazes de criar condições para que os temas relativos à memória, verdade e justiça se inserissem na agenda “redemocratizada” do país. “No Brasil, mesmo com os relatos e memórias das vítimas diretas e indiretas que experimentaram o terror, não houve um conhecimento social das verdadeiras dimensões da repressão e da funcionalidade do aparato repressivo da ditadura durante sua vigência e após seu término.” (BAUER, 2012, p. 135).

#### 4.2 MEMÓRIAS DEMOCRATIZADAS

A formalização de um Estado Democrático de Direito através da Constituição de 1988 não garantiu a efetivação, concreta e substancial, de ações em nível social no que se refere à memória e ao que tange a democracia para além dos decretos. As discussões e medidas pontuais que foram conquistadas com o passar dos anos e dos governos democráticos são resultantes, em grande medida, da atuação incessante de movimentos sociais ligados aos direitos humanos como, por exemplo, a “Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos”.

---

<sup>125</sup> Foi uma iniciativa desenvolvida pelos movimentos sociais e respaldada por amplo apoio da sociedade que pautava as eleições diretas para Presidente. Segundo Reis (2014, p. 144), no ano de 1984 houve comícios que reuniram entre 200 mil (Rio Grande do Sul) e 1,5 milhão (São Paulo) de pessoas manifestando apoio às eleições diretas para a presidência.

<sup>126</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

A dificuldade em romper com a “lógica da protelação” e com as “práticas de esquecimento” e “silenciamento” (BAUER, 2012) que se impõe sobre o campo das memórias do período ditatorial têm contribuído para que as narrativas fiquem restritas ao âmbito privado, distante do conjunto da sociedade. Enfrentando toda a ordem de receios oriundos da “cultura do medo” e das “disputas de memória”, os movimentos sociais que pautam a temática do direito à memória, verdade e justiça, encontram muitas dificuldades em fazer dessa luta – que foi particularizada – uma luta de toda a sociedade brasileira. Dessa forma, a construção da memória social e coletiva sobre o período ditatorial e tudo que a envolve, acaba, na maior parte das vezes, se judicializando e ficando restrita, em boa medida, ao campo institucional.

Diferente de outros países do cone sul, especialmente, Uruguai, Argentina e Chile, onde a sociedade é protagonista da luta, se assumindo como um ator social por excelência que tenciona com o Estado para que as pautas ganhem projeção e consequência, no caso brasileiro isso não ocorre. Entre as próprias forças e atores políticos que viveram a ditadura e que hoje fazem parte do aparelho de Estado, essa é uma temática que segue relegada ao particularismo e protelada para um amanhã que nunca chega. Os avanços alcançados ainda estão restritos à luta dos movimentos sociais que se dedicam à temática e que, não encontrando espaço em meio à sociedade, acabam recorrendo ao âmbito judicial, onde, mal ou bem, obtém algum espaço de apoio para a difusão das suas demandas. A luta que é feita desde o Estado acaba não tendo a permeabilidade necessária no seio da sociedade, o que dificulta a possibilidade de construir uma memória social assentada sobre a verdade e perpetuando o desconhecimento (ou conhecimento equivocado). Esse cenário dificulta a ruptura do pacto de silêncio e esquecimento que foi conformado pela “Anistia do consenso forçado”.<sup>127</sup>

Nos desdobramentos decorrentes da judicialização das demandas, ganhou força a noção de “Justiça de transição”, entendida, desde o arcabouço jurídico, “como uma estrutura para se confrontar abusos do passado e como componente de uma maior transformação política” (MEZAROBBA, 2009, p. 37). A lógica da “Justiça de transição” remete as medidas que foram adotadas após a derrota do nazismo na Alemanha, para que a barbárie daquele período jamais voltasse a ocorrer. Além do julgamento e punição dos nazistas, havia a

---

<sup>127</sup> Segundo Teles (2009): “O consenso, elemento essencial da transição brasileira, negou caráter público à memória dos atos violentos do Estado – publicidade que se viu reduzida à memória privada, à memória de indivíduos ou de grupos identitários, não incluídos entre os protagonistas do pacto. Sobretudo, o consenso oficial limitou o repertório social sobre a memória, necessário para a realização do processo de compreensão do passado. O trato institucional da memória, de modo geral, tem sido capaz de evocá-la como tema ou, no máximo, processá-la como informação, mas não de praticá-la em seus aspectos transformadores e criadores. (TELES, 2009, p. 124).

preocupação de construir uma cultura de respeito aos direitos humanos entre a sociedade, de modo que os resquícios do nazismo fossem apagados e não houvesse possibilidade de retorno.

Entre as iniciativas apontadas pela “justiça de transição” no caso brasileiro, também encontramos elementos ligados ao campo judicial e não judicial. Mezarobba (2009, p. 38) aponta algumas delas, tais como: processar aqueles que cometeram crimes em nome do Estado; desenvolver políticas de reparação aos que foram vítimas dos crimes de Estado; iniciativas de memória e lembrança em torno das vítimas; criação de Comissões da Verdade; a reforma de instituições públicas que carregam em sua gênese a herança do período autoritário (como as polícias militares); e a reconciliação da sociedade.

No caso brasileiro houve a tentativa de reconciliação baseada no esquecimento e a efetivação das demais medidas apontadas pela “Justiça de transição” foi negligenciada pelos primeiros governos democráticos pós-ditadura, em acordo com os limites impostos pela “lógica da proteção” (BAUER, 2012) e do consenso forçado. A primeira medida concreta realizada em âmbito de Estado só foi efetivada depois de passada uma década do fim do período ditatorial (assumindo como fim da ditadura o momento em que um civil assume a Presidência do Brasil).

No Brasil houve a valorização institucional do passado por meio de uma memória do consenso. Buscando uma posição intermediária entre as duas memórias identitárias marcantes daquele período – a das vítimas e a dos militares –, o consenso elabora explicações negociadas do passado. Se a transição política no Brasil nasceu de um acordo entre as partes – os militares, os novos partidos, etc. – e estas se protegem ao preservar o consenso obtido, quer dizer que uma memória do consenso tentará expor uma visão limitada sobre os crimes da ditadura e simpática ao novo governo civil da democracia. É uma memória que reconhece os crimes enquanto excessos cometidos, mas questiona a amplitude da repressão, considerando os atos de barbárie da ditadura como fruto das ações da chamada “linha dura”. Na tentativa de “racionalizar” o ocorrido, fazem uso do discurso público do esquecimento e do perdão e colocam a sociedade na posição passiva do espectador que se encontra entre dois lados radicalizados. (TELES, 2009, p. 125)

Ainda sob o influxo do “consenso”, em 1995 o então Presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou uma Lei que reconhecia a responsabilidade do Estado no desaparecimento de brasileiros que tiveram “participação em atividades políticas” entre os anos de 1961 e 1979. Essa Lei ficou conhecida como a “Lei dos desaparecidos”.<sup>128</sup> Como é possível perceber, essa Lei garantiu, em um primeiro momento, legitimidade ao pacto da

---

<sup>128</sup> Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

“Anistia”, restringindo a sua abrangência ao ano em que a “Lei de Anistia” passou a vigorar.<sup>129</sup>

A “Lei dos desaparecidos” e as demais que se originaram a partir dela constituem um marco importante no sentido da reparação indenizatória às vítimas diretas e indiretas do terror de Estado promovido pela ditadura, apesar de não ter evoluído no sentido de garantir algum tipo de punição aos agentes que cometeram os crimes. No que se refere à memória, no marco da “Lei dos desaparecidos” foi criada a “Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos” (CEMDP). A CEMDP concluiu a primeira fase dos seus trabalhos no ano de 2006 e, em 2007, publicou extenso documento apresentando a síntese dos 11 anos de trabalho, onde foram protocolados 475 processos.<sup>130</sup>

O documento traz importantes contribuições no campo simbólico no que se refere às “disputas de memória”. Afirma, por exemplo, que a “Lei dos desaparecidos”, “[...] oficializou o reconhecimento histórico de que esses brasileiros não podiam ser considerados terroristas ou agentes de potências estrangeiras, como sempre martelaram os órgãos de segurança [...]” porque “[...] na verdade, [esses brasileiros] morreram lutando como opositores políticos de um regime que havia nascido violando a constitucionalidade democrática erguida em 1946.” (CEMDP, 2007, p. 30). Contudo, mesmo assumindo uma postura coerente em relação à memória dos que lutaram e resistiram à ditadura, o documento não avança no sentido da investigação dos crimes cometidos e nem na responsabilização dos autores desses crimes. Nesse sentido, compartilhamos da avaliação feita por Bauer (2012), quando afirma que:

Para os afetados, a reparação moral e a reconstrução da memória, entendida como o esclarecimento das mortes e desaparecimentos, eram demandas mais importantes que a reparação econômica. A Lei nº 9.140 não pode ser considerada uma política de memória, pois estabelece apenas uma forma de reparação em relação ao passado – a pecuniária –, desobrigando o Estado de fazer valer outros direitos fundamentais, como o direito à justiça e o direito à verdade. Trata-se de uma medida de reparação, principalmente porque a tarefa de investigar as circunstâncias das mortes e das desaparecimentos não se tornou uma incumbência do Estado que as promoveu, mas sim dos

<sup>129</sup> Apenas em 2002 foi promulgada uma nova Lei que ampliava o período de abrangência da “Lei dos desaparecidos” do ano de 1979, para o ano de 1988. Foi a Lei 10.536, de 14 de agosto de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10536.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10536.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2015. No ano de 2004 houve outra mudança na “Lei dos Desaparecidos”. A Lei 10.875, de 1º de junho de 2004 (Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.875.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.875.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2015): “[...] possibilitou que fossem reconhecidas como responsabilidade do Estado as mortes e os desaparecimentos ocorridos não somente em dependências policiais, mas em ambientes ‘assemelhados’, como centros clandestinos de detenção, ou em manifestações públicas e conflitos armados. Assim como os suicídios praticados na iminência da prisão ou em decorrência das sequelas psicológicas da tortura.” (BAUER, 2012, p. 207).

<sup>130</sup> Para maiores informações, ver: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à memória e à verdade**: comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília, DF: SEDH, 2007.

familiares que requereram à CEMDP a averiguação dos casos. [...] Nesse sentido, a Lei nº 9.140 pode ser considerada como uma segunda anistia, pois reconhece a responsabilidade do Estado, mas não obriga o Estado a investigar nem julgar os responsáveis por esses crimes, perpetuando a impunidade e imunidade dos agentes dos órgãos de repressão brasileiros. (BAUER, 2012, p. 212)

É inegável a importância que a “Lei dos desaparecidos” representa frente ao que se convencionou chamar de “Justiça reparadora”<sup>131</sup> e, também, para a conjuntura das lutas travadas em torno do campo da memória. Essa Lei abriu caminho para uma série de outras medidas no campo da reparação e possibilitou, mesmo que de forma muito sutil, a ampliação dos debates entre o conjunto da sociedade. Na esteira dessas medidas de reparação que não avançam na ruptura com o pacto da “Lei de Anistia” que mantém garantido o silêncio e a impunidade dos agentes promotores do terror, cabe destacar a criação da “Comissão de Anistia” no ano de 2001.<sup>132</sup>

Essa “Comissão”, vinculada ao Ministério da Justiça, trouxe a possibilidade de “reparação administrativa” (MEZAROBBA, 2009) por parte do Estado frente aos prejuízos econômicos causados aos que foram perseguidos pela ditadura. “Até dezembro de 2007, mais de 60 mil pedidos de anistia política haviam sido encaminhados à Comissão que, no mesmo período, concedeu cerca de 2,9 bilhões de reais em indenizações a 9.620 vítimas dos anos de arbítrio.” (MEZAROBBA, 2009, p. 48). Para além da reparação financeira, a “Comissão de Anistia” busca dialogar com o campo da memória realizando Sessões públicas onde os Anistiados têm espaço para conceder o seu depoimento e os membros da Comissão pedem desculpas em nome do Estado por todos os prejuízos causados pela ditadura. Segundo dados apresentados pelo Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3):

A Comissão de Anistia já realizou 700 sessões de julgamento e promoveu, desde 2008, 30 caravanas, possibilitando a participação da sociedade nas discussões, e contribuindo para a divulgação do tema no país. Até 1º de novembro de 2009, já haviam sido apreciados por essa Comissão mais de 52 mil pedidos de concessão de anistia, dos quais quase 35 mil foram deferidos e cerca de 17 mil, indeferidos. Outros 12 mil pedidos aguardavam julgamento, sendo que podem ainda ser apresentadas novas solicitações. Em julho de 2009, em Belo Horizonte, o ministro da Justiça realizou audiência pública de apresentação do projeto Memorial da Anistia Política do Brasil,

---

<sup>131</sup> Estamos assumindo a definição apresentada por Tavares e Agra (2009), onde os autores apontam que: “A justiça reparadora, de transição ou *transicional* se configura naqueles procedimentos que têm a finalidade de compensar abusos cometidos contra direitos humanos em regimes ditatoriais, em períodos de exceção ou em situações de anomalia constitucional.” (TAVARES; AGRA, 2009, p. 71).

<sup>132</sup> A Comissão foi criada por meio da Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2015.



envolvendo a remodelação e construção de um novo edifício junto ao antigo “Coleginho” da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde estará disponível para pesquisas todo o acervo da Comissão de Anistia. (PNDH-3, 2009, p. 171)

A Comissão também desenvolve outros projetos importantes no que se refere à necessidade do trabalho de valorização e difusão das memórias e de construção de uma memória social e coletiva subsidiada pela verdade histórica reconhecida pelo Estado. Destacamos o projeto “Marcas da Memória”, que desenvolve exposições, sessões de cinema e debates tendo como objetivo a construção e difusão das memórias sobre a ditadura; e o projeto “Clínicas do testemunho”, que oferece apoio psicológico as vítimas diretas e indiretas da ditadura que solicitam esse apoio.

Outra medida importante que merece destaque é o Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005, que dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos de arquivo públicos produzidos e recebidos pelos extintos órgãos da ditadura, a saber, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), que estivessem sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).<sup>133</sup> Esse decreto possibilitou que em 13 de maio de 2009 (através da Portaria nº 204 expedida pela Casa Civil da Presidência da República que tinha como Ministra – a atual Presidenta do país – Dilma Rousseff)<sup>134</sup> fosse criado o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)”, denominado de “Memórias Reveladas”. O Centro “Memórias reveladas” ficou subordinado ao Arquivo Nacional e tem por objetivo “tornar-se um espaço de convergência, difusão de documentos e produção de estudos e pesquisas sobre o regime político que vigorou entre 1º de abril de 1964 e 15 de março de 1985” (BAUER, 2012, p. 262).

No final do ano de 2009, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009,<sup>135</sup> aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3). Essa iniciativa constitui outro importante movimento no que se refere ao direito à memória e à verdade. O PNDH-3, em seu “eixo orientador VI”, que trata especificamente sobre o direito à memória e à verdade, aponta que: “As ações programáticas deste eixo orientador têm como finalidade assegurar o processamento democrático e

---

<sup>133</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

<sup>134</sup> Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=653&sid=56&tpl=printerview>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

<sup>135</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

republicano de todo esse período da história brasileira, para que se viabilize o desejável sentimento de reconciliação nacional.” (PNDH-3, 2009, p. 173). Além de recorrer ao expoente da “reconciliação nacional”, o “eixo orientador VI” aponta a necessidade de construir “consenso amplo” para que “as violações sistemáticas de Direitos Humanos registradas entre 1964 e 1985, bem como no período do Estado Novo, não voltem a ocorrer em nosso país, nunca mais.” (PNDH-3, 2009, p. 173).

Apesar de não romper com as lógicas da “reconciliação” e do “consenso”, as três diretrizes que compõem o “eixo orientador VI” são bem ousadas. A primeira delas, “Diretriz 23”, aponta o “Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado”, e indica como “objetivo estratégico”, que se promova “a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil [...] a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.” (PNDH-3, 2009, p. 173). A “Diretriz 23” indica como “ação programática” a criação de uma “Comissão Nacional da Verdade” no país, o que de fato veio a ser efetivado, mas não contemplando plenamente o que recomendava essa Diretriz.

A “Diretriz 24” aponta a necessidade de “Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade”. Indica como “objetivo estratégico” o incentivo a “iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários.” (PNDH-3, 2009, p. 175). As “ações programáticas” apontam para a necessidade de financiamento para a criação de Centros de Memória sobre a repressão política em todos os estados do país; para a identificação de locais públicos que serviram à repressão ditatorial; apoio para a criação de observatórios que se dediquem à memória e à verdade, em universidades; e desenvolvimento de ações educativas para educação básica e superior sobre a ditadura e “sobre a resistência popular à repressão” (PNDH-3, 2009, p. 176).

A “Diretriz 25” aponta a necessidade de “Modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia”. Tem como “objetivo estratégico”: “suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos.” (PNDH-3, 2009, p. 176). As “ações programáticas” estão vinculadas ao campo legislativo, constitucional e judicial. Entre as ações recomendadas estão: a criação de Grupos de Trabalho que atuem junto ao Congresso Nacional; o “reconhecimento do status constitucional de instrumentos internacionais de direitos humanos” (PNDH-3, 2009, p. 177); a proibição do uso de nome de pessoas que

praticaram crimes de lesa-humanidade em logradouros, prédios públicos, etc., bem como a mudança de nome dos que já tenham sido atribuídos; e, por fim, o acompanhamento judicial dos processos que envolvem responsabilização civil ou criminal relativos ao período ditatorial.

No que se refere à memória, um dos principais avanços suscitados pelo PNDH-3 – que se deu imediatamente, destaque-se – foi à repercussão que o lançamento do Programa teve nas mídias de massas. Como foi lançado no “apagar das luzes” do ano de 2009, criou-se em torno do seu lançamento uma atmosfera de “polêmica do ano”. Diversos setores da sociedade, especialmente os conservadores e os ligados as Forças Armadas, se posicionaram contrários as Diretrizes contidas no Programa. No que se refere ao “Eixo VI”, especificamente, os argumentos que remetem a lógica do esquecimento, do desconhecimento e à ideologia do “perdão” concedido pela “Anistia”, ficaram evidentes. Os discursos dos setores militares e das próprias Forças Armadas acusavam o Programa de ser “revanchista” e “insultuoso”.

[...] a reação dos militares ao lançamento do plano [sic] foi imediata. Os comandantes do Exército, general Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, ameaçaram pedir demissão caso esses trechos não fossem revogados pelo presidente Lula. Em 23 de dezembro, em reunião com o então ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmaram que o documento era “excessivamente insultuoso, agressivo e revanchista”. Nessa reunião, receberam o apoio do ministro, que se posicionou contrariamente à formação de uma “comissão de verdade” no Brasil. (BAUER, 2012, p. 276)

Os desdobramentos resultantes do PNDH-3 acirraram o já intrincado campo de disputas em torno das memórias sobre o período ditatorial. Entendemos as manifestações de rechaço, tanto entre os setores conservadores e militares, como do conjunto da sociedade, como sintomáticas no sentido de que consubstanciam a hipótese que buscamos sustentar nesse trabalho. Entendemos que a memória social e coletiva não é construída “por decreto”, ou seja, desde ações vindas do Estado e isoladas ou distantes da sociedade. Nas palavras de Santana (2015):

*“Eu acho que a memória deve sempre ser considerada como objeto de reflexão. Eu acho que isso é uma tarefa para toda a sociedade e é muito positivo esse resgate. Se bem que isso foi uma coisa que amaino durante um período, deixou criar um vão muito grande. Isso é uma aferição que teria de ser feito continuamente para que não fique esse vazio. Por exemplo, para muita gente houve um período de ditadura que fez e aconteceu e que depois propôs a volta da democracia. Não houve isso, houve muita luta para que a democracia retornasse. Esse processo passa na superfície da sociedade. É uma coisa que acontece no Brasil, pois no Uruguai os caras são muito mais preocupados socialmente com a*

*questão da sua memória. Lá eles criaram a cultura de dar nomes de lutadores para lugares, grupamentos: “Ramires Vargas!” Quem era Ramires Vargas? Foi um lutador social! Eles têm essa coisa de sempre fazer um contraponto daquela época com o presente, do passado com o presente. Então eles vão costurando a história com mais propriedade.” (SANTANA, 2015)*

Entendemos que a construção da memória coletiva parte de uma identidade, de uma identificação, de um sentimento de pertença. Nesse sentido, trabalhar as memórias de luta e de resistência à ditadura pode contribuir para a construção desse sentimento. Além disso, memórias que se constituem a partir de exemplos de luta e de resistência têm condições de forjar uma nova cultura política no país, rompendo com a “cultura do medo” e com a noção de imutabilidade da história, que são resultantes das práticas de esquecimento que foram suscitadas pela ditadura. Segundo Bourdieu (1989):

O que está em jogo é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível [*sic*] de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida (identidade nacional), pelo menos as vantagens negativas implicadas no facto [*sic*] de já se não estar sujeito a ser-se [*sic*] avaliado ou a avaliar-se [...] em função dos critérios mais desfavoráveis. A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação colectiva [*sic*] deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer. (BOURDIEU, 1989, p. 125)

É no sentido coletivo que pensamos a memória enquanto matéria que possibilita o estudo do passado a partir da recordação de vivências que estão atravessadas por relações sociais para além do indivíduo e que podem influir na construção de uma identidade coletiva que remete a ruptura com a negação de si mesmo e dos fatos históricos do passado. A lógica do esquecimento de um lado, e a tentativa de construção da memória das lutas e da resistência de outro, configuram uma disputa social que desnuda as relações de poder que buscam legitimar determinadas memórias (de esquecimento, negação, etc.) ao passo que deslegitimam outras (de luta, resistência, etc.) escolhendo arbitrariamente as narrativas “legítimas” que compõe a história oficial.<sup>136</sup>

---

<sup>136</sup> Conforme nos lembra Silva Filho (2011), “A história dos perseguidos políticos da ditadura civil-militar brasileira está sendo contada agora, nos processos de todos eles. A história oficial já se conhece em parte, embora com lacunas atroztes que se devem ao caráter ainda autoritário das forças armadas, que se negam a divulgar os seus arquivos e a informar a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos. Muitos fatos só estão agora vindo à tona.” (SILVA FILHO, 2011, p. 65)

Essa dimensão é especialmente importante na análise de memória coletiva, principalmente, porque a memória possui um teor ideológico bastante visível, já que o sujeito, ao narrar suas memórias, manifesta seus valores, suas crenças, suas opiniões. Além disso, ele não é uma testemunha neutra, pois ao narrar os fatos, afirma sua posição política, ou seja, quer também julgar marcando bem o lado em que estava naquele momento da história, reafirmando a sua posição ou matizando-a. (ANSARA, 2009, p. 52)

É evidente que as narrativas das memórias têm um teor ideológico e não teria como ser diferente. A questão que se coloca é que as memórias dos que lutaram e resistiram à ditadura esteve – e, de certa forma, ainda está – “privatizada”, “particularizada” e “silenciada”, impedindo que a sociedade conheça os meandros dos projetos que estavam em disputa no momento do golpe militar e durante a ditadura. A “memória oficial” posicionou as Organizações de esquerda num patamar “contra-revolucionário”, negando que estas tivessem algum projeto de sociedade para além da oposição ao “regime”. Como procuramos demonstrar no primeiro e segundo capítulos, a Ação Popular é uma das Organizações que tinha um projeto de sociedade claro, inclusive anterior ao que foi imposto pela ditadura.

Dessa forma, reafirmamos a hipótese de que as disputas em torno da memória social e coletiva referente ao período da ditadura tem de ocorrer considerando-se a importância dos projetos, das lutas e das resistências que foram efetivados pelas Organizações políticas de esquerda e não apenas a noção de que os que se opunham foram vítimas. Não negamos que a sociedade como um todo foi vítima das práticas totalitárias do terrorismo de Estado sustentado pela ditadura. Reconhecemos e denunciemos que os que resistiram, lutaram, se opuseram, discordaram, etc., foram ainda mais supliciados e vitimários, mas entendemos que além de vítimas, são atores políticos que lutaram por ideais nobres que devem ser reconhecidos pela sociedade.

O foco apenas na condição de vítimas pode causar certa imobilidade ou, até mesmo, perpetuar a “cultura do medo”. Já os exemplos de luta e de resistência, ao contrário, podem contribuir para que os projetos que foram ceifados pela ditadura voltem à pauta nacional e, como foi gravado nas paredes de Paris em 1968, fazer com que “as ideias voltem a ser perigosas”. Nesse sentido, entendemos que a memória social e coletiva sustentada por elementos positivos e ativos traz consigo o que as práticas de esquecimento e a “memória oficial” fazem questão de renegar, ou seja, um expoente de lutas capaz de impor uma agenda social que questiona e ameaça os privilégios das elites. Pois, assim como afirma Reis (2004):

[...] o tempo dá voltas inesperadas. Os derrotados de ontem, na luta aberta, podem ser os vitoriosos de amanhã, na memória coletiva. Nas batalhas de

memória, o jogo nunca está definitivamente disputado, as areias são sempre movediças e os pontos considerados ganhos podem ser subitamente perdidos. (REIS, 2004, p. 30)

As demandas dos movimentos sociais que desencadearam ações pontuais do Estado durante os anos de governos democráticos no pós-ditadura não encontraram o respaldo social necessário para que avançassem em suas conquistas. As disputas em nível institucional, apesar de terem garantido avanços importantes para os que foram mais atingidos pela repressão, seguem descoladas da base da sociedade e vêm demonstrando a sua limitação no sentido de propiciar um movimento amplo capaz de confrontar a “memória oficial”. Em todos os exemplos que citamos no decorrer desse subcapítulo, ficam evidentes as limitações de tais ações que são desenvolvidas “de cima para baixo”.

Um exemplo que demonstra a necessidade de que o conjunto da sociedade esteja envolvido nas lutas por memória, verdade e justiça e, ao mesmo tempo, evidência a limitação das disputas travadas desde o espaço institucional, é a contestação que foi feita pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a validade da “Lei de Anistia” para crimes de lesa humanidade praticados por agentes da ditadura. Esse questionamento se deu por meio de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ajuizada pela OAB no STF. Em síntese, o que a OAB questionava era a validade da “auto-anistia” concedida aos agentes dos órgãos de repressão que cometeram crimes de lesa humanidade em nome do Estado. A ADPF nº. 153<sup>137</sup> foi julgada improcedente pelo STF por 7 votos a 2, em abril de 2010 (SILVA FILHO, 2011). A esse respeito, destacamos uma fala de Jair Krischke, Presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH), que entendemos como oportuna:

Eu até faço questão de contar o seguinte: às vésperas de a OAB ajuizar a sua ação – por essas coisas da vida – eu estava em Brasília em uma cerimônia e, compondo a mesa, estava ao meu lado Cezar Britto – Dr. Cezar Britto, presidente da OAB. Ele me toma pelo braço e fala assim: “Amanhã nós vamos entrar com uma ação no Supremo.” E eu disse a ele: “Não faça isso, presidente!” E ele arregalou os olhos: “Por quê?” **“Porque esta não é uma questão jurídica, é uma questão política.** E, se nós vamos ao Supremo, nós nos submetemos ao Supremo. E eu já vou lhe dizer o resultado – já, agora. Qual vai ser o resultado?” E o resultado foi esse que nós temos! E aí, presidente, vamos falar com quem? Com o núncio apostólico? Porque terminou o espaço político: “O Supremo disse, o Supremo falou!” *Roma locutat, causa finita est!* Mas eles entraram com a ação e estamos vivendo isso. O Supremo disse que sim, que os agentes do Estado estão anistiados. E

---

<sup>137</sup> Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpfl153.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

mentem, porque dizem que foi uma conciliação brasileira, foi um acordo. Não houve acordo nenhum! Se olharem o número dos votos que aprovaram, a diferença foram 26 votos, se não me engano. Mas que acordo houve? Não houve acordo nenhum, houve uma imposição! **E estão falseando a história porque sabem que esse é um povo sem memória.** Por isso que a Comissão da Verdade é muito importante, para restabelecer a memória do quanto hediondo foi esse regime. Que isto não pode passar em branco, como forma de nós, sim, agora, vivermos em democracia. Por quê? Porque crimes dessa natureza não se podem perdoar, não se podem esquecer. (KRISCHKE, 2012, p. 179-180, grifos nossos).

A negativa do STF em rever a “Lei de anistia” demonstra – como bem aponta Krischke (2012) – o caráter político dessa decisão que, em última instância, mantém inalterada a “ideologia da reconciliação”, pautada pelo silêncio e pela negação da memória, da verdade e, nesse caso, principalmente, pela negação da justiça. Ao mesmo tempo, em se tratando de uma disputa política, atravessada por relações de poder, não podemos concordar que tenha “acabado o espaço político” com a negativa do STF. Com certeza se configura em uma derrota institucional, mas a luta por memória tem um vasto campo dentro do tecido social a ser desenvolvido, onde há poder e resistência latente, capaz sim, de “pesar” na balança política.

É sempre válido lembrar Michael Foucault, que aponta a resistência não apenas como uma substância, porque “ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea [...] Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele.” (FOUCAULT, 1979, p. 241). Ainda sobre a dimensão do poder nas disputas políticas que atravessam o campo da memória, verdade e justiça, é importante ter presente a máxima: “onde existe poder, existe resistência e possibilidade de luta” (FOUCAULT, 1979).

Como apontamos no início deste subcapítulo, as pautas dos movimentos sociais que tem lutado por memória, verdade e justiça, foram, ao longo do tempo, ficando presas à judicialização e à institucionalização. Essas lutas, ao não encontrarem eco na sociedade, acabam restritas ao âmbito do Estado, o que afasta ainda mais o debate do amplo conjunto da sociedade. Nesse sentido, apontamos a potencialidade contida na narrativa das memórias daqueles e daquelas que lutaram e resistiram, para a conformação de um amplo movimento em nível social que esteja baseado no capital sociopolítico desses atores e dessas memórias, contribuindo, desde a sociedade, para “uma política de memória, que recupere o passado, que revele o que está oculto [e] que rompa com o pacto de esquecimento [...]” (DORNELLES, 2012, p. 171).

Outro fator importante, especialmente no que se refere à verdade, é o acesso aos “arquivos do terror” da ditadura brasileira. Os arquivos carregam uma memória que, se confrontada com a dos militantes e analisada sob a luz dos direitos humanos é capaz de romper com a reciprocidade entre as ações das Organizações de esquerda e os crimes de lesa humanidade cometidos pela ditadura que a “Lei de Anistia” tenta impor. Nesse sentido, Suzana Lisboa, uma das mais aguerridas e destacadas militantes entre os familiares de mortos e desaparecidos políticos, bem como na luta e na defesa dos direitos humanos, afirma que:

A pretensa e mal chamada reciprocidade imputada à lei de anistia não impede a punição dos crimes da ditadura: o que temos que garantir é uma interpretação que desmonte a aberração jurídica e histórica da autoanistia que se quer naturalizar. Não é possível realizar uma transição que seja democrática com esquecimento e impunidade – a abertura incondicional dos arquivos da repressão é condição imprescindível para o desfecho deste processo. Reparação não combina com reconciliação, muito menos com sigilo eterno e mentira organizada. (LISBOA, 2011, p. 404)

Em relação ao acesso aos arquivos da repressão, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.527, em 18 de novembro de 2011.<sup>138</sup> Essa Lei ficou conhecida como “Lei de acesso à informação” e em seu capítulo IV, Artigo 21, parágrafo único, afirma que: “As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.” (LEI Nº 12.527, 2011, S.I). Simbolicamente, no mesmo dia a Presidenta sancionou a Lei nº 12.528 que criava a Comissão Nacional da Verdade (CNV).<sup>139</sup> Ao contrário do que se dava a entender com a sanção das duas Leis no mesmo dia, a CNV não conseguiu acessar os documentos sobre o período da ditadura que ainda estão sob guarda das forças armadas.

A CNV foi instalada em maio de 2012, tendo como finalidade: “examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.” (CNV, 2014, p. 15). A Comissão tinha em seu horizonte de trabalho nada menos que 42 anos para investigar, contemplando o período entre as duas últimas Constituições do país, 1946-1988.

---

<sup>138</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

<sup>139</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2015.



Durante os seus trabalhos, a CNV ouviu 1121 depoimentos, sendo que 132 deles foram de agentes públicos. Realizou 80 audiências e sessões públicas pelo país, tendo disponibilizado em seu site institucional as gravações em vídeo da maioria delas. Não está entre os nossos objetivos uma avaliação pormenorizada dos trabalhos e dos resultados apresentados nos três volumes do Relatório Final da CNV,<sup>140</sup> mas nos cabe destacar alguns desdobramentos que influenciam e jogam papel importante no que se refere ao campo da memória.

A criação da CNV e o desenvolvimento dos seus trabalhos reacenderam os debates e as disputas em torno da temática da memória, da verdade e da justiça entre a sociedade, sobretudo, entre os setores conservadores e das Forças Armadas e os movimentos sociais que tem como eixo a defesa dos direitos humanos. Novamente emergiu o aspecto político desse processo e se evidenciou as limitações perpetuadas pela “ideologia da reconciliação” e pelo distanciamento do conjunto da sociedade do debate que estava – e ainda está – em pauta.

Os elementos em disputa no campo político se apresentam na própria dinâmica de alternância entre os sete Conselheiros que estavam responsáveis por conduzir e dirigir os trabalhos da CNV. Durante os dois anos e sete meses de trabalho da CNV, houve várias divergências públicas entre os Conselheiros, uma renúncia e um afastamento por motivos de saúde, demonstrando o quão espinhoso e problemático pode ser a instalação tardia – e baseada na “ideologia da reconciliação” – de uma Comissão da Verdade aos moldes do que foi a brasileira. Segundo consta na apresentação do Volume I do Relatório da CNV:

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi integrada por sete conselheiros, por designação presidencial. Compuseram-na durante todo o seu período de funcionamento – de 16 de maio de 2012 a 16 de dezembro de 2014 – os conselheiros José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha. Foram designados para a composição inicial, mas se desligaram antes da conclusão dos trabalhos, os conselheiros Claudio Lemos Fonteles (renunciou em 2 de setembro de 2013) e Gilson Langaro Dipp (pediu afastamento, por razão de saúde, em 9 de abril de 2013). O conselheiro Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari foi nomeado em 3 de setembro de 2013, tendo permanecido até o final. (CNV, 2014, p. 9)

---

<sup>140</sup> O Volume I se divide em cinco partes e 18 capítulos, totalizando 976 páginas. O volume II reúne um conjunto de nove textos temáticos totalizando 416 páginas. É nesse volume que se encontram textos que analisam o apoio civil-empresarial à ditadura e a resistência de setores da sociedade. O Volume III, o mais extenso, se atém integralmente aos 434 casos de mortos e desaparecidos políticos levantados pela CNV, em um total de 1993 páginas. Nesse volume é apresentando as biografias dessas pessoas, as circunstâncias da morte ou desaparecimento, e o andamento das investigações (CNV, 2014).

Entre as diversas polêmicas suscitadas pelos trabalhos da CNV, merece destaque a negativa das Forças Armadas brasileiras – em evidente afronta ao que determina a “Lei de acesso à informação” – aos questionamentos feitos pela CNV a respeito do uso de instalações militares durante a ditadura para prática de “graves atentados aos direitos humanos”. Segundo a avaliação da CNV, expedida em resposta aos relatórios das três forças (Aeronáutica, Exército e Marinha), nenhuma delas reconhece a ocorrência de torturas ou outras graves violações aos direitos humanos em suas instalações militares.<sup>141</sup>

Essa negativa das Forças Armadas – que contou, inclusive, com a anuência do Ministro da Defesa, Celso Amorim – demonstra, entre outras questões, a permanência do sentimento de superioridade entre os setores militares frente ao arcabouço constitucional e às normas que deveriam reger o Estado Democrático de Direito que passou a vigorar no Brasil – ao menos formalmente – a partir da Constituição de 1988. Ações de desmando como essa evidenciam o prejuízo e a limitação que a “Lei de Anistia”, a impunidade, a “ideologia da reconciliação” e as “práticas de esquecimento” representam para a efetivação da democracia, para a construção da memória coletiva e para que as Forças Armadas sigam agindo como se fossem intocáveis. Além disso, essa inobservância dos preceitos democráticos pelas Forças Armadas encontra sustentação nas estruturas burocráticas dessas forças que não foram reformadas ou reconstruídas sob a luz da democracia, mantendo as heranças da ditadura em suas práticas cotidianas, o conhecido “entulho autoritário”.

#### 4.3 AS MEMÓRIAS COMO RESISTÊNCIA

O estudo da memória (histórica, social, coletiva e política)<sup>142</sup> enquanto campo que se dedica a pensar a relação dos fatos ocorridos no passado e que influenciam no presente se constitui por meio de diferentes abordagens. No âmbito desse trabalho estamos utilizando a noção transdisciplinar para dialogar com essas diferentes vertentes teóricas que trabalham com o eixo da memória, tendo em vista que o nosso objetivo é pensá-la como uma forma de resistência. No decorrer desse trabalho buscamos realizar uma aproximação entre teoria e empiria, tendo como eixo referencial as narrativas de ex-militantes da Ação Popular (AP) que atuaram no Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar.

---

<sup>141</sup> Para maiores esclarecimentos sobre o desdobramento da polêmica indicamos a leitura dos ofícios, notas e relatórios disponibilizados pela CNV no seu site. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/torturas-em-instalacoes-militares.html>>. Acesso em: 15 jul.2015.

<sup>142</sup> LE GOFF (1990); HALBWACHS (1990); ANSARA (2009).

Segundo Torino (2013), um dos pioneiros no estudo do conceito de memória foi Henri Bergson com a sua obra “Matéria e Memória” que data de 1896.<sup>143</sup> Para Bergson (1999), a memória não pode ser explicada apenas de forma físico neurológica, ou seja, pelo cérebro, mas também pelo espírito, sendo a própria memória o fruto dessa relação corporal e espiritual. Ainda segundo Torino (2013), outra contribuição fundamental é a do sociólogo Maurice Halbwachs, que foi o precursor no desenvolvimento da sociologia da memória,<sup>144</sup> contribuindo para que esse tema passasse a fazer parte do universo das ciências sociais. A obra de Halbwachs tem como eixo a teoria sociológica durkheimiana, e por isso a memória é trabalhada sob um viés social e coletivo. Segundo Pollak (1989):

Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde [provém] o termo que utiliza, de "comunidade afetiva". (POLAK, 1989, p. 3)

Tanto Bergson como Halbwachs representam um referencial importante para pensar a memória, porém, com o avanço dos estudos em diferentes áreas do conhecimento, essa temática se constituiu em um campo transdisciplinar de difícil compartimentação. As abordagens conceituais que dialogam com a memória têm proposto análises complexas que pensam desde o indivíduo até o coletivo, do social até o particular, da história à psicologia e do político ao subjetivo. Bergson (1999, p. 247) parte de uma lógica subjetivista em que a memória é um fenômeno que “prolonga o passado no presente”, a memória se mantém pela evocação das lembranças no presente o que não permite o esquecimento.

Poderíamos dizer que não temos poder sobre o futuro sem uma perspectiva igual e correspondente sobre o passado, que o impulso de nossa atividade para diante cria atrás de si um vazio onde as lembranças se precipitam, e que a memória é assim a repercussão, na esfera do conhecimento, da indeterminação de nossa vontade. (BERGSON, 1999, p. 68)

A perspectiva mais próxima do viés individual da memória apresentada por Bergson não é seguida por Halbwachs. O sociólogo questiona a percepção individual desenvolvida por Bergson por considerar a memória como resultante de um fenômeno social. Halbwachs

---

<sup>143</sup> Estamos utilizando como referência a obra: BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio da relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

<sup>144</sup> Estamos utilizando como referência a obra: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Vértice, 1990.

(1990) nega a perspectiva subjetivista por considerar, por exemplo, que a reflexão antecede a lembrança e esta reflexão é determinada socialmente. Segundo a teoria do autor, a lembrança e, por consequência, a memória, são um produto social determinado pela própria sociedade em que vivemos, e não algo subjetivo do indivíduo que está dissociado do coletivo social de que faz parte. Nesse sentido, podemos pensar que para alcançar os ideais de memória, verdade e justiça, a construção em nível social antecede o ordenamento jurídico que se foca, em vários momentos, na noção do direito individual à reparação da vítima, afastando a perspectiva de conjunto, de sociedade, de coletividade. Essa construção social passa pela desconstrução de mitos que foram impostos a memória coletiva brasileira, como a ideia de que pensar o passado se configura em “revanchismo” ou, que houve “reciprocidade” entre os crimes de Estado praticados pela ditadura e a “violência revolucionária” das Organizações de esquerda. Para Santana (2015):

*“[Essa] é a forma de qualificar a questão para que possa ficar claro que não se trata de uma vingança contra quem eventualmente praticou danos a outrem, trata-se da estrutura moral do país que é dirigido por um Estado e que não pode destacar seus membros para cometer insanidades sociais de toda sorte como as que ocorreram. É perfeitamente correto e também necessário para fazer com que as pessoas entendam que não se trata de buscar desforras, mas sim mostrar a memória social e política do país de forma que a responsabilidade do Estado seja efetiva e não deixar que o Estado seja tomado por insanidades que acabam prejudicando e danando a própria razão de ser desse Estado, que é justamente a preservação da vida, dos direitos, etc.” (SANTANA, 2015)*

Halbwachs (1990) afirma que “[...] só temos a capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista coletivo de um ou mais grupos e nos [situamos] novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo.” (HALBWACHS, 1990, p. 36). Em acordo com as prerrogativas durkheimianas que apontam o indivíduo como parte da sociedade, Halbwachs dialoga com o elemento individual que constitui as memórias ao afirmar que “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [e] que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.” (HALBWACHS, 1990, p. 51). O depoimento de Cardoso nos ajuda a pensar essa relação de construção da memória proposta por Halbwachs.

*“Eu mudei de paradigma muitas vezes, eu saí de uma menina fútil mesmo, “rainha” disso e daquilo, que gostava de dançar, que queria ser bailarina, esse era o meu objetivo. Depois eu entro na USP que foi a grande vantagem da minha vida, e a partir daí viver no centro do ‘fervo’ e começar a olhar o mundo. Só que*

*ai, olhar com outros olhos, com os olhos da JUC, ‘ver, julgar e agir’, esse era o lema. Isso já faz uma diferença e depois evoluo e entro na AP que já era outro paradigma, ou seja, ‘vamos fazer a Revolução!’” (CARDOSO, 2015)*

Segundo Torino (2013), o elemento central no pensamento de Halbwachs sobre a memória é que, independente das fontes de lembrança sobre o passado que possamos ter, por mais pessoais, íntimas, sentimentais e exclusivas que possam parecer, em verdade elas existem devido às influências do grupo social que está no entorno do indivíduo. Dessa forma, por ser uma construção social, a memória deve ser cuidadosamente estudada e analisada. Alguns desdobramentos da memória ficam evidentes nas narrativas dos ex-militantes da AP, como se pode perceber em um dos trechos da entrevista que realizamos com Loguércio.

*“A gente adquiriu certa disciplina que tem pessoas que dizem que nós ainda estamos vivendo aquela época. Mas são coisas que ficam arraigadas em nós. Por exemplo, tem coisas que a gente não lembra porque nós disciplinamos a memória para não decorar. Se tu quiseses me dar um telefone, só se eu anotar. Claro, hoje já tem a velhice, mas tem muita dessa auto disciplina que nós desenvolvemos para não decorar número de telefone, por exemplo. Nos disciplinamos para não anotar endereço, para não guardar a fisionomia das pessoas. Quando nós dizíamos isso na Comissão da Verdade eles ficavam impressionados. A nossa memória era disciplinada para não ter memória. Hoje tem muitos dados que a gente não sabe dar porque não se fixava naquilo, era importante não saber. Se tu ‘caísse’ podiam te matar na tortura que tu não iria falar porque não sabia, simplesmente.” (LOGUÉRCIO, 2015)*

Percebemos que em muitos momentos o esquecimento, ou ainda, a negação da memória, se constitui como uma forma de defesa, de preservação. A “cultura do medo” desenvolvida pelo terrorismo de Estado pode ser pensada e entendida como produtora do esquecimento ou de outros tipos de memória que permanecem alheias dos fatos históricos. O esquecimento e a negação podem remeter, em determinados momentos, à autodefesa individual frente ao medo do que pode acontecer caso a “memória oficial” seja questionada. A memória, passível de sofrer influência do contexto social, acaba se tornando seletiva, ou seja, a lembrança poderá advir a partir da recordação do que é importante para o grupo (se proteger da sanha repressiva através do silêncio, por exemplo) e, não necessariamente, só para o indivíduo. Sendo assim, a memória coletiva se constitui como uma memória que é compartilhada por um determinado grupo social, que pode ser um povo, uma nação, ou uma organização política, como no caso da AP.

Nas memórias dos ex-militantes da AP encontramos relatos que demonstram essa “construção da memória” a partir da rearticulação dos grupos. A reaproximação do grupo

recria as memórias de luta do passado na busca de inserção frente às demandas do presente. Indiretamente, a reconstrução da memória coletiva dos grupos influi na construção de uma memória social que atua no (e sobre o) presente. Encontramos alguns desses elementos na entrevista que nos concedeu Maria Josefina Becker.

*“Quando houve a redemocratização as pessoas foram se reorganizando. Às vezes depende muito de afinidades pessoais, do grupo que está mais próximo, e assim as coisas vão se acomodando. Na verdade tu encontras hoje, dos nossos companheiros daquela época, atuação em diferentes espaços. Nós temos um grupo do qual a Nilce faz parte, e também, a Carmem, o Grassi, o Loss e mais algumas pessoas. Todos que foram companheiros de militância universitária. Alguns deles foram de AP, outros não. Alguns foram ligados à JUC, outros são independentes, eram ligados aos antigos independentes. Nós temos essa turma que se reúne e, como sempre falamos, nós nos reunimos para beber e salvar o Brasil. Nós nos reunimos nas casas das pessoas para discutir política. Nós fizemos várias coisas, inclusive. Nós chegamos a criar um Instituto Brasileiro de Ação Popular (IBRAP) com militantes daquela época que se re-encontraram. Isso foi no final da década de 1990, início dos anos 2000, por aí. Nós trabalhamos no Fórum Social Mundial de Porto Alegre – nos três primeiros. Eu fui do Comitê de organização desde o primeiro Fórum. Nós organizamos muita coisa, mesas, trabalhos, etc. Com isso nós conseguimos reunir muita gente dessa antiga militância dos anos 1960, foi impressionante o que trabalhamos. [...] Então nós continuamos com certo tipo de militância através desses reencontros depois da redemocratização. [...] A década de 1960 foi um divisor de águas. E também é a década em que se criou a AP, a década em que houve o golpe, a década em que tantas pessoas se perderam por aí, mas que, enfim, se reencontraram. Os reencontros foram coisas muito interessantes.” (BECKER, 2015)*

As relações entre a memória e o esquecimento nos remetem a obra de Paul Ricoeur<sup>145</sup> que alerta para os “excessos da memória e do esquecimento”. O autor reivindica em sua obra a dimensão da “justa memória”,<sup>146</sup> como forma de combater os traumas do passado e, dessa forma, manter a sociedade livre de situações de abusos, injustiças e atentados aos direitos humanos. Dessa forma, nos interessa a construção do autor sobre a dimensão do esquecimento que, segundo ele, pode ser passivo (vinculado a forma patológica) e ativo (vinculado as relações ideológicas, políticas e de poder). É importante destacar que aqui não estamos tratando, necessariamente, do esquecimento como antítese da memória, mas também como uma outra forma de manifestação dessa memória.

<sup>145</sup> Estamos utilizando como referência a obra: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

<sup>146</sup> O autor afirma perturbar-se com o “[...] inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória — e de esquecimento. A idéia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos.” (RICOEUR, 2007, p. 17).

No âmbito do “esquecimento” (que pode constituir uma outra forma de memória) e no que se refere ao período ditatorial, temos as duas dimensões, a “passiva” e a “ativa”. O esquecimento ligado aos traumas causados pelas perseguições e torturas é o que mais se destaca entre os ex-militantes. Entre o conjunto da sociedade se evidenciam os elementos “ativos”, ligados a uma intenção objetiva dos algozes que remete a “ideologia da reconciliação” e ao esquecimento como “superação” do passado, garantindo a impunidade e a repetição. Em relação ao esquecimento “passivo” entre os ex-militantes, o caso de Cardoso se apresenta como um exemplo bárbaro do que a tortura pode causar não apenas em nível físico, mas também psíquico. Cardoso viveu anos de amnésia pós-traumática devido às torturas brutais a que foi exposta. Mesmo depois de muitos anos de tratamento psicológico, Cardoso se depara com lacunas na sua memória, fatos vividos que desapareceram.

*“Tudo que eles [torturadores] me perguntaram foi bloqueado na minha cabeça. Os outros e outras que foram militantes operários está tudo bloqueado na minha cabeça, eu tentei buscar, mas está tudo ‘deletado’. Naquela hora [da tortura] tudo que eles queriam eu neguei: ‘Não sei! Não conheço nenhum operário!’ Eu já era professora e essa era a história.” (CARDOSO, 2015)*

O esquecimento passivo está associado aos traumas que não são exclusivos da tortura física, mas também das experiências de perseguição e “situações limite”. O esquecimento resultante de traumas, perseguições e “situações limite” pode ser entendido como uma autodefesa psicológica. No depoimento de Santana, que não foi torturado, mas enfrentou perseguições que o colocaram de frente a diversas “situações limite”, encontramos outras formas de esquecimento passivo.

*“Não sei se é só comigo, ou se é devido àquela época arbitral, tem fatos que aparecem picotados. Tem coisas que saem naturalmente, mas tem certos fatos que não tem jeito. Por exemplo, esse negócio do Taba [Tabajara Ruas]... Eu não consigo me lembrar a hora em que eu me despedi dele. Não consigo me lembrar, essa hora me foge da memória. Outro exemplo... Eu e a Auria. Me dava super bem com ela, uma boa guria, boa companheira e nós estávamos fazendo a nossa discussão conjunta porque a gente iria para lá [Guerrilha do Araguaia] como um casal. Aparentemente eu seria casado com ela, iríamos morar em algum lugar lá e ter alguma atividade. Ela era da área da agricultura eu era da campanha, essas coisas... Aí vieram esses fatos que te narrei e eu não consigo me lembrar aonde foi parar a Auria. Até hoje não sei onde ela foi parar!” (SANTANA, 2015).*

Devido ao acirramento das perseguições, a Organização achou por bem que Santana deveria sair do país e buscar asilo no Chile como outros militantes perseguidos estavam

fazendo. Em seu deslocamento, Santana estava acompanhado por outro militante, Tabajara Ruas. Quando chegaram à Argentina e estavam prestes a cruzar a fronteira com Chile, Santana decidiu voltar ao Brasil e Tabajara Ruas seguiu. Alguns dias depois de ter se despedido de Tabajara Ruas e ter iniciado o retorno ao Brasil houve o golpe de Estado no Chile. Tabajara Ruas foi um dos brasileiros presos.

Outro relato surpreendente que dialoga com “situações limite” surgiu na entrevista com Loguércio. Após a sua prisão na Bahia começou a receber ameaças de tortura e pressões psicológicas de todo o tipo para que revelasse informações sobre o paradeiro de seus companheiros. Em uma atitude inteligente, corajosa e arriscada decidiu inventar uma história tendo em vista desviar a atenção da repressão. Apesar de longo, o relato merece destaque.

*“Mas o que fiquei pensando é que iriam pegar a Estela e eu tinha que fazer algo, aí disse para eles: ‘Está bem, eu falo!’ Aí o coronel retrucou: ‘Já sei, ela viu quem chegou!’ E eu retruquei de volta: ‘Não, eu vi o estado que ele chegou!’ Aí ele perguntou: ‘Tu estás com medo que te aconteça o mesmo?’ Eu disse que sim e já comecei a contar uma história dizendo que a Estela já não estava mais em Salvador a muito tempo. Que quando o Benjamim foi preso eu mesma tinha ido levar ela na rodoviária para ela ir para São Paulo. Aí me perguntaram: ‘Para onde que ela foi em São Paulo?’ E eu falei o nome da única rua que eu conhecia porque eu passava quando estava indo para a casa de uma prima que morava em São Paulo: ‘Olha, eles me disseram o nome da rua Francisco Matarazzo...’ E me perguntaram o número na rua, eu não tinha absolutamente nenhuma ideia de que número dizer e respondi sem pensar muito: ‘Francisco Matarazzo, 345!’ E me perguntaram qual o número do apartamento e eu disse: ‘Olha, não me falaram nada de apartamento!’ Ele pensou alto e exclamou: ‘Casa na Francisco Matarazzo? Olha, se esse endereço não existir tu vais ver o que vai te acontecer!’ Essa era a informação que os dois caras do CENIMAR queriam desde o início, porque eles já chegaram querendo enfiar os meus dois dedos na tomada. [...] Aí eu comecei a ‘remendar’ achando que quando eles vissem que era mentira eu ia levar: ‘Bom, mas eles não confiavam muito em mim... Eu nunca fui de Direção... Não sei se essa informação é correta.’ [...] Anos depois, já era na legalidade, uns 13 anos depois, eu fui participar de um Congresso pela CONAM [Confederação Nacional das Associações de Moradores] e de um encontro do Movimento contra a carestia. Depois dos eventos eu fui para a casa da Amelinha Teles e comentei que iria telefonar para a minha prima que morava em São Paulo para tentar vê-la, porque eu gostava muito dela e queria marcar um almoço, algo assim. Eu telefonei para a minha prima já me desculpando que não conseguiria ir à casa dela porque teria que voltar para o Rio Grande do Sul, mas que gostaria de almoçar com ela. Quando eu perguntei onde era o trabalho dela, ela me responde: ‘Eu trabalho em uma agência do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social]... Anota o endereço...’ Era noite e eu estava ligando da rua, de um ‘orelhão’, não tinha como anotar, mas quando ela disse o endereço eu comecei a tremer: ‘É na Francisco Matarazzo...’ Quando ela disse que o número era ‘345’, eu não conseguia mais ouvir nada, comecei a tremer inteira e só consegui dizer: ‘Está bem, até amanhã!’ No outro dia eu tomei um ônibus que me deixou no*



*início da Francisco Matarazzo e depois um taxi até o número. Quando eu cheguei olhava para todos os lados, olhava o prédio da agência. Quando nós saímos para almoçar, fora do prédio com medo que tivesse alguma coisa, isso que já era ‘democracia’ – entre aspas, aí eu perguntei: ‘Essa agência é nova?’ Ela me respondeu que sim, que tinha uns cinco anos. Aí eu perguntei o que era antes, porque fiquei pensando que no mínimo ‘eles’ pegaram as pessoas que estavam ali e mataram. Ela me disse que antes era uma agência do INAMPS [Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social]! Nossa... Isso foi uma salvação, porque imagina!? Eu falei um número qualquer, só porque os números eram em ordem, ‘345’. Imagina se pegam uma pessoa!? Olha que loucura isso! Essas coincidências que acontecem... Eu posso te dizer com segurança que muitos de nós morreram e muitos de nós se salvaram por detalhes assim, como esse.” (LOGUÉRCIO, 2015)*

Segundo Torino (2013), as formas de “abuso da memória” que são trabalhadas por Ricoeur estão vinculadas a “memória obrigada” (que dialoga com a dimensão dos abusos políticos que tratam da memória de eventos traumáticos de uma sociedade), a “memória manipulada” (que se refere a relações individuais e coletivas no campo da memória e que são impostas ideologicamente para justificação do poder) e a “memória impedida” (que envolve manifestações patológicas da memória coletiva devido à imposição do esquecimento – ou a proibição de lembrar – que conduz a repetição compulsiva).

No caso brasileiro se aplicam as três formas de “abuso da memória” apresentadas por Ricoeur. A “memória obrigada” remete a negação do passado autoritário e de suas consequências imediatas e secundárias, individuais e coletivas, apresentando a conciliação baseada no esquecimento como forma de superação do passado. A “memória manipulada” se efetiva nas lógicas de protelação do acerto de contas com o passado, na tentativa de equiparação entre crimes de Estado e ações das Organizações revolucionárias e na privatização e particularização das memórias que remontam a luta, a resistência e, também, o sofrimento. A “memória impedida” se manifesta, sobretudo, na “cultura do medo” e na negação da justiça que mantém a impunidade dos que cometeram crimes de lesa humanidade, perpetuando, por consequência, as graves violações aos direitos humanos que são, diuturnamente, cometidas pelos órgãos de segurança do Estado. Por fim, os “abusos da memória” impedem a construção de uma memória social e coletiva assentada sobre a verdade histórica em relação aos fatos passados durante a ditadura. Segundo a leitura de Ruiz (2012b):

A memória (anamnese) é o antídoto mais eficiente para neutralizar a violência, qualquer violência, enquanto o esquecimento (amnésia) é seu principal aliado. Daí que a justiça das vítimas seja sempre uma justiça anamnética, enquanto a impunidade da violência é sempre amnésica. O silêncio e o esquecimento são os meios pelos quais a violência se reproduz e

perpetua nas pessoas, na sociedade e nas estruturas. [...] A amnésia torna a violência algo normal. A normalização da violência, propiciada pela amnésia, tende a legitimá-la como meio útil para o governo social. (RUIZ, 2012b, p. 127)

A lógica de memória e esquecimento nos remete ao papel da memória histórica que é desenvolvida por Michael Pollak<sup>147</sup> no que o autor denomina de “memória oficial” e “memórias subterrâneas”. Para o autor, que dialoga com as contribuições de Halbwachs, as “memórias subterrâneas” se opõem ao que é posicionado como “memória oficial”, criando, em determinados momentos, um cenário de disputas (POLLAK, 1989). O trabalho com as “memórias subterrâneas” é fundamental para que se conforme contraponto ao discurso que se pretende hegemônico e que se apresenta como “memória oficial”. A “memória oficial” se baseia no silêncio, na negação da disputa e na conciliação que nega o conflito. Pois o conflito entre posições antagônicas tem potencial de alterar os rumos da história.

Segundo Pollak (1989, p. 5), quando o silêncio sobre o passado vem da sociedade, ele também pode ser entendido como “[...] a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.” Nesse sentido, podemos pensar qual o papel que joga um discurso oficial descolado da verdade factual, da verdade histórica e da construção desde a base da sociedade? Como já afirmamos anteriormente, partimos da premissa que a construção de uma memória social e coletiva assentada sobre valores democráticos não se dá por decreto. A história, em suas vestes políticas, é determinante nesse processo.

Frente à conjuntura social e política que vive o Brasil cabe refletir sobre o que afirma Pollak (1989, p. 5): “Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado.” A ausência de uma memória social baseada na verdade dos fatos, narrada pela história e reconhecida pelo Estado favorece o desconhecimento (ou o conhecimento equivocado). O distanciamento e a negação das memórias de luta e resistência pelo conjunto da sociedade podem abrir preceitos para a consolidação de outro tipo de memória que, ideologizada, passa a assumir como suas as memórias, os discursos e as práticas dos seus algozes.

“Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto.” (POLLAK, 1989, p. 5). Em uma conjuntura de acirramento da luta de classes, a ideologia dominante que se impõe ao conjunto da sociedade resgata

---

<sup>147</sup> Estamos utilizando a obra: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2278/1417..&sa=U&ei=4aVtU6TDLeeJ0AX8h4HgAw&ved=0CEcQFjAHOAE&usg=AFQjCNE\\_OdRUuv89LHkoxPKL3dbE7uMag](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2278/1417..&sa=U&ei=4aVtU6TDLeeJ0AX8h4HgAw&ved=0CEcQFjAHOAE&usg=AFQjCNE_OdRUuv89LHkoxPKL3dbE7uMag)>. Acesso em: 08 jun. 2014.

estereótipos e preconceitos que já foram utilizados no passado para afirmar a sua negação aos direitos humanos. A agenda conservadora que assume posturas, discursos e práticas de tom fascista, é a mesma que nega as memórias de luta e resistência, ao passo que desqualifica as pautas dos movimentos sociais e criminaliza as lutas e os lutadores, de ontem e de hoje. Nesse sentido, podemos pensar a partir da proposição de Jacques Le Goff,<sup>148</sup> quando o autor afirma que:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. (LE GOFF, 1990, p. 426)

Em momentos de transbordamento, quando as contradições e as disputas em torno da memória se acirram, as advertências apontadas por Le Goff sobre os tipos de história se tornam ainda mais válidas. O autor aponta dois tipos básicos de história: a da “memória coletiva” e a dos “historiadores”. Segundo Le Goff (1990), a primeira é destorcida, mítica, anacrônica, mas compõe o vivido da relação nunca acabada entre passado e presente. A “história dos historiadores”, segundo o autor, é a que “deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros.” (LE GOFF, 1990, p. 23). Nesse sentido, Le Goff afirma que a memória faz parte do jogo de poder que está posto na sociedade, ela pode carregar em si manipulações conscientes ou inconscientes, pode estar a serviço dos interesses individuais ou coletivos. E a história, como todas as ciências, tem de assumir como norma a verdade (LE GOFF, 1990).

Descobrir a realidade do passado exige uma participação ativa e, digamos, política do homem atual. Há, portanto, uma conexão entre leitura do passado (escritura da história) e forma de fazer política: ambas pressupõem um encontro entre passado vivo e o presente ativo. [...] Interpretar o passado significa, *a priori*, questionar a autoridade do dado presente. [...] A tarefa do historiador é tornar realidade o presente possível graças à presença do passado oculto. O ato de trazer à luz o sentido oculto do passado é um ato redentor: salva o sentido e salva o presente. (MATE, 2011, p. 143, grifo do autor)

---

<sup>148</sup> Estamos utilizando como referência a obra: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

A partir da contribuição de Mate e Le Goff, entendemos que a memória, assim como a história, atua na construção interpretativa sobre os fatos passados que influenciam o presente. Da mesma forma que a história pode atuar na construção das memórias coletivas, essas podem atuar na construção da história.<sup>149</sup> As memórias de luta e resistência contidas nas narrativas dos ex-militantes que atuaram durante o período ditatorial se constituem como um elemento social e político capaz de forjar as bases sobre as quais a verdade dos fatos se constitui em relação de simbiose com a memória social e coletiva que supera o esquecimento, o silêncio e o medo, neutralizando os expoentes autoritários que ameaçam a democracia. Segundo Ansara (2009):

[...] por meio da memória não só se constrói o passado, como também se criam novos cenários e novas condições para fazer memória e para empreender outras ações. A memória concebida desta maneira está sempre aberta a novas interpretações, propiciando novos pontos de partida que podem modificar o significado do passado, do presente e do futuro, podendo dar lugar a novas ações e projetos a partir da vinculação com o imaginário social. (ANSARA, 2009, p. 81).

Quando insistimos na importância de se construir memória social e coletiva sobre o período ditatorial a partir dos exemplos de luta e resistência, estamos apontando, também, para a necessidade de se constituir uma cultura política combativa, que seja capaz de se opor ao modelo de sociedade proposto pela ditadura que, em parte, segue vigente. A construção de outro projeto de sociedade, que reconheça, respeite e valorize os pressupostos da democracia e dos direitos humanos passa pelo entendimento e enfrentamento das questões históricas, sociais, econômicas e culturais que não foram resolvidas e serviram de “justificativa” para o golpe militar e para a implantação da ditadura. É importante não perder de vista que:

A injustiça feita às vítimas da história não tem reparação possível. Este deveria ser o ponto final filosófico: podemos e devemos manter viva a injustiça passada, inclusive reivindicar o direito a reparação, sabendo que não há justiça nesse mundo que possa reparar o dano. (MATE, 2011, p. 29)

Nesse sentido, sustentamos a posição de que não há motivos para se buscar reconciliação com um passado de arbítrio, terror e supressão de direitos. Há sim, a necessidade de construir uma identidade social democrática capaz de rechaçar de forma veemente o autoritarismo, as opressões e a barbárie. Uma memória baseada no reconhecimento das lutas e resistências é capaz de construir significados sociais que rompem

---

<sup>149</sup> Segundo Ruiz (2011), “a memória é produzida pela história da mesma forma que a história é produzida pela memória” (RUIZ, 2011, p. 124).

com a “cultura do medo” e se tornam incompatíveis com práticas de silenciamento. Para finalizar essa elaboração, entendemos, assim como destaca Tosi (2012), que “a memória é terreno de luta, de conflito de interpretações e está continuamente sujeita à mudança: terreno de luta ideológica e política fundamental para a construção de identidades coletivas.” (TOSI, 2012, p. 189).

Neste terceiro e último capítulo percorremos os caminhos da memória pensando e analisando os seus deslocamentos, limites e possibilidades frente às diferentes conjunturas que foram vividas desde a pretensa “transição democrática” até as lutas por “memória, verdade e justiça” do presente. Apontamos os limites impostos pela “ideologia da reconciliação” que se reflete nas insuficientes ações promovidas pelo Estado no campo da memória, da verdade e da justiça, bem como, a necessidade de que essa luta seja construída entre o conjunto da sociedade, desde a sua base, e não de cima para baixo, como se a pauta fosse privada e particular das vítimas diretas e indiretas do terrorismo de Estado.

Procuramos elaborar argumentos sólidos e embasados pela teoria em relação de convergência com a empiria, que nos permitissem sustentar a importância da construção de uma memória social e coletiva assentada sobre os expoentes de luta e resistência. Um movimento de memória que rompa definitivamente com a “lógica da protelação”, com a “cultura do medo” e com a “ideologia da reconciliação” que impedem a consolidação da verdade, da justiça e dos demais direitos humanos, ameaçando, por consequência, a própria democracia. Não podemos esquecer de lembrar, jamais!

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho escolhido para o desenvolvimento e estruturação deste trabalho aponta para a interconexão entre teoria e empiria, no sentido de costurar as narrativas da memória dos ex-militantes com os fatos sociais, o acúmulo historiográfico sobre o período ditatorial e o arcabouço científico desde uma perspectiva transdisciplinar. A singularidade que representa a história da AP no marco do período histórico que compreende a ditadura civil-militar brasileira, bem como entre o conjunto das Organizações de esquerda que se opuseram a ditadura estabelecendo luta e resistência ao modelo de sociedade capitaneado pelos generais e pelas elites empresariais/econômicas, nos inspiraram a organizar o texto a partir das raízes históricas que dariam origem a AP. É importante destacar que a ditadura se insere dentro de uma conjuntura sócio-histórica de acirramento das lutas sociais no Brasil e no mundo. Conjuntura essa fortemente atrelada aos desígnios da Guerra Fria que dividia o mundo em dois blocos de poder.

As raízes históricas da AP remetem, também, a essa conjuntura. O avanço das matrizes ideológicas que assumiam o socialismo como forma de organização social em antítese ao capitalismo que se espalhava pelo mundo ampliando as desigualdades fez com que a Igreja católica – especialmente entre o final do século XIX e início do século XX – passasse a se preocupar com as novas demandas que o paradigma da modernidade lhe apresentava, sobretudo, o avanço do “comunismo ateu” que ameaçava a sua hegemonia entre os oprimidos e explorados. Através da encíclica *Rerum Novarum* a Igreja assume uma “doutrina social” que visava, em última instância, fazer contraponto a influência do socialismo e dos socialistas sobre os pobres do mundo. Defendendo a propriedade privada e atacando a saída pelo socialismo – e, por consequência, o inevitável choque de classe – a “doutrina social” pregava a caridade como “salvação”.

Na esteira da doutrina social, a Igreja busca aproximação com os fiéis e com as suas realidades através do apostolado leigo – ou laicato –, que tinha por objetivo ser uma ponte entre a doutrina da Igreja pregada pelo sacerdócio e a vida cotidiana das pessoas, especialmente entre os trabalhadores (entendidos com os mais suscetíveis a ideologia socialista). Esse movimento dá origem a Ação Católica que, no Brasil, ganha força a partir dos anos 1950, ampliando a inserção do laicato entre trabalhadores do campo e da cidade, e entre jovens e estudantes. Nesse período são criadas as juventudes católicas, que serão o embrião de origem da AP. O ideário progressista e, de certa forma, socializante, dos padres

operários franceses, ganha lastro entre as juventudes católicas, especialmente entre os jovens universitários da JUC.

A grande influência dos padres franceses e de suas teorias, somado às vivências da JUC no movimento estudantil e a conjuntura de lutas sociais que ganhavam projeção (como a experiência da Revolução cubana) aproximam esses jovens da política, do socialismo e, posteriormente, do marxismo. Os limites impostos pela hierarquia da Igreja e a impossibilidade de conciliar as ideias revolucionárias com a religião criam as condições para que a AP desponte como um espaço autônomo de organização onde o ímpeto de luta dessas juventudes pudesse se desenvolver livremente. Mesmo a AP surgindo com proposta revolucionária em seu horizonte, a influência da herança cristã segue muito presente na identidade, no imaginário e nas ações que são desenvolvidas entre os jucistas e apistas. Assumimos essa herança cristã, especialmente dos segmentos progressistas que remetem aos padres franceses, como um diferencial que estará presente na história da AP e nas ações por ela desenvolvidas.

Anterior a consolidação do ideário marxista, a base das ações desenvolvidas pela JUC e pela AP remetem a uma espécie de compromisso cristão com os pobres e oprimidos. O componente católico e a base que a JUC lhe conferia fez com que a AP alcançasse um crescimento surpreendente, tanto em número de membros, como nos espaços de atuação, especialmente entre o movimento estudantil (universitário e secundarista). As ações desenvolvidas através da UNE e a inserção nas lutas sociais que agitavam o país (especialmente depois do Movimento pela Legalidade), fez com que a AP também tivesse lastro de atuação em espaços formais de poder, tanto em nível federal, como estadual. O projeto social e político propugnado pela AP e as experiências e acúmulos organizativos antes mesmo do golpe de Estado lhe garantem certo capital político para enfrentar a conjuntura repressiva que se impõe a partir de abril de 1964.

O golpe causa grande impacto na Organização e pode ser entendido como um divisor de águas não só para a AP, mas para todos os movimentos e Organizações que tinham alguma atuação política naquele período. Mesmo gerando certo descompasso organizativo, a efetivação do golpe e da ditadura conduziu a AP para um movimento de radicalização das suas posições. A aproximação e incorporação do modelo *foquista* é a principal marca desse período de reorganização após o golpe. Contudo, as ações *foquistas* que são realizadas pela Organização são desastrosas e colocam em questionamento esse modelo. Ainda no período de reorganização após o golpe, alguns militantes que estão no exílio tomam contato com a

experiência *maoísta*, ao passo que outros, aprofundam a leitura do marxismo através das obras de Louis Althusser.

A síntese e o confronto dessas três experiências conduzem a AP para um primeiro “racha”, onde um grupo é expulso da Organização. Nesse momento a AP tem a sua primeira dissidência, o PRT, que seguirá defendendo o *foquismo* inspirado pelas teses e leituras althusserianas. O conjunto da AP assume o ideário *maoísta*, passando a desenvolver uma das suas principais experiências, a integração de seus militantes à produção. Nesse contexto de disputas internas começam a sobressair discussões mais aprofundadas que versam sobre a matriz ideológica do marxismo-leninismo e de qual seria o período de desenvolvimento que o Brasil atravessava. No plano social, a conjuntura de lutas contra a ditadura tem ascenso expressivo e a atuação da AP entre operários, camponeses e, sobretudo, estudantes, joga peso importante nesse cenário.

A resposta da ditadura ao avanço das lutas sociais é o aumento exponencial e vertiginoso da repressão, o que vai resultar na edição do AI-5, o “golpe dentro do golpe”. A efetivação do AI-5 trouxe gênese declaradamente fascista à repressão ditatorial. O impacto do AI-5, além do acirramento das perseguições, das prisões, mortes e desaparecimentos, causa o descenso das lutas de massa e favorece a proliferação das disputas e divisões no âmbito interno das Organizações. A AP não fica imune a esse cenário, tendo de enfrentar muitas baixas entre os seus quadros, a dificuldade de atuação nas suas frentes sociais entre operários, camponeses e estudantes e, principalmente, disputas internas referentes aos rumos políticos/ideológicos da Organização. A integração na produção fica prejudicada, pois além do trabalho social, essa estratégia passa a ter que abarcar militantes que estão sendo perseguidos ou estão em vias de serem alcançados pela sanha repressiva da ditadura.

No âmbito interno da Organização se agigantam as diferenças de concepção sobre o período de desenvolvimento econômico do país, quais seriam as estratégias revolucionárias que deveriam ser adotadas frente ao quadro geral imposto pela ditadura, qual seria o papel ideológico do marxismo-leninismo-maoísmo no que se refere ao “verdadeiro” Partido da classe trabalhadora na vanguarda da luta de classes e se a AP seria, ou não, esse Partido. Nesse momento já existe de forma aberta a discussão sobre a incorporação da AP ao PCdoB, argumento que era sustentado por parte dos militantes que entendia ser o PCdoB o “autêntico” Partido marxista-leninista da classe trabalhadora brasileira. No desenrolar dessas disputas a AP assume o marxismo-leninismo no seu Programa Básico e incorpora essa deliberação ao nome da Organização, que passa a se chamar Ação Popular Marxista Leninista (APML).



O grupo que defendia a adesão ao PCdoB constrói maioria no Comitê Central da Organização e expulsa o grupo de minoria que era contrário. Dessa forma se efetiva o segundo “racha” da AP, o que, somado a brutal repressão e as quedas que se avolumavam, causa a descaracterização e desarticulação completa da Organização em 1973. Esse movimento resulta em duas dissidências, uma – maior – que se incorpora as fileiras do PCdoB, e outra – menor – que segue reivindicando a APML até o início dos anos 1980. A construção da história da AP realizada neste trabalho é baseada em algumas escolhas metodológicas no que se refere à abordagem dos fatos, mas não desconsidera – ou deixa de estar em diálogo – com outras contribuições, tanto da historiografia especializada, como de obras biográficas elaboradas por ex-militantes da Organização.

As nossas escolhas metodológicas em relação à forma de abordagem se deram, sobretudo, pela relação que estabelecemos entre a história e a memória dos fatos passados. Nem sempre os fatos contados pela história estão em relação com os fatos narrados a partir das memórias. Tendo como objeto de estudo a memória como forma de resistência a partir da narrativa dos ex-militantes da AP, acreditamos na importância e no potencial de construir a história em relação de simbiose com as memórias daqueles que viveram os fatos. Esse exercício pode favorecer a transmissão das memórias e das experiências vividas para as novas gerações, no mesmo passo em que joga papel fundamental no intrincado campo de disputas que envolvem as memórias sobre o período ditatorial brasileiro.

As recentes manifestações conservadoras e reacionárias que tomaram as ruas do Brasil nos meses de março e abril de 2015 não se preocuparam em esconder sob a sua ideologia ufanista e patriótica os elementos golpistas e antidemocráticos que as animavam. Como já disseram Marx e Engels (2001), a história se repete uma vez como tragédia e a outra como farsa. Apesar de não terem alcançado o seu objetivo até o momento, essas manifestações alertam para a emergência (no duplo sentido da expressão, ou seja, de fazer emergir e de apontar uma situação grave) de novos elementos, baseados sobre velhos argumentos, no quadro de disputas políticas em âmbito nacional e internacional. Essas manifestações têm demonstrado um nítido recorte de classe que é sustentada pelo consenso conservador, por discursos e práticas atravessadas por fortes elementos de tom fascista e pelo ódio de classe (contra pobres e explorados).

As pautas conservadoras apresentadas e representadas pelos setores da elite dominante e da direita têm acirrado o já conflituoso campo da memória social que vem sendo marcado pelo antagonismo de posições no que se refere ao período ditatorial. Os efeitos do esquecimento e do desconhecimento (ou conhecimento equivocado) colaboram para o avanço

de manifestações de preconceito e intolerância incompatíveis com a democracia. A guerra psicológica levada a efeito com o apoio aberto e substancial do oligopólio midiático “ressuscita” velhos temores da Guerra Fria, despertando sentimentos e memórias sem absolutamente nenhuma relação com a realidade, como por exemplo, o anticomunismo.

Para além das caricaturas, as ações ideológicas dos grupos dominantes carregam em si a tentativa de impor – novamente – o ideário neoliberal de livre mercado e dos cortes de direitos sociais em detrimento do fortalecimento dos mercados financeiros e da manutenção dos privilégios das elites. Os setores governistas, que no contexto de disputa eleitoral resgataram um tipo de memória em relação ao período ditatorial – inclusive enaltecendo a figura da Presidenta que lutou contra a ditadura –, contribuem, mesmo que indiretamente, para o fortalecimento do preconceito e do “mito dos dois demônios” ao se renderem as pautas e ao jogo das elites.

Em um movimento de retro-alimentação da contra-informação, pressupostos considerados superados voltam a se fazer presentes na sociedade, como, por exemplo, a cultura do medo. O medo da crise, do desemprego, da violência, do diferente, etc. Nesse sentido, as ações das igrejas neopentecostais ressuscitam dimensões maniqueístas de base medieval, instigando preconceitos, criando “demônios”, combatendo os “diferentes” (sobretudo no que se refere às mulheres, às opções religiosas e às opções sexuais) e criando uma guerra “do mal contra o bem”, que desafia os avanços alcançados pelos direitos humanos.

Esses elementos que apontamos indicam a necessidade latente de recuperar no passado aquilo que o silêncio e a negação de certas memórias se encarregaram de legar ao esquecimento em nome de uma mal falada “reconciliação nacional”. A história recente está demonstrando e comprovando a impossibilidade de reconciliação com um passado de abusos, negações e barbáries, bem como, o fracasso das tardias, parcas e insuficientes ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro no campo da memória, verdade e justiça. Mais do que superar o passado, é preciso antes conhecê-lo em suas variadas facetas e entendê-lo desde as suas diferentes nuances, sob pena de ao não fazer tal movimento, ter de revivê-lo.

A história da Ação popular que foi apresentada e analisada sob o signo das memórias de parte de seus militantes demonstra que o projeto sócio-político e as pautas pelas quais a Organização lutava permanecem atuais e inconclusas. O acúmulo de experiências contido na história da AP pode contribuir para a reflexão e construção de alternativas que confrontem os dilemas que se fazem presentes na sociedade atual, bem como, pode servir de base para a organização, luta e resistência dos que seguem se opondo a tirania do capital. Nesse sentido,

dentre tantos elementos importantes que compõe a história da Organização, um dos que merece destaque é a noção de compromisso de classe que esteve presente durante todo o seu projeto de inserção e atuação política. Para além das diferenças ideológicas que conformaram as disputas internas da AP, e dos possíveis equívocos estratégicos, táticos e metodológicos que são inerentes a qualquer iniciativa que se pretenda transformadora da sociedade, é fundamental para a formação da cultura política do país manter vivo o legado deixado pela AP.

Como demonstramos ao longo do terceiro capítulo, a maioria das ações desenvolvidas em nível de Estado no que se refere ao campo da memória, verdade e justiça, estiveram alheias do conjunto da sociedade, sobretudo das suas bases. Ainda são muito tímidas e aquém do necessário as medidas desenvolvidas pelo Estado no que se refere às memórias de luta e resistência à ditadura. Muito distante de qualquer pretensão heroísmo, fomentar iniciativas que reconheçam a importância das ações que foram realizadas por Organizações e indivíduos na luta contra a ditadura favorece a construção de uma identidade nacional conhecedora do histórico de lutas contra a tirania que foi imposta ao país.

A narrativa dos ex-militantes da AP está permeada pelas memórias políticas de luta e de resistência que superam a condição de vítima que muitas vezes é a que se sobressai em trabalhos, ações e iniciativas que se dedicam ao tema da memória. Reconhecemos que existem diversas maneiras de se abordar a dor e o sofrimento, e que esses elementos têm a sua importância no processo de construção da memória social sobre os atos de barbárie cometidos em regimes de exceção. Porém, partimos do pressuposto que, ao se assumir a dor e o sofrimento como pontos centrais e finalistas do trabalho com as memórias, corre-se sério risco de reeditar o terror e o medo que imobilizam. A dor e o sofrimento estão presentes nas narrativas e nas memórias tanto, ou menos, quanto estão às alegrias, o entusiasmo e as satisfações. Então por que privilegiar uma em relação à outra?

Entendemos que as memórias de luta e de resistência enaltecem o lado positivo da atuação política, remetem à necessidade de uma cidadania ativa e propositiva, o que pode contribuir para a formação não só de memórias sociais e coletivas, mas para uma cultura com identidade de participação nas questões que envolvem a sociedade. Nesse trabalho buscamos demonstrar que, para além da dor e do sofrimento, é fundamental a construção de significados sociais e políticos que remetam para uma cultura democrática atenta aos pressupostos dos direitos humanos e que contemple o conjunto da sociedade desde a sua base. Entendemos que a construção da memória social e coletiva parte de uma identidade, de uma identificação, de um sentimento de pertença e de um campo simbólico e concreto que subsidie tal movimento.

Nesse sentido, trabalhar as memórias que se constituem a partir de exemplos de luta e de resistência favorece a ruptura com a noção de imutabilidade da história e com o imobilismo que a cultura do medo representa e tenta manter vigente. A apatia, o medo e a desesperança no futuro conduzem a sociedade à estagnação e a negação de si mesma, o que, por sua vez, abre preceitos para a descrença na democracia e para o fortalecimento de ideologias que conservam o discurso de que “no passado era melhor”.

É evidente que as memórias de luta e de resistência também estão atravessadas por elementos ideológicos, a diferença é que essas memórias têm sido silenciadas e negadas, bem como estão silenciados e negados os projetos pelos quais lutavam os detentores dessas memórias. Esse fator impede uma avaliação comparativa por parte da sociedade em relação aos projetos que estavam em disputa naquele momento histórico. A noção que se criou e que normalmente é difundida remete às Organizações de esquerda como motivadas por uma lógica quase messiânica de combate à ditadura, suprimindo, ou não dando o devido valor, a projetos como o Movimento de Educação de Base (MEB) ou o Movimento de Cultura Popular (MCP), ambos desenvolvidos pela UNE com a participação ativa dos militantes da AP.

Dessa forma, reafirmamos a hipótese de que as disputas em torno da memória social e coletiva referente ao período da ditadura passa, invariavelmente, pela importância atribuída aos projetos, lutas e resistências que foram colocados em prática por Organizações como a AP. Nesse sentido, o próprio antagonismo que se estabelece entre projetos de matizes tão opostas pode atuar como antídoto frente aos retrocessos que de tempos em tempos voltam a se apresentar como farsa.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1992.

ALVEZ, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Gernasa, 1968.

ANSARA, Soraia. **Memória política, repressão e ditadura no Brasil**. Curitiba, PR: Juruá, 2009.

ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. **História da Ação popular: da JUC ao PCdoB**. 2. ed. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1984.

ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009**. Cria o "Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) Memórias Reveladas", no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=653&sid=56&tpl=printerview>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Portal Memórias Reveladas. Acervo do Departamento de Ordem Política e Social (Minas Gerais). Código de referência: **BR MGAPM, XX DMG.0.0.24. Pasta 4152\_1**. [S.I.] [2015?]. Disponível em:

<[http://www.an.gov.br/mr/Multinivel/Imagem\\_Mapas.asp?visualiza=1&v\\_CodReferencia\\_id=60368&v\\_FlagBack=5](http://www.an.gov.br/mr/Multinivel/Imagem_Mapas.asp?visualiza=1&v_CodReferencia_id=60368&v_FlagBack=5)>. Acesso em: 01 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Portal Memórias Reveladas. Acervo do Departamento de Ordem Política e Social (Minas Gerais). Código de referência: **BR RJANRIO, XX X9.0.ESI, ACL.3/10**. [S.I.] [2015?]. Disponível em:

<[http://imagem.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/naorestrito/129\\_45.pdf](http://imagem.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/naorestrito/129_45.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Portal Memórias Reveladas. Código de referência: **BR RJAPERJ, XX AB.0.DDP.5/4**. [S.I.] [2015?]. Disponível em:

<[http://imagem.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/naorestrito/3831\\_35872.pdf](http://imagem.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/naorestrito/3831_35872.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Portal Memórias Reveladas. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1968. **PH FOT 229.719**. Disponível em:

<[http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/rotas/arquivo\\_rotas\\_100121.swf](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/rotas/arquivo_rotas_100121.swf)>. Acesso em: 01 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Portal Memórias Reveladas. **Rota das passeatas**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<[http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/rotas/arquivo\\_rotas\\_100121.swf](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/rotas/arquivo_rotas_100121.swf)>. Acesso em: 01 jun. 2015.

ÁVILA DIAS, Cristiane Medianeira. **A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1969-1972**. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2011.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre, RS: Medianiz, 2012.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio da relação do corpo com o espírito**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand, 1989.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 13 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Estabelece o texto Constitucional da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005**. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0898.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0898.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº. 314, de 13 de março de 1967.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10314.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10314.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977.** Altera artigos da Constituição Federal, incluindo-se em seu Título V os artigos 208, 209 e 210. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc08-77.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc08-77.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm)> Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.** Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.330, de 01 de junho de 1964.** Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4330.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4330.htm)>. Acesso em: 02 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964.** Cria o Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm)>. Acesso em: 15 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964.** Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e da outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm)>. Acesso em: 05 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.** Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6620.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6620.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.** Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.536, de 14 de agosto de 2002.** Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10536.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10536.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.875, de 1º de junho de 2004.** Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.875.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.875.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à memória e à verdade:** comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília, DF: SEDH, 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).** Brasília, DF: SEDH/PR, 2009.

\_\_\_\_\_. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 Distrito Federal.** Disponível em: <Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L (BNM Digital). **Brasil: Nunca Mais digital.** [S.I.], [2015?]. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pasta:** BNM\_264. Página: 279. Código: TRB00213.0177. Label: MPF\_BNM\_03. [S.I.], [2015?]. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_03&PagFis=69312](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=69312)>. Acesso em: 02 fev. 2015.

CARDOSO, Nilce Azevedo. Nilce Azevedo Cardoso: Relembrar é preciso. In: RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. **Relatório Azul 2011.** Porto Alegre, RS: Assembléia Legislativa/RS, 2011. p. 147-158.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas.** 2. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2014.



CODATO, Adriano. Comportamento político e formas de protesto eleitoral: O voto nulo no Brasil e no Paraná. **TRE-PR Revista Paraná Eleitoral**. Paraná, artigo VIII, n. 062, s/n, 2006. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-revista-parana-eleitoral-n062-2006-adriano-codato>>. Acesso em: 10 maio 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Tortura em Instalações Militares**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/torturas-em-instalacoes-militares.html>>. Acesso em: 15 jul.2015.

DE SANTANA, Cristiane Soares. **Maoísmo na Bahia (1967-1970)**. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Social) -- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2008.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira**: a experiência da ação popular no Paraná. Maringá, PR: Eduem, 2003.

DORNELLES, João Ricardo W. Direitos humanos e a justiça ética da memória: Uma perspectiva das vítimas. In: RUIZ, Castor Bartolomé M. M. (org.). **Justiça e Memória**. Direito à justiça, memória e reparação: A condição humana nos estados de exceção. São Leopoldo, RS: Casa Leiria: Passo Fundo: IFIBE, 2012. p. 167-176.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

DUARTE, Hugo Villaça. **A Ação Popular e a questão do humanismo**: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973). 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e sub-desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1972.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1996.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **Como eles agiam**. os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **O grande irmão**: da operação *brother sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Civilização brasileira, 2008.

FILGUEIRAS, Otto. **Revolucionários sem rosto**: uma história da ação popular. Vol. 1: Primeiros tempos. São Paulo, SP: Instituto Caio Prado Jr., 2014.

FOLLMANN, José Ivo. O desafio transdisciplinar: Alguns apontamentos. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 41, n.1, p. 53-57, janeiro/abril 2005. Disponível em: <[http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/6252/3425](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6252/3425)>. Acesso em: 05 jan. 2015.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1979.

GARCIA, Néelson Jahr. **Propaganda: ideologia e manipulação**. [S.I.]: RocketEdition – eBooksBrasil, 2005. Disponível em:  
<<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manipulacao.pdf>>. Acesso em: 12 jul 2015.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada: o sacerdote e o feiticeiro**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura Escancarada: as ilusões armadas**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.

GAVIÃO, Fábio Pires. **A “esquerda católica” e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)**. 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em Política, Memória e Cidade) -- Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Vértice, 1990.

HOLZMANN, Lorena. et al. (Org.). **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**. Porto Alegre, RS: L&PM, 1979.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. São Paulo, SP: Edusp, 2013.

KRISCHKE, Jair. Em primeiro de abril de 1964: Soltaram os demônios. Entrevista concedida a Solon Edurdo Annes Viola e Thiago Vieira Pires em 07/05/2012. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 48, n. 2, p. 171-180, mai/ago 2012. Disponível em:  
<[http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2012.48.2.12/1125](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2012.48.2.12/1125)>. Acesso em: 28 jun. 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

LISBOA, Suzana. A luta por memória, verdade e justiça. In: RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. **Relatório Azul 2011**. Porto Alegre, RS: Assembléia Legislativa/RS, 2011. p. 397-404.

LÖWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969)**. 2009. 319 f. Dissertação (Mestrado em

História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo integral**: uma visão nova da ordem cristã. São Paulo, SP: Cia. Ed. Nacional, 1942.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2001.

MATE, Reyes. **Meia-noite na história**. comentários às teses de Walter Benjamin sobre o conceito de história. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2011.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical**: a união nacional dos estudantes entre 1945 e 1964. 2013. 389 f. Dissertação (Mestrado em História) -- Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2013.

MAZAROBBA, Glenda. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. (Coords.). **Memória e Verdade**: a justiça de transição no Estado democrático brasileiro. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2009. cap. 1. p. 37-53.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2278/1417..&sa=U&ei=4aVtU6TDLeeJ0AX8h4HgAw&ved=0CEcQFjAHOAE&usq=AFQjCNE\\_OdRUuv89LHkotxPKL3dbE7uMag](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2278/1417..&sa=U&ei=4aVtU6TDLeeJ0AX8h4HgAw&ved=0CEcQFjAHOAE&usq=AFQjCNE_OdRUuv89LHkotxPKL3dbE7uMag)>. Acesso em: 08 jun. 2015.

RAUL CARRION. **Biografia**. [S.I.]. [2015?]. Disponível em: <<http://www.raulcarrion.com.br/biografia.asp>>. Acesso em: 01 jul 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_.; SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.). **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro, RJ: Marco Zero, 1985.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: As reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 29-52.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. vol. 5: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, SP: Unicamp, 2002. p. 213-282.

\_\_\_\_\_. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, SP: UNESP, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Catálogo resistência em arquivo**. memórias e histórias da ditadura no Brasil (1961-1979). Porto Alegre, RS: CORAG, 2014.

RUIZ, Castor Bartolomé M. M. A testemunha e a memória. O paradoxo do indizível da tortura e o testemunho do desaparecido. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 48, n.2, p. 70-83, maio/agosto 2012. Disponível em: <[http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2012.48.2.01/1113](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2012.48.2.01/1113)>. Acesso em: 30 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. O direito à verdade e à memória – Por uma justiça anamnética: uma leitura crítica dos estados de exceção do cone sul. In: RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. **Relatório Azul 2011**. Porto Alegre, RS: Assembléia Legislativa/RS, 2011. p. 101-130.

\_\_\_\_\_. Os paradoxos da memória na crítica da violência. In: RUIZ, Castor Bartolomé M. M. (Org.). **Justiça e Memória**. Direito à justiça, memória e reparação: A condição humana nos estados de exceção. São Leopoldo, RS: Casa Leiria: Passo Fundo: IFIBE, 2012b. p. 21-54.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. 262 f. Tese (Doutorado em História) -- Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação Política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. 249 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

SIGRIST, José Luiz. **A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia**. Piracicaba, SP: Cortez, 1982.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A ambiguidade da anistia no Brasil: memória e esquecimento na transição inacabada. In: RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. **Relatório Azul 2011**. Porto Alegre, RS: Assembléia Legislativa/RS, 2011. p. 43-75.

TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura. Justiça reparadora no Brasil. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. (Coords.). **Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado democrático brasileiro**. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2009. cap. 3. p. 69-91.

TELES, Edson Luís de Almeida. Brasil e África do Sul: rupturas e continuidades nas transições políticas. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. (Coords.). **Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro**. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2009. cap. 5. p. 119-131.

TORINO, Isabel Halfen da Costa. A memória social e a construção da identidade cultural: Diálogos na contemporaneidade. **Contribuciones a las ciencias sociales**. Málaga, Andaluzia,

Espanha. Dezembro 2013. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/26/memoria-social.html>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

TOSI, Giuseppe. Memória, História e esquecimento: a função educativa de memória histórica. In: RUIZ, Castor Bartolomé M. M. (Org.). **Justiça e Memória**. Direito à justiça, memória e reparação: A condição humana nos estados de exceção. São Leopoldo, RS: Casa Leiria: Passo Fundo: IFIBE, 2012. p. 177-196.

VELOSO, Caetano. **O Quereres**. [S.I., 2015?]. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/caetano-veloso/o-quereres.html>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. A aventura de uma geração. 20. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1988.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. **Direitos humanos e democracia no Brasil**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2008.

\_\_\_\_\_.; PIRES, Thiago Vieira. A memória de um período e a verdade da história. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 48, n.2, p. 93-102, mai/ago 2012. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2012.48.2.03/1115](http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2012.48.2.03/1115)>. Acesso em: 30 abr. 2015.

## APÊNDICE A – ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Acervo: “Fundo da Secretaria de Segurança Pública” e “Acervo de Luta Contra a Ditadura” – Pesquisa presencial

Arquivo Nacional – Acervo: Digital Portal “Memórias Reveladas” – Pesquisa via *internet*

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) – Acervo: Digitalizado DOPS/SP – Pesquisa via *internet*

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Acervo: “Fundo da Comissão Especial de Indenização” – Pesquisa presencial

Arquivo Público Mineiro (APM) – Acervo: Digitalizado DOPS/MG – Pesquisa via *internet*

Projeto “Brasil: Nunca Mais” – Acervo: Digital “Projeto: Brasil Nunca Mais Digit@l” – Pesquisa via *internet*

## APÊNDICE B – ENTREVISTA COM LUIZ CARLOS SANTANA

### Transcrição da Entrevista com Luiz Carlos Santana

Entrevista realizada em 15/11/2014

Entrevistador: Thiago Vieira Pires (TVP)

Entrevistado: Luiz Carlos Santana (LCS)

**TVP:** Posso te chamar de “Lico” ou você prefere que eu chame de Luiz Carlos?

**LCS:** Pelo nome, porque nem todo mundo me conhece pelo apelido.

**TVP:** E “Lico” era teu “nome de guerra”?

**LCS:** Não, não! Esse é o apelido de infância. “Nome de guerra” eram outros. Que eu me preparava para esquecer tão logo mudasse.

**TVP:** Você se importa que eu grave?

**LCS:** Não, não, pode gravar! Para você facilita!

**TVP:** Eu pensei a entrevista sobre três eixos... O primeiro eixo seria sobre o início da tua vida política (militância, como você começa); O segundo eixo seria sobre o golpe e a ditadura, o que vai acontecendo naquele período (seria mais sobre a tua atuação, com quem, quando e onde); E o terceiro eixo seria mais sobre o final da ditadura, como você viveu o período de redemocratização, onde você se inseriu? Como vai percebendo algumas coisas daquele período que ficaram, que permanecem. Aí dentro desses três eixos eu vou fazendo algumas perguntas. Para começar você poderia me falar um pouco de como, onde e quando se deram os teus primeiros contatos com a política?

**LCS:** A minha origem é da classe trabalhadora, o meu pai era açougueiro e a minha mãe costureira. Os meus irmãos mais velhos eram todos trabalhadores. As minhas irmãs da mesma forma. A nossa família era de oito pessoas. Havia uma cultura de informação dentro no nosso núcleo familiar. Não especificamente direcionado para a política, ou para arte, ou para o trabalho... Nós tínhamos um rádio que era um meio de comunicação da época porque não havia televisão. O meu pai tinha uma militância no Partido Comunista Brasileiro, na época. Naquele tempo a família ficava a margem – vamos dizer assim – da vida orgânica política de um comunista. Talvez por políticas de segurança deles – interna do PCB – faziam com que ele não abrisse uma discussão político-ideológica dentro de casa. Com os percalços da própria vida de trabalhador – de quem provia o sustento da casa – que era o meu pai...

**TVP:** Em que ano era isso?

**LCS:** Ano de 1962, por aí... 1963...

**TVP:** Isso era aqui em Porto Alegre?

**LCS:** Não, isso era no interior. 1963! Ocorreu um fato... Naquele tempo tinha um seriado, “O cavaleiro vermelho”. Coisas que supriam a comunicação visual. Tinham uns caras que faziam uns filmezinhos nos domingos, nos bairros, e tinha um bairro que era próximo da nossa moradia – adjacente – que tinha uma fábrica, um frigorífico. Esse meu irmão que trabalhava no frigorífico – que trabalhou no Frigorífico São Paulo...

**TVP:** Em que cidade era?

**LCS:** Santana do Livramento! O que aconteceu? Aconteceu que em uma certa feita eu pedi dinheiro – era uma mixaria – para ir nesse matinê que estava passando o “Cavaleiro vermelho”, que era uma atração... Aí o meu pai – que naquele dia estava meio azedo – disse: “Eu não tenho dinheiro para dar para esses pilantras, esses ‘saca alma’! Eu trabalho a semana inteira e agora vou engordar o bolso deles?”. Eu fiquei bravo! A minha mãe veio e disse assim: “Que foi que houve?”. E eu disse: “O pai não me deu dinheiro”. E ela: “Mas eu te dou!”. Eu disse: “Eu não quero! Quero que você me prometa uma coisa... Que a partir de amanhã – que seria segunda – tu me acorde as 4 ou 5 horas da manhã que eu vou me alistar no frigorífico para trabalhar.”. O frigorífico era enorme. Eu passei mais ou menos um mês indo lá de madrugada até que consegui trabalhar. Nessa época eu estudava, fazia o curso ginásial, estava em mais da metade do curso ginásial.

**TVP:** Isso em 1963?

**LCS:** Em 1963! Aí fui trabalhar no frigorífico Swifit Armour e fui convivendo com toda aquela situação. Imagina, na zona eram seis, sete mil trabalhadores no frigorífico, nos dois frigoríficos que tinham, era o São Paulo e o Swifit Armour. E a gente vendo de perto as agruras da classe trabalhadora, que viviam em péssimas condições, para criar seus filhos, etc. Com isso tu vais captando, tu vais observando naturalmente, sem qualquer visão organizada do pensamento. O contato com o trabalho, com os fatos que ocorriam no trabalho, tu vais aprendendo com aqueles fatos cotidianos e isso vai virando uma história, que era a história dos trabalhadores. E eu começo a me colocar, a me perguntar e a querer saber o que eu sou nessa história. E eu começo a ver que eu sou alguém que se indigna com aquilo, que não aceita. E aí começa a discussão com outros colegas de trabalho, com moradores... “Isso não pode continuar... A gente tem que marcar esses fatos que acontecem na nossa vida e começar a formular um pensamento...”. Era uma coisa bem natural, empírica, entendeu? Eu não tinha um veio organizador, vamos dizer assim.



**TVP:** Não tinha um elemento ideológico nesse momento!? Era algo meio *sui generis*, que vem de dentro!?

**LCS:** Exatamente! Aí em 1964 vem o golpe militar e a perseguição àquela que ocorreu em todo o país e em todos os países da América. Com isso surge uma vontade de resistência aqui. Eu lembro que surgiram os chamados “*Grupo dos onze*” e nós organizamos um *Grupo de onze* entre os companheiros do trabalho e do colégio que eu fazia o ginásio.

**TVP:** Qual era o nome do Colégio?

**LCS:** Era o Colégio Estadual Liberato Salzano Vieira da Cunha. Com isso a gente começa a ver como resistir, chamava a Assembléia do *Grupo dos onze* para discutir a conjuntura, ver o que estava acontecendo, *tomar pé* de algumas informações.

**TVP:** Nesse momento do *Grupo dos onze* já tinha uma figura ideológica mais desenhada?

**LCS:** Exatamente! Era primeiro de resistência a algo que nós considerávamos injusto. Era um Estado explorador, uma sociedade exploradora e tinha um componente novo, que eram os *milicos* tutelando esse Estado.

**TVP:** E nesse *Grupo de onze* já tinha alguém com vinculação a algum partido? Com alguma corrente ideológico, como o marxismo, por exemplo?

**LCS:** Não, não tinha! No começo não tinha, era muito mais – digamos assim – uma resistência trabalhista. Não trabalhista, mas de trabalhadores. Aí nós começamos a trocar informações, ler – lia e passava para o outro companheiro –, incentivava no Colégio o grupo de jogral para veicular alguns textos que a gente entendia como importantes. Eu lembro perfeitamente que em uma apresentação um companheiro chamado Tomaz Irineu (?) – que depois também veio a militar e foi preso, mora em Santa Catarina hoje e é jornalista – recitou aquele poema, “Operário em Construção”. E por ali a gente acabou sendo notado justamente por quem a gente não queria, que eram os órgãos de repressão. Devido a isso a gente sofreu algumas retaliações, como por exemplo, em um 31 de março que nós fizemos um ato de repúdio a ditadura...

**TVP:** Isso em 1965?

**LCS:** Já tinha passado o golpe, estava verde ainda. Mas aí fui ver como funcionava o pedido que tinha que ser feito ao quartel da cidade... Acabei sendo intimidado, disseram que eu estava na mira deles, que eu cuidasse bem o que ia fazer.

**TVP:** Uma questão sobre o *Grupo dos onze*... Esse era um movimento que o Brizola promovia. Vocês tinham alguma articulação com o Brizola?

**LCS:** Exatamente! Mas nós não tínhamos muita articulação com eles, porque o pessoal do Brizola criou o *Grupo dos onze* lá, mas um grupo muito vazio, até cheguei a ser convidado

para ir. Mas era uma coisa meramente emocional, não tinha um objeto palpável, digamos assim. Para nós, para o nosso grupo, o golpe militar era mais uma faceta do mesmo regime ao qual nós estávamos submetidos. O golpe não era uma coisa solta, que caiu do céu. E eles tinham essa visão, porque na época o brizolismo tinha na sua base uma característica de idolatria ao prócere político e fazia aquilo [o *grupo dos onze*] por essa idolatria e não por algo construído intelectualmente.

**TVP:** Então esse *grupo de onze* que você participava não era vinculado aos *grupos de onze* do Brizola?

**LCS:** Não, não era! A gente pegou a ideia e esse grupo cresceu.

**TVP:** Como você se sentiu quando foi ameaçado no quartel?

**LCS:** A primeira coisa que vem é o medo, que é natural. Porque tem uma ditadura que tu sabe que é truculenta, que faz de tudo. O primeiro sentimento que te dá o *start*, é o medo, mas em seguida vem a razão da coisa. Essa razão fez com que eu chegasse lá e enfrentasse a situação. “Eu sou um cidadão, tenho os meus direitos e não quero saber!”. Ou seja, havia uma coisa maior que o medo! Era a consciência que estava no campo da justiça, do justo. Isso mais do que me equilibrou e eu enfrentei sem maiores problemas. Tanto é que as opções de vida para um jovem com a idade que eu tinha, em uma época dessas, não eram muitas. Você tinha que fazer uma universidade para, ser médico, advogado, etc. Em Santa Maria, por exemplo, é bem assim. Ou você é funcionário público, ou militar, ou civil. Basicamente era funcionário público. Como forma de fugir do aperto do meu inquiridor eu disse: “Se o senhor observar o meu boletim vai ver que eu me determinei a passar de ano com aproveitamento máximo porque depois eu pretendo requerer o meu ingresso na AMAN – que era a Academia Militar de Agulhas Negras.”. Eu lembro que lá no começo, conversando com um e com outro, eu pensava nessa possibilidade. E eu coloquei isso na cabeça, porque eu gostava de estudar, de ler, de aprofundar as questões. E eu disse para ele: “Eu tenho conseguido manter uma média alta no meu boletim, bem acima de 95 – que era justamente a média de corte para ser selecionado na AMAN.”. E eles disseram: “Com essa tua ficha que nós temos aqui tu não vai ser selecionado na AMAN, esquece isso.”. Embora aquilo tivesse sido – em um passado recente – uma alternativa que eu havia pensado, não funcionou como uma “lesão” na minha vida. Então eu pensei: “Vão tomar no c... eu não vou mesmo! Não quero ir!”. Eu tinha um bom aproveitamento, mantive esse aproveitamento. Quando eu fui me alistar para o serviço militar eu percebi que deu uns problemas e acabei me precipitando e largando o emprego na Swifit Armour para prestar o serviço militar. Aconteceu que os caras [militares] me enrolaram e tornaram sem efeito a minha inscrição. Eu não pude servir por causa das coisas que tinha

feito lá atrás. Acabei ficando desempregado e quando tu pedias demissão – mesmo que fosse para fazer o serviço militar – os caras [donos de empresa] costumavam torcer a cara para gente. Com isso eu fui trabalhar em um lanifício, outra fábrica, o Lanifício Albornoz que é muito famoso na região. Trabalhei lá mais uns anos até concluir o curso científico e fazer o vestibular.

**TVP:** Que idade tu tinhas quando foi chamado lá para dar explicações? Tinha menos de 18 anos, então!? Nem estava alistado ainda...

**LCS:** Sim, sim! Eu tinha 16 anos!

**TVP:** E que idade tu tinhas quando foi trabalhar no lanifício?

**LCS:** Eu tinha 18 anos... Não, não... Eu tinha 17 anos. Trabalhei no lanifício até os 20 anos, 19 talvez... Aí me inscrevi para prestar o vestibular para matemática na UFRGS e acabei ficando em uma posição razoável na classificação. Digamos que tinham 15 vagas para o curso de matemática – que é o que eu havia me inscrito – e eu excedi quatro, acabei ficando em 19º ou 20º, não me lembro.

**TVP:** Em que ano foi isso?

**LCS:** Isso foi em 1969.

**TVP:** Já havia passado o AI-5, então!?

**LCS:** Exatamente! Bom, mas é nesse momento que surge um movimento por mais vagas e mais verbas para educação. E eu me somei a ele! Nós fazíamos passeatas, etc...

**TVP:** Isso antes de entrar na UFRGS?

**LCS:** Antes de entrar na UFRGS! Depois do resultado – que saía em 30 dias – tinha uma nova seleção para completar as vagas deixadas pelos que não fizeram matrículas, ou que trocaram de curso, etc. Eu vi que o meu nome tinha sido incluído na listagem, foi assim que fui estudar matemática. Mas, devido a própria experiência recente que eu havia vivido lá em Livramento e esse por mais vagas e mais verbas, eu acabei passando a militar no Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Bom, aí a memória começa a falhar. É aí que eu começo a manter contato com diversas correntes.

**TVP:** E nessa época tu já estavas na AP?

**LCS:** Não, não! Não estava.

**TVP:** Isso foi em 1969 mesmo?

**LCS:** Sim, foi em 1969, mesmo. Os mais próximo politicamente – que conviviam comigo – estavam no PCB. Isso inclusive por laços que vinham lá de Santana do Livramento, de vivências de lá. Eu tive um professor – um cara que me sugeriu fazer o curso de matemática – e esse cara, quando eu fiz o vestibular, ele ficou sabendo que eu passei. Ele já tinha contato

com o PCB de lá [Santana do Livramento]. Ele resolveu fazer o vestibular para matemática também e passou. Com isso estudava em algumas cadeiras comigo, nos encontrávamos. Aí vem o pessoal do PCB... O Pinheiro, mais o pessoal da Arquitetura, o Nubem, esse outro que te falo...

**TVP:** Como era o nome? Nubem?

**LCS:** Isso, Nubem Airton! E começo a discutir a política sobre o enfoque do PCB, mas sem nenhuma relação orgânica.

**TVP:** Isso no espaço do Diretório Central?

**LCS:** Não, isso no Diretório Acadêmico da filosofia! De repente o cotidiano vai te colocando pessoas, vai conversando com um e com outro... Assim comecei a conhecer o pessoal da AP, pessoal do PCdoB, pessoal do MUC [Movimento Universidade Crítica] – que era um movimento de esquerda Comunista – e, também, o pessoal que era da VPR [Vanguarda popular Revolucionária], VAR-Palmares [Vanguarda Armada Revolucionária Palmares], que também circulavam por ali. Cada um fazendo a análise de conjuntura que indicava a sua postura. E eu comecei a sedimentar um entendimento, do ponto de vista político, que a tarefa de quebra do julgo da dominação só se daria através da consciência política do conjunto da sociedade. Por exemplo, os companheiros discutiam um pouco com o meu pai tentando pensar novos rumos e então traziam, por exemplo, uma foto da realidade, que não era a realidade do nosso povo. Eu dizia pra eles: “Essa não é a realidade do nosso povo! O nosso povo tem que construir o seu próprio caminho.”. Não adianta querer trazer a experiência... Os fundamentos que se adaptarem aqui nós podemos utilizar, mas não tem como substituir... Porque naquela época havia uma idolatria por parte dos comunistas à Rússia, e eu não entendia que aquilo pudesse nos ajudar. Aquilo nos anestesiava! Era o contrário. Então aí começa esse jogo... Havia vários grupos que tinham uma unidade na prática, que era o combate a ditadura e a discussão de alternativas de poder. Depois acabou afunilando, veio a luta armada, o Foquismo – vários focos, aqui e ali, pipocando.

**TVP:** Pela tua experiência, mesmo depois do AI-5 – que tem essa divisão entre quem vai pra luta armada e quem não dialoga com a luta armada – havia certa afinidade ideológica de fazer à resistência, de fazer o combate a ditadura?

**LCS:** Sim, claro! Porque – digamos assim – era um fio de navalha... Um milímetro para a esquerda e era a luta armada. Tanto é que a própria AP – que era Ação Popular Marxista Leninista do Brasil –, por exemplo, que tinha na sua gênese, na sua origem, movimentos das comunidades de base da igreja, com estudantes, operários... Ela – talvez pelo recrudescimento da dominação, da violência – tira uma resolução de inserção na luta armada. Eu lembro que

foi justamente nesse exato momento – da execução dessa linha política [luta armada] – que sucederam os fatos que eu acabei tendo que ir embora.

**TVP:** Mas só pra eu entender, para não perder a linha... Nesse momento em que tu estás militando ali em torno do Diretório Acadêmico da Filosofia, Ciências e Letras, e tu me falas dessas correntes políticas que tinham: PCB, VPR, AP, POC, MUC, enfim, todas essas linhas... Elas estão orbitando o espaço da universidade federal, da UFRGS. Em que momento exatamente que se dá a tua aproximação com a AP, que tu aderês à organização?

**LCS:** Foi assim... Eu mantinha o contato com o núcleo de operários da Geral, que eram organizados pelo PCB. Bom, mas foi o seguinte... Tu vais condensando e peneirando teu debate político durante o período e aí tu resolves avançar um pouco, tu sistematizas uma visão. É uma coisa boa até, porque tu estabelececes uma relação de aprendizado concreta. Tu aprendes e te formas. Não te dá como pronto e isso te alarga o horizonte. Por que a AP? Porque eu encontrei exatamente na AP a composição tendo como origem o social, entendeu? Não era nenhum...

**TVP:** Algo de fora...

**LCS:** Sim, e não era nenhum preconceito, era uma razão objetiva. Quem tem razão para modificar isso aí? São os que mais sofrem! Ali tu vias pessoas que eram as vítimas objetivas e reais disso aí. E o nível de discussão avançava dentro de uma coisa que eu entendia como fundamental. Não se muda a realidade sem que tenhamos um partido revolucionário com extremo apoio popular. Quiçá, não seja pela via armada. No momento não era! Aquele momento era de acumular força política e ideológica para que inúmeros, um sem número de trabalhadores, do campo e da cidade, pudessem enxergar a realidade tal como ela é, e aí tomar a decisão do que fazer. Entendeu? Essa era a visão que justamente casava dentro do projeto da AP. Nós sabíamos, também, que as alianças com outros grupos – porque propugnavam na mesma direção, pelo mesmo objetivo fundamental – era indispensável. Nós temos que desenvolver a solidariedade revolucionária, sem, com isso, ter de participar de ações que nós não achávamos corretas. Mas nós entendíamos que tínhamos que ter um espaço de discussão e então nós dialogávamos... A AP dialogava com todos os setores. Não havia um sectarismo no sentido de dizer que nos tínhamos a razão e os outros não. Então é inclusive aí que o PCdoB surge, próximo a nós, e a gente – não lembro em que data foi – construímos a chamada “Unidade na Luta”. Ou seja, para lutar nós estamos juntos, para pensar bobagem nós ficamos separados. Mas para luta, no que houver entendimento, concordância, nós temos que estar juntos.

**TVP:** Quando tu entras na AP, ela já se chama AP-ML?

**LCS:** Não foi bem nesse momento, foi um pouquinho antes. Eu me lembro de um congresso, que depois eu participei. Bom, isso aí já era anos 70... Aí vem muitas lutas...

**TVP:** Você seguia acadêmico da matemática?

**LCS:** Seguia acadêmico da matemática! Até ganhei uma bolsa para estudar na Alemanha e não quis ir.

**TVP:** Tem uma informação que eu encontrei pesquisando o teu nome rapidamente no acervo virtual do “Brasil: Nunca mais”... Inclusive eu não sei se tu tens conhecimento desse documento... É um documento, uma carta, do Diretório Acadêmico de Economia, Contabilidade e Administração, do 2º semestre de 1970. Essa carta faz referência a quatro estudantes que foram expulsos da Universidade pelo decreto 477, seriam: O Luiz Oscar Matzembacher, o Renato Miranda, o Renato Dagnino Peixoto e você, Luiz Carlos Santana. Ela faz referência aos expulsos, é uma nota de repúdio. Isso estava nos arquivos deles [militares] que o “Brasil: Nunca mais” teve acesso. Tem outra nota oficial, de março de 1971, que é escrita em relação a morte de um colega de vocês, chamado Ari Abreu Lima e Rosa.

**LCS:** Exatamente!

**TVP:** Que foi morto na base aérea de canoas, se não estou enganado. Que ficou preso de janeiro de 1969 até 28 de outubro de 1970.

**LCS:** Exatamente!

**TVP:** É uma carta em referência às expulsões de vocês quatro e a morte desse colega. E tem mais um documento que é uma carta aberta ao Ministro da Educação, que era o Passarinho, nessa época.

**LCS:** Passarinho, é!

**TVP:** Que faz novamente essa denúncia. Foi redigida pelo Conselho Deliberativo do DCE da UFRGS.

**LCS:** Claro! Porque quando eu estou fazendo essa narrativa em relação a AP, o movimento continua...

**TVP:** O que desencadeia a sua expulsão da UFRGS?

**LCS:** É aí que eu vou chegar! Logo que eu ingressei na AP, veio a sucessão do Diretório da Filosofia e o pessoal me indicou para concorrer a presidência. Montaram uma chapa e eu ganhei a eleição. Eu era presidente do Diretório Acadêmico Franklin Delano Roosevelt da filosofia.

**TVP:** Mesmo sendo acadêmico da matemática você conseguiu ser presidente do Diretório Acadêmico da filosofia?

**LCS:** Porque na época era...

**TVP:** Claro, era da Filosofia, Ciências e Letras, não é?

**LCS:** Isso, exatamente! Aí aconteceu esse fato do Ari, aconteceu a vinda do Médici aqui – ele recebeu o título da reitoria de *Doutor Honoris Causa*. Nós fizemos uma pressão em cima deles. Em seguida veio a eleição para o Diretório Central dos Estudantes onde se reuniu a esquerda toda e se chegou a numa chapa de consenso, onde eu e o Matzembacher – pelo Diretório da Filosofia – fomos, respectivamente, Secretário e Presidente. O Matzembacher era estudante de jornalismo na época. Eu não lembro quem era o vice dele. Eu sei que quem atuava mais éramos nós dois. Teve um Ato na reitoria e eu e o Matzembacher enrolamos um megafone – acho que foi – e entramos no palco, no púlpito, durante a cerimônia e fizemos a denúncia da morte do colega. E acho que foi por aí que nós distribuímos uma carta aberta, relativa a carta para o Ministro, denunciando a morte do Ari e outras coisas. É aí que instalam sobre nós o [Decreto] 477 – que veio com o AI-5, né!? – e nós fomos julgados assim, meio na marra. Houve diversas manifestações, e caminhadas...

**TVP:** Mas isso foi uma posição da Universidade? Quem julgava esse decreto 477 era a própria universidade? Funcionava como uma punição acadêmica?

**LCS:** Exatamente! Uma punição acadêmica. Claro que isso tinha reflexos da nossa atuação política. A base que a universidade usou para nos sancionar tinha amparo no AI-5. O AI-5 permitia isso. Era tipo extra-estatuto das Universidades. Eles aplicavam o AI-5 dentro da Universidade, entende?

**TVP:** Sim! Era um braço disciplinar o AI-5 dentro da universidade.

**LCS:** Exatamente! Tanto é que a segunda sanção depois da expulsão era a perda dos direitos políticos por 10 anos.

**TVP:** Nesse Ato na reitoria vocês chegaram a ser presos?

**LCS:** Não! Não chegamos a ser presos. Como nós fomos expulsos nós não éramos mais alunos da universidade e o Diretório Central dos Estudantes era composto por alunos da Universidade. Então nos teríamos que entregar o cargo.

**TVP:** E a qual força política o Matzembacher era vinculado?

**LCS:** Ele era do PCdoB. Inclusive um dos caras do grupo era, ou é até hoje, deputado. O Raul Carrion. Não sei se tu conhece ele?

**TVP:** Conheço, sim! Ele era do DCE também?

**LCS:** Sim, sim, ele era do DCE também. Aconteceu que nós fizemos uma grande Assembléia... Primeiro discutimos até a exaustão dentro dos limites do tempo que nós tínhamos e marcamos a Assembléia Geral lá na Odonto [Faculdade de odontologia no campus da Saúde da UFRGS]. A posição que saiu foi a de que os estudantes reconheciam a Direção

do DCE como a sua direção e ponto. Nós estaríamos na Direção clandestinamente. E aí ficamos clandestinamente na direção do DCE. Os milicos enlouqueceram, começou haver prisão, prenderam o Nei, prenderam o Matzembacher, eu tinha que andar de casa em casa se não me pegavam.

**TVP:** Esses quatro que foram expulsos eram do DCE?

**LCS:** Eram do DCE! A repressão seguiu de maneira tal que, o Dagnino ficou construindo as pontes dele por dentro do grupo dele, parece que era o MUC. Um fato interessante... O Miranda por outro lado também, o Matzembacher por dentro do PCdoB e eu por dentro da AP. A gente se reunia clandestinamente e aquela coisa toda. Chegou um ponto que nós na clandestinidade avaliamos que o movimento enfraquecia por ficar vinculado a uma direção proscrita. Então nós convocamos um novo encontro e propusemos que a direção política do DCE tinha que estar com companheiros que estivessem atuando na legalidade. Nós, naquela situação, só dificultávamos. Aí foi aprovado e foi indicado um presidente sucessor que se encarregaria de compor uma nova diretoria. Essa pessoa era o Raul Pont. O Raul assumiu. Nós começamos a discutir – cada um com seu grupo – qual era a solução. Aí podemos fazer um gancho com o AI-5, quando eu te disse que a luta armada estava no *script*, embora a gente tivesse a visão de que o movimento era no sentido de criar um grande movimento social e não um foco aqui e outro ali. Nesse momento fica acertado a minha ida – e a de uma companheira da AP, a Auria – para o Araguaia. Nós já estávamos designados para ir para o Araguaia. Me parece que haveriam mais pessoas daqui que iriam, mas nós, dentro da AP, discutimos com o pessoal do PCdoB que estavam montando um novo acampamento onde nós estaríamos.

**TVP:** Nesse momento isso deveria ser 1970, 1971?

**LCS:** Por aí!

**TVP:** E a Guerrilha já tinha um tempo... Começa nessa época...

**LCS:** É, por aí... Mas olha o que aconteceu... Nessa história da clandestinidade tinha um companheiro – da AP, um amigo, o Gildo – que dividia um aparelho comigo naquele período – porque mudava muito – e nós nos separamos em uma semana, cada um foi para um lugar e eu não sabia onde era o lugar que ele foi e nem ele sabia onde era o que eu fui. Nessa época tinha também o Jairo de Andrade – do teatro – que nos dava cobertura. Eu vinha falar com o Jairo e ele ajeitava alguma finança, arrumava um troco para comida, etc. Nós tínhamos uma rede de ajuda! Mas o que eu ia dizer é que depois de uma dessas conversas com o Jairo eu fui em uma banca de revistas que tinha embaixo do viaduto para comprar um jornal e vi que esse rapaz que tinha morado comigo [Gildo] estava morto, tinha sido assassinado – morto – pela repressão. E aquilo me deu um choque, fiquei pensando qual seria o respingo aqui. Começou



a discussão, discute aqui, discuti ali... É seguro ir agora para o Araguaia? O assassinato do Gildo foi uns dez dias depois que nós abandonamos o aparelho em que estávamos.

**TVP:** O Gildo foi preso quando estouraram o aparelho que ele tinha ido? Sabe se ele foi morto sob tortura?

**LCS:** Não, não! Ele foi morto como se tivesse resistido a prisão. Depois eu vim a saber que ele não tinha sido morto aqui, ele tinha viajado, estava em Minas Gerais, me parece. Ou São Paulo, algo assim. Com isso se concluiu que a situação estava insustentável, que ficar seria regalar mais uma ou duas vidas para a ditadura. É aí que se começa a pensar na possibilidade de nós emigrarmos, sair fora. Pedir asilo em outro país... Nesse ínterim, outro – que era periférico, de apoio da AP – que se chama Tabajara Ruas, estava mais ou menos na mesma situação. Se decidi que nós dois deveríamos ir para o Chile.

**TVP:** A organização decidiu?

**LCS:** Sim! Nós iríamos para o Chile. Nisso o nosso pessoal começou a trabalhar em como fazer, em operacionalizar a coisa. Nós fomos e a saída foi por Livramento, pois eu conhecia bem lá, Rivera... O resultado é que nós tínhamos que ir para o Uruguai e no Uruguai discutir uma forma de poder chegar até o Chile.

**TVP:** Em que ano foi isso?

**LCS:** Foi em 1973, se não me engano!

**TVP:** E a AP ainda estava atuando nessa época?

**LCS:** Estava quase aniquilada, mas estava. Esse rapaz foi morto, o Nei foi preso, o Matzembacher já estava preso, o Pedro teve que fugir, a Gorete e a Lili tinham sido presas e foram soltas, mas estavam na mira.

**TVP:** Esses nomes que você está me falando eram vinculados ao movimento estudantil?

**LCS:** Alguns eram, mas a Lili, por exemplo, não era.

**TVP:** Nesse momento vários já tinham sido presos, o Solon, a Nilce, o Bitenca...

**LCS:** Exatamente! Tinha uma quantidade de gente que já havia sido presa. Mas acabou que fomos para o Chile. Chegando na Argentina um dia eu me acordei e pensei: “Tchê, eu não vou embora! Eu não vou pedir asilo no Chile!”. Porque o Chile era o único país que ainda tinha democracia, que fornecia documento, etc. Mas logo em seguida teve o golpe lá também. Eu não fui e parece que foi uma “providência”, pois logo em seguida teve o golpe.

**TVP:** É nesse momento então que você falava no outro dia, em que o Tabajara segue rumo ao Chile e acaba sendo preso e você retorna e consegue escapar. Você fica na Argentina?

**LCS:** Não, eu fui para Montevidéu. Nós tínhamos um “plano B” lá. E acabei ficando um bom tempo por lá. Quando dá o golpe no Uruguai também foi horrível, eu só podia sair a noite.

Ficava o dia inteiro encerrado! A noite saía para dar uma volta, tomar um refrigerante, um café... Tinha um esquema de alimentação... Uma senhora ia até onde eu estava e levava uma marmita. E eu estava sobrevivendo assim, porque eu não podia trabalhar, não podia fazer nada. Em 1975 eu voltei, porque o movimento estava mais... Não é que eles estivessem afrouxando a coisa aqui, mas já começava a tomar corpo no conjunto da sociedade o fato de que os militares não podiam seguir indefinidamente.

**TVP:** Esse período que você fica no Uruguai você está na ilegalidade total? Sem trabalho, sem nada?

**LCS:** Sim, na ilegalidade total. Sem nada! “Comendo o pão que o diabo amassou!” Isso foi trágico, porque a própria estrutura política não podia sustentar uma situação dessas.

**TVP:** Nessa época tinha algum grupo de AP ou era só PCdoB?

**LCS:** Tinha um grupo de AP, mas sem organicidade.

**TVP:** E esse grupo se reivindicava como AP?

**LCS:** Não se tinha atuação concreta. O grupo se tornou algo como “vamos cuidar dos feridos”. Juntar os cacos! Chegou um ponto que eu disse: “Eu vou para o Brasil e vou me submeter... Que me prendam! Se quiserem me prender que me prendam!”. Isso foi o que eu fiz, me vim para o Brasil. Passei um tempo na fronteira, depois vim a Porto Alegre, mas sempre com um esqueminha de segurança para não ser preso de bobeira, que ninguém visse. Nesse período já havia vencido o tempo de expulsão da UFRGS, e eu podia retornar, aí juntamos um grupo para me acompanhar e fui até a UFRGS e pedi re-ingresso. Mas eu já não tinha estrutura psicológica para ficar aqui e acabei indo fazer outras coisas. Acabou que não fui preso. E logo em seguida começou todo o processo de Anistia, depois Diretas, que eu participei. Na onda das reformas partidárias havia a figura do sucedâneo do MDB...

**TVP:** Nessa época tu ainda te consideravas da AP? Tinha algum vínculo com o pessoal da AP?

**LCS:** Tinha algum vínculo, mas sem organicidade nenhuma.

**TVP:** Não dá para dizer que houve uma saída da AP, por exemplo?

**LCS:** Não, não dá para dizer, não! Porque não foi assim... As pessoas... O Nei, por exemplo, foi preso, re-presos, e saiu da cadeia psicologicamente detonado. Não tinha nem como conversar com ele. Porque ele não saiu da AP, ele saiu da própria vida, eu acho.

**TVP:** O Nei era dirigente? Sabes me dizer o nome completo dele?

**LCS:** Sim, ele era dirigente. O nome é Ney de Grandi. Bom, mas aí como eu te dizia, surge essa discussão sobre o sucedâneo no MDB e a gente participou. Eu participei como assistente, vendo, lendo... Na época o próprio PC estava dentro do MDB.

**TVP:** Em que ano foi isso? Já era depois da Anistia?

**LCS:** Não, foi antes, mas não lembro o ano exatamente. Mas com a movimentação sindical toda que havia, começa um novo período ali. Com a eminência da reforma política começaram as articulações e eu participando dentro desse eixo, Santana do Livramento e Porto Alegre, às vezes São Paulo... Começamos a pensar qual seria o rumo. Nós de esquerda, ou se acoitava nos sucedâneos do MDB ou... Porque o espaço do confronto direto com os militares estava arrefecido. Existia outro eixo no horizonte, que era a redemocratização. Era uma coisa que se constituiu que se tornou uma bola de neve.

**TVP:** É possível dizer que entre o AI-5 e esse período que se inicia com a luta pela Anistia houve uma tentativa de combate a ditadura que foi desmantelada pelas prisões, torturas e mortes, dando lugar a uma luta mais pró-redemocratização, pró-democracia abrindo-se mão do combate frontal, direto, a ditadura? É possível fazer essa análise?

**LCS:** Sim, perfeitamente! O foco não é mais responder diretamente as ações da ditadura, mas buscar via grande população, através de um projeto de redemocratização, como foi a campanha que pediu pelas eleições “Diretas já!”, por exemplo, que culmina com aquele movimento todo.

**TVP:** Seria como que o abandono do viés revolucionário e uma guinada para o campo da institucionalidade?

**LCS:** Sim, institucional! Não digo que houve um abandono total do viés revolucionário. A ideia era ver um espaço dentro desse novo cenário que se pudesse incidir. “Nós vamos ficar aonde para manter a nossa atuação?” É o que se pensava.

**TVP:** Esses espaços que começam a surgir no meio institucional, você pensa que foram conquistas da população e dos movimentos sociais ou concessões da ditadura?

**LCS:** Sim, claro que foram conquistas. O Geisel, por exemplo, já assume com uma postura de transição, de: “nós não temos nada haver com isso, vamos acertar as contas!”. Não é bem assim, mas na prática acabou sendo isso.

**TVP:** A história da abertura “lenta, gradual e segura” promovida pelo Geisel seria uma forma de não reconhecer o avanço das pressões da sociedade organizada sobre a ditadura, bem como o seu declínio?

**LCS:** Exatamente! Mas a coisa foi andando e fui convidado por alguns companheiros para discutir o sucedâneo lá em Santana do Livramento. Fui acompanhando e discutindo, com companheiros aqui de Porto Alegre também.

**TVP:** E você estava organizado com quem nessa época? PCdoB?

**LCS:** Tinham companheiros que gravitavam em torno, porque os dirigentes estavam todos ceifados, fora de combate, vamos dizer assim. Só mais adiante que tu começa a ver alguns companheiros novamente. Alguns, porque outros tu não vê mais porque mataram. Nesse momento surge a necessidade de colocar na pauta um Partido novo, independente. Um partido que fosse do campo popular. É assim que surge a proposta do PT e aí nós abandonamos a discussão do sucedâneo do MDB e passamos a discutir a construção do PT. Aí foi uma discussão muito interessante, porque nós tínhamos como proposta a formação de núcleos de vila, para discutir o que nós queríamos o que iríamos fazer.

**TVP:** Em que ano foi isso?

**LCS:** Isso foi em 1978, mais ou menos.

**TVP:** Então em 1978 já existia esse debate de criação do PT como sendo um partido de alternativa popular?

**LCS:** Sim, sim! Em 1978. Tanto é que em 1979 nós já tínhamos um esboço de direção municipal do PT, que já militava organicamente, produzia materiais para discussão. No 1º de maio a gente se organizava para propor para as entidades sindicais e políticas também – convidava outros – para fazer atos... Por exemplo, a Frente Ampla, no meu caso ajudou muito porque eles já estavam constituídos como Frente e nós partimos inicialmente para organizar a base desse partido que seria o PT. Nós tínhamos uma visão de Frente Popular inspirada pela Frente Ampla. Aí acabou que se teve Frente Popular em todo o Brasil, tanto é que a primeira eleição que se participou foi em Frente. Em 1980 nós conseguimos registrar o PT na institucionalidade. Isso demorou um pouco para acontecer porque a gente tentava criar um grupo em lista, uma nominata, mas devido a pressão que ainda era forte – dos patrões, da ditadura –, de uma semana para outra havia desistências e quando íamos requerer o registro a lista estava desfalcada e nós tínhamos que ir atrás de outros nomes para compor a nominata. Mas esse foi um pouco do processo de construção do PT. Do ponto de vista da minha participação, eu participei do Diretório Estadual várias vezes, fui candidato a presidente do Partido lá em Santana do Livramento e depois fui vereador.

**TVP:** Isso que você me conta já são anos 1980. Na campanha para as “Diretas Já!” você já está militando dentro do PT... Você acha que o processo de redemocratização que vai tomando força nos anos que seguem, começa nessa época – do final dos anos 1970 com a Anistia, passando pelas “Diretas”, até chegar na Constituinte?

**LCS:** Sim, claro, com certeza! Começa nessa época! Eu acredito assim, que os outros setores da sociedade também devem ter feito as suas articulações e nós entendíamos que um processo de reforma partidária feita sobre a égide “do estabelecido” não iria sair boa coisa para os

setores populares. Por isso, dentro do nosso campo de esquerda, nós tratamos de buscar certa aglutinação pensando para que lado nós iríamos. A própria posição do PCdoB era meio vacilante, pois eles não sabiam se a “nova regra” que surgiria a partir de determinado movimento de redemocratização, se haveria o entendimento de que eles poderiam se constituir como partido. Então eles participavam com o pé lá no futuro, “poderemos ou não?”. Esses caras foram parceiros nessas lutas nesse período e, inclusive, não eram tão veementes na forma de propor a construção de uma alternativa mais genuína do ponto de vista popular.

**TVP:** Eu gostaria de retomar algumas questões que me surgiram durante a tua fala. Questões que me foram suscitadas pelas tuas respostas que eu gostaria de amarrar dentro da entrevista. Gostaria que você me falasse um pouco de como eram as disputas ideológicas dentro da AP? As divisões, os rachas... Esse processo que começa na igreja católica, adentra ao marxismo, assume o Foquismo, avança em direção ao maoísmo?

**LCS:** Sim, tinha isso! A discussão sobre “Partido”, integração... Mas é interessante que isso é uma coisa que aconteceu depois dentro do PT também. Havia uma disputa interna que era a respeito do Partido de quadros ou Partido de massas. Isso tinha sido superado – superado em termos – lá no congresso que renomeou a AP. Só que esse período foi um período que, digamos assim, funcionou como um “laboratório social”. Por quê? Porque a gente decidiu – a decisão assim a grosso modo – sem sustentação factual. O Congresso [de fundação da AP] marca o início dessa discussão propriamente dita, e não o fim. Aí tinha a produção de documentos... Inclusive eu fazia – foi a tarefa que mais me complicou –, era a de buscar livros em Montevideu ou em Rivera... Literatura... Para a companheirada poder...

**TVP:** Em que ano foi isso?

**LCS:** Isso... Isso foi em torno de 1970 até 1973. Eu me lembro, por exemplo, de um fato que aconteceu em 1971.<sup>150</sup> Eu fiz uma viagem a Montevideu e fui com outra tarefa... Foi em relação a participação do Dan Mitrione na polícia minera... A minha tarefa era levar isso aos Tupamaros. Os companheiros de Minas Gerais fizeram uma série de fotos dele [Dan Mitrione] e eu fui levar o filme com as fotos para eles conhecerem bem quem era.

**TVP:** Essa história do filme das fotos do Dan Mitrione tem haver com àquela em que você me contava ontem, que você levou o filme escondido no forro de um casaco?

**LCS:** Isso, exatamente! Como era um material “explosivo” – arriscado – se tomou algumas medidas... Eu não fui nos nossos fornecedores de livros, nem passei lá. Quando eu voltei – já estava aqui em Porto Alegre – fiquei sabendo que a minha mãe tinha enterrado os meus livros,

---

<sup>150</sup> Aqui há um pequeno equívoco de datas por parte do entrevistado. Possivelmente esse fato narrado tenha se dado em 1970, pois Dan Mitrione foi morto nesse ano, sendo improvável que o fato tenha se passado em 1971.

porque eu mantinha uma biblioteca lá em Livramento. Porque se precisasse de material para distribuir para os grupos já estava mais fácil. Naquele momento começava uma leitura mais profunda sobre o marxismo-leninismo de fato. O resto eram experiências esparsas, individuais, de companheiros que tiveram outra origem. Era recente a discussão teórica.

**TVP:** Se enteva de forma mais detida na teoria... Existia alguma disputa em torno disso? Pois a literatura e os relatos de outros membros da AP apontam que o atrelamento a questões cristãs seguiu por bastante tempo dentro da AP, enquanto outros membros já propunham, vamos dizer assim, uma leitura mais científica e materialista de análise da sociedade que se deve a essa aproximação com o marxismo e o materialismo histórico. Se superava um pouco àquela dimensão dogmática da igreja de “fazer o bem aos pobres” e se buscava entender como o capitalismo atuava e contribuía para os problemas sociais. Não se trata só de uma perspectiva espiritual e divina, mas concreta...

**LCS:** Concreta, real! Dentro [da AP] não havia um confronto do tipo que hoje ocorre, por exemplo. Naquele tempo, me parece, as diferenças eram mais de cunho filosófico. Havia uma discussão fraterna, não havia uma disputa acirrada. Cada um analisava as dimensões daquilo que se estava discutindo.

**TVP:** É devido a esse aprofundamento teórico que se dá a aproximação com o PCdoB?

**LCS:** Em parte da para se dizer que sim. Foi o que nos constituiu em unidade por um bom tempo. Como eu estava te dizendo, as divergências – não sei se por sabedoria ou pelas condições dadas pelo momento histórico – a gente colocava o sustento dessa ponte mais adiante. Não tinha por que abordar divergências sobre as quais nós não tínhamos um profundo controle e que pudesse fraturar a nossa unidade. Eu lembro que... Em que ano foi isso? Foi 1980 e tantos... Sai a primeira ocupação de terra aqui perto de ronda Alta, por aí. E nós, através da igreja, das Comunidades de Base, nós trouxemos dois caminhões de roupa e alimento, mais dois ônibus com pessoas... Eu lembro que estava aqui em Porto Alegre – estava eu, o Olívio, o Paim, acho que até o Fortunati estava – e lá encontramos com o Adão Preto e outros... Para você ver o quão forte ainda era a nossa unidade com os setores de base da igreja, que inclusive colocaram toda a estrutura em apoio ao movimento na terra que era uma das nossas bandeiras na época. O nosso *slogan* da nossa região na época era: “Terra, Trabalho e Liberdade”.

**TVP:** Gostaria de retomar algumas questões que foram ficando para trás... Gostaria de saber um pouco sobre como se dá o movimento de integração na produção? Qual a relação com o maoísmo? Você participou desse movimento ou só da questão estudantil?

**LCS:** Sim, era o maoísmo... Nesse caso os companheiros tinham certa autonomia em relação aos companheiros que estavam aqui fazendo luta estudantil que estavam muito desarticulados do processo produtivo. A maioria era estudante desempregado. No meu caso eu fiz vários concursos aqui em Porto Alegre e não passava em nenhum porque tinha o chamado “atestado ideológico” aquele. Então o pessoal do movimento estudantil que mais colocava a cara estava praticamente alijado desse processo [de integração na produção]. Isso [integração na produção] ocorreu mais em outras células que inclusive tinham menos visibilidade pública. A clandestinidade era mais serena porque eles tinham uma vida “normal” e faziam a agitação “por baixo do pano”. Nós estudantes metíamos a cara mesmo.

**TVP:** Eu pergunto embalado por uma dúvida de cunho mais teórico em relação ao maoísmo, pois na prática chinesa do maoísmo um dos objetivos era, digamos assim, “proletarizar os intelectuais”.

**LCS:** É verdade, tinha isso! Bom, eu me lembro que o Congresso esse traz o maoísmo para o debate, o que acabou contribuindo. Nos aproximou de uma visão teórica que já tínhamos em parte sobre a libertação dos trabalhadores, dizia-se assim: “A libertação dos trabalhadores será obra da organização dos trabalhadores!”. Essa era a máxima que a gente vivia repetindo para a gente mesmo. Não tem como fazer por eles, isso era uma questão lógica... Isso era o Mao quem dizia... E tem mais uma parte: “Será obra dos trabalhadores ou não será!”. Ele dizia mais essa!

**TVP:** Olhando para trás hoje, você considera que a AP foi uma organização de combate ou resistência a ditadura? Pensando o combate como uma radicalização da resistência, como foi, em parte, a luta armada.

**LCS:** Da para se dizer que ela resistiu e quando ocorreu, de fato, o enfrentamento devido ao recrudescimento aí ela tentou uma postura de combate, só que não durou por muito tempo porque o grupo foi dilacerado. Como essa tentativa de ir para o Araguaia que te falei, por exemplo. A minha saída do Brasil se deu exatamente no momento em que eu e essa companheira que te falei estávamos prontos para ir para lá. Logo em seguida fatos começaram a acontecer e a própria Guerrilha já estava caindo. Vários companheiros de direção tinham sido presos. Uma ou duas semanas antes da decisão de sair do Brasil aqui no sul a repressão fez uma “redada”. Com isso alguns pontos começaram a não ser cumpridos por medida de segurança... E tudo isso culminou com a decisão de que não tinha como sustentar a permanência de alguns companheiros. Eu fui orientado a ir para o Chile junto com o Taba [Tabajara Ruas] e outros foram mandados para outros lados. A proposta de ir para o Araguaia foi desarticulada e isso era um sinal de que as coisas não iam bem.

**TVP:** Houve companheiros da AP que foram para a Guerrilha do Araguaia?

**LCS:** Sim, sim. Eu não saberia te dizer nomes, mas sabia por que acompanhava o início desse processo de discussão e nele se fazia referência a outros companheiros que estiveram lá.

**TVP:** Sobre o tempo que você passou no Uruguai... Hoje tem se estudado muito a questão da Operação Condor, a articulação repressiva das ditaduras do Cone Sul. Durante a tua estadia no Uruguai você percebeu alguma coisa nesse sentido? Existia alguma perseguição feita pela repressão brasileira nesses países? Algum agente que estivesse te monitorando? Ou até mesmo na sua viagem, já que passaste também pela Argentina...

**LCS:** Sim, sim! Eu cheguei a ser revistado e levado para uma guarita... Fui parado na estrada e o cara quando viu que eu era brasileiro me levou para dentro da guarita onde tinha outro cara que falava português. Ele me fez um interrogatório forte, mas eu estava bem treinado para despistar.

**TVP:** Você usava nome falso nessa época?

**LCS:** Sim! Lá no Uruguai era coisa sabida que havia brasileiros. Os companheiros com quem eu tinha contato esporádico, semanal, tinham isso bem presente, a presença de agentes brasileiros atuando lá. Teve um outro fato, mas agora não sei situar no tempo, mas acho que foi logo em seguida da prisão do Universindo e da Lilian... Os dois tinham parado lá em casa. Conversamos bastante... Me parece que ela tinha estado um período em Cuba e estava socializando algumas discussões... O pessoal do Uruguai que apoiava eles tinha uma célula das “Brigadas Vermelhas” ali. Eu me lembro que tinham uns caras que chegavam a ser paranóicos por causa dos agentes da Operação Condor.

**TVP:** Olhando hoje e considerando tudo que passou e toda a experiência política que você acabou adquirindo nesse tempo, como tu percebes a resistência a ditadura? Pergunto isso pelas próprias críticas que às vezes são feitas sobre as escolhas daquele momento como, por exemplo, aderir ou não a luta armada, etc.

**LCS:** O povo brasileiro, assim como todo grupo de seres humanos, tem maior ou menor grau de capacidade de se adaptar as coisas. Eu acho que o que se fez foi o que se podia e o que se devia fazer. É óbvio que se cometeram centenas, milhares de erros, acertos da mesma forma. Não tem como se estabelecer um padrão para poder criticar mais quem atuou desse ou daquele jeito, pelo menos é o que eu penso. A sociedade, por meio de algumas pessoas, fez o que dava para fazer. Nós não tínhamos acúmulo para produzir um movimento de envergadura tal que pudesse dizer: “Isso aqui podia ter resolvido, mas não resolveu porque os caras foram uns bostas.” Não dá para dizer isso! O fato do país ser continental é um outro dado muito importante, as diferenças regionais... O que está comovendo e movendo as pessoas no



nordeste é uma coisa, aqui é outra. O nordeste foi, digamos assim, um celeiro para a AP – e para o PT depois, mais tarde.

**TVP:** A questão das Ligas Camponesas...

**LCS:** Exato! Lá havia acúmulo mínimo que ofereceu gente, material humano, para a luta.

**TVP:** Talvez a contradição de classe fosse mais latente também...

**LCS:** Com certeza! Dentro dessa heterogeneidade de um país continental com a população do tamanho da nossa, se fez o que se podia fazer. Eu acho que se fez bastante! Houve importante contribuição no processo de retomada da Democracia, na nova conformação dos partidos – que depois os caras *esculhambaram* de novo... Acho que foi isso.

**TVP:** Você considera que a memória seja uma forma de resistência? Até pensando nessas manifestações de alguns setores à direita da sociedade que tem pedido a volta dos militares...

**LCS:** Seguramente é! Até alguns já disseram: “Tem muitos companheiros que deram a vida pela democracia e agora tem gente pedindo a volta da ditadura...”. Eu acho que sim, só que é um trabalho duro esse da memória. Porque sobre a memória tu refletas e sobre essas posições que pipocam por aí é o contrário, é total falta de reflexão. Os caras parecem que não viveram os últimos dez anos de vida... Eles atiram no lixo a história que o Brasil sofre nesse período da ditadura. Eu acho que a memória deve sempre ser considerada como objeto de reflexão. Eu acho que isso é uma tarefa para toda a sociedade e é muito positivo esse resgate. Se bem que isso foi uma coisa que amainou durante um período, deixou criar um vazio muito grande. Isso é uma aferição que teria de ser feito continuamente para que não fique esse vazio. Por exemplo, para muita gente houve um período de ditadura que fez e aconteceu e que depois propôs a volta da democracia. Não houve isso, houve muita luta para que a democracia retornasse. Esse processo passa na superfície da sociedade. É uma coisa que acontece no Brasil, pois no Uruguai os caras são muito mais preocupados socialmente com a questão da sua memória. Lá eles criaram a cultura de dar nomes de lutadores para lugares, grupamentos: “Ramires Vargas!” Quem era Ramires Vargas? Foi um lutador social! Eles têm essa coisa de sempre fazer um contraponto daquela época com o presente, do passado com o presente. Então eles vão costurando a história com mais propriedade.

**TVP:** Será que essa “ausência de memória” no Brasil não faz parte de um processo intencional de esquecimento propagado pelos militares, ou pela própria permanência de setores ligados aos militares nos espaços de poder, nas instituições? Vale o exemplo de quando a Presidenta vai lançar a Comissão Nacional da Verdade e os três comandos das três forças armadas seguem sentados e se recusam a aplaudir enquanto todos os presentes o fazem, em uma clara situação de insubordinação a sua comandante em chefe.

**LCS:** A memória é pelo conjunto e os militares é uma ponta que aparece, tanto é que um grupo militar disse umas bobagens e o próprio Clube militar afirmou: “Não, eu não estou nessa.”. Mas claro, tem àqueles que se negam a dar depoimento, etc.

**TVP:** Qual seria o papel da memória nesse processo de construção da Verdade e da Justiça? Nessa tríade da Memória, Verdade e Justiça.

**LCS:** É a forma de qualificar a questão para que possa ficar claro que não se trata de uma vingança contra quem eventualmente praticou danos a outrem, trata-se da estrutura moral do país que é dirigido por um Estado e que não pode destacar seus membros para cometer insanidades sociais de toda sorte como as que ocorreram. É perfeitamente correto e também necessário para fazer com que as pessoas entendam que não se trata de buscar desforras, mas sim mostrar a memória social e política do país de forma que a responsabilidade do Estado seja efetiva e não deixar que o Estado seja tomado por insanidades que acabam prejudicando e danando a própria razão de ser desse Estado, que é justamente a preservação da vida, dos direitos, etc.

**TVP:** Você acha que os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade serão capazes de romper com esse estigma atribuído a memória sobre o período ditatorial onde, especialmente os setores militares, sustentam o “mito dos demônios” ou, “que deveria ser investigado os dois lados”, como se quem resistiu à ditadura já não tivesse sido amplamente investigado, julgado, condenado e, não raras vezes, supliciado ou até mesmo morto?

**LCS:** Pois eu não sei se a Comissão teria essa capacidade, eu acho que ela deve buscar organizar uma atuação que a capacite a fazer esse contraponto. Vou te dizer que eu nunca procurei o que tem arquivado sobre mim. Quando surgiu a Comissão de Direitos Humanos eles me ligaram para que eu entrasse com pedido de indenização na Comissão de Indenização que surgiu aqui no Rio Grande do Sul. Tem pessoas que aparentemente esquecem o que aconteceu – até para se sentir mais confortáveis – e outras supervalorizam o que aconteceu e acabam ficando meio que dependentes, só pensam naquilo. Eu acho que a questão da memória deve ser entendida nem como esquecimento nem como supervalorização. Ela tem que cumprir uma tarefa social que é a de manter a dinâmica da história, da própria história. Lembro de reuniões onde tinham pessoas que ainda estavam com uma espécie de paranóia montada na cabeça por conta da perseguição. Isso era uma coisa que até limitava. Tinha um companheiro que andava – ainda a pouco tempo atrás – todo espiado na rua. Quanto mais essa Comissão se capacite para fazer essa discussão mais ela amplia a capacidade de avançar. Não pode cair nessa de ficar no contraponto que querem os militares: “Eu fiz porque vocês fizeram...”. Não se trata mais disso, o que está feito está feito. Trata-se é de fazer valer um

direito objetivo, positivo como o de eu poder caminhar na rua, de comprar uma casa, ter um trabalho... A memória tem que ser isso aí, não pode ser algo a parte, tem que estar junto. A própria constituição dessas Comissões deve atentar para isso, trazendo para a cena prática setores que não tenham o lustro que tem normalmente essas Comissões. Eu acho que tinha que democratizar essas Comissões, trazer mais gente do povo para participar, para que não fique como algo que é restrito a preocupação da intelectualidade que sabe analisar os momentos históricos, que são sociólogos, etc. Para que esses estudos sejam, de fato, algo inerente a vida de todas as pessoas e não só de quem foi perseguido. O que se trata, no fundo, é de criar condições para que no futuro não hajam mais perseguidos.

**TVP:** Você comentou que entrou com processo solicitando indenização nessa Comissão de Indenização que foi criada aqui no Rio Grande do Sul, se não me engano em 1998. Eu pesquisei os arquivos dos processos dessa Comissão que estão disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, encontrei o nome de várias pessoas que militaram na AP, mas não encontrei o seu nome lá. Você recebeu a indenização?

**LCS:** Sim, eu entrei com o processo e recebi a indenização. Eu lembro que na época o encaminhamento foi o seguinte... Eu fui à UFRGS e peguei o comprovante de matrícula e a cópia do Decreto 477 que me expulsou. Alguém daqui estava mandando isso para Brasília, se não me engano foi o Araújo – que era marido da Dilma – ele quem estava fazendo. Mandava para Brasília e depois eles mandavam um protocolo para eu acompanhar o processo.

**TVP:** Certo. Mas então eu acho que se trata de um dos processos de indenização da Comissão de Anistia. Ocorreu uma Comissão de Indenização que era exclusiva do Rio Grande do Sul, antes da Comissão Nacional de Anistia, me parece.

**LCS:** Claro que sim. Teve sim! Essa eu não entrei. Eu lembro que na época eu até pensei: “Tchê, porque eu não entrei?”. Fiquei nessa de vou entrar, vou entrar e acabei não entrando. Nem sei que fim levou àquilo. Eu lembro que o Raul recebeu...

**TVP:** Sim, sim. É como te disse, achei vários nomes que entraram com o processo aqui na Comissão do Rio Grande do Sul e foram contemplados. Na Comissão de Anistia não pesquisei. Fazendo pesquisa no arquivo do “Brasil: Nunca Mais” digital achei alguns arquivos onde aparece o teu nome, posso lhe enviar por e-mail. Quando eu degravar a entrevista lhe envio uma cópia também. Te agradeço muito por ter concedido a entrevista e pela a atenção dispensada para comigo e para com a pesquisa.

**LCS:** Não tem porque agradecer. Espero não ter frustrado as expectativas! [risos] Não sei se é só comigo, ou se é devido àquela época arbitral, tem fatos que aparecem picotados. Tem coisas que saem naturalmente, mas tem certos fatos que não tem jeito. Por exemplo, esse

negócio do Taba [Tabajara Ruas]... Eu não consigo me lembrar a hora em que eu me despedi dele. Não consigo me lembrar, essa hora me foge da memória. Outro exemplo... Eu e a Auria. Me dava super bem com ela, uma boa guria, boa companheira e nós estávamos fazendo a nossa discussão conjunta porque a gente iria para lá [Guerrilha do Araguaia] como um casal. Aparentemente eu seria casado com ela, iríamos morar em algum lugar lá e ter alguma atividade. Ela era da área da agricultura eu era da campanha, essas coisas... Aí vieram esses fatos que te narrei e eu não consigo me lembrar aonde foi parar a Auria. Até hoje não sei onde ela foi parar! Outro cara, o Pedro Calmon... Ouviste falar do Pedro Calmon? É outro cara que sumiu da parada!

**TVP:** Nessa pesquisa no Arquivo Público eu achei nomes de Pelotas, Caxias, etc. Esse teu relato sobre a memória é muito interessante. A memória atua dessa forma, parece que vai escolhendo acontecimentos, tanto os que serão esquecidos quanto os que serão lembrados. Bueno, da minha parte seria isso! Gostaria de acrescentar algo?

**LCS:** Tudo certo! Obrigado, Thiago!

**TVP:** Que é isso? Eu que agradeço!

## APÊNDICE C – ENTREVISTA COM NILCE AZEVEDO CARDOSO

### Transcrição da Entrevista com Nilce Azevedo Cardoso

Entrevista realizada em 24/02/2015

Entrevistador: Thiago Vieira Pires (TVP)

Entrevistador: Cleverton Oliveira (CO)

Entrevistada: Nilce Azevedo Cardoso (NAC)

Essa entrevista com Nilce havia sido agendada pelo pesquisador Cleverton Oliveira que, gentilmente, aceitou a minha participação como ouvinte. Porém, o “vírus” da inquietude fez com que, em diversos momentos, eu me atrevesse a participar da entrevista talvez prejudicando o cronograma pensado por Cleverton. Deixo aqui registrado o meu agradecimento ao Cleverton por ter aceitado a minha participação e, também, por ter pacientemente permitido as minhas intromissões durante a entrevista.

Em boa medida essa entrevista tem ares de diálogo e, por isso, a transcrição não é completamente retilínea, com perguntas e respostas, mas com alguns elementos “pinçados” das falas.

**NAC:** Em 1972 é quando eu vou presa e quando “cai” toda a AP... Aqui no Rio Grande do Sul nós não continuamos... Quando eu saí da prisão eles [Direção Central] me propuseram que eu fosse Direção aqui [no Rio Grande do Sul]. Mas eu saí da prisão muito mal, eu saí com uma infecção generalizada... Eu precisava era de um tratamento para sobreviver, em primeiro lugar. Aliás, muitas dessas coisas [sequelas da tortura] estão aparecendo agora. O meu corpo estava virado em algo que não sei como denominar, pois os torturadores enfiavam a mão, enfiavam coisas sujas... Eu fiz um tratamento ainda na prisão para segurar um pouco a infecção, mas quando eu fui para o OBAN o tratamento parou. Essa interrupção prejudicou o tratamento e, quando eu voltei, eu passei mal e tiveram que me levar para o hospital. Logo após veio a ordem para me soltarem, para me colocarem para a rua... Isso é uma coisa que nós não entendemos até agora, ou entendemos... Pois eles queriam pegar as pessoas da direção e pensavam que eu iria me encontrar com eles. E de fato eu fui, mas com muitos cuidados. Foi quando me propuseram à Direção e eu respondi que não tinha condições físicas naquele momento e muito menos o desejo de correr riscos e colocar eles mesmos em risco. Nós

sabíamos que tinha uma infiltração, mas ainda não tínhamos certeza de quem era. Principalmente, porque o Pedro Calmon que era quem supomos que estava infiltrado... Eu não sei se o livro [Revolucionários sem Rosto, do jornalista Otto Filgueiras] vai conseguir provar, porque é preciso um documento dos órgãos repressivos que comprove que ele [Pedro Calmon] ganhava para isso. De qualquer forma, havia a suspeita. E é ele que entra em contato comigo para entrar em contato com a Direção Nacional. Aí como tinha acontecido tudo isso eu não fui e pensei: “Dessa vez vocês não vão me pegar!”. Então, quem mais poderia ser? O Toninho (Antônio Ramos Gomes) estava sob suspeita porque havia caído tudo. Tinham outros sob suspeita e todo mundo muito apavorado com o que tinha acontecido [as prisões de 1972]. Foi aí que tive certeza que não tinha condições nem mesmo de dar assistência para esse pessoal. Eu estava mal fisicamente, então eu tinha que primeiro me curar, e foi o que eu fui fazer. Eu continuei fazendo algumas coisas, como eu havia encontrado com o pessoal eu fiz contato com outros de São Paulo e passei a visitá-los, os que estavam presos lá no [Presídio de] Barro Branco. Foi quando eu encontrei o meu segundo marido, nessa altura eu já estava separada do Toninho. Para eu conseguir ir lá [no Presídio de Barro Branco] nós inventamos que eu era noiva do [Diógenes] Sobrosa [de Souza] para eu poder entrar. Isso foi bom, porque eu entrava livremente. É engraçado que tem uma mestranda ou doutoranda que a pesquisa dela é sobre cartas. Eu mandava cartas para o Sobrosa, onde dizia: “Eu estou bem! Tudo corre normalmente”. Era uma cartinha boba, mas era só para dar essa informação, que não tinham me pego na saída, etc. Tinha tudo isso, porque eu acabara de sair [da prisão] e “os caras” estavam me deixando transitar no meio de presos!? Ainda que o Sobrosa estivesse condenado à morte. Depois foi condenado a prisão perpétua, não iria sair nunca, na cabeça dele. Aí um dia ele me disse: “Não me escreve mais, porque as tuas cartas são horríveis! Só falam de tempo, de continuidade do que está acontecendo...” [risos] Aí eu percebi que o objetivo estava sendo atendido, ou seja, as cartas estavam passando, porque tinha censura. As minhas cartas passavam todas... Eu estava acostumada com esses “papinhos bobos”, porque era eu quem fazia a correspondência codificada. E ele achou que era muito ruim, muito feias aquelas cartas. Foi ruim, foi ruim... [risos]

[...]

**NAC:** No começo a AP era muito forte no movimento estudantil, muito forte! Então todos esses que hoje em dia falam que era trabalho deles, na verdade era trabalho de JUC e de AP, que na verdade era mais ou menos a mesma coisa. Só que o Betinho já tinha passado por aqui, por isso já tinha uma cara de AP, saindo de JUC. Todo o grosso da liderança, as tomadas de posição, tudo vinha da AP, mas hoje algumas pessoas contam que não era. Algumas pessoas

foram depois para a luta armada e hoje dizem que não tinham aquele tipo de trabalho, ou tinham, mas não contam exatamente como era. Tem também aqueles que eram frente junto conosco, mas como eu não estava aqui na época, agora que eu entendi como era o processo. É bem interessante perceber como se deu o processo, que parte do movimento estudantil que era só o que tinha aqui. É algo bem emblemático. O movimento operário estava com a JOC, só para a gente localizar... Aqui, foi da JUC que saiu a AP, diferente do ABC [Paulista], que saiu da JOC da JAC, então tinha muitos que não eram da JUC, que não passaram pela JUC. E tinham outros, como foi o caso do meu segundo marido, que eram operários mesmo, que nunca passaram por nenhuma dessas católicas. Esse é um exemplo para vocês guardarem, porque outro dia alguém estava falando que toda a AP era a mesma coisa que JUC e não era nada a mesma coisa que JUC. Um exemplo é o Antonio Norival Soave – que foi o meu segundo marido e pai dos meus filhos – que sempre foi operário e nunca passou pelos católicos, nunca fez sequer faculdade. Assim como ele, todo o pessoal da Célula do ABC eram operários, então são pessoas operárias que entraram para a AP sem, necessariamente, vínculo com os círculos católicos.

**TVP:** Esse movimento de JUC para a AP é concomitante com a incorporação da teoria marxista, o que faz a organização se tornar mais política do que religiosa?

**NAC:** Sim, havia o pessoal que veio da China que estava estabelecendo essa ligação como modelo chinês, pois já tinha rompido com a linha da União Soviética e foram conhecer a experiência da China e já tinham conhecido a experiência de Cuba. Só que a experiência de Cuba era algo menor em relação ao tamanho do Brasil, por isso tinha que conhecer uma experiência grande como a da China. Essas pessoas que vieram da China trouxeram a necessidade do marxismo que não estava dentro da JUC. Aí veio o marxismo com força, concordo com você, foi isso mesmo.

[...]

Os teóricos, Jair [Ferreira de Sá] Duarte [Pereira], não eram de JUC, nunca tinham sido, e por isso eles já estavam avançados nas leituras. Por isso eles percebiam que o marxismo oferecia uma proposta melhor. Nós ainda estávamos patinando, porque tinha essa história de estar sempre ligado a Igreja que era muito ruim para nós, vinha uma ordem do Bispo e parava tudo. Em 1968 rompeu tudo, aí o mundo ascendeu, não foi só o Brasil, foi um “boom” no mundo todo. Foi aí que nós tivemos que correr para entender o que estava acontecendo, como é que nós iríamos analisar essa realidade. Acho que isso coincide com a Revolução Cultural que o Mao [Tse-Tung] propõe, e a gente tinha que estudar isso. Vinham vários documentos [da AP] para nós lermos e a gente lia. Eu acabei não ficando com nada desses documentos porque na

minha casa não podia ficar com nada, então eu lia e devolvia. Às vezes o acesso ao documento tinha que ser oral mesmo, porque eu não tinha nem como ficar com o documento. Eu tinha contato com a [Direção] nacional, estadual, etc. então eu era muito vulnerável à “cair”.

[...]

**TVP:** É nesse momento da entrada do maoísmo na AP que se propõe a linha da “integração na produção”? Pergunto por que a Revolução Cultural tinha essa postura de colocar os intelectuais em contato com o povo, etc., em parte, muito semelhante ao que foi a “integração na produção” que colocou muitos estudantes (intelectuais, portanto) a trabalhar nas fábricas.

**NAC:** Me parece que isso vem ao mesmo tempo em que surge a necessidade de pegar aqueles estudantes – que tinham visão de estudantes – e colocar junto aos operários. Como é que estudantes iriam dirigir a revolução? Impossível, então tinha que ser com os operários! Também tinha uma necessidade básica que era colocada pela própria realidade, ou seja, pegar todas essas cabeças pensantes que ficaram estudando e colocar em uma prática diferente. Essa foi a propostas que eles [Direção] apresentaram. Por exemplo, quando eu estava nos “Serviços” e em outras atividades, me propuseram de ir para a “integração na produção” e eu aceitei. É muito interessante que muitas pessoas me perguntam como é que eu tive coragem de “largar toda a vida”, dizer “tchau” para o que fica e ir em frente... Eu acho que essa é uma questão que não se coloca, até porque nós estávamos ali no meio da Revolução – para nós era uma Revolução – então não tinha essa de se perguntar... É como nas leituras da resistência francesa, espanhola, os caras não ficam se perguntando, não entram em crise ideológica ou existencial, simplesmente vão. Alguns criticam isso, mas eu acho que é bem assim, simplesmente vai. Se você está na chuva é para se molhar, não tem jeito! Se os dirigentes achavam que esse era o caminho... Eu sou uma pessoa que acabou ficando muito disciplinada, eu “esperneava” dentro: “Não gosto de fazer isso, aquilo, etc. Não concordo com isso, aquilo, etc.” Mas dentro do que eles decidiram e a partir do que eu via na minha realidade, também, eu acatava. Claro, há os que vão e não aguentam. Quem são esses? São as pessoas que foram para o movimento operário sem estar preparadas pessoalmente. A primeira vez que eu fui no ABC tinha um casal bem jovem que tinha vindo do Paraná, me parece, e eu disse que eles não iam ficar, que não deveriam mostrar nada para eles que eles não iam ficar. A menina chorava o dia inteiro, como é que alguém vai militar desse jeito? Chorando de saudade da mãe e do pai, da vida de antigamente, não tem mais aquela coisa de ir ao cinema, passear, sair para dançar, nada daquilo. No meu caso, por exemplo, durante cinco anos eu não tive tempo de fazer nada disso. Ninguém tinha tempo, todo mundo tinha tarefa da hora que acordava até a



hora que ia dormir. E de fato esse casal voltou em seguida, acho que eles não ficaram uma semana lá no ABC. Inclusive eles não podiam encontrar com mais ninguém, senão eles ficariam sabendo. Naquela época, os operários que nós entrávamos em contato faziam reuniões na casa deles, porque não fazia sentido arrumar um “aparelho” para fazer as reuniões, era nas próprias casas. Então, cada um dos operários que nós fazíamos reunião eu conhecia a casa deles, o local de trabalho, por isso a hora que “caía”, caia um monte de coisa. Por isso que eu sustentei depois a posição de que isso não estava certo, que deveria ser discutido. Só que quando eu cheguei aqui [no Rio grande do Sul] eu acabei fazendo a mesma coisa. Por que como é que você vai levar operários que nunca participaram clandestinamente? É uma reunião que vai fazer parte da vida deles, como hoje são discutidas as greves, são coisas que passam a fazer parte da vida deles. Então você não vai sair de casa para fazer uma reunião de base. O que poderíamos fazer? Então aqui também aconteceu assim, eu conhecia todas as casas dos militantes e os seus locais de trabalho. Então você imagina o perigo que é uma pessoa que tem esse nível de informação. Eu mesmo tinha que ter esse cuidado, porque entrava em contato com todo esse pessoal, com as famílias, esposas, filhos... Bom, mas a “integração na produção” coincidi duas necessidades, uma necessidade teórica e uma necessidade prática. Tem pessoas que dizem que nós adaptamos a realidade para justificar uma tese política, como se a gente pudesse fazer isso. Eu acho que havia as duas coisas, a necessidade e o estudo do marxismo que apontava alguma possibilidade de explicação para além do que nós tínhamos até o momento.

**TVP:** Como era a linha de atuação que a Direção colocava para vocês quando começam a se integrar nas fábricas? Era uma linha de esclarecimento/conscientização dos trabalhadores ou um trabalho mais aprofundado com aqueles que demonstravam maior interesse?

**NAC:** Bom, eram as duas coisas. Tem os momentos, então em primeiro lugar tu tens que ganhar a confiança dos trabalhadores e criar um vínculo. Nessa criação de vínculo que se dá esse momento de olhar as pessoas, verificar quem é confiável, porque se vivia uma ditadura, tinha pessoas que você falava algo e daqui a pouco o chefe já estava sabendo. Por exemplo, os panfletos que eu levava eu colocava escondido, não colocava na frente de todo mundo. Nós estávamos sob uma ditadura, se até hoje nós colocamos algumas coisas escondidas, imagina naquela época. Então no começo havia essa possibilidade de você fazer um levantamento mais cauteloso. Depois a gente escolhia alguns para convidar à participar das reuniões. Objetivamente, em termos de rumo, a ideia seria que a gente fizesse uma “célula” de operários. Nesse meio tempo eu acho que um dos objetivos era que nós, estudantes, passássemos por um processo de amar aqueles operários. Porque ainda se tinha aquela ideia

de que seriam “entes” que fariam a Revolução. “Entes”, saídos dos livros... O que a gente veria? A gente ia encontrar pessoas, com seus sentimentos, com seus pensamentos, com suas vidas, etc. O que aparecia aí? A necessidade de nós entendermos como eles pensam! E é algo muito diferente, porque a realidade de vida é outra. [...] Teve gente que foi para a fábrica e se deu mal nessa história de “dirigir eles”... “Dirigir eles para algum lugar”. Eu, felizmente, não tinha essa visão, porque eu fui mais para aprender com eles. E com eles a gente ia fazer resistência, até porque, no primeiro momento, esse era o objetivo, construir uma resistência com eles. Algumas pessoas já me perguntaram quem a gente colocaria de Presidente do Brasil, isso era uma coisa que nem passava pela nossa cabeça. Por exemplo, lá em Cuba já se sabia quem assumiria, até por causa do tamanho e da história. Aqui, para vocês terem uma ideia, o Otto tem tabulado cerca de 20 mil militantes, isso sem contar os não-tabulados. Aí teria que contar os apoiadores e simpatizantes que não tinha lista, na verdade tinha porque “caiu”. Nós não tínhamos dinheiro nosso, era tudo dos simpatizantes, nós não assaltávamos, então era tudo dali que saía.

**TVP:** Você saberia dizer qual era o escopo, a quantidade de pessoas que vocês trabalhavam no setor operário aqui no Rio Grande do Sul?

**NAC:** Eu não sei dizer quantos seriam, porque nessa época nós trabalhávamos em “frentes”. Em “frente” com o PCB que tinha uma inserção enorme, foram os primeiros que eu encontrei, pessoas ótimas, bem mais velhas que nós. Respeitávamos muito eles, até pela experiência bem maior que tinham. Algumas coisas até eram difíceis de entender devido a rigidez que o PCB tinha. Outra “frente” era com o PCdoB, o que tinha em contato comigo e que também estava na fábrica era o Freitas, que faleceu o ano passado. Eu encontrava ele na fábrica e por isso também sabia onde ele morava e tudo mais.

**CO:** É o Henrique Freitas?

**NAC:** Eu não sei, mas a gente pode conferir com a Mara. Mas o Freitas era do PCdoB. Se a gente vai fazer uma contabilidade eu não sei quantos eram, mas era gente o suficiente para fazer barulho, vamos dizer assim. Nas fábricas quando a gente distribuía [panfletos], a gente distribuía dentro e fora da fábrica. Tem inclusive uma menina que trabalhou comigo na Renner que eu queria muito reencontrar. Mas ela não foi nem no meu aniversário que é festa... É um dos meus objetivos encontrá-la, eu inclusive sei onde ela mora, a casa dela não foi bloqueada na minha cabeça. Tudo que eles [torturadores] me perguntaram foi bloqueado na minha cabeça. Os outros e outras que foram militantes operários está tudo bloqueado na minha cabeça, eu tentei buscar, mas está tudo “deletado”. Naquela hora [da tortura] tudo que

eles queriam eu neguei: “Não sei! Não conheço nenhum operário!” Eu já era professora e essa era a história.

**TVP:** Então existia certa articulação com outras forças, não era só a AP fazendo trabalho sozinho?

**NAC:** Quando você está fazendo uma resistência em frente à fábrica, por exemplo, aí você está panfleteando e o outro já viu o que você está fazendo, óbvio. Se ele é militante ele viu e entra em contato e chega junto. O bonito da história é que tudo estava somado, tirando as infiltrações, era tudo somado. Eu já tinha lido o documento de segurança dos Tupamaros e achei ótimo. Cada um só sabe do seu, “caiu”, morreu todo mundo, mas só aquilo que cai. Na AP isso era um problema, porque “esse” sabia, “aquele” sabia, o “outro” sabia, etc. Muita gente sabia e acabou dando no que deu. Desde quando eu entrei na organização eu fui para a segurança, serviços e segurança. Briguei todo o tempo! Como é que “o cara” sabia que eu estava em tal lugar? Porque vocês conversaram! O meu trabalho, que foi orientado pela Inês no começo – eu fui treinada para isso –, eu dizia que quando eu fosse fazer o trabalho dos “serviços” que só um dirigente soubesse, a Inês ou outro, mas que só um soubesse. Senão eu ficava insegura de nunca ter certeza se um dia eu fosse chegar em algum lugar e estaria a repressão lá me esperando. Para mim era muito mais tranquilo se fosse assim, tanto que eu nunca atrasei nem um minuto e comigo ninguém atrasava também. Se atrasasse poderia “cair” os dois. Ninguém atrasava, é o que nós falávamos, militante chega na hora, nem antes e nem depois. Mas voltando, eu discutia com o Freitas: “Vamos fazer uma manifestação nessa zona de fábricas.” E no dia seguinte ele pegava o povo dele e eu pegava o meu e a gente ia, lia e distribuía tudo muito rápido antes de chegar à notícia. Isso é bem diferente hoje, onde se divulga com antecedência e todo mundo fica martelando ali, naquela época era tudo muito rápido e saía antes da repressão chegar, não ficava esperando para brigar com a repressão. Era outra linha, a gente levava a quantia exata de panfletos para distribuir todos e saía “limpo”. Eram coisas que nós combinávamos de fazer. Então tinha o trabalho dentro e fora da fábrica, eu participava das duas coisas. Por isso que os endereços foram apagando, porque eram casas em Alvorada, Sapiranga, etc. Eram todas pessoas metalúrgicas, eram muitas pessoas, muitas casas. Eu jamais poderia entregar porque aquilo tudo eram casa, seriam presos operários. E aqui não foi pego nenhum operário, nenhum. Todos os que “caíram” eram militantes orgânicos, nenhum operário, nenhuma base. Não “caiu” nenhum operário porque só eu poderia achar. Já havia esse acerto, porque os dirigentes aqui eram o Toninho, o Paulo Loguércio, e eu. O Paulo ficava com o movimento estudantil, o Toninho com a intelectualidade, os simpatizantes, e eu com o movimento operário. Cada um sabia só de si

mesmo. Por exemplo, o Paulo “furou” e o que nos “derrubou” lá em São Paulo foi porque ele [Paulo] havia conversado com essa pessoa, era amigo do fulano, estudante, acabou “abrindo” como fazia para chegar, e o cara acabou caindo em São Paulo e “abriu” tudo o que ele sabia. Quem eram os três dirigentes, onde encontrar, etc. Já veio tudo “aberto”. Quando nós caímos tudo já estava aberto, porque este “um” que era estudante já sabia de tudo e eu nem conhecia ele. Um dia eles fizeram a acareação – eu não sabia mesmo quem era – e eu perguntei: “Por que você entregou o meu nome, eu não tinha nada haver como que você veio fazer aqui? Por que você não segurou?” Ai ele respondeu: “Porque eles queriam o nome do Jair e eu não ia dar.” Não entendi essa lógica, ele deveria ter segurado, até porque não deveria nem saber quem eu era ou no que trabalhava. Isso tudo porque o Loguércio tinha dito a ele qual era o ponto, quem estaria lá, etc. Isso não pode acontecer, isso foi fatal. Nesse caso não foi nem infiltração, foi bobeira mesmo. Assim como aconteceu com muita gente, ele não aguentou a tortura e entregou tudo que sabia. O Otto quem descobriu isso, porque eu estava com muita raiva dos dois, e o que entregou eu não queria nem ver, nem ouvir falar. O Otto viu nos arquivos da repressão que tudo tinha “caído” em São Paulo, a operação aqui foi só para pegar as pessoas mesmo e acabar com o que vínhamos fazendo.

**CO:** Ontem eu falava com a Dilza e ela comentava que quando foi presa, em 1974, me parece, mostraram para ela um livro do CENIMAR que é o mesmo que o Otto fala, que não se sabe se está em algum lugar, mas é um livro que tinha tudo sobre a AP.

**NAC:** Nós também não sabemos onde está. Mas esse cara era “maníaco”, nós o chamávamos de “Comandante”, ele se dizia assim. Mas alguns comentam que ele não era nem Sargento. Mas esse cara tinha uma fissura pela Ação Popular e ia compilando tudo nesse dito livro, que era imenso, tinha tudo. Tanto que nós tínhamos que reconhecer coisas a partir do livro. Quando eu cheguei lá na OBAN ele me mostrou de novo e eu só ficava olhando, até para ver o que ele tinha. Ele perguntava: “Essa mulher não fala?” E eu também não respondia. Aí um outro dizia: “eu acho que ela é muda!” [risos] Só na frente da repressão que eu era muda. Aí ele disse que não queria me entrevistar e não me entrevistou. Isso tudo lá na Oban, mas ele pegou o Toninho e mais alguém. E ele tinha esse tal livro, que era enorme, tinha tudo, não passava nada que ele não soubesse. Ele deveria ter alguma coisa pessoal, não é possível. Ele sabia muito mais que o Pedro Seelig, por exemplo. Até por isso que quando ele chegou aqui o Pedro Seelig ficou “meio assim”, porque ele sabia muito mais. O Pedro Seelig achava que sabia tudo sobre todos e que tinha tudo na cabeça dele. Então ele tinha que estar presente, nas torturas, em tudo. E esse Comandante do CENIMAR usava o livro. Eles nos ameaçam que “agora chegou o CENIMAR”, mas que diferença fazia, batiam igual, o pau de arara era o

mesmo. Voltando ao trabalho operário, o meu objetivo, particularmente, era aprender e aprendi muito. Porque a visão deles era e é – deve ser ainda – muito diferente, apesar de que hoje a classe operária já está muito misturada devido a televisão que não tinha naquela época. A imprensa também não era totalmente vendida como é hoje, tinha as nossas impressas, que passava as informações também. Enquanto não “caía” tinha o nosso jornal. Vender jornal era uma das coisas que a gente fazia, isso dava algum dinheiro e já “amarrava” a pessoa para ir discutir o jornal. Hoje em dia os jornais já são dados e nunca ninguém vai ver se a pessoa leu o jornal, se concordou, se teria algo a propor de diferente. Naquela época esse era o trabalho político, verificar o que a pessoa pensou, como que ela percebia aquilo, etc. Então era toda uma forma de pensar de quem estava trabalhando coletivamente, que é próprio de quem está trabalhando na produção de alguma coisa. Havia essa especificidade, que se vocês conseguirem ler isso nos trabalhos seria interessante. Existe essa especificidade do pensamento operário, e se captarem isso seria algo de diferente em relação a outros trabalhos, eu nunca li isso em lugar nenhum. Realmente era algo diferente que a gente fazia, não era simplesmente ir lá e ficar lá. Era ir lá e aprender como eles pensavam e isso não era para todos os militantes, vamos combinar. Como na vida, a níveis para tudo e como somos diferentes, às vezes as reações são diferentes também. A maioria tinha como objetivo ou, no mínimo, como orientação, ir para lá aprender como os operários pensavam para, inclusive, poder propor exatamente a partir do que eles pensavam. Até descobrir que tinha hora para ir ao banheiro, como a gente fazia para burlar isso, porque havia muitas regras e a gente precisava aprender a burlar isso às vezes e eram elas [as operárias] que ensinavam. Coisas práticas como, por exemplo, os escaninhos que tinham ao lado das máquinas que é para colocar o café ou algo específico da pessoa era ali que teria que colocar [o panfleto] e não em qualquer lugar. Isso eram coisas que a gente ia ouvindo e usando. Isso aconteceu comigo tanto em São Paulo – eu fui para a fábrica em São Paulo, na Rhodia – quanto aqui que eu trabalhava na Renner. Mas eu nunca tinha pensado em quantos operários a gente poderia juntar se juntasse todos no mesmo lugar. Eu não saberia dizer, porque nós fazíamos muitas reuniões picadas.

**TVP:** Tinha algum processo para com os operários que começavam a se aproximar a partir do nível de confiança que ia se estabelecendo para o ingresso na organização? Havia algum método na AP para esse passo a passo?

**NAC:** Não tinha um método. Era tudo meio intuitivo, porque apareceu a necessidade de fazer isso e quem fez se deu bem. Eu nunca corri o risco de alguém me denunciar, porque eu fazia esses passos de criar vínculo, etc. Mas houveram outros que eram identificados

imediatamente, porque não respeitavam esse processo. Mas não havia um documento dizendo o que fazer. Aliás, a AP pecou em relação a isso, tinha muito pouco documento, as coisas eram discutidas muito mais verbalmente nas reuniões do que em documentos. As reuniões tinham que ser rápidas, não dava para fazer muitas anotações e o que a gente aprendia e verificava em métodos se dava dessa forma. Nós verificávamos a eficácia de determinado método na prática, por exemplo: “Teve repercussão o ‘abaixo a ditadura’ em tal lugar? Apareceu algo pichado?” Se sim, bom, alguém ouviu que era para fazer isso e muitas vezes não era nenhum de nós, apesar de que a gente também fazia. Às vezes aparecia alguma coisa dentro da fábrica e a gente nunca soube quem era. Há uma diferença entre esse movimento e aquele dos grupos que assaltam para ter dinheiro para aí fazer a Revolução. E onde estava o contato? No Araguaia eles tinham contato com as pessoas, tanto que até hoje tem militantes lá. A partir desses contatos o próprio povo “segurava”. Se não fosse como foi, onde todo o exército foi para lá teria dado tempo para executar a “guerra de guerrilhas” e implantar uma zona livre, mas o exército dizimou tudo antes de chegar nesse nível. Foi uma operação belíssima que eles estavam fazendo, com inserção, amadurecimento, etc. Foram enviados os melhores quadros para lá, também tem isso. Até para aguentar o que aguentaram, ou mesmo os que conseguiram fugir, passaram muita dificuldade. Era outra visão em relação a algumas que tinham aqui, que muitas vezes nem havia discussão política e se partia para o assalto direto. Em minha opinião ao fazer isso se virava ladrão, em todo caso eu respeito porque tinham pessoas que não pensavam desse jeito e que estavam em outro rumo, que depois salvou muita gente da cadeia, saíram pessoas de todas as Organizações. Também houve muitas consequências positivas que davam um sentido para essas ações. Mas era muito diferente da nossa ideia, que seria organizar o povo, que passa a ser “pensante”, e depois aí você faz uma proposta e esse povo todo vai se organizar para tomar o poder. Claro que a gente queria tomar o poder, esse era o objetivo. Seria algo mais aos moldes chineses, a longo prazo, “alargado”. Era assim que a gente pensava, aquela coisa do dia a dia, não tinha um dia para acabar. As pessoas que foram e ficaram sabiam que seria aquilo para sempre. Mas com o início da repressão mudou tudo.

**CO:** Quando você veio para o Rio Grande do Sul você assume a coordenação do Setor operário, mas tinham outros militantes no Setor Operário...

**NAC:** Já tinha, mas acontece o seguinte, quando nós chegamos esse povo já estava no exílio ou já tinha saído. Eu não encontrei com eles, a Dilza estava em São Paulo, os militantes eram enviados para outros lugares para serem integrados na produção, não ficavam no seu próprio lugar. Ninguém ficou aqui e os que saíram foram os que não concordaram com a posição de

se integrar na produção, que para eles teria sido errado mesmo, eu acho. Na minha opinião a “integração na produção” não poderia ser algo geral, tinha que ser a partir da vontade de quem quer e pode e não aquela coisa de “todo mundo vai”. Aqui parece que houve uma direção que disse “todo mundo tem que ir” e foi aí que muitos saíram. Apesar disso muitas pessoas palpitam até hoje, seguem militando do jeito que podem intelectualmente falando. Mas também quando havia uma passeata essas pessoas se inseriam. Então tem coisas que tem que se dar uma margem e naquela época a pressa era tão grande que não dava para esperar, tinha que derrubar logo a ditadura antes que ela dizimasse todas as pessoas. Como de fato estava fazendo, morre o Marighella, o Lamarca, morrem muitos. Então realmente foi uma dor muito grande, uma perda muito grande. Os dirigentes estavam todos morrendo, porque eles pegavam um e matavam mesmo. Não tinha a coisa da tortura, porque esses não iriam falar mesmo, então eles matavam direto. Quando nós chegamos aqui [no Rio Grande do Sul] esse pessoal já tinha saído e nós fomos recebidos por uma pessoa que era ligada aos operários que agora eu não lembro.

**CO:** O nome não seria Otávio? Ontem eu estava conversando com a Dilza e ela me contou de um Otávio que morava lá no Sarandi, que era militante da AP e que fazia um trabalho com os operários lá.

**NAC:** Otávio era um de nós! [risos] Que morava no Sarandi. Nós viemos em dois casais para fazer o trabalho e um deles é muito amigo da Dilza, o Antônio Carlos, e ele têm um irmão gêmeo. Aí você pode imaginar a confusão, um chegava lá e o outro estava aqui, ficou meio confuso. Esse [Antônio Carlos] é agrônomo, eu gostaria muito de ter contato com ele porque ele foi muito solidário conosco. Mas ele disse que estava saindo porque não concordava com a integração na produção, ele já tinha feito vários trabalhos, tinha até cara de operário, eu até pensei que ele fosse, porque os estudantes todos tinham cara de estudante, era uma coisa muito interessante. Ele arrumou casa de simpatizante para nós ficarmos, e depois sumiu, não quis mais. Antes ele já havia nos passado para várias pessoas, tinha o [Hélio] Corbellini que era simpatizante também.

[...]

Quando eu cheguei aqui dois dias depois eu estava empregada, porque no primeiro me mandaram até sem meia para a fábrica, imagina que absurdo, eu congelei. Não tinha cabimento aquilo. Mas eu não sei a cronologia... Quando eu entrei no seguro – fiquei três meses – eu fui procurar outro emprego porque depois tinha a possibilidade de ter caído o meu nome, e eu estava usando o meu nome mesmo, sempre estive com o meu nome e eles procuravam por outro nome.

[...]

Para mim essa foi à época que mais aprendi, foram os cinco anos que eu digo que fiz Mestrado, Doutorado e mais um pouco. Foi onde aprendi a viver, aprendi sobre valores, sobre vida, sobre morte, etc. Isso eram coisas do dia a dia desse povo. Quando nós chegamos, achamos uma casa em uma vila muito pobre onde morar.

**TVP:** Tinha também a questão de ir morar junto com os trabalhadores, nos bairros e periferias, não era restrito somente ao local de trabalho?

**NAC:** Sim, até porque quando perguntavam onde nós morávamos a gente respondia: “Em tal lugar!” Tinha tudo isso. Cada dia que eu chegava ao final da tarde tinha morrido um bebê, todo dia. Eu pensava: “Como morre tanto bebê? Eu nunca tinha ouvido falar que morria tantos bebês!” Mas era evidente, naquelas condições que elas tinham, não podia ser diferente. Muitas vezes o parto era feito por elas mesmas, era nascer, viver um mês e morrer de inanição, infecção. Mas no dia seguinte estavam elas lá trabalhando. Eu achava aquilo horrível, mas era o cotidiano, a vida e a morte faziam parte do dia a dia, do contexto. Para mim, no começo, isso foi uma das coisas mais duras, perceber a presença da morte. Eu era muito jovem e achava que não iria morrer nunca e que ia ficar fazendo Revolução a vida inteira. Bem como essas meninhas que colocam uma coisa na cabeça e aquilo passa a ser a realidade. Mas com o tempo eu fui caindo na real.

**TVP:** Você acha que essa experiência foi importante para você perceber certos privilégios que a sua condição de vida anterior oferecia?

**NAC:** Sim! Você pode imaginar? Eu nunca tinha visto um bebê morrer! Nunca tinha sequer ouvido falar que morria bebê. Mas eu também vivia fora da realidade, mesmo. Na classe média não morria bebê daquele jeito, de infecção e outras coisas semelhantes. Então a morte não fazia parte. Naquela época se morria velho, não tinha câncer, ataque cardíaco em jovens, era diferente. A morte era quando os “caras” matavam, e dessa morte eu estava sabendo. Foram aprendizados dia a dia. Eu já contei várias vezes, vocês sabem, o Cézar, que era meu dirigente, me “enfeiado” para ir trabalhar na fábrica lá em São Paulo ainda. Eu ia sem pintura, feinha, até que um dia uma delas [operárias] me disse: “Olha, vou te falar uma coisa. Espero que você me de licença.” – A história era que eu tinha recém casado, que morava ali, não tinha filho, não tinha família, e nós estávamos chegando naquele local para tentar arrumar um emprego que ali estava mais fácil, que eu era do interior e o meu sotaque ajudava, ainda mais aqui – “Se você continuar com esse teu aspecto, você vai perder o seu homem!” [risos] “Você tem que colocar umas pinturinhas, uns batons, etc. Sai bonitinha, porque daqui você vai para casa...” Mal sabia ela que não era bem para casa que eu ia! Mas isso foi ótimo, porque a



primeira coisa que eu fiz quando cheguei à reunião foi falar sobre isso e que dali para frente eu seria uma mulher bonita. [risos]

**TVP:** Isso é bem sintomático de como é a visão do dirigente. Aquela coisa de que a classe operária tem que ser desleixada...

**NAC:** Feia... Olha me mandarem sem meia com aquele frio! Tinha que fazer o contrário, colocar a melhor roupa para arrumar emprego. Ninguém vai sujo para tentar arrumar emprego, vai bonitinha, coloca a melhor roupa, a de domingo de ir à missa. Lá dentro nós usávamos macacão, mas e fora? E como chega? Como chega é tudo, não era nenhum *lumpem* que estava procurando emprego. Eles me mandavam como se fosse um *lumpem* e eu dizia: “*Lumpem* não faz revolução!” [risos]

[...]

O sentir que eu acho importante! O fato de você viver certa realidade, você vai sentir de uma forma diferente. Sentir as coisas de forma diferente, o que você vai dar valor, o que você olha, etc. Tem um caso muito claro, nós estávamos fazendo reunião e as mulheres em geral não participavam, ficavam cuidando dos filhos e os homens fazendo reunião. Eu achava o fim, um horror... De repente vem a dona da casa – e eu do lado do dono da casa – e diz: “Você vai me usar?” Meio de canto, mas eu escutava tudo. Ele disse que não e ela respondeu: “Então só vou lavar os pés!” [risos] Eu achei aquilo tão fantástico! De repente surge uma coisa de tamanha intimidade sendo tratada ali abertamente... Isso jamais iria aparecer nas nossas relações, pelo menos nas minhas nunca tinha aparecido. Só para ver como o dia a dia se apresentava.

[...]

Eu mudei de paradigma muitas vezes, eu saí de uma menina fútil mesmo, “rainha” disso e daquilo, que gostava de dançar, que queria ser bailarina, esse era o meu objetivo. Depois eu entro na USP que foi a grande vantagem da minha vida, e a partir daí viver no centro do “fervo” e começar a olhar o mundo. Só que aí, olhar com outros olhos, com os olhos da JUC, “ver, julgar e agir”, esse era o lema. Isso já faz uma diferença e depois evoluo e entro na AP que já era outro paradigma, ou seja, “vamos fazer a Revolução!” E para isso tem que seguir alguns passos, um deles era aprender o marxismo. Bha, que coisa difícil é o marxismo! Eu acho muito difícil, para a minha cabeça era tudo muito complicado. Eu era empirista, vinha da física... Eu nem tinha entrado na discussão da física newtoniana ou não-newtoniana. Para mim tinha que provar, se me provar eu embarco se não, não. Um dia em uma aula alguém fala que existe a anti-matéria. Como assim? Às vezes apareciam essas coisas que antes não existiam! [risos] E aí entra a teoria da incerteza... Foi a coisa mais estranha que eu já vi na minha vida! E ao mesmo tempo eu estou discutindo o marxismo. Aí me deram “Do socialismo utópico ao

científico”... Bha... Eu lia o texto chorando! Eu não consegui entender, acertar na minha cabeça. Eu estava isolada em um lugar que o Joaquim tinha me levado e me deram “Os subterrâneos da liberdade” para ler, para eu saber bem onde estava colocando os meus pés e também “Do socialismo utópico ao científico”. Como eu sofri nesse lugar! Ainda bem que eu estava com um companheiro que era uma grande pessoa. Eu chorava e ele perguntava por que eu estava chorando e eu dizia que não estava entendendo nada, que não cabia na minha cabeça. Aos poucos eu fui estudando outros teóricos até chegar ao Marx, que ele foi apresentando devagar e aí foi. Aí você pode ver a mudança, passando por tudo isso, pela revolução, só bem mais tarde que eu fui descobrir o inconsciente. Quando eu descobri o inconsciente eu falei que eles estavam loucos. É impossível ter alguma coisa mais complicada que isso! E aí tive que estudar aquilo para entender, porque não era possível. E eu perguntava para Sara Paim: “E a realidade existe ou tudo isso é fruto da nossa imaginação?” Então você percebe como foram as mudanças de paradigma, é incrível.

## APÊNDICE D – ENTREVISTA COM SÉRGIO LUIZ BITTENCOURT

### Transcrição da Entrevista com Sérgio Luiz Bittencourt

Entrevista realizada em 14/03/2015

Entrevistador: Thiago Vieira Pires (TVP)

Entrevistado: Sérgio Luiz Bittencourt (SLB)

Apoio: Solon Eduardo Annes Viola (SV)

Antes do início da entrevista **Sérgio Luiz Bittencourt** faz uma fala muito importante e por isso está transcrita aqui:

“A origem de tudo que está acontecendo aí está nisso que nós estamos fazendo. Se tu podes sequestrar, torturar, matar, desaparecer e não acontece nada, tu podes tudo. Tu podes roubar o Estado, pode corromper o Estado, tu podes tudo. Isso é uma crise moral e ética e se tu não esclareces, se tu não “limpa o campo”, tu nunca vais ter um projeto de nação no Brasil.”

**TVP:** Eu gostaria que você me falasse um pouco como começou a tua militância, como era a questão antes de você entrar – digamos assim – “no olho do furacão”. Como era o teu processo familiar, como você entra nessa história de militância política?

**SLB:** O interessante é que a gente teve o privilegia de ter vivido, ou de ter nascido, em um processo democrático muito equilibrado, muito combatido, aquele do Juscelino, com o Getúlio – na morte do Getúlio eu tinha dois anos de idade. Muita sorte ter nascido em meio àquele processo. Que era um processo democrático apesar de toda aquela conturbação. Eu sou de uma família trabalhista, tanto pelo lado do meu pai como pelo lado da minha mãe. Os meus tios e o meu pai eram funcionários públicos do Estado – federais – do chamado SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência), ou seja, uma política do Dr. Getúlio que atendia aos doentes pobres em casa, com ambulância, médico e enfermeiro e depois voltava lá para conferir se estava tudo bem. Nem plano de saúde hoje faz isso. Evidentemente eles eram completamente identificados com o trabalhismo. O meu pai tinha carteira do PTB. E a questão política era discutida todos os dias dentro de casa. Eu me criei com discussão política dentro de casa feita pelos meus pais, que eram pessoas pobres. Nenhum deles tinha uma graduação, tinham chegado a aprender a ler e a escrever e não passava muito disso. Mas a discussão política era muito viva dentro de casa. Desde muito cedo eu acompanhei o

negócio de eleição... A eleição do Brizola para governador do estado, que é a primeira que eu me lembro de ter visto o meu pai voltando da seção eleitoral dizendo que tinha votado no Brizola... Logo em seguida veio 1961. Em 1961 com a questão da Legalidade o meu pai saiu de casa e a gente não sabia para onde ele tinha ido, onde tinha se metido, e a minha mãe também não comentava. A gente só sabia que a coisa estava ruim, não tinha colégio, etc. O dia que o Dr. Jango chegou a Porto Alegre – vindo do Uruguai e antes da China – a mãe nos vestiu – eu e minha irmã, eu tinha nove anos de idade e ela sete – por volta de 15 ou 16 horas e nos levou para frente do Palácio [Piratini]. Eu não sei como ela conseguiu um lugar lá na frente do Palácio, porque hoje, pelo que se tem ideia, tinha mais de 100 mil pessoas, é o que contam. Enfim, nós ficamos na frente do Palácio, na frente da sacada. E ali ficamos esperando o Jango chegar, àquele movimento todo... Eu lembro que penduraram em uma árvore uma coisa pequena como um jacaré e escreveram “de neno” [ou “veneno”, inaudível na gravação], que era o ministro da Guerra que estava dando o golpe no Jango. Ficamos ali até a hora do Jango chegar, mas eu não lembro exatamente a hora. Aquela louvação toda e de vez em quando o Brizola vinha até a sacada, de camisa branca com as mangas arregaçadas, a gravata só pendurada no pescoço... Tem até uma fotografia famosa que mostra essa cena... Ele conclamando o povo. Eu lembro que quando nós voltamos para casa – a minha mãe pegou o ônibus para voltar para casa, não sei que horas eram, mas era tarde da noite – e descemos no ponto de ônibus na vila onde nós morávamos – que era uma vila muito pobre de Porto Alegre, hoje não é mais, mas na época era – e a luz da casa de um vizinho que morava na esquina de onde era o ponto de ônibus estava acesa e ele nos convidou para entrar. A minha mãe se dava com todos eles ali. Ai começaram a conversar e a minha mãe conta que nós estávamos vindo da frente do Palácio, que estávamos esperando o Presidente Jango chegar. Ele disse: “Mas a senhora foi com as crianças?” e a minha mãe: “É, fui...” “E a senhora não tinha medo do bombardeio que eles ameaçaram fazer?” E a minha mãe disse que não, que não tinha medo, que o marido dela estava lá e com certeza deveria estar lá no meio e se tivesse que morrer que morresse toda a família lá. Estou te contando isso para dar uma ideia da substância toda dessa formação que era muito forte. Forte ao ponto desse episódio de ela pegar os dois filhos e ir para frente do palácio mesmo com ameaça de bombardeio. A minha mãe era uma mulher do povo assim como o meu pai era um homem do povo também. Aí veio o golpe de 1964 com aquela coisa toda... Eu tinha um tio completamente envolvido no governo do Jango... E foi aquilo... A gente via, sentia enquanto criança – não tinha muita ideia – que a coisa tava pegando na família, o meu pai teve que se aposentar da polícia, senão poderiam mover um IPM [Inquérito Policial Militar] contra ele. E assim foi vindo aquele processo... O golpe foi

em 1964 e em 1965 eu entro no Julinho. E o Julinho estava com o grêmio estudantil na mão do Partido Comunista desde 1960. Naquele ano eles racharam uma aliança que existia entre a AP e o Partidão [PCB], que era um “Frentão”. Racham porque a AP já era muito forte naquele momento. Esse racha fez com que eles perdessem a eleição para a direita, isso foi em 1965. Eu comecei a acompanhar aquele processo, era muito menino, tinha doze ou treze anos, mas acompanhava as assembleias. Eu era muito atraído por aquilo, embora não entendesse muito. Em 1966 eles voltaram com a aliança – perceberam o erro que tinham cometido – e ganharam o grêmio estudantil de novo. Eu me lembro de uma assembleia – quando já estávamos preparando a eleição – que foi no restaurante universitário, no prédio onde hoje é o Instituto de identificação, que fica ali na frente do Julinho atravessando a João Pessoa. Lá pelas tantas alguém falou que tinha gente do DOPS e foi aquele alvoroço. Em 1966 não era o que foi em 1968, mas a coisa já pegava. Quando entro 1967 não teve “colher de chá”. Começou o movimento de passeatas chamadas pela UNE, isso ainda no final de 1966 e começa de fato em 1967. Com isso a direção do Colégio interveio diretamente no grêmio e o fechou, desarticulou tudo. Nessa época já surgia no movimento estudantil uma palavra de ordem contra o chamado de apoio do MEC/USAID, que foi um acordo do Ministério de Educação e Cultura com essa empresa americana que deu no que deu... Você veio a pegar a faculdade nos moldes daquilo lá. Já surgia essa negativa ao acordo como uma palavra de ordem geral, que pegava todo mundo. Bom, o grêmio do Julinho foi fechado e a diretoria foi toda expulsa da escola. O pessoal ainda fez uma barraca lá na praça na frente do Piratini dizendo “grêmio livre”, mas não deu para sustentar muito. O que sobrou do grêmio Julinho que havia sido exterminado era a turma da direita e, em menor número, um pessoal de centro, democrata.

**TVP:** Por quanto tempo o grêmio ficou fechado?

**SLB:** Ele ficou fechado até os anos 1980. Eles não deixaram reabrir o grêmio.

**TVP:** A atuação dentro da escola passa a ser sem o espaço institucional do grêmio?

**SLB:** Em um primeiro momento não tinha como ter atuação nenhuma. O que sobrou ali dentro era um pessoal liderado por um cara que tinha sido candidato a presidente do grêmio, o Cairo de Assis Trindade, que não era nem de direita e nem de esquerda. Era um cara de centro, que não gostava da ditadura, mas também não gostava da esquerda, os comunistas. Esses caras aí sobraram, esses não foram expulsos. Aí deram aperto nesses caras e eles começaram a criar uma espécie de movimento cultural, fazer teatro, fazer música, etc. Começou a aparecer uma liderança no meio desses caras que era o Antonio Britto Filho. Esse foi o primeiro grupo que eu me aproximei, porque eu também não era comunista. Eles começam a se articular em maio de 1967, fazem uma exposição artística, com quadros de um

senhor que era pintor e vice-cônsul de Portugal em Porto Alegre, do pai de uma aluna lá do Julinho que hoje é muito minha amiga, mas que conheci naquela época, 1967. Começou a ter peças de teatro, tudo no âmbito cultural. O Britto, com muita habilidade, se aproximou do diretor do Júlio de Castilhos – o mesmo que tinha fechado o grêmio – e marcou uma reunião que inclusive eu estava presente. Eu, o Britto e um cara que depois foi dirigente da VAR-Palmares. Nessa reunião o Britto diz para o diretor: “Nós temos lá no último andar, lá no terraço, um Centro de Estudos Científicos Carlos Chagas, que está fechado, abandonado, e nós queremos movimentar a vida cultural dentro do Colégio e gostaríamos de usar aquele espaço para fazer um Centro Cultural.”. A conversa se estendeu das 20 as 23 horas, dentro da sala do diretor, em uma sexta feira. O diretor resolveu ir até a dita sala e abrir para nós vermos. Era uma escuridão, cheio de teia de aranha, bichos empalhados, cheiro de formol, um horror. Pois o Britto convenceu o diretor a nos liberar a sala para que fosse a sede do Centro Cultural. Ele chamou uma assembléia e deliberou. O Magadan achou que os meninos eram inofensivos, e eram mesmo. Nessa assembléia de estudantes ele [Britto] consegue aprovar um novo estatuto para esse Centro Carlos Chagas e muda o nome para Centro Juliano de Estudos. Tudo na base do cultural para depois dar um passo mais importante. Porque claro, o movimento estudantil do estado ficava de olho no Júlio para ver o que estava acontecendo lá, era o maior Colégio do estado e a maior referência em termos de excelência, tinha entre seis e sete mil alunos, etc. A UMESPA (União Municipal de Estudantes Secundaristas de Porto Alegre) estava na mão de um sargento da brigada militar chamado João Osório, que foi deputado estadual pelo MDB. Por outro lado, a UGES (União Gaúcha de Estudantes Secundaristas) estava na mão da esquerda, tinha como Presidente o Luiz André Fávero, não sei se é bem isso. Nessa época a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) estava na clandestinidade junto com a UNE (União Nacional dos Estudantes). O Ministro da Educação do Castelo Branco, Suplicy de Lacerda, colocou todo mundo na ilegalidade. Mas então... Essas duas lideranças, uma pela direita e outra pela esquerda, tentaram se aproximar do Britto e de nós, eu estava ali no meio.

**TVP:** Vocês não tinham vinculação com nada nessa época?

**SLB:** Com nada, com nada! Nem no movimento estudantil. O Britto foi com essa história cultural e foi muito habilidoso. Não é de graça que chegou a governador do estado. O Britto é um dia mais velho do que eu. Naquele momento ele estava no primeiro ano do Clássico e eu no terceiro do ginásial. E por quê? Porque o Britto foi daqueles caras que quando fez o exame de admissão fez com o quarto ano primário e a gente fazia com o quinto. Ele fez no quarto e já pulou o quinto ano e eu ainda tinha rodado um ano... Ele estava dois anos na minha frente.

Ele era uma sumidade de inteligência. Ele começa a negociar com os caras, negocia com os dois. Ele negocia que a carteira estudantil – que era muito importante para os estudantes por conta da meia entrada no cinema, etc. Essa carteira era assinada pela UMESPA e pela UGES, que negociavam com os grêmios das escolas. Como no Julinho estava sem grêmio, o Britto negocia com eles para que o Centro Juliano de Estudos fizesse essa intermediação e eles topam porque um ou o outro queriam pegar o Britto. Com aquilo ali ele – e nós – fizemos todas as carteiras estudantis dos alunos do Júlio de Castilhos e entra um dinheiro que a gente não tinha nem ideia. Entrou uma quantidade de dinheiro que a gente nem podia imaginar. O Britto vai no Magadan de novo e pede para que ele nos tire lá do terraço, da sala que nós estávamos, e pede para ocupar a sala que era sede do grêmio estudantil que estava fechada. Aquilo foi simbólico! E o Magadan sede e libera a sala que era do grêmio. Só que entra o ano 1968 e ele [Britto] começa a ser atropelado pelos acontecimentos. A partir da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto a ditadura radicalizou e a sociedade também. O movimento estudantil era a maior expressão social que existia, era quem mais mobilizava. Com a morte do Edson Luís acontece esse fenômeno – parecido com o que está acontecendo agora – só que ao contrário, a classe média se assusta e começa a apoiar o movimento estudantil de uma maneira geral. As coisas se radicalizam e ele [Britto] começa a ser procurado pela UGES para participar, ou envolver o Centro de Estudos Julianos para participar no movimento estudantil. Ele segura a onda e ao mesmo tempo começa a ser pressionado pela UMESPA para não participar. Lembro que em abril, uma semana depois da morte do Edson Luís lá no Rio de Janeiro, o Costa e Silva veio receber um título de *Doutor Honoris Causa* aqui na UFRGS e o pessoal da Universidade junto com a UGES e a UNE metida no meio organizaram um ato e pedem a adesão dele [Britto], mas ele diz que não quer. Ao mesmo tempo vai a UMESPA lá e diz: “Olha esses caras querem um morto aqui em Porto Alegre para carregar rua afora”. Ele habilidosamente não vai, achou que não deveria ir e não foi. Ele tinha muito medo de ficar refém de um lado ou de outro.

**TVP:** Internamente, entre vocês que estavam compondo junto, não tinha algum tipo de pressão?

**SLB:** Não porque a gente não tinha muito claro isso. A gente percebia e sentia as pressões, olhava o que estava acontecendo na sociedade, não gostava do que estava acontecendo, mas observava... Usávamos uma expressão: Ficávamos “apalpando” as circunstâncias! Até porque a gente não tinha ainda uma posição de esquerda, a gente era democratas, no máximo. “Esse negócio de comunismo, os caras são doidos! Esse negócio de ditadura também não serve!” Mas o processo vai se radicalizando, quando chega julho – e já vinha sendo preparado no

primeiro semestre o congresso da UGES – aconteceria às eleições para a presidência da UGES. Em junho começaram os encontros regionais da UGES para tirar os delegados e houve uma reunião da regional metropolitana em Taquara.

**TVP:** Tudo isso na legalidade?

**SLB:** Sim, a UGES era legal e a UMESPA também. Nós fomos a Taquara acompanhar, pois havíamos sido convidados para isso. Chegando lá as coisas estavam meio tensas: “Ou embarca ou não embarca! A coisa está ruim mesmo!” Sem falar que naquele momento, em junho, estavam acontecendo as passeatas de 100 mil, as coisas no Rio de Janeiro pegando...

**TVP:** Fora o maio de 1968 da França que, imagino, refletia na conjuntura aqui também.

**SLB:** Sim, e já estava dando os reflexos de maio de 1968 da França aqui, claro. Boa a tua lembrança, porque isso vinha junto também. Ao mesmo tempo em que a gente acompanhava o momento que estava acontecendo dentro do Brasil o mundo também estava pegando fogo. Agora tu imaginas ter 15 ou 16 anos em 1968! Isso era o meu caso e o dele [Britto]. E quase todo mundo na nossa volta estava nessa faixa etária de idade, quando muito tinham alguns com 17 ou 18 anos, se tinha alguém, os mais velhos. Tudo isso batia direto na gente... Éramos muito simpáticos ao que estava se passando na França. Ele [Britto] lia todos os cadernos políticos do Jornal do Brasil, o que era uma coisa rara alguém ler. O Britto lia e colecionava em casa. Isso era raro, em geral nós líamos um Correio do Povo e olhe lá, a gente não ia muito não. Ele comprava o Jornal do Brasil em uma banca na Praça da Alfândega e lia todos os dias. Ele era informado e diferenciado de todos nós e de muita gente. Era muito preparado. Em um determinado momento do Congresso nós saímos e conversamos: “Olha, está na hora... Vamos ter que embarcar! Não podemos ficar nessa situação.” Aí ele disse: “Mas aí nós vamos perder o protagonismo que temos dentro do movimento estudantil!” Só que nesse momento já tinha um grupo que estava se situando mais a esquerda e disse: “Não tem como... A gente vai é perder o compasso do que está acontecendo. A gente vai ter que embarcar porque o protagonismo a gente vai perder se ficar de fora e se não tomar uma posição.” Ele, mesmo relutante, acabou aderindo. Porque ele sempre foi muito pragmático, então quando decidiu que tinha que ir, foi mesmo, só que sem dar divulgação para a posição. Quando nós fomos para o Congresso da UGES em Santa Rosa ele já foi posicionado ao lado da UGES, claro, com o nosso apoio também. E lá dentro do Congresso ele abre o apoio integral a UGES, ao pessoal da UGES, a esquerda da UGES.

**TVP:** Nessa época a AP já estava dentro da UGES? O Fávero não era da AP?

**SLB:** O Fávero vinha do Partidão [PCB]. Mas aquele espaço tinha uma composição muito diversificada, tinham trotskistas, tinha o Solon que era da AP e estava lá – o Solon era



liderança lá em Passo Fundo –, tinham muitos oriundos do trabalhismo, muitos jovens oriundos de famílias trabalhistas do interior do estado – inclusive esse pessoal depois foi descambar na VPR / VAR-Palmares – então era bem diversificado, mas todo mundo à esquerda. Já tinha a dissidência do Partidão e tudo se refletia dentro do movimento estudantil e estavam lá dentro da UGES. Esse grupo de esquerda que tinha dentro do Júlio [de Castilhos] se autodenominava “Brancaleones”. Eram liderados pelo Cláudio Gutiérrez e pelo Luiz Eurico Tejera Lisboa – o Ico, que é desaparecido político. Eles eram alunos do Júlio e foram expulsos de lá quando fecharam o grêmio. Eles eram lideranças e tinham rompido com o Partidão, eram dissidências do Partidão desde as rupturas que aconteceram entre 1966 / 1967. Eles passaram a “namorar” a ALN [Ação Libertadora Nacional], mas a ALN ainda estava se formando, estava em uma época embrionária. De qualquer forma naquela época já havia uma pregação meio aberta da luta armada. Inclusive dentro da própria UGES. Em uma noite – porque o Congresso durou uma semana – chamamos um padre do interior que era liderança em uma região que acabou falando somente para nós, porque a direita se retirou porque não queria ver o padre. Ali já ficou meio que dado que o negócio era armas mesmo. Eles fizeram uma bandeira vermelha com uma arte escura que dava a ideia do rosto do Tiradentes, mas olhando de um jeito ou outro dava a ideia do rosto do Guevara. A direita dizia: “Olha lá, é o rosto do Guevara!” e eles: “Não, é o Tiradentes!”. Tem outro fenômeno que eu me esqueci de relacionar para você que é a questão de Cuba. Cuba vinha como um modelo. Tinha a coisa do Guevara recém ter sido morto. Cuba e Guevara eram uma inspiração para a juventude.

**TVP:** A própria transição da JUC em direção a formação da AP tem muita influência desses “ventos caribenhos”, do guevarismo e da experiência cubana.

**SLB:** A AP tem um detalhe, em 1965 ela já está fazendo movimento contra a ditadura e vai se aproximando dos cubanos.

**TVP:** Não vamos perder a linha... Você estava me falando do Congresso de Santa Rosa...

**SLB:** Nós fomos para o Congresso e ele defende abertamente e radicaliza o Congresso – se radicaliza mesmo. Embora que nós perdemos a eleição no congresso lá. Roubaram a carteira de estudante para não votar, fizeram o diabo por lá. Perdemos por 15 ou 16 votos. E foi quando nós ficamos sabendo que a cidade de Santa Rosa estava cercada pela brigada militar e pelas forças armadas, e que se ganhássemos as eleições eles iam intervir. Já tinha acontecido um processo muito parecido em Ibiúna, que foi depois. Perderam a UGES e já foi uma queda na organização do movimento estudantil que ficou muito mais localizado – durante o segundo semestre – no pessoal universitário, onde a UNE tinha muita influência. O Solon era da UBES e uma noite foi fazer uma intervenção sobre a atuação em um dos quarto, isso depois de

findado o congresso, entramos a madrugada conversando. O Solon se pegou na discussão com o tal do Jorginho Basquez – que depois desapareceu na Argentina – porque o cara era do POC e odiava a UBES, apesar de que eles tinham presença na UBES. Esse pessoal trotskista negava a UNE e negava a UBES, tanto é que eles falavam em um movimento de Universidade livre e tudo mais. Eles já negavam o Partidão... Chamavam todo mundo de stalinista, e por aí eles iam. Depois esse pessoal formou o POC (Partido Operário Comunista). A partir do momento em que o pessoal tem que deixar a UGES, o nosso pessoal todo volta para dentro do Júlio [de Castilhos] e aí a direção reprime. Porque claro, toma conhecimento do nosso posicionamento lá no Congresso da UGES – e do Britto, principalmente – eles intervêm e fecham o Centro Juliano de Estudantes, isso em agosto de 1968. Fica todo mundo meio assim e o Britto também fica meio sem saber o que fazer. E a esquerda junto porque esse processo de repressão foi crescendo para terminar com tudo mesmo, vai terminar lá no AI-5, em dezembro de 1968. Isso começa a ser percebido desde essas coisas da nossa vida cotidiana. Tu começa a perceber que essa repressão faz parte de um processo que é geral. O processo de contradição e radicalização dentro da ditadura começa quando eles tiram as forças liberais da UDN lá de dentro e essas questões internas da ditadura começam a se refletir até na nossa vida dentro do Julinho. Fecha o Centro Juliano de Estudos e a gente se aproxima efetivamente do que tinha sobrado de esquerda dentro do Júlio e começamos a nos reunir com eles. Com isso se estreitam os nossos laços, não só ideológicos, mas também de amizade e alguns realmente vão para o setor de esquerda e outros se afastam.

**TVP:** Setor de esquerda que tu te referes é a luta armada?

**SLB:** Ainda não! A luta armada ainda não era uma coisa muito clara para nós. A gente queria era derrubar a ditadura, mas não tinha muito claro o método. Porque até mesmo no meio do movimento estudantil era uma discussão muito complicada. O pessoal ia para as passeatas e tu vias coisas assim: “O povo derruba a ditadura”, tu vias cartazes assim... E também via cartazes assim: “O povo armado derruba a ditadura”. Isso mostrava bem as duas visões de como derrubar a ditadura. “O povo derruba a ditadura” era o pessoal do partidão, “o povo armado derruba a ditadura” era coisa do pessoal da dissidência que estava indo para a luta armada.

**TVP:** É nesse momento que você se aproxima da AP?

**SLB:** Não, eu ainda vou enrolar um tempo. Porque daí entra 1969, o Júlio não tem mais nada e mesmo assim nós criamos o movimento cultural Juliano, sem sede, sem nada, e nós vamos mantendo o pessoal da forma que dá. Naquele tempo o pessoal vinha fazer show em Porto Alegre, chegavam quarta feira e saiam no domingo. Isso era todo mês e era uma coisa barata.

E o Baden Powell veio a Porto Alegre fazer um show em setembro de 1969. Nós fomos ao show e pedimos para falar com o pessoal da produção e veio a mulher dele – que era ela que cuidava de tudo, do dinheiro, etc. – que era muito bonita e muito brava também. Nós conversamos com ela que queríamos fazer uma seção com o Baden para os estudantes do Julinho, e ele topou. Disse que no sábado a tarde ele poderia fazer e cobraria meia-entrada. E a noite ele faria o show dele que estava na agenda. Nós organizamos algumas coisas e lotamos o chamado Teatro Leopoldina, na época. Hoje não se chama mais assim, virou Teatro da Ospa e agora está virando empreendimento imobiliário – ali na esquina da João Telles com a Independência. Aquilo ali foi um clássico de Porto Alegre que se perdeu. Mas eram essas coisas que estávamos fazendo. E ao mesmo tempo começamos a conversar com o pessoal de esquerda, de grupos de esquerda, que já estavam articulados. Como o pessoal da VPR que nós conversamos bastante. O “Minhoca”, Carlos de Ré, que era da nossa turma do Julinho que nós nos aproximamos mais. E mais o cara que participou comigo e com o Brito da reunião com o Magadan, que já aparece como dirigente da VAR-Palmares. A gente fez algumas reuniões com eles e também fizemos algumas panfletagens com o pessoal da VAR-Palmares onde, inclusive, um pessoal nosso foi preso numa dessas panfletagens. E começamos a nos aproximar da AP através do Solon, que já estava clandestino aqui em Porto Alegre. Foi o Solon quem nos apresentou uma liderança estudantil que estava aqui – com quem ele voltou a se reencontrar agora, a pouco tempo – que é o Cleber Consolatrix Maia. O Cleber era do pessoal da UBES que estava na clandestinidade. Nós começamos a discutir e tinham duas visões: a visão armada do pessoal da VPR / VAR-Palmares e também a visão armada da AP. A AP já tinha a ideia bem clara da questão da luta armada – nisso aí as duas se identificavam. Mas aí vem a diferença de como fazer a luta armada. O pessoal da VAR-Palmares, que a gente chamava de *foquista*, trabalhava justamente com a ideia da propaganda armada, ou seja, assalto a banco, ações armadas para mobilizar a sociedade utilizando, como forma de propaganda, a própria luta armada. E tinha essa visão da AP, particularmente do PCdoB – que acho que era hegemônica nesse sentido. E também a UNE, que depois de Ibiúna, que foi um inferno, já tinha essa ideia da luta armada, sim. Mas primeiro era preciso preparar o povo, através de mobilização, organização de classe, organizar entidades da sociedade e a luta prolongada. A visão Maoísta de luta prolongada. Essa era a visão da AP e do PCdoB. As coisas não param, vêm 1969 e parece que ela é empurrada para a luta armada. Começa todo o processo de luta armada e a gente olhando aquilo tudo. Começa o assalto a banco, etc. e termina com o sequestro do embaixador americano em 1970. Aquilo para nós foi um gás! A gente acompanha aquilo com muita atenção.

**TVP:** Vocês também acompanhavam a conjuntura nacional? O que estava acontecendo em São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo?

**SLB:** Sim, acompanhava a conjuntura nacional toda. E mais, a gente já começava a ter informações de como estavam se movimentando as lideranças nacionais, nas lideranças dos partidos, que ficaram muito compartimentadas, mais aquele pessoal do movimento estudantil que estava se movimentando pela luta armada. E vinham informações de caráter muito clandestino: “Está acontecendo isso e aquilo”. O sequestro foi uma coisa que acompanhamos de perto, tudo que podia ver, a libertação, etc. A gente já tinha idéia que a VAR-Palmares, por exemplo, estava fazendo um congresso que tinha formado a organização a partir da junção da VPR [Vanguarda Popular Revolucionária] e da COLINA [Comando de Libertação Nacional]. Depois, logo em seguida, eles se desfizeram e ficou VPR e VAR-Palmares separadas. A gente tinha informações muitos esparsas, mas tínhamos. Mas a gente estava mais preocupado em como começar a reorganizar o movimento estudantil. Eu comecei a participar de reuniões com eles da AP nesse momento. Era mais o pessoal da UBES ainda. A gente sabia que eles eram da AP, mas eles nos chamavam para dentro da UBES, não nos recrutavam para ser da AP. E a gente fechava com eles em algumas coisas. Mas era uma parte nossa, não era todo mundo. Eu, particularmente, participei de reuniões da UBES em Porto Alegre para escolher delegados para o congresso da UBES nacional e ao mesmo tempo participei de panfletagens da VAR-Palmares.

**TVP:** Entre os dirigentes da AP eles falam em três categorias, que seriam: Militante orgânico, o apoiador e o simpatizante. Então tu estarias mais para simpatizante?

**SLB:** Ainda não, porque eu ainda não era nem simpatizante da AP. Eu ainda estava naquela questão de definição para ver quando a gente ia... E a gente também não sabia como era o recrutamento. Não estava muito aberto. E na clandestinidade, no caso deles, abrir essas situações era um pouco complicado por questões de segurança mesmo. Isso que estou falando era em 1969. Fizemos reunião com a ala vermelha do PCdoB, também, com um dirigente da Ala Vermelha que não teve muita conversa. Todo mundo estava meio de olho, todo mundo. Todo mundo procurando pegar e recrutar gente e nós ali dando sopa com 15, 16, 18 anos... A gente ia conversando com todo mundo, mas no meu caso a aproximação com a UBES foi com a UBES, mesmo. Só que logo em seguida eles vão presos lá em São Paulo – o Solon e o Cleber – e eram as pessoas com quem a gente tinha contato. Aqui também é preso um integrante do nosso grupo – Luiz Goulart – que estava fazendo panfletagem para a VAR-Palmares.

**TVP:** Ele foi preso aqui em Porto Alegre?

**SLB:** Não, em Cachoeirinha. Eles foram fazer panfletagem em uma vila operária, chegou um guarda de rua e deu uma intimada neles e eles embarcaram na do cara, ao invés de ir embora. O cara disse para eles irem até a delegacia e eles foram. Pensaram que era uma boa, chegaram lá e não era: “Como é que é esse negócio aqui que está escrito no panfleto?” Os caras mesmos lá da delegacia de Cachoeirinha disseram que era bronca: “Vamos empurrar lá para o DOPS que isso aqui não é com a gente!” Eles eram da Polícia Civil... Os caras que foram presos nem sabiam bem como era a repressão. Eles tomaram uma cana dura, chegaram a ficar presos juntos até, o Solon e eles. O Solon veio de São Paulo. Foi aí que a gente viu que o jogo pesou... Mataram o Marighella em novembro... Isso tudo acontecendo concomitante... E a coisa vai radicalizando. No início de 1970 eu fui expulso do Júlio. Expulso de uma maneira branda, do tipo: “Tu não podes mais fazer matrícula aqui, vai procurar outro colégio!” Era uma coisa assim, quando cheguei lá no final de 1969 para fazer a re-matrícula não tinha mais vaga para mim. Foi complicado porque eu fiquei sem colégio e tive que negociar isso dentro de casa, porque o meu pai – um velho trabalhista que era – não queria saber do filho envolvido com o movimento estudantil.

**TPV:** Em 1970 tu já estavas com 18 anos?

**SLB:** Não tinha nem 18 ainda nesse momento! Porque eu faço aniversário em julho. Mas era final de 69 e eu tinha 17 anos. Eu tive que negociar com meu pai porque ele ficou “louco da vida”: “O que eu tinha que te colocar nesse Colégio de comunista?” e àquela coisa toda. Eu negocieei com ele o seguinte: “Eu tenho uma solução. Vou fazer esse negócio de “madureza”, supletivo, que eu ganho um ano.” Eu tinha ido para o segundo ano clássico, com o supletivo eu fazia tudo no ano de 1970 e podia fazer o vestibular no início de 1971. Ele achou que era negócio e topou. Então eu fiquei meio assim, em *stand-by*. Não estava organizando nem dentro do Júlio, nem em nada. O Solon já tinha saído da cadeia, nós ficamos em contato e ele me apresentou uma dirigente da UBES – em maio – para re-organizar a UBES em setembro. Foi aí que eu comecei a conversar com eles, mas muito complicado tudo. Não tinha aquele movimento de massa que tinha em 1968, as coisas começaram a rarear. As reuniões eram realmente semi-clandestinas, clandestinas, e muito pequena, era contato em um Colégio, contato em outro Colégio, era tentar formar uma rede.

**TVP:** Quantas pessoas eram esse universo da UBES que tu tinhas contato?

**SLB:** Olha, eu acho que não chegava a cinquenta pessoas. Estava muito complicado 1970, muito mesmo. E nesse tanto posso até estar exagerando. As reuniões que eu fazia era ao redor de 10 ou 15 pessoas, eram reuniões muito clandestinas, fechadas. Em outubro, claro, a minha atuação naquele momento já era dentro de uma estrutura clandestina – embora fosse uma

estrutura de massa como a UBES – chama a atenção do PCdoB e da AP. Porque o pessoal da VAR-Palmares não queria saber de participar desse tipo de coisa. O pessoal Foquista queria é dar tiro. E nesse movimento eu sou recrutado para a AP em outubro de 1970, pelo Paulo de Tarso Loguércio Vieira.

**TVP:** Qual a posição do Loguércio na AP? Era dirigente regional?

**SLB:** Ele era dirigente seccional da AP no Rio Grande do Sul. Designado para cuidar do movimento estudantil. O Antonio [Ramos Gomes] e a Nilce [Azevedo Cardoso] cuidavam do pessoal operário, do contato com intelectuais, etc.

**TVP:** Era a seccional do Rio Grande do Sul, é isso?

**SLB:** Sim, chamava-se seccional porque tinha a Direção Nacional da AP, a Direção Regional da AP – que era no Paraná – e daí vinham às seccionais dos estados do Paraná para baixo: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

**TVP:** Qual era a tua função na organização?

**SLB:** Eu entro na AP para organizar o movimento estudantil, a UGES e o movimento estudantil como um todo. Aí começam também ações bem mais específicas, bem mais claras, como por exemplo: Eleições em 1970 e a pregação do voto nulo – nós íamos fazer panfletagem e pichação. Grafitagem não era bem o termo, era pichar muro mesmo. Pichar o viaduto Loureiro da Silva, etc. Tudo isso com estruturas clandestinas, com preparação de segurança, não armada, mas segurança tendo um esquema para fugir da polícia caso ela aparecesse. Ao mesmo tempo àquela barra pesada dos sequestros acontecendo. Primeiro a ameaça de sequestro ao alemão, depois o sequestro do suíço, gente sendo presa, gente sendo morta... O negócio do cheiro do sangue e do cheiro da morte já nos pegava, mas pegava mais para o lado do pessoal da luta armada. A gente acompanhava com muita tristeza e ao mesmo tempo tendo o entendimento que aquele pessoal estava assumindo uma posição errada.

**TVP:** Já que você falou em prisões a Nilce comentou de uma pessoa, Pedro Calmon, que possivelmente tenha se tornado informante da ditadura depois de ter caído preso.

**SLB:** Até hoje nunca se teve certeza. A experiência depois nos mostrou – lendo muito e conversando com muita gente – que o processo de infiltração é muito complicado de se fazer, de infiltrar alguém. Faziam, mas era muito complicado. O que era mais fácil eles fazerem era cooptar gente de dentro da própria organização para trabalhar para eles. A gente desconfia que seja o caso do Pedro Calmon.

**TVP:** Eu gostaria que você me falasse um pouco da estrutura interna da AP quando você entra.

**SLB:** O que tinha da AP eu conhecia no movimento estudantil, tanto na Universidade como no movimento secundarista, que era só a gente. Já não se podia fazer ações abertas dentro de Colégios, a gente fazia panfletagem. Largava os panfletos e sumia! E claro, os estudantes já muito amedrontados não queriam se envolver muito. Pegavam os panfletos muito “na moita”. Com alguns a gente conseguia até reunir, conseguia chamar. Isso se dava mais com o pessoal ligado a cultura, porque a cultura sempre despertou muito o interesse dos estudantes, e a partir daí a gente conseguia atrair. Inclusive conseguimos atrair alguns para trabalhar com a gente. Mas era um processo muito complicado. Tinha gente clandestina que vinha para Porto Alegre, tinha dirigente da UBES na clandestinidade que vinha para cá. A gente trabalhava com estrutura de um “aparelho” na mão.

**TVP:** Onde era esse aparelho?

**SLB:** Esse aparelho era na Santana, entre a Rua Jerônimo de Ornelas e a Laurindo, em um apartamento de um edifício pequeno que tinha ali, que era de uma amiga e companheira nossa, a Rosana. O Apartamento era alugado pela família dela para ela morar e a gente usava aquilo ali como “aparelho” para tudo, fazer reunião, colocar pessoas para dormir, etc.

**TVP:** Vocês realizavam ações conjuntas entre os estudantes e os operários?

**SLB:** Não, era bem compartimentado até, por questão de segurança. Se houvesse alguma ação de massas – que seria impossível naquele momento devido ao tamanho do grau de repressão – , como uma passeata, por exemplo, evidentemente que eu iria. Aí teria condições e necessidade de aproximação do pessoal operário conosco e de nós estudantes com eles. As três bases sociais que nós tínhamos em caso de se dar a luta armada eram os operários, os camponeses e os estudantes. A gente tinha trabalho camponês também. Claro, se estivéssemos em outro momento, de ascensão de luta, de massas nas ruas, evidentemente nós teríamos reuniões com eles. Naquele momento, devido ao grau de repressão que estava dado, para a segurança deles, para a nossa e para a de todo mundo, a gente não se conhecia. Os dirigentes sim, conheciam. A Nilce, por exemplo, caiu com todos esses contatos na mão e não deu nenhum. Esse pessoal [que estava entre os operários] – depois de preso a gente ficou sabendo – tinha um trabalho muito grande em Esteio e Sapucaia do Sul, naquela zona fabril. Ninguém ali foi preso! Acho que nem o Antonio [Ramos Gomes] sabia daquilo ali, porque o Antonio sim falou. Em 1970 se dá tudo isso, em 1971 a coisa vai se complicando e já começa aparecer uma discussão dentro da AP, que no caso toca diretamente a mim e a outros que tinham entrado. Que é a discussão da luta interna da AP que está existindo. Um grupo da AP prega que já existem as condições para fazer a revolução e já existe um Partido revolucionário para

fazer, que era o PCdoB. Eles não falavam muito abertamente, eles falavam entre eles, na cúpula do Comitê Central.

**TVP:** Aqui no Rio Grande do Sul, quem defendia essa ideia?

**SLB:** Ninguém! Aqui o pessoal fechava com outra coisa que para nós soava como uma posição extremamente heterodoxa, lutar por liberdades democráticas. Isso significava se aproximar do MDB. Aquilo para nós era complicado: “Poxa, agora!? Os caras estão na ditadura!” Mas o que se dizia era: “Não, mas tem que lutar por liberdades democráticas, não está funcionando da forma como estamos fazendo. O povo não está ouvindo o que nós estamos dizendo, não está ouvindo sobre a luta contra o imperialismo.”. Eram os eixos: O entreguismo, a repressão e a censura. A gente argumentava que tinha uma censura brutal que não deixava chegar o que nós estávamos dizendo. Então temos que abrir o país. Era defendido isso dentro do Comitê Central pelo Paulo Wright e pelo Jair Ferreira de Sá. O João e o Dorival, que eram os codinomes deles, embora eu não goste de usar codinome porque era só a polícia que usava. Esses são os nomes que eu me lembro bem. Aqui a seccional toda fechava com eles. A regional alguns. Esse racha que te falo se dá no Comitê Central e aí começa a descer para as bases. Do outro lado do racha tem o Aldo Arantes, o Haroldo Lima, esses dois com certeza. Esses dois foram os que levaram a maioria da AP para dentro do PCdoB. Nós ficamos com uma minoria resistente aqui, mas ficamos. Aliás, isso aconteceu depois que eu fui preso.

**TVP:** Em que momento se dá a mudança de nome para a AP-ML?

**SLB:** A mudança de nome para AP-ML se dá em 1968. Eles largam o catolicismo de mão.

**TVP:** Em 1968 entra a influência do maoísmo?

**SLB:** Sim, eles andaram passeando lá na China e vem com a ideia.

**SV:** Uma parte maoísta e uma parte pensa no foco.

**SLB:** Esse pessoal do Foco que o Solon fala, racha realmente com a AP mesmo sendo marxista leninista e cria um Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Que é levado pelo padre Alípio [de Freitas] e pelo Vinícius Caldeira Brandt. O padre Alípio faz o atentado contra o Costa e Silva em 1966, dentro da AP.

**SV:** Lá no Recife!

**TVP:** O padre Alípio tinha vinculação ideológica com o Foquismo?

**SLB:** Sim, ele tinha uma visão cubana.

**TVP:** As pesquisas que tem se dedicado a estudar a história da AP tem apresentado a mudança de rumo ideológico como um processo meio linear. Como se essas mudanças fossem se sucedendo uma após a outra: humanismo, marxismo, foquismo, maoísmo, etc.



**SLB:** Eu não tenho muito claro isso, mas me parece que são questões paralelas, simultâneas. Andam juntas. Porque é importante entender uma coisa... Quem falava em foquismo, ainda antes de 1964, era a POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária), que foi quem organizou a política operária. Eles faziam parte de um pessoal que nem passou pelo Partidão [PCB], eram intelectuais de São Paulo, algum pessoal do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. São os mesmos que depois se aproximam do pessoal do movimento nacionalista que era o grupo militar do Brizola e formam a VPR [Vanguarda Popular Revolucionária]. Isso era 1962. Nessa época tu tinhas a POLOP com uma visão cubana – não se falava em luta armada; Tu tens o PCdoB que surge de um racha no PCB já com essa visão maoísta. Porque eles rompem com a União Soviética e a referência marxista passa a ser a revolução chinesa. Porque o próprio Mao racha com a União Soviética e a referência do PCdoB passa a ser a China. E ainda em 1962, tu tens a AP católica. O catolicismo da AP que junta as JEC, JUC, JOC, etc. e forma a Ação Popular. Aí tu tens a POLOP, o PCdoB e a AP tudo em 1962. Tudo uma novidade. Por isso eu acho que as coisas são meio simultâneas. Porque é a POLOP que levanta a primeira onda de luta armada, foquista e cubana. Eles se aproximam do pessoal, dos militares, do Brizola e formam a VPR. Em Minas Gerais esse movimento se configura na COLINA (Comando de Libertação Nacional), que é o pessoal da Dilma, e depois junta com a VPR e forma a VAR-Palmares, depois separa de novo e forma a VPR. Mas acho que é tudo simultâneo, esse maoísmo é simultâneo com o foco que é simultâneo com a aproximação da AP que vai saindo do catolicismo e entrando para a visão marxista leninista que se dá em 1968. E aí tem esse grupo da AP que sai em 1968 e forma o PRT. Embora que a AP, já em 1965, tenha uma atuação bastante pesada naquele movimento contra a ditadura.

**TVP:** Então talvez se possa assumir uma “consolidação” da ideologia maoísta dentro da AP com a prática da integração na produção?

**SLB:** Isso acontece em 1968. O Solon sabe melhor que eu isso aí... Esse pessoal que vai para a China em 1966 – o Duarte Pacheco [Pereira] – volta de lá transformado. Eles também tinham se aproximado de Cuba antes, e aí que vem o negócio do padre Alípio. Eles vão abandonando, gradativamente, o catolicismo. Quando eles voltam da China chegam aqui preparados. E tem outra questão que conta muito – tanto pelo leninismo, como pelo stalinismo e pelo maoísmo também – que é o “homem novo”. E como tu criavas o “homem novo” a “figura nova”? Integrando na produção! Vivendo e trabalhando como operário tu viraria “um homem novo, com uma visão nova, com todas as virtudes”.

**TVP:** Dialoga um pouco com a lógica da revolução cultural do Mao?

**SLB:** É a Revolução cultural! Eles voltam embebedos por essa história da revolução cultural. Eles colocam todo o pessoal na produção justamente pela influência da revolução cultural do Mao que estava no auge.

**SV:** E também para se proteger da ditadura que estava desmanchando tudo.

**SLB:** O Betinho participou desse processo de integração na produção, por exemplo. O [Jacob] Gorender chama muito a atenção sobre isso naquele capítulo do livro dele. Ele diz que essa é a novidade da AP nessa história, pois nenhuma outra organização de esquerda teve de maneira tão forte a participação e a integração de seus militantes na produção.

**TVP:** Era a proletarização dos militantes...

**SLB:** Exatamente! Era a proletarização dos militantes. Nenhuma outra organização fez tão acentuadamente esse processo como a AP fez. Era uma novidade e uma contribuição da AP, até para se pensar, também, o que deu errado. Isso é um processo que se tem de olhar como um todo e não se pode desprezar nada do que foi feito. Acho que tem que procurar evitar essa visão julgadora, até porque hoje a gente dizer se fez certo ou se fez errado é uma barbada. Naquela época se trabalhava com as circunstâncias do momento. Se a circunstância do momento diz “vamos para a luta armada!”, “vamos!”. Aí dizem: “Fizeram errado!” Fizeram errado por quê? Eu tinha compromisso de lutar, não de acertar, errar ou ganhar.

**TVP:** E você estava me falando desses movimentos que estão acontecendo em 1971...

**SLB:** Sim, sobre esse problema do racha. Aqui na UBES se caracterizava – a partir do pessoal do movimento estudantil universitário e nós – em alguma ligação com o pessoal que iniciava as discussões sobre abertura democrática. Aqui não teve muitos que embarcaram para dentro do PCdoB, apesar do assédio do PCdoB ser muito grande em cima de nós. O pessoal da direção nacional da UBES que descia aqui vinha embalado. O Sérgio Catatau era um – ele era de Pernambuco – que entrou no PCdoB depois. Eles foram parar no Araguaia. Eles tinham algumas informações que não chegavam a nós, por isso que eles diziam que o momento já era de revolução. Já estavam lá no Araguaia mandando bala e se reivindicando o partido revolucionário [difícil audição]. Interessante que o PCdoB nunca fez uma análise mais profunda desse período. Eles pegaram a experiência do Araguaia e transformaram em “luta dos heróis contra a ditadura” e nunca fizeram um processo mais crítico sobre a questão do Araguaia. Eles acham que aquilo foi um ato de heroísmo. Tanto é que eles não se preocupam muito em saber como os caras desapareceram lá, nós é que enchemos o saco para saber como é que desapareceram, eles não. Eles contabilizam aquilo lá como um sacrifício, como um passo adiante na luta contra a ditadura e no processo revolucionário do mundo e não saíram disso até hoje. Bom, mas enfim... Em 1971 as condições eram muito difíceis. Eu entro na

Faculdade de Direito, mas a única coisa que eu não fazia era estudar. Eu queria fazer vestibular para Jornalismo e me pediram para fazer para Direito porque tinha que construir uma célula no Direito. E eu fui fazer direito e até me apaixonei pelo curso depois. O que eles pensavam que eu iria fazer na UFRGS eles mesmos não me deixavam fazer porque faltava gente no movimento secundarista, e embora eu fosse universitário, ficava ligado ao movimento secundarista organizando todo mundo por lá.

**TVP:** Em 1970 o Lico [Luiz Carlos Santana] é caçado do Diretório Acadêmico da Filosofia? Então você entra em 1971...

**SLB:** Sim, em 1970! Eu era vestibulando. Nós fazíamos luta por mais vagas no momento, a nossa luta da AP era essa, do pessoal secundarista principalmente. Em novembro ou dezembro de 1970 ele é pego pelo decreto 477. Pela AP foi pego ele, o Luiz Oscar que era do PCdoB e fazia jornalismo, um cara que eu acho que era do POC – Dagnino – que depois foi para o Chile e o Miranda que era presidente do Centro Acadêmico da Economia. O Luiz Carlos Santana era Presidente do Diretório Acadêmico da Filosofia; o Luiz Oscar era Presidente do DCE e tinha sido da AP, mas naquela altura já era do PCdoB; o Dagnino que era Presidente do Centro Acadêmico da Engenharia e acho que era do POC; e o Miranda era Presidente do Centro Acadêmico da Economia e não me lembro de qual organização ele fazia parte.

**SV:** Acho que o Miranda era do Partidão.

**SLB:** A turma que tinha lá na engenharia andava transitando por tudo, era um pessoal da AP do movimento universitário. Tinha o Nelsinho Rolim, uma turma do Lico, a Maria Luiza – que foi militante –, a Graça simpatizante...

**SV:** A Graça ainda continuava como militante e depois ela vai para o PCB.

**SLB:** A Graça chegou a ser militante?

**SV:** Sim, sim!

**TVP:** Eu fiz referência ao Lico porque ele me diz na entrevista que fiz com ele da proximidade que ele tinha com o pessoal do PCdoB e que, inclusive, foi tirado para ir para o Araguaia.

**SLB:** Então ele estava bem próximo do pessoal do PCdoB dessa linha.

**TVP:** Como você estava falando do racha de 1971 e ele estava nessa mesma época em vias de ir para o Araguaia, pensei que pudesse ter alguma relação.

**SLB:** No movimento secundarista eu não via muita coisa. E também tem um detalhe, a gente não tinha um contato formal em termos de organização, dentro da organização que o movimento universitário tinha. Evitava-se ao máximo esse contato com os universitários.

Tinha os *stands* bem compartimentados, então por isso que eu ignoro algumas coisas. Para mim é uma novidade que o Lico estivesse próximo do PCdoB. Mas é bem possível. É interessante a trajetória dele porque ele desaparece daqui em 1973 quando a repressão dizima o Comitê Central da AP e o pessoal que está dentro do PCdoB se salva mas são mortos o José Carlos Mata Machado, o Gildo, o Fernando... Ele [Luiz Carlos Santana] tem que fugir daqui por causa da repressão, que inclusive pegou o Paulo Wright em 1973, que é desaparecido. Eu realmente não vi muito esse movimento em relação ao PCdoB, pode ser que no movimento universitário isso fosse mais claro. A Auria, por exemplo, uma guria que era militante da AP e outros, não queriam saber do PCdoB até onde eu enxergava. Não sei se esse movimento do Lico estar muito próximo ao PCdoB não é algo pontual. Até porque nós tivemos uma divergência pesada com o PCdoB na condução da luta por mais vagas em 1970. Nós fazíamos as discussões lá dentro da Filosofia e o Luiz Oscar tinha uma posição do PCdoB que era simplesmente uma ideia vaga pela luta por mais vagas e a gente tinha um eixo de palavras de ordem que era muito mais específico para poder ter mais efeito no meio da agitação. Ali eu me lembro de uma discussão muito acirrada entre o Luiz Oscar e o Lico. O Lico defendia claramente as posições da AP, isso eu tenho muito claro, dezembro de 1970. E eles os dois foram pegos pelo decreto 477. As coisas pioraram muito em 1971. As coisas ficam muito difíceis de serem feitas. Se organiza alguma coisa dentro do movimento secundarista nos colégios, a gente faz algumas panfletagens... As coisas vão piorando muito por causa desse processo que falávamos. A partir disso eu sou aproximado pelo Paulo [de Tarso Loguércio] do restante da direção seccional, foi onde eu me aproximo do Antonio Ramos Gomes e da Nilce [Azevedo Cardoso], começo a ter contato com eles. O Paulo Loguércio era o dirigente que eu tinha contato no movimento estudantil. Eu e o Solon tivemos uma reunião com o Antonio, eles queriam chamar o Solon para dentro da AP de novo.

**SV:** É, eles queriam que eu voltasse.

**TVP:** Em que ano você sai, professor?

**SV:** Eu saio em 1969 depois da prisão. Mas o meu processo de saída vem de antes, em 1968. Quando sou preso eu já não estava mais na AP, mas continuava na UBES.

**SLB:** O Solon era diretor da UBES. Com um pé dentro da AP, mas com quase dois pés fora.

**TVP:** Nessa época, em 1971 quando tu entras no direito, tu não estavas na clandestinidade ainda?

**SLB:** Era uma situação... Eu considero uma situação semi-clandestina, porque eu tinha uma fachada de estudante, participava da vida social do meu bairro. Continuava mantendo contato

com todos os meus amigos de infância. As minhas atividades eram semi-clandestinas porque eu fazia reuniões clandestinas e organizava clandestinamente as coisas.

**TVP:** tu estás morando aonde nessa época?

**SLB:** Estou morando em Petrópolis ainda. Lá na Avenida Lavras atrás do Barranco. Mas as coisas se complicam muito em 1971 não só por causa da repressão que está muito forte – em 1971 foi muito pesado –, mas também por causa desse racha dentro da AP. De forma geral, as organizações começaram – além de serem dizimadas, a VPR é terminada em 1971, ela volta do Chile em 1973 por causa do cabo Anselmo, àquela desapareceu, o Lamarca vai para o MR-8 – a se paralisar. Essas lutas internas em função do processo de repressão que está havendo, atingem as organizações de tal maneira que elas ficam paralisadas. Começam a se voltar muito para a discussão de luta interna que se torna uma discussão muito estéril. Como não tem a prática para você avaliar se uma posição está certa ou está errada, a discussão fica restrita a um terreno teórico das coisas: “É liberdade democrática ou não é?” “A luta armada tem que recuar ou tem que ir para cima?” Tinha o PCdoB com essa visão também: “Estamos com a revolução na rua”. E ali pegava a militância toda, não era só a direção. O PCdoB não parecia estar passando por alguma luta interna. Eles estavam muito conscientes de que estavam com a Guerrilha do Araguaia e com o Partido na mão. Todas as outras organizações estão sendo esfaceladas e a nossa, com essa história de luta interna, embora não tenha sido pega... Esse processo de luta interna, como também não tinha a questão prática da política, ela virava uma discussão estéril e dogmática. Saía cada um para um lado e não tinha muito que fazer. O ano de 1971 dificulta muito a atividade política. Em 1972, pelo que se sabe, devido a um acidente de percurso – porque não era para nós sermos presos naquele momento – o Pedro Seelig decide colocar a mão sobre nós todos contra a vontade do 3º Exército. Tanto que ele é afastado. Ele nos prende em uma semana e na semana seguinte ele já não está mais como diretor do DOPS. Isso foi quando nós fomos presos em abril de 1972. A Nilce é presa no dia 11 de abril e eu sou preso no dia 12 de abril. A Nilce foi presa a noite e era para eu ter sido preso no mesmo dia que ela. Eles foram cobrir um ponto dela... Eles já tinham um nível de informação bastante razoável a nosso respeito que garantia condição de eles colocarem a mão em nós. O 3º. Exército disse que não podia colocar a mão porque não tinha materialidade de crime contra a lei de segurança nacional que pudesse nos prender. Eles queriam que a gente mostrasse mais a cara para quando nos pegassem poderem colocar o processo em cima. Tanto é que o nosso processo foi arquivado. Eles, através de uma informação nacional, que depois a gente descobriu como, eles vão a um ponto e pegam o Antonio e pegam a Nilce. Isso foi em uma terça feira à noite, dia 11 de abril de 1972. Eles vão no mesmo dia para a minha casa para

me prender, eles passam a noite lá na minha casa. Como eles não acreditaram que eu pudesse ter alguma coisa guardada lá – porque eles jamais imaginavam que eu tivesse alguma coisa guardada em casa porque aquilo lá não era aparelho – eles não entraram no meu quarto. Esses dias o Raul me perguntou: “Mas eles não entraram no teu quarto?” Não, porque eles não pensavam que eu tivesse alguma coisa guardada em casa. Até porque a casa era legal, não era aparelho nem nada. Eles batiam em aparelho para pegar livro, panfleto, essas coisas. Pegar provas. Eles passam a noite inteira dentro da minha casa e não me prendem porque eu não dormi em casa. Eu tinha dormido na casa da minha avó porque tinha uma tia que tinha feito uma cirurgia e eu fui para ajudar a cuidar dela. Eu sou preso de manhã quando estou saindo do serviço. Eu era vendedor, chego ao serviço para organizar a minha saída e fazer os contatos para venda e eles me prendem quando eu estou saindo para vender. Eu entro [no DOPS] e não vejo nada, não sei quem está lá. Eu vou ter uma ideia de quem está preso lá no dia seguinte que é quando eles tiraram o capuz. Nem foi no dia seguinte, foi dois dias depois que eles foram me tirar o capuz. Aí eu vejo que já está preso o Paulo [de Tarso] Loguércio [Vieira] e o Antonio [ramos Gomes]. O Paulo Loguércio eu já tinha uma ideia porque eu ouvi ele falando e eu fui torturado junto com ele. Fui torturado junto com o Antonio, também. Mas era uma coisa que ficava muito confusa para identificar. Eu fiquei sabendo agora, há uns dias atrás, que eu tenho a cara quebrada, eu não sabia. Tem um osso que colou mal... 42 anos depois eu estou fazendo todo um tratamento buco facial porque os golpes me atingiram toda a dentição superior, agora, depois de velho. O pior é que não dá mais para concertar a cara, porque tem que quebrar de novo para colocar o osso no lugar... Deixa assim! Estão tentando preservar os meus dentes, tanto é que eu vou fazer vários implantes dentários por causa disso. Os meus dentes foram afrouxando.

**TVP:** Sobre esse ponto da prisão do Antonio e da Nilce... Nas entrevistas que fiz com ela nunca me ficou muito claro como se deu a prisão, o local, as circunstâncias.

**SLB:** Ela não tem claro isso! E é compreensível! Eu sei porque eu li isso no [Jacob] Gorender, porque para gente sempre foi muito confuso essa questão da resistência na tortura ou a não resistência na tortura. Porque a gente era preparado para resistir. Agora, isso depende de condições tão pessoais... Eu tenho trabalhado algumas vezes com esse pessoal do “Clínicas do testemunho”, que são um grupo de meninos psicólogos que tem por volta de 30 anos, e eles querem muito saber da experiência da tortura, do sofrimento, como a gente reage. E eles ficam meio ansiosos porque ninguém vai lá dar depoimento. Eu digo para eles que vai ser difícil alguém ir lá dar depoimento e falar sobre o sofrimento. Isso é muito difícil! Inclusive eles deveriam saber disso. Eu já fui avisando eles, o Freud não frequentava a nossa praia. Se a

gente tivesse algum grilo existencial é porque estava vacilando na luta. É porque não estava cuidando direito do trabalho. Essa era uma posição classicamente marxista. A questão da individualidade, não fazia parte. A gente estava ali para se tornar um “homem novo” a serviço do coletivo. Hoje, eu acredito que a questão da tortura depende muito de condições individuais. É verdade que para alguns – ou talvez para a maioria – internalizar essa ideia e essa visão de resistir na tortura e não passar informações aconteceu, e acho que com a grande maioria. Não é de graça que muita gente morreu no pau de arara, muita gente enlouqueceu. Frei Tito é um que enlouqueceu. A Nilce é um exemplo que a gente tem mais próximo de alguém que não falou, ela não disse nada. É um conceito, um valor que para ela era muito caro, que ela não podia abrir informações. E ela não falou e foi ao ponto de morrer. Já ao contrário do Antonio.

**TVP:** Havia uma convicção ideológica muito forte!

**SLB:** Sim, e aí eu acho que a convicção ideológica combina com a questão de qualidades pessoais mesmo. Quer dizer, não é qualquer um que pega àquilo. Ou pelo menos não é todo mundo. A partir do meu ponto de vista, tem componentes de caráter muito pessoais. Ela é o maior exemplo que eu me lembro, junto comigo. Ela não tem muito claro essa história do ponto justamente porque ela esqueceu, ela bloqueou muita coisa. Ela passou anos e anos bloqueando isso, 26 anos que isso ficou bloqueado. Ela começou a falar sobre isso em 1998, 26 anos depois, de 1972 até 1998. Ela começou a lembrar de algumas coisas, porque muitas coisas ela não lembra ainda. Às vezes eu converso com ela algumas coisas... Eu disse para ela que quando nós estávamos presos apareceu um tal de comandante Cláudio. Um cara que desceu aqui do Cenimar. Ele dizia: “Conheceste a Ação Popular?” Ela não lembrava desse comandante. Esse cara foi escalado – depois a gente ficou sabendo – para acompanhar a AP desde o começo. Quando a AP foi fundada em 1962, esse cara já tinha sido escalado pelo Cenimar. Porque só tinha uma linha no serviço de informação e esse cara foi escalado para acompanhar a AP desde o começo. Ele sabia tudo, as lutas internas, tudo!

**TVP:** Se não estou enganado, ela comentou em uma entrevista que fiz com ela que quando ela estava na OBAN eles mostraram uma espécie de álbum para ela e iam folhando as páginas, mas ela não tinha certeza. Ela comentava que o sujeito do dito álbum tinha uma fissura pessoal pela AP.

**SLB:** Tinha! E só pela AP! E sabia de tudo mesmo. Tanto sabia...

**SV:** Você falou com esse cara? Viu o rosto dele?

**SLB:** Sim! Eu fui interrogado por esse cara. Eu vi o rosto dele!

**SV:** Era um loiro meio gordo?

**SLB:** Não, era baixinho. Mais baixo que você. Para padrão de oficial de forças armadas, estava fora do padrão.

**SV:** Então não é o mesmo.

**SLB:** Era um cara baixo, com tronco grande, forte, usava óculos de armação grossa, mas as lentes não eram tanto, mas a armação era grossa daquelas antigas.

**TVP:** Era um cara mais velho?

**SLB:** Sim, era um cara bem mais velho. Era alguém que aparentava estar por volta dos 50 anos. Isso era 1972. Muito diferente do [Paulo] Malhães, que era jovem. Mas esse não, era um cara de uns 50 anos mais ou menos. O interessante é que o DOPS prendeu o baiano que era dirigente regional no Paraná – no documento do SOPS aparece o nome dele, mas agora não estou lembrando – que era dirigente da seccional aqui. Ele vem para um ponto na sexta feira – a Nilce é pega na terça eu sou pego na quarta e o Paulo é pego na quinta feira – para uma reunião com eles e a polícia pega ele. Quando ele chega ao DOPS eles não sabem quem ele é e nem o que vão perguntar para ele. Nem imaginam a importância que ele tem. Tanto é que começam a bater nele sem saber o que perguntar. O Pedro Seelig era um maluco e o Nilo Hervilha um psicopata, quer dizer, batiam muito, a esmo. Aí chega o comandante Cláudio e diz quem ele é. “Olha... Esse é o ‘fulano de tal’ é dirigente regional da AP. É baiano, participou do movimento estudantil em 1968, foi liderança, etc.” Aí ele orienta o DOPS sobre o que perguntar, porque até ali o pessoal do DOPS só nos batia e usava algumas informações que eles tinham. Mas ele [comandante Cláudio] orienta cientificamente a tortura do DOPS de como fazer os interrogatórios.

**TVP:** É nesse momento que o Antonio abre algumas coisas?

**SLB:** Ele abre desde o começo! Tanto é que... O Pedro Seelig me perguntava – porque no fundo eles não sabiam o que iam me perguntar... O comandante [Cláudio] me perguntou por ti: “E o Viola?” Eu disse: “O Viola está fora de qualquer organização no momento. Ele está distante de tudo.” E ele foi e conferiu, porque ele já sabia. O que ele queria é verificar se tinha alguma coisa de envolvimento teu que ele não soubesse. Quando eu disse isso ele também não perguntou mais. Ele já tinha conhecimento, ele já tinha essa informação. Se também ele não tivesse essa informação eu ia apanhar por causa disso. O Pedro Seelig perguntava para mim sobre os Goulart... Ele dizia: “Eu vou desmanchar aquela turma dos Goulart!” E os Goulart não tinham nada haver com o assunto. Eu tinha amizade com eles, me criei junto com eles. Dois deles estavam comigo lá dentro da Faculdade de Direito. Ou então ele dizia: “Esse é o Bitenca das peladas do Julinho!” Era o que ele sabia. Não mais do que isso. Eles me perguntavam: “E aí? O que tu fazia? Tu é da AP?” Eu não dizia que era da AP. A primeira



pergunta que me fizeram foi: “Primeira pergunta: Codinome e nome da organização.” Eu respondi: “Não... eu não tenho codinome e não tenho organização!” Aí deu, pronto, passava a apanhar a revelia. Eles não tinham realmente muito que perguntar. Eles me colocaram com o Antonio e perguntaram: “Conhece ele?” Eu respondo: “Não!” Perguntam para o Antonio: “Conhece ele?” E ele responde: “Conheço!” Aí deu... Porrada de novo. Eles deram choque nele e em mim junto. Davam choque nele e fizeram ele colocar a mão em cima da minha perna e davam choque nele e pegava em mim também. Mas ele estava completamente desestruturado. É essa a diferença que eu estava falando sobre a questão psicológica das pessoas. A estrutura psicológica das pessoas. Enquanto a Nilce foi firme, concisa, ele desmanchou. Acho que ele desintegrou no primeiro tapa ou coisa parecida. Eu não estou fazendo juízo! Estou dizendo como é que é. Vai o Paulo no outro dia preso. O Paulo começa com uma tática que só podia dar errado. Abrir as coisas aos poucos ou confirmar o que eles sabiam. Claro, tu confirma alguma coisa os caras ganham. Cada vez sabem mais, isso é lógico. Ou tu cala a tua boca e aguenta o que puder, ou se sair falando já vai contando tudo, porque tu vai ter que contar tudo mesmo, de um jeito ou de outro. Chega o comandante [Cláudio] na sexta feira. Até aí eu só tinha apanhado por causa disso, porque eu me negava a dizer o que eu era. Quando chegou o comandante eu apanhei muito para reconhecer... Porque claro, eles pegavam através do Paulo e vinham para cima de mim, porque até ali eles não tinham muita informação do movimento secundarista, eles tinham alguma coisa. Eles pegavam muita coisa do movimento universitário. Um dia eles me mostraram, levantam o capuz – isso foi na quinta feira, dois dias depois de ter sido preso – e me mostram uma fotografia da Olga. “Conhece?” Eu disse: “Não!” Aí vem o Pedro Seelig lá de dentro, arrancou o capuz e me encheu de pancada. “Vou te pegar cambada de filho da p... Então quer dizer que tu não conhece essa guria?” Claro que eles sabiam que eu conhecia. Então era muito isso... Quando eu não reconhecia alguém eu apanhava. Porque eu desvinculava da questão, eu negava que participava. No sábado eles foram perguntar pela minha irmã – já com o comandante [Cláudio] – três dias depois que eu já estou apanhando. Aí eu nego... Eles mandam chamar o Paulo... Aí vem o Havelha... Foi aí que eu quebrei a cara! Eles mandam chamar o Paulo e o Antonio e perguntam: “E a irmã dele, tem alguma coisa haver?” E eles confirmam: “Sim, tem!” E eles perguntam: “Como é que ela é?” E eles respondem: “Ela é baixinha, assim desse tamanho, muito jovem, etc...” Aí o Havelha diz – o Pedro [Seelig] não estava lá, era sábado de tarde – “Saíram os dois daqui!” Porque nós estávamos em uma sala em frente a sala do Pedro Seelig, não era uma sala de tortura. Foi aí que ele me deu o soco que pegou nessa parte do meu rosto que hoje eu descobri que quebrou e colou errado. O

engraçado é que eu não me lembro de sentir dor. Como é que eu não sentia dor? Ou será que eu sentia dor por todo lado? Ou será que era a questão emocional? Porque eu não sentia uma dor específica. E eu caí por cima de um armário, eu estava de costas e voei por cima do armário. Eu caí e o Cardosinho me puxou e disse: “Saí daí porque senão tu vai quebrar tudo. Vai quebrar o armário.” E as pancadas seguiram... Aí me perguntaram: “Então está confirmado... A tua irmã é maior de idade ou não é?” Eu respondi: “Não, não é maior de idade!”. Eles mandaram uma diligência na minha casa e deu o azar deles chegarem lá e não ter nem a mãe e nem o pai em casa. Pegaram a Juni sozinha lá e perguntam: “Tu é maior de idade?” E ela disse: “Sou!” E eles: “Então tu tens que provar para nós que tu és maior de idade!” Chegaram com uma conversa mole assim, como se não quisessem nada com ela. Aí ela vai e mostra o título de eleitora: “Está aqui o meu título, acabei de fazer!” Ela recém tinha feito 18 anos, mesmo! Tinha feito aniversário à uns dois meses. Eles voltaram para o DOPS: “Tu mentiu de novo!?” Mentiu de novo, apanha de novo! Foi assim até eles me fazerem dar um depoimento formal, já em cartório. Foi aí que, efetivamente, eu percebi que todas as informações que eles precisavam eles já tinham. Até porque a minha atuação no movimento secundarista estava toda dada. Por quê? Quem tinha dado essa informação? Foi por dois lados! Uma ex namorada do Minhocão [Carlos de Ré] – a Jace – que foi presa e passou a colaborar com a polícia. A irmã dela já era “dedo duro” da polícia na Faculdade de Direito. Ela foi cooptada pela irmã e aí entregou todo o serviço do movimento secundarista, todo mundo com que a gente trabalhava. Ela trabalhava conosco no movimento secundarista, ela era um dos meus contatos.

**SV:** Como era o nome dela? O nome mesmo.

**SLB:** Jacinta! E o sobrenome eu não lembro.

**SV:** Eu não me lembro dessa pessoa.

**SLB:** Ela também entrega o nome do filho daquele professor de sociologia, o Fachel.

**SV:** De qualquer forma eu não me lembro dela. Acho que não cheguei a conhecê-la.

**SLB:** A Sarandá, que era irmã dela, essa sim já era manjada.

**TVP:** O Fachel, é o José Plínio Guimarães Fachel? Foi preso em 1972.

**SLB:** Acho que é sim. O Zé Fachel. Ele era um menino também.

**SV:** Sim, ele era um menino!

**SLB:** A irmã dele era namorada do Dagnino, esse que foi expulso da UFRGS e depois foi para o Chile. O nome dela é Ondina [Maria Fachel Leal], ela depois virou socióloga. É até hoje professora na UFRGS.

**SV:** Sim, continua sendo.

**SLB:** Ela é irmã dele, irmã mais velha. O pai deles era um cara de esquerda, eles vinham de uma família de esquerda.

**TVP:** Mas a tua irmã, ela tinha alguma ligação de fato?

**SLB:** Ela tinha algum movimento, sim. Fazia alguns trabalhos dentro do colégio dela. Ela também reunia com a gente.

**TVP:** Ela chegou a ser presa?

**SLB:** Não! Ela só foi levada para prestar depoimento. Bom... Eles sabiam pela Jacinta... Porque ela tinha sido presa em setembro, nós não tivemos o cuidado. Ela tinha sido presa em setembro em “uma onda” que pegou a irmã dela. Acho que ela já foi para o DOPS, não como presa, mas chamada a colaborar. Ela ficou uma semana lá. Nós não tivemos nenhum cuidado de se afastar dela. Devia ter feito isso! Foi um erro de segurança nosso. Continuamos tendo reunião com ela normalmente. Nós éramos muito descuidados com essas coisas. Acho que foi a partir dali que ela começou a trabalhar. É por ela que sai toda a informação do movimento secundarista. O outro cara que entrega toda a informação do movimento secundarista e que toca a mim diretamente, porque eu fui preso por ele e não por ela. Ela deu o pessoal que trabalhava com ela. Eu sou preso devido a uma informação que pega também a direção seccional daqui – que foi onde pegou a Nilce [Azevedo Cardoso], o Antonio [ramos Gomes] e o Paulo [de Tarso Loguércio Vieira] – que foi fornecida pelo Mauro Vasconcelos, que era dirigente nacional da UBES. Ele era do Pará, do movimento estudantil secundarista do Pará. Ele tinha andado por aqui no final de 1971, novembro ou dezembro de 1971, muitas vezes ele dormiu na minha casa. Além disso, ele tinha reuniões com o pessoal da direção, comigo pelo movimento secundarista e com o pessoal universitário. Muito mais comigo por causa do movimento secundarista. Esse cara é preso e acaba dando a informação. Inclusive mandaram ele aqui para Porto Alegre quando nós estávamos presos. Um dia no banho de sol, estávamos todos lá, o pessoal foi chamar ele: “E aí, como é que foi isso?” Aí ele disse: “Eu fui preso em São Paulo, eu tenho processos lá na Bahia, mas fui preso em São Paulo. Aí pegaram a minha mulher e disseram que iam torturar ela e aí...” O cara disse! Aí ele disse que eles queriam alguma coisa e que ele queria preservar... Mas é o tal negócio, quando tu entregas uma informação tu entregas o resto! Aí ele disse: “Eu queria preservar o resto das informações e daí eu entreguei o endereço dele!” E aponta do dedo para mim. “Eu dei o endereço do Bitenca!” Ali eles desencadearam todo o processo. Porque se ele deu esse endereço acabou dando o resto todo. Então a queda da AP no Rio Grande do Sul se dá por ele. Falando de uma maneira geral.

**TVP:** A queda da AP no Rio Grande do Sul começa com essa informação?

**SLB:** Sim, a partir dessa informação! Um dia, em 1998, estava conversando com o Paulo, foi no momento em que começávamos a trabalhar a questão da Anistia, dos nossos processos de reparação da Lei do Britto, do governo do Britto. Isso foi em março de 1998. Nós saímos de uma reunião que estava acontecendo lá no MPE – ainda não era MPE, mas era o pessoal que estava tratando das reparações – e fomos conversar. O Paulo é uma pessoa engraçada... Nós estávamos em uma reunião com figuras de tudo quanto é lado, discutindo se íamos receber 5 mil ou 30 mil – e todo mundo dizia 30 mil – e o Calino dizia assim: “Não, tem que ter uma graduação. O cara que foi torturado mais recebe mais, o que foi torturado médio recebe um pouco menos, o que foi torturado pouco menos...” Esse Calino é Perito, Perito da justiça. Aí eu disse assim para ele: “Já que você é perito vamos fazer assim: Tu contas as falanges dos dedos de cada cara, cada falange perdida tu vai aumentando a graduação da indenização. Que tu achas disso? Se o cara perdeu apenas uma falange do dedo é um nível, se perdeu mais é mais! Vai te deitar, cara! Como é que vai medir a tortura?” E o Carrion fechou: “Não mesmo, é 30 mil e acabou a história! É por cima! Não tem isso, não.” E o Paulo chega lá com aquele jeitão, – ele tinha medo –, estava morando em Brasília a não sei quanto anos trabalhando no INCRA, e faz uma proposta: “Eu tenho uma proposta para fazer... Cada organização entrega os documentos da organização todo mundo junto.” Aí eu disse: “Não dá! Ninguém sabe quem era o ‘todo mundo’ das organizações. Ninguém se conhece todo mundo.” Claro, o Paulo estava achando que era uma barbada porque no nosso caso era eu, a Nilce, ele e o Antonio, quatro. Agora vai pegar a VAR-Palmares, era um mundo. E todo mundo disse: “Não... Isso aí não serve.” Por causa disso nós saímos os quatro dali para conversar e daí o Paulo não se lembrava do Mauro. “Bha, mas o Mauro!?” Aí eu disse: “Sim, o Mauro...” E ele: “Bha, foi esse cara que deu a direção! E a gente tinha perdido esse nome de vista.” Eu disse: “Pois é, mas era esse.” Na conversa nós chegamos a essa conclusão. E a Nilce não lembrava de nada.

**SV:** A Nilce apagou mesmo!

**SLB:** É... Ela não lembrava nada. Claro que ela sabia alguma coisa, mas não conseguia ligar os fatos. Ela começa a reconstruir a história dela conversando um pouco com um e com outro. Mas é uma memória que falha muito.

**TVP:** Ela não me falou o nome, não lembrou, mas ela me contou a história desse estudante secundarista que foi preso em São Paulo e que entregou a informação. Mas eu entendi que o cara não tinha sido muito torturado, que tomou uns tapas e abriu tudo.

**SLB:** Eu não sei até que ponto, porque ele não disse o quanto foi torturado. Aí é interpretação de cada um. O que ele disse é que quando a mulher dele foi levada para o pau de arara ele abriu. Foi o que ele disse para nós, para mim, para o Paulo e para o Antonio. Porque nessa

onda também foi preso todo um pessoal que era meio militante meio simpatizante, até meio liberal, que eram de Pelotas, de Passo fundo, inclusive advogados. Nós tivemos presos assim, de dez a quinze pessoas. Eu era o único que era estudante secundarista. Eu era o dente de leite.

**SV:** O velho padre [Antonio] Cechin, o Irmão Cechin, prenderam o Cechin!

**SLB:** Sim! Levaram o Cechin para lá... Por ligações com o Paulo Wright. Por isso que eu digo que é uma bobagem essa história de medir a tortura. No Cechin não deram um tapa. Não deram um tapa sequer no Cechin! Mas é a visão católica do cara... O cara entra lá dentro com a visão católica dele, aquilo é um inferno para ele. A visão é a visão do inferno. Olha a formação do cara!

**SV:** Ele concedeu um depoimento para nós, tu filmaste, não é, Thiago?

**TVP:** Sim! E ele não abre nada do que sofreu.

**SV:** A forma dele de narrar é essa, de dizer que era um inferno.

**SLB:** Era um inferno!

**TVP:** Ele realmente faz menção a isso.

**SLB:** Ele começa a gritar pelo “Senhor Cardeal!” “Senhor Cardial... Senhor Cardial... Senhor Cardial... Quero o Senhor Cardial!” E os caras não conseguem colocar a mão nele. Ele se nega a comer, porque a comida estaria envenenada. E nós vendo aquela situação decidimos experimentar a comida para ele ver que não estava envenenada. Na verdade eram mais os outros que fizeram isso, o pessoal mais velho que eu. Tinha também um cara do interior – Três Passos, ou coisa parecida – um alemão que era ligado a AP. Um cara muito calmo. Esses caras não chegaram a apanhar muito, tomaram uns tapas. Também não havia mais porque espancar os caras. Mas, de qualquer forma, estavam presos. Eles chegavam no padre [Cechin] e falavam com toda calma: “Olha, nós vamos experimentar a comida para o senhor ver que não está envenenada.” Aí ele comia, mas na próxima refeição começava tudo de novo, aqueles surtos chamando pelo “senhor cardial”. Pode ser estratégia dele, também.

**TVP:** Eu perguntei para a Nilce se ela se lembrava dele [Irmão Cechin], ela não lembra.

**SLB:** Ela não chegou a ver porque ela estava no hospital nesse momento. Chegou uma noite... E isso é bem interessante... Tinha uma diferença entre o pessoal da carceragem que ficava conosco 24 horas, nós estávamos todos em uma sala e sempre tinham dois nos observando. Esses caras faziam plantão de 24 por 72 horas. Eles iam lá somente para isso. Eles não eram da diligência, do espancamento e nem nada disso. Eram eles que nos liberam violão para tocarmos, etc. O chefe deles, que era um comissário, também nos tratava muito bem, com muita dignidade até. Sabia que nós tínhamos comprometimento, que apanhávamos, mas não

se metia nisso. Ele sabia é que tinha que tratar bem os presos. Só isso. E tratava bem! Só que ele estava muito incomodado com o Cechin, no primeiro dia que ele chegou lá – na verdade o Cechin ficou lá um dia. Chegou o final da tarde, na hora de todo mundo ir embora, ele passava lá antes de ir para ver se estava tudo bem e olha para os dois caras do plantão e diz: “Olha, se esse padre abrir a boca, amarra ele e enche ele de soco para ele parar de berrar.” Essa foi a orientação dele, bem típica de policial. Só que aí o padre começou a enlouquecer e os caras não amarram e nem bateram nele, até porque os caras não eram disso. Os caras viraram para nós e disseram: “Escuta... Vocês têm alguma solução para isso aí?” Aí o Deivis, um médico judeu que estava preso junto conosco e não era da AP – era do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), que era uma organização minúscula. Ele foi preso ao tentar entrar no Brasil – disse: “Eu tenho um remédio para isso, mas eu aplico!” Aí os caras perguntaram: “Qual?” E ele respondeu: “Pega a “maricota” lá dentro...” Eles trouxeram a “maricota”... Aí convence o padre a entrar em uma sala que tinha um beliche, conseguiram fazer ele deitar. Aí ele disse: “Uns quatro ou cinco de vocês segurem o padre!” Até eu me meti no meio daquela história! Seguramos o padre... Aí ele colocou um joelho em cima do peito do Cechin, pegou os dois eletrodos da “maricota” e encostou nos ossos do tornozelo e girou a manivela suavemente, bem diferente da forma como eles faziam em nós. Assim que ele girou o Cechin caiu dormindo. Ele dormiu toda a noite e no outro dia o Dom Vicente Scherer apareceu por lá através do Mariá que era o Secretário de Segurança e muito católico, mas não mandava nada lá dentro do DOPS. De qualquer forma o Mariá conseguiu, através do 3º Exército, liberar o Cechin. Os caras que passavam lá já diziam – inclusive tinha um que depois virou delegado e que na época era inspetor, Antonio Goulart: “Esse padre já esteve aqui em 1969 por causa do Frei Beto... Ele era da turma do Frei Beto!” O Cechin sempre foi envolvido, sim. Enfim, depois da minha prisão em 12 de abril de 1972, fico dois meses preso e sou solto. Nesse momento eu tenho que “tirar o time de campo”. Qualquer coisa que eu fizesse poderia ser preso novamente, ou qualquer encontro com alguém e essa pessoa poderia ser presa. Eu fui um dos últimos a sair porque quem ficou mesmo foi quem pegou prisão preventiva e foi para São Paulo. O Antonio e a Nilce foram para São Paulo e o Paulo ficou aqui.

**TVP:** Por que tu achas que não te mandaram para São Paulo?

**SLB:** Porque eu não tinha ligação com nada em São Paulo e os dois [Antonio e Nilce] eram de São Paulo. Inclusive, depois que a gente aprovou de colocar o nome do Paulo Wright em uma rua aqui, a Nilce me contou – porque ela foi à sessão e chorou muito – que chegou a ser segurança do Paulo Wright. Comigo aconteceu um fato interessante... Duas coisas que eu

acho que se conjugam, de eu não arrumar um comprometimento maior e de o meu processo ser arquivado como o de muita gente foi arquivado. O meu pai era da maçonaria. Tem um fato que efetivamente eu sei que houve interferência dele no caso da minha prisão. O fato é que eu trabalhava em uma empresa chamada Faciti que vendia máquinas para escritório, máquinas de datilografia, calculadora, etc. Eu fui preso e ele [pai] foi dar um jeito de explicar o que estava acontecendo comigo. Naquele tempo dizer que um cara estava preso significava que o cara era terrorista. Aí ele foi falar com o meu gerente na Faciti e dizer que eu estava preso e ver o que era possível fazer, porque eu ia ser demitido por justa causa por abandono de emprego. Conversando com o meu gerente eles se reconheceram como maçons da maneira deles. Quando se reconhecem aí passa a ser conversa de maçom para maçom. O meu gerente disse que não iria me demitir por justa causa para eu ter garantido meus direitos e àquela coisa de “não sujar” a carteira de trabalho, etc. Mas que não poderia deixar de me demitir porque tinha que apresentar os relatórios das minhas vendas para a matriz de São Paulo e, no momento onde ele não enviasse os relatórios iriam cobrá-lo. Assim ficou o acordo, eu seria demitido, mas sem justa causa. Isso foi, efetivamente, influência do meu pai que era maçom. Quando eu fui conversar com o responsável pelos recursos humanos da empresa ele me perguntava como àquilo poderia acontecer. Aí eu disse que era só não se meter “nessas coisas” que não acontecia nada. Ele estava com muito medo porque eles acreditavam que eu tinha sido preso por acidente, que alguém teria dado o meu nome no DOPS. E eu alimentava um pouco isso e ainda tirava onda com os caras. Os caras que eram lá de Cidreira e que frequentavam a casa do meu pai – uma turma de bagunceiros lá de Cidreira – diziam: “Como é que essa gente foi presa? Filho de policial, malandro, como é que foi entrar em uma dessas?” Eu só dizia que fui e que entrei. Como é que vou explicar para um cara desses? Não tem como. O outro fator, o segundo, porque eram dois, também é muito interessante. O meu quarto era nos fundos, separado da casa, embora fosse conjugado, era separado, entrava por fora. O meu quarto estava atulhado de livros e documentos, inclusive um disco com discurso do [Che] Guevara. O pessoal que se relacionava comigo no meu bairro, na minha zona, que, inclusive, fundei o time de futebol com eles. Nós jogávamos futebol de várzea juntos. Isso paralela e simultaneamente a minha militância política. Eu nunca me desvinculei deles desde a infância. Eles percebiam que eu tinha alguma coisa, mas também não faziam questão nenhuma de saber o que era. De vez em quando faziam algum comentário, não criticavam, mas também não se envolviam. Era uma relação pura e simplesmente de amizade. Eu fui preso em uma quarta feira e no dia seguinte esses caras foram até a minha casa com um carro, pediram licença para a minha mãe e pegaram a chave do quarto com ela. Entraram no meu quarto junto com ela e

limparam o meu quarto. Eles, devido a alguma intuição, perceberam que aquilo ali ia ser um comprometimento gigante. Eles levaram todas as coisas para dentro do carro e foram até o alto do morro da boa vista, onde ficavam as antenas da rádio Farroupilha. Aquela era uma região deserta. Eles chegaram lá e tocaram fogo em tudo. Eles sabiam que tinha que incendiar tudo. Só saíram de lá quando tudo virou cinza. Eu não fiquei sabendo dessa história por eles. Eles nunca me falaram nada, foram extremamente discretos. E em nenhum momento fizeram algum triunfalismo pela atitude que tomaram. Fizeram questão de fazer isso e não falar para ninguém. Quem me conta essa história foi a minha mãe. Porque depois que eles fizeram tudo eles contaram para ela porque tinham tirado as coisas e o que fizeram com elas. E isso contribuiu para que não produzisse provas contra mim. E aquilo que falei antes, eles não entraram no meu quarto no dia em que ficaram de campana para me prender porque eles nunca imaginaram que eu teria algum material dentro da minha casa. Aquilo que eu tinha guardado em casa era material que se guardava dentro de aparelho. Eu tinha de irresponsável que era e porque jamais imaginei que eles iriam bater na minha casa. E tem outra coisa, a gente tinha uma auto-suficiência que achava que nunca iria ser preso. Até que um dia a gente é! Eu acho que escapei do processo por essas duas circunstâncias. Talvez alguma coisa mais que o meu pai tenha feito que eu não tenho como ter certeza. O Pedro que gosta muito de contar essa história nas reuniões dele, ele gosta de fazer esse grau que a maçonaria que me livrou. Eu digo para ele ir contando que não tem problema! Ele diz que: “O Bitenca é Lowton, por isso a maçonaria contribuiu lá no caso da prisão dele.” Porque eu sou “batizado” na maçonaria apesar de não ser maçom. Eu sempre digo para o Pedro que uma coisa eu tenho certeza: Eu não sei até que ponto a maçonaria interferiu realmente na hora de eu ser solto ou não pegar prisão preventiva, é até possível.

**TVP:** Bueno, fato é que não conseguiu interferir na hora em que você estava apanhando.

**SLB:** Não, nessa hora não interferiu. Nessa não teve como, dessa eu não escapei. É tão interessante isso que eu desconfiei de uma coisa. Quando eu fui solto, de uma maneira que eu acho que foi diferente dos outros até onde eu consegui perceber, eu fui chamado na sala do diretor do DOPS, o Pedro [Seelig] era diretor de investigação. E tinha o diretor do DOPS que era o Firmino Peres Rodrigues,<sup>151</sup> que tinha linha direta com o 3º Exército. Naquele momento ele estava afastado do DOPS porque estava fazendo curso na Escola Superior de Guerra, ele

---

<sup>151</sup> Na lista produzida pela Comissão Nacional da Verdade que aponta o nome de 377 agentes do Estado responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura militar consta: “**Firmino Peres Rodrigues** (1931) – Delegado de polícia no estado do Rio Grande do Sul. Foi chefe do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) na década de 70, quando o órgão esteve vinculado a casos de detenção ilegal, tortura e execução. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/veja-a-lista-dos-377-apontados-como-responsaveis-por-crimes-na-ditadura.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2015.



ficou seis meses lá. No lugar dele haviam colocado um cara, uma espécie de interino, adjunto, não sei, que se chamava Walter de Souza Pinto. Esse era mais formal com os presos, chegou em mim na primeira noite que eu estava lá, quando eu estava jantando depois de ter apanhado o dia inteiro, e disse: “Escuta, quando tu entrou na AP já era marxista leninista ou era católico?” Foi somente essa pergunta que ele me fez. E eu só dizia: “Eu não entrei na AP.” Quando ele entrava na carceragem durante o dia os carcereiros que estavam lá levantavam e faziam tipo uma posição de sentido, “chegou o diretor do DOPS”. Bom, o meu pai também foi da polícia, foi motorista policial e se aposentou como comissário. Quando eu fui solto, para a minha estranheza, eu fui chamado na sala do diretor e quando eu entrei na sala o meu pai estava com ele. Aí o diretor me deu alguns conselhos, do tipo: “Não te mete mais com isso, etc.” E saí com meu pai e fui embora. Acho que talvez aí possa ter também alguma ligação de maçom com maçom, no caso do diretor do DOPS com o meu pai. Mas é só desconfiança, não tem nenhuma certeza. Outra vez, quando eu estava preso, fui chamado em um sábado pela manhã pelo [Nilo] Havelha para ir até uma janela com ele, foi na janela da sala do Pedro [Seelig]. Porque o DOPS é um prédio quadrado com vários corredores, tem um pátio no meio, e por um dos corredores tu vais até o outro lado da rua. Porque aquilo ali é um quadrado na [Avenida] Ipiranga. Quando eu cheguei nessa janela dava para ver a janela do outro lado do pátio, no outro corredor do mesmo andar, o meu pai estava nessa outra janela lá do outro lado. O meu pai tinha ido até lá me levar algumas coisas e como ele era ex-policia – tanto é que eu apanhei muito também por ser filho de policial – ele conseguiu através de algum conhecido dele que eu aparecesse na janela para ele me ver. Eu abanei para ele e ele abanou para mim. Lembro que ele me abanou rindo e eu tive uma vontade de chorar, um soluço, e o Havelha do meu lado diz: “Comunista não chora!” Aí eu pensei: “Eu não vou chorar na frente desses caras mesmo. Vou segurar a onda. E segurei!” Esse negócio da maçonaria nunca foi algo muito claro para mim, apesar de ter certeza do episódio do meu emprego e no mais são desconfianças. A materialidade, de fato – como se diz em direito penal –, de não terem provas para me enquadrar na Lei de Segurança Nacional eu acho que teve uma contribuição direta desses meus amigos de infância. A ação deles não deixou produzir provas. Esses dias o Raul me disse para dar esse depoimento para o Paulo de Tarso, porque essa história é muito bonita, muito rica. Porque esses meus amigos não tinham nada haver com o assunto. Quando eu contei essa história para o Solon ele dizia que eles não tinham nem ideia do que poderia acontecer com eles se fossem pegos com aquilo. E não tinham mesmo, porque se bate a polícia naquele momento em que eles estão limpando o meu quarto eles seriam todos presos e apanhariam pelo que de fato não sabem. Quando eu saí da prisão eu via

alguns companheiros na rua e fazia que não via, ficava na minha. Porque eu estava sendo monitorado. E de vez em quando eu via por perto algum cara do DOPS que eu conhecia me monitorando. Esses irresponsáveis aí [referência ao Solon] que começaram a ir à minha casa no primeiro dia que eu saí. Eu não sei se para o DOPS tinha muito interesse, porque eles também eram monitorados. Então eles sabiam que esses não estavam comprometidos com nada ou vinculados com alguma atividade política. Ele [Solon], os Goulart, um pessoal de boemia que depois foi se acrescentando. Um ano depois que eu já havia sido solto aconteceu um episódio muito interessante. Eu comecei a trabalhar na IBM em janeiro de 1973 e o meu horário de trabalho era das 23 até as 8 da manhã. Então eu dormia durante o dia e a minha mãe me acordava em algum horário para eu comer alguma coisa e depois continuar dormindo. Um dia eu estou almoçando e alguém bate lá em casa. A minha mãe vai até o meu quarto e diz que tem dois policiais procurando por mim. Eu disse para ela mandar eles entrarem. Eles chegaram na minha casa com um “viúva”, colocaram a caminhonete branca e preta estacionada de forma bem ostensiva na frente da casa. Desceram os dois com os revólveres à mostra e me questionaram: “O que tu tem feito?” Aí respondi: “Eu tenho estudado e trabalhado de noite.” Eu estava matriculado no Direito, apesar de que a minha frequência não era das melhores. “E estás trabalhando aonde?” “Estou trabalhando na IBM das 23 as 8 da manhã.” “Muito bem! E está tudo bem contigo?” “Sim, tudo bem!” E foram embora. Daquele dia em diante, durante um mês, o meu pai me levava e me buscava na IBM fazendo essa espécie de segurança comigo para ver se os caras não me prendiam ou coisa parecida. Ele tinha experiência como policial. Eu lembro que falando contigo [Solon] na época, tu matou a charada. A questão é que os caras não estavam me vendo. Eles estavam acostumados a me ver em bar, andando pela rua e, de repente, eu sumi porque comecei a trabalhar ainda mais em um horário que me tirava da boemia e da rua. Os caras me perderam de vista e acharam que eu fui para a clandestinidade. E era possível! De vez em quando um de nós, apesar de ser preso pelo DOPS, voltava mesmo a se integrar em alguma atividade política e de maneira clandestina mesmo, porque não podia aparecer porque já estava queimado lá no DOPS. Mas foi isso que aconteceu.

**TVP:** Olha, da minha parte está suficiente. Agradeço muito pelo depoimento. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

**SLB:** Que é isso? Eu acho que essas coisas a gente tem que fazer, e cada vez mais.

**SV:** Cada vez mais!

## APÊNDICE E – ENTREVISTA COM MARIA JOSEFINA BECKER

### Transcrição da Entrevista com Maria Josefina Becker

Entrevista realizada em 24/03/2015

Entrevistador: Thiago Vieira Pires (TVP)

Entrevistada: Maria Josefina Becker (MJB)

Antes do início da entrevista – propriamente –, **Maria Josefina Becker** fez uma breve exposição sobre a forma como compreende a história e a conjuntura política nacional. Desta fala destacamos a parte final por entender que dialoga de forma direta com os objetivos que buscávamos atingir com a entrevista, ou seja, elementos de memória sobre a história da Ação Popular a partir do relato de ex-militantes.

“[...] Muita gente que foi de AP foi para o PCdoB, não todos, não foi toda a AP. Aquela história que o Aldo e o Haroldo contam é a história deles, mas não é a história da AP. A AP tem vários caminhos, vários trajetos. Um deles desembocou no PCdoB. Outras pessoas que foram de AP foram para o PT, outros PSB, até para o PSDB, vide o José Serra.”

**TVP:** Eu gostaria que você começasse me falando um pouco sobre a sua história, como se aproximada da AP...

**MJB:** A minha história de AP é a história da JUC. Eu fui do movimento estudantil – da JEC, que era secundarista – durante a década de 1960. A JEC e JUC já existiam desde o fim da década de 1950, até antes, mas era algo um pouco diferente. Houve uma mudança no fim da década de 1950 – 1959, 1960, 1961 –, uma mudança muito grande na militância, sobretudo, da JEC, da JUC e da JOC. Essa mudança foi resultante de todo um movimento que houve em parte da igreja, na parte da igreja que era mais progressista, que trazia ideias de renovação do cristianismo através do engajamento nas necessidades populares. Dentro disso, também houve um trabalho no campo. Esses grupos jovens de ação católica começaram a militar a partir dessa ideia do engajamento. O nosso objetivo não era converter pessoas ao catolicismo, mas ser uma presença que simbolizasse transformação e compromisso com os mais pobres. É aí que começam a surgir aquelas ideias de teologia da libertação, vem o movimento dos padres operários na França – que era um movimento de padres que iam morar em favelas, em periferias e trabalhar em fábricas para se aproximarem mais dos pobres. O que não deixa de ser uma forma de militância progressista que se afirmava como não-comunista, não-marxista,

digamos assim. Em um primeiro momento havia uma ideia de que nós éramos pessoas que, digamos assim, acreditávamos em deus, que éramos cristãos. A nossa identificação era com uma perspectiva religiosa não alienante, uma religião que se identificava com as questões populares e que era contrária àquela ideia do Marx de que a religião era o ópio do povo. Nós queríamos mostrar o contrário disso, que a religião poderia ser o fermento da massa. Aquela ideia de fermento que faz a massa crescer e lutar pelos seus direitos para viver melhor.

**TVP:** Essas eram ideias inspiradas no “humanismo cristão”?

**MJB:** Isto! Nós pegávamos do evangelho, por exemplo, o “sermão da montanha” e trabalhávamos a ideia de que Cristo estava ao lado dos pescadores, dos mais humildes, que expulsou os vendilhões do templo; que andava com prostitutas, com pessoas do povo. Enfim, essa ideia de que Cristo seria a transformação do mundo a partir do reconhecimento do “outro” como sendo uma pessoa com direitos. Partindo dessas ideias fomos para a luta e na luta formaram-se grupos. Dentro da JUC apareceu a ideia de que éramos um órgão de igreja, inclusive vinculada à ação católica, e por isso não poderíamos ser um partido político. Devido a essa condição começamos a formar equipes de política, equipes para discutir o engajamento político, que seguia vinculado a JUC. Mesmo vinculados a JUC as equipes de trabalho político que começam a surgir não se identificavam, necessariamente, com a JUC. Era um braço avançado, vamos dizer assim.

**TVP:** Essa é uma demanda que surge dentro do próprio grupo que começa a perceber algo político para além do evangelho, digamos assim?

**MJB:** Exatamente! O próprio grupo começa a buscar outras formas de engajamento. Mas é muito engraçado o que acontece no movimento estudantil, porque tinha a direita que era o pessoal – muitos deles – vinculados a igreja – não à ação católica –, mas a movimentos mais reacionários da igreja. Eram vinculados a uma elite financeira, pessoas mais ricas que tinham medo do comunismo. Nós não tínhamos medo do comunismo, achávamos que o comunismo era equivocado porque era ateu. Não achávamos que o comunismo fosse um perigo, até porque queríamos transformações muito parecidas com o comunismo, porém, com a presença da fé, de deus, enfim. Dentro da esquerda estudantil tinha a JUC que, majoritariamente (não a JUC como um todo, mas nós que militávamos na política universitária), foi criando a AP. Tinham os marxistas – que não eram todos ligados ao Partido Comunista – que eram ligados à diversos grupos, mas que nós chamávamos de “os comunistas”. Então tinham “os da JUC”, “os comunistas” e ainda havia um terceiro grupo que eram “os independentes”. Os independentes eram pessoas de esquerda, não religiosos e que não se identificavam com os comunistas; eram socialistas, progressistas, etc. Hora faziam alianças conosco, hora faziam

aliança com os comunistas. Muito longe de tudo isso existia a direita, que era uma coisa amorfa, horrorosa. Nessa época nós tínhamos muita desconfiança com a política partidária oficial. Claro que na legalidade toda a nossa turma se identificou, foi para a rua apoiar o Brizola, aquela história toda. Com a ascensão do Jango houve várias discussões dentro da esquerda e da própria AP se deveria se participar do governo Jango ou não. Porque nós não éramos do PTB, nós achávamos esse partido muito equivocado, que tinha muita gente de direita lá dentro, tinha latifundiários e o próprio Jango, que a gente desconfiava.

**TVP:** O que era a referência política de vocês já que nem o comunismo e nem o governismo (representado pelo PTB) eram?

**MJB:** Era algo como um socialismo utópico. A nossa referência era fazer a revolução. Nós queríamos uma mudança estrutural da sociedade. Nós adorávamos a revolução cubana, era uma maravilha. Fidel Castro era uma referência. A gente não tinha grandes referências além de Cuba que fez o que fez, era uma maravilha, uma utopia. Acho que simpatizávamos mais com a China do que com a Rússia. Nós não gostávamos de Stalin, stalinismo não! A China parecia algo mais interessante, tanto que muitas pessoas da AP foram para a China depois do golpe, para fazer formação, etc. Não havia nenhum país que fosse “a referência”, a não ser Cuba porque era algo romântico. Nós tínhamos uma referência, nós nos considerávamos revolucionários e não reformistas; nós queríamos mudanças estruturais na sociedade. Nós queríamos uma sociedade socialista, digamos assim, mas não aceitávamos aquela coisa stalinista de que todo mundo tinha que pensar igual. Nós acreditávamos que tinha espaço para um “humanismo cristão”. Era uma coisa meio confusa, para te dizer a verdade. Tinham algumas questões de reflexão com base nas ideias do padre Henrique de Lima Vaz, que era um jesuíta mineiro que, inclusive, morreu há pouco tempo. Ele era um dos nossos “gurus” em termos de filosofia e ideologia. Ele tinha todo um conceito de consciência histórica que se resumia em transformar a sociedade levando em consideração a história e um ideal utópico que seria uma sociedade de igualdade e de identificação com o espírito cristão. Mas não era uma ideia de cristandade, não era a ideia de uma sociedade cristã em que todos fossem católicos, não era essa a ideia. A ideia era de uma sociedade justa e solidária onde houvesse liberdade de opção, não seria obrigado a ser católico ou ser de AP. Tanto que tinham pessoas de AP que não eram cristãs. Eu tinha uma grande amiga que era judia e era de AP e não tinha nada haver com a JUC, embora fosse amiga de todos nós. A AP foi fundada em 1962, mais ou menos, onde foi lançado um documento de base da AP que afirmava a revolução. Qual era a diferença entre reforma e revolução? Não era tanto a questão da luta armada, era mais a questão de que a transformação da sociedade partia pela transformação das suas estruturas, ou

seja, era necessário destruir a estrutura capitalista e criar uma estrutura onde às pessoas, onde o povo fosse dono do poder. A reforma agrária, por exemplo, era uma das bandeiras que simbolizava isso, a divisão das riquezas, também.

**TVP:** As reformas de base propostas pelo Jango – apesar da acunha de reforma – não simbolizavam de certo modo essa transformação das estruturas?

**MJB:** Claro, em um momento muitas pessoas de AP foram trabalhar no governo do Jango, no Ministério da Educação, no Ministério do Trabalho, o Almino Afonso, Paulo de Tarso... Eu mesmo tinha algum engajamento. Eu era estudante universitária e eu trabalhava na proposta de Paulo Freire, cultura popular e alfabetização de adultos. Eu dei cursos de “método Paulo Freire” pelo interior do país. A minha ideia enquanto estudante de serviço social era me formar e trabalhar nas comunidades organizando o povo, alfabetizando, criando mecanismos de cultura de participação, etc. Nós tínhamos um movimento de cultura popular em que nós trabalhávamos nas vilas fazendo teatro, música e um monte de outras coisas.

**TVP:** Essas atividades estavam ligadas a proposta da “UNE volante”?

**MJB:** A “UNE volante” era muito inspiradora desse movimento. Quando a “UNE volante” esteve aqui nós já tínhamos atividades, porque a UEE era da AP assim como a UNE, na época, estava com a AP. Nós tínhamos um grupo que fazia as canções e tudo mais. A UEE volante funcionou também nessa época. Tinha aquela “canção do subdesenvolvido”, aquelas músicas todas da UNE a gente fazia também.

**TVP:** Em meio ao que você está falando eu fui anotando algumas dúvidas. A primeira é como era a relação com a igreja? Até porque a ação católica que comandava a ação das juventudes católicas (JEC, JUC, JOC, etc.) estava ligada a hierarquia da igreja.

**MJB:** Sim! Da JUC, da JEC, sim. Isso mesmo.

**TVP:** A outra questão é como o marxismo foi se aproximando de vocês e, talvez, se confrontando ou disputando espaço como humanismo cristão?

**MJB:** Nesse ponto os caminhos não são tão coletivos, necessariamente. Teve pessoas que continuaram na AP sendo cristãos. A questão é que em um momento o marxismo passou a ser possível dentro das nossas cabeças. Nós poderíamos ser marxistas sem aderir ao materialismo histórico dialético. Como método, sim. Mas não... Como eu posso te dizer? Na utopia marxista não tinha lugar para deus. E na nossa utopia teria lugar para deus, para a presença de Cristo. Essa era uma diferença que no fundo não era uma coisa tão diferente assim. Mas o que aconteceu foi o seguinte: Enquanto nós estávamos na democracia, até o golpe, havia muitos padres e até bispos dando força para nós militarmos, fazermos o que vínhamos fazendo. Nesse momento a própria igreja já estava dividida, uma parte dela, a hierarquia, apoiou o golpe.

Aqui no Rio Grande do Sul o Dom Vicente Scherer apoiou o golpe. Isso fez com que houvesse uma ruptura com a igreja, em determinado momento a JUC fechou e nesse momento muitas pessoas já estavam formadas e não estavam mais em JUC. Apesar disso muitas pessoas seguiam trabalhando em torno do que era a JUC, a Nilce [Azevedo Cardoso], por exemplo, continuava trabalhando na JUC e depois passou para a AP. A hierarquia da igreja, depois de ter incentivado os militantes a fazerem a luta política, se assustou e abandonou a militância que os próprios padres e bispos haviam estimulado. Com o golpe as coisas começaram a ficar muito perigosas. Nós continuávamos nos reunindo, mas em certo momento houve grandes divisões. Algumas pessoas tiveram que ir embora do país, outras acreditaram na luta armada. Algumas pessoas foram lutar no Araguaia, tinham muitos militantes de AP no Araguaia. O nosso amigo e companheiro [João Carlos] Hass, por exemplo, foi para o Araguaia fazer guerrilha. Outras pessoas foram fazer militância em meio aos operários, a Nilce foi uma que se engajou na clandestinidade e foi trabalhar em fábricas, ocultando a sua condição de militante e fazendo trabalho político com os operários. Tiveram pessoas que foram presas, torturadas e exiladas. Tiveram pessoas que ficaram perdidas. Houve muitas pessoas que continuaram a sua militância dando infra-estrutura para as pessoas que precisavam fugir, ajudando as pessoas que estavam fugindo do Brasil.

**TVP:** Em alguma entrevista que realizei surgiu a informação de que havia três níveis de militância. Uma escala de divisão que se dava entre o militante orgânico, o apoiador e o simpatizante.

**MJB:** Não sei dizer se havia uma divisão tão clara assim para nós naquela época. Tinha os apoiadores que eram as pessoas que não foram para a clandestinidade, mas que clandestinamente ajudavam o pessoal. Esses eram os apoiadores. Os simpatizantes eram os que não sabiam bem o que estava acontecendo, mas ajudavam com dinheiro, por exemplo. Os simpatizantes eram pessoas que contribuía. Tinham pessoas que faziam um apoio real, digamos assim. Pegavam o seu carro, colocavam as pessoas dentro, levavam para onde fosse necessário. Eu me lembro de algumas pessoas que ficaram escondidas no porão da Igreja da Conceição e nós levávamos comida e roupa para essas pessoas. Nós fingíamos que estávamos indo rezar na igreja para poder entrar sem levantar suspeitas e deixar as coisas para o pessoal que estava escondido no porão. Mas as coisas foram ficando ainda mais perigosas e complexas. Nessa época tinham muitos grupos clandestinos que foram se formando e fazendo ações diferentes. Como eu disse no início, tiveram pessoas que assumiram um caminho com o PCdoB, entre eles o Aldo [Arantes], o Haroldo [Lima] e mais um monte de gente. A Mara

[Antonia Mara Vieira Loguécio], que é minha amiga, foi para o PCdoB. Nessa linha também estavam o pessoal que foi para o Araguaia.

**TVP:** Vou aproveitar que você entrou nesse ponto para te perguntar sobre essas rupturas que houveram na AP. Pelo que tenho lido e pelas entrevistas que tenho feito é possível perceber ao menos três momentos: A conformação da AP a partir da experiência cubana e da influência marxista, a AP-ML que marca uma identificação com o marxismo-leninismo e com maoísmo e a...

**MJB:** Sim, aí teve a AP-ML (Ação Popular Marxista-Leninista) já rompida totalmente com a igreja, com a JUC, com a ação católica e tudo mais, que continuou militando e se organizando. Uma parte desses foi para a luta armada e dentro dos que foram para a luta armada uma parte foi para o PCdoB e outra não. Aí também tiveram os que não foram para a luta armada, mas foram para a clandestinidade para fazer o trabalho operário. Muitas pessoas não aderiram à luta armada e continuaram trabalhando e militando na clandestinidade, mas não se armaram. Houve alguns que se armaram.

**TVP:** Esse seria o terceiro momento que eu iria apontar que, me parece, está mais ligado a postura maoísta da integração na produção e, depois, à ideia de que já existia no Brasil um Partido Revolucionário, que seria o PCdoB.

**MJB:** Sim, exatamente, nessa linha meio maoísta de integração na produção teve muita gente. O Betinho, por exemplo, fui um dos que foi para a integração na produção, foi para Santos. A Nilce também... Aí você vê nas histórias das pessoas. Porque esse pessoal da integração na produção não é o pessoal da luta armada. Foram presos e torturados como todos, mas não eram da luta armada.

**TVP:** Uma questão que tem me inquietado é que alguns militantes da AP vão para a China em 1966, e a integração na produção se consolida mais ou menos em 1968/1969, assumindo definitivamente a influência maoísta. A própria Nilce sempre fala do livro vermelho do Mao e da influência do maoísmo, mas isso a partir de 1968 que é onde ela começa a viver a clandestinidade. Mas aí a memória dela não tem uma linearidade devido a tudo o que ela passou e não consigo entender claramente como foi o processo de integração na produção e os desdobramentos da influência maoísta.

**MJB:** A Nilce é uma pessoa que foi muito torturada e depois que ela saiu da prisão ela passou um longo tempo com amnésia, ela perdeu parte da memória. Agora, veja bem, a Nilce é uma militante do período já de luta contra a ditadura. A AP não nasceu depois da ditadura, ela nasceu bem antes, ainda durante o período democrático. Inclusive faz história durante o



período democrática ao tomar conta da UNE, da UEE, etc. Nós fomos hegemônicos no movimento estudantil brasileiro.

**TVP:** Seria possível dizer que a AP é a organização de esquerda que entra mais fortalecida no período da ditadura, visto a organização prévia da sua inserção no movimento estudantil, por exemplo, e do seu quadro militante consolidado?

**MJB:** Sim, tinha uma militância consolidada. E nesse sentido a JUC era um fator de grande apoio porque tinha aqueles padres progressistas, aqueles professores, intelectuais que estavam do nosso lado, digamos assim. Na greve de 1/3 – que foi a grande luta que nos engajamos – em 1962 eu vivia mais tempo dentro do Centro Acadêmico do que dentro das aulas da faculdade. Foi uma loucura o que nós trabalhamos por essa greve. Nós contamos com o apoio de alguns professores, como o professor [Ernani Maria] Fiori e o professor [Leônidas Rangel] Xausa, por exemplo. Tinha alguns professores da universidade que eram pessoas que apoiavam a nossa luta. Então a AP tinha respaldo também entre esses padres progressistas, como o Lima Vaz, que era uma pessoa muito interessante. Dentro da própria AP tinha figuras como o Betinho, Luís Alberto Gomes de Souza, Henrique Novais, pessoas que pensavam muito sobre as coisas da sociedade e do movimento. A JUC era muito articulada, tinha equipe nacional, equipe regional, núcleos de base, equipes de base por faculdade. Então depois essas equipes, essa forma de organização, influência a organização do movimento por fábricas, por vilas, etc. Essa era um tipo de organização por estrutura que a JUC tinha. Essas formas de organização, essas estruturas de organização, já eram vivenciadas pelo pessoal antes de 1964. Ou seja, a organização recebe o golpe já com vivências de organização, tanto os que foram para a AP, como os que não foram. Nós tínhamos os encontros nacionais de JUC em que se reuniam pessoas do Brasil inteiro. Eu me lembro de um encontro nacional que aconteceu em Aracajú em 1963 que foi uma loucura de gente. Inclusive, nesse encontro nacional teve um curso que foi dado pelo padre Vaz sobre “consciência histórica”. Saindo desse encontro nacional de JUC em Aracajú nós fomos para um encontro de AP que foi em Salvador. Então havia uma relação muito orgânica entre a JUC e a AP, apesar de nem todo jucistas ter ido para a AP, a maioria dos militantes de AP tinham origem na JUC. A AP foi criada dentro da JUC!

**TVP:** Esse encontro que foi realizado em Salvador tem algo haver com o que comemorou os 10 anos da JUC?

**MJB:** Não, o de 10 anos foi realizado em Natal, eu acho que foi em 1961. Esse é um pouco antes da criação da AP. A AP surge mesmo em 1962/1963.

**TVP:** Segundo o livro do Aldo Arantes e do Haroldo Lima, em junho de 1962 foi realizado em Minas Gerais a segunda reunião de fundação da AP. Em fevereiro de 1963, na Bahia, foi

realizado o I Congresso da AP, onde foi aprovado o documento base. Acho que fiz alguma confusão quando falei da comemoração dos 10 anos da JUC.

**MJB:** Sim, o Congresso de 1963 é o de Salvador, o mesmo que aprova o documento base. Inclusive, um dos redatores do documento base foi o Betinho. O Betinho era um dos grandes líderes, era uma referência intelectual e carismática, um grande militante. Vou te contar uma historinha... Aqui ao lado desse edifício onde eu moro hoje tem uma casa que era a casa onde eu morava na infância junto com meus pais e meus irmãos. Os meus pais moraram nessa casa até falecerem a alguns anos atrás. Nós fazíamos reuniões de JUC, reuniões da turma, reuniões festivas, nas nossas casas, não só na minha, como na de outros também. A AP no Rio Grande do Sul foi fundada na minha casa, esta que estou te falando que fica aqui ao lado, em uma reunião com o Betinho. Foi uma coisa muito interessante. Depois de tudo, quando houve a redemocratização, eu fui morar em Brasília. Isso foi no ano de 1985. Esse foi o ano do grande movimento, foi depois que fracassaram as “Diretas Já”, depois veio à eleição do Tancredo, a nova república e, devido a isso, muitas pessoas foram para Brasília. Inclusive eu, que fui para trabalhar lá. Nós não gostávamos do Sarney, mas achávamos que tínhamos que fazer alguma coisa no governo. Depois houve a Assembléia Nacional Constituinte em que eu fui lobista do Movimento dos direitos da criança e do adolescente. Lá trabalhei muito e conheci todo o congresso. Mas o que eu queria te contar é outra história... A Angélica [Maria Angélica Martins Duro], que também era uma das fundadoras da AP e que também estava morando em Brasília nessa época – foi uma grande amiga que faleceu há uns sete anos. Nós éramos muito amigas, fui madrinha de casamento dela, eu era base da Angélica naquela época, digamos assim. Ela também estava nessa reunião de fundação da AP que foi na minha casa. Em 1985 – ano em que foram muitas pessoas para Brasília, como eu te disse – a Angélica já morava lá. A Eva e o Vicente Faleiros – que tiveram no exílio muitos anos – também já moravam em Brasília. Eu fui para Brasília, a Carmem [Craidy] – que também é uma grande amiga – também estava em Brasília. Então houve uma grande festa na casa da Angélica, onde também estava presente o Marco Antônio – grande amigo que havia sido vice-reitor da UnB e que estava morando em Paris – e o Betinho. Eu não via o Betinho desde os anos 1960! Aí eu falei para ele: “Betinho, eu não sei se tu lembras de mim!?” e ele respondeu: “Mariazinha Becker! Como é que eu vou me esquecer se nós fundamos a AP na sua casa nos anos 1960?” Essa foi uma época dos reencontros, foi uma época de muitas emoções para todos nós. Porque, na verdade, nós entramos em uma diáspora. Eu, por exemplo, tive algumas sortes... A minha turma fazia um trabalho dentro da Secretaria de Educação – esse trabalho de alfabetização de adultos e cultura popular. Eu iria ser nomeada como delegada do MEC para o Plano Nacional

de Alfabetização que estava sendo montado. Eu iria ser a Coordenadora do Plano Nacional de Alfabetização no Rio Grande do Sul. Eu e a minha turma trabalhávamos dentro da Secretaria de Educação, o que era algo muito estranho. Naquele momento o governador era o Ildo Meneghetti – do PSD – que estava sucedendo o Brizola. A diferença entre os dois eu nem preciso dizer. Na divisão de cultura da Secretaria da Educação tinha pessoas progressistas além de nós, a Otília Fiori, eu, Eva Silveira – que depois de se casar com o Vicente virou Eva Faleiros –, Geraldo Fagundes... Quem trabalhava lá também era o Rui Carlos Osterman, que depois foi caçado da universidade e virou jornalista esportivo porque tinha esposa e filhos para criar.

**TVP:** Em que ano aconteceu isso que você está me contando?

**MJB:** Bem, eu estou te contando episódios que acontecerem entre 1962/1963, talvez início de 1964. Como o governo federal era “o governo” eles mandavam recurso para nós fazermos esse trabalho de cultura popular e isso de fato acontecia lá dentro da Secretaria mesmo ela sendo uma Secretaria de Educação de um governo que depois apoiou o golpe. Mas na época, em 1963, nós nem imaginávamos que haveria um golpe e fazíamos o nosso trabalho lá dentro e era uma coisa muito interessante. O nosso chefe era uma pessoa, como eu posso te definir? Ele era uma pessoa juscelinista! Ele era do PSD e adorava o Juscelino [Kubitschek], na época ele estava fazendo campanha pelo “JK 1965”. Esse era o objetivo dele, “JK 1965”. Quando veio o golpe muitas pessoas foram presas e, inclusive, o Juscelino, no início, apoiou o golpe. E esse nosso chefe, também apoiou. Só que ele tinha uma enorme amizade conosco, ele nos achava idealistas, gente do bem. Tinha a Otília Fiori, a Eva, a Branca, era uma turma de pessoas muito ligadas, que faziam um trabalho muito bonito, esse trabalho de alfabetização Paulo Freire que eu coordenava e também o trabalho de cultura popular que nós fazíamos nas vilas. Esse era um trabalho que para nós circulava entre a militância e a profissão. Eu era estagiária, não estava formada ainda, mas fazíamos isso como uma forma de militância e também como atuação profissional. Era uma forma de se preparar para depois seguir trabalhando dessa forma. Tu acredita que ele pegou todo o nosso material e levou para a casa dele? Quando o pessoal do exército chegou lá para nos prender não tinha mais nada. Ele só deixou coisas sem importância e disse para eles: “O pessoal trabalha aqui, eles fazem música e outros trabalhos nas vilas, etc.” Foi graças a isso que nós não fomos presos. Até porque no início havia certo pudor em prender as pessoas sem um flagrante delito, ainda não se prendia só por “ouvir dizer”.

**TVP:** Você acha que nessa época já havia algum tipo de investigação sobre vocês?

**MJB:** Sim, com certeza. Até porque o nosso trabalho era subversivo, mas como não tinha provas eles não nos prenderam. Depois disso cada um foi para um lado. Eu fui fazer outras coisas, me formei, fui trabalhar na minha área. Eu não quis mais trabalhar em comunidades, porque era impossível, não podia. Se eu fosse trabalhar do jeito que eu sabia certamente seria presa. Eu também não precisava ser uma agente provocadora.

Aí eu fui trabalhar no juizado, que era um espaço onde eu iria trabalhar com crianças e adolescentes infratores, adoção, essas coisas. Dentro da minha cabeça eu achava que deveria trabalhar em alguma função neutra onde pudesse ajudar as pessoas sem ter que me meter diretamente em política. Do ponto de vista político eu fazia esse trabalho de apoio, não fui para o trabalho clandestino. Por sorte eu não fui presa. Na PUC nós também corremos riscos, eu, a Eva, a Ida... Mas os padres tinham tanta vontade de nos ver fora da PUC que conseguimos nos formar sem maiores problemas. Em compensação, eu fiz um curso de especialização – porque mestrado naquela época era muito difícil, ainda mais na minha área – e havia uma professora que era minha amiga e queria que eu fosse trabalhar na PUC, para começar a construir uma carreira. Mas aí não, aí eu fui impedida. Houve um conselho da congregação, dos reitores, e aí não passou: “Essa não! Essa mulher não, ela é muito de esquerda, ela é comunista, não pode.” Então essa carreira universitária que eu poderia ter começado naquela época eu só fui retomar depois, só fui dar aula na universidade na década de 1980. Era uma repressão sistêmica. Os militares não tiveram que fazer muito esforço porque eles tinham muitos apoiadores, basta ver o que eles fizeram na UFRGS.

**TVP:** Como você vai reorganizando a sua vida durante esse período da redemocratização? Você mantinha alguma vinculação política?

**MJB:** Eu trabalhei na campanha da revogação da Lei de Segurança Nacional, na campanha pela Anistia, eu era do movimento feminino do MDB que era o único partido que podia existir. Eu tinha alguma atuação. Tinha amigos que eram do PCdoB, outros que eram do Partidão [PCB], algumas pessoas que eram da nossa antiga militância. Estava praticamente todo mundo no guarda chuva do MDB, todo mundo ali. Depois virou PMDB e alguns continuaram, mas aí eu não me filiei. Cheguei até a participar de algumas reuniões, como a de fundação do PSDB lá em Brasília, logo que surgiu a ideia. Tinham algumas pessoas muito interessantes que queriam romper com o MDB, mas no fim eu fiquei fora dos partidos políticos. Eu cheguei a ser do MDB, isso sim.

**TVP:** Eu te pergunto isso porque ao entrevistar os ex-militantes de AP tenho percebido que cada um foi para um lado. Alguns foram construir o PT, outros foram para o PDT, etc.

**MJB:** Essa nossa amiga, a Carmem, também esteve próxima do PDT, a Nilce foi para o PT, o Raul Carrion foi para o PCdoB e o irmão dele foi para o PDT. Ele era do MDB e depois foi para o PDT, o Francisco, aquele que faleceu. Quando houve a redemocratização as pessoas foram se reorganizando. Às vezes depende muito de afinidades pessoais, do grupo que está mais próximo, e assim as coisas vão se acomodando. Na verdade tu encontras hoje, dos nossos companheiros daquela época, atuação em diferentes espaços. Nós temos um grupo do qual a Nilce faz parte, e também, a Carmem, o Grassi, o Loss e mais algumas pessoas. Todos que foram companheiros de militância universitária. Alguns deles foram de AP, outros não. Alguns foram ligados à JUC, outros são independentes, eram ligados aos antigos independentes. Nós temos essa turma que se reúne e, como sempre falamos, nós nos reunimos para beber e salvar o Brasil. Nós nos reunimos nas casas das pessoas para discutir política. Nós fizemos várias coisas, inclusive. Nós chegamos a criar um Instituto Brasileiro de Ação Popular (IBRAP) com militantes daquela época que se re-encontraram. Isso foi no final da década de 1990, início dos anos 2000, por aí. Nós trabalhamos no Fórum Social Mundial de Porto Alegre – nos três primeiros. Eu fui do Comitê de organização desde o primeiro Fórum. Nós organizamos muita coisa, mesas, trabalhos, etc. Com isso nós conseguimos reunir muita gente dessa antiga militância dos anos 1960, foi impressionante o que trabalhamos. Depois eu fui, inclusive, para o Fórum que aconteceu na Índia, em Mumbai. Eu e o Vicente, que é um amigo nosso que mora em Brasília. Nós apresentamos um trabalho naquele Fórum. Então nós continuamos com certo tipo de militância através desses reencontros depois da redemocratização. Nós também participamos da campanha do Lula, da Dilma, do Tarso. Dois do nosso grupo foram do Conselhão do Tarso. Muitas pessoas também trabalharam no governo do Olívio. Nós seguimos nos reunindo de vez em quando, agora na campanha do Tarso nós fizemos muita coisa. Eu tenho uma ideia assim: Quem foi jovem e militante nos anos 1960 tem uma marca. Eu acho que os anos 1960 foram muito importantes, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Eu já tive a oportunidade de me encontrar com pessoas de vários lugares do mundo. Eu viajei muito, fiz muito trabalho no exterior, consultorias, encontros, etc. Como eu havia participado da Assembléia Nacional Constituinte como lobista e também por saber Inglês, Francês, Espanhol, eu participei de um Conselho Mundial dos Direitos da criança em Genebra. Acabei viajando pelo mundo inteiro nesse trabalho de militância pelos direitos da criança. Nessas viagens eu encontrei muitas pessoas de outros países, da Argentina, do Chile, dos Estado Unidos, da Europa. Essas pessoas que fazem parte da geração que foi jovem durante os anos 1960 têm uma identidade. Isso aconteceu no mundo inteiro. Foi a abertura da juventude! Teve o maio de 1968 na França, aqui no Brasil, nos

Estados Unidos... Em um dado momento eu ganhei uma bolsa e fui para os Estados Unidos, isso foi em 1967/1968, por aí. Em Nova Iorque eu me reuni com um grupo que estava militando contra a guerra do Vietnã. Era um pessoal que queimava as carteiras de alistamento, as convocatórias para a guerra, faziam manifestação contra a guerra no Vietnã, eram jovens como eu. Depois, em um Seminário que eu participei na Europa, me encontrei com um rapaz, um americano da Califórnia. Ele tinha a minha idade e viveu as mesmas experiências. Ele tinha ideias muito semelhantes às minhas. Então isso que aconteceu na década de 1960 marcou o mundo inteiro. A França, a Alemanha, enfim, foram muitos países que viveram essa história. Essa foi uma época também de revolução de costumes, época da pílula, época em que as mulheres passaram a lutar por direitos iguais aos dos homens e a participar politicamente. Tu não podes imaginar o que era... Eu fui adolescente no fim da década de 1950, era uma coisa terrível. As meninas tinham todas que casar virgens e os meninos, ao contrário, não tinham que casar virgens. Eram todos devidamente levados as casas de mulheres pelos seus pais, pelos seus padrinhos, pelos seus tios. Então essa evolução da luta das mulheres como participantes foi muito marcante. Não que antes não houvesse, sempre houve mulheres interessantíssimas, mas a massa do mundo feminino só começou a participar amplamente a partir da década de 1960. Foi aí que as mulheres assumiram maior protagonismo nessas lutas. A década de 1960 foi um divisor de águas. E também é a década em que se criou a AP, a década em que houve o golpe, a década em que tantas pessoas se perderam por aí, mas que, enfim, se reencontraram. Os reencontros foram coisas muito interessantes. Agora estamos todos meio estremevidos com as coisas que estão acontecendo, mas continuamos firmes, os velhinhos continuam firmes. O pessoal que tem 70 anos está na ativa. Tem momentos, determinadas reuniões e discussões, em que eu me assusto. Recentemente nós fomos a uma reunião convocada pelo Sindicato dos bancários, na CUT. Uma discussão sobre a situação atual com o Flávio Koutzii e com o Raul Ponte. Eu fiquei muito impressionada com a quantidade de pessoas da minha idade e como havia poucos jovens na discussão política. Não que os jovens não estejam, mas às vezes eu acho que essa história de internet aliena um pouco, as pessoas acham que militam através do *facebook*. Bom, essa conversa comigo pode não ter te acrescentado muito, mas pelo menos te deu uma ideia desse processo que houve. Como a AP se organizou e como ela teve início. Ela foi criada a partir de uma necessidade dos jucistas de terem um engajamento político. Esse engajamento político, na medida em que foi se estruturando e resultou na criação da AP, foi levando, gradativamente, a um distanciamento da origem hierárquica católica jucista. Muitos não romperam nunca com isso e continuam até hoje católicos, até isso tem. Outros tiveram

rupturas maiores, inclusive ficaram muito abalados depois que houve essa rejeição por parte da hierarquia da igreja a toda essa geração. Foi assim que muitas pessoas romperam com a igreja e acabaram aprofundando seus estudos sobre política e ideologia. Essas pessoas, muitas delas, acabaram aderindo ao marxismo e, algumas, inclusive, foram para a luta armada. Outras entraram na clandestinidade não armada. Houve, também, os que ficaram fazendo esse trabalho de “meio de campo”, de apoio, assim como tiveram os que caíram na vida e quando voltaram, voltaram pela direita. Apesar de que de direita, direita mesmo, não foi muita gente. O próprio [José] Serra, depois do exílio no Chile eu acho que ele foi para os Estados Unidos. Ele só foi assumir essas posições [de direita] depois. O próprio PSDB é uma questão engraçada. Porque parece uma questão de lei da gravidade, quer dizer, como o PT era de esquerda o outro, para ser forte, tinha que ser de direita. Mas nesse sentido eu já li muita coisa interessante de cientistas políticos mostrando que a origem do PSDB não é a origem dos partidos de direita. A origem do PSDB não é a Arena, é o MDB e a esquerda do PMDB. Como uma reação ao fisiologismo do PMDB. Nasceu assim o partido e depois as coisas vão acontecendo desse jeito que você está vendo.

**TVP:** Bom, eu te agradeço muito pela atenção e pela receptividade. Tenho certeza que a entrevista contribui em diversos aspectos para a pesquisa que venho realizando. Você gostaria de acrescentar alguma questão?

**MJB:** Não, eu acho que é isso. Acho que você deve conversar com outras pessoas também. A Carmem, por exemplo, tem um caminho diferente. Ela estava no Rio de Janeiro quando houve o golpe, ela era da equipe nacional da JUC. Então ela sofreu outro tipo processo. Ela nunca foi uma militante tão forte de AP porque ela ficou mais na JUC. Depois ela foi trabalhar em São Paulo e acabou tendo que se exilar. Ela morou muito tempo na França.

**TVP:** Claro, vai ser bem importante entrevistar a Carmem. Inclusive já tenho uma conversa agendada com ela e com outros militantes da época, também.

## APÊNDICE F – ENTREVISTA COM ANTONIA MARA VIEIRA LOGUÉRCIO

### Transcrição da Entrevista com Antonia Mara Vieira Loguércio

Entrevista realizada em 29/03/2015

Entrevistador: Thiago Vieira Pires (TVP)

Entrevistada: Antonia Mara Vieira Loguércio (AMVL)

Antes do início da entrevista propriamente, **Antonia Mara Vieira Loguércio** fez uma fala que consideramos muito importante e por isso está transcrita aqui:

[...] Na AP, por exemplo, nós tínhamos um acordo... Em algumas organizações se dizia: “Aguenta três dias”. Esse era o tempo para reorganizar. Como nós éramos uma organização muito pobre e tínhamos uma ramificação muito grande no Brasil, nós não tínhamos condições de fazer isso – em três dias mudar tudo. Quando veio o AI-5 e tudo ficou ainda mais complicado – nós já estávamos com o processo de “integração na produção” – o importante era não saber de informações além das necessárias. “Você não tem que saber onde mora esse ou aquele militante.”. O José Carlos da Mata Machado um dia me contou: “Mara, em Minas [Gerais] foram presas 17 pessoas, não por causa do liberalismo, mas pelo azar.” Aí eu disse: “Espera que essa palavra me fez mal ao ouvido... Azar?” E ele me disse: “Sim, ‘eles’ seguiram uma companheira nossa que passou em uma casa, saiu e foi para outra casa.”. “Eles” sentaram nas duas casas e em dois dias pegaram 17 pessoas. O que essas pessoas estavam fazendo nessas duas casas? A norma era não saber, não visitar ninguém. Não saber onde os outros moravam. Dessa forma podiam me matar perguntando que eu não iria saber o que dizer.

**TVP:** Um dos motivos que me fizeram solicitar essa entrevista com você é o fato de que várias pessoas da sua família também integraram a AP e foram perseguidas, presas e torturadas. Por exemplo o Paulo de Tarso, o José...

**AMVL:** Sim, o José é meu irmão e o Paulo de Tarso é meu primo-irmão. O meu pai era irmão da mãe dele e a minha mãe era irmã do pai dele. Tanto que o sobrenome deles é “Loguércio Vieira” e nós somos “Vieira Loguércio”. Teve também a Eliana, que era irmã do Paulo, que foi perseguida, mas não sei se ela chegou a ser presa ou só fugiu. Acho que ela não foi presa porque fugiu para o Uruguai.



**TVP:** Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre o início da sua vida política, o que te levou a militância, se havia alguma influência familiar?

**AMVL:** Bom, eu tenho 68 anos de idade e tenho 55 de militância política ininterrupta. Na verdade foi interrompida durante 14 anos e meio devido às funções de Magistratura que eu exerci. Eu chamo esse período de “exílio da Magistratura”. Claro, durante esse período eu fazia a política da Entidade, mas não política partidária. A minha militância política começou com o Movimento da Legalidade em 1961, quando eu tinha 13 anos de idade. Comecei durante o Movimento pela Legalidade porque eu fazia parte da Juventude Estudantil Católica (JEC). Tudo começou com a minha irmã que foi trazida para a JEC e eu fui atrás. Depois o José [Vieira Loguércio] veio atrás de mim e a Eliane e o Paulo [de Tarso Loguércio Vieira], também. Nós todos começamos por meio da Ação Católica em Bagé. Durante 1961 e 1962 eu atuei na JEC em Bagé e foi lá que participei do Movimento pela Legalidade. Depois, em 1963, quando o meu pai conseguiu transferência para Porto Alegre – ele era agente de Estação – eu vim estudar no Julinho [Colégio Estadual Júlio de Castilhos]. Nós tivemos o direito de entrar no Julinho sem ter que prestar a seleção porque o meu pai era Ferroviário, portanto Servidor Público do Rio Grande do Sul. E também fomos estudar ali porque o Julinho era o Colégio mais próximo da nossa residência – eu morei no edifício aqui da esquina dessa rua durante 42 anos. Aí no Julinho tu imaginas o que foi viver aquela ebulição, aquela efervescência! Inclusive eu cito isso no artigo que escrevi para o livro sobre a história do Julinho. Eu começo assim: “Quando os alunos de um Grêmio Estudantil se reúnem em Assembléia e decidem mandar uma advertência para os Deputados...”. Naquela época, quando chegava um telegrama “dos alunos do Julinho” era uma coisa pomposa. Nessa época eu ainda era de JEC, mas muito próxima da AP. Lembro de ter sido indicada para a Secretaria Feminina do Grêmio do Julinho dentro da cota da AP. A eleição ocorreu no final do ano e, em meio às férias, nós nos organizamos e no primeiro dia de aula a Secretaria Feminina fez uma aula inaugural com todas as meninas do “Clássico” que estudavam no turno da manhã – nesse turno só estudavam mulheres – sobre “humanismo e século XX”. Havíamos tentado a participação do Professor Ruy Carlos Ostermann, mas ele não pode e conseguimos a participação do Professor Araújo, que era professor da escola mesmo. Para as meninas do “Científico” o tema foi “Ciência e desenvolvimento”, isso no ano de 1965, quando eu assumi. Nós fizemos muitas atividades, algumas artísticas na Casa de Cultura, reuníamos as líderes da manhã para discutir diversos temas, sobre educação, ensino, etc. De repente a nossa Secretaria passou a ser a mais atuante e alguns vieram reclamar. “Você não pode fazer isso, pois compete a secretaria de artes, nem isso que compete à secretaria de ensino, e isso que compete

à secretaria de cultura...”. E eu respondi: “Tudo bem! Mas vocês querem que a Secretaria Feminina faça o que, então?” Aí me responderam que nós deveríamos fazer cursos de decoração de interiores, etc. Eu disse que então pedissem para outra pessoa, pois eu não iria fazer e nem tinha perfil para isso. Como eu disse, nessa época eu ainda era JEC e área próxima de AP. Quando eu entro na Faculdade de Direito é que comecei a me aproximar mais da AP e a integrar a organização. Nesse momento já havia passado a primeira leva do pessoal de AP que teve como origem, em sua maioria, a JUC e a JEC. Muitos se formaram e saíram, outros foram para outros lados, outros pararam de militar. Eles não mudaram as ideias, mas também não conseguiram mais militar, militaram enquanto foi possível. Eu lembro que, ainda em 1963, nós começamos a fazer a educação de adultos pelo método Paulo Freire. O Prefeito era o Sereno Chaise, o Secretário de Cultura era o Hélio Corbellini e eu me lembro de ter assistido uma palestra com o Hégio Trindade. A Mariazinha Becker que nos passou os dados para começarmos a atuação. Para você ter uma ideia, a minha equipe de alfabetização iria começar a trabalhar no Passo do Feijó, que hoje vem a ser o município de Alvorada. Na época o Passo do Feijó era um pedaço de Viamão. Mas a ditadura chegou e acabou com toda a festa, tirou até o prefeito. Nós estávamos estudando o método Paulo Freire para poder colocar em prática as questões de alfabetização, conscientização, etc.

**TVP:** Existia alguma articulação que se dava a partir da UNE nesse movimento? Pergunto por que em 1963 a AP já estava com a direção da UNE e já desenvolvia o MEB utilizando o método Paulo Freire.

**AMVL:** Sim, havia ligação, porque isso tudo era influenciado pela UNE. O Hégio Trindade era da UEE e era da AP, por exemplo. Mas aí essa turma toda foi parando de atuar porque não havia mais condições de realizar esse trabalho aos moldes que eles vinham desenvolvendo. Quem seguiu com a militância foi o pessoal que iria pegar na luta clandestina mesmo. Então aí tu tens uma grande diferenciação da AP anterior e posterior a esse período. Depois do golpe, entre 1964 e 1968, nós ficamos tentando durante muito tempo, estávamos nos Centros Acadêmicos, etc. Mas depois do AI-5 foi ficando apenas o pessoal que era clandestino mesmo. Depois, ainda houve o grande racha, com a maioria do pessoal indo para o PCdoB e a minoria ficando na AP. Esses que ficaram na AP tiveram um prejuízo imenso, pois logo de saída – acho que um ano depois, em 1974, porque nós entramos para o PCdoB em 1973 – eles fizeram uma reunião nacional que caiu. Foi nessa época que foram assassinados Paulo Stuart Wright, José Carlos da Mata Machado, Gildo Lacerda, Honestino Guimarães. O pessoal da APML que ficou, que decidiu não entrar no PCdoB, que nós chamávamos linha 2 naquela ocasião, fez uma reunião nacional em 1974, se não estou enganada, que caiu e foi aí que

morreram todos. Foi uma coisa bárbara. Bom, mas eu tinha entrado na faculdade de Direito em 1966 e cursei até 1968 quando eu “caí no mundo”. Em 1969 eu já não cursei, estava aqui, mas não cursei. Eu fico aqui até outubro. Eu lembro que depois eu tive que repetir o terceiro ano da faculdade porque eu havia deixado de fazer os exames de fim de ano – no direito só tinha exames no meio e no final do ano naquele tempo, não era por semestre, mas por ano. Também tinha o fato do meu irmão estar preso, ele ficou preso depois de Ibiúna. Ele foi condenado a 6 meses de prisão.

**TVP:** Você também foi presa em Ibiúna?

**AMVL:** Sim, fui! Foi a minha primeira prisão. Dá primeira a gente nunca esquece! Tem uma história muito engraçada sobre a prisão... Em 1989 estava acontecendo uma reunião do jurídico da Frente Popular e eu cheguei e começou um burburinho. Um deles tomou coragem e disse: “Mara, quanto tempo tu tiveste presa?” Eu respondi: “Na primeira vez, uma semana. Na segunda, um mês. Na terceira, um ano. Como eu não tenho muita esperança que tenha sido a última, eu só quero que não siga a mesma progressão, senão a próxima será uma década!”. Eles rolavam de tanto rir! Mas foi exatamente isso que aconteceu, em Ibiúna eu passei apenas uma semana. Depois quando eu fui presa – posso te contar em detalhes – foi um mês. Disso eu fui condenada a dois anos, cumpri um ano de reclusão e mais um ano de livramento condicional aqui. Tem um detalhe que eu sempre brinco, eu tenho um ano e meio de cadeia em haver. Depois de eu ter cumprido toda a reclusão de um ano e mais um ano de livramento condicional, anos depois saiu o Acórdão do STM [Supremo Tribunal Militar] baixando a minha condenação para seis meses. Aí eu sempre digo: “Olha, tenho um ano e meio em haver para a próxima!”.

**TVP:** Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre como se deu a transição da fase cristã da AP para a fase marxista? Como você viveu esse período?

**AMVL:** Eu sempre digo que por influência da minha mãe nós sempre fomos muito religiosas, mas nunca carolas. Depois do Concílio Vaticano II, do qual o João XXIII teve o pulso de segurar, mas a cabeça, o corpo e os membros do Concílio foi D. Hélder [Câmara]. Foi depois, com esse “papinha atleta”, que começou a perseguição aos melhores que nós tínhamos aqui. Mesmo como cristãos, nós já tínhamos uma visão completamente diferente, quer dizer, como cristão tu não podes tolerar certas coisas. Embora nós tivéssemos padres excelentes e alguns bispos também excelentes, a nossa bronca com a hierarquia [da Igreja] era desde já. Nós éramos um movimento que vinha de baixo tencionando a hierarquia. Nós fazíamos parte da Ação Católica e hoje os grupos são chamados de “Pastorais”, ou seja, vem de dentro da hierarquia. A Ação Católica veio se formando a partir da organização dos leigos, desde a

França e tomou o mundo. No início nós buscávamos um padre assistente e em seguida já fomos largando os padres assistentes e fazíamos por nós mesmos. Então na AP, nós ainda éramos um grupo com raízes religiosas, mas já sem nenhuma ligação com a hierarquia. A partir do surgimento da AP como um grupo propriamente político sem nenhuma influência da hierarquia é que começamos a estudar de forma mais profunda a teoria marxista. Em seguida, quando entramos fundo no materialismo dialético não há espaço para o idealismo lá dentro. Na AP, em dado momento, para alguns se tinha muito claro certa superação do cristianismo, como se já tivéssemos passado por essa fase, mas já no PCdoB tinha e tem muitas pessoas de diferentes credos. Nós acabamos levando a “ponta de faca” aquela história de que a religião é o ópio do povo. E ela é, olha o que os evangélicos tem feito, é o ópio, esconde muitas coisas. Em uma passagem lá na Bahia – eu da AP, imagina – um pastor discutiu comigo porque tinha que existir pobres no mundo, porque senão como é que os ricos iriam fazer caridade para chegar ao céu? Quer dizer, os pobres não tinham a menor chance de chegar ao céu, tinham que ser ricos, para ter dinheiro, para fazer caridade. Como é que o pobre iria fazer caridade? Enfim, nesse sentido da religião, eu acho que o pessoal que veio da AP [para o PCdoB] ficou mais sectário nessa questão. Tudo começou com o Concílio do Vaticano II, que colocou a igreja de cabeça para baixo. Não foi só parar de rezar missas em latim e começar a rezar em português, foi todo um conjunto, como a chamada “opção pelos pobres” que vem nesse clima. Do ponto de vista orgânico, na AP já não havia mais qualquer relação com a hierarquia, a AP passa a ser um grupo político autônomo à hierarquia, à Igreja, às rezas, etc. A AP se torna um grupo político que passa a estudar o marxismo, especialmente quando começa a afunilar os militantes devido ao AI-5.

**TVP:** A partir de 1968 começa o movimento rumo a APML?

**AMVL:** Eu não sei se todos chegaram a ser APML... O que se questionava na APML? Qual era a grande discussão? “Nós precisamos de um Partido! Nós precisamos de um Partido Revolucionário, não tem como uma organização como a nossa fazer a revolução.” Então a ideia era juntar todos os partidos de esquerda para fazer um Partido Revolucionário. Foi aí que se percebeu que o Partido Comunista no Brasil já existia, então porque fazer outro se já existe um? E nesse momento já havia tratativas e conversações da Direção – especialmente da linha 1, que era composta pelo Aldo Arantes, Haroldo Lima, Aldo Rabelo e até um certo momento, por Duarte Pacheco Pereira. A linha 1 dizia exatamente isso, o Partido já existe. O Duarte acabou ficando no meio do caminho. Na linha 2 estavam todos os outros, principalmente o “Dorival” – que era o Jair Ferreira de Sá – e o Paulo Stuart Wright, que eram os principais dirigentes ali. Tinham os outros que ficaram na direção também. Muitas pessoas

sustentavam que o Partido Comunista era apenas um dos grupos, mas logo em seguida foi decidido pela integração [ao PCdoB] em um momento onde o Partido estava extremamente enfraquecido devido às “quedas” do Araguaia. Para se ter uma ideia 11 membros do Comitê Central do PCdoB haviam sido mortos, em termos de Direção Central acho que deve ter sido o Partido mais atingido. Estava extremamente fragilizado e nós, em tratativas, decidimos ir assumir de uma vez, pois os militantes estavam sendo trucidados e o partido desbaratado em termos nacionais. Esse foi um dos motivos que apressou a vinda do pessoal da AP para o PCdoB. Quando chegou a hora da transição esse pessoal não tinha se decidido ainda, não que estivessem completamente contra, mas eles achavam que não era isso, e sustentaram essa posição. Esses, que foram minoria, não quiseram vir e a maioria decidiu que viria. A minoria manteve a APML, isso foi em 1973. Em 1972 já havia uma desarticulação da APML devido às prisões, aqui e em outras partes. Aqui no Rio Grande do Sul caiu muita gente, inclusive a Nilce [Azevedo Cardoso], que eu sempre digo que é o paradigma da tortura no Rio Grande do Sul. Eu acho que o Bruno Costa do PCdoB, o Honório – não sei o sobrenome – que era advogado e membro do PCB e a Nilce foram os paradigmas de tortura no Rio Grande do Sul. Não sei de outros casos onde as pessoas tenham sido mais torturadas como foram esses três. A Nilce foi a mulher mais torturada, sem dúvida. Quando ela fez 70 anos eu liguei para ela e disse que essa era uma vitória do povo brasileiro! A Nilce foi uma das que veio para cá quando da integração na produção e eu fui uma das que fui. Eu acabei ficando todo o ano de 1969 aqui por conta dos meus pais. Eu não tinha problema nenhum [com a integração na produção] porque tenho origem operária, sou filha de Agente de estação, morei a vida inteira em vila de Charqueadas. Eu estava muito convencida do acerto e da necessidade da integração na produção, desde que na perspectiva correta. A perspectiva correta era a de que nós precisávamos nos integrar porque precisávamos “pegar” operários e camponeses. O que aconteceu é que na passagem da Ação Católica para a AP foram muito poucos os operários da JOC e os camponeses da JAC que vieram, o que veio em peso foi a militância de JEC e de JUC. Dessa forma nós éramos uma Organização basicamente estudantil, tanto é que nós tínhamos hegemonia no movimento estudantil. Durante o Congresso de Valinhos, em 1967, o Renato Rabelo dizia que: “A nossa hegemonia ninguém tirava”. Tanto é que essa hegemonia se preserva até hoje. A hegemonia que o PCdoB tem na UNE e na UBES hoje, veio da AP, todinha! Bom, mas chegou um momento onde nós nos perguntávamos onde queríamos ir com esse bando de estudante. Tinham alguns que sustentavam que nós tínhamos que ir nos integrar na produção para nos “corrigir ideologicamente”. Isso era praticamente um trabalho forçado, se a integração fosse levada dessa forma e nesse sentido de “correção ideológica”. Para mim

estava muito claro que essa questão viria pela própria necessidade de ser igual. O que nós tínhamos de paradigma na época era a juventude vietnamita. Nós recebíamos notícias como a de uns caras que foram fazer a integração em uma aldeia, para fazer revolução e tudo, e chegando lá o povo da aldeia tinha os dentes menores devido à subnutrição. Esses caras que chegaram, para não chamar a atenção, serraram os dentes. Eram exemplos de heroísmo nesse nível. Eu tinha muita clareza de quais eram as minhas condições. As reuniões que nós fazíamos pareciam terapia de grupo. Depois, quando eu já estava empregada na fábrica e precisava de orientação para fazer aquilo, se tornou difícil [participar dessas reuniões]. Eu tinha claro que a principal questão da integração na produção era para que nós ganhássemos quadros operários e camponeses para trazer para dentro da Organização. Isso daria vida nova para uma Organização que era basicamente estudantil. Se nós tivéssemos intenção de fazer qualquer coisa, mesmo enquanto organização clandestina, porque tínhamos claro que aquilo não era partido, nós não iríamos para lugar algum sem uma base social.

**TVP:** E qual foi a influência do maoísmo, da Revolução Cultural do Mao?

**AMVL:** É isso que estou te dizendo, tiveram muitas pessoas que pegaram esse aspecto que, tanto lá como aqui, era secundário, era decorrente, e acabaram tomando como principal: “Não, eu preciso me punir porque eu sou um filho da puta pequeno burguês!” Entende? Eu nunca tive essa sensação! Eu lembro de uma vez no Julinho que eu fui cobrar uma colega do Grêmio Estudantil que tinha ficado de realizar uma atividade e ela me disse: “Menina, eu não pude fazer porque faz três dias que o carro do meu pai está na oficina... Tu sabe o que é estar sem carro?” Eu disse a ela: “Mas é claro que eu sei! Eu não sei o que é estar com, porque eu nunca tive carro na vida!” Quero dizer, então, que muitas coisas da pequena burguesia da época eu não tinha. Nós tínhamos tido uma educação acima de tudo, fora do comum. O meu pai nunca entrou em um Colégio e a minha mãe foi até o terceiro ano primário, mas eles nos deram uma bela educação. Até em relação à base Cristã, eu não tinha nenhuma dificuldade e nunca me senti “culpada” por nada para ter que ir “pagar penitência”. Nós brincávamos com as pessoas que eram de famílias importantes, nós dizíamos que eles teriam que ir “pagar penitência” por ter tal sobrenome, eu não tenho nada com isso. Eu sou Vieira Loguércio, Vieira tu sabe como é, e Loguércio dizem que no sul da Itália é como o Silva aqui no Brasil. Então eu não tenho nenhum compromisso com família “quatrocentona”. Eu não tenho que “purgar” nada! Então eu, o meu irmão e a minha irmã, nós sempre tivemos isso muito claro, talvez pela origem de família, mas principalmente pela educação que nos deram. O meu pai sempre dizia: “No dinheiro olha para baixo e na moral olha para cima!” Acho que tem coisas que vem da nossa formação. Eu estava absolutamente convencida de que era importante e de

que eu queria. Agora a separação dos pais foi um drama, para mim foi a parte mais chocante. Eu passei sete meses tentando convencê-los, e o meu pai dizia: “Eu vou fazer agora um artigo 99 e vou fazer Direito...” Porque eu fazia Direito e era sempre o que ele queria. Eu voltei em 1971 antes da minha filha nascer e depois da segunda prisão e em 1974 eu me matriculei na faculdade pensando que “eles” tinham me esquecido, mas foi aí mesmo que eles vieram me pegar. Foi aí que em 1975 eu cumpri a pena e em 1976, quando eu voltei, eu terminei a faculdade e ele ainda viu eu me formar. Ele tinha o verdadeiro sonho de me ver advogada. Eu sou a única na família, ninguém quer ouvir nem falar no assunto. Ele dizia assim: “Eu tenho um filho médico, um filho engenheiro, uma filha advogada... A outra filha faz Sociologia... O que eu vou dizer para os meus amigos? O que faz um sociólogo?” E a minha irmã dizia para ele: “Papai, você diga para ele como diz o italiano: “A Sociologia é la scienza con la quale o senza la quale il mondo rimane tale e quale.”. Eu demorei esse tempo, mas aí nós já saímos juntos, eu e o Zé [José Vieira Loguérico]. O Zé iria para o campo, até o último momento ele iria para o campo. Isso foi ainda antes do Congresso de Ibiúna, porque nós estávamos pensando na integração antes do AI-5. Ele iria sair do Julinho e iria direto para o campo, mas aí o Rogério Lustosa chegou aqui – ele era da Fração Nacional Estudantil – e trouxe a informação de que ele deveria entrar no ME [Movimento Estudantil] da UFRGS. O Zé falou que para entrar na UFRGS teria que passar no vestibular e ele disse: “Mas então passa!” O Zé saiu do Julinho em dezembro, fez o vestibular e passou em primeiro lugar – naquela época era vestibular específico para cada curso. Ele tirou o primeiro lugar no vestibular para as Ciências Sociais e entrou na faculdade em março. No final de março, início de abril, ele já era Presidente do Centro Acadêmico, chegou com tudo. Ele tinha 18 anos na época. A gente adquiriu uma certa disciplina que tem pessoas que dizem que nós ainda estamos vivendo aquela época. Mas são coisas que ficam arraigadas em nós. Por exemplo, tem coisas que a gente não lembra porque nós disciplinamos a memória para não decorar. Se tu quiseres me dar um telefone, só se eu anotar. Claro, hoje já tem a velhice, mas tem muita dessa auto disciplina que nós desenvolvemos para não decorar número de telefone, por exemplo. Nos disciplinamos para não anotar endereço, para não guardar a fisionomia das pessoas. Quando nós dizíamos isso na Comissão da Verdade eles ficavam impressionados. A nossa memória era disciplinada para não ter memória. Hoje tem muitos dados que a gente não sabe dar porque não se fixava naquilo, era importante não saber. Se tu “caísse” podiam te matar na tortura que tu não iria falar porque não sabia, simplesmente.

**TVP:** Então é quando você está prestes a ir para a Bahia que o José é preso?

**AMVL:** Quando ele volta de Ibiúna eu já estava no processo de integração na produção, tanto que eu não reunia mais com o pessoal do ME [Movimento Estudantil], eu já reunia na célula operária, onde estava a Nilce e o pessoal que veio para se integrar na produção e os outros que também iriam sair para isso. No caso dele, se acontecia qualquer passeata “os caras” vinham em casa atrás dele. E ele conseguiu convencer os nossos pais, ele já tinha feito muitas coisas, foi para Ibiúna como dirigente. Ele chegou a retornar do Congresso com nós para Porto Alegre e a prisão dele se deu em seguida. A prisão dele foi apoteótica. Fugindo da repressão ele começou a andar por aí, pelo Paraná, e outros lugares, pegou sarna e quando chegou em casa a minha mãe tinha que ferver as roupas dele, era uma coisa horrorosa. Quando ele está retornando de ônibus estava aqui na nossa casa um menino que era da direção da UBES e que depois saiu, ele tinha um problema em uma das pernas. Ele estava em casa comigo e nós ouvimos juntos, pelo rádio a promulgação do AI-5. Eu me apavorei e o Zé [José Vieira Loguércio] não sabia de nada. Quando ele chega aqui tinha estourado o movimento dos excedentes na UFRGS. O que era isso? Quando tu fazias o vestibular específico para cada curso, tinham pessoas que eram aprovadas, mas que não havia vagas disponíveis suficientes e esses eram os excedentes. Por exemplo, se você fizesse o vestibular para direito e 120 pessoas fossem aprovadas, mas se só houvesse 100 vagas, esses 20 eram os excedentes. Esses excedentes queriam entrar porque tinham sido aprovados, não estavam classificados, mas estavam aprovados. Tinha muita agitação em torno disso, inclusive com pais se mobilizando. O Zé estava na faculdade fazendo uma reunião de pais e mães e entram 80 policiais com metralhadoras em punho e ficam circulando pelo Centro Acadêmico, ali próximo ao Bar do Antônio – inclusive nós brincávamos que enquanto nós acumulávamos experiência o Antônio acumulava capital. O Bar do Antônio era parte do Centro Acadêmico, aquele L que tem ali era, digamos assim, a social do Centro Acadêmico e lá no fundo tinha a Diretoria, com uma porta que ficava fechada. Toda aquela casinha era o Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt. Eram 11 Institutos, e por isso depois a sigla ficou DAIU (Diretório Acadêmico dos Institutos Unificados). Ali se juntavam Ciências Sociais, Filosofia, Biologia ou História natural, Geografia, História, Matemática, Física, Química, Letras, Pedagogia, falta um que eu não lembro [geologia?]. O Direito era separado, o CAAR (Centro Acadêmico André da Rocha). Quando você ouvir falar em “Centro Acadêmico” é o pessoal que resistiu ao Decreto 477 e não mudou o nome. Ficamos nós, o CASL, que era o Centro Acadêmico Sarmento Leite da Medicina, o CAGE, que era o Centro Acadêmico da geologia – que já era da turma do PCdoB na época e o CEUE, que era o Centro de Estudantes Universitários da Engenharia, que eles nunca chamaram de faculdade, era escola, Escola de Engenharia e nós chamávamos



de Escola normal Nossa Senhora da Engenharia e eles ficavam muito chateados porque era a única que não se chamava faculdade. Depois da função da reunião com os pais levaram o Zé preso e ele ficou seis meses. Eu dizia que não tinha condições de prestar exames com o meu irmão preso e acabei deixando tudo para fevereiro, que era a segunda chamada. Nesse meio tempo eu já havia decidido que não iria fazer os exames e que iria largar a faculdade. O período até eu viajar foi de fevereiro a outubro, devido ao apego aos pais e também porque eles não entendiam. O pai do Travassos que dizia: “Eu concordo com tudo, absolutamente tudo, só não quero o meu filho metido nisso!”

**TVP:** E como foi a viagem? Por onde vocês passaram? Como se dava o movimento de apoio dentro da organização?

**AMVL:** Bom, eu acabei indo viajar junto com o meu irmão, nós fomos juntos até São Paulo, dali nós nos separamos. A companheira – na AP a gente dizia companheira em vez de camarada – Dilza De Santi já estava em São Paulo para se integrar na produção também. Como a gente não ia para a produção no mesmo dia em que chegava, tinha que esperar o contato, etc., ela me levou para ficar na casa de ninguém mesmo que o Betinho [Herbert José de Souza], companheiro “Wilson”. A Dilza foi comigo até Mauá – que era onde ele trabalhava – e ele quem me levou para a casa dele. A esposa do Duarte Pacheco Pereira, que eu fiquei sabendo quem era porque ficavam falando em “Duarte”, “Duarte”, também estava em Mauá e eles eram área próxima a nossa, eram de JOC, etc. Mas aí se estabeleceu um dos equívocos graves do processo de integração. De toda forma, eu reputo exatamente aquela história: “É errado! Mas tinha como fazer diferente?” Essa é a pergunta! As pessoas que não se decidiam a ir se integrar na produção eram automaticamente desligadas do partido, ficavam como área próxima, “amigo”, “apoiador”, “simpatizante”, etc. Não havia necessidade de fazer isso, ou havia? Porque tu estavas fazendo um processo de integração na produção em que as pessoas entravam em uma clandestinidade completa. Comigo até não foi assim, acabei trabalhando na fábrica com o meu nome. Já o meu irmão esteve sempre com nome falso, 11 anos com documentação falsa. Então esse pessoal que não estava disposto a ir tu não poderia deixar em contato com os outros que foram, a não ser o pessoal de “serviços”, por exemplo. Muitos diziam: “Que absurdo, agora a coisa ficou religiosa!” Então qualquer atitude da AP, e como era da AP, o argumento que se utilizava era: “Porque é religioso”. Isso denota sectarismo e os demais também levaram muito para o sectarismo: “O aceita se integrar na produção ou é bunda mole!” Entendeu? Mas tudo isso porque não tinha como manter uma estrutura orgânica somente com pessoas integradas e outra com os não-integrados. Era tudo absolutamente mais difícil, é isso que às vezes as pessoas não entendem. É como me disse

uma vez na prisão Paulo Pontes: “Mara, tu sabes o que é você passar a noite inteira deitado ao lado da mulher que tu ama, vestido e com a arma aqui [no peito]?” Eram estas cenas que hoje você conta e o pessoal fica surpreso, muita coisa as pessoas sabem ou imaginam, mas esses detalhes escapam. Então, por exemplo, essa história da integração na produção é uma.

**TVP:** E como foi viver esse movimento de integração na produção? Porque se deslocar para a Bahia?

**AMVL:** A Nilce achou que poderia se integrar na produção em São Paulo, de repente quando ela viu aparece um engenheiro de produção que havia sido padrinho de casamento dela. Aí ela teve que ficar se escondendo na fábrica, mas serviu para ela perceber que não dava para se integrar em São Paulo. Tem aquela coisa, “São Paulo é do tamanho do mundo”, mas às vezes não. Eu nunca fui para o exterior – até porque não tive dinheiro para ir –, e nós dizíamos: “Esse Brasil é muito grande!” E realmente é muito grande, mas tu corres riscos. Nós, eu e o meu ex-marido, por exemplo, estávamos na Bahia e fugimos para o Sergipe, só que o Sergipe é da mesma região militar que a Bahia. Nós sabíamos disso, mas o que nós poderíamos fazer? Não havia condições de fazer nada diferente do que foi feito. Então essas foram as duas questões gravíssimas em relação à integração na produção: Em primeiro lugar, como aconteceu com todos os grupos que passaram para a luta armada, nós não começamos nada. A integração na produção foi pensada bem antes e eram muitas coisas a serem feitas para você conseguir concretizar o trabalho de trazer pessoas, etc. Isso pensando em uma integração “científica”, como era a pretensão. Só que de uma hora para outra a repressão aumentou tanto, em todos os lugares, que obrigou o processo a ser conduzido de forma mais rápida. Porque o pessoal tinha que sair de onde estava, não porque iria se integrar na produção, mas porque tinha que fugir mesmo. Isso fez com que o processo tivesse que ser apressado, e apressou para o lado ruim. Com isso, ocasionou a segunda questão, que era outro problema seriíssimo que nós tínhamos, eu sempre uso o exemplo do Haroldo Lima. Quando eu cheguei à Bahia o Haroldo recém tinha saído da “vida aberta”, digamos assim. O Haroldo trabalhava como Engenheiro e era dirigente da AP na Bahia. Antes de entrar para a clandestinidade ele fazia uma colaboração mensal de seis salários mínimos. De uma hora para outra ele foi para a Direção central e tinha que viver com um salário mínimo. Aí eu fico pensando o que era pior: Ele viver com um salário mínimo ou os seis que nos faltavam!? Eu me lembro sempre que não tinha como ter muita paciência... Para te dar alguns detalhes... A menina que fazia os “serviços” um dia me contou que foi pegar dinheiro com um “Fulano”, que era um desses que só tinha ficado como “amigo”. Era um cara de projeção na Bahia, sociólogo, professor, etc. e ele dava Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) e o salário mínimo na época era Cr\$150,00 (cento e

cinquenta cruzeiros), ou seja, ele dava 1/3 de salário mínimo. Só que na época o salário mínimo não valia nada, nem se pode comparar com o de hoje. Para você ter uma ideia, a passagem de ônibus, por exemplo, custava 2 centavos. A questão desse sujeito é que ele dava os Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) e queria discutir política com a menina. Isso acontecia porque o único contato que se tinha entre a Organização e os “amigos” quem fazia era o pessoal de “serviços”. Tinha que ser assim, esse também foi o caso da Nilce, que foi de “serviços”. A Nilce sempre teve uma quantidade imensa de dados porque ela era de “serviços”. Ela cobria os pontos de todo mundo, [Direção] nacional e regional, sabia onde as pessoas estavam ou não estavam. Esse foi um dos motivos de ela ter padecido tanto na tortura. Ela era um arquivo vivo. Aí então, a menina essa dos “serviços” me contou que o “fulano” esse queria convencer ela de que naquele mês ele não tinha como dar o valor, que tinha havido um problema e ele não teria como dispor do valor. Aí ele dizia: “Mas vamos conversando!” E ela respondia: “Sim, vamos conversando, fazer o quê?” Essa conversa aconteceu enquanto o “fulano” fazia compras no supermercado e a menina que estava vivendo a nossa realidade me dizia: “Tudo o que ele comprou era supérfluo e daria mais do que seria a contribuição dele para nós.” Claro, na realidade em que nós vivíamos todas as bolachinhas e chocolates que ele deve ter comprado com os Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros), ou mais, eram supérfluos. Porque, para nós, os Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) que ele dava como contribuição era o dinheiro da semana de cinco famílias, todas com criança pequena. Teve também a vez em que um companheiro nosso foi pegar Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) com outro colaborador. Era carnaval e o nosso companheiro foi assaltado e levaram os Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros). Nossa! O que nós passamos de fome aquela vez... E aí não é força de expressão, nós passamos fome mesmo, não tinha o que comer. Nós íamos ao pátio da casa, colhíamos erva cidreira e tomávamos o chá para dormir. A nossa estratégia era dormir o máximo possível. Na casa em que eu estava eu era a quarta na escala para comer. Comer o que sobrasse e se sobrasse. A primeira da escala era uma criança de oito meses de idade. A segunda opção era a mãe da criança que estava com seis ou sete meses “de barriga”, estava grávida, o tempo todo. A terceira opção era o marido dela, que era o nosso companheiro, que já havia conseguido emprego e estava trabalhando em fábrica, ele já era metalúrgico. Só que ele era epilético e tinha que tomar um remédio fortíssimo e precisava estar bem alimentado – e nunca estava bem alimentado. A quarta opção – para o que sobrasse e se sobrasse – era eu, com 23 anos e bastante saúde acumulada devido a boa alimentação de muitos anos. E nós nos disciplinávamos para manter essa escala. Mas nós não tínhamos nada além de um “reververo” – sabes o que é um “reververo”? – um fogareiro desses “tipo jacaré”, que você coloca

gasolina. Para nós o uso daquilo era algo caríssimo, só que a menininha deles começou a desidratar com muita frequência e eles corriam para o posto com ela porque já tinham perdido outra menina de dois anos por causa de desidratação. Com isso decidimos comprar uma moringa e começar a ferver a água que a Del tomava – o nome da menina deles era Débora e nós a chamávamos ela de Del. Eu disse que não era para ninguém tomar aquela água da moringa, que era para a criança e nós seguiríamos tomando água da fonte. Quando eu entrei na fábrica e fiz o primeiro exame, as minhas colegas todas tinham esquistossomose – que é um verme que mata –, apenas eu e outra menina não tínhamos. Em compensação, eu peguei “lombriga” de cara, porque nós tomávamos água da fonte, do poço. Mas com a coisa de ferver a água que a menina bebia ela nunca mais desidratou. Era caro para nós ferver a água com o fogareiro, por isso só ela tomava a água fervida. O nosso banheiro – banheiro que eu digo é o lugar de tomar banho – foi ele quem fez, porque não tinha. Nós seguimos tomando banho de caneca, mas pelo menos tinha um lugar cercado para isso.

**TVP:** Como foi esse processo de viver na mesma casa, dividindo a vida com um casal e se deparando com todos esses desafios?

**AMVL:** Eles, os dois, gostavam muito de mim, me respeitavam como companheira. Eu já estava completamente integrada nesse momento, trabalhando em fábrica, etc. Apesar disso as vizinhas sempre diziam: “Que engraçado, ela tem a fala daquelas freirinhas lá de cima!” Ou seja, eu morava no fim da vila, bem em baixo, e na rua principal da vila sempre tinha umas freiras – obviamente estrangeiras – e elas achavam o meio jeito de falar parecido com o delas. Mesmo eu tentando imitar o sotaque, me adaptando a usar expressões típicas na fala, sempre ficava alguma coisa em evidência. As roupas era a mesma coisa, nós usávamos as que tínhamos levado ou as que nos davam – porque a gente ia perdendo no caminho – e geralmente eram roupas melhores do que o pessoal da vila usava. Eu lembro de uma vez que a Débora saiu de casa engatinhando e eu e a mãe dela estávamos na fonte lavando roupa. Quando eu saí para pegá-la uma vizinha falou: “Nossa, ela desceu da cama sozinha!” Mal sabia ela que nós não tínhamos nenhuma cama dentro de casa, muito menos colchão. Eles dormiam em esteira de palha e eu naqueles “xergão” de pano. Ele era um operário especializado que tinha tudo dentro de casa, móveis, sofá, fogão, geladeira, tudo. Só que com as perseguições e as fugas tinha que sair e deixar tudo. Naquele carnaval que ficamos sem ter o que comer ela saiu de casa enfurecida e desesperada. Pediu para o dono de um mercadinho próximo “fiar” uma lata de leite ninho para ela ter o que dar de comer para a menina. Ela dissolvia o leite ninho em um prato fundo, para render mais do que rendia na mamadeira. Era uma dureza... Do ponto de vista da formação ideológica – que eu digo que é a parte

secundária que vem junto – é tu viveres a vida do povo para sentir como é, não só de ouvir falar. Embora que depois, ouvindo falar, eu soube de coisas ainda piores. Quando eu fiz o movimento contra carestia, por exemplo, isso já na abertura política, anistia, etc. Tinha uma companheira de São Paulo que contava que fritava três ovos para distribuir para o marido e os oito filhos. Para os dois filhos mais novos ela dava leite misturado com água “para dar aquela corzinha”. Agora tu imaginas ela te contando que uma das crianças dela tinha problema de debilidade mental e ficou puxando a roupa dela e apontando para um pão que estava em cima de um armário. A criança queria o pão, só que aquele pão estava reservado para o marido que tinha que comer para conseguir trabalhar. Ela teve que bater na criança porque não podia dar o pão para ela. Agora tu tenta sentir o que era esse quadro!?! São coisas que a gente às vezes só ouve falar, mas não tem a mínima noção de como é na realidade. Eu até comecei a escrever um livro sobre memória e depois desisti... Teve um enterro que eu vi, de uma menininha de quatro anos. Ela colocou vermes pelo nariz quando morreu. Quando eu descrevi para uma amiga que era médica que as unhas e os lábios da menina estavam roxos, ela me disse que se tratava de convulsão por verminose. Tudo que a mãe pode fazer foi tirar a menina da “cama do pecado”, que era a cama do casal, e colocar em um xergão no chão para a menina não morrer na “cama do pecado” e “não ir para o inferno”. Depois eu comecei a intrigar a mulher dizendo para ela que não sabia como que de um “pecado” nasce um “anjo”. Quando eu cheguei ao velório era só eu e a mãe da criança que chorávamos, os demais estavam as gargalhadas. Por quê? Porque é uma “graça” para a família quando deus leva um “anjo”. Se tu não colocar isso na cabeça, como é que tu ficas? Já pensou nisso? Nós – meu ex-marido e eu – conhecemos um casal que nos deu abrigo mesmo sabendo que nós estávamos fugindo da polícia. Eles adoravam os dois filhos que tinham, dois de dez. Nenhum se criava, passava dois ou três meses, morriam. Eu sempre comentava com o meu ex-marido: “Imagina o dia que essas criaturas perceberem que não é deus que está matando essas crianças!?” Tu imagina a força que pode ter uma pessoa dessas? Com a naturalidade que eles perdiam só mesmo inventando uma coisa dessas, que era “bom para a família”, uma “graça para a família”. Como dizem, de fato só resistiam os mais fortes, era a legítima lei do mais forte. Nós vivíamos essas realidades... Tinha outra moça que eu sempre dizia que ela iria “despejar o bebê” na porta da minha casa. Tinha uma ladeira que virava um sabão quando chovia e ela vivia de “água de ganho”. Já ouviu falar nisso? Obviamente não tinha água encanada e ela descia a ladeira e ia até a fonte – que era na frente da minha casa – encher uma lata de 5 litros. Depois ela subia a ladeira com a lata na cabeça e quando chegava lá em cima ela ganhava, não lembro se 10 ou 50 centavos. Ela fazia isso para uns vizinhos idosos que não conseguiam ir

pegar água. Então ela vivia da “água de ganho”, ou seja, ela levava água em troca de dinheiro. Tudo isso com nove meses de barriga. Ela era magrinha, só tinha aquele barrigão, parecia um palito com um caroço de azeitona, como eu dizia. Eu sempre chamava a atenção dela e dizia que ela iria “largar o menino” na porta da minha casa. Depois eu soube que a criança nasceu muito bem, maravilhosa. É algo incrível! Incrível! Se nós formos pensar tudo que essas pessoas não tinham, é algo fora do comum.

**TVP:** Essas vivências que a integração na produção te propiciaram não te remetem, em certa medida, àquele paradigma cristão que você comentou antes?

**AMVL:** Por mais que você ouvisse falar sobre isso em poemas, canções, casos contados, etc. tu viver isso é outra coisa. Tu vivendo isso não tem como ficar pensando naquele aspecto de “correção”, tu te corrige na marra. Tu acabas percebendo que a maioria desses sentimentos é “frescura”. Quem não conseguia emprego tinha muito mais dificuldade, ficava pensando que estava de castigo, pagando penitência. Como o pessoal não estava mais nessa de pagar penitência, isso agravou o problema e acabou tocando a muitos militantes. Eu nunca tive esse problema, só voltei para casa porque fui presa. Eu e o meu ex-marido tentamos fazer o contrário, quer dizer, ele vir para cá e eu ir para a casa dele, mas quando eu cheguei lá o pessoal da família dele me mandou de volta em um trem porque já tinham ido até lá nos procurar. Eu saí de trem de Aracajú e fui até Senhor do Bom Fim. O pessoal da família dele me emprestou todo o dinheiro que eles tinham para depois eu mandar de volta. Eu consegui o dinheiro emprestado com uma das meninas com quem eu passei a morar. Enquanto nós estávamos integrados na produção eu contribuía com o partido dando metade do meu salário, mas, de repente, ficou todo mundo desempregado, os que já estavam por lá e os que chegavam. E nós saindo e fazendo teste em várias empresas. Quando eu cheguei à Bahia, em outubro, eu só fui conseguir emprego em março. Era difícil, e olha que eu fui uma das primeiras a conseguir trabalho.

**TVP:** Você foi enviada para a Bahia por deliberação da organização ou você escolheu ir? Você estava me falando antes que quando chegou em São Paulo conheceu o Betinho. Houve alguma indicação dele?

**AMVL:** Pois então, quando eu cheguei à casa do Betinho em Mauá nós conversamos enquanto ele tirava do bolso do casaco as xícaras que ele afanava na fábrica. Ele me dizia: “Olha, a minha profissão é essa, limpar bunda de xícara!” Disso eu fui ao ponto com o “Evaristo” – que era o João Batista Drummond. Aí ele me dizia: “Companheira, nós estamos fazendo uma integração na produção o mais científico possível...” Nesse momento eu já sabia que iria para a Bahia, mas eu só fiquei sabendo disso em São Paulo. Eu disse para ele que só

queria saber por que eu? Por que eu no movimento operário? E por que eu no movimento operário e na Bahia? Foi aí que ele me disse: “Baixinha, para falar a verdade tu irias para o Rio de Janeiro, mas quando nos demos conta percebemos que já tinha mulher demais no Rio!” Eu ria e dizia: “É, está muito científica essa integração na produção!” E foi assim que eu fui para a Bahia e encontro essa situação que te descrevi. Quando eu cheguei a menina dos “serviços” me contou, dando risada, que o pessoal do movimento estudantil da Bahia tinha acabado de votar, ganhando por maioria, que o caráter da sociedade brasileira era semi-feudal e semi-colonial. Aí eu brinquei: “Então está decidido pelo voto do movimento estudantil da Bahia!” Agora eu me pergunto: Do que iria adiantar eles definirem isso, ainda mais por votação? Mas ao menos servia para nós rirmos um pouco. Bom, mas depois que eu arrumei emprego na Bahia eu trabalhei um ano em fábrica da Bosch. Um dia eu cheguei para trabalhar e comecei a sentir uma dor de garganta muito forte e acabei voltando com o mesmo ônibus que me levou para a fábrica. Fui até uma agência do INSS e me deram três dias de atestado. Eu dizia que não podia ficar três dias fora, mas eles insistiam que o que eu tinha era muito contagioso. Quando eu levei o atestado para o encarregado ele me disse: “A senhora tem que entender que se a Bosch vai ter uma empregada que perde três dias de serviço por causa de uma dor de garganta é melhor para a Bosch contratar alguém que não tenha problema de garganta.” Eu tinha trabalhado nove meses e nunca tinha faltado... Inclusive uma vez eu perdi o ônibus da empresa e tive que colocar todo o meu salário em um taxi para chegar a tempo no centro industrial. Quando eu voltei do INSS – que na época era INAMPS – as minhas colegas foram trabalhar e eu não fui. Mas eu dei a receita médica e o dinheiro e pedi para elas entregarem para o Benjamim – que na época era meu namorado, também trabalhava na Bosch e morava em Salvador. Nós não podíamos morar em Salvador, tínhamos que morar no Centro Residencial de Aratuba porque as mulheres só podiam trabalhar até as 22:00h. Eles não queriam mandar um ônibus com apenas 20 mulheres que é o que tinha na fábrica, então nos forçavam a morar ou em Simões Filho ou no Centro Residencial de Aratuba, dessa forma eles podiam nos levar de Kombi. Eu morava sempre de favor na casa dos outros. Eu dividia uma casa com outras quatro meninas. Essa casa era do “dono” de uma das meninas. Ele literalmente “comprou” a menina da família, que a obrigou a desmanchar o noivado com outro rapaz e a ficar com ele mesmo ele sendo casado. Se eu não me engano ele comprou a casa e colocou no nome dela. Durante a semana morávamos entre quatro na casa e no final de semana as outras meninas iam para casa das suas respectivas famílias e eu tinha que arranjar onde ficar. Primeiro eu morei com aquele casal que te falei, durante quase um ano, mas por questões de segurança tivemos que nos separar.

**TVP:** Mas você me falava sobre a fábrica... Quando você ficou doente...

**AMVL:** Bom, mas eu mandei a receita e o dinheiro para ele comprar o remédio para mim. Ele comprou e mandou pelas meninas que moravam comigo. Logo depois disso “caiu” um menino do movimento estudantil e abriu o nome do meu ex-marido – na época namorado – que tinha sido liderança da escola de eletro-mecânica. Aí ele foi preso com a receita que tinha o meu nome no bolso. Depois “eles” queriam que eu confessasse de todo jeito que aquilo era “droga” e eu dizia: “Olha o timbre do INAMPS, olha o nome do remédio em qualquer farmácia, isso é antibiótico.” E eles diziam: “Vocês são todos drogados!” E eu respondia: “Vocês já pegaram algum subversivo toxicômano? E algum toxicômano subversivo? Da onde que tiraram essa brilhante ideia de que todos nós somos toxicômanos?” Aí eles me responderam: “Para enfrentar o que vocês enfrentam só estando de cara cheia e, além disso, não são só vocês, são os chefes!” E eu contradizia: “Mas vocês não vivem dizendo que os nossos chefes nos colocam de bucha de canhão e ficam escondidos debaixo da cama? Então quer dizer que eles enchem a cara e vão para debaixo da cama e nos largam de cara limpinha para ser bucha de canhão? Que maldade!” Era tanta coisa ilógica que não tinha como não tirar sarro. O policial que foi à fábrica me prender acabou expulso da PF [Polícia Federal] porque estava “com a cara cheia” de droga e acabou dando tiro e fazendo discurso no meio do Campo Grande.

**TVP:** Então é por causa de uma receita que tu acabas presa a segunda vez?

**AMVL:** Exatamente! E a terceira prisão se deu por conta dessa segunda, foi a pena por “tentativa de reorganizar organização clandestina”.

**TVP:** Como eles souberam de todo o envolvimento? Foi através da tortura que o seu ex-companheiro entregou as informações?

**AMVL:** Ele não precisou falar nada, o meu nome estava lá! Eu trabalhava na mesma fábrica, estava usando o meu nome verdadeiro, “eles” só tiveram o trabalho de juntar as coisas. Chegaram lá na Bosch e perguntaram se eu trabalhava lá, onde eu estava, pronto. Ele não chegou a abrir nem isso. No momento em que eles me pegaram eu estava escrevendo um panfleto que iria ser redigido para fazer protesto contra a prisão dele. Eu falei para o policial que precisava trocar de roupa, que não podia sair da fábrica com o uniforme. Ele me liberou para trocar de roupa e eu coloquei o panfleto que eu carregava no avental dentro da privada e dei descarga. Depois ele disse: “Que descarga demorada aquela!” Eles chegaram lá com “bons modos”, apenas um para efetuar a prisão. Antes já tinham passado na minha casa e revistado tudo. Aí me levaram e aconteceu um episódio que eu queria te contar. Eu não cheguei a ser torturada, mas pensei que o meu ex-marido tivesse aberto tudo, depois eu fui



vendo que não. Foi ele quem tinha conseguido uma casa para o Dirigente regional e a menina dos serviços morarem. Era uma casa no mesmo bairro onde ele morava, inclusive em uma rua muito próxima a casa dele. Eu conhecia muito bem o Dirigente regional, ele se chama Tibério Canuto Queiroz Portela, e hoje está no PSDB, posso com isso? Mas quando o Benjamim – meu ex-marido – cai, o pessoal fica sabendo e sai correndo da casa e deixa tudo para trás, porque foi o Benjamim que tinha indicado o pessoal para morar na casa. O dono da casa achou que iria ficar no prejuízo e “dedou” o pessoal.

**TVP:** O dono da casa sabia que havia algum “esquema”?

**AMVL:** Não! Claro que não sabia, mas a clandestinidade tem dessas coisas... Por mais que o Tibério colocasse cobertores em cima da mesa para “bater máquina”, ele ficava dentro de casa praticamente o tempo todo “batendo máquina”, saía somente de vez em quando e a mulher dele saía de manhã, de tarde e de noite. Tudo isso em uma vila. E ela também não saía para trabalhar em algum lugar, ela saía e entrava toda hora e ele ficava em casa “batendo máquina” o tempo inteiro. Por mais que ele tentasse disfarçar o ruído, era um barulho desconhecido. Bom, mas eu não dizia nada, não falava nada, “não sei”, “não vi”, “não conheço”, eles me mostravam aquele álbum todo da AP e eu: “não sei, não vi, não conheço”.

**TVP:** Esse álbum era o álbum do CENIMAR?

**AMVL:** Sim! E eu procurando gravar as informações que tinham ali, as coisas que eles sabiam para mandar dizer depois de quem eles tinham foto e tudo mais. De repente eles apontam no livro e perguntam: “E esse aqui?” Eu olhei rápido para ver se pai e mãe coincidiam e respondi: “Esse é o meu irmão!” Se eu dissesse que não conhecia iria ficar muito ruim. Aí me perguntaram: “E onde e que ele anda?” E eu respondi: “Não faço a menor ideia de onde ele anda.” E de fato eu não sabia mesmo, não estava mentindo, eu não tinha a menor ideia de onde ele estava. Nessa época a família também passou sete meses sem saber nada da gente. Mas aí, de repente, eu vejo chegando Emiliano José – esse que é deputado pelo PT agora – sangrando e apanhando muito, socos, pontapés, etc. Eu olhei para ele e ele me olhou... Eu nem sabia que ele estava na Bahia, quanto mais que ele era da Direção Municipal. Eu consegui saber logo em seguida porque eles tinham caído, porque essa menina dos “serviços” também era da Direção municipal – isto eu já sabia, e o companheiro dela era da regional. Essa “menina” é até hoje do PCdoB, uma pessoa maravilhosa. Ela dá muita risada quando eu conto que “queria matar ela”... Porque em dado momento chegou para eles a informação de que a Estela – que era ela – estava tendo uma reunião na praia. E eu pensei: “Vai cair o municipal todinho!” O “cara” [agente] a viu na praia e telefonou para os agentes que estavam com nós dando a informação. Eles saíram que nem loucos atrás da Estela, o nome dela é

Dalva Estela, um nome misto. Logo depois da informação de que a Estela estava em reunião na praia eu vejo chegar o Emiliano naquele estado, aí me veio mais forte que o municipal tinha caído inteiro. Mas eu estava errada, não veio mais ninguém além dele. Eu conhecia o Emiliano daqui de Porto Alegre, da nossa casa, porque ele era Direção da UBES e andava com o José [Vieira Loguércio]. Eu não sabia, mas ele também estava lá. Mas o que fiquei pensando é que iriam pegar a Estela e eu tinha que fazer algo, aí disse para eles: “Está bem, eu falo!” Aí o coronel retrucou: “Já sei, ela viu quem chegou!” E eu retruquei de volta: “Não, eu vi o estado que ele chegou!” Aí ele perguntou: “Tu estás com medo que te aconteça o mesmo?” Eu disse que sim e já comecei a contar uma história dizendo que a Estela já não estava mais em Salvador a muito tempo. Que quando o Benjamim foi preso eu mesma tinha ido levar ela na rodoviária para ela ir para São Paulo. Aí me perguntaram: “Para onde que ela foi em São Paulo?” E eu falei o nome da única rua que eu conhecia porque eu passava quando estava indo para a casa de uma prima que morava em São Paulo: “Olha, eles me disseram o nome da rua Francisco Matarazzo...” E me perguntaram o número na rua, eu não tinha absolutamente nenhuma ideia de que número dizer e respondi sem pensar muito: “Francisco Matarazzo, 345!” E me perguntaram qual o número do apartamento e eu disse: “Olha, não me falaram nada de apartamento!” Ele pensou alto e exclamou: “Casa na Francisco Matarazzo? Olha, se esse endereço não existir tu vais ver o que vai te acontecer!” Essa era a informação que os dois caras do CENIMAR queriam desde o início, porque eles já chegaram querendo enfiar os meus dois dedos na tomada.

**TVP:** Tu lembras os nomes desses dois agentes do CENIMAR? Como eles chamavam um ao outro?

**AMVL:** Não, não tenho a mínima ideia. Só não lembro, como não sei. Aí eu comecei a “remendar” achando que quando eles vissem que era mentira eu ia levar: “Bom, mas eles não confiavam muito em mim... Eu nunca fui de Direção... Não sei se essa informação é correta.” Bom, eles voltaram depois de um tempo e disseram que não encontraram nada e me colocaram para fazer uma acareação com o dono da casa que o Tibério e a Estela moravam, que por sorte eu não conhecia, nunca tinha ido a casa deles. Eu frequentava bastante as ruas próximas porque era onde morava o meu ex-marido na casa de uma tia dele. A casa dela era na rua principal da capelinha de São Caetano e eles moravam na Ladeira do Lobato, que era próxima. Eles me colocaram para fazer a acareação com o cara que estava desesperado para “ajudar” e dizer um monte de coisas para eles. O cara mostrou uma foto da Estela, mas se perdeu na história que estava contando e eu aproveitei o vacilo para aumentar a contradição acusando ele de oportunista: “Olha, esse cara só está querendo enganar vocês para ficar com

prestígio perante a polícia, vocês não estão percebendo? Isso aí não vale o que come!” Como ela tinha o cabelo bem curto e castanho, eu aproveitei e disse: “Imagina, a Estela é loira e usa o cabelo quase pela cintura!” Dali em diante eu fiz toda a minha vida mas sem abrir nada, só abri essa história do endereço e a informação de que a Estela era loira e tinha o cabelo comprido. Depois eu fui levada para o presídio feminino e um mês depois eu saí. Quando eu saio da cadeia vou direto para a casa da tia do meu ex-marido porque eu também não tinha para onde ir. Chegando lá a filha dela me diz: “Mara, tu nem sabes quem nós vimos na Baixa dos sapateiros!?” Aí eu respondi: “Não me diz que a louca da Estela ainda está em Salvador!?” Aí ela me diz assim: “Olha, estava do outro lado da rua nos abanando bem feliz, mas nós quase não a conhecemos porque ela estava com uma peruca loira que ia até a cintura!” Eu inventei uma história para ser exatamente o contrário e ela pensou a mesma coisa. É por isso que eu queria “matar ela”. Quando eu contei essa história ela deu muita risada. Mas não fica só nessa história as “informações” que eu “dei” para “eles”. Anos depois, já era na legalidade, uns 13 anos depois, eu fui participar de um Congresso pela CONAM [Confederação Nacional das Associações de Moradores] e de um encontro do Movimento contra a carestia. Depois dos eventos eu fui para a casa da Amelinha Teles e comentei que iria telefonar para a minha prima que morava em São Paulo para tentar vê-la, porque eu gostava muito dela e queria marcar um almoço, algo assim. Eu telefonei para a minha prima já me desculpando que não conseguiria ir à casa dela porque teria que voltar para o Rio Grande do Sul, mas gostaria de almoçar com ela. Quando eu perguntei onde era o trabalho dela, ela me responde: “Eu trabalho em uma agência do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social]... Anota o endereço...” Era noite e eu estava ligando da rua, de um “orelhão”, não tinha como anotar, mas quando ela disse o endereço eu comecei a tremer: “É na Francisco Matarazzo...” Quando ela disse que o número era “345”, eu não conseguia mais ouvir nada, comecei a tremer inteira e só consegui dizer: “Está bem, até amanhã!” No outro dia eu tomei um ônibus que me deixou no início da Francisco Matarazzo e depois um taxi até o número. Quando eu cheguei olhava para todos os lados, olhava o prédio da agência. Quando nós saímos para almoçar, fora do prédio com medo que tivesse alguma coisa, isso que já era “democracia” – entre aspas, aí eu perguntei: “Essa agência é nova?” Ela me respondeu que sim, que tinha uns cinco anos. Aí eu perguntei o que era antes, porque fiquei pensando que no mínimo “eles” pegaram as pessoas que estavam ali e mataram. Ela me disse que antes era uma agência do INAMPS [Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social]! Nossa... Isso foi uma salvação, porque imagina!? Eu falei um número qualquer, só porque os números eram em ordem, “345”, imagina se pegam uma pessoa!? Olha que loucura isso! Essas coincidências

que acontecem... Eu posso te dizer com segurança que muitos de nós morreram e muitos de nós se salvaram por detalhes assim, como esse. Bom, mas os “caras” acabaram indo na minha conversa, o coronel principalmente. O tal de “Doutor Humberto” dizia: “Nele eu ainda acredito, mas nessa vagabunda!? Ela sai aqui e entra ali.” Dali nos tivemos que ficar indo todos os meses preencher uma ficha, assinar que tinha ido. Até que um dia o nosso advogado foi até a auditoria militar e diz: “Olha, o auditor militar está pedindo a [prisão] preventiva de vocês!”

**TVP:** Tu continuavas trabalhando na fábrica nessa época apesar de ter sido presa?

**AMVL:** Voltei para a fábrica depois de ter ficado meses presa e os “caras” da fábrica me disseram: “No que depender de nós, a senhora fica na Bosch para o resto da sua vida. Não temos nenhum problema com o fato da senhora ter sido presa aqui.” Mas ficou um “climão” entre os colegas. Na casa em que eu morava não pude ficar mais porque o “dono” da menina disse que lá “subversiva não iria morar”. Na fábrica não tinha a menor condição de continuar com o trabalho que tinha por finalidade conseguir gente para o partido. Nós acabamos “pedindo as contas” para pegar algum dinheiro que eles davam na rescisão para poder fugir. Quando o “cara” pediu a nossa prisão preventiva nós fugimos. Eu saí com uma bolsa pequena, três vestidos e umas dez calcinhas – uma em cima da outra – saí gorda de roupa para poder levar uma bagagem a menor possível. Nós descemos a Ladeira do Lobato que era próxima à capelinha e pegamos um trem. Desembarcamos do trem logo à frente, em Paripe e pegamos um ônibus até a Serrinha. Na Serrinha passamos um mês na casa de um padre que era nosso amigo, na verdade nós não o conhecíamos, mas ele era amigo da AP.

**TVP:** Os contatos para saber onde ir, como se locomover, onde procurar ajuda vocês ainda conseguiram manter?

**AMVL:** Tinha uma pessoa que nos passou todos esses dados. Nós não entramos em contato com ninguém da Organização, mas um dos companheiros que morava próximo da casa onde nós morávamos – ele também morava com outro casal assim como eu fiz – nos ajudou. Esse companheiro também era operário e tinha vindo da JOC, era um dos poucos que tinha origem na JOC. Mas aí em determinado momento nós tivemos que nos separar, levaram o Benjamim para uma vila de pescadores e eu fui para Aracajú morar com três empregadas domésticas em uma vila. Essa menina da JOC que conseguiu adiantamento com a patroa dela de Cr\$75,00 (setenta e cinco cruzeiros) para me emprestar. Agora repara, o salário mínimo era Cr\$150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) e ela ganhava muito bem porque era cozinheira de “forno e fogão” – como se dizia na época – e o salário dela era Cr\$75,00 (setenta e cinco cruzeiros), metade do salário mínimo. Quando eu trabalhei de empregada doméstica tinha que trabalhar

das 06:00h da manhã até as 21:00h para ganhar Cr\$30,00 (trinta cruzeiros). A realidade da Bahia era essa. Mas aí ela pediu um adiantamento de salário para a patroa dela e me deu os Cr\$75,00 (setenta e cinco cruzeiros) na mão para eu conseguir comprar a passagem para retornar para o Rio Grande do Sul. Quando eu cheguei falei para o meu pai que sentia muito, mas que ele teria que arranjar Cr\$75,00 (setenta e cinco cruzeiros) para eu mandar de volta para a menina. Afinal ela havia pedido um adiantamento de salário para me ajudar e ainda bem que consegui mandar logo em seguida o dinheiro de volta para ela. Uns dois ou três meses depois eu mesmo mandei o dinheiro da passagem para o meu ex-marido vir também. Depois nós já estávamos quase nos separando eu disse a ele: “Era a polícia que nos juntava e nos separava.” Era como o meu cabelo, quem mandava nele era a polícia: Se me pegavam de cabelo comprido eu cortava, se me pegavam de cabelo curto deixava crescer. Quando eu fui presa eu tinha o cabelo bem comprido e não era pintado. Quando chegou à hora de sair da casa do padre que nos hospedou na Serrinha – nós estávamos indo para Aracajú – eu cheguei com a tesoura e disse para o padre – era Aldo o nome dele – “corta o meu cabelo”. Ele respondeu que nunca tinha cortado cabelo e eu disse que uma vez é sempre a primeira, aí ele cortou. Ele disse que era uma barbaridade cortar um cabelo tão bonito, mas eu não tinha opção, eu estava sendo procurada e estava na mesma região militar além de tudo. O padre Aldo era italiano, uma pessoa muito culta. Ele comentou conosco que gostaria de ir ver a peça “Pequenos Burgueses”, do Gorki, que estava passando por Salvador com o Grupo Opinião. Nós dissemos para ele ir que ele iria gostar. No elenco tinha Fernanda Montenegro, Fernando Torres, etc. Ele foi e voltou de boca aberta. Ele dizia que na Europa não tinha atores com aquele nível de interpretação, isso é uma coisa que eu nunca esqueci e olha que eu sou péssima para detalhes. Quando nós chegamos a Aracajú nós fomos morar em uma vila, depois passamos para outra e funcionava assim: o pessoal comprava um terreno e depois dividiam em pequenas peças, quatinhos. O meu ex-marido conseguiu uma lata de 5 litros, fez um furo na frente e com barro ele fez um fogão para nós. Ele conseguiu uma lata de óleo de carro em um dos lugares onde ele foi procurar emprego e trouxe. Eu lavei e fervei várias vezes e ela virou a nossa panela do feijão. Eu fui a uma loja onde eles recebiam móveis que vinham embalados com madeira de compensado. Eu pedi as madeiras para o empregado e ele me deu, mas ficou olhando, porque a gente andava bem arrumada pelos motivos que eu já te disse. Ele me deu um monte daquelas madeiras e eu saí andando com elas embaixo do braço pelo centro de Aracajú. Depois eu morei perto do centro, quando eu fui morar com as meninas que eram empregadas domésticas. Na parada, esperando o ônibus que ia para a minha vila, eu comprei dois caixotes de maçã argentina – esses caixotes que são bem fortes – para poder usar como

móvel. Nós ganhávamos uma cota muito irrisória [da AP] até nós conseguirmos trabalho. Eu logo consegui trabalho como doméstica, mas para ele era mais difícil porque ele não tinha a “terceira” [documento de dispensa do serviço militar]. Para mim foi muito fácil, fui até o cartório, eu mesma me registrei e fiz uma carteira profissional. Inventei todos os dados, na maior cara de pau. Bom, mas eu comprei as caixas de maçã e entrei no ônibus e fui para o último banco, com as madeiras e as caixas de maçã. Quando eu cheguei em casa o meu ex-marido não acreditava na quantidade de madeira que eu tinha trazido e mais os pregos que eu pedi também. Com aquelas madeiras o meu ex-marido fez uma mesa boa, dois bancos e uma estante. A única coisa que nós tínhamos comprado quando chegamos foi duas esteiras duplas de casal. Eu colocava jornal velho embaixo porque era muito úmido, o piso era de cimento direto e nessa época eu já estava grávida – já estava grávida desde quando saí de Serrinha. Essas foram condições bem precárias em que nós vivemos. Foi depois disso que nós fomos para a casa onde morreu aquela menina que eu te disse. O menino dos “serviços” que estava nos ajudando em Aracajú que arrumou essa casa para nós vivermos, que era do tio dele. Sobre esse menino dos “serviços” eu não sei te dar muitos detalhes porque naquela época quem era deslocado para “serviços” já não ia mais para o movimento de massas por todo o risco que envolve a queda de uma pessoa que tem tanta informação de tantos militantes e da própria Organização. A Estela, que te falei antes, tinha sido de “serviços nacional” antes de ser deslocada para fazer os “serviços” na Bahia. Foi inclusive ela que me pegou no “ponto” quando eu cheguei à Bahia. Aliás, eu não gravava o “ponto”, eu colocava nos meus códigos pessoais. Antes de chegar em São Paulo eu fui no banheiro, decorei bem, coloquei no vaso sanitário e dei descarga. Quando eu cheguei lá tinha uma menina que veio do Ceará que perdeu o “ponto” escrito por extenso. O mesmo “ponto” que era o meu, agora tu imagina o perigo!? Mas eu não sei se é isso que você quer saber? Fui atropelando um monte de coisas...

**TVP:** Está ótimo, a memória opera dessa forma, me parece. Esse é o processo de montar o quebra-cabeça a partir dos fatos vividos e das memórias narradas, tentando dialogar com o que se convencionou chamar de história. Mas quando você volta para o Rio Grande do Sul, como foi?

**AMVL:** Bom, um tempo depois de eu chegar aqui a minha filha nasceu. Isso foi em 1972, no mesmo ano em que caiu o pessoal da AP aqui. Depois nós seguimos participando de toda a discussão que foi se dando durante todo esse tempo. Teve um caso muito engraçado que o pessoal fez no auge de toda essa dificuldade objetiva que nós tínhamos, tanto na vida como na militância. As direções estavam discutindo o “escambau” e chegou para nós um documento de 149 ou 179 páginas – eu não lembro bem. Esse documento era um Relatório de uma

Reunião Nacional Ampliada, que era o Comando Nacional e os demais Comandos. O que posso te dizer desse documento é que as 25 primeiras páginas, mais ou menos, eram uma explicação de porque o documento estava incompleto. Eu li com os meus companheiros de casa – que na época era aquele casal que te falei – até a página 7. Aí eu combinei com ele, que lia mais devagar, que ele ficaria com o documento durante a semana – porque eu nem tinha condições de levar para a fábrica e o documento era “filho único de mãe viúva. No final de semana, como eu lia mais depressa, eu iria ler o que estava faltando em relação ao que ele tinha lido e nós conversaríamos sobre. Quando eu chego em casa no sábado a noite, depois de uma semana trabalhando – porque eu morava durante a semana no Centro residencial e ia para a casa deles no fim de semana – bato na porta – que era fechada com trâmela, aí tu imagina a “segurança” –, entro e ele fica me olhando, está sentado lendo o documento sob luz de candeeiro – que era uma lata de leite ninho com um pavio. Em uma semana de leitura ele conseguiu ler sete páginas, estava na página 14. Quando eu perguntei como estava ele me responde: “Até agora não ‘intindi’ nada!” A primeira pergunta que ele me fez foi: “Baixinha, o que é inócuo?” Eu expliquei que era uma coisa inútil, sem sentido, etc. Perguntei se ele tinha entendido e ele me respondeu: “Certo, mas o que quer dizer a palavra inócuo? Eu acho que enquanto eu não entender o que quer dizer inócuo eu não vou entender nada.” Eu insistia que ele tinha que entender o sentido da palavra no texto, mas não adiantava. Aí ele me pergunta, com uma cara de baiano desconfiado: “Mas porque tu não quer me dizer o que é inócuo?” Aí eu disse que eu não sabia explicar do jeito que ele queria saber. O que eu sabia era o que tinha acabado de explicar. Eu sempre dizia para ele: “Tu achas que porque eu larguei o terceiro ano da faculdade de direito eu sou obrigada a saber tudo?” Era muito engraçado o jeito que ele ficou “invocado” com a palavra “inócuo”. Ainda bem que logo em seguida o pessoal precisou do documento para levar para alguém mais desocupado e levaram embora, assim não precisamos discutir o tal documento. Bom, com essa história do documento tu já pode perceber o nível da discussão que se tinha em relação ao partido, não partido, qual era o partido de verdade, se já existia o partido, se não existia, etc. Claro, havia também todo o processo de avaliação de como estava se dando a integração na produção, mas não tinha como discutir naquelas condições. Até porque tu militava e trabalhava feito uma mula, por exemplo, lá na Bosch nós trabalhávamos sábado o dia inteiro e depois as horas extras nunca vinham de acordo. Um dia eu tive a oportunidade de explicar para os colegas o que acontecia, porque todos estavam indignados com a questão das horas. Eles tinham as normas Bosch que sempre marcavam a menos em relação ao que nós tínhamos anotado. Bom, mas aí eu expliquei o quanto cada vela daquelas que nós produzíamos era vendida no

comércio, ou ainda, as especiais que eram exportadas ou iam direto para as montadoras. Um dia eu comecei a trabalhar as 06:00h da manhã e quando olhei no relógio eram 06:20h, parei, fiz uma conta rápida de cabeça e falei para todos: “Pronto, devolvi tudo!” Aí os colegas ficaram todos me olhando: “O que foi Mara?” Aí eu respondi: “Em 20 minutos de trabalho eu devolvi tudo que a Bosch me deu hoje pelo mês!” A produção parou, e eu ouvia: “É mesmo, que desaforo!” Então de repente tu tem a vivência da mais-valia ali na tua frente. Tu pode estudar o quanto quiser, mas ali tu tens a vivência da exploração.

**TVP:** E como era o teu trabalho militante na integração na produção? O que tu conseguias fazer, de fato, no campo político, de agitação, enfim? Reuniões, panfletos, boletins, etc.?

**AMVL:** Na fábrica eu nunca tive condições de fazer esse tipo de trabalho. Nós estávamos muito no início dos trabalhos, ainda não tinha como fazer isso, recém estávamos nos estabelecendo. Nós fazíamos muitas panfletagens na rua, deixando panfletos pendurados em ganchos em locais principais da cidade. Em uma das panfletagens que eu fiz, nós tínhamos acertado tudo, eu falei para o menino estudante que iria fazer a panfletagem comigo para verificar bem o carro para não ter nenhum problema. Na hora de sair o menino deixou o carro dele – que estava com algum problema – e pega o do pai que tinha vários probleminhas. Quando nós estamos saindo da cidade para ir distribuir justamente no Centro residencial de Aratu, na frente da fábrica – onde nós iríamos deixar pendurado, etc., com um bolo enorme de panfleto dentro do carro, a polícia nos pára. Começaram a olhar um monte de defeitos e a fazer perguntas sobre para onde nós estávamos indo e eu inventando uma história enorme que eu tinha vindo ficar com a senhora avó dele e que agora eu tinha que voltar para o Centro residencial porque eu morava lá e tinha que trabalhar no outro dia pela manhã, enfim. E os panfletos estavam entre o banco de trás e o banco da frente. No fim nós percebemos que o que eles queriam era “bola” [suborno], deixamos qualquer coisa na mão deles e fomos nos desfazer dos nossos panfletos na praia da boca do rio, que na época era bem deserto. Largamos os panfletos lá e tivemos que ficar fazendo tempo até a hora do ônibus da Bosch. O Antônio Carlos Magalhães tinha feito uma praça dos namorados e eu falei para o menino para nós irmos para lá. Fiquei tentando dormir no banco de trás do carro, porque eu tinha que pegar o ônibus as 05:00h e entrar na fábrica as 06:00h. Mas aí chega a polícia de novo falando “dos costumes”, aí tivemos que ficar rodando pela cidade até próximo do horário do meu ônibus. Mas de trabalho político na fábrica era isso, pequenas discussões, como aquela das horas extras. As meninas passavam por nós e diziam: “Trabaia, nega, trabaia para enricar alemão!” Era assim o dia a dia. Na casa em que eu morava com as outras três meninas, um dia estava explicando – com as minhas palavras e com as dela – a teoria da mais-valia para uma delas, a



Gracinha. Eu gastando o meu latim, falando da exploração, do quanto que recebemos pelo trabalho, do quando do trabalho que fica sem pagamento, toda aquela história... De repente ela coloca a mão na cintura, da forma mais baiana do mundo e dispara: “É, minha filha, morre o cavalo para o bem do urubu!” Eu só consegui responder: “Gracinha, é exatamente isso! Morre o cavalo para o bem do urubu!” Poupança a leitura de vários volumes! Essa é uma das coisas mais gratificantes para mim, se fosse preciso eu ficaria direto junto delas, se eu não tivesse sido presa. É impressionante a quantidade de coisas que você aprende. Esse enterro que te falei antes, por exemplo, dias depois de eu ter largado aquela: “Eu não entendo vizinha, como que de um pecado nasce um anjo” fui perguntar do que a menina tinha morrido, a resposta: “Foi o vento, menina! Deu em cruz, não teve rezadeira que pudesse salvar.” Tu sabe lá o que é isso? Aquela coisa que é plantada pela elite, plantada para você aceitar. Aquela ignorância que não vem do nada, é uma ignorância plantada. É como aquelas histórias que dizem que não se pode comer “isso” com “aquilo”, não pode comer manga com leite, uva com sei lá o que, isso tudo era para os escravos não pegarem. Era muito bem plantado, por isso que eu dizia para o meu ex-marido, imagina o dia que eles descobrirem que os oito filhos que morreram não foi deus quem matou, que tem responsáveis. Já pensaste nisso? Por fim, eu acho assim, que a integração na produção da AP foi uma coisa muito bem pensada. Nós tínhamos no horizonte a luta armada, porque depois do AI-5 ninguém mais teve a ilusão, não dava para ter ilusão. Ou era armado ou não era. Só que nós pensávamos: “Nós não temos nada, não temos armas, não temos dinheiro, nós não temos coisa nenhuma!” E não adiantava nada, nós com o nosso grupelho, querer salvar o Brasil. Nós tínhamos que crescer, e muito, mas crescer aonde? Crescer no movimento operário e no movimento camponês. A integração na produção era o primeiro passo, mas “eles” não deram tempo para vir o próximo passo. É a mesma coisa que eu vejo em relação ao que foi a Guerrilha urbana. O pessoal começou a fazer assaltos, para juntar dinheiro, para se preparar para se defender. E “eles” começaram a matar todo mundo. O Araguaia foi a mesma coisa, o Maurício Grabois foi para lá em 1965. Eles foram todos para lá, para morar, se estabelecer, etc. O Hass [João Carlos Haas Sobrinho] era médico de dois municípios, Tocantinópolis – antes Maranhão e hoje Tocantins – e Porto Flandres no Pará, eram municípios vizinhos. Ele era adorado pela população, mas de repente os “caras” colocaram na capa de um jornal de São Paulo a foto dele como sendo terrorista procurado. Obviamente ele não teve mais como ficar ali e foi para a selva. Mas essa ida para a selva era para começar um trabalho, morar, conhecer, mas não deu tempo.<sup>152</sup> [...] Nós tivemos poucas

---

<sup>152</sup> Neste ponto da entrevista há informações sobre a Guerrilha do Araguaia que desembocam na história do PCdoB, o que julgamos muito importante, mas que se coloca para muito além do objetivo dessa pesquisa e por

mortes na AP, felizmente. Mas tivemos mortes e pessoas que foram barbaramente torturadas como a Nilce [Azevedo Cardoso]. A minha mãe na época deu uma grande lição para nós. Quando o nosso pai teve um infarto em 1972, muitas pessoas da família começaram a acusar a mim e ao meu irmão, nos colocando como culpados. Depois, quando ele morreu oito anos depois, nos acusaram também da morte dele. A minha mãe disse: “Quem matou o Doca foi a ditadura!” Quer dizer, é outra visão. O fracasso da Guerrilha do Araguaia não se deu somente em função de ter sido uma “aventura” como alguns dizem. Era o que tinha para ser feito na época e a AP não estava na luta armada porque não tinha condição, pois se tivesse estaria. No horizonte das nossas discussões era claro para todo mundo que um dia nós teríamos que partir para a luta armada.

**TVP:** Mas e aqueles episódios como o do Aeroporto de Guararapes com o Padre Alípio? Ali naquele período não havia uma tendência forte à luta armada?

**AMVL:** Claro que sim, mas naquele momento eles já não estavam mais na AP, já era o PRT, se não me engano. O marido da Laura Petit, que é nosso companheiro desde a infância, ele foi um dos que saiu com o Alípio para formar o PRT. E também com o rapaz que havia sido presidente da UNE, o Altino Dantas Júnior.

**TVP:** Mara, da minha parte eu agradeço pela entrevista. Penso que as informações que você me deu são muito importantes e enriquecem muito a pesquisa que tenho feito. Não sei se você gostaria de acrescentar alguma coisa?

**AMVL:** Não, mas qualquer coisa que tenha faltado, algo que você queira tirar dúvida ou até mesmo se você quiser fazer outra entrevista, estou às ordens.

**APÊNDICE G – ENTREVISTA COM CARMEM MARIA CRAIDY****Transcrição da Entrevista com Carmem Maria Craidy****Entrevista realizada em 30/03/2015**

Entrevistador: Thiago Vieira Pires (TVP)

Entrevistada: Carmem Maria Craidy (CMC)

**TVP:** Eu gostaria que você começasse me falando um pouco da sua história. O que te leva à militância? Como vai se dando esse percurso militante em meio a sua vida? Pensando desde o início, da JEC, JUC, até outras experiências pelas quais você passou.

**CMC:** Eu comecei em JEC com 14 anos – ainda no Ginásio. Tanto a JEC como a JUC foram para mim um fator de liberação e de compromisso. Eu vinha de uma família católica e bastante tradicional, muito ligada aos valores da igreja. Em Ijuí, no interior onde eu morava na época, os valores da igreja eram muito fechados, era um catolicismo muito fechado. A JEC surge como uma possibilidade de catolicismo mais aberto, de ter mais liberdade, de poder usufruir mais coisas. Isso vai se dando em uma crescente e eu acabo me engajando muito em JEC – acabei ocupando todas as funções possíveis dentro da JEC, fui dirigente diocesana, dirigente regional... No início a militância se dava de forma mais tímida, muito atrelada a campanhas nacionais que eram lançadas pelo nacional de JEC. Cada ano havia um tema. E depois a militância foi se voltando cada vez mais para o social, começamos a trabalhar em periferia inspirados em Paulo Freire, esse tipo de coisa. Depois eu entrei em JUC, onde também ocupei todas as funções, fui dirigente regional e depois nacional. Na JEC e na JUC da época utilizávamos um método de reflexão chamado de “ver, julgar e agir”. Este método dava muito dinamismo à reflexão e ao engajamento, pois impulsionava a refletir e a agir sobre a realidade.

**TVP:** Em que ano você começa na JEC e em qual cidade?

**CMC:** Em Ijuí, eu tinha 14 anos, então foi em 1956. Em 1956, mas ainda timidamente, pois eu era ginásiana. As coisas começam a se aprofundar mais para mim a partir de 1958, onde a gente já tem uma atuação mais significativa. Eu entrei na universidade e ainda fiquei na JEC durante dois anos. Eu era base de JUC e dirigente de JEC. Isso se fazia muito na época. Um marco nessa caminhada foi – as datas exatamente eu não sei, talvez você saiba – quando a JUC lança o “ideal histórico”. O “ideal histórico” era uma formulação em que o compromisso fundamental do militante era com a história. A história dentro de uma perspectiva

revolucionária. Eu acho que isso foi em 1960. Depois do “ideal histórico” se passa para a “consciência histórica” que era uma formulação do Padre Vaz – Jesuíta – que já dinamiza mais, ou seja, não era mais a visão de um ideal único, mas de uma inserção histórica dentro de uma perspectiva mais complexa. Sempre tendo presente a perspectiva revolucionária. Nessa época tinha muito a influência do [Emmanuel] Mounier – o personalismo de Mounier –, do Teilhard de Chardin, do [Marie-Dominique] Chenu, todos grandes teólogos e teóricos da época que entraram em cheio. Inclusive o germe da Teologia da Libertação teve influência nessa época por meio do peruano àquele que ainda pontifica... Não lembro o nome dele!<sup>153</sup> A memória anda ruim! Tinha esse teólogo peruano que também tinha influência... Mas então se abre muito o pensamento de JUC e o engajamento passa a ser prioritariamente no social e no político, com uma perspectiva revolucionária. O tipo de cristianismo que nós propugnávamos, a partir desses teólogos, era uma visão antropológica do cristianismo. Quer dizer, o Cristo para nós era o Cristo encarnado, portanto, o que nos interessava era o homem concreto e o ser humano concreto dominado. Disso para uma perspectiva revolucionária era um passo, até porque se vivia na América Latina e no Brasil, particularmente, uma mobilização de massas muito grande que se evidenciava na luta pelas Reformas de Base. Na área da Educação era Paulo Freire, reforma universitária... Na área social era a reforma urbana, reforma agrária, todas as grandes reformas estruturais que estavam na ordem do dia.

**TVP:** Pensando essa perspectiva revolucionária dentro do projeto da Ação Católica, junto com esse ideal histórico e consciência histórica, como era a relação com a igreja nisso tudo? Pelas pesquisas que tenho feito tudo indica que não era uma relação fácil, pois essa revolução talvez não fosse bem a revolução que a igreja queria.

**CMC:** Foi se tornando cada vez mais difícil! Na medida em que a JUC e os militantes entraram para essa linha o apoio da igreja – particularmente do episcopado – foi diminuindo. O Dom Cândido Padin foi colocado na JUC – como assessor da Ação Católica em geral e da JUC em particular – para controlar a JUC e a Ação Católica. Ele era um bispo beneditino de São Paulo, uma pessoa extremamente honesta e extremamente comprometida. Ele ficou um ano assistindo todos os Congressos da JUC sem falar e quando ele falou, falou para defender a JUC. Ele foi posto lá para controlar e se converteu totalmente e aderiu ao movimento. Assim como aconteceu com Dom Hélder Câmara. Ambos foram afastados pelo episcopado. Esse afastamento foi progressivo, chegou um momento em que o episcopado proibiu os padres de trabalharem com a JUC. Nessa época eu estava na equipe nacional de JUC – em 1965/1966 –

---

<sup>153</sup> Gustavo Gutiérrez.

e nós morávamos em uma casa que era dos bispos. Nós tínhamos uma sede na Rua Miguel Lemos em Copacabana que era uma casa que tinha sido desapropriada pelo governo do Rio de Janeiro e cedida aos bispos para ser sede de Ação Católica. Aí os bispos nos tiraram dessa sede e nos colocaram na Rua do Lavradio, em uma casa que também havia sido desapropriada e que tinha sido um prostíbulo. Então a casa tinha uma sala e quatinhos. Era impossível trabalhar lá porque a casa era em meio a um prostíbulo. Eu lembro que o Dom Cândido dizia: “Se eu tivesse uma filha eu não deixava trabalhar aqui.” Então a gente não ia trabalhar lá porque não tinha nem local, era impossível. Em 1965/1966 – não sei bem porque eu fui para lá no final de 1964 e fiquei até agosto de 1966, ajudei a fechar a JUC do Brasil –, eu percorri todas as escolas, universidades, paróquias, tudo o que era instituição cristã que havia no Rio de Janeiro e não consegui um lugar para nós fazermos o Congresso Nacional de JUC. Ninguém mais aceitava trabalhar com a JUC. Essa era uma posição da igreja... Tanto que dizem que os militares fecharam a JUC, mas não foram os militares, foi a igreja que inviabilizou. E a igreja inviabilizou porque achou que a JUC tinha transcendido ao seu controle. E os militantes, por sua vez, também não queriam mais saber. Aí eles colocaram o Dom Vicente Scherer para controlar a Ação Católica nacional, ele que era extremamente conservador. Já na primeira reunião em que eu participei com a presença dele [Dom Vicente Scherer] eu me atritei de tal forma com ele que ele estabeleceu como condição, depois disso, que para ele participar das reuniões do AEIOU (AEIOU eram as representações de JAC, JEC, JIC, JOC, JUC, tinha um colegiado com os representantes das equipes nacionais de todos os movimentos que antes era assessorado pelo Dom Cândido que foi tirado e colocaram no lugar dele o Dom Vicente [Scherer]) que eu não participasse mais. Era impossível, o Dom Vicente [Scherer] era um homem extremamente conservador, não tinha nada a ver com o que a gente fazia. Eu tinha participado aqui no Rio Grande do Sul como Presidente de Diretório Acadêmico e também na reunião de fundação da Ação Popular com o Betinho. O Betinho veio a Porto Alegre e realizamos uma reunião na casa da Maria Becker em que eu estive presente. Mas logo eu fui para a equipe nacional e quando eu era da equipe nacional eu não participava diretamente da Ação Popular para não misturar as coisas. Nós tínhamos muita consciência de que uma coisa era a JUC e outra coisa era a Ação Popular. A Ação Popular era laica e não tinha nenhuma vinculação eclesial. A JUC era um movimento de igreja. Nós ainda acreditávamos em igreja nessa época, depois a igreja sumiu da nossa vida completamente. Na época eu ainda permaneci católica um tempo mesmo depois de ter saído da JUC. Depois a religião foi desaparecendo da minha vida e hoje não tem o menor sentido, aliás, há muito

tempo não tem o menor sentido. Então eu não participava diretamente de AP para não misturar as coisas.

**TVP:** Você lembra em que ano foi essa reunião na casa da Maria Becker?

**CMC:** Eu acho que foi em 1962, mas não tenho bem certeza. Até porque antes da fundação da Ação Popular teve o que chamavam de “Grupão”, que era um grupo que se reunia e que justamente gerou a Ação Popular. Desse grupo participavam o Vinícius [Caldeira Brandt], o Betinho [Herbert José de Sousa], o Henrique Novais, o Padre Vaz, o Padre Alípio, esse pessoal que foi gestando esse movimento para ser um movimento político e não um movimento eclesial, mas que começou com militantes de igreja.

**TVP:** Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre como funcionava a estrutura organizativa dentro da JUC, as direções, coordenações, etc. Como o militante ia passando de um cargo a outro? Como era o desenho dessa estrutura?

**CMC:** Havia as equipes de base que militavam em cada faculdade, em cada escola; tinha uma coordenação de cidade caso houvesse muitos núcleos; uma coordenação na diocese; uma coordenação na região – a nossa região era Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; e tinha uma coordenação nacional. As coordenações, em geral, eram escolhidas pelas próprias coordenações quando saía alguém – que se formava, que ia para outro movimento, ou porque simplesmente se desligava. A coordenação discutia quem iria convidar, daí surgiam alguns convites diversificados e as pessoas aceitavam ou não. Não eram eleições, mas era um processo discutido, havia indicações, etc. Eu fui sempre dirigente local, depois diocesana, regional, tanto de JEC como de JUC. De JUC fui também nacional. Era assim que funcionava. O que o dirigente fazia? O dirigente visitava todos os núcleos, veiculava os últimos documentos, fazia o trabalho de formação, organizava os encontros diocesanos, regionais e nacionais – havia encontros e seminários regulares. Nesses seminários se estudava muito, se convidava intelectuais – mesmos os que não eram de JUC – para falar sobre revolução, realidade brasileira, sobre diferentes temas e se convidava teólogos, também. Eram elaborados textos que todos os militantes estudavam. Se estudava bastante! O dirigente era quem articulava isso tudo. Organizava seminários, visitava os núcleos, observava quais eram os problemas que os núcleos estavam enfrentando. Nós viajávamos muito. Eu como dirigente de JEC viajei praticamente o estado inteiro e como dirigente nacional de JUC eu viajei por quase todo o país e passei por praticamente todas as universidades brasileiras. Visitei praticamente todas as universidades brasileiras na época. Viajava praticamente sem recursos, com dificuldades, de ônibus, mas viajava.

**TVP:** Isso antes do golpe de 1964?

**CMC:** E depois também.

**TVP:** E você não tinha algum temor quanto a isso devido à repressão?

**CMC:** Tinha sim! Quando começou a crise da JUC e àquela confusão toda, os bispos compraram uma casa em Santa Tereza [Rio de Janeiro] – que existe até hoje – e instalaram todos os movimentos de Ação Católica ali, os permanentes. Os permanentes eram as equipes nacionais, as pessoas que se dedicavam em tempo integral para a coordenação do movimento. Eu já estava formada, eu havia me formado em 1964 e fui para ser permanente da equipe nacional.

**TVP:** Qual o curso que você se formou?

**CMC:** Pedagogia. E daí fui para ser permanente da equipe nacional. Era dedicação integral. Nessa casa que os bispos compraram eles instalaram todos os permanentes de JAC, JEC, JUC, JOC, JIC. Era uma maluquice! Antes disso cada equipe nacional tinha um apartamento ou uma casa alugada, enfim, morava em algum lugar. Ali colocaram todo mundo junto, o que era uma maluquice completa devido a tensão que existia naquela época. Imagina que morávamos todos na mesma casa, era um casarão dividido em dois ou três quartos para os rapazes, dois ou três quartos para as meninas. Além disso, sempre tinha gente chegando e viajando, do Brasil inteiro, e sempre trazendo notícias de prisões e de perseguições. Era uma tensão muito grande. O lugar era muito bonito, a gente enxergava tanto a zona sul como a zona norte do Rio de Janeiro. Eu lembro que tinha um militante de JUC que era da equipe e que morreu muito jovem, logo depois de sair da equipe nacional, morreu do coração, não tinha nem 40 anos. O nome dele era Mauro, ele tocava violão em uma varanda grande que tinha. O jeito que a gente tinha de se descontrair era ficar de noite sentados nessa varanda e ele tocando violão. Mauro era o nome dele! O Mauro ficava tocando violão e a gente cantando, todos ali na varanda. Sempre tinha alguém que tinha chegado de alguma região e trazia notícias de alguém que tinha sido preso ou de alguém que tinha que ser escondido. Era uma panela de pressão aquela casa. De certa forma a JUC servia também para acobertar muita coisa, gente perseguida, coisas assim. Eu lembro que uma vez eu tinha chegado do nordeste e nós estávamos em uma reunião de JUC nacional – eu acho que era JUC nacional com a JUC do Rio de Janeiro, agora não lembro direito –, um seminário em uma casa em Petrópolis. Eu havia chegado de uma viagem grande e estava muito cansada, lembro de estar sentada e bem escorada em um sofá onde eu cochilei durante a discussão e acordei com uma metralhadora encostada na minha cabeça. A polícia havia cercado a casa e acabou prendendo todo mundo. Eles levaram todo mundo, mas não lembro se foi para o exército ou se foi para o DOPS.

**TVP:** Em que ano foi isso?

**CMC:** Isso foi entre o final de 1965 e início de 1966, por aí. Nós ficamos presos poucas horas porque os bispos foram lá e intercederam, imagina que a igreja ia nos deixar presos. Mas dá para ver um pouco o clima. Era um clima de controle, de ameaça permanente. Você nunca sabia se você ia ser preso ou não. Ali era uma reunião só de JUC, não era uma reunião política. Claro que se discutia de tudo, mas era uma reunião de JUC, não era reunião de Ação Popular. Mesmo assim fomos presos todas as equipes juntas.

**TVP:** A JUC – enquanto JUC – tem atuação até que ano independente da Ação Popular?

**CMC:** Quando eu saí em agosto de 1966 já estava uma crise enorme. Eu te contei que a gente nem conseguiu fazer a reunião nacional. Nós éramos três na equipe e ficou só um, o Bonifácio Nakasu – que depois foi técnico da Emater aqui no Rio Grande do Sul e depois foi nacional da Emater, inclusive. Ele ficou sozinho e foram enviados dois de São Paulo – para ajudá-lo, mas já estava em fase de liquidação. Ainda conseguiram fazer um encontro nacional, mas a JUC foi fechada em 1967. Em 1966 eu saí e não durou nem mais um ano. Houve mais um encontro nacional que me parece que foi naquele verão mesmo e depois encerrou a JUC. Não tinha mais condições de funcionamento, em parte por causa da repressão e em parte por causa da falta de apoio da igreja – a igreja retirou os padres, retirou todo mundo. Os padres que trabalhavam conosco trabalhavam clandestinamente, sem autorização da igreja. A problemática que a JUC estava colocando já transcendia os objetivos da igreja da época. Quer dizer, o tipo de proposta eclesial que a gente tinha e o tipo de mentalidade que percorria os militantes – e de aspirações – já não se comportavam mais dentro da igreja. Então não foi só por causa da repressão e da falta de apoio da igreja, mas também devido às questões que a gente se punha. Então em 1967 fecha definitivamente a JUC. Ainda continuaram alguns locais, mas a partir de 1967 foi questão de tempo para acabar de acabar.

**TVP:** Quando você sai em 1966 você fica só em AP?

**CMC:** Não, aí eu vou para São Paulo, muito cansada, esgotada mesmo. Quando saí da nacional fui convidada a participar da coordenação da JUC mundial que tinha sede em Paris. Quem me convida é o Padre Sena, que havia sido assessor da JUC do Brasil e nessa época era o assessor internacional da JECI – JECI era a JEC internacional que confluíam JEC e JUC juntas. Luiz Alberto Gomes de Souza, até hoje militante de Igreja e – o Paco, da Argentina – foram da JECI também. Me convidaram para ir para a JECI, mas eu estava tão esgotada daquilo que eu não aceitei. Mais que esgotada eu estava desencantada com a igreja. Eu lembro de ter tido uma conversa com o Sena quando ele me convidou para ir para a JECI – que sem dúvida seria uma experiência fantástica, pois aquilo que eu havia feito em plano de Brasil eu iria fazer em plano mundial – onde eu fui honesta com ele, dizendo que eu não tinha mais



entusiasmo para trabalhar por isso, que eu já não acreditava mais. Ser militante da igreja 24 horas como eu era não dava mais, se esgotou. Foi aí que ele disse: “Se tu não tens mais o entusiasmo então não venha mesmo.” Eu disse que não ia mesmo, por honestidade. Em São Paulo eu tentei dar uma recuperada pessoal, fiz um curso de especialização em Orientação Educacional e a partir desse curso eu fui trabalhar como orientadora de uma experiência pedagógica do Colégio Vocacional do Brooklin. Foi aí que começou, porque eu re-encontrei velhos militantes que já estavam militando na clandestinidade, em AP ou nas suas dissidências. Eu entrei no que se chamava Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), que era uma dissidência da Ação popular. Era um grupo que propugnava a ação política e não a ação armada. A gente não acreditava na viabilidade de uma ação armada naquele contexto. Eu acho que nós estávamos certos, porque a ação armada só serviu para aguçar a repressão e nunca conseguiu se implantar efetivamente.

**TVP:** Em que ano se deu a sua entrada no PRT?

**CMC:** Em 1967. Aí a gente fica militando... Acho que foi em 1967... Porque não foi logo que eu cheguei em São Paulo, talvez tenha sido um ano depois. Agora não sei precisar porque naquela época a gente vivia de contatos, de ajudar o pessoal que estava sendo perseguido...

**TVP:** O PRT era o do Padre Alípio?

**CMC:** Não, era outro grupo, outra dissidência da AP. Era do Altino Dantas, do Vinicius Caldeira Brant, da Sebastiana Bittencourt, da Iraci Poleti, Antonio Othon Rolin. Eu sei que o Vinicius era uma liderança importante do PRT. Na época nós só conhecíamos a célula da qual a gente participava. Apenas uma pessoa da célula é que tinha contato com outra célula, então a gente não sabia quem era do Movimento. Isso era uma medida de segurança. Então eu nem sei te dizer direito todos que faziam parte. E depois eu me esqueci muito. Eu sei que a liderança era do Vinicius [Caldeira Brant]. Agora eu não sei te dizer direito todas as composições.<sup>154</sup> Tinha também a Iraci Poletti com quem eu morava. Quando o Vinicius foi preso ele foi muito torturado. A mulher dele – uma francesa com quem ele tinha se casado – ficou escondida no nosso apartamento. O nome falso dela era Cristina, o verdadeiro eu não lembro mais. Eu só conhecia ela por Cristina. Depois ficamos militando... Quando eu caí, quando fui para o exílio, eu estava organizando um curso de alfabetização no ABC.

**TVP:** Em que ano foi isso?

---

<sup>154</sup> Para saber mais sobre a composição do PRT e sobre o Inquérito Policial Militar (IPM) que apontava o nome de diversas lideranças (entre os nomes aparece o de Carmem e de sua irmã) ver: <[http://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_02&PagFis=132879](http://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=132879)>; <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/197.html>>. Acesso em 03 abr. 2015.

**CMC:** Eu caí no começo de 1971. A gente iria implantar um curso de alfabetização no ABC com o objetivo de fazer a organização operária, de ajudar na organização operária. Eu não era clandestina, eu trabalhava, era orientadora de escola. Trabalhei na Escola Vocacional do Brooklin durante 1967 e 1968. Saí da escola em 1968 quando eu tive meu primeiro processo político, que foi o grande processo da educação de São Paulo, que acabou sendo arquivado. Mas eu fui interrogada pelo comandante do II exército. Depois disso eu fiquei trabalhando como *freelancer*, junto com o Lauro de Oliveira Lima, em cursos de dinâmica de grupo, e dava algumas aulas na universidade católica de Campinas etc. Depois eu entrei na Editora Abril e quando eu estava na editora Abril – que foi em 1970/1971, acho que trabalhei lá por uns 2 anos.. Quando eu estava na Editora Abril a repressão se agudizou enormemente, foi logo depois do AI-5. A cada dia era presa uma pessoa e a gente vivia ajudando essas pessoas a fugir, até que foi presa uma das lideranças do PRT. Ela tinha sido liderança nacional de JUC e era muito minha amiga. Ela foi presa e muito torturada. Ela estava inclusive com problemas gravíssimos de saúde na prisão. Na Editora Abril tinha gente de todo tipo de organização política e eu descobri um cara que era ligado a ALN. Aí eu fiz um contato, eu montei um contato com a ALN – não fui eu que fiz, mas eu montei o contato, quem fez o contato foi a Iraci Poletti que morava comigo – para a gente tentar ver se em algum sequestro conseguia tirar a nossa amiga da prisão porque ela estava com problemas gravíssimos de saúde. Eu tinha ido visitá-la na prisão – inclusive levei o filho dela para ela ver, ela tinha um filho de 2 anos. Ela não reconheceu o filho! Havia sido muito torturada pelo Fleury. Nós enfeitamos o filho dela para levar ele lá, colocamos roupa nova nele e ela dizia que não era o filho dela, que nós estávamos enganando ela. “Não é ele! Vocês estão me enganando! Mataram ele, vocês estão me enganando! Vocês trouxeram uma criança que não é meu filho.” Ela estava completamente transtornada em função da tortura que foi violentíssima. Bom, aí nós decidimos que tínhamos que tirar ela da prisão. Fizemos contato com ALN que estava liderando sequestros, essas coisas, e de repente caiu nosso contato com a ALN e junto com ele caiu todo o nosso esquema. Foi aí que nós caímos e foi onde eu tive que fugir. Eu, Iraci, todo mundo. Fomos todos para o exílio. Antes de nós irmos para o exílio a nossa amiga foi solta e eu a levei para o Uruguai, fui com ela até o Uruguai.

**TVP:** Essa ida ao Uruguai para levá-la tinha algo haver com o esquema de fronteira da AP?

**CMC:** Não, nada haver, foi esquema de família. Ela ficou hospedada na casa do meu irmão em Porto Alegre. Nós tiramos ela na raça. Depois eu também saí com esquema de família.

**TVP:** Você não chegou a ser presa nessa época que caiu o contato de vocês da ALN?

**CMC:** Não, eu fugi antes de ser presa. Eu fui procurada pela polícia várias vezes, em vários locais e sempre consegui me safar. Quando caiu nosso esquema eu tinha vindo ao Rio Grande do Sul porque tinha falecido uma sobrinha minha. Aí quando eu voltei para São Paulo tinha caído tudo. Eu aproveitei a desculpa – porque todos os porteiros de prédio eram da Polícia, eram fichados e treinados pela polícia. Como a gente trabalhava legalmente conseguíamos enrolar eles. Eles não sabiam que a gente era militante. Quando nós caímos, eu voltei pra São Paulo, falei pra ele que tinha morrido alguém da minha família, que eu ia embora, e desocupeei o apartamento. Coloquei todos os móveis em um guarda móveis e fui trabalhar na Editora Abril – era o último dia que eu iria trabalhar. A Iraci já estava escondida, já estava todo mundo escondido, porque a gente sabia que tinha caído o esquema. Eu estava na Editora Abril trabalhando, na chegada eu já havia avisado os colegas – tinha muito militante – que se alguém viesse me procurar era da polícia. Já avisei que iria me mandar. Aí veio uma pessoa da portaria e me disse: “Olha Carmem, tem um senhor com uma criança aí te procurando.” Eu disse: “É a polícia!” Eu lembro que era inverno, peguei meu casaco, coloquei sobre as costas – tinha um corredor comprido – fui até o banheiro e me tranquei lá dentro. Não adiantava nada ficar trancada no banheiro porque quando a polícia chegava na Editora Abril ela ia no banheiro, ia em todo o lugar e prendia mesmo. Toda semana tinha um preso na Editora Abril. Mas aí o Juca Kfourí – esse Juca Kfourí conhecido – e mais a Regina Pannuti – que também é militante – me tiraram de dentro da Editora na raça. Primeiro, enrolaram a polícia. Disseram que eu estava viajando e a polícia amoleceu. Depois eles trouxeram todo o pessoal da Veja – na época a Veja não era o que é hoje, tinha muita gente progressista na Veja – um bando de gente do andar de cima. A Editora Abril tinha elevadores enormes onde cabiam muitas pessoas. Eles fizeram assim, encheram todo o corredor com essas pessoas que tinham descido e me colocaram no meio. Eu saí do elevador no meio deles, com umas 30 pessoas na minha volta. O pessoal cercou o Fusca do Juca Kfourí – acho que era um fusquinha azul que ele tinha – e eu entrei e deitei no chão. Fiz isso porque também não podia sair ou entrar na Editora sem se identificar na portaria. O Juca não parou na portaria, passou voando e não parou. Já na quadra seguinte tinha outro carro, saí do fusca dele e embarquei em outro carro. Na quadra seguinte troquei do carro novamente, e na outra quadra outro carro, e outro carro. Eu troquei de carro umas três ou quatro vezes até me deixarem no centro de São Paulo. Com a roupa do corpo e sem dinheiro porque, ainda por cima, era dia de receber e eu não tinha dinheiro. Eu fui para a casa de uns parentes e o marido de uma prima nos levou, a mim e a minha irmã que morava comigo, para Santos para que lá nós pudéssemos tomar um ônibus intermunicipal, porque a gente não podia ir em grandes rodoviárias, aeroporto, nada. Desde a

rodoviária de Santos a gente foi vindo, trocando de ônibus, até chegar em Porto Alegre. Chegando aqui em Porto Alegre eu fiquei 40 dias escondida, também trocando de casa de tempo em tempo. Depois daqui eu fui para o estrangeiro, também com esquema de família, com dinheiro de família, tudo isso. Eu tive muita sorte porque a polícia veio a porto alegre me buscar. Essa história eu sempre conto porque acho fantástica... Eu cheguei aqui e fiquei escondida no apartamento que meu irmão morava no Menino Deus. Não! Eu cheguei aqui e fui direto para a casa de um médico amigo que morava lá na, Coronel Marcos, o nome dele é Carlos Grossman, concunhado de meu irmão e amigo da minha família. O meu irmão disse para eu deixar de besteira e ir para a casa dele, que ninguém iria me pegar lá. Mas, o endereço do meu irmão era conhecido, era o endereço que eu dava como referência da minha família. Eu acabei ficando lá, mas meio desconfiada. Um dia eu saí e fui telefonar para São Paulo para saber como estava a barra por lá. Telefonei para um contato que eu tinha em São Paulo e disse que estava voltando para São Paulo porque eu não queria ir para o exterior de jeito nenhum. Foi aí que essa pessoa me disse: “Não volta! Sai do país se tu puderes porque caiu todo mundo.” Inclusive essa pessoa caiu nesse mesmo dia. Aí eu voltei para a casa do meu irmão, peguei minhas coisas – pensei: “Esse endereço é manjado, vou embora!” – e fui para a casa de uns amigos. Fui indo, trocando de casa várias vezes. Quando a minha cunhado chegou em casa ao meio dia a empregada disse: “Ai Dona Inez, teve aqui uns ‘hômi’ com uma aerolis de São Paulo. Eu não sei se fiz bem? Mas eles perguntaram pela dona Carmen. Eu ouvi a conversa da dona Carmen com o pai dela...” Eu havia telefonado para o meu pai que morava em Ijuí e falei meio cifrado que eu ia embora. Meu pai inclusive veio de Ijuí para me encontrar, ele e a minha mãe. Os coitados sofreram feito uns doidos. Meu pai que tinha sido candidato a vereador pela Arena. A empregada dizia: “Eu ouvi uma conversa da Dona Carmen com o pai dela e eu achei, dona Inez, que era a polícia atrás dela. Eles me perguntaram se a Dona Carmen tinha estado aqui e eu disse que não!” Fazia duas horas que eu tinha saído de lá. “Eles me perguntaram se ela tinha passado esses dias por aqui e eu disse que não. Que eu sabia que o Doutor tinha uma irmã chamada Carmen, mas ela morava em São Paulo e eu não conhecia. Não sei se fiz bem!?” Aí eles voltaram para São Paulo para me procurar lá e nesse tempo foi possível que eu articulasse a minha saída. Depois de uma semana eles voltaram para Porto Alegre e prenderam a minha irmã – a que morava comigo – e a levaram para São Paulo. Ela foi interrogada pelo Fleury também e só conseguiu se safar porque namorava um cara que era ligado a repressão – a família dele era. O namoro acabou, mas ela conseguiu sair e não ser torturada. Mas foi interrogada pelo Fleury uma noite inteira. O meu irmão – que passou a noite toda sentado na porta do DOPS – disse que foi a noite mais

longa da vida dele. Ela foi monitorada durante anos, inclusive no casamento dela estava cheio de polícia. Todos os anos a levavam para ser interrogada até que o sogro dela – que era juiz ou desembargador, alguma coisa assim – fez algum movimento. Ela acabou casando com o irmão do Juca Kfourri por acaso, porque o primeiro noivado dela se acabou. Mas o pai deles era juiz ou desembargador – não sei o que ele era – e uma das vezes que a polícia foi buscá-la para interrogar tinha alguns desembargadores lá e ele se queixou que era um absurdo àquilo que estavam fazendo com a nora dele, chamando ela todos os anos... Esses interrogatórios duraram uns três ou quatro anos, eu estava no exílio e acompanhava de longe.

**TVP:** Como é o nome da sua irmã?

**CMC:** Maria Helena Craidy. Atualmente ela mora no Rio de Janeiro, mas essa semana ela vai estar aqui em Porto Alegre. Na época sobrou para ela, eu fugi e sobrou para ela. Além da minha irmã a família toda teve as casas controladas durante muito tempo. Eu fiquei seis anos na França e dois anos em Moçambique. Voltei para o Brasil em janeiro de 1979. Eu vim de Moçambique para trazer o meu filho que ficou muito doente lá e corria risco de vida. Eu vim trazê-lo para ser tratado no Brasil e estava grávida de oito meses. Devido a gravidez tive que viajar com atestado falso porque não pode viajar com mais de sete meses. Chegando aqui meu filho foi internado e se recuperou, felizmente. O meu companheiro ficou em Moçambique porque ele não tinha a mínima condição de vir, pois ele havia sido ligado a luta armada. Era um refugiado político com nome falso, não podia entrar no Brasil por nada. Quando eu saí do Brasil eu tinha um passaporte válido que eu levei no fundo falso da frásqueira, porque eu saí com os documentos da minha irmã e com o marido da minha irmã, me passando por ela. Ela saiu de casa com ele, ficou na casa de uns amigos escondida e eu fui com ele, no carro dele, como se fosse ela, com os documentos dela. Na época não tinha ditadura nem no Uruguai e nem na Argentina. Ele me largou em Montevideu e eu atravessei para a Argentina naqueles *aliscafo* e entrei na Argentina com o meu passaporte legal. Saí do Uruguai como se fosse ela e entrei na Argentina com o meu passaporte legal. Com isso consegui entrar na França legalmente e ficar por lá sem a necessidade de pedir a condição de exilada da ONU. Logo eu me matriculei na universidade na França – em uma pós-graduação, porque eu já era formada – e fiquei com a *carte de séjour*, a carta de permanência, de estudante universitária. Depois, quando eu estava trabalhando em Moçambique – trabalhava na Direção Nacional de Educação e na universidade – eu vim ao Brasil através de uma missão da UNICEF junto com uma moçambicana e com passaporte diplomático de Moçambique. Aí eu não fui presa porque era uma missão diplomática. Quando eu voltei em 1979 eu entrei no país legalmente porque eu tinha passaporte, o meu filho foi tratado e a minha filha nasceu 20 dias depois da minha

chegada – eu cheguei em janeiro e a minha filha nasceu em fevereiro. Quando a minha filha tinha 20 dias a polícia foi me buscar na casa da minha mãe e me levaram para ser interrogada na polícia federal. Não sabiam nada, não sabiam nem que eu estava em Moçambique. Não tinham nenhuma acusação contra mim. Inclusive eu tinha sido julgada e absolvida por falta de provas, julgada pela ditadura. Mesmo assim os caras foram me buscar lá na casa da minha mãe, eu amamentando, com uma filha recém nascida.

**TVP:** Isso foi em 1979? Não havia se concretizado o processo de Anistia ainda?

**CMC:** Isso foi em março de 1979, a Anistia estava em andamento, mas ainda não tinha sido concretizada. Só foi concretizada em agosto de 1979. Então a polícia me levou, mas o Presidente da OAB do Rio Grande do Sul me tirou de lá, ele falou: “isso é um absurdo!” Eu estava amamentando, jorrava leite dos meus seios que molhou toda a mesa deles. O Presidente da OAB me ajudou, mas eu também me enchi depois de horas lá dentro com nove homens me interrogando. Chegou uma hora que eu coloquei as mãos sobre a mesa, me levantei e perguntei: “Escuta! O que vocês querem de mim? Já falei tudo! Falei onde eu estava – vocês nem sabiam – com quem eu estou casada, falei o que eu fazia... O que vocês querem mais? Não tenho nada mais para falar!” Aí eles recuaram: “A senhora nos desculpe... é que nós estamos obrigados a interrogar todo mundo que volta. Todos que saíram e que volta.” O Presidente da OAB do Rio Grande do Sul e o meu irmão tinham me acompanhado. O Presidente da OAB, que na época era o Mariano Beck, “rodou a baiana”: “Vocês não podem fazer isso! Isso é uma arbitrariedade sem tamanho! Primeiro que não há nenhuma acusação contra ela. Segundo que é uma senhora que acabou de ter filho e que está amamentando. Vocês não podem fazer isso!” Aí eles me deixaram ir embora e no fim ficou por isso mesmo, porque na verdade não tinha nada. Quando eu pedi a minha ficha para a ABIN – para poder pedir a Anistia Política – eles tinham acompanhado todos os meus passos até 1990. Até 1990 eles sabiam tudo o que eu tinha feito. Trabalhei no Ministério da Educação, fiz assessoria à Constituinte, trabalhei no Ministério da Previdência, trabalhei no Ministério da Cultura, etc. Estava lá na ficha da ABIN: “Infiltração comunista no Ministério da Educação”. Umas coisas completamente ridículas! A assessoria que eu fiz na Constituinte, na ficha da ABIN estava como infiltração comunista. Era ridículo, eu tinha vida legal, fazia tudo legalmente. Mas, consegui ser anistiada política, tenho uma pequena pensão de anistiada política. Pensão que eu acabei negociando, porque eu ganhava bem na Editora Abril e eu fui anistiada porque perdi o cargo na Editora Abril porque tive que fugir, esses são os termos da Anistia. Então eu teria o direito de receber o salário que eu recebia naquela época, que era um salário bom. Mas no fim eles me propuseram receber cinco vezes menos e eu aceitei até

porque o meu objetivo não era receber dinheiro. Com isso eu fiquei com 1/5 do que seria o meu salário e eu achei que o meu pedido de Anistia era legítimo porque os meus filhos passaram muito trabalho junto comigo em função das dificuldades financeiras na época em que eu voltei para o Brasil. Foi uma fase muito difícil até eu conseguir fazer o meu doutorado e entrar na universidade. Achei que era justo eu receber uma pequena indenização e, inclusive, poder ajudar os meus filhos.

**TVP:** Essa questão da Anistia Política está totalmente vinculada a um elemento histórico, de resgate de memórias, de acerto de contas com o passado e de reparação, por mais simbólica que seja. Afinal, nenhum dinheiro é capaz de apagar as cicatrizes físicas e emocionais deixadas pelas feridas que foram abertas pela ditadura. Trata-se, também, de uma questão de cidadania, me parece.

**CMC:** Justamente! Inclusive no julgamento da minha Anistia eu fui a Brasília, assisti à sessão de julgamento, falei durante a sessão fazendo a denúncia que eu havia sido monitorada até 1990. De fato não havia nenhuma acusação grave contra mim porque eu não fiz nada de grave. Não fui da luta armada e nada nesse sentido.

**TVP:** Pois é... Mas o que é grave em se tratando de um contexto ditatorial em que o arbítrio e a exceção se tornam norma?

**CMC:** Eu ajudei muitas pessoas a saírem do país, mas na época não precisa fazer nada para ser perseguido, não precisava. Bom, foi isso! A minha história é essa! Não sei o que mais eu poderia te contar... Não sei se teria algo que tu queiras perguntar!? Eu já contei essa história várias vezes... Queres perguntar algo mais? Fique à vontade!

**TVP:** Em relação ao período em que você esteve próxima da AP, dentro da AP... Como foi essa questão da ideologia marxista na sua vida, até por você ser uma pessoa que vem de uma família católica?

**CMC:** Como eu te disse antes, o catolicismo tinha desaparecido completamente da minha vida. A gente estudava marxismo, mesmo. Inclusive em Paris eu estudei muito marxismo. Aqui a gente não tinha muito tempo para estudar o marxismo mais a fundo na época. A gente trabalhava muito, eu era orientadora de uma escola e tinha muito trabalho, sem contar os contatos, coberturas, as coisas da militância. A possibilidade de estudar não era muito grande, mas mesmo assim a gente estudava marxismo direto. Depois, em Paris, nós tínhamos um grupo de exilados que se dedicava, fundamentalmente, a ler os textos no original. Porque até então a gente estudava muitos autores marxistas e lá a gente se dedicava a ler os originais mesmo de Marx. Estudava muito mesmo, o marxismo era a nossa ferramenta de pensamento.

A essa altura o catolicismo já não existia mais para nós. Além de Marx nós líamos muitos sociólogos contemporâneos.

**TVP:** Esse movimento que teve na AP de integração na produção que, pelo que tenho pesquisado, foi muito influenciado pelo maoísmo. Como você viveu isso? Chegou a ter alguma influência para você?

**CMC:** Não cheguei a participar dessa parte e por isso não me influenciou. Quando eu saí de JUC e fui para São Paulo eu militei um pouco, mas logo a gente caiu e eu não cheguei a me integrar na produção. Até porque esse esquema já estava abalado na época. A minha perspectiva era desde dentro da educação fazer trabalho de formação de pessoal. Era trabalhar no ABC, mas com formação de pessoal. Antes disso eu não cheguei a ser atingida por esse movimento.

**TVP:** Quando nós estávamos nos deslocando, antes da entrevista propriamente dita, você falava em “várias AP’s”. Eu gostaria que você me falasse um pouco mais sobre isso.

**CMC:** Olha, eu não tenho lembrança clara e o problema é o seguinte... Como eu fiquei na JUC como dirigente nacional e como tal eu evitava contato com a AP para não expor a AP – porque eu tinha vida legal, viajava o Brasil inteiro – e, também, para não misturar as instâncias, JUC com AP. Eu tinha muita consciência que eram duas perspectivas diferentes, uma era eclesial e a outra não. Então eu fiquei muito tempo afastada da AP. Eu fui dirigente regional de JUC e depois dirigente nacional. Isso durou, ao todo, uns quatro anos. Nesse tempo eu não fiquei na AP. Quando eu volto para São Paulo, muito cansada e esgotada, imediatamente eu não me vinculo. Eu levei uns dois anos para começar a me vincular politicamente de novo. Isso se deu através de antigos militantes de JUC que eu conhecia e que estavam na vida clandestina. Foi aí que, aos poucos, eu comecei a me vincular. E nesse processo eu já me vinculei ao MRT que era essa dissidência da AP, ou seja, não era mais a AP em si. Mas através dos amigos eu sei que teve a AP da integração na produção, que foi propriamente AP; teve o PRT que era uma dissidência dessa AP; teve a AP que entrou para o PCdoB e que optou pela luta armada, esse que era um outro setor da AP. Eu me lembro que na época em que eu estava no exílio nós tínhamos um esquema com todas as ramificações da AP, era uma coisa de louco. Todos os partidos de esquerda tinham ramificações mil. Essa foi a pulverização da esquerda que, em grande parte, foi provocada pela repressão e também pela dificuldade de formular um projeto dada a violência da repressão e a falta de perspectiva de ação. Havia muita dificuldade para formular um projeto, o que levou a fragmentação total da esquerda, de todas as esquerdas, não foi somente a Ação Popular. POLOP, PCzão [Partidão – PCB], PCdoB, tudo se fragmentou em vários grupos devido a repressão e a dificuldade de



formulação de um projeto nacional. Eu lembro desse mapa das fragmentações que nós tínhamos, mas hoje não tenho mais esse mapa e nem lembro mais. Não saberia te dar maiores detalhes.

**TVP:** Quando você entra na universidade, você participa do movimento estudantil? Você estudou na UFRGS?

**CMC:** Não, eu estudei em Ijuí, secundária e universitária. Eu me formei em fim de 1964 em Ijuí. Enquanto secundarista eu fui vice-presidente da União Municipal de Estudantes. Nessa função eu participava dos congressos da UGES, isso tudo. Na universidade eu fui Presidente de Diretório Acadêmico. Em 1963 eu morei em Porto Alegre, por ser da regional de JUC e fazia a universidade em Ijuí sem frequência, só ia fazer os exames. Na época isso era permitido. Eu frequentava a UFRGS como ouvinte para poder acompanhar as aulas e fazia os exames em Ijuí. Em 1964 eu volto para Ijuí, saindo da regional de JUC e fico Presidente de Diretório Acadêmico. Eu era Presidente do diretório Acadêmico quando dá o golpe. O golpe foi em março de 1964, eu já tinha assumido o diretório acadêmico. Eu fui para a JUC no fim 1964, depois do golpe. Quando dá o golpe o comandante do III Exército falou para o meu pai: “Some com a tua filha!” Eu estava presidente de diretório acadêmico ainda, tinha acabado de me formar. A formatura foi em janeiro ou fevereiro, por aí. Eu fui, inclusive, oradora da turma e o nosso paraninfo foi um capuchinho que depois deixou o hábito e hoje é escritor. Ele foi afastado da faculdade pela congregação porque ele era muito progressista. Por isso nós chamamos ele para ser nosso paraninfo. Ele paraninfo e eu oradora da turma no final de 1964. Na formatura só tinha os parentes, ninguém mais foi à formatura. As duas rádios de Ijuí transmitiram a formatura porque todo mundo dizia que o exército iria invadir.

**TVP:** Isso tudo por tua causa?

**CMC:** E por causa dele também! Mas não houve nada, a formatura transcorreu normal. Eu participei de Congresso de UNE... Enfim, de tudo que era Congresso na época, eu participei. Mas eu não tenho uma lembrança cronológica muito clara. Também, fazem 50 anos! Eu me formei em 20 de dezembro de 1964. Durante o ano de 1964 eu fui Presidente de Diretório Acadêmico. Eu fui para a JUC em dezembro de 1964 e fiquei todo o ano de 1965 até agosto de 1966. Fiquei um ano e meio no nacional de JUC. Em agosto de 1966 eu fui para São Paulo e aí eu fiz o curso de especialização em orientação educacional. Em 1967 eu começo a trabalhar no Colégio Vocacional do Brooklin, entre 1967 e 1968. Em 1968 eu saio do Colégio Vocacional do Brooklin e tenho o meu primeiro processo, que foi o processo da educação. Em 1969 eu fiquei trabalhando na Católica de Campinas e fazendo *freelancer*. Em 1970 eu vou trabalhar na Editora Abril e fico trabalhando lá até julho de 1971. É isso aí, eu fui Presidente

do Centro Acadêmico durante o primeiro ano da ditadura, por isso foi esse rolo na formatura. E a gente fazia horrores! Quando eu era Presidente do Diretório Acadêmico eu tinha um programa de rádio que eu fazia toda semana onde eu mandava brasa, falando das reformas, etc. A gente fazia cultura popular, íamos de caminhão para o interior e fazíamos verdadeiros comícios, fazíamos teatro e debates.

**TVP:** Tinha algo haver com a UNE volante?

**CMC:** Sim, ao mesmo estilo da UNE volante! Mas não era a UNE, éramos nós mesmos lá do Centro Acadêmico. A gente fazia nos Sindicatos operários e no meio rural, isso tudo em 1964, quer dizer, já havia repressão. Aí quando acabou o ano e eu me formei é que o comandante disse para o meu pai: “Some com a tua filha!” Durante o ano de 1964 a gente seguiu militando como se não tivesse golpe. Nessa época já tinha contato com a Ação Popular. Eu lembro que teve um cara da Ação Popular que foi até Ijuí e nós mostramos o trabalho que estávamos fazendo e ele ficou encantado. Nós tínhamos um trabalho popular muito grande, de alfabetização, mas também de teatro popular. Tudo revolucionário! Mandava uma brasa... E no programa de rádio também. Tudo isso depois do golpe.

**TVP:** Você comentou que o seu pai era vereador pela ARENA. Como era a relação com ele visto a diferença entre o partido dele e a sua militância?

**CMC:** Meu pai foi candidato a vereador pela ARENA no ano seguinte, eu acho. Ele era ligado a ARENA. Meu pai era um empresário do interior, não era um homem rico, mas enfim, na cidade era da classe média/alta. Mas ele era um homem muito bom, muito acolhedor, também tinha preocupações sociais. Tanto é que a minha casa em Ijuí era a sub-sede da UGES estadual. Os caras da UGES e da UBES quando iam para Ijuí todo mundo ficava hospedado na minha casa. A minha família era muito acolhedora, então a estudantada toda ficava hospedada na minha casa. Uma vez o pessoal da UGES colocou um cartaz na porta da garagem onde faziam as reuniões dizendo: “Sub-sede da UGES”. Aí o meu pai começou a ser pressionado pela vizinhança porque ele estava acobertando comunistas, mas ele continuou acolhendo. Ele acobertava porque o movimento estudantil entrou na minha casa através da igreja. Os meus pais acolheram pela igreja. Depois a coisa foi se transformando e eles não deixaram de acolher. Nessa época eu ainda continuava na igreja, porque eu era de JEC e depois de JUC. Eles não entendiam tudo que se passava, mas nunca deixaram de acolher. Depois eu saí de casa quando me formei na faculdade – eu ainda era da JEC e fui para a JUC nacional – e o meu pai me deixou ir por duas razões: Uma porque ele não sabia mais o que fazer comigo, a coisa já estava muito tensa, a gente mandava uma brasa danada achando que ia fazer a revolução no ano seguinte. E outra porque tinha a cobertura da igreja, afinal eu ia

para uma função de igreja. Que era a direção nacional de JUC e ele achava até que era algo prestigioso eu ir para uma direção nacional. Eu tinha 22 anos, havia acabado de me formar e me fui para o Rio de Janeiro sozinha. Ele nunca teria me deixado ir se não fosse sob a cobertura da JUC. Ele não só me deixou ir como me ajudava financeiramente com uma pequena mesada que ele me mandava. Nós vivíamos apertados lá nas equipes nacionais. No início ainda havia um pequeno salário de sobrevivência, uma casa alugada pelos bispos e a comida que eles davam. O salário mal dava para os transportes. Depois foi minguando cada vez mais. O meu pai me sustentou enquanto eu estive lá, modestamente, não era nenhuma fortuna, mas me ajudava. Então ele tinha essa característica de ser muito família, de ser muito ligado à família e de proteger os filhos em qualquer circunstância. Ele era um homem bom, mas trabalhado pelo reacionarismo local. Quando eu fui perseguida ele veio de Ijuí para Porto Alegre especialmente para conversar comigo. Ele queria me convencer de eu me entregar, ele não acreditava que fosse o horror que era. Ele dizia que eu deveria me apresentar e dizer que era por solidariedade cristã que eu tinha ajudado as pessoas, que eu não era comunista. Ele queria que eu me apresentasse. Se eu tivesse me apresentado eles tinham arrebitado comigo. Eles queriam chegar a ALN e sabiam que eu tinha sido contato. Os caras da ALN que caíram falaram. Tanto que no livro sobre a história da ALN – que até tenho aqui – fala dessa história. Ele me deu dinheiro para eu sair do país. Ele e o meu irmão me deram dinheiro senão eu não tinha nem como sair. Teve também o meu cunhado que me levou até o Uruguai. Então, concordando ou não comigo, eu era filha dele. Claro que foi tenso, a minha família sofreu muito, até porque também foi perseguida. Minha mãe sofreu muito... Mas eles nunca deixaram de me sustentar, de me ajudar.

**TVP:** O seu companheiro era da ALN também?

**CMC:** Aí essa história é mais complicada!

**TVP:** Então vamos deixar assim.<sup>155</sup> Da minha parte seria isso, Carmem. Te agradeço muito pela receptividade. É uma honra poder falar com você, conhecer um pouco da sua história. Não sei se você gostaria de acrescentar alguma coisa!?

**CMC:** Imagina! A história é essa, não sei o que eu poderia falar mais...

**TVP:** Na verdade é só para deixar em aberto caso você queira colocar alguma coisa. Dizer algo, enfim...

---

<sup>155</sup> Optamos por suprimir da transcrição a parte em que a entrevistada fala sobre o seu companheiro à época e sobre questões da sua vida pessoal por entender que poderia expor elementos que vão além do objetivo da entrevista.

**CMC:** Eu acho que houve toda uma ruptura da condição feminina que foi feita pela nossa geração nos anos 1960. O fato de ter uma nova visão de família, de relação afetiva, de relação sexual, quer dizer, isso foi um processo vivido durante muitos anos e se acentuou no bojo de todo o processo, mesmo. Foi uma geração que viveu uma profunda ruptura. Eu fui educada para ser mãe de família... A volta que a gente deu foi uma volta enorme.

**APÊNDICE H – ENTREVISTA COM LUIZ ANTONIO TIMM GRASSI****Transcrição da Entrevista com Luiz Antonio Timm Grassi****Entrevista realizada em 02/04/2015**

Entrevistador: Thiago Vieira Pires (**TVP**)

Entrevistado: Luiz Antonio Timm Grassi (**LATG**)

Participação: Marisa Soares Grassi (**MSG**)

**TVP:** Eu tenho conversado com algumas pessoas que fizeram parte da JUC, JEC, AP... Mas o objetivo da minha pesquisa não é, necessariamente, contar a história do surgimento e da atuação da AP no Rio Grande do Sul, até porque isso já foi feito muito bem em outros trabalhos como o da Cristiane Ávila Dias e, mais recente, do Cleverton. O meu objetivo se aventura para um pouco além da historiografia, até por eu ser ligado a área das Ciências Sociais. Venho trabalhando com o campo da memória, tentando desenvolver a construção de um conceito que entenda a memória como uma forma de resistência. Para isso tomo a experiência da AP no Rio Grande do Sul como estudo de caso, buscando nos arquivos, relatos e depoimentos de pessoas que participaram da organização subsídios empíricos para a pesquisa. Eu começaria pedindo para você falar um pouco sobre o início da sua militância...

**LATG:** Só uma pergunta... O teu trabalho é em qual nível?

**TVP:** É de mestrado!

**LATG:** Mestrado, ótimo.

**TVP:** Sou orientado pelo Professor Solon Viola, que também teve uma breve passagem pela Ação Popular, pelos idos de 1968/1969.

**LATG:** É depois já...

**TVP:** Se tiver mais alguma dúvida eu posso ir respondendo, mas reforço que o meu objetivo principal é trabalhar com a dimensão da memória enquanto uma forma de resistência, ir desenvolvendo esse conceito.

**LATG:** Vamos ver no que eu posso ajudar. Na verdade eu fui mais de JUC – tanto eu quanto a Marisa, ela até poderia nos ajudar um pouco. Eu fui mais de JUC, mas acompanhei todo o surgimento da AP que se deu, não só, mas fundamentalmente, dentro da JUC. Eu acompanhei, mas como eu estava mais na Coordenação da JUC do Rio Grande do Sul – eu era da equipe de direção de Porto Alegre e depois fui da direção regional extremo sul, como se chamava na época – a gente ficava um pouco limitado para não confundir demais as coisas.

Eu participei muito do surgimento da AP aqui, mas muito no início e com muito cuidado para não misturar as instâncias. Pelo menos todo um grupo nosso tinha esse cuidado, de não misturar as coisas, ou seja, ação política e ação católica.

**TVP:** É interessante essa sua colocação... Eu entrevistei a Carmem Craidy no início dessa semana e ela também colocava essa preocupação que se tinha na época de não confundir as instâncias, a visão mais ligada ao campo do catolicismo simbolizada pela JUC com a dimensão mais política simbolizada pela AP.

**LATG:** Você falou com a Mariazinha [Maria Jocefina Becker] também?

**TVP:** Sim!

**LATG:** Se você falou com a Mariazinha e com a Carmem você vai perceber muitas coisas em comum com o que eu vou lhe dizer.

**TVP:** As duas me disseram que eu deveria falar com você também. Que você teria muitas coisas a acrescentar.

**LATG:** O nosso grupo é até hoje extremamente afinado. Estamos toda hora nos encontrando e nos reunindo. Com o Loss você chegou a falar?

**TVP:** Não, com ele ainda não.

**LATG:** Se falar com ele aí completa! Especialmente na parte política éramos nós quatro. Mas eu não sei por onde você gostaria que eu começasse!?

**TVP:** Eu gostaria que você começasse me falando um pouco da sua experiência. Poderíamos começar com você falando um pouco de como se dá o seu processo de ingresso na JUC, o que te leva até ela. A partir disso, aos poucos, nós vamos construindo o percurso.

**LATG:** Certo! Eu entrei para a JEC primeiro, a juventude estudantil, que era dos secundaristas.

**TVP:** Aqui em Porto Alegre?

**LATG:** Não, em Santa Maria. Eu sou de Santa Maria. Até chegar perto da universidade, ao que hoje seria o ensino médio, eu estudei em Santa Maria. Na época era o primário, o ginásio e o científico. Essas eram as escalas. Eu comecei na JEC no que seria hoje o final do ensino fundamental, ou seja, na época seria a quarta série do ginásio. Um pouco antes do que seria os três últimos anos. Eu comecei na JEC em Santa Maria e em pouco tempo fui para a coordenação da diocese – era por diocese. Na coordenação da diocese lá em Santa Maria nós estávamos organizando a JEC, nós estávamos em uma etapa de organização da JEC. Tinha a JEC masculina e a JEC feminina. Lá, por sinal, nós já fazíamos muito junto porque a gente achava que era uma bobagem essa separação. Quando eu vim para Porto Alegre eu já tinha tido contato com a JUC de Santa Maria, já conhecia um pouco como funcionava. Então já vim

disposto a entrar na JUC aqui em Porto Alegre. Eu fiz o exame para a Escola de Engenharia da UFRGS e logo me integrei na equipe da JUC que atuava na Escola de Engenharia. Eu peguei justamente àquela fase... Eu entrei em 1960, justamente quando foram os 10 anos da JUC enquanto movimento organizado por categorias. Ela teria começado em 1950 dentro da Ação Católica com essa divisão de JAC, JEC, JOC, JUC... Então, no marco desses 10 anos houve um grande Congresso nacional da JUC que eu não fui, mas acompanhei especialmente quando o pessoal que foi retornou. Nós fizemos muitas reuniões onde eles contavam sobre o Congresso. É nesse momento que a JUC começa a se voltar para a questão social e para a questão política. Ainda muito atrelada a uma visão de “vamos construir um mundo diferente! Vamos dar um modelo!” A isso se deu o nome de “ideal histórico”. A partir de 1960 acontecem duas questões: A Ação Católica, mas principalmente a JUC, vai amadurecendo uma linha social e política, vai mudando um pouco o contorno e vai avançando até chegar ao fim por volta de 1968. Coincide com todo um processo político que o país está vivendo. A segunda questão está ligada ao processo político que o país vivia no início dos anos 1960. Quando eu vim para cá em 1960 peguei a campanha para a presidência que culmina com a eleição do Jânio [Quadros]. Logo no ano seguinte, em 1961, ele renuncia e a crise política se instala. A crise política e todo o exacerbamento social entram em alta velocidade, vamos dizer assim, na realidade do país. Isso já vinha desde o final do governo do Getúlio [Vargas], mas ali se amplia. Houve a tentativa de golpe em 1961 que acaba amortecida, digamos assim. A isso se segue um pequeno período de parlamentarismo para que o Jango pudesse ser aceito e depois começa o presidencialismo resultante de um plebiscito que havia sido feito. Nesse período há um exacerbamento muito grande, uma radicalização muito grande. E nós estamos dentro desse processo, a universidade está. Logo quando eu entrei na Engenharia havia uma greve ao estilo antigo. Que se resumia ao Centro Acadêmico centralizando. Havia greve – eu nem me lembro mais porque, a gente nem ligava muito – todo mundo ia embora para casa e ficava um grupo manobrando a greve. Alguns dias depois acabava a greve, se conseguia avançar em algumas pautas, outras não. As demandas eram principalmente universitárias, que tocavam a problemas internos da universidade. Aí então, principalmente a partir de 1961, começa a ser um dos focos de ação da JUC a atuação na política estudantil tendo como bandeira a reforma universitária. Se constrói uma concepção de universidade, uma crítica à universidade, não só internamente, não só a sua organização, mas sobre o papel da universidade. A questão do ensino, do conteúdo, de a universidade ensinar a pensar, de estimular o senso crítico. Se propunha uma visão mais aberta. Que as áreas tecnológicas se abrissem um pouco para as humanidades, por exemplo. Tem uma vertente que é essa aí, mas

que se liga com as demais quando se fala em “universidade”. Se é “universidade” tem que sair, tem que se abrir para fora. E para ir para fora tem que fazer a crítica da sociedade. Fazer a crítica da sociedade para começar a conhecer a sociedade. As classes sociais, a estruturação das classes, o poder, os sistemas de poder. Isso tudo está vinculado com o poder e o poder é a questão política, a participação política. A gente individualmente, a JUC enquanto movimento, o movimento estudantil como um todo e a própria sociedade estavam indo nessa direção. Essas questões estavam se conectando, se exacerbando e se radicalizando. A reforma universitária não se tratava mais simplesmente de mudar um modelo de universidade, de mudar currículos, etc. Se tratava de abrir a universidade, de fazer dela um espaço crítico, engajada nas questões da sociedade. Tem uma questão importante que não podemos esquecer em meio a isso tudo que é o que vivíamos no país como um todo em se tratando de personagens da intelectualidade e da própria vida política. Nessa fase havia pessoas como o Anísio Teixeira trabalhando na construção de um modelo de ensino, de educação, a “escola nova”. O Darcy Ribeiro também começa a tratar da questão universitária. Tem o Paulo Freire que dispensa comentários, o movimento de educação de base, etc. Teve a questão da cultura popular que para nós foi extremamente importante ter se inserido naquele movimento de cultura popular. Dentro da JUC todas essas questões foram fazendo um movimento de muita transformação. A questão religiosa, individual, ela já era de certa forma criticada. Quer dizer, a gente já era muito crítico em relação à forma de agir da igreja, àquela coisa antiga, mais fechada. Nós já criticávamos muito os padres mais conservadores. A questão dos costumes que começa junto com os anos 1960, toda àquela revolução cultural, e a gente estava dentro disso. Nós, de certa forma, muito “comportados” ainda, porque a gente era de JUC. Nós inclusive fazíamos muitas piadas com isso. “O pessoal de JUC é muito comportado!” Mas, na verdade, estava correndo um processo de abertura de costumes. Dentro da igreja católica a JUC começa a ser um corpo meio à parte. Então, em 1960 tem o Congresso dos 10 anos que é uma revisão geral. Em 1961 é feito um encontro no nordeste, no interior do Rio Grande do Norte – em uma Escola Técnica bem no interior, no sertão mesmo – com pessoas de todo o Brasil que se deslocaram para lá. O pessoal da equipe nacional – quem organizou – dizia que nos colocaram lá para nós vermos como era. E realmente era uma dureza. Era um Colégio Agrícola muito pobre. Tinha o pavilhão dos dormitórios, o refeitório, uma imensa área de plantação. Era no meio do nada, mas era algo grande. Lá nós ficamos mais de uma semana, uns 10 dias, talvez. O que surge como tema central é o “cristianismo e a revolução brasileira”. O Betinho, o José Herbert de Souza, foi quem fez a apresentação. Enquanto nós estávamos



reunidos lá, no Rio de Janeiro acontecia o Congresso da UNE. Havia uma pequena diferença de tempo entre o início de um e de outro, mas eu não lembro ao certo.

**TVP:** Nessa época a UNE já estava com o pessoal da AP?

**LATG:** Nessa época a UNE ainda estava com o pessoal do Partidão [PCB]. Nesse mesmo ano, 1961, o Aldo [Arantes] é eleito. Exatamente, é nesse Congresso que ele é eleito. Então nós estávamos lá no interior do Rio Grande do Norte – nem me lembro o nome da cidade, não guardei – e o nosso pessoal que estava no Congresso da UNE vai para lá. “E aí? Ganhamos! O Aldo ganhou!” O Aldo era da PUC do Rio [de Janeiro]. Eu não lembro, porque essas coisas a gente esquece... Não tem muito registro! A gente não registrava nada! Não sei como é que a gente vivia sem *self* na época!? Não sei! Realmente não se tinha quase nada de fotos e nem de documentos. O pouco que se tinha se perdeu depois com o golpe. Mas aí o pessoal chegou lá e a partir disso se constituiu um grupo e a JUC fazia parte desse grupo.

**TVP:** Esse era o “grupão”?

**LATG:** Sim, exatamente! Esse era o “grupão” que elegeu o Aldo. A partir disso se começa a falar em “frente única” e construir uma crítica muito forte ao Partidão (PCB). Que eles estariam muito conservadores, conciliadores e nós éramos mais radicais. Paralelamente a isso se dá a primeira grande crise com a igreja. O bispo lá de Natal, quando sentiu o que estava acontecendo ele quis interferir e acabar com a brincadeira. Isso eu não acompanhei pessoalmente, mas o pessoal da cúpula nos informou depois. Inclusive o Aldo foi expulso da JUC, àquela coisa toda. Eu também não sei até que ponto o Aldo foi bem de JUC ou se estava entrando. O que se conta é que ele chegou a pertencer a JUC e foi expulso pela igreja. Há essa crise, essa tentativa de “cortar” direto, e alguém – o Dom Helder Câmara certamente, com a ajuda de algum outro bispo progressista – interferiu em nosso favor: “Deixa os guris fazerem o que estão fazendo!” De lá nós saímos com toda uma proposta de intervenção e participação política.

**TVP:** Eu queria lhe interromper um pouco, pois ouvindo você falar me surge uma dúvida importante. Esse movimento da política entrando diretamente para o que era um movimento religioso, já há alguma interferência do marxismo, do materialismo histórico, por exemplo, dentro do que seria o humanismo cristão?

**LATG:** Vou lhe colocar a minha visão, que pode mudar muito de um para outro. A gente começa com àquele pensamento de que temos que saber tudo, conhecer tudo. Então vamos estudar o marxismo, também. Para criticar! Em 1962/1963 eu participei de um grupo de estudos da JUC de Porto Alegre que era conduzido por um padre estrangeiro chamado Ernesto Greiner.

**MSG:** Ele era vice do arcebispo... Ele foi bispo auxiliar.

**LATG:** Não! O Ernesto Greiner, não. Você está confundindo!

**MSG:** Tem razão! O Ernesto Greiner era um pensador.

**LATG:** Esse Ernesto nunca foi nada dentro da igreja. Ele era um contestador, isso sim! Então nós construímos esse grupo – claro, devem ter existido outros – para discutir marxismo. Sempre com uma visão crítica! “Nós estudamos para criticar!” Aí entravam questões como a subjetividade que o marxismo não trata bem e nós tratávamos melhor. Aí começou aquele debate da dialética e tudo mais. “Não, mas não é materialismo histórico, é a dialética!” Com isso começou a entrar toda uma visão, sem dúvida. Sempre com àquela postura: “É para criticar, mas...” Mas na crítica vai indo.

**TVP:** Poderia se usar àquela máxima: Assim como vocês entraram no marxismo o marxismo também entrou em vocês!

**LATG:** É... Naquela época a gente jamais diria que entrou no marxismo! Isso levou anos para a gente dizer.

**MSG:** E nem eles diriam, até porque nunca entenderam uma perspectiva mais humanista. Que não existia em relação às mulheres, por exemplo. A não ser para algo como o “consumo diário”, mas nada haver em termos de respeito.

**LATG:** Claro, um marxista ortodoxo jamais diria. Isso que a Marisa fala são bandeiras que virão bem depois, dos anos 1960, inclusive. Essas são questões que os marxistas e comunistas clássicos não tinham. Depois houve gente que discutiu isso, mas enfim...

**MSG:** Você já falou do “ideal histórico”?

**LATG:** Sim, eu já falei no “ideal histórico” um pouco antes. Ele nos deu margem para ir adiante. Porque logo a gente passou a criticar, porque nós não vamos querer desenhar a realidade simplesmente a partir do que nós queremos. “Nós queremos isso aqui e pronto! Vamos construir a sociedade como nós queremos.” Logo nós percebemos que fazíamos parte de um processo, que estávamos dentro de um processo e que fazíamos parte dele. Ao mesmo tempo se forma no movimento estudantil o “grupão” que em seguida vai dar lugar a AP. A AP que na verdade surge como um jornal lá de Minas [Gerais] chamado “Ação popular”, com o Betinho e mais uns dois. Depois o nome ganha todo o Brasil por meio do movimento estudantil. Isso vai permeando todo o movimento de JUC.

**MSG:** É importante dizer – não sei se você tocou nisso – que antes de ter bem claro esse processo se teve atividades em parceria com o PC, desde os centros acadêmicos.

**LATG:** Sim, eu falei! Era a frente única.

**MSG:** Isso dava muita angústia na gente.

**TVP:** Tem outra questão que tenho perguntado para as pessoas que foram de JUC. Esse movimento político era algo hegemônico dentro da JUC? Ou era algo, vamos dizer assim, puxado por uma vanguarda? Pergunto, pois às vezes me parece que havia um braço político que ia conduzindo a organização até o que foi a criação da AP.

**MSG:** Tinha alguns que participavam, mas não contestavam. Depois com o tempo se viu que a pessoa era diferente.

**LATG:** É que a JUC tinha isso, era um grupo de vivência muito forte. Nós sempre dizemos, nós tivemos uma grande chance de viver isso na juventude. Um bando de gente em todo o país. Nós chegávamos em qualquer lugar do país, nos conhecíamos naquele momento e tu já eras meu amigo porque era da JUC. Disso já ia para a casa da pessoa... Era um comportamento muito assim. Dentro disso tinham pessoas que eram mais politizadas e outras menos politizadas. Não havia contestação em contrário. Um ou outro que teve caiu fora. Nós tivemos aqui na equipe da Engenharia um camarada extremamente reacionário. Enquanto ele ficou na equipe, participou, foi um horror. Mas ele caiu fora, não deu. Tu já deves ter ouvido falar nele, o Puggina. Um cara de extrema direita que escreve na Zero Hora. É um porta-voz da extrema direita. Mas em relação a tua pergunta... Sim, havia algumas diferenças, mas muito graduais. Entre todo o pessoal que fazia parte da turma mesmo, não havia diferença política. Havia uma diferença de grau, de estar mais à frente ou um pouco mais atrás. Se fosse de centro para a direita caía fora, a pessoa não conseguia, não tinha como.

**MSG:** E também durou muito pouco.

**LATG:** É verdade! Naquela época para gente parecia uma vida inteira, mas hoje em dia, olhando para trás, foi três ou quatro anos. Muito pouco mesmo.

**TVP:** Nas pesquisas que tenho realizado estou lendo alguns trabalhos que se dedicam especialmente a estudar a história da JUC, pegando bem a questão da Ação Católica e os pensadores que serviram de referência e de inspiração. Alguns como o Mounier, o Maritain, não sei se é assim que pronuncia?

**LATG:** Sim, o Mounier, sim. O Maritain é antes.

**MSG:** O Maritain é antes, influencia uma Ação Católica mais conservadora.

**LATG:** O Maritain era bem católico, do início do século XX. Era um católico filósofo Frances, ele serviu como um primeiro degrau. Nos anos 1960 Maritain já era!

**MSG:** Ele foi muito importante na França.

**LATG:** O Mounier, sim! Ele já é bem posterior, do meio do século XX. Acho que ele viveu pouco, mas pegou a 2ª Guerra... Esse era um cara mais aberto, inclusive para a frente única, para um compartilhamento. Outro que teve grande importância foi o [Louis-Joseph] Lebreton.

Ele foi praticamente o fundador da Ação Católica estudantil. Ele era conhecido como Padre Lebret.

**MSG:** Também vinha dos anos 1950, tinha uma perspectiva religiosa muito presente.

**LATG:** Mas não só. O Lebret escreveu inclusive livro de sociologia.

**TVP:** O que eu queria dizer citando esses autores é que me parece haver alguns elementos do que eu chamaria de “marxismo humanizado”. Eu queria saber o que vocês pensam sobre isso? A base desse “ideal histórico” não seria uma espécie de “marxismo humanizado”?

**LATG:** Ao invés de falar em “marxismo humanizado”, eu diria que se tem uma convergência dessa linha que chamamos de “cristã”, “humanista”, que converge em direção a um método e concepção marxista da história, isso sim!

**MSG:** Seria um “humanismo integral”, digamos assim.

**LATG:** Outro grande pensador, principalmente nos últimos tempos antes do golpe, foi o Teilhard de Chardin. Hoje eu vejo o Teilhard de Chardin com certa crítica, porque ele tentou uma cosmo visão ampla. Eu não sei se ele queria, mas para nós ele seria o Marx, só que a visão dele era extremamente mística.

**MSG:** Ele fazia uma elaboração próxima da área da teologia.

**LATG:** Sim, mas ele era paleontólogo. Ele era um padre cientista. Fez pesquisa de campo.

**MSG:** Ele era muito criticado pela igreja, quase expulso.

**LATG:** Sim, extremamente criticado pela igreja. Mas fez muita pesquisa científica e tentou construir a partir dessas pesquisas, especialmente sobre a evolução desde a paleontologia, uma visão da história com ciclos, etc. Na época isso entusiasmou muito porque a gente buscava elementos além de Marx. Só que hoje eu acho que ele encerrou o tema, ficou fechado naquilo ali. Mas eu te falava do “ideal histórico”... A partir dessa inserção vai se rumando para outro elemento que é, aí sim, muito próximo da visão marxista, que é a “consciência histórica”. Mas claro, sempre fazendo a distinção que o marxismo era o materialismo histórico. A concepção de “consciência histórica” ela pressupõe, ela admite, dois planos diferentes: O plano da consciência e o plano da matéria, ambas em evolução dialética. Nesse momento há a contribuição do Padre Lima Vaz. Mas então, em 1960 aconteceu o congresso que abordou o “ideal histórico”. Em 1961 o encontro nacional com o tema do “cristianismo e revolução brasileira”. Em 1962 não aconteceu, foi atrasado para o início de 1963, o que resultou em um grande Seminário sobre a “consciência histórica” que foi com esse Padre Lima Vaz. Esse Seminário aconteceu em Aracajú, de novo no interior do nordeste, mas esse com condições materiais um pouco melhores. Foi um momento muito intenso!

**TVP:** Esse era um congresso de JUC?

**LATG:** Sim, de JUC! Era um Seminário com metodologia universitária, mesmo. Tinha preleções, grupos de estudo, etc. A “consciência histórica” é entendida como processo em que estamos inseridos, que é dialético, etc. Depois desse Seminário houve apenas um Conselho nacional, onde se reuniram os dirigentes para traçar as diretrizes baseados nos acúmulos do Seminário. As diretrizes se baseavam em “tocar para valer”. Nessa época os Diretórios e Centros acadêmicos já eram quase todos da JUC.

**MSG:** Tu já estás em 1963, mas vale lembrar que no ano de 1962, em termos internos, houve a greve de 1/3 que foi fundamental em termos de engajamento.

**LATG:** Sim, isso mesmo!

**TVP:** E nessa época o Aldo ainda estava na UNE?

**LATG:** O Aldo ficou de 1961 até 1962, o mandato era de julho a julho. Em julho de 1962 foi eleito o Vinícius Caldeira Brandt, que também foi muito importante na AP. A Marisa lembrou bem, a greve que se situa entre o encontro de JUC de 1961 e o Seminário de “consciência histórica” de 1963, foi um – digamos assim – banho de experiência porque todos nós participamos de cabeça. E a greve foi um marco nesse processo juntamente com a situação política do país. Nós temos que imaginar que em 1962 a situação estava fervendo no país. A UNE era ouvida, o Aldo tinha audiência com o Jango, com os ministros. Nós tínhamos inserção em todas as partes. Os jornais noticiavam tudo que fazíamos, em relação à greve, etc. Nós passamos a morar nas faculdades!

**MSG:** O Aldo casou com uma menina que era da equipe nacional de JEC.

**LATG:** Ela era da coordenação nacional de JEC, mas estava fazendo faculdade.

**TVP:** Como no caso da Carmem que estava cursando a universidade e seguiu um tempo na coordenação de JEC.

**LATG:** Exatamente, como a Carmem.

**MSG:** Em 1962 eu fiquei em JEC mesmo cursando a universidade e a Carmem também. A Carmem veio para Porto Alegre em 1962, nós fizemos parte da mesma equipe regional de JEC.

**LATG:** A greve do 1/3 foi fundamental porque aí pessoas fora do movimento estudantil também começaram a participar. Nós começamos a ver pessoas – especialmente professores universitários intelectuais – que começaram a dar apoio para àquela nova visão de universidade, mais participativa. Algo que para época era algo incrível de se pensar. A greve foi um banho de ação muito importante. Eu me lembro bem desse conselho que aconteceu em Aracajú que se tirou a linha de valorizar a atuação por faculdade, que nós chamávamos de “equipes piloto”, “trabalho piloto”, por faculdade. Ao lado dos trabalhos em conjunto,

trabalhos e encontros por faculdades, tanto pela JUC como pelo movimento estudantil de cada faculdade em plano nacional. Na engenharia, por exemplo, era a discussão do papel social do engenheiro, da inserção da engenharia na revolução brasileira. Esse movimento – como já havia lhe dito antes – salientava muito a necessidade das áreas tecnológicas se abrirem para o humanismo. Nesse sentido tem uma pequena experiência minha que me marcou muito. Eu era secretário de cultura do Centro Acadêmico da Engenharia. Nós tínhamos dinheiro que recebíamos da universidade e então eu decidi fazer uma biblioteca humanística na engenharia. Eu fui até algumas livrarias e comprei muitos livros, “me lavei” comprando livros! Virou uma biblioteca maravilhosa! Uma sala cheia de livros e o pessoal frequentava...

**TVP:** Eu gostaria que você me falasse um pouco da “UNE volante”. Ela entrava nesse tempo, não?

**LATG:** Sim, claro. A UNE volante se inseria na questão da descentralização e paralelamente em relação à questão da cultura popular. A UNE cria no Rio de Janeiro o Centro Popular de Cultura (CPC) que era para ser um centro de criatividade artística, mas muito voltada para o que nós chamávamos de um movimento para se aproximar da cultura popular. Na verdade era um meio de fazer a politização, um meio de fazer agitação. Isso se transfere para outros locais do país e a direção nacional da UNE tem a ideia de fazer a “UNE volante”. Esse movimento se constituía em levar a direção da UNE e uma equipe de apoio para algumas capitais do país – eu não lembro quantas foram, mas foi bastante – e fazer a mobilização local. Em Porto Alegre a UNE volante já foi com o Vinícius [Caldeira Brandt], em 1963. Só que aqui nós já havíamos começado a história da cultura popular.

**TVP:** Na UNE volante existia alguma relação com o método de alfabetização do Paulo Freire?

**LATG:** Não tanto. Aqui não tanto. Aqui houve pessoas engajadas com o método Paulo Freire, mas mais na área da educação. Já em outras áreas, como a minha e a da Marisa, por exemplo, isso se deu em duas vertentes: Uma era tentar refazer aqui a experiência de Recife, que era a do Movimento de Cultura Popular (MCP). Ou seja, trabalhar com o pessoal de vilas, operários, etc., fazer algo mais amplo. Nós fizemos reuniões de JUC aqui – a AP ainda estava engatinhando –, da equipe política da JUC, como chamávamos, junto com o pessoal do Partidão para tratar sobre a questão. Aí era a “Frente única”, mas não deu muitos resultados. Isso foi em 1962, no início da gestão do Vinícius. A UEE daqui estava envolvida junto e a FE/UFRGS também, mas não deu resultados. Nós dividimos equipes que tinham o objetivo de visitar vilas, etc., mas não funcionou. Em compensação havia a outra vertente que foi dentro da JUC que deu resultados. A equipe de direção local da JUC, por brincadeira,

começou a usar algumas canções que a UNE utilizava. Como nós acompanhávamos todas as coisas, nós sabíamos praticamente décor a “canção do subdesenvolvido”. De repente surgiu uma atividade em Caxias do Sul e decidimos criar o CPC da UEE, o Centro popular de Cultura da UEE. E lá fomos nós, a equipe de JUC e mais um que tocava violão – o Roberto Brinco – fizemos o CPC aqui. Isso se desenvolveu e depois incluiu outras pessoas que não eram de JUC, inclusive. Isso foi no final de 1962, o [Francisco] Ferraz era o Presidente da UEE e o Héliog [Trindade] era o vice. Nós fizemos a Caravana universitária, que era a mesma coisa que a UNE volante só que restrita ao âmbito do Rio Grande do Sul. E nós fomos, Marisa, eu e mais algumas pessoas.

**MSG:** Nós não namorávamos, ainda!

**TVP:** Mas estava em processo?

**LATG:** Estava em processo!

**MSG:** Demorou um pouquinho ainda!

**LATG:** Mas então nós andamos pelo interior, por Santa Maria em final de 1962; depois fomos para Ijuí, no início de 1963; depois fomos para Passo Fundo. Em Porto Alegre estivemos em várias oportunidades. Na Escola de artes, na PUC... Eu já não lembro mais todos, mas nós fazíamos apresentações em diversos lugares. Esse grupo tentou, inclusive, fazer algumas coisas fora do âmbito universitário. Um dia, de repente – porque as coisas aconteciam meio assim, não sei direito como –, nos vimos na vila Maria da Conceição (Maria degolada), lá no alto do morro, tentando fazer alguma coisa com as pessoas de lá. A Marisa, pelo Serviço de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito – que era dos estudantes também –, tinha atendimento lá. Tentamos algumas coisas que acabaram não dando muito certo, até porque não deu tempo, as coisas aconteciam muito rápido. A “UNE volante” gerou esse movimento todo. Quando o Vinícius veio até aqui com a “UNE Volante”, lá por março de 1963, o CPC não veio. Ele nos convidou para acompanhar a caravana da UNE e fomos nos apresentar com eles em Florianópolis. Nós fizemos uma peça especial, totalmente original. Eu bolei alguma coisa, principalmente paródias de músicas conhecidas, e uma ou duas músicas que eu e um colega fizemos – uns sambinhas. Demos o nome de ciranda brasileira! Nós não temos uma foto sequer disso. Não temos praticamente documentação nenhuma. Temos um pedaço de papel em que, basicamente, tem anotado algumas coisas principais. Depois nós fizemos um texto também, mas não sobrou nada. É uma pena, porque a memória fica bem perdida. Então, tivemos esse movimento da cultura popular, a reforma universitária meio empacada, mas que continuava sendo muito trabalhada e a política institucional, propriamente dita, que começava a entrar mais na nossa realidade. E essa é uma daquelas coisas muito

estranhas que são bem brasileiras. Em 1962 é eleito no Rio Grande do Sul, pela segunda vez, o Ildo Meneghetti. Ele pertencia a partidos conservadores da época, como o PSD, mas – me parece – que ganhou a eleição em aliança com o PDC. Nesse PDC havia uma ou outra pessoa um pouco mais de esquerda. Algumas delas até haviam sido de JUC (a JUC antiga) ou tinham algum tipo de afinidade com algumas pessoas. Desde a posse desse governo – me parece que foi no início de 1963 – a Secretaria de Educação e a Secretaria do trabalho tinham no comando duas pessoas que faziam contato conosco. No caso da Secretaria de educação de forma muito mais tranquila e efetiva, era a Zilah Totta, uma pessoa que inclusive depois se manteve sempre mais a esquerda, apesar de ser uma pessoa mais tradicional que já tinha mais idade. E na Secretaria do Trabalho uma pessoa que na época dialogava e nos deu bastante força, mas depois degringolou totalmente, sendo até ministro de um dos ditadores, que era o Arnaldo Prieto. Nos dois casos se formaram enclaves de gente de JUC ou AP. Então nós já começávamos a trabalhar com a perspectiva de políticas de governo. Acho que deve ter sido aí que o pessoal da educação começou com o método Paulo Freire, cultura popular, etc. Várias questões nesse sentido. Eu fui para a Secretaria do Trabalho. Eu e o Walter Aumond, que era de JUC e um dos fundadores da AP no Brasil. Inclusive participou das primeiras reuniões. O Aumond ficou responsável pela divisão do trabalho, como chamavam na época. Essa “divisão do trabalho” era um órgão de dentro da Secretaria do Trabalho que ficava responsável pelo contato com sindicatos, entre outras coisas. Ele formou uma equipe e nós ficamos lá, vendo pela primeira vez o que era uma burocracia de governo, o que era trabalhar dentro da máquina pública e quebrando a cabeça para pensar o que faríamos ali. Todos nós éramos estudantes, mas estávamos pela primeira vez atuando em um ambiente fora da universidade e tendo que nos reportar a um secretário que não era propriamente “da mesma área” que nós. Em seguida o Aumond saiu e entrou o Hélio Trindade. Nós tínhamos ampla liberdade, eu inclusive tinha uma carteira de assessor sindical. Como assessor sindical nós fazíamos contato com os sindicatos e íamos, pela secretaria, fazer reuniões. Eu fiz reuniões em Caxias do Sul, por exemplo. Aí era o pessoal da Juventude Operária Católica [JOC] de Caxias, ou do movimento de operários adultos – que eu não lembro como chamava – participar junto dessas reuniões. Eu ia para lá com viagem paga pela secretaria e nós aproveitávamos. Isso durou muito pouco também, já era na segunda metade de 1963.

**TVP:** Essas movimentações não chegaram a causar problemas para vocês?

**LATG:** No meu caso não chegou a causar problemas. Na verdade eu me causei problemas, porque quando houve o golpe eu não apareci mais lá. Eu disse: “Eu não vou trabalhar! Eu não vou trabalhar aqui mais!” Isso quase me rendeu um processo por abandono de cargo. Quase



no último dia me disseram: “Tu vem e só assina isso aqui alegando que tu não queres mais. Senão tu vais ser processado por abandono de cargo” Aí eu fui e assinei, não queria mais saber daquilo. Foi uma bobagem, eu deveria ter ficado mais um tempo lá. Dentro disso a JUC começa a se inserir em vários espaços. Começa a aparecer a oportunidade de contato com vereadores e deputados, especialmente federais. Mas aqui no estado não tinha muita coisa. Nesse período a AP se organiza, mas como eu te disse, eu acompanhei muito de fora esse processo. Dentro da JUC nós fazíamos reuniões para ver qual a orientação que queríamos dar na AP. Nessa altura a AP já tinha pessoas que não eram de JUC, gente que não era nem católico e fazia questão de abrir desde que dentro de uma visão ideológica. Eu participei de praticamente tudo, mas de uma forma mais distante, eu ia como militante da AP. Já depois do golpe fiquei um pouco responsável pela parte cultural, mas não foi feito nada, não havia como fazer mais nada. E aí surge aquela coisa, a AP foram várias AP's. Às vezes tem coisas que me falam que eu nem sabia, que não acompanhei. Nós, Marisa e eu, ficamos na AP até início de 1967. Depois do golpe nós seguimos nos reunindo e quebrando cabeça sobre o que fazer e o que não fazer. A maior parte do tempo era só elucubração: “Dá para fazer! Não, não dá para fazer!” Muitas correntes andando de um lado para o outro, toda essa coisa. Lá por 1967, nós já casados, decidimos que não dava para nós. Quando quiseram que nós adotássemos codinomes percebemos que estávamos a um passo da clandestinidade. Aí não optamos por esse caminho. Seguimos em contato com muitas pessoas, inclusive acolhemos a Carmem por alguns dias quando ela estava fugindo de São Paulo. Nessa linha também tivemos contatos com outras pessoas, mas realmente não acompanhamos mais e a história da AP ficou submersa, ficou clandestina mesmo. Essa parte da organização é a que efetivamente eu acompanhei. Agora é engraçado, pois na minha cabeça essas coisas do final de 1963 e, principalmente, de 1964, elas ficam misturadas. Elas ficam bastante misturadas. Em 1964 a Carmem entrou para a equipe regional da JUC. Era a Carmem, eu, o Loss e a Vera Moraes. O nosso esforço era continuar mantendo a JUC, mas no primeiro momento depois do golpe a repressão caiu muito em cima do pessoal de AP e de JUC. Mesmo que não fosse de AP, ou de direção de AP, teve muita gente que era de JUC que foi presa. Ainda não era a grande onda da repressão, mas já tiveram pessoas que passaram por problemas. Em Porto Alegre nós tivemos uma pessoa muito próxima a nós que foi presa, a Dilma. Nós conseguimos ir visitá-la na cadeia através de alguns caminhos, falando com um padre que era assistente da JUC, etc.

**TVP:** Como era o nome dela?

**LATG:** Dilma de Souza. Não é a Dilma presidencial! E não foi só ela, mas por que ela foi presa? Porque antes dela caiu o José Luís Fiori e o Sérgio Lopes que nesse período estavam

participando de tudo, da discussão dos documentos base, etc. A Dilma tinha datilografado e era a pessoa menos implicada, mas eles “dedaram” a Dilma e ela foi presa. Ela ficou presa poucos dias e não foi torturada. Isso aconteceu com muitas pessoas, eles abriam inquéritos, as pessoas eram chamadas, etc. A equipe nacional da JUC e da JEC – dos rapazes, dos homens – todos moravam em um apartamento no Rio de Janeiro, no bairro das Laranjeiras, onde nós sempre ficávamos. A polícia bateu lá em junho de 1964 e prendeu todo mundo. O Loss e eu estávamos indo para lá e iríamos cair direto na “boca do lobo”. Um cara que havia ficado de fora foi nos esperou na rodoviária e nós saímos e fomos fazer as reuniões que tínhamos que fazer na sede do arcebispado. Nesse momento tudo já era muito delicado, não era bem clandestino, mas era super discreto. Até porque não podia, não era permitido. O pessoal da JUC estava preso, ficaram presos alguns dias e depois soltaram. Mas ficaram com os processos em aberto.

**TVP:** Como a hierarquia da igreja estava lidando com tudo isso? Pergunto isso porque pelas leituras que tenho feito aparece muito presente certo desgosto, digamos assim, por parte da igreja com os rumos políticos que a JUC vai tomando.

**LATG:** A hierarquia vai, cada vez mais, se desgostando com essa situação. Havia alguns poucos bispos com quem a gente podia contar. Claro, o Dom Hélder nós podíamos contar sempre. E depois ele mesmo começa a ser bastante perseguido. Só não o prenderam porque iria pegar muito mal prender um camarada de renome internacional como ele. Tinha também o Dom [Cândido] Padin que era – não sei bem se beneditino ou dominicano, não me lembro – bispo de ordem, não era secular. Ele tinha uma ordem e, além disso, era bispo. Ele era uma pessoa um pouco mais conservadora, mas muito aberta socialmente. Mesmo que ele não concordasse com todas as ideias que já passavam na JUC e na AP, ele “garantiu a mão”. No início de 1965, quando eu estava saindo da equipe de direção da JUC – eu continuei como militante comum até o fim do ano porque era o meu último ano de faculdade –, ainda participei de uma reunião geral em Barra do Piraí no Rio de Janeiro. Uma reunião bem discreta com o [Dom] Padin para discutir os rumos da JUC. Nesse momento a hierarquia estava atuando muito forte sobre a JUC, quase todos. O bispo do Rio de Janeiro que era o Jaime Câmara era um horror. Aqui nós ainda tivemos um pouco de acesso com o Dom Vicente Scherer, só que os últimos contatos com ele já eram para quebrar. Uma vez a Marisa e eu discutimos com ele em uma viagem de ônibus. Como ele me conhecia ele dizia: “Porque o senhor é o chefe da família...” E nós dizíamos: “Não tem essa história de chefe de família!” Não deu mais para conversar. Ele foi aos poucos assumindo uma posição, dizendo que não iria defender mais ninguém. Dentro do próprio movimento de JUC eles não foram aceitando

mais. A Carmem e o Loss que acompanharam bem isso, eu até já tinha me formado, não estava mais em nada, só continuava acompanhando a AP. A Carmem e o Loss estavam na equipe nacional no Rio de Janeiro e tiveram as últimas reuniões. O Loss eu tenho certeza que foi até o fim, ele sempre diz: “Eu ajudei a fechar a JUC!” Porque tinha acabado. A hierarquia dizia que daquela forma não dava, então acabou.

**TVP:** Com o fim da JUC muitas pessoas migraram para a AP?

**LATG:** Eu acho que a essa altura todo mundo de JUC era de AP. Primeiro que aquele mínimo de tolerância que havia com quem não era de esquerda dentro da JUC não existia mais. Não havia mais essa tolerância com incertezas, com posições que achavam que a JUC deveria se preocupar mais com religião, ou então que o marxismo era isso ou aquilo. A partir desse momento não há mais espaço para isso. Isso fez com que, por um lado diminuísse o número de pessoas e, por outro, também não ampliasse. Até porque não conseguíamos mais fazer o trabalho que fazíamos antes com as pessoas novas que entravam. Os que ficaram não conseguiam mais fazer esse trabalho, além de que tinham todas as dificuldades possíveis, a repressão em cima, etc. Nesse momento quem estava dentro da JUC estava praticamente clandestino porque a gente não podia mais nem escrever um para o outro. Naquela época não tinha e-mail, então tínhamos que escrever cartas. Teve uma carta que trocamos Loss e eu que andou não sei nem por onde. O Loss que conta essa história, eu não sei direito. Toda a articulação era muito difícil e por isso a JUC foi minguando. Por isso eu acho que nessa época não tinha ninguém de JUC que não fosse ligado a AP. Acaba a JUC e o pessoal que fica era todo de AP. Devido a um compromisso preciso encerrar, no momento, por aqui. Nós podemos continuar conversando em outro momento se tu quiseres.

**TVP:** Por mim está bem, mas acredito que o material que tenho já esteja de bom tamanho. Se eu precisar, e se você estiver disposto, posso entrar em contato novamente para verificar alguma questão que tenha ficado pendente.

**LATG:** Sem problemas! Marisa e eu inclusive falávamos esses dias que nós até gostamos de falar sobre isso porque daqui mais um tempo vocês não vão ter mais quem conte a história.

**TVP:** Essas histórias não são qualquer história, são histórias muito ricas, histórias que são de toda uma geração, e não deixam de ser parte da história de um período muito importante que o país viveu.

**LATG:** Tem muitos detalhes que são de cunho pessoal, que talvez não entrem tanto dentro de uma análise sociológica, mas enfim, fazem parte da história.

**MSG:** Eu estava pensando, apesar de ter ficado um pouco de fora, como naquela época aquele que era um pequeno grupo, estudava e elaborava tanto, com tanta maturidade. Eram

muito maduros para estudantes que eram e para a idade que tinham. Se for comparar muitos jovens com seus 19/20 anos e a maturidade que tinham, mesmo na questão do engajamento político.

**LATG:** No início de 1963 houve um encontro regional de JUC aqui no extremo sul, no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo. Nós fizemos uma preparação incrível para esse encontro. Até aquela época nunca tinha estudado tanto assim, sociologia, antropologia, história... Nós fazíamos grupos de estudo durante o ano todo com o pessoal de todas as faculdades. Tinha isso, essa visão interdisciplinar muito forte. Eu me lembro que a Mercedes – acho que até valeria a pena você falar com ela, ela é cientista política – dizia para nós que essa interdisciplinaridade e depois a questão nacional eram um corpo só. Mesmo com toda a dificuldade de comunicação que havia na época, eu nem sei como nós nos comunicávamos, praticamente não tinha telefone. Mas a gente viajava muito, também. Era obrigado a viajar porque a comunicação era física, era só física ou por carta.

**TVP:** Mas essas viagens pelo país, especialmente por vocês serem muito jovens, era uma grande experiência.

**LATG:** Com certeza! A gente conhecia o Brasil, conhecia as outras pessoas do Brasil. Havia um senso de integração nacional muito forte.

**TVP:** Às vezes penso que se não houvesse tido esse golpe vocês teriam concretizado esse processo revolucionário que ainda era embrionário.

**LATG:** Como eu fiz história eu sempre digo que não podemos pensar no “se”. Mas a gente gosta de pensar. Mas para mim, vou te dizer assim, desde o meu testemunho muito individual, o que eu sofro muito, o que eu sofri com o golpe e sofro até hoje como consequência do golpe e da ditadura... Porque eu não fui processado, não fui preso, então eu penso assim: “Eu não participei de nada heróico, nós ficamos na ‘moita’...” Nós dois, eu acho que nunca capitulamos, no sentido de entrar no jogo, nós fomos muito críticos. Agora isso aí [a ditadura] foi muito pesado, demais! Eu fico pensando assim, que talvez a perda maior é que nós estávamos nos preparando muito. Por exemplo, quando eu falei para você da experiência na Secretaria do Trabalho e Habitação e na Secretaria de Educação e Cultura, nós estávamos com muita vontade de pegar a máquina do Estado, fazer coisas. A gente tinha muita gana em estar preparado profissionalmente. Talvez estivéssemos muito errados, mas a gente pensava: “Como nós tomamos conta do movimento estudantil, secundarista e universitário, em dois anos?” Em dois anos nós fizemos isso e em pouco tempo nós já tínhamos parlamentares como o Plínio de Arruda Sampaio, nós tínhamos outras pessoas que estavam se aproximando cada vez mais... A impressão que tínhamos é que se não houvesse o movimento militar talvez

podéssemos ter feito alguma coisa. Talvez fosse um pouco utópico da nossa parte, meio quixotesco, porque a gente não estava com os pés bem no chão, claro que não estava.

**TVP:** Para nós que estudamos a ditadura e os seus desdobramentos, fica muito evidente que as cicatrizes deixadas pelas feridas abertas pela ditadura são muito profundas na sociedade brasileira como um todo. Aí me refiro para além da tortura, perseguição, etc. A sociedade brasileira teve parte do seu desenvolvimento enquanto nação castrada pela ditadura e as consequências disso ainda requerem muita análise e muito estudo.

**LATG:** Tem uma coisa que a minha geração precisa fazer é reconhecer que nós não inventamos a roda. O momento que o Brasil estava vivendo – até andei tentando escrever um artigo sobre isso algum tempo atrás – era como uma janela de oportunidade que se abriu bem no final dos anos 1950 e início dos 1960. Mas talvez fosse uma janela de oportunidade falsa, porque a guerra fria não iria deixar. Mas naquele período houve grandes figuras que para nós foram fonte de grande inspiração. Inclusive para que a nossa geração buscasse construir ações mais de base. Enfim, essa é a história.

**TVP:** Muito obrigado pela entrevista!

**LATG:** Eu que agradeço pela oportunidade.